

RELATÓRIO DE GESTÃO

**Companhia Nacional de Abastecimento
Superintendência Regional Ceará**

Fortaleza

2008

Índice

Apresentação	03
1 Identificação	04
2. Objetivos e Metas Institucionais e/ou programáticos	08
2.1 Responsabilidades institucionais: papel da unidade na execução das políticas públicas.....	08
2.2 Estratégia de atuação.....	23
2.3 Programação.....	28
2.4 Desempenho operacional.....	74
3. Reconhecimentos de passivos	83
4. Restos a pagar de exercícios anteriores	83
5. Demonstrativos de transferência	83
5.1 Operacionalização do programa de aquisição de alimentos – PAA	83
6. Previdência complementar patrocinada	99
7. Fluxo financeiro de projetos ou programas financiados c/ recursos externos	102
8. Renúncia tributária	102
9. Declaração sobre a regularidade dos benefícios diretos de renúncia	102
10. Operação de fundos	102
11. Despesa com cartão de crédito	102
12. Recomendações de órgão ou unidade de controle interno – CGU	102
13. Determinação e recomendações do TCU	104
14. Atos de admissão, desligamento, concessão de aposentadoria e pensão, praticados no exercício	105
15. Dispensas de instauração de TCE e TCE, cujo envio ao TCU foi dispensada	106
16. Informações sobre a composição de recursos humanos	106
17. Outras informações consideradas pelos responsáveis como relevantes para a avaliação da conformidade e do desempenho da gestão	114
18. Conteúdos específicos por UJ ou grupo de unidades afins	114
19. Demonstrações contábeis	120
20. Notas explicativas	129
21. Relatório da Administração	158
22. Parecer da Auditoria Independente	184
23. Parecer da Auditoria Interna	189
24. Parecer do Conselho de Administração	199
25. Parecer do Conselho Fiscal	200
26. Nota Técnica nº 308	201
Anexos	211

Apresentação

O Relatório de Gestão da Superintendência Regional da Companhia Nacional de Abastecimento – Conab, no Estado do Ceará (Sureg-CE), relativo ao exercício de 2008, foi elaborado na forma prescrita na Norma de Execução CGU/nº 3, de 19 de dezembro de 2008 (Portaria CGU nº 2.238/08 – Dou 22/12/2008), em consonância com as Decisões Normativas TCU nº 93, de 03 de dezembro de 2008, que regulam o cumprimento da Instrução Normativa TCU nº 57, de 27 de agosto de 2008.

As atividades desenvolvidas durante o exercício sob exame estão inseridas nas diversas Ações que compõem os Programas do Governo inscritos no PPA 2008 -2011 e nos Planos Internos da Conab. Também foram executadas ações decorrentes de parcerias ou convênios firmados com diversos órgãos, estando todas as atividades condizentes com o Estatuto Social e alinhadas com o Planejamento Estratégico da Companhia.

Este Relatório procura enfocar, além do detalhamento das atividades, todos os esforços desenvolvidos pela Conab, no âmbito da Sureg-CE, para cumprir sua missão institucional que é **contribuir para a regularidade do abastecimento e garantia de renda ao produtor rural, participando da formulação e execução das políticas agrícola e de abastecimento.**

Francisco de Paiva Dantas
Superintendência Regional do Ceará
Superintendente

Wagner Gonçalves Rossi
Presidente

1 – Identificação

Nome completo da unidade e sigla: Companhia Nacional de Abastecimento – **Conab**
Superintendência Regional do Ceará – **Sureg/CE**

Natureza jurídica: Empresa pública

Vinculação Ministerial: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA

Normativos de criação, definição de competências e estrutura organizacional
regimento interno ou estatuto da unidade de que trata o Relatório de Gestão e **respectiva data de publicação no Diário Oficial da União:**

Criação:

A Conab está constituída nos termos do artigo 19, inciso II, da Lei n.º 8.029, de 12 de abril de 1990. É uma empresa pública vinculada ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Teve seu 1.º Estatuto Social aprovado pelo Decreto 99.944, em 26/12/1990 e suas atividades tiveram início em 1º de janeiro de 1991. Suas competências estão definidas no Estatuto Social, em sua 9ª versão, alterada pelo Decreto 6.407 de 24/03/2008, publicado no DOU de 25/03/2008.

Estatuto Social

Alterações

Versão	Decreto	Data do Decreto	Data de Publicação no DOU
1.ª Versão	99.944	26/12/90	31/12/90
2.ª Versão	369	19/12/91	20/12/91
3.ª Versão	s.n.º	03/07/95	04/07/95
4.ª Versão	1.816	09/02/96	09/02/96
5.ª Versão	s/n.º	19/12/96	20/12/96
6.ª Versão	2.390	19/11/97	21/11/1997
7.ª Versão	3.336	13/01/00	14/01/00
8.ª Versão	4.514	13/12/02	16/12/02
9.ª Versão	6.407	24/03/08	25/03/08

● Competências:

- Planejar, normatizar e executar a Política de Garantia de Preços Mínimos do Governo Federal;
- Implementar a execução de instrumentos de sustentação de preços agropecuários;

- Coordenar ou executar as políticas oficiais de formação, armazenagem, remoção e escoamento dos estoques reguladores e estratégicos de produtos agropecuários;
- Encarregar-se da execução das políticas do Governo Federal nas áreas de abastecimento e regulação da oferta de produtos agropecuários no mercado interno;
- Desenvolver ações no âmbito do comércio exterior, obedecendo diretrizes baixadas pelo MAPA, Decreto 3.981, de 24 de outubro de 2001, que dispõe sobre a Câmara de Comércio Exterior-CAMEX, do Conselho do Governo, e dá outras providências;
- Participar da formulação da política agrícola; e
- Exercer outras atividades, compatíveis com seus fins, que lhe sejam atribuídas ou delegadas pelo Poder Executivo.

A Superintendência Regional do Ceará – Sureg CE é parte integrante da estrutura organizacional da Conab, tendo sido criada pela Resolução CONAD nº 05 de 11 de maio de 1998, mediante deliberação do Conselho de Administração da Conab, em sua 62.^a Reunião Ordinária, ocorrida em 8/5/1998, no uso da competência que lhe foi conferida pelo Art. 15, Inciso VIII, do Estatuto Social da Companhia, e considerando os Arts. 11, §1º e Art. 18 do Estatuto Social e os Art. 52 a 70 do Regimento Interno da Companhia.

Com sede em Fortaleza - CE está subordinada hierarquicamente à Presidência da Conab e funcionalmente às respectivas Diretorias.

No âmbito de sua jurisdição, tem as seguintes **competências regimentais**:

- Representar a Companhia perante os órgãos federais, estaduais e municipais;
- Manter estreita e ativa interação com entidades públicas e privadas ligadas ao agronegócio, objetivando antever soluções para questões regionais, divulgar as ações da Companhia;
- Buscar novos negócios;
- Divulgar, cumprir e fazer cumprir as diretrizes governamentais estratégicas da Companhia, as disposições legais e os atos normativos em vigor;
- Coordenar e supervisionar as atividades desenvolvidas pelas áreas subordinadas; e
- Constituir grupos de trabalho, comissões de licitação, de sindicância, de inventário de mercadorias e outros similares de interesse da Companhia.

Sua estrutura orgânica, composta por unidades administrativas e operacionais, está disciplinada no Estatuto Social e regulamentada no Regimento Interno aprovado pelo Conselho de Administração.

- I – Procuradoria Regional - PRORE
- II – Gerência de Desenvolvimento e Suporte Estratégico - GEDES
 - a) Setor de Desenvolvimento Empresarial - SEDEM
 - b) Setor de Apoio à Logística e Gestão da Oferta - SEGEO
- III – Gerência de Operações - GEOPE
 - a) Setor de Operações de Estoques - SEOPE
 - b) Setor de Operações Comerciais – SECOM

- c) Setor de Programas Institucionais e Sociais de Abastecimento – SEPAB
- IV – Gerência de Finanças e Administração - GEFAD
 - a) Setor de Recursos Humanos - SEREH
 - b) Setor Administrativo – SETAD
 - c) Setor Contábil e Financeiro – SECOF
- VI – Unidades Operacionais
 - a) Unidade de Comercialização – UC
 - b) Unidade Armazenadora - UA

CNPJ: 26.461.699/0108-10

Nome e Código no SIAFI: 135115 - 22211

Código da UJ titular do relatório: 135115

Códigos das UJs abrangidas:

Endereço completo da sede: Rua Antônio Pompeu, 555 – José Bonifácio, Fortaleza/ CE -
CEP: 60040-001 - Telefone: (85) 3252-1722 e Fax: (85)
3231-7300

Endereço da página institucional na *internet*: www.conab.gov.br

Situação da unidade quanto ao funcionamento: Em Funcionamento

Função de governo predominante: 20 - Agricultura

Tipo de atividade: Abastecimento Agroalimentar

Subórgão	UG	Unidades gestoras utilizadas no SIAFI	UF	Função	Situação
2211	135000	UA-Russas	CE	Executora	OFF LINE
2211	135115	Conab Sede Sureg Ceará	CE	Executora	ON LINE
2211	135118	UA-Maracanaú	CE	Executora	OFF LINE
2211	135120	UC Fortaleza	CE	Executora	OFF LINE
2211	135130	UA-Juazeiro do Norte	CE	Executora	OFF LINE
2211	135131	UA-Sobral	CE	Executora	OFF LINE
2211	135133	UA-Iguatu	CE	Executora	OFF LINE
2211	135329	UA-Senador Pompeu	CE	Executora	OFF LINE
2211	135552	UA-Crateus	CE	Executora	OFF LINE
2227	135116	Unid. Estoque Estratégico/CE	CE	Executora	OFF LINE
2228	135117	Núcleo Estoque Regulador/CE PGPM	CE	Executora	OFF LINE
2234	135447	Mercado de Opções -CE	CE	Executora	OFF LINE

Fonte: Siafi

2 – Objetivos e metas institucionais e/ou programáticos

2.1 – Responsabilidades Institucionais: papel da unidade na execução das Políticas Públicas

A Conab é a empresa oficial do Governo Federal encarregada de gerir as políticas agrícolas e de abastecimento. Atua em todo o território nacional por meio de suas Superintendências Regionais, visando assegurar o atendimento de necessidades básicas da sociedade, preservando e estimulando mecanismos de mercado.

A missão institucional da Conab é “**Contribuir para a regularidade do abastecimento e garantia de renda ao produtor rural, participando da formulação e execução das políticas agrícola e de abastecimento**”.

A Companhia tem por objetivos:

- planejar, normatizar e executar a Política de Garantia de Preços Mínimos do Governo Federal;
- implementar a execução de outros instrumentos de sustentação de preços agropecuários;
- executar as políticas públicas federais referentes à armazenagem da produção agropecuária;
- coordenar ou executar as políticas oficiais de formação, armazenagem, remoção e escoamento dos estoques reguladores e estratégicos de produtos agropecuários;
- encarregar-se da execução das políticas do Governo Federal, nas áreas de abastecimento e regulação da oferta de produtos agropecuários, no mercado interno;
- desenvolver ações no âmbito do comércio exterior, consoante diretrizes baixadas pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, e observado o Decreto n.º 3.981, de 24 de outubro de 2001, dispõe sobre a Câmara de Comércio Exterior - Camex, do Conselho de Governo, e dá outras providências;
- participar da formulação da política agrícola; e
- exercer outras atividades, compatíveis com seus fins, que lhe sejam atribuídas ou delegadas pelo Poder Executivo.

Para cumprir sua missão e objetivos, a Conab realiza atividades como: comprar, vender e permitar produtos de origem agropecuária. Podendo ainda, promover a estocagem e o transporte desses produtos e, se necessário, atuar como companhia de armazéns gerais;

A Conab desenvolve atividades que abrangem toda a cadeia do sistema produtivo dos principais produtos agrícolas destinados ao suprimento da sociedade brasileira. Sua atuação pode ser dividida em cinco grandes segmentos de atividades:

- **Informações do Setor Agropecuário:** Desenvolver atividades de coleta, tratamento e análise de informações e dados sobre o comportamento das safras agrícolas, dos mercados (nacional e internacional), custos de produção, e outras informações que são repassadas ao Governo Federal e ao setor agropecuário. Tais informações possibilitam

ao Governo a adoção de medidas de apoio e incentivo à agropecuária, reunidas nos chamados Planos-Safra.

- Gestão dos Estoques Públicos: Fiscalizar os estoques públicos e administrar as atividades de armazenamento, movimentação e destinação desses estoques (venda ou doação aos programas sociais), participando, também, do processo de comercialização de produtos agrícolas, seja por compra direta, venda em bolsas de mercadorias ou balcão, ou na utilização de instrumentos que incentivem a remoção de produtos para áreas desabastecidas.
- Programas Sociais e de Abastecimento: Desenvolver atividades voltadas à disponibilização de produtos (pela aquisição direta ou em bolsas de mercadorias), e ao transporte e a entrega nos locais/comunidades de destino, de acordo com programas sociais e de abastecimento desenvolvidos pelo Governo Federal.
- Armazenagem: Oferecer serviços de recepção, guarda e conservação de produtos agropecuários ou industrializados e a respectiva expedição exercendo, ainda, o papel de companhia de armazéns gerais, atuando no mercado de forma supletiva e estratégica.
- Organização e apoio aos mercados varejista de micro e pequeno porte e atacadista hortigranjeiro: Induzir ações de preparação, formalização e regularização de unidades varejistas para formação de Centrais de Negócios, e articular com o setor e seus parceiros visando a integração de bancos de dados estatísticos, treinamento, modernização e aperfeiçoamento dos processos de gestão técnico-operacional e administrativa, com a disponibilização e democratização do acesso às informações geradas.

2.1.1 - Política de Garantia de Preços Mínimos e Instrumentos de Comercialização

A Conab responde pela formulação e execução da Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM), que exerce papel relevante nas decisões de plantio do produtor, permitindo a redução das oscilações de preços, típicas do mercado agrícola. Este mecanismo busca garantir ao produtor rural uma receita mínima por unidade de produto, e com isso, assegurar o abastecimento interno de alimentos.

Tal política foi criada para dar suporte ao produtor nas situações em que os preços de mercado caem a níveis que tragam prejuízos para o setor, sem que a sua execução venha monopolizar a comercialização agrícola, ou seja, é necessário dar espaço para que a livre iniciativa continue operando na compra, venda e beneficiamento dos produtos agrícolas, devendo o governo intervir em momentos de reais dificuldades e saindo do mercado assim que as condições estiverem recuperadas.

Para a elaboração da proposta de preços mínimos dos produtos que compõem a pauta da PGPM, a Conab leva em conta todos os fatores previstos em legislação específica (Decreto-Lei nº. 79/1966), utilizando como parâmetros os preços observados, os estudos de mercado, as necessidades de consumo e de importação e exportação, os custos de produção e as características sócio-econômicas que envolvem cada produto.

A PGPM atua por meio de instrumentos de comercialização como:

- Aquisições do Governo Federal (AGF): consiste na venda da produção ao governo, mediante aquisição direta, ou seja, compra com pagamento à vista, objetivando garantir preço mínimo ao produtor rural, agricultor familiar e/ou sua cooperativa, a fim de manter o nível de renda dos produtores.

Quando o preço de mercado apresenta-se abaixo do Preço Mínimo fixado para a safra vigente, a operação se realiza, desde que haja repasse de recursos pelo Tesouro Nacional. Os beneficiários interessados em vender sua produção deverão atender aos requisitos de qualidade estabelecidos para os produtos, depositando-os em armazéns credenciados e apresentando a documentação exigida para o cadastramento.

No ano de 2008 foram adquiridas 393.064 toneladas de produtos tais como milho, sisal e trigo, com destaque para o primeiro no Estado do Mato Grosso. Para os produtores desse estado a intervenção do governo foi fundamental, com apoio importante, pois no início da colheita da safrinha o produto chegou a ser cotado R\$11,06 nas praças mais distantes dos centros de consumo enquanto que o preço mínimo estava fixado em R\$11,00.

- Contrato de Opção: permite que o Governo Federal faça aquisições de produtos de modo seletivo, ou seja, escolhendo a região e o tipo de produto que deseja comprar, beneficiando produtores rurais e cooperativas de produtores cadastrados em uma Bolsa credenciada, e que não estejam inadimplentes com a Companhia. Contempla todos os produtos definidos pela PGPM, sendo os contratos lançados por decisão das autoridades governamentais, em função das condições de comercialização de cada produto. Seu objetivo é proteger o produtor/cooperativa contra os riscos de queda nos preços de seu produto, já que o contrato é lançado preferencialmente no período de sua colheita e seu vencimento ocorre na respectiva entressafra.

Ocorrendo na modalidade de venda, dá ao beneficiário o direito de vender seu produto para o Governo, numa data futura, a um preço previamente fixado. O acesso ao contrato se dá por meio de Leilões, onde todas as Bolsas credenciadas (de Cereais, de Mercadorias e/ou de Futuros) ficam simultaneamente interligadas.

No ano de 2008, os Contratos lançados nos leilões realizados pelo Sistema Eletrônico de Comercialização da Conab, resultaram na aquisição de 821.074 toneladas de milho no Mato Grosso.

- Prêmio de Escoamento de Produto (PEP): é uma subvenção econômica concedida por meio de leilões, àqueles que se disponham adquirir o produto indicado pelo Governo Federal, diretamente do produtor rural e/ou sua cooperativa, pelo valor de referência fixado (preço mínimo), promovendo seu escoamento para uma região de consumo previamente estabelecida e seguidas as condições previstas no regulamento.

Esse instrumento pode ser utilizado para complementar o abastecimento em regiões deficitárias a partir de estoques privados.

Em 2008, foram realizadas operações de PEP equivalentes a 899.688 toneladas de milho e trigo e 26.666.633 litros de vinho.

- Valor de Escoamento do Produto (VEP): instrumento de Comercialização Governamental, concedido por meio de leilão, àqueles que se dispõem a adquirir o produto do Governo Federal e promover seu escoamento para uma região de consumo previamente estabelecida, mediante recebimento de subvenção econômica.

Neste instrumento são priorizados os produtos de safras antigas, os considerados sob risco de perda do valor comercial ou em deterioração, as pontas de estoques e saldos remanescentes em quantidades irrelevantes para o mercado e os localizados em regiões distantes.

Se o Governo decidisse por uma venda normal, com os preços de mercado, apenas os consumidores próximos teriam interesse em adquirir o produto, possivelmente prejudicando a comercialização local e não atendendo ao objetivo de abastecer as regiões carentes.

No exercício de 2008 foram negociadas 342.455 toneladas de milho em grãos, armazenados no Estado do Mato Grosso, promovendo o escoamento para todos os estados da Região Nordeste e também para o Acre, Amazonas, Pará, Rondônia, Espírito Santo, Minas Gerais, Rio de Janeiro, São Paulo e Rio Grande do Sul. A demanda é estabelecida pela Secretaria de Política Agrícola-SPA do MAPA, estando relacionada à necessidade e abastecimento na região consumidora. O milho escoado atendeu, na região de destino, o seguinte ramo de atividade: criação de aves, suínos e bovinos; abate de suínos, aves e outros pequenos animais; comércio atacadista de produtos alimentícios em geral; fabricação de insumos para rações e forragens balanceadas para animais.

- Prêmio de Risco para Aquisição de Produto Agrícola Oriundo de Contrato Privado de Opção de Venda (PROP): é uma subvenção econômica concedida em leilão público ao segmento consumidor que se dispõe a adquirir determinado produto, em data futura, diretamente de produtores e/ou suas cooperativas, pelo preço fixado e nas unidades da federação estabelecidas pelo governo, utilizando-se para isso do lançamento, em leilão privado, de Contrato Privado de Opção de Venda.

Funciona de modo similar ao Contrato de Opção de Venda e ao PEP, no entanto, quem lança os contratos é o setor privado.

É uma política que contempla os setores diretamente envolvidos na cadeia produtiva mas, principalmente, é um instrumento de sustentação de preços utilizado pelo governo objetivando a manutenção da renda dos produtores rurais, pois garante preços adequados em momento de baixa nas cotações.

No exercício de 2008, a intervenção ocorreu apenas para o milho produzido no Estado do Mato Grosso, sendo ofertados 46.808 contratos de 27 toneladas cada e negociados 24.808, o que corresponde a 650.322 toneladas, nos seguintes estados: AL, BA, CE, PB, PE, PI, RN, SE, ES, MG e MT.

- Prêmio Equalizador Pago ao Produtor (PEPRO): subvenção econômica concedida ao produtor rural e/ou sua cooperativa que se disponha a vender seu produto pela diferença entre o Valor de Referência estabelecido pelo Governo Federal e o valor do Prêmio Equalizador arrematado em leilão, obedecida a legislação do ICMS vigente em cada estado da Federação.

Com operação semelhante ao PEP, garante um patamar de preço ao produtor, que tanto pode ser o mínimo quanto um outro definido (preço de referência), sendo que a principal diferença é o pagamento do prêmio diretamente ao produtor rural. Esse instrumento, lançado quando o preço de mercado estiver abaixo do Preço Mínimo, é operacionalizado por intermédio das Bolsas credenciadas e, similarmente ao PEP, desonera o Governo de

adquirir o produto, viabilizando o seu escoamento para as regiões consumidoras, de modo a complementar o abastecimento.

Do total de produtos ofertados em 2008 (1.024.032 de toneladas de algodão), 99,96% foi negociado. Esse resultado revela a importância desse instrumento, uma vez que sinalizou aos produtores garantia de preço, tendo em vista que a cotação do produto estava bem abaixo do preço fixado pelo governo.

- Vendas em Leilão Público: a intervenção do governo na comercialização de produtos agrícolas se dá com a participação das Bolsas de Cereais, visando suplementar a oferta e corrigir os desequilíbrios de preços, no âmbito da política de abastecimento.

As vendas realizadas com os estoques governamentais (vínculo AGF, Contrato Público de Opção de Venda e Programa de Aquisição de Alimentos-PAA), em 2008, resultaram em 954.500 toneladas negociadas, com destaque para o arroz, que correspondeu a 93,29% do total ofertado.

- Vendas em Balcão: programa de abrangência nacional que permite, de forma efetiva, que os compradores de pequeno porte tenham acesso aos estoques oficiais, com igualdade de condições obtidas pelos médios e grandes clientes, tradicionalmente usuários de compras por meio de pregões públicos.

Objetiva viabilizar o acesso dos criadores e da agroindústria de pequeno porte aos estoques públicos de produtos agrícolas, por meio da venda direta; garantir o suprimento de insumos a preços de mercado, estimulando e apoiando a pequena produção rural e propiciar que as entidades de pesquisa contribuam para o desenvolvimento do setor.

No ano de 2008, o total de vendas em balcão correspondeu a 75.721 toneladas, com operações voltadas quase que exclusivamente para o milho (99,77%), já que as vendas de castanha de caju (RN e PI) foram pouco significativas (174 toneladas). Mediante esse Programa foram atendidos cerca de 29.547 beneficiários, sendo que as vendas de milho foram mais concentradas no Estado de Santa Catarina (20.807 toneladas).

Vale lembrar que é de responsabilidade da SPA/MAPA a decisão sobre os instrumentos e o momento em que serão utilizados, a intensidade da intervenção, os produtos beneficiados, assim como a origem e o destino dos produtos. Cabe à Conab sua operacionalização, ou seja, a elaboração dos editais, a realização dos leilões, a conferência da documentação que comprova a efetivação da operação e, quando for o caso, o pagamento da respectiva subvenção, com recursos oriundos do Tesouro Nacional.

2.1.2- Agricultura Familiar e Programa de Aquisição de Alimentos-PAA

Integrando um conjunto mais abrangente de políticas desenvolvidas pelo Governo Federal, tem se mostrado de grande relevância a operacionalização do Programa de Aquisição de Alimentos-PAA, pela Conab, em parceria com organizações públicas e da sociedade civil, voltadas ao fortalecimento da segurança alimentar e nutricional do país.

A criação do PAA por instrumento legal (Lei nº 10.696/03) representou um marco na política agrícola brasileira. Sua implementação revela a presença do Estado na comercialização da pequena produção familiar, historicamente ausente das políticas

públicas. Ao assegurar aos pequenos agricultores a aquisição de seus produtos, o governo lhes transmite segurança e, como os preços são remuneradores, eles se sentem incentivados a produzir mais e melhor. Com a geração de renda, e outras ações articuladas, eleva-se o padrão de vida do agricultor e de sua família e promove-se o desenvolvimento sustentável nas áreas mais desassistidas do meio rural.

A Conab exerce papel preponderante ao dar suporte às ações de comercialização, que é uma das etapas mais difíceis das atividades desenvolvidas pelos agricultores familiares, implementando instrumentos de política agrícola específicos a essa atividade. O Programa de Aquisição de Alimentos não somente apóia a agricultura familiar, por meio da compra da produção de pequenos agricultores, como facilita o processo de doação, realizando ações vinculadas à distribuição de produtos agropecuários para pessoas em situação de insegurança alimentar, e visa, ainda, à formação de estoques estratégicos.

As atividades desenvolvidas pela Companhia, referentes à operacionalização do Programa, estão em sintonia com outras ações implementadas pela Conab e relacionadas ao Fome Zero, quais sejam: estruturação de logística de recebimento, armazenagem e distribuição de donativos, e leilão eletrônico de compra de alimentos visando ao atendimento emergencial de comunidades indígenas, quilombolas e acampados da reforma agrária, em situação de risco alimentar.

Considerado uma das ações estruturantes do Fome Zero, o PAA constitui-se em mecanismo de política pública que, em conjunto com o Programa Nacional de Agricultura Familiar (Pronaf), embasa o suporte de apoio à produção e à comercialização voltado para os agricultores familiares. O PAA é executado mediante acordos firmados com os detentores dos recursos orçamentários, originados do Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza e regulamentado pela Lei Complementar nº 11/2001, e também de orçamento advindo do Tesouro Nacional, por meio dos ministérios envolvidos.

O Programa é interministerial, coordenado pelos Ministérios do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) e do Desenvolvimento Agrário (MDA), sendo executado pelos governos estaduais e municipais e, em âmbito federal, pela Conab.

Os acordos mantidos com o MDS e com o MDA, em 2008, foram essenciais para a implementação da política de fortalecimento do Agricultor familiar.

Mediante o instrumento de Formação de Estoque pela Agricultura Familiar denominado CPR-Estoque, o qual visa a formação de estoques por meio da Agricultura Familiar, as operações movimentaram 50.526 toneladas de diversos produtos agrícolas, beneficiando 14.715 agricultores familiares enquadrados no Pronaf, organizados em cooperativas ou similares, contemplando 143 municípios, em 23 estados do território nacional.

Já a aquisição e distribuição de produtos alimentícios por meio da Compra Especial da Agricultura familiar- CPR-Doação, que permite a aquisição da produção de agricultores familiares para doação simultânea, atingiu nesse ano o quantitativo de 114.106 toneladas, contemplando 64.109 agricultores familiares, distribuídos em todos os estados da federação, com destaque para Minas Gerais. Os produtos adquiridos foram doados a 17.761 entidades, identificadas como instituições governamentais ou não-governamentais que desenvolvem trabalhos de atendimento às populações em situação de risco social, e beneficiaram cerca de 10.466.480 pessoas, com maior concentração de beneficiários consumidores em Minas Gerais e em São Paulo.

Ressalte-se que, por ocasião da compra dos alimentos, os recursos financeiros usados para o pagamento movimentam a economia, incentivando os circuitos locais e regionais de produção e comercialização. Assim, os produtos de uma determinada região são consumidos pelas populações locais, proporcionando dinamismo à economia da localidade.

Também a Compra Direta da Agricultura Familiar-CDAF tem apoiado o agricultor familiar na medida em que, sendo feita diretamente pela Conab, dispensa intermediários, com o pagamento líquido e certo da produção agrícola familiar. Caracteriza-se pela aquisição de produtos agropecuários definidos pelo Governo, a preços de referência, em pólos de compra instalados próximos aos locais de produção.

Os produtos adquiridos dos agricultores familiares são destinados à formação de estoques públicos, podendo ser canalizados para populações em situação de insegurança alimentar - geralmente residentes na própria região onde os alimentos foram produzidos, a exemplo dos acampados da reforma agrária, quilombolas, indígenas, atingidos por barragens e outros segmentos. São também distribuídos para programas sociais públicos, abastecendo creches, escolas, cozinhas comunitárias, restaurantes populares e entidades assistenciais e/ou benfeiteiros.

Por meio da Compra Direta, que foi utilizada em 10 estados da federação (AL, CE, MG, PB, PE, PI, PR, RN, RS e SP), ocorreu a aquisição de 13.873 toneladas de diversos produtos, atendendo 13.334 agricultores familiares, localizados em 154 municípios da federação, com destaque para o Rio Grande do Sul, que atendeu cerca de 9.557 agricultores, distribuídos em 24 municípios do Estado.

Em 2008 foram feitos investimentos significativos no PAA, totalizando R\$288.452.114,61 e beneficiando 92.071 agricultores familiares.

Esse resultado demonstra a relevância da Conab na operacionalização do PAA, tarefa que veio ampliar e aprofundar suas responsabilidades sociais, ao atuar especificamente com segmentos de agricultores muitas vezes preteridos pelas políticas públicas.

2.1.3- Programas Institucionais e Sociais de Abastecimento

No âmbito dos programas institucionais e sociais de abastecimento, destacam-se as parcerias firmadas com o Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome e com o Ministério da Integração Nacional (Defesa Civil), incluindo outros agentes públicos, que permitiram, ao longo do ano de 2008, viabilizar a distribuição de 39.552 toneladas de produtos, equivalentes a 1.735.573 cestas de alimentos, suplementando as necessidades alimentares e nutricionais de famílias de trabalhadores rurais acampadas, quilombolas, comunidades de terreiros, famílias atingidas por barragens, comunidades de terreiro, famílias de marisqueiros/caranguejeiros e comunidades indígenas, além daquelas comunidades vitimadas por calamidades públicas, em diferentes regiões do país e em países amigos, que estiveram em situações emergenciais propícias à insegurança alimentar.

Para a composição das cestas, a Conab recorre ao estoque estratégico formado por produtos oriundos das aquisições do Programa de Aquisição de Alimentos-PAA e/ou adquiridos no mercado, via leilão público ou, ainda, utiliza produtos recebidos em doação ao Fome Zero. Estas cestas, geralmente compostas por produtos tais como arroz, feijão,

fubá, farinha de mandioca, macarrão, óleo e açúcar, são depositadas em unidades armazenadoras da Conab estrategicamente localizadas, possibilitando ao Governo o atendimento tempestivo às populações afetadas por desastres de qualquer tipo.

Os beneficiários da distribuição gratuita de alimentos, caracterizados como famílias ou grupos populacionais específicos, em situação de vulnerabilidade social e/ou insegurança alimentar e nutricional, são indicados pelo MDS ou pelo MI e/ou pelo Comitê Gestor das Ações Federais de Emergência, sendo que a distribuição fica a cargo dos representantes da Funai, Incra, Funasa, Fundação Cultural Palmares, Defesa Civil, MAB, SEPPIR, Ouvidoria Agrária Nacional OAN/MDA, Forças Armadas, além dos diversos parceiros do Fome Zero.

A experiência e a capilaridade operacional da Conab são fundamentais no apoio logístico demandado pelos diversos programas e ações governamentais. Essa logística tem favorecido o recebimento, a guarda, o transporte e a disponibilização de produtos ou mercadorias para distribuição.

No contexto do Fome Zero, tais ações contemplam produtos recebidos em doação de terceiros, incluindo mercadorias e equipamentos apreendidos por órgãos públicos de fiscalização, tais como equipamentos eletrônicos, utensílios, peças de vestuários e brinquedos. Também foram distribuídos materiais de instrução pedagógica, como cartilhas utilizadas em campanhas e atividades de capacitação nas áreas de segurança alimentar e cidadania. A movimentação dessas mercadorias, incluindo sua doação, é definida pelos órgãos gestores, cabendo à Conab as ações operacionais e fiscais decorrentes. Em relação ao ano de 2007, o resultado operacional dessas doações apresentou redução de 48% (passou R\$3,69 milhões para R\$1,92 milhão), destacando-se a distribuição de produtos às famílias do Estado de Santa Catarina, com valor de R\$1.921.740,98, evidenciando um maior engajamento por parte da sociedade/governo no processo que permeia as ações pontuais do Fome Zero.

Fortalecendo as relações interinstitucionais a Conab participa, também, de ações relativas à ajuda internacional, encaminhando alimentos para o exterior, caso o Governo Federal assim o decida, mediante cestas cuja composição procura respeitar as características alimentares do país beneficiário. A demanda, nesse caso, é definida nas esferas diplomáticas, e o processo é conduzido pelo Grupo de Trabalho Interministerial sobre Assistência Humanitária Internacional, ficando a entrega sob a responsabilidade do Ministério das Relações Exteriores.

No ano em referência, foi enviado o total de 1.602,1 toneladas de produtos alimentícios aos seguintes países: Bolívia (5,5 t), Cuba (528,6 t), [Haiti](#) (527,5 t), Jamaica (500,0 t), Moçambique (6,0 T), Paraguai (28 t) e Zâmbia (6,5 t).

Na linha dos programas institucionais, tendo como diferencial ser um programa de gestão direta da Conab e contar com dotação orçamentária específica, deve ser destacada a Rede de Fortalecimento do Comércio Familiar de Produtos Básicos-REFAP, em fase de estruturação, criada com a missão de articular ações que contribuam para a modernização e o fortalecimento do segmento varejista. Essa ação, sob a coordenação da Conab, tem por objetivo proporcionar, ao segmento dos micro e pequenos varejistas, sistemas de gestão comercial que propiciem a qualificação e expansão de seus negócios, mediante suporte técnico, acesso direto a potenciais fornecedores e acesso a capital de giro com taxas diferenciadas, com a perspectiva de oferecer às comunidades mais necessitadas produtos de qualidade a preços compatíveis.

Essa ação foi concebida em face da necessidade de se preservar a pluralidade do pequeno comércio varejista, instalado nas periferias das grandes cidades e nas pequenas concentrações urbanas, e ao mesmo tempo garantir a satisfação das demandas das comunidades circunvizinhas, com produtos de qualidade e a preços condizentes com o mercado. Por meio do processo de indução, a REFAP estimula o associativismo entre os varejistas filiados, com o propósito de formação das Centrais de Negócios.

O Acordo de cooperação Técnica celebrado entre a Conab e o Banco do Nordeste, que criou uma linha de crédito no valor de R\$50 milhões para os varejistas filiados, deu novo impulso à Rede, que foi desencadeada no Nordeste como projeto-piloto, contemplando os estados de Pernambuco, Paraíba, Alagoas, Ceará, Rio Grande do Norte e Bahia. Em 2008 foram organizadas 305 unidades de varejo nessa região.

2.1.4 - Informações Agropecuárias e Pesquisa de Safras Agrícolas

Buscando ser referência como provedora de informações e conhecimento do setor agropecuário e de abastecimento, a Conab tem o compromisso de difundir, sistematicamente, as informações demandadas pelo setor. Nesse sentido, possui e mantém atualizado um dos maiores bancos de dados sobre o segmento agropecuário e vem disponibilizando parte desse acervo, desde 1992, por meio de publicações que contemplam estatísticas referentes a: Estimativas de Safras (principais grãos, café e cana-de-açúcar); Importações e Exportações Brasileiras; Balança Comercial da Agricultura; Oferta e Demanda dos principais produtos; Preços da Agropecuária (produtor, atacado e varejo); Preços Mínimos (PGPM) e Preços de Referência para a Agricultura Familiar (PGPAF); Preços dos Insumos Agropecuários; Índices Econômicos; Impostos de Importação; Indicadores Econômicos e outros. Também divulga dados relativos às operações da Companhia, tais como Aquisições-AGF, Vendas, Contrato Público de Opção de Venda, Programa de Escoamento do Produto – PEP, Valor do Escoamento do Produto – VEP, Programa de Venda Balcão e, mais recentemente passou a disponibilizar os dados referentes à Agricultura Familiar.

Destacam-se as estimativas de produção, cujo volume e complexidade dos trabalhos pertinentes têm aumentado, em razão da crescente safra brasileira e da exigência cada vez maior dos usuários.

O acompanhamento e a quantificação da produção agrícola brasileira pelo MAPA, mediante os Levantamentos das Safras Agrícolas realizadas pela Conab, é de extrema relevância para a formulação e execução da Política Agrícola, pois permite aos gestores de políticas públicas conhecer a produção brasileira de grãos, antecipando-se aos eventuais problemas de abastecimento, adotando as ações corretivas proativa e tempestivamente, possibilitando, ainda, informar ao mercado sobre o volume a ser produzido, de forma a viabilizar seu planejamento. Ou seja, tais levantamentos, ao mesmo tempo em que subsidiam a elaboração de políticas agrícolas e de abastecimento, dão a necessária transparência aos agentes que interferem no mercado, nas decisões de produção e comercialização. Revela-se, portanto, de fundamental importância para as atividades de acompanhamento conjuntural dos produtos e para as de comercialização e movimentação das safras.

Os Levantamentos de Safras Agrícolas fornecem dados estatísticos de área, produção e produtividade dos principais grãos e fibras que compõem a safra agrícola nacional,

provendo o Governo de informações sobre a evolução dos produtos agrícolas, especialmente os destinados ao consumo humano, animal e industrial.

Esta atividade vem sendo desenvolvida regularmente pela Conab desde a sua criação (mais especificamente desde os anos 70, pela ex-Companhia de Financiamento da Produção-CFP), obedecendo a um calendário divulgado previamente para cada ano-safra. Cabe destacar que o corpo técnico da Conab acumulou, ao longo do tempo, significativa experiência e qualidade na sua execução, conquistando a credibilidade de diferentes segmentos das áreas pública e privada. O conceito de ano-safra adotado significa o intervalo de tempo entre o início do plantio à colheita e até o fim da comercialização (12 meses) que melhor agrupa estas safras e que não necessariamente coincidem com o ano civil. Assim, estipula-se que o início do ano-safra ocorre com o início do plantio dos produtos da Safra de Verão, a mais significativa delas. O trabalho consiste na realização de pesquisas de campo para apurar, em termos qualitativos, a situação das lavouras cultivadas no País. Para efeito deste trabalho, considera-se que o Brasil possui safras distintas, a saber: Safra de Verão, Safra da Região Norte/Nordeste e Safra de Inverno.

As pesquisas distribuem-se geograficamente pelo País e ao longo do tempo, podendo ocorrer coincidências de época, como por exemplo: a Safra de Inverno e a maior parte da Safra da Região Nordeste. Com isso, cada uma das pesquisas de campo tem um objetivo diferente, dependendo da época em que é realizada. Cabe esclarecer que a pesquisa contempla a “Intenção de Plantio” e o “Acompanhamento da Cultura” durante todo o ciclo vegetativo, sendo que no primeiro caso as informações coletadas referem-se apenas à primeira estimativa da área plantada e, no segundo, pode se desdobrar em duas fases: durante o desenvolvimento vegetativo da cultura e durante a colheita.

O levantamento de dados é realizado nas principais áreas de produção do País, consultando-se informantes que atuam junto aos produtores rurais, tais como agrônomos, técnicos de cooperativas, agentes financeiros, revendedores de insumos, Secretarias de Agricultura e órgãos de assistência técnica e extensão rural. Os roteiros compõem uma amostra intencional, definida a partir da área plantada de cada uma das principais culturas amparadas pela PGPM, representando o universo das mais diferentes regiões produtoras, sob os aspectos de solo e clima, levando em conta a distribuição espacial e temporal das colheitas.

Durante o ano-safra a Conab realiza doze pesquisas, sendo seis de campo intercaladas por outras seis realizadas à distância. No caso de ocorrências de situações climáticas anormais são realizadas pesquisas de campo nas áreas afetadas. A partir de 1998, a Conab decidiu investir no aperfeiçoamento do processo de avaliação de safra, passando a pesquisar tecnologia de sensoriamento remoto, técnicas de agrometeorologia e novos “softwares” estatísticos, visando melhor tratamento dos dados amostrais e maior acurácia e confiabilidade das informações produzidas. Para tanto, além da aquisição de equipamentos de informática, parcerias com instituições de ensino e pesquisas, como IBGE, INMET, IAPAR, SIMEPAR, DERAL, UNICAMP, INPE, UFPR, EPAGRI e UFRGS foram estabelecidas, com vistas à modernização do processo.

Nesse contexto, a partir de 2003 teve início o projeto GeoSafras, que busca a redução da subjetividade na avaliação e oferece informações objetivas mais precisas sobre área cultivada e produtividade das culturas, épocas e localização da produção. Na geração das informações o GeoSafras, complementando a metodologia tradicional de consulta direta ao setor produtivo, faz uso de geotecnologias tais como, métodos estatísticos,

sensoriamento remoto, posicionamento por satélite (GPS), sistema de informações geográficas e modelos agrometeorológicos. O modelo de coleta possibilita o mapeamento de áreas cultivadas, por meio de imagens de satélite, e a estimativa de produtividade por meio de modelos agrometeorológicos.

Entre as atividades desenvolvidas pelo GeoSafras, em 2008, destacam-se: a) o envolvimento do Brasil no Projeto DevCoCast que objetiva a divulgação de dados sobre o meio ambiente a partir de várias fontes da África, América Central e do Sul e na Europa; b) as tratativas para assinatura de acordo internacional com o JRC – Joint Research Center, visando o intercâmbio de pessoas e de informações de monitoramento da agricultura no Brasil/América do Sul; c) criação de um banco de dados sobre usinas de beneficiamento de cana-de-açúcar; e d) geração de boletins mensais de monitoramento agrometeorológicos.

A articulação institucional tem sido fundamental para viabilizar a execução desse Projeto, e o ambiente de cooperação constituído com um grupo de aproximadamente quinze instituições públicas de ensino e pesquisa e também entidades de apoio e extensão rural, sob a coordenação da Conab, tem permitido aprimorar as estimativas, tornando inquestionáveis os números do governo.

Ao final do ano de 2007, em atenção a antigas reivindicações dos agentes do agronegócio, que são usuários de informação de safras, os levantamentos do prognóstico passaram a ser realizados em colaboração com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, iniciando um processo de harmonização das estimativas oficiais de safra para as principais culturas temporais brasileiras. Até então, as pesquisas divulgadas pela Conab objetivavam orientar a cadeia produtiva e as do IBGE atendiam a fins estatísticos. A unificação, estabelecida mediante acordo firmado entre a Conab e aquele Instituto, teve início em novembro, com o trabalho conjunto de campo para a terceira estimativa de grãos da safra 2007/08. De qualquer forma, o calendário não foi alterado, ou seja, os levantamentos/divulgação das pesquisas para as culturas de grãos continuam sendo mensais e para o café e cana-de açúcar quadrimestrais.

A Conab conseguiu atender a meta prevista para as pesquisas de campo em 2008, realizando as viagens programadas conforme os períodos de safra das diversas regiões produtoras, sendo que nos meses em que não ocorreram viagens os dados foram coletados por outros meios, como telefone, e-mails etc, complementando os levantamentos.

Desta forma, as pesquisas realizadas puderam estimar em 144.113,7 mil toneladas a produção de grãos da safra 2007/08, superior à safra anterior em 9,4% (12.363,1 mil toneladas). De acordo com o quarto levantamento da safra de grãos 2008/09, a área a ser cultivada com as principais culturas no País está estimada em 47.493,3 mil hectares, superior à da safra anterior (2007/08) em 0,2% (47.421,1 mil hectares), devendo atingir uma produção de cerca de 137.033,8 mil toneladas.

De forma semelhante, a Conab procedeu a elaboração de estimativas da produção de café e da cana-de-açúcar, mediante Planos de Trabalho assinados com o MAPA.

Os trabalhos realizados visaram o levantamento e processamento de dados estatísticos para o café, no intuito de fornecer aos setores público e privado informações consistentes sobre a produção brasileira. O café é um produto que, em face de sua magnitude, influencia na formação dos preços praticados nos mercados nacional e internacional. A

safra nacional de café fechou com uma produção de 45.992 mil sacas beneficiadas, apresentando um aumento de 27,51% em relação ao anterior (36.070 mil sacas). Já a produção nacional da safra 2008/09 deverá atingir entre 36.897 e 38.798 mil sacas de 60kg de café beneficiado, com redução entre 19,78% e 15,64%, em razão do ciclo de baixa biunualidade, às chuvas irregulares, às altas temperaturas e ao menor investimento e menores tratos culturais em função dos altos custos de produção.

Com relação à cana-de-açúcar, a área atualmente ocupada é de aproximadamente 8.491.228 hectares, 13% superior à safra anterior, estando 82% concentrada na região Centro-Sul e 17% correspondendo à região Norte-Nordeste. E a produção brasileira da safra 2007/08 está estimada em 571.370,6 mil toneladas, 13,9% superior à safra passada (501.536,2 mil toneladas). Desta produção, 246.037,1 mil toneladas são destinadas a fabricação de açúcar e 325.333,5 mil toneladas para produção de álcool.

Essas informações são balizadoras do mercado e têm sido exaustivamente utilizadas pelos operadores do agronegócio e pelo governo como suporte na tomada de decisões. As estimativas de safras influenciam diretamente no comportamento dos preços internos e externos dos produtos agrícolas primários e seus derivados. O conhecimento do volume da produção e da sua distribuição no espaço geográfico propiciam ao governo aprimorar as ações nas políticas públicas para o setor agrícola, possibilitando estabelecer uma melhor logística de atuação nas mais diversas situações. O governo pode ainda planejar com maior segurança as atividades que envolvem os principais elos da cadeia produtiva, sobretudo nos pontos mais vulneráveis onde estão produtores e consumidores. Para a iniciativa privada, os benefícios permeiam todo o ambiente do agronegócio: setor produtivo, armazenagem, manutenção de estoques, transporte, industrialização, comercialização, exportação e importação. Portanto, ao aperfeiçoar sua forma de atuação nessa área, a Conab tem procurado cumprir seu compromisso de prestar serviços de qualidade na geração e difusão de informações agrícolas.

Também integra o conjunto de informações disponibilizadas pela Conab o projeto SIGABrasil, que consiste em um sistema de informações geográficas da agricultura brasileira, cujo objetivo é dar suporte ao agronegócio, mediante a integração de diversas bases de dados tabulares e geográficos (produção agrícola, rede de armazéns, agroindústrias, centros consumidores, malha rodoviária, ferroviária e hidroviária etc), permitindo a escolha de melhores alternativas para a logística do agronegócio, visando ao maior desempenho da cadeia produtiva agrícola do País.

Os principais produtos gerados, para atendimento às demandas internas e externas à Conab, durante o ano de 2008, foram os mapas sobre produção agrícola, rede viária, localização de armazéns e portos para desenvolvimento do estudo sobre os corredores de escoamento da produção, em elaboração pela Conab e para o desenvolvimento de ações, tais como: levantamento de safras, cadastro de unidades armazenadoras etc.

Esse conjunto de informações tem permitido o planejamento de operações tais como a escolha de melhores rotas de escoamento da produção, a localização de estoques excedentes ou de regiões de fortes demandas, o fluxo de cargas, a orientação para investimentos em recuperação e construção da malha viária, a escolha de locais mais adequados para instalação de agroindústrias e o planejamento de programas sociais.

O Programa Brasileiro de Modernização do Mercado Hortigranjeiro-PROHORT, entre outros objetivos, também se propõe a compor o conjunto de informações agrícolas, na medida em que visa a desenvolver e integrar os bancos de dados estatísticos das

Centrais de Abastecimento (Ceasas), subsidiando informações técnicas para a formulação de políticas agrícolas e de abastecimento, universalizando as informações geradas e reduzindo as assimetrias junto ao público. Instituído em 2005, o Programa tem a finalidade de, em interação com os Estados, Municípios e agentes integrantes da cadeia de produção e distribuição, resgatar o Sistema Nacional de Informações do setor, possibilitando a modernização da gestão dos mercados e dos serviços de apoio e a ampliação das funções das Centrais de Abastecimento. Estas Centrais poderão se tornar áreas privilegiadas para a execução e difusão das Políticas Públicas, especialmente no âmbito da saúde, educação e da segurança alimentar.

A comercialização de produtos hortigranjeiros tem sido muito expressiva, sendo este o setor da agricultura que mais cresce no mundo, e representa uma produção basicamente de pequenas áreas e diversas origens, possibilitando alta receita/hectare e manutenção de mão-de-obra no campo. No entanto, apesar de representativo, necessita do apoio e da ação governamental, principalmente devido ao grande número de áreas de produção, dificuldades relacionadas com a logística de transportes, perecibilidade dos produtos e o potencial de aumento de consumo interno e externo.

Em 2008, foram realizadas ações de divulgação, dentre outras, junto às câmaras setoriais das cadeias produtivas de hortaliças e frutas, buscando alavancar parcerias para a evolução do setor. Contudo, as atividades implementadas focaram, basicamente, o desenvolvimento do sistema de informações, visando a integração dos bancos de dados estatísticos das Centrais de Abastecimento.

2.1.5 - Gestão de Estoques - Armazenagem, Fiscalização e Movimentação de Produtos Agropecuários

A Conab atua direta e indiretamente no armazenamento de produtos agropecuários no Brasil.

De forma direta, mantém uma Rede Armazenadora constituída por 179 armazéns, agrupados em 96 unidades, com capacidade estática para 2.164.730 toneladas, em ambientes natural e artificial, sendo que a maior concentração de armazéns ocorre na região Centro-Oeste (32%), particularmente no Estado do Mato Grosso, que conta com 23 armazéns. Essas unidades destinam-se a prestar serviços de armazenamento e correlatos ao público em geral e também dão suporte aos programas de abastecimento que a Companhia executa ou dos quais participa (comercialização, distribuição ou formação de estoques estratégicos).

A armazenagem predominante nas UAs-Unidades Armazenadoras da Conab é a modalidade granel, representando 56% da capacidade total; a convencional participa com 43% e a destinada a produtos frigorificados, ambiente artificial, corresponde a 1%. Embora em operação, as unidades armazenadoras necessitam de manutenção e modernização, tanto das bases físicas, quanto dos seus equipamentos.

O estoque médio armazenado, em 2008, equivale a 496.561 toneladas, sendo 138.943 t de estoques do governo e 357.618 t de estoques de terceiros. Esse resultado representa uma redução de cerca de 21%, em relação ao exercício anterior. Apesar do decréscimo nos estoques governamentais (65,30%), houve incremento no quantitativo de estoques de terceiros (55,64%), inclusive na receita, equivalente a 41,15%, refletindo a receptividade aos serviços prestados pela rede da Conab ao setor armazenador.

Buscando a otimização da rede, tanto em termos de ocupação de espaços, quanto de receita, e visando se tornar mais competitiva, a Companhia tem investido na capacitação dos empregados e na manutenção/modernização de suas unidades buscando, inclusive, adaptar-se às recentes normas de certificação.

Além de atuar no armazenamento de produtos agropecuários, a Conab responde pela manutenção do cadastro de armazéns do país e pela fiscalização dos estoques governamentais em armazéns próprios e de terceiros. Também incentiva a modernização desse segmento, participando de forma ativa no projeto de certificação de unidades armazenadoras, e contribuindo com a capacitação do setor.

Nesse sentido, a Companhia tem se empenhado no treinamento e na qualificação da mão-de-obra que atua nesse ramo, objetivando a redução das perdas e a manutenção da qualidade dos produtos armazenados. Essa ação é realizada por meio de parcerias com organizações públicas e privadas e seu público-alvo contempla pessoas diretamente envolvidas com a recepção, o tratamento fitossanitário, a guarda, a conservação e a expedição de produtos agrícolas e, ainda, com a operação e a manutenção de máquinas e equipamentos. O objetivo é a disseminação de tais conhecimentos, na medida em que as pessoas treinadas possam atuar como multiplicadores voluntários, naquelas regiões que detêm maior capacidade estática de armazenagem.

Em 2008, o convênio mantido com a Fundação Arthur Bernardes-Funarbe foi rescindido, tendo sido capacitados somente 285 pessoas, mediante a implementação de 14 cursos em parceria com a Universidade Federal de Viçosa/Centreinar. Objetivando a continuidade dos treinamentos a Companhia tem-se empenhado na celebração de novo convênio com instituição de pesquisa e ensino na área de armazenagem.

A natureza dos cursos, tais como, armazenamento, classificação, análise, secagem, aeração e termometria, referentes aos grãos, inclusive noções sobre o gerenciamento de unidades armazenadoras, entre outros temas relacionados, tem elevado o grau de conhecimento dos participantes contribuindo, certamente, para a geração de empregos e a redução da rotatividade da mão-de-obra do setor.

A atuação da Conab na formação e manutenção do Cadastro Nacional das Unidades Armazenadoras, assim como na sua contínua atualização, implica a realização de operações de cadastramento e recadastramento, em nível nacional. Em 2008 foram realizadas operações em oito dos quatro estados para os quais foram programadas. Ocorreram, ainda, cadastramentos emergenciais em outros estados, objetivando o aumento da capacidade estática credenciada, para a efetivação das aquisições (AGF e Contrato Público de Opção de Venda) e apoio aos instrumentos de comercialização utilizados durante o ano, especificamente o Prêmio de Escoamento do Produto-PEP e o Prêmio de Risco de Opção Privada-Prop. Durante o exercício foram cadastrados/recadastrados 6.276 armazéns, ultrapassando em 50,50% a meta estabelecida.

As informações sobre a distribuição espacial, tipo de armazéns e sua qualificação, ou seja, equipamentos existentes, capacidade de processamento, de recepção e de expedição de produtos, são fundamentais para o conhecimento da oferta de armazenagem no país.

Dentro do conjunto de armazéns cadastrados, a Conab identifica aqueles com as mínimas condições técnicas para abrigar os estoque governamentais, os quais são denominados armazéns credenciados.

Ao final do exercício estavam cadastrados 16.623 armazéns, com capacidade estática para 128.516.969 toneladas, sendo 26.319.588 toneladas para produtos embalados ou enfardados e 102.197.381 toneladas para granel. No entanto, apenas 955 destes armazéns, correspondendo a 13.303.810 toneladas, se enquadravam nos requisitos técnicos estabelecidos pela Conab para trabalharem com os estoques públicos.

Como forma de prestar apoio logístico aos diversos programas de abastecimento e armazenagem que realiza, a Conab também exerce relevante papel na Movimentação dos Estoques Públicos.

A remoção de estoques tem por escopo principal a abertura de espaço em armazéns localizados em zonas de produção, para permitir o recebimento e a estocagem de produtos de safras novas, além de posicionar estratégicamente esses estoques, abastecer regiões carentes e realizar outras operações para garantir a integridade física e qualitativa dos estoques.

Foram contratadas remoções para a movimentação de 196.064 toneladas de milho em grãos, vinculados aos Contratos de Opção de Venda e AGFs. Do total contratado, aproximadamente 90,44% foi motivado pela necessidade de reposicionamento dos estoques para atendimento ao Programa Vendas em Balcão e **9,56%** (17.998 toneladas) em decorrência de desvio de parte dos estoques.

Além dessas foram removidas também 601 t de produtos alimentícios vinculados à Defesa Civil, 6.353 t dos estoques do MDA, 24.507 t de produtos do MDS e 4.000 cabeças de bovinos.

À Conab também compete uma ação extremamente relevante para a gestão dos estoques públicos, que é a **Fiscalização dos Produtos Agroalimentares**.

Com essa ação a Conab realiza, sistematicamente, o acompanhamento e a avaliação da integridade quantitativa e qualitativa dos estoques públicos, buscando evitar perdas, desvios de produtos e os prejuízos decorrentes. Suas atividades são relacionadas à fiscalização dos estoques próprios, governamentais e especiais do agronegócio, envolvendo a classificação e o controle de qualidade, assim como a vistoria dos estoques privados e dos programas institucionais e sociais de abastecimento.

Durante a fiscalização são avaliadas as condições técnicas, cadastrais e contratuais das Unidades Armazenadoras e o estado de conservação dos produtos. Também são apuradas as irregularidades operacionais, as faltas e depreciações qualitativas dos estoques e, ainda, a normalidade das operações com os estoques especiais do agronegócio.

Nesse exercício foram realizadas as nove etapas previstas no programa anual de fiscalização e mais nove especiais, em função da efetivação das aquisições e de denúncias de desvio de estoques. Foram vistoriados 2.875 armazéns, localizados em 24 unidades da federação e no Distrito Federal. Destaca-se que os estoques são fiscalizados mais de uma vez ao ano.

A fiscalização realizada em 2008 contemplou, cumulativamente, 9.734.630 toneladas de produtos, sendo estes vinculados ao Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar-PAA, às Aquisições do Governo Federal, aos Contratos Públicos de Opção de Venda, ao Fome Zero ou aos demais programas executados pela Conab, correspondendo a 99,81% dos estoques contábeis existentes no período de fiscalização e a 84,59% da meta operacional estabelecida para o exercício (11.507.810 toneladas).

Nas operações realizadas foram registradas perdas qualitativas (produtos abaixo do padrão e/ou desclassificados) de 1.929 toneladas de arroz e milho. Foram identificadas, ainda, perdas quantitativas (desvios e perdas em armazenagem), de 34.336 toneladas de arroz, feijão e milho.

Como resultado dessas operações, e conforme orientações contidas nos normativos internos, as providências adotadas com relação às ocorrências registradas implicaram cobranças, impedimento/descredenciamento do agente armazeador, abertura de processos administrativos, ou notificações à Procuradoria Geral da República, dependendo de cada situação.

Com a atividade de fiscalização busca-se, proativamente, propiciar maior segurança aos estoques depositados, de forma e aumentar a transparência, a responsabilidade e a eficiência dos procedimentos adotados pelos armazeadores.

Além dos estoques foram realizadas também 1924 fiscalizações sobre os instrumentos de comercialização, englobando PEP, PROP, VEP, Vendas em Balcão e propriedades rurais, objetivando garantir o atendimento à legislação e a confiabilidade das operações realizadas.

Alicerçadas pelo conjunto de informações agropecuárias, as ações empreendidas pela Conab na execução das políticas agrícola e de abastecimento, seja por intermédio de instrumentos de comercialização específicos, seja na operacionalização do programa de aquisição de alimentos da agricultura familiar, ou ainda por meio da implementação de programas sociais e institucionais, contaram com o suporte de uma estrutura armazeadora e também com a fiscalização das condições de armazenamento dos produtos cuja posição de estoques, em 2007, correspondeu a 2,3 milhões de toneladas.

Desta forma, mediante a execução da Política de Garantia de Preços Mínimos, e por meio do Programa de Aquisição de Alimentos, a Conab tem apoiado tanto a agricultura familiar quanto a empresarial, exercendo um importante papel na formulação e na implementação de políticas públicas voltadas ao setor agrícola e de abastecimento.

2.2 – Estratégia de Atuação

Considerando a missão institucional da Conab que é: **“Contribuir para a regularidade do abastecimento e garantia de renda ao produtor rural, participando da formulação e execução das políticas agrícola e de abastecimento”** e os objetivos do Programa Abastecimento Agroalimentar, inscritos no Plano Plurianual-2008/11, que buscam contribuir para a sustentabilidade da atividade agropecuária, mediante a implementação de políticas públicas e de mecanismos de apoio à produção, à comercialização e ao armazenamento, bem como a manutenção de estoques de produtos agropecuários para a regularidade do abastecimento interno visando o equilíbrio de preços ao consumidor e a segurança alimentar da população brasileira, a Companhia centrou esforços e direcionou

susas ações no atendimento das necessidades dos segmentos produtivos das cadeias do agronegócio, agricultores familiares, famílias em situação de risco nutricional e pequenos varejistas.

Para tanto, o foco das principais ações finalísticas esteve centrado nos objetivos vinculados à execução dessas políticas, delineados no Mapa Estratégico Corporativo, quais sejam:

a) Assegurar a execução efetiva da Política de Garantia de Preços Mínimos e Atuar proativamente na formação e gestão dos estoques públicos

Nesse sentido, atenção especial foi dada à operacionalização da Política de Garantia de Preços Mínimos-PGPM e do Programa de Aquisição de Alimentos-PAA. Ambos objetivam a redução das flutuações dos preços recebidos pelos produtores, de maneira a incrementar e garantir a oferta de alimentos e matérias-primas e a manutenção da renda do setor rural, pela intervenção do Governo Federal, via aquisição de produtos ou utilização de instrumentos que incentivem a comercialização. Além disso, o PAA objetiva, ainda, promover a inclusão social de grande número de pequenos agricultores familiares que, em virtude da pequena escala de produção, não conseguem facilidades e preços remuneradores na comercialização de seus produtos.

Em continuidade ao processo de consolidação e expansão da produção agrícola a Conab anunciou, durante o exercício, a maior safra brasileira de grãos (safra 2007/08), da ordem de 144,1 milhões de toneladas, 9,4% superior à anterior (2006/07).

A instabilidade do câmbio e a flutuação dos preços recebidos pelos produtores rurais, são fatores que reduzem o fluxo de renda e desvalorizam o patrimônio dos agricultores, levando-os ao empobrecimento e acarretando o êxodo rural, constituindo dois sérios problemas para a agricultura brasileira. Objetivando sua solução, ou a redução de seus efeitos, o Governo Federal tem aumentado continuamente o crédito, reduzido taxas de juros, investido em infraestrutura e estimulado a criação e a utilização de instrumentos que incentivem a comercialização de produtos agrícolas.

Especificamente na área de atuação da Conab, a Ação Formação de Estoques contou, em 2008, com recursos orçamentários da ordem de R\$2,3 bilhões, suficientes, caso fosse necessário, para a aquisição de 4,0 milhões de toneladas de produtos agrícolas.

Felizmente, os preços recebidos pelos produtores, à exceção do algodão e do sisal, permaneceram durante quase todo o ano em patamares elevados. Como consequência, as intervenções, via aquisições do Governo Federal, foram demandadas apenas no último trimestre, especificamente para o milho e trigo na Região Sul e no Estado do Mato Grosso. As aquisições somaram 1,2 milhão de toneladas, atingindo apenas 24,7% da meta estabelecida para o exercício.

Isso não significa dizer que a reduzida intervenção no mercado caracteriza má gestão ou planejamento deficiente. Pelo contrário, o Governo Federal, por meio da Conab, manteve permanente atenção às flutuações de preços, atualizando mensalmente os dados sobre o desempenho da safra agrícola, pronto para agir nos momentos, na intensidade e nos locais necessários. Na realidade, é até desejável que a intervenção não aconteça, pois nesse caso significa que os mercados estão funcionando dentro de regras normais e que o produtor obteve a compensação financeira pela sua produção, sem uso dos recursos públicos.

Como exemplo, podemos verificar que no exercício de 2005 os preços recebidos pelos produtores atingiram baixas cotações. A Conab, então, adquiriu 1.058.257 t de trigo, 912.767 t de arroz e 637.114 t de milho. Em 2006, pelo mesmo motivo, foram adquiridas 2.223.379 t de milho e em 2007, 551.260 t de arroz.

Outro fator que também contribuiu para a normalização do mercado e reduziu a necessidade de formação de estoques foi a utilização dos instrumentos de comercialização, que concedem subvenções econômicas como incentivo ao escoamento de produtos para as regiões consumidoras ou para a exportação. Dentre os instrumentos praticados destacaram-se, em 2008, o PEPRO, o PROP e o PEP.

A utilização desses instrumentos garantiu a estabilidade da renda do setor rural e a redução dos efeitos causados pela desvalorização do real e, ao Governo Federal, menores despesas com a formação e o carregamento no tempo de grande volume de estoques públicos. Em 2006, por meio do PEP, do VEP e do PEPRO foi incentivado o escoamento de 17.129.657 toneladas de diversos produtos; em 2007, 11.266.274 toneladas, e em 2008, 1.923.314 toneladas.

Além desses instrumentos, o Governo, sempre que possível, tenta atrair a iniciativa privada a participar diretamente do processo de estabilização da renda dos produtores; para tanto, no seu âmbito de ação, a Conab tem se utilizado do lançamento de Contratos Privados de Opção de Venda. Em 2006 foram negociados por meio do PROP 2.189.491 toneladas de milho, soja, arroz e raiz de mandioca; em 2007, 1.601.937 toneladas de soja; e em 2008, 477.711 toneladas de milho.

Se por um lado a utilização desses instrumentos propicia a manutenção da renda no setor rural, reduz as flutuações de preços no mercado interno e garante o abastecimento, por outro a sua operacionalização exige grande esforço administrativo, operacional e financeiro por parte da Conab, em decorrência da comprovação da operação, quando os agentes entregam nas Superintendências Regionais toda a documentação exigida nos diversos editais dos leilões públicos, para conferência, análise e pagamento da subvenção.

b) Fortalecer a atuação no segmento da Agricultura Familiar

O Programa de Aquisição de Alimentos-PAA visa apoiar a agricultura familiar, por meio da compra da produção de pequenos agricultores, compreendendo ações vinculadas à distribuição de produtos agropecuários para pessoas em situação de insegurança alimentar, e à formação de estoques estratégicos. Na operacionalização deste Programa a Conab tem aumentado a cada ano o número de agricultores familiares atendidos e o volume de recursos aplicados. Em um primeiro momento a Conab promove, por meio de palestras e reuniões, a apresentação do Programa, dos instrumentos de aquisição e das condições para participação. Após a divulgação, as associações e cooperativas de agricultores têm à disposição o PAANet, via Internet, pelo qual as propostas de participação são encaminhadas à Conab para aprovação.

Os recursos para a operacionalização do PAA são repassados à Companhia por meio de termos de cooperação celebrados com os Ministérios do Desenvolvimento Social e Combate à Fome-MDS e do Desenvolvimento Agrário-MDA.

A operacionalização se materializa por meio dos instrumentos de Compra Direta da Agricultura Familiar-CDAF, Formação de Estoque pela Agricultura Familiar-CPR-Estoque

e Compra da Agricultura Familiar com Doação Simultânea (CPR-Doação). Em 2008 foram atendidos 92.071 produtores familiares, com a aquisição de 178.546 toneladas de diversos produtos alimentícios utilizados na formação de estoques, na doação a famílias ou grupos em estado de carência alimentar e nutricional e a instituições sociais. Os alimentos adquiridos com doação simultânea beneficiaram cerca de 8.600 mil pessoas.

A operacionalização deste Programa exige grande esforço da Conab, seja na fase de divulgação dos instrumentos, seja nas aquisições e na remoção dos produtos. A promoção do Programa exige o deslocamento de empregados para regiões interioranas visando a participação em reuniões com produtores familiares, que para maior disseminação das informações são, geralmente, realizadas nos finais de semana. Exige também a criação de postos de compra em locais distantes, com a disponibilização de empregados no local e a rápida remoção dos produtos, tendo em vista que grande parte desses locais não contam com estruturas armazenadoras adequadas à guarda e conservação dos produtos. O número de atendimentos tem gerado grande quantidade de notas fiscais, dificuldades no controle das operações e na consolidação dos resultados e, consequentemente, na prestação de contas.

c) Estar apta para atender os programas sociais e emergenciais de distribuição de alimentos

Outra estratégia de atuação da Conab é a formação e manutenção de um estoque estratégico de produtos alimentícios, armazenado em unidades próprias, em locais de fácil acesso, objetivando rapidez no atendimento a situações emergenciais, com a distribuição de alimentos às famílias em situação de carência alimentar e nutricional.

Esse estoque é formado com recursos orçamentários/financeiros transferidos pelos Ministérios da Integração Nacional e do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, e comprados por meio de leilões públicos ou com a utilização de produtos adquiridos pelo PAA.

Para celebração dos convênios, a Conab mantém permanente contato com os órgãos detentores das Ações Orçamentárias destinadas ao combate à fome e à miséria e realiza diversos leilões de compra, providenciando a montagem das cestas e a remoção para as áreas de distribuição ou para unidades armazenadoras mais próximas. Tais ações exigem grande esforço operacional, administrativo e de logística, pois concorre com a realização das demais atividades relacionadas tais como: formação e manutenção de estoques, fiscalização dos estoques públicos, cadastro de armazéns, atendimento a produtores familiares, operacionalização dos instrumentos de comercialização etc.

São contempladas com as doações famílias de trabalhadores rurais, que se encontram acampadas no aguardo de sua inclusão no Programa Nacional de Reforma Agrária, comunidades indígenas, de terreiros, remanescentes de quilombos, famílias desalojadas de áreas ocupadas por barragens, marisqueiros e caranguejeiros. Em 2006 foram atendidas com recursos do MDS 505.375 famílias. A partir de 2006, a Conab firmou parceria com o MI possibilitando o aumento do número de atendimentos, tendo beneficiado em 2008 648.350 famílias.

d) Organizar e fortalecer o comércio varejista de pequeno porte

Objetivando propiciar ao segmento dos micro e pequenos varejistas sistemas de gestão comercial que lhes propiciem a qualificação e a expansão de seus negócios, mediante

suporte técnico, acesso direto a potenciais fornecedores e a capital de giro, com taxas diferenciadas e com a perspectiva de que possam oferecer às comunidades mais necessitadas produtos de qualidade a preços compatíveis. A Conab criou a Rede de Fortalecimento do Comércio Familiar de Produtos Básicos-REFAP, perfeitamente integrada às estratégias do governo para o fortalecimento e ampliação de ações de segurança alimentar e desenvolvimento local. Os resultados previstos são:

- Para as comunidades: melhoria do suprimento alimentar, pelo oferecimento de produtos de qualidade a preços acessíveis;
- Para os municípios: maior geração de renda e aumento dos níveis de arrecadação pela formalização e expansão do comércio local;
- Para os varejistas: qualificação e expansão do seu comércio em função do suporte técnico oferecido, do capital de giro com taxas diferenciadas, e o acesso direto e em condições favoráveis às indústrias fornecedoras;
- Para os fornecedores: expansão qualitativa de suas vendas, pelo acesso a novos grupos de consumidores, com garantia total quanto ao pagamento dos negócios realizados, proporcionando ocupação de eventuais capacidade ociosas.

Até o fim do exercício de 2008 a rede contava com aproximadamente 1.400 unidades varejistas cadastradas, algumas agrupadas em 4 Centrais de Negócios já constituídas, nos Estados do Ceará, de Pernambuco, de Alagoas e da Paraíba, estando em processo de formação, nos Estados da Bahia, do Piauí e do Maranhão.

e) Articular a modernização do mercado de hortigranjeiros

Com a desarticulação do Sistema Nacional de Comercialização-Sinac - que tinha como proposta inicial o estabelecimento de uma rede de informações técnicas entre todas as unidades atacadistas regionais para servir como ponto de referência aos negócios entre produtores e distribuidores, propiciando o melhor ponto de equilíbrio da oferta e preços, levando à transferência do controle acionário das Ceasas para Estados e Municípios - boa parte das estruturas passou a apresentar uma série de deficiências estruturais, técnicas e operacionais. Tais deficiências implicaram, em maior ou menor grau, na obsolescência das estruturas físicas de comercialização e apoio, bem como na precarização dos métodos de gestão empresarial e dos serviços de informação e assistência técnica aos produtores, vendedores e consumidores. Muitas vezes submetidos a interesses políticos locais, ou à influência dos agentes privados, que virtualmente se apropriaram da gestão, pressionando por tarifas e preços irreais, foi solapada a capacidade de sustentabilidade financeira de boa parte das empresas gestoras.

Diante desse cenário a Conab deu início a uma série de atividades que propiciassem a remontagem desse Sistema, concretizado por meio da Portaria MAPA 171, de 24 de março de 2005, que instituiu no âmbito da Conab o Programa Brasileiro de Modernização do Mercado Hortigranjeiro, objetivando, entre, outros o desenvolvimento e integração dos bancos de dados estatísticos das Centrais de Abastecimento e a universalização das informações geradas, objetivando a redução de assimetrias; a modernização dos processos de gestão técnico-operacional e administrativa e a ampliação das funções das Centrais de Abastecimento, tornando-as áreas privilegiadas para execução e difusão das políticas públicas, especialmente no âmbito da saúde, educação e da segurança.

Nesse sentido, a Conab criou o portal www.ceasa.gov.br com informações diárias sobre preços e quantidades dos 46 principais produtos comercializados nas Ceasas,

informações sobre o Prohort, disponibilização de trabalhos técnicos, normativos, acervo de trabalhos técnicos sobre as Ceasas, informações técnicas sobre hortaliças e frutas, informações sobre conjuntura agrícola etc.

2.3 – Programas

Para efeito de programação e execução orçamentária, as atividades desenvolvidas pela Sureg-CE estão inseridas em 17 ações, contempladas em três Programas do Plano Plurianual – PPA 2008/2011. São realizadas, também, atividades em atendimento a Termos de Cooperação e outros tipos de transferências orçamentárias/financeiras, relatadas no item 4.5.

2.3.1 – (0352) Programa Abastecimento Agroalimentar

➤ **Tipo de Programa:** Finalístico

➤ **Objetivo Geral:** contribuir para a sustentabilidade da atividade agropecuária, mediante a implementação de políticas públicas e de mecanismos de apoio à produção, à comercialização e ao armazenamento, bem como manter estoques de produtos agropecuários para a regularidade do abastecimento interno visando o equilíbrio de preços ao consumidor e a segurança alimentar da população brasileira.

➤ **Gerente do Programa:** Wagner Gonçalves Rossi

➤ **Gerente Executivo:** Norival Onofre Kwiatkowski

➤ **Indicadores ou parâmetros utilizados:**

a) Produção Nacional de Grãos:

Fórmula de Cálculo: Total da produção de grãos, em milhões de toneladas, no ano-safra.

b) Número de Produtores Rurais Atendidos pelos Instrumentos de Apoio à Comercialização de Produtos Agropecuários

Fórmula de Cálculo: Soma do número de produtores atendidos (por CPF ou CNPJ) pelos instrumentos de comercialização: Aquisições do Governo Federal (AGF) + Contratos Públicos de Opção de Venda + Prêmio de Escoamento do Produto (PEP) + Prêmio de Risco de Opção Privada (PROP) + Prêmio Equalizador da Soja (PESOJA) + Prêmio Equalizador Pago ao Produtor (PEPRO).

c) Margem de Disponibilidade de Algodão em Pluma

Fórmula de Cálculo: Relação percentual entre a quantidade estocada de algodão em pluma e o consumo aparente no ano de referência.

d) Margem de Disponibilidade de Arroz em Casca

Fórmula de Cálculo: Relação percentual entre a quantidade estocada de arroz em casca e o consumo aparente no ano de referência.

e) Margem de Disponibilidade de Trigo

Fórmula de Cálculo: Relação percentual entre a quantidade estocada de trigo e o consumo aparente no ano de referência.

g) Margem de Disponibilidade de Milho

Fórmula de Cálculo: Relação percentual entre a quantidade estocada de milho e o consumo aparente no ano de referência.

g) Volume de Recursos Aplicados no Apoio à Comercialização de Produtos Agropecuários

Fórmula de Cálculo: Recursos Orçamentários [(Valor Gasto na Formação de Estoques Públicos-PGPM + Valor gasto na Garantia e Sustentação de Preços na Comercialização de Produtos Agropecuários)] + Recursos Não Orçamentários [(comercialização de Produtos Via Mercados Futuros e de Opções-BB Garantia de Preços)].

h) Volume de Recursos Aplicados no Apoio à Produção de Produtos Agropecuários

Fórmula de Cálculo: Total de crédito rural concedido pelas instituições Financeiras Oficiais Federais de Crédito.

➤ **Público-Alvo (beneficiários):** O público-alvo é constituído pelos produtores rurais, agricultores familiares, agroindústrias, assentados da reforma agrária, usuários de informação e conhecimento, instituições financeiras e de comercialização, agentes de transportes e armazenamento, famílias em situação de risco nutricional, governo e segmento varejista.

(0360) Programa Gestão da Política Agropecuária

➤ **Tipo de Programa:** Apoio às Políticas Públicas e Áreas Específicas

➤ **Objetivo Geral:** coordenar a formulação, o planejamento e a execução da política agropecuária, gerar e difundir dados e informações de produtos específicos, visando a garantia de abastecimento, a sustentação da renda e a competitividade do agronegócio brasileiro.

➤ **Gerente do Programa:** Edilson Guimarães

➤ **Gerente Executivo:** José Maria dos Anjos

➤ **Indicadores ou parâmetros utilizados:** Programa sob a responsabilidade da Secretaria de Política Agrícola-SPA/Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento/MAPA, que objetiva coordenar o planejamento e a formulação de políticas setoriais e a avaliação e

controle dos programas nas áreas agrícola e pecuária, visando assumir especial relevância na formulação, avaliação, reordenamento e controle dos programas finalísticos. Os indicadores são formulados e controlados pelo próprio MAPA.

➤ **Público-Alvo: Governo Federal**

(0901) Programa Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais

➤ **Tipo de Programa:** Operações Especiais

➤ **Objetivo Geral:** cumprir o pagamento de despesas relativas a sentenças judiciais envolvendo ações trabalhistas ou condenações pecuniárias.

➤ **Gerente do Programa:** Esse programa possui apenas coordenadores nacionais.

(0352) Programa Abastecimento Agroalimentar

- (2130) Formação de Estoques Públicos;
- (2133) Operacionalização da Comercialização de Produtos;
- (2137) Fiscalização dos Estoques Públicos de Produtos Agroalimentares;
- (2138) Aquisição de Produtos para Comercialização;
- (2829) Recuperação e Modernização da Rede Própria de Armazéns;
- (4702) Cadastro Nacional de Unidades Armazenadoras
- (4710) Organização dos Micro e Pequenos Varejistas;
- (8579) Geração e Difusão de Informações da Agropecuária e do Abastecimento Agroalimentar

(0110) Contribuição à Previdência Privada.

- (2004) Assistência Médica e Odontológica aos Servidores, Empregados e seus Dependentes;
- (2010) Assistência Pré-escolar aos Dependentes dos Servidores e Empregados;
- (2011) Auxílio-Transporte aos Servidores e Empregados;
- (2012) Auxílio-Alimentação aos Servidores e Empregados; e
- (2272) Gestão e Administração do Programa;

(0360) Programa Gestão da Política Agropecuária

- (4711) Pesquisa, Acompanhamento e Avaliação de Safras; e
- (4572) Capacitação de Servidores Públicos Federais, em Processo de Qualificação e Requalificação.

(0901) Programa Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais

- (0022) Cumprimento de Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado, Devidas por Empresas Públicas e Sociedade de Economia Mista.

2.3.2 - Principais Ações dos Programas

(2130) Formação de Estoques Públicos

- **Tipo:** Atividade
- **Finalidade:** Tem como objetivo executar a política governamental de intervenção no mercado, para garantir o preço e a renda do produtor, formar os estoques públicos e regular o abastecimento interno.
- **Descrição:** Operacionalização dos instrumentos de intervenção definidos pela Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM), como Aquisição do Governo Federal-AGF e Contrato Público de Opção de Venda, retirando o excedente do mercado no momento da safra, formando estoques reguladores e estratégicos, utilizando-os para o abastecimento, inclusive permitindo ou promovendo o acesso de compradores de pequeno porte (avicultores, suinocultores, agroindústrias e moinhos coloniais), realizando despesas operacionais financeiras e tributárias decorrentes das operações de compra e venda e manutenção dos estoques públicos de produtos agropecuários.
- **Unidade responsável pelas decisões estratégicas:** MAPA/SPA/Conab
- **Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução:** Diges/Suarm/SuopeSufis; Diafi/Sucon/Sufin e Digem/Sugof
- **Coordenador nacional da Ação:** Carlos Eduardom Cruz Tavares
- **Coordenador Regional:** Francisco Agenor Pereira
- **Competências Institucionais requeridas para a execução da Ação:**
Ao Setor de Operações de Estoques – Seope, subordinado à Gerência de Operações, compete:
 - I - controlar, vistoriar e fiscalizar os produtos pertencentes aos estoques próprios, governamentais e privados;
 - II - analisar e emitir pareceres nos processos de baixa contábil de perdas de mercadorias integrantes dos estoques governamentais, próprios e de terceiros;
 - III - executar as operações de controle e movimentação dos estoques, conforme diretrizes estabelecidas;
 - IV - executar a vistoria das unidades armazenadoras, com vistas à avaliação das condições de guarda e conservação dos produtos, promovendo o seu cadastramento;
 - V - controlar e acompanhar as aplicações das tarifas de armazenagem e planilhas de custos relativas aos fretes contratados;
 - VI - fiscalizar obras e serviços de construção e manutenção dos imóveis próprios ou sob sua administração;
 - VII - subsidiar a Matriz nas tarefas de elaborar projetos, levantar, quantificar, especificar e orçar os serviços necessários à recuperação, adequação e modernização das bases físicas;
 - VIII - promover a contratação das unidades armazenadoras de terceiros, consoante os normativos específicos;
 - IX - orientar, acompanhar e supervisionar as atividades das unidades armazenadoras próprias;
 - X - acompanhar e supervisionar o controle quantitativo e qualitativo dos estoques;

FONTE: Regimento Interno – Normas da Organização 10.404

Resultados

(2130) Formação de Estoques Públicos – PGPM

Controle: SIAFI – PTRES 001678 – Programa de Trabalho 20.605.0352.2130.00001

Discriminação	Metas		Participação (%)
	Conab	Sureg-CE	
Dotação Orçamentária	2.300.000.000,00	25.000.000,00	1,09
Execução Orçamentária	650.794.970,06	8.614.741,06	1,32
Índice	28,30	34,46	-
Meta Física – produto adquirido (ton)	4.925.000	-	0,00
Execução Física	1.214.138	-	0,00
Índice	24,65	0,00	-

Para a realização das diversas atividades correlatas aos estoques públicos a LOA/2008 consignou, para a Conab, dotação de R\$2.300.000.000,00 (fonte 160) e meta física de 4.925.000 oneladas de produtos adquiridos, tendo sido executados R\$650.794.970,06 (24,65%) na manutenção/carregamento dos estoques e aquisição de 1.214.138 toneladas de diversos produtos. Além dos produtos foram compradas, também 936.000 unidades de sacaria para acondicionamento de milho.

Em conformidade com o Decreto-Lei 79/66 é obrigação do Estado adquirir o produto amparado pela PGPM sempre que o preço de mercado estiver abaixo dos preços mínimos fixados pelo Governo.

É por esse motivo que o Governo Federal precisa estar sempre preparado e em condições de acionar seus instrumentos de política agrícola apoiando o produtor rural nos momentos de crise. Isto não significa dizer que a não utilização dos instrumentos seja uma má gestão ou mal planejamento. Na verdade é até desejável que não sejam utilizados, pois nestes casos significa que os mercados estão funcionando dentro de suas regras normais e que o produtor obteve a compensação financeira pelo seu trabalho, sem o uso dos recursos públicos.

O cenário de preços dos produtos agrícolas apresentou, ao longo do exercício, recuperação das cotações acima dos preços mínimos fixados e das médias históricas, assegurando a remuneração do produtor rural e reduzindo a necessidade de intervenções do Governo.

Para a Sureg CE a meta financeira era de R\$25.000.000,00 para a cobertura das despesas com transporte e manutenção dos estoques públicos, destinados ao atendimento do Programa Vendas em Balcão. Durante o período foram liquidados R\$8.614.741,06 com despesas referentes a fretes, impostos e taxas e outros custos.

Em função de fatores climáticos, a produção agrícola do Estado do Ceará é pequena e insuficiente para o atendimento da demanda, principalmente de milho, por esse motivo não foi prevista meta física para a Sureg-CE.

a) Preços Mínimos

O preço mínimo é o resultado de estudos realizados pela Conab e acordado com o MAPA e Ministério da Fazenda, com vistas à aprovação pelo Conselho Monetário Nacional – CMN para, finalmente, ser oficializado por decreto presidencial. Geralmente é publicado antes do período do plantio e presta-se a várias finalidades, entre elas servir de parâmetro para as operações de política agrícola e de abastecimento, propiciando aos agricultores alternativas para o plantio. Funciona ainda como preço-piso para a comercialização da safra, garantindo renda ao agricultor e sinalizando estímulos à produção.

Nos quadros a seguir estão detalhados os preços mínimos vigentes durante o exercício de 2008 para as safras de verão, produtos regionais e sementes e para as operações amparadas por AGF.

Quadro - 2.01

Preços Mínimos – Safras de Verão e de Produtos Regionais

Produto	Unidades da Federação/Regiões Amparadas	2007				2008		
		Início de Vigência	Grão / Caroço	Semente Fiscalizada	Semente Básica, Registrada e Certificada	Início de Vigência	Grão / Caroço	Semente Básica, Registrada e Certificada
Algodão	Norte e Nordeste (exceto BA-Sul)	06/07	1,1580	0,7914	0,8504	06/08	0,1580	0,8504
Amendoim	Sul, Sudeste, Centro-Oeste e Nordeste	-	-	-	-	01/08	0,6440	2,4064
Arroz longo fino	Todo o território nacional	02/07	0,4400	0,7720	0,8324	01/08	0,4400	0,8324
Arroz longo	Todo o território nacional	02/07	0,1855	0,5120	0,5460	01/08	0,2270	0,6681
Feijão	Norte e Nordeste (exceto BA-Sul)	01/07	0,7833	1,4235	1,6621	01/08	0,8070	1,7123
Feijão macaçar	Norte e Nordeste	01/07	0,5517	0,9248	1,0081	01/08	0,6410	1,0744
Juta/malva	Todo o território nacional	02/07	-	4,5052	-	01/08	-	4,6908
Milho híbrido	Norte (exceto AC, RO e TO) e Nordeste (exceto BA-Sul, sul do MA e sul do PI)	06/07	0,2667	1,3212	1,3635	-	-	-
	Norte (exceto AC e RO) e Nordeste (exceto BA-Sul, sul do MA e sul do PI)	-	-	-	-	06/08	0,2667	1,3635
Milho variedade	Norte (exceto AC, RO e TO) e Nordeste (exceto BA-Sul, sul do MA e sul do PI)	06/07	0,2667	0,7964	0,8516	-	-	-
	Norte (exceto AC e RO) e Nordeste (exceto BA-Sul, sul do MA e sul do PI)	-	-	-	-	06/08	0,2667	0,8516
Soja	Todo o território nacional	02/07	0,2333	0,4971	0,5367	01/08	0,2333	0,5367
Sorgo híbrido	Norte e Nordeste (exceto BA-Sul)	06/07	0,1867	1,0538	1,0869	06/08	0,1867	1,0869
Sorgo variedade	Norte e Nordeste (exceto BA-Sul)	06/07	0,1867	0,6277	0,6645	06/08	0,1867	0,6645

Fonte: Decreto n.º 5.559 de 05/10/2005, Decreto n.º 5.869 de 03/08/2006 e Decreto n.º 6.266 de 22/11/2007

b) Movimentação dos Estoques Públicos

Atividade fundamental de apoio logístico aos diversos programas de abastecimento e armazenamento realizados pela Conab. A movimentação dos estoques públicos tem, por escopo principal, a abertura de espaço em armazéns localizados em zonas de produção, de forma a permitir o recebimento e a estocagem de produtos de safras novas, além de posicionar estratégicamente esses estoques, abastecer regiões carentes e realizar outras operações para garantir a integridade física e qualitativa dos estoques.

Das despesas contabilizadas durante o período, no valor de R\$8.614.741,06, foram pagos R\$8.287.206,82 referentes ao pagamento de frete pela remoção de produtos destinados ao Programa Vendas em Balcão, o restante foi utilizado no pagamento de impostos, comissões e corretagens e outras despesas, conforme demonstrado no quadro a seguir.

Quadro 2.02
Demonstrativo da Execução Financeira

NATUREZA DA DESPESA DETALHADA	CE	Conab
ANALISES LABORATORIAIS	-	1.134.882,26
ARMAZENAGEM	-	124.922.328,55
CAPATAZIA, ESTIVA, BRACAGEM E PESAGEM	-	1.290.625,39
COFINS	-	8.860,76
COMISSOES E CORRETAGENS	98.163,29	7.566.187,02
DESCARTE DE PRODUTOS	-	439,04
EDITAIS E PUBLICACOES	-	29.543,91
EMBALAGENS	5.300,00	996.871,43
ENCARGOS FINANCEIROS	-	316,67
ENSAQUE E REENSAQUE	-	3.120,00
IMP.CIRC.MERCADORIAS E SERVICOS-ICMS	220.461,76	50.300.838,32
IMPOSTO SOBRE SERVICOS-ISS	-	16.063,21
INSS - ARMAZENAGEM	-	5.211,52
INSS - PRODUTOR RURAL	-	7.049.753,55
AQUISIÇÃO DE MERCADORIAS P/REVENDA-ESTOQUES ESTRATEGICOS	3.609,19	417.793.852,27
PASEP	-	1.919,83
SEGUROS EM GERAL	-	2.668.170,65
SERVICOS DE TERCEIROS	-	2.409.037,87
SERVICOS GRAFICOS	-	22.893,90
TAXAS E PEDAGIOS	-	297,83
TRANSPORTES, ENCOMENDAS, CARRETOS E FRETES	8.287.206,82	34.573.756,08
TOTAL	8.614.741,06	650.794.970,06

Fonte: Siafi

Posição dos Estoques Públicos

No fim do exercício de 2008, os estoques públicos vinculados à PGPM em nível nacional atingiram 1.290.844 toneladas de diversos produtos agrícolas. Na área sob jurisdição da Sureg-CE, estavam estocadas 20.256,4 toneladas de milho, representando cerca de 1,57% do estoque total da Companhia.

Quadro 2.03
Posição dos Estoques (em t)

Produto	UF		
	CE		
	2007	2008	Variação (%)
Algodão	-	-	-
Arroz	-	-	-
Café	-	-	-
Fécula	-	-	-
Feijão	-	-	-
Milho	12.147,9	20.256,4	66,7
Sisal	-	-	-
Soja	-	-	-
Trigo	-	-	-
Total	12.147,9	20.256,4	66,7

(8579) Geração e Difusão de Informações da Agropecuária e do Abastecimento Agroalimentar

➤ **Tipo:** Atividade

➤ **Finalidade:** Subsidiar o setor e auxiliar o Governo na formulação e execução de políticas ligadas à agropecuária e ao abastecimento agroalimentar.

➤ **Descrição:** A Ação é implementada por meio da elaboração de estudos, análises conjunturais e prospectivas, boletins técnicos, estatísticas, banco de dados e outras informações congêneres por técnicos da Conab ou pela contratação de especialistas, e ainda implantação de tecnologias e sistemas aplicativos próprios ou de terceiros que possibilitam o acesso às informações e aos conhecimentos gerados, como forma de facilitar a tomada de decisão do Governo, dos produtores rurais e consumidores. A atividade é disponibilizada por meio do portal e distribuição aos clientes, de informações e conhecimentos acerca de temas relevantes, como avaliação de safras, conjunturas, custo de produção, armazenagem, valor bruto da produção, corredores de escoamento das safras, posição dos estoques, indicadores agropecuários, legislações, publicações especializadas, comercialização etc.

➤ **Unidade responsável pelas decisões estratégicas:** Digem/Suinf

➤ **Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução:** Suinf

➤ **Coordenador nacional da Ação:** Airton Camargo Pacheco da Silva

➤ **Coordenador Regional:** Superintendência

➤ **Competências Institucionais requeridas para a execução da Ação:**

Superintendência Regional – Sureg, subordinada hierarquicamente à Presidência, e funcionalmente às respectivas Diretorias, na sua jurisdição, compete:

I - representar a Companhia perante os órgãos federais, estaduais e municipais;

II - manter estreita e ativa interação com entidades públicas e privadas ligadas ao agronegócio, objetivando antever soluções para questões regionais, divulgar as ações da Companhia e buscar novos negócios;

III - divulgar, cumprir e fazer cumprir as diretrizes governamentais estratégicas da Companhia, as disposições legais e os atos normativos em vigor;

IV - coordenar e supervisionar as atividades desenvolvidas pelas áreas subordinadas;

V - constituir grupos de trabalho, comissões de licitação, de sindicância, de inventário de mercadorias e outros similares de interesse da Companhia.

FONTE: Regimento Interno – Normas da Organização 10.404

Resultados

(8579) Geração e Difusão de Informações da Agropecuária e do Abastecimento Agroalimentar

Controle: SIAFI – PTRES 020.873 – Programa de Trabalho 20.605.0352.28579.0001

Discriminação	Metas		Participação (%)
	Conab	Sureg-CE	
Dotação Orçamentária	350.000,00	6.500,00	1,86
Execução Orçamentária	215.093,60	2.432,00	1,13
Índice	61,46	37,42	-
R: Meta Física – informação disponibilizada (unid)	7.676	-	0,00
Execução Física	6.552	-	0,00
Índice	85,36	-	-

Esta Ação foi criada no PPA 2008/11 cujas atividades já vinham sendo desenvolvidas pela Conab com recursos da Ação: Gestão e Administração do Programa. Com a criação da Ação pretende-se ampliar os estudos visando o desenvolvimento de novos módulos para o banco de dados, buscando, também, a implementação de melhorias nos relatórios, modificação nos procedimentos, adaptações de rotinas, manutenção em geral, treinamento de operadores e a contratação de especialistas em Tecnologia de Informação.

Os dados gerados ou coletados de outras fontes são publicados na Revista Indicadores da Agropecuária e disponibilizados por meio de sistema denominado SIAGRO.

Para o desenvolvimento da Ação, a área responsável programou a coleta de dados em campo e a visita de empregados aos principais fornecedores de informações, objetivando a criação de um cadastro de fornecedores, visando a melhoria da qualidade e confiabilidade dos dados. Para tanto, contou com dotação orçamentária aprovada na LOA/2008 de R\$350.000,00 e meta física de 7.676 informações divulgadas.

Durante o exercício foram pagas despesas no valor de R\$215.093,60 (61,50% da dotação orçamentária) e disponibilização de 6.552 informações (85,4% da meta física). Na execução das despesas, destacam-se: a contratação por meio do PNUD, de dois especialistas em tecnologia da informação, no valor de R\$168.000,0, para melhoria do SIAGRO e criação de novos módulos no banco de dados, e a concessão de diárias e pagamento de passagens e despesas com locomoção de empregados lotados nas Suregs, no valor total de R\$36.718,12 (cerca de 17,07% das despesas para o deslocamento para o interior, objetivando o levantamento de informações e a realização do cadastro de informantes, visando a melhoria da qualidade e da confiabilidade das informações.

Para elaboração de estudos, análises conjunturais e prospectivas, boletins técnicos, estatísticas, banco de dados e outras informações congêneres previstas na meta física da Conab Matriz, técnicos da Sureg-CE participaram de levantamentos e pesquisas, gerando custos que somaram R\$2.432,00.

(2133) Operacionalização da Comercialização de Produtos

• **Tipo:** Atividade

• **Finalidade:** Esta Ação visa operacionalizar a comercialização de produtos agropecuários e do agroextrativismo, em conformidade com as parcerias firmadas, disponibilizando-os para as comunidades demandantes.

• **Descrição:** São executados procedimentos operacionais tais como: contratação de serviços de transportes, classificação, braçagem e acondicionamento, incluindo as despesas administrativas, financeiras e tributárias decorrentes da operação de comercialização da empresa.

• **Unidade responsável pelas decisões estratégicas:** Diges

• **Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução:** Supab

• **Coordenador nacional da Ação:** João Cláudio Dalla Costa

• **Coordenador Regional:** Francisco José Freitas da Rocha

•Competências Institucionais requeridas para a execução da Ação:

Resultados (Sem resultados evidentes)

Resultados

(2133) Operacionalização da Comercialização de Produtos			
Controle: SIAFI – PTRES 001698 – Programa de Trabalho 20.605.0352.2133.00001			
Discriminação	Metas		Participação (%)
	Conab	Sureg-CE	
Dotação Orçamentária	R\$ 0,00	R\$ 0,00	-
Execução Orçamentária	R\$ 0,00	-	-
Índice	-	-	-
Meta Física – Serviço Prestado	27	1	3,70
Execução Física	1	-	0,00
Índice	3,70	0,00	-

A meta física aprovada para 2008 previa que fossem firmadas 27 parcerias com Estados e Municípios, em todo o território nacional. Porém, em face da necessidade de reestruturação do processo operacional, destacando-se a necessidade de revisão da sistemática de comercialização e dos normativos vigentes, houve dificuldade na realização das mesmas.

Em 2008, na área de abrangência da Sureg/CE, não foram celebrados convênios com vistas à aquisição de produtos de agricultores familiares para composição da merenda escolar em escolas municipais.

Dessa forma, não houve necessidade de pagamento de outras despesas, sendo, portanto, solicitado o cancelamento da dotação orçamentária e seu remanejamento para outras Ações do Programa.

Em face da não celebração de convênios em 2008 e nos exercícios anteriores, a Conab solicitou o cancelamento desta Ação

(2137) Fiscalização dos Estoques e das Operações de Garantia e Sustentação de Preços na Comercialização de Produtos Agropecuários.

- **Tipo:** Atividade
- **Finalidade:** Visa promover a periódica fiscalização, o acompanhamento e a avaliação quanto à integridade dos estoques públicos de produtos agropecuários e a inspeção das condições técnico-operacionais das unidades armazenadoras depositárias. Realizar também a inspeção e o acompanhamento das operações referentes aos diversos instrumentos de garantia e sustentação de preços de produtos agropecuários, averiguando o fiel cumprimento da finalidade das operações, das exigências regulamentares e dos normativos vigentes.
- **Descrição:** A realização, *in loco*, de fiscalização prévia à formalização das operações de formação de estoques públicos ou sistemática durante o período de armazenamento

para a avaliação das condições qualitativas e quantitativas dos produtos e das condições técnicas, cadastrais e operacionais dos armazéns e proceder o registro e a notificação dos fatos irregulares, em consonância com as exigências contratuais estabelecidas e as rotinas padronizadas adotadas para a execução das atividades. As operações de Garantia e Sustentação de Preços na comercialização de produtos agropecuários serão inspecionadas em relação à conformidade da documentação comprobatória exigida pelos normativos, regulamentos e avisos específicos para os diversos instrumentos; o cumprimento da finalidade da operação por parte dos segmentos envolvidos e a capacidade produtiva por parte dos beneficiários.

- **Unidade responsável pelas decisões estratégicas:** Diges
- **Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução:** Sufis/Gefis
- **Coordenador nacional da Ação:** Raimundo Francisco Melo
- **Coordenador Regional:** Superintendência/GOPE/SEOPE
- **Competências Institucionais requeridas para a execução da Ação:**
Ao Setor de Operações de Estoques – Seope, subordinado à Gerência de Operações, compete:
 - I - controlar, vistoriar e fiscalizar os produtos pertencentes aos estoques próprios, governamentais e privados;
 - II - analisar e emitir pareceres nos processos de baixa contábil de perdas de mercadorias integrantes dos estoques governamentais, próprios e de terceiros;
 - III - executar as operações de controle e movimentação dos estoques, conforme diretrizes estabelecidas;
 - IV - executar a vistoria das unidades armazenadoras, com vistas à avaliação das condições de guarda e conservação dos produtos, promovendo o seu cadastramento;
 - V - controlar e acompanhar as aplicações das tarifas de armazenagem e planilhas de custos relativas aos fretes contratados;
 - VI - fiscalizar obras e serviços de construção e manutenção dos imóveis próprios ou sob sua administração;
 - VII - subsidiar a Matriz nas tarefas de elaborar projetos, levantar, quantificar, especificar e orçar os serviços necessários à recuperação, adequação e modernização das bases físicas;
 - VIII - promover a contratação das unidades armazenadoras de terceiros, consoante os normativos específicos;
 - IX - orientar, acompanhar e supervisionar as atividades das unidades armazenadoras próprias;
 - X - acompanhar e supervisionar o controle quantitativo e qualitativo dos estoques;

FONTE: Regimento Interno – Normas da Organização 10.404

Resultados

(2137) Fiscalização dos Estoques Públicos de Produtos Agroalimentares			
Controle: SIAFI – PTRES 1690 – Programa de Trabalho 20.125.0352.2137.0001			
Discriminação	Metas		Participação (%)
	Conab	Sureg-CE	
Dotação Orçamentária (R\$)	2.000.000,00	12.000,00	0,60
a) Despesas Correntes	1.900.000,00	12.000,00	0,63
b) Despesas de Capital	100.000,00	0,00	0,00
Execução Orçamentária (R\$)	1.495.735,38	8.954,19	0,60
a) Despesas Correntes	1.420.101,38	8.954,19	0,63
b) Despesas de Capital	75.634,00	0,00	0,00
Índice (%)	74,79	74,62	-
Meta Física – fiscalização realizada (unid)	2.850	14	0,49
Execução Física	4.799	22	0,46
Índice (%)	168,39	157,14	-

Quando da elaboração do PPA 2008/11 a Conab solicitou a manutenção da Ação de Fiscalização dos Estoques Públicos e Produtos Agroalimentares, constante no PPA anterior, e a criação de outra ação com o objetivo de realizar a fiscalização dos instrumentos de apoio à comercialização (PEP, PROP, PEPRO, Vendas em Balcão etc). Tal solicitação não foi acatada pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, em decorrência foi incluída na ação anterior os objetivos da ação proposta, ficando alterado o produto: de estoque fiscalização (t) pra fiscalizações realizadas.

Em função da aprovação tardia do PPA-2008/11, na proposta da meta física desta Ação foi incluída apenas a fiscalização dos armazéns que detinham estoques públicos armazenados, ou seja não foi incluída a previsão de fiscalização dos instrumentos de apoio à comercialização. Em decorrência a execução total em 2008 superou a meta em 68,39%.

a) Fiscalização dos Estoques Públicos

Durante o exercício foram realizadas as nove etapas previstas no programa de fiscalização anual, tendo sido vistoriados 3.529 armazéns, localizados em 24 unidades da federação e no Distrito Federal.

Foram fiscalizadas cumulativamente e em âmbito nacional, produtos vinculados ao Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar-PAA, às Aquisições do Governo Federal, aos Contratos Públicos de Opção de Venda, ao Fome Zero ou aos demais programas executados pela Conab, totalizando 9.734.630 toneladas em 2.875 unidades armazenadoras, correspondendo a 100,88% da meta física. Cabe registrar que os estoques são fiscalizados mais de uma vez ao ano.

No calendário de fiscalização elaborado pela Superintendência de Fiscalização de Estoques-SUFIS estavam previstas fiscalizações em armazéns localizados no âmbito da Sureg-CE nos meses de maio/junho e novembro/dezembro.

No Estado do Ceará-foram fiscalizadas 26.908 toneladas de produtos dos estoques públicos (AGF e Contrato Público de Opção de Venda e Agricultura Familiar) em 18 unidades, representando 128,57% da meta física prevista. O custo total foi de R\$8.954,19 (74,62% da meta financeira de R\$12.000,00). Comparativamente ao total executado, a participação da Sureg-CE é pequena, em função do reduzido volume de estoques públicos armazenados nas unidades sob sua jurisdição, conforme detalhado no quadro abaixo .

Quadro 2.04 **Demonstrativo das Quantidades Fiscalizadas**

Vínculo	Conab			Sureg-CE		
	Estoque (Em t)		%	Estoque (Em t)		%
	Contábil	Fiscalizado		Contábil	Fiscalizado	
AGF	4.614.862	4.601.950	99,72	26.115	26.115	100,00
Contrato de Opção	4.274.369	4.270.614	99,91	7	7	100,00
Agricultura Familiar	173.825	173.310	99,70	786	786	100,00
Fome Zero	36.343	36.342	100,00	-	-	-
Estoque Próprio	31.076	31.076	100,00	-	-	-
Varreduras	296	296	100,00	-	-	-
Terceiros	622.830	621.042	99,71	-	-	-
Total	9.753.601	9.734.630	99,81	26.908	26.908	100,00

Fonte: Conab/Diges/Sufis/Gefis

Na operações realizadas não foram constatadas perdas qualitativas (produto abaixo do padrão e desclassificados) nem quantitativas (desvios e perdas em armazenagem).

b) Fiscalização das Operações de Garantia e Sustentação de Preços na Comercialização de Produtos Agropecuários

Em âmbito nacional foram realizadas 1.924 fiscalizações dos instrumentos de garantia e sustentação de preços, envolvendo visitas a propriedades rurais, para verificação da área declarada de produção; verificação do cadastro de pequenos produtores rurais, beneficiários do Programa Vendas em Balcão; e da documentação de comprovação das operações de PEP, VEP, PROP e PEPRO.

No Estado do Ceará foram fiscalizados 4 operações de PEPRO de algodão.

(2138) Aquisição de Produtos para Comercialização

➤ **Tipo:** Atividade.

➤ **Finalidade:** Tem por finalidade apoiar os programas institucionais de abastecimento social, promovidos ou coordenados pelos Governos Federal, Estadual e Municipal, e por entidades privadas.

➤ **Descrição:** Aquisição de produtos oriundos da agropecuária e do agroextrativismo, prioritariamente vinculados à agricultura familiar, para tender contratos, ou outros instrumentos congêneres firmados com entidades públicas e/ou privadas, responsáveis pela promoção, coordenação e execução de programas sociais na área de suplementação alimentar.

➤ **Unidade responsável pelas decisões estratégicas:** Diges

➤ **Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução:** Diges/Supab/Gepri

➤ **Coordenador nacional da Ação:** Delton Mendes Vieira

➤ **Coordenador Regional:** Superintendente

➤ **Competências Institucionais requeridas para a execução da Ação:**

Setor de Operações Comerciais – Secom, subordinado à Gerência de Operações.

Ao **Setor de Operações Comerciais – Secom**, subordinado à Gerência de Operações, compete:

I - executar as operações de aquisição dos pequenos produtores;

II - acompanhar as operações comerciais efetuadas pela Companhia, adotando as medidas que lhe forem pertinentes;

- III - proceder à aquisição e venda dos produtos relativos aos estoques governamentais e aos destinados aos Programas Institucionais e Sociais de Abastecimento, de acordo com as demandas da Matriz e da área de Apoio à Logística e Gestão da Oferta, emitindo os respectivos documentos fiscais;
- IV - manter atualizado o cadastro de clientes institucionais;
- V - acompanhar e controlar, sob orientação da Matriz, as operações de PEP, VEP, PEB e outros instrumentos de incentivo à comercialização que forem criados pela Companhia;
- VI - participar de estudos relativos à composição e decomposição de preços, aos preços mínimos e à fixação de margens de comercialização, com a participação da área de Apoio à Logística e Gestão da Oferta;
- VII - controlar e supervisionar as operações de entrega de produtos comercializados em Bolsas de Mercadorias

FONTE: Regimento Interno – Normas da Organização 10.404

Resultados

(2138) Aquisição de Produtos para Comercialização			
Discriminação	Metas		Participação (%)
	Conab	Sureg-CE	
Dotação Orçamentária	R\$ 99.597.977,00	R\$ 3.688.814,00	3,70
Execução Orçamentária	R\$ 99.855,23	-	0,00
Índice	0,10	0,00	-
Meta Física – Produto Adquirido (ton)	104.456	3.868	3,70
Execução Física	36	-	0,00
Índice	0,03	0,00	-

A meta física aprovada para 2008 previa o atendimento, em todo o território nacional, de 27 parcerias mensais, com aquisição de 104.456 toneladas de produtos, contando com dotação orçamentária inicial de R\$100.009.941,00. Ao longo do exercício houve cancelamento de R\$411.964,00 (Decreto de 10 de novembro de 20080).

Especificamente no âmbito desta Sureg, estava prevista a aquisição de 3.868 toneladas ao custo de R\$3.688.814,00.

Porém, em face da necessidade de reestruturação do processo operacional, destacando-se a necessidade de revisão da sistemática de comercialização e dos normativos vigentes, houve dificuldade na realização de convênios/contratos com entidades públicas ou privadas. Em 2008, foi firmado apenas um convênio no Estado do Rio Grande do Sul sendo adquiridas 36 toneladas de produtos para composição da merenda de escolas públicas. Não havendo, portanto, execução física e financeira nesta Sureg.

Apesar dos esforços realizados pela Conab não foi possível a celebração de maior número de convênios em função da legislação vigente que impede o repasse de recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação FNDE para a Conab.

Em decorrência da baixa execução física e financeira neste e nos exercícios anteriores, a Conab solicitou ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão a exclusão desta Ação no Programa Abastecimento Agroalimentar.

(2829) Recuperação e Modernização da Rede Própria de Armazéns

➤ **Tipo:** Atividade

➤ **Finalidade:** A Ação visa manter a rede armazenadora própria em condições técnicas ideais para a guarda, conservação, comercialização e distribuição dos produtos agropecuários.

➤ **Descrição:** Manutenção e modernização da rede armazenadora; aquisição, recuperação e adequação de imóveis, máquinas e equipamentos e a informatização das unidades, observada a legislação vigente e os requisitos e exigências do Sistema Nacional de Certificação das Unidades Armazenadoras

➤ **Unidade responsável pelas decisões estratégicas:** Diges

➤ **Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução:** Suarm/Gecad

➤ **Coordenador nacional da Ação:** Milton Libardoni

➤ **Coordenador Regional:** Francisco Agenor Pereira

➤ **Competências Institucionais requeridas para a execução da Ação:**

Ao Setor de Operações de Estoques – Seope, subordinado à Gerência de Operações, compete:

I - controlar, vistoriar e fiscalizar os produtos pertencentes aos estoques próprios, governamentais e privados;

II - analisar e emitir pareceres nos processos de baixa contábil de perdas de mercadorias integrantes dos estoques governamentais, próprios e de terceiros;

III - executar as operações de controle e movimentação dos estoques, conforme diretrizes estabelecidas;

IV - executar a vistoria das unidades armazenadoras, com vistas à avaliação das condições de guarda e conservação dos produtos, promovendo o seu cadastramento;

V - controlar e acompanhar as aplicações das tarifas de armazenagem e planilhas de custos relativas aos fretes contratados;

VI - fiscalizar obras e serviços de construção e manutenção dos imóveis próprios ou sob sua administração;

VII - subsidiar a Matriz nas tarefas de elaborar projetos, levantar, quantificar, especificar e orçar os serviços necessários à recuperação, adequação e modernização das bases físicas;

VIII - promover a contratação das unidades armazenadoras de terceiros, consoante os normativos específicos;

IX - orientar, acompanhar e supervisionar as atividades das unidades armazenadoras próprias;

X - acompanhar e supervisionar o controle quantitativo e qualitativo dos estoques;

FONTE: Regimento Interno – Normas da Organização 10.404

(2829) Recuperação e Modernização da Rede Própria de Armazéns

Controle: SIAFI – PTRES 1689 – Programa de Trabalho 20.122.0352.2829.0001

Discriminação	Metas		Participação (%)
	Conab	Sureg-CE	
Dotação Orçamentária	8.650.000,00	35.000,00	0,40
Despesas Correntes	2.800.000,00	35.000,00	1,25
Despesas de Capital	5.850.000,00	0,00	0,00
Execução Orçamentária	7.983.358,02	32.146,96	0,40
Despesas Correntes	2.619.248,45	32.146,96	1,23
Despesas de Capital	5.364.109,57	0,00	0,00
Índice	92,29	91,85	-
Meta Física – unidade modernizada	80	4	5,00
Execução Física	73	4	5,48
Índice	91,25	100,00	-

Resultados

A meta global aprovada previa a execução de serviços de manutenção/recuperação/modernização em 80 unidades armazenadoras, ao custo total de R\$8,6 milhões. Durante o exercício foram atendidas 73 Unidades (91,25% da meta) com a realização de pequenas obras/aquisições, ao custo total de R\$7.983.358,02 (92,25% da dotação). Para a Sureg-CE estava previsto o atendimento a 4-Unidades, cuja execução atingiu 100,00% da meta física.

A Rede Armazenadora Própria da Conab é constituída por 179 armazéns, agrupados em 96 unidades, com capacidade estática para 2.164.730 toneladas, em ambientes natural e artificial, destinadas a prestar ao público em geral serviços de armazenamento e correlatos e, também, dar suporte aos programas de abastecimento que a Companhia executa ou dos quais participa.

Sob a jurisdição da Sureg-CE estão em operação sete unidades armazenadoras, compostas por dez armazéns, com capacidade estática para 53.400 toneladas, conforme detalhado no quadro a seguir.

Quadro 2.05

Demonstrativo de Armazéns por UA

Unidade Armazenadora	Quantidade Armazéns	Cap.(t)	Tipo	Endereço
Crateús	1	3.300	Convencional	Av. Sargento Hermínio n.º 1.071
Uiguatu	1	3.500	Convencional	Rod. Iguatu-Campos Sales
Juazeiro do Norte	1	4.900	Convencional	Av. Padre Cícero, Km 04
Maracanaú	1	6.300	Convencional	Rod. CE-01, Km 05 – Distrito Industrial
Maracanaú	1	6.300	Convencional	Rod. CE-01, Km 05 – Distrito Industrial
Maracanaú	1	8.800	Convencional	Rod. CE-01, Km 05 – Distrito Industrial
Maracanaú	1	8.800	Convencional	Rod. CE-01, Km 05 – Distrito Industrial
Russas	1	3.500	Convencional	Rod. BR-116, Km 04
Senador Pompeu	1	3.200	Convencional	Rua Samuel Cambraia, n.º 114 – Centro
Sobral	1	4.800	Convencional	Rua Galdino Araújo, n.º 149
Total	10	53.400	-	-

Fonte: Conab/Diges/Suarm/Gerap

As Unidades contam com equipamentos operacionais necessários à movimentação e guarda de produtos, porém necessitam de manutenção e modernização, tanto nos equipamentos quanto nas instalações físicas, pois a maioria é antiga e não teve suas demandas plenamente atendidas nos exercícios anteriores.

Em 2008 foi cumprida 100% da meta física prevista (4 unidades recuperadas) com despesas no valor total de R\$32.146,96, representando cerca de 91,85% da meta financeira. O quadro a seguir detalha os serviços executados nas unidades.

Quadro 2.06
Demonstrativo de Serviços Realizados

Sureg	UF	Unidade	Obra/Serviço/Aquisição	Valor			Total Sureg		
				Corrente	Capital	Total	Corrente	Capital	Geral
CE	CE	Russas	Serviços de manutenção corretiva, reforma das instalações físicas, hidráulicas, sanitárias e serviços de pintura	7.546,96	0,00	7.546,96			
		Iguatu	Elaboração de projeto de sistema de proteção contra incêndio e descargas atmosféricas	8.200,00	0,00	8.200,00			
		Senador Pompeu	Elaboração de projeto de sistema de proteção contra incêndio e descargas atmosféricas	8.200,00	0,00	8.200,00			
		Crateús	Elaboração de projeto de sistema de proteção contra incêndio e descargas atmosféricas	8.200,00	0,00	8.200,00	32.146,96	0,00	32.146,96
Total				32.146,96	0,00	32.146,96	32.146,96	0,00	32.146,96

Fonte: Conab/Diges/Suarm/Gerap e Siafi

(4702) Cadastro Nacional de Unidades Armazenadoras

- **Tipo:** Atividade
- **Finalidade:** Formar, manter e administrar o Cadastro Nacional das Unidades Armazenadoras.
- **Descrição:** Realização de Censo Nacional de Unidades Armazenadoras e a administração e atualização do banco de dados sobre a capacidade de armazenagem.
- **Unidade responsável pelas decisões estratégicas:** Diges
- **Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução:** Suarm/Gecad
- **Coordenador nacional da Ação:** Milton Libardoni
- **Coordenador Regional:** Francisco Agenor Pereira
- **Competências Institucionais requeridas para a execução da Ação:**
Setor de Operações de Estoques – Seope, subordinado à Gerência de Operações. (Descrever as atribuições do SEOPE)
Ao Setor de Operações de Estoques – Seope, subordinado à Gerência de Operações, compete:
I - controlar, vistoriar e fiscalizar os produtos pertencentes aos estoques próprios, governamentais e privados;
II - analisar e emitir pareceres nos processos de baixa contábil de perdas de mercadorias integrantes dos estoques governamentais, próprios e de terceiros;

- III** - executar as operações de controle e movimentação dos estoques, conforme diretrizes estabelecidas;
- IV** - executar a vistoria das unidades armazenadoras, com vistas à avaliação das condições de guarda e conservação dos produtos, promovendo o seu cadastramento;
- V** - controlar e acompanhar as aplicações das tarifas de armazenagem e planilhas de custos relativas aos fretes contratados;
- VI** - fiscalizar obras e serviços de construção e manutenção dos imóveis próprios ou sob sua administração;
- VII** - subsidiar a Matriz nas tarefas de elaborar projetos, levantar, quantificar, especificar e orçar os serviços necessários à recuperação, adequação e modernização das bases físicas;
- VIII** - promover a contratação das unidades armazenadoras de terceiros, consoante os normativos específicos;
- IX** - orientar, acompanhar e supervisionar as atividades das unidades armazenadoras próprias;
- X** - acompanhar e supervisionar o controle quantitativo e qualitativo dos estoques;

FONTE: Regimento Interno – Normas da Organização 10.404

Resultados

(4702) Cadastro Nacional de Unidades Armazenadoras			
Discriminação	Metas		Participação (%)
	Conab	Sureg-CE	
Dotação Orçamentária	R\$ 360.000,00	R\$ 8.000,00	2,22
Execução Orçamentária	R\$ 350.015,96	R\$ 7.750,00	2,21
Índice	97,23	96,88	-
Meta Física – Unidade Cadastrada	4.170	-	0,00
Execução Física	6.276	-	0,00
Índice	150,50	-	-

A meta física consolidada para a Conab, aprovada na LOA/2008, previa o cadastramento/recadastramento de 4.170 unidades armazenadoras, tendo sido executado 6.276 armazéns, representando 145,47% da meta física. Da meta financeira foram gastos R\$350.015,96, cerca de 97,23% da dotação global de R\$360.000,00.

No âmbito da Sureg-CE não estava prevista atividade para esta Ação. A execução financeira ocorreu devido as despesas com empregados cedidos para execução de atividades da Ação em outras Suregs.

Um fator positivo foi a criação do Sistema de Cadastro de Armazéns-SICARM, em substituição ao Sistema de Cadastro de Armazenagem -SCA, sendo postergado para 2009 a descentralização da atualização do cadastro para as Suregs.

A manutenção do Cadastro de Unidades Armazenadoras é fundamental para o conhecimento da oferta de armazenagem no país. Nele, estão contidas informações sobre a distribuição espacial, tipo de armazéns e sobre a qualificação, ou seja, sobre equipamentos existentes, capacidade de processamento, de recepção e de expedição de produtos.

Na área sob jurisdição da Sureg-CE, estavam cadastrados 93 armazéns com capacidade estática para 332.693 toneladas, representando cerca de 0,62% da oferta nacional.

Desses, apenas 10 unidades (capacidade de 53.372 toneladas) estavam credenciados para trabalhar com estoques e programas do Governo Federal. Os demais armazéns encontravam-se impedidos, por motivos financeiros e/ou técnicos, ou por não terem assinado/renovado o Contrato de Depósito com a Conab, ou por constarem como inadimplentes no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores-SICAF, conforme a seguir detalhado.

Quadro 2.07
Demonstrativo da Capacidade Estática

Sureg	Situação	2007		2008				Variação	
		N.UA (a)	Capac. (t) (b)	Convenional		Granel		Total	
				N.UA	Capac. (t)	N.UA	Capac. (t)	N.UA (c)	Capac. (t) (d)
CE	Credenciados	10	53.400	10	53.372	0	0	10	53.372
	Descredenciados	0	0	0	0	0	0	0	0
	Aptos s/ Contrato	9	15.100	9	16.119	0	0	16.119	0,00
	Impedidos	79	309.980	64	132.662	10	130.540	74	263.202
	Impedidos no SICAF	0	0	0	0	0	0	0	-
	Cadastrados	98	378.480	83	202.153	10	130.540	93	332.693
Total Nacional	Credenciados	955	13.303.810	219	1.336.941	404	7.282.201	623	8.619.142
	Descredenciados	499	4.271.960	219	833.567	304	3.885.178	523	4.718.745
	Aptos s/ Contrato	1.601	10.155.740	647	2.043.009	529	5.843.586	1.176	7.886.595
	Impedidos	12.519	84.502.690	5.014	17.328.388	6.180	59.326.137	11.194	76.654.525
	Impedidos no SICAF	987	11.167.330	1.266	4.777.683	1.841	25.860.279	3.107	30.637.962
	Cadastrados	16.561	123.401.530	7.365	26.319.588	9.258	102.197.381	16.623	128.516.969
Part. % da Sureg no Total Nacional		1,05	0,40	4,57	3,99	0,00	0,00	1,61	0,62
Armaz. Credenciados									-
Part. % da Sureg no Total Nacional		0,59	0,31	1,13	0,77	0,11	0,13	0,56	0,26
Armaz. Cadastrados									-

Fonte: Conab/Diges/Suarm/Gecad

(4710) Organização dos Micro e Pequenos Varejistas

•**Tipo:** Atividade

•**Finalidade:** Fortalecer o comércio varejista de pequeno porte, que opera com a linha básica de consumo em áreas carentes, visando sua qualificação e sustentabilidade, com a perspectiva de favorecer às comunidades circunvizinhas produtos de qualidade e a preços compatíveis.

•**Descrição:** Indução de processos que inibam a concentração de mercado do segmento varejista de produtos básicos de consumo, situação bastante visível em vista das sucessivas incorporações de empresas realizadas pelas grandes redes supermercadistas, assegurando às comunidades carentes acesso a canais regulares e eficientes de suprimento de produtos básicos, garantindo produtos de qualidade e a preços compatíveis. Fortalecimento do pequeno comércio de bairro de qualificação comercial e sustentabilidade econômica com uma ação prática e eficiente para contrapor às iniciativas de monopolização do mercado. Repasse das orientações necessárias à adequação e melhoria dos estabelecimentos comerciais, por meio de sistemático apoio técnico-operacional, e difusão da ideia do associativismo, culminando com a união de grupos de unidades varejistas em Centrais de Negócios. A promoção de melhorias nas unidades varejistas assegura vantagens competitivas para seus clientes e fortalece as economias locais.

•**Unidade responsável pelas decisões estratégicas:** Diges

•**Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução:** Supab/ Gepri

•**Coordenador nacional da Ação:** Delton Mendes Vieira

•**Coordenador Regional:** Francisco José Freitas da Rocha.

•**Competências Institucionais requeridas para a execução da Ação:**

Setor de Programas Institucionais e Sociais de Abastecimento – Sepab, subordinado à Gerência de Operações.

Ao Setor de Programas Institucionais e Sociais de Abastecimento – Sepab, subordinado à Gerência de Operações, compete:

- I - dar suporte técnico aos Programas Institucionais e Sociais de Abastecimento;
- II - efetuar o levantamento das necessidades e executar as vendas programadas relativas aos Programas Institucionais e Sociais de Abastecimento;
- III - orientar, acompanhar e supervisionar as atividades das unidades de comercialização;
- IV - acompanhar os níveis de preços no atacado e varejo dos produtos básicos, destinados aos Programas Institucionais e Sociais de Abastecimento;
- V - controlar os estoques de produtos destinados aos Programas Institucionais e Sociais de Abastecimento;
- VI - manter atualizado o cadastro de fornecedores

FONTE: Regimento Interno – Normas da Organização 10.404

Resultados

(4710) Organização dos Micro e Pequenos Varejistas			
Controle: SIAFI – PTRES 001.700 – Programa de Trabalho 20.692.0352.4710.0001			
Discriminação	Metas		Participação (%)
	Conab	Sureg-CE	
Dotação Orçamentária	250.000,00		0,00
Execução Orçamentária	44.644,83		0,00
Índice	17,86		-
Meta Física – unidade organizada	1.240	19	1,53
Execução Física	305	56	18,36
Índice	24,60	294,74	-

A meta física para 2008 previa a organização de 1.240 unidades de varejo tendo sido organizados 305 unidades, representando cerca de 24,60% da meta. Do total de varejistas organizados pela REFAP, 540 foram em Pernambuco, 500 na Paraíba, 220 em Alagoas, 54 no Rio Grande do Norte e 19 no Ceará. No âmbito da Sureg-CE foram realizadas visitas e cadastramento na região metropolitana de Fortaleza, resultando na formação de 56 unidades de varejo, ultrapassando a meta de 19 unidades em 194,74%.

(0110) Contribuição à Previdência Privada

➤ **Tipo:** Operações Especiais

➤ **Finalidade:** Objetiva assegurar que as autarquias, as fundações, as empresas públicas, as sociedades de economia mista e as demais entidades controladas direta ou indiretamente pela União, possam contribuir como patrocinadoras, às entidades fechadas de previdência privada, nos termos da Lei Complementar n.º 108/01, de 29.05.2001 e alterações.

➤ **Descrição:** Trata-se de atividade contínua onde o pagamento da patrocinadora (contribuição) é realizado em conformidade com o plano de custeio (custo do plano de

benefícios), Lei Complementar n.º 108 e 109/01 e contrato firmado entre a Conab e o Instituto Conab de Seguridade Social-Cibrius.

➤ **Unidade responsável pelas decisões estratégicas:** DIRHU - Diretoria de Recursos Humanos e Modernização

➤ **Coordenador nacional da ação:** Thiago Alexandre Ribeiro Lima

➤ **Unidades executoras:** Sumoc/Sureh/Sufin

➤ **Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução:** Superintendência de Modernização e Capacitação-Sumoc (Matriz).

➤ **Responsável Regional da Ação:** Ana Vitória FacundoSevero

➤ **Competências Institucionais requeridas para a execução da Ação:**

Ao Setor de Recursos Humanos – Sereh, subordinado à Gerência de Finanças e Administração, compete:

I - preparar os dados necessários à elaboração da folha de pagamento, guias de recolhimento de encargos legais, extinção e rescisão contratual e outros de natureza similar;

II - analisar e emitir parecer sobre pedidos de transferência de empregados, observando os normativos vigentes;

III - executar e controlar as atividades de recrutamento, seleção, admissão, demissão e avaliação de pessoal;

IV - controlar e manter atualizados os dados cadastrais e os registros funcionais dos empregados das áreas vinculadas, zelando pela sua guarda;

V - manter o controle do registro de freqüência, escala de férias e licenças de qualquer natureza, e cessão dos empregados;

VI - executar o controle das atividades de estágios supervisionados;**VII** - executar e controlar as atividades relativas aos benefícios concedidos pela Companhia;

VIII - promover o acompanhamento e a fiscalização dos convênios relacionados à assistência à saúde;

IX - acompanhar a realização de exames admissionais, periódicos e demissionais;

X - executar e controlar as atividades referentes à Segurança e Medicina do Trabalho;

XI - subsidiar a área Jurídica nas ações trabalhistas e atuar como preposto, quando necessário;

XII - executar as ações de capacitação, desenvolvimento de pessoas e modernização administrativa, em consonância com as diretrizes emanadas da Matriz.

FONTE: Regimento Interno – Normas da Organização 10.404

2.3.2.16.1 – Resultados

(0110) Contribuição à Previdência Privada			
Controle: SIAFI – PTRES 001.683 – Programa de Trabalho 20.273.0352.0110.0001			
Discriminação	Metas		Participação(%)
	Conab	Sureg-CE	
Dotação Orçamentária	22.932.360,00	514.252,95	2,24
Execução Orçamentária	22.931.919,11	514.248,45	2,24
Índice	99,998	99,999	-

Comparativamente a igual período do exercício anterior, cujo valor liquidado foi de R\$21.832.360,00, houve aumento da ordem de 5,04%. Tal aumento decorreu do crescimento da folha de pagamento, promoções por antiguidade e aumento do teto da previdência.

Do valor total executado de R\$22.931.919,11, o montante de R\$12.786.273,98 refere-se à amortização de parcelas da dotação, realizada nos moldes dos exercícios anteriores, observado o termo aditivo n.º 1, de 12/12/2002, ao Convênio de Adesão celebrado em 07/10/1994 entre a Conab e o Cibrius, que promoveu a retificação do valor do convênio e das condições de pagamento pactuadas, inclusa uma amortização extra no valor de R\$1.133.258,30. No acumulado do exercício, as contribuições paritárias patronais mensais realizadas pela Conab alcançaram R\$10.145.645,13, contemplando uma massa de 1.605 participantes ativos.

A Sureg-CE, cuja meta financeira foi de R\$514.252,95, liquidou R\$514.248,5 representando 99,99% da dotação e 2,24% da despesa total nessa Ação. Os empregados participantes contribuíram com igual valor, conforme quadro abaixo.

Quadro 2.08

Demonstrativo de Execução Física e Financeira

Sureg	Total da Folha	Quantidade de Participantes			Valor das Contribuições	
	Participantes	Ativos	Assistidos	Total	Patrocinadora	Empregados
CE	7.495.394,02	131	137	268	514.248,45	514.248,45
Total Geral	140.320.649,57	1.649	1.307	2.956	10.145.645,13	10.145.645,13

Fonte:Conab/Sucon/DRE//Sureh - Cibrius

(2004) Assistência Médica e Odontológica aos Servidores, Empregados e seus Dependentes

➤ **Tipo:** Atividade

➤ **Finalidade:** Visa proporcionar aos servidores, empregados, seus dependentes e pensionistas condições para manutenção da saúde física e mental.

➤ **Descrição:** Concessão do benefício de assistência médico-hospitalar e odontológica aos servidores e empregados, ativos e inativos, dependentes e pensionistas.

➤ **Unidade responsável pelas decisões estratégicas:** Dirhu

➤ **Unidades responsáveis por gerenciamento ou execução:** Sureh/Gebem

➤ **Coordenador nacional da Ação:** Giovana Iannicelli Crema Rodrigues

➤ **Coordenador Regional:** Ana Vitória Facundo Severo

➤ **Competências Institucionais requeridas para a execução da Ação:**

Setor de Recursos Humanos – Sereh subordinado à Gerência de Finanças e Administração.

Ao **Setor de Recursos Humanos – Sereh**, subordinado à Gerência de Finanças e Administração, compete:

I - preparar os dados necessários à elaboração da folha de pagamento, guias de recolhimento de encargos legais, extinção e rescisão contratual e outros de natureza similar;

II - analisar e emitir parecer sobre pedidos de transferência de empregados, observando os normativos vigentes;

III - executar e controlar as atividades de recrutamento, seleção, admissão, demissão e avaliação de pessoal;

IV - controlar e manter atualizados os dados cadastrais e os registros funcionais dos empregados das áreas vinculadas, zelando pela sua guarda;

V - manter o controle do registro de freqüência, escala de férias e licenças de qualquer natureza, e cessão dos empregados;

VI - executar o controle das atividades de estágios supervisionados;**VII** - executar e controlar as atividades relativas aos benefícios concedidos pela Companhia;

VIII - promover o acompanhamento e a fiscalização dos convênios relacionados à assistência à saúde;

IX - acompanhar a realização de exames admissionais, periódicos e demissionais;

X - executar e controlar as atividades referentes à Segurança e Medicina do Trabalho;

XI - subsidiar a área Jurídica nas ações trabalhistas e atuar como preposto, quando necessário;

XII - executar as ações de capacitação, desenvolvimento de pessoas e modernização administrativa, em consonância com as diretrizes

FONTE: Regimento Interno – Normas da Organização 10.404

Resultados

(2004) Assistência Médica e Odontológica aos Servidores, Empregados e seus Dependentes

Controle: SIAFI – PTRES 1701 – Programa de Trabalho 20.301.0352.2004.0001

Discriminação	Metas		Participação
	Conab	Sureg-CE	
Dotação Orçamentária	R\$ 14.666.772,00	R\$ 870.000,00	5,93
Execução Orçamentária	R\$ 14.630.333,19	R\$ 867.995,19	5,93
Índice	99,75	99,77	-
Meta Física	20.497 Pessoa beneficiada	1.250	6,10
Execução Física	13.698	963	7,03
Índice	66,83	77,04	-

Visando o atendimento das necessidades dos empregados e de seus dependentes típicos e atípicos, foi aprovada na LOA/2008 dotação orçamentária global de R\$12.226.769,00 e estimada uma média de 20.497 beneficiários mensais. Em face do aumento no número de beneficiários, decorrente da contratação de empregados via concurso público e do retorno de anistiados, e considerando também a ampliação dos procedimentos e o reajustamento de preços praticados pelos prestadores de serviços, a dotação foi suplementada em R\$2.440.003,00, totalizando R\$14.666.772,00. Durante o exercício de 2008 foram gastos R\$14.630.333,19, perfazendo 99,75% da meta financeira.

No acumulado de 2008, a média mensal global de beneficiários foi de 13.698, isto é, 66,83% da meta física de 20.497 beneficiários mensais.

É importante mencionar que o Plano de Saúde da Conab é de auto-gestão, não havendo contribuição fixa mensal, pois a participação do servidor é calculada de acordo com nível salarial e a utilização dos serviços disponibilizados, conforme a Tabela de Participação Financeira (TPF), constante da Cláusula Sétima, do Acordo Coletivo de Trabalho-2007/2009.

Além da garantia de assistência médico-hospitalar, odontológica e ambulatorial, por meio de convênios, a Conab promove no mês do aniversário do servidor Exames Médicos Periódicos obrigatórios, conforme disposto na Norma Regulamentadora nº 1 (NR-1), item 1.8, da Portaria Mtb n.º 3.214/78, bem como no Regulamento de Pessoal – Capítulo XIII - Dos Deveres e Proibições. O Exame Médico Periódico é totalmente custeado pela Companhia, que consta de exames laboratoriais, consultas oftalmológica, cardiológica, ginecológica, urológica etc.

Especificamente no âmbito da Sureg-CE a meta financeira final foi de R\$870.000,00 para atendimento de 1.250 atendimentos mensais. Durante o exercício foram gastos R\$867.995,19, cerca de 99,77% da meta financeira, com o atendimento médio mensal de 1.250 empregados, representando 77,00% da meta fixada.

(2010) Assistência Pré-escolar aos Dependentes dos Servidores e Empregados

➤ **Tipo:** Atividade

➤ **Finalidade:** Objetiva oferecer aos empregados, durante a jornada de trabalho, condições adequadas de atendimento aos seus dependentes, conforme o art. 3.º do Decreto n.º 977, de 10 de novembro de 1993.

➤ **Descrição:** Concessão do benefício de assistência pré-escolar pago diretamente no contra-cheque, a partir de requerimento, aos servidores e empregados que tenham filhos em idade pré-escolar conforme dispõe o Decreto 977, de 10 de novembro de 1993.

➤ **Unidade responsável pelas decisões estratégicas:** Dirhu

➤ **Unidades responsáveis por gerenciamento ou execução:** Sureh/Gebem

➤ **Coordenador nacional da Ação:** Giovana Iannicelli Crema Rodrigues

➤ **Coordenador Regional:** Ana Vitória Facundo Severo

➤ **Competências Institucionais requeridas para a execução da Ação:**

Setor de Recursos Humanos – Sereh, subordinado à Gerência de Finanças e Administração – GEFAD.

Ao **Setor de Recursos Humanos – Sereh**, subordinado à Gerência de Finanças e Administração, compete:

I - preparar os dados necessários à elaboração da folha de pagamento, guias de recolhimento de encargos legais, extinção e rescisão contratual e outros de natureza similar;

II - analisar e emitir parecer sobre pedidos de transferência de empregados, observando os normativos vigentes;

- III** - executar e controlar as atividades de recrutamento, seleção, admissão, demissão e avaliação de pessoal;
- IV** - controlar e manter atualizados os dados cadastrais e os registros funcionais dos empregados das áreas vinculadas, zelando pela sua guarda;
- V** - manter o controle do registro de freqüência, escala de férias e licenças de qualquer natureza, e cessão dos empregados;
- VI** - executar o controle das atividades de estágios supervisionados;
- VII** - executar e controlar as atividades relativas aos benefícios concedidos pela Companhia;
- VIII** - promover o acompanhamento e a fiscalização dos convênios relacionados à assistência à saúde;
- IX** - acompanhar a realização de exames admissionais, periódicos e demissionais;
- X** - executar e controlar as atividades referentes à Segurança e Medicina do Trabalho;
- XI** - subsidiar a área Jurídica nas ações trabalhistas e atuar como preposto, quando necessário;
- XII** - executar as ações de capacitação, desenvolvimento de pessoas e modernização administrativa, em consonância com as diretrizes **Setor de Recursos Humanos – Sereh**, subordinado à Gerência de Finanças e Administração, compete:
- I** - preparar os dados necessários à elaboração da folha de pagamento, guias de recolhimento de encargos legais, extinção e rescisão contratual e outros de natureza similar;
- II** - analisar e emitir parecer sobre pedidos de transferência de empregados, observando os normativos vigentes;
- III** - executar e controlar as atividades de recrutamento, seleção, admissão, demissão e avaliação de pessoal;
- IV** - controlar e manter atualizados os dados cadastrais e os registros funcionais dos empregados das áreas vinculadas, zelando pela sua guarda;
- V** - manter o controle do registro de freqüência, escala de férias e licenças de qualquer natureza, e cessão dos empregados;
- VI** - executar o controle das atividades de estágios supervisionados;
- VII** - executar e controlar as atividades relativas aos benefícios concedidos pela Companhia;
- VIII** - promover o acompanhamento e a fiscalização dos convênios relacionados à assistência à saúde;
- IX** - acompanhar a realização de exames admissionais, periódicos e demissionais;
- X** - executar e controlar as atividades referentes à Segurança e Medicina do Trabalho;
- XI** - subsidiar a área Jurídica nas ações trabalhistas e atuar como preposto, quando necessário;
- XII** - executar as ações de capacitação, desenvolvimento de pessoas e modernização administrativa, em consonância com as diretrizes emanadas da Matriz.

FONTE: Regimento Interno – Normas da Organização 10.404

Resultados

(2010) Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores e Empregados

Controle: SIAFI – PTRES 1696 – Programa de Trabalho 20.365.0352.2010.0001

Discriminação	Metas		Participação
	Conab	Sureg-CE	
Dotação Orçamentária	R\$ 2.543.447,00	R\$ 235.000,00	9,24
Execução Orçamentária	R\$ 2.529.532,44	R\$ 234.925,00	9,29
Índice	99,45	99,97	
Meta Física	550 Crianças de 0 a 6 anos atendidas	45	8,18
Execução Física	478	39	8,16
Índice	86,91	86,67	

Para o exercício de 2008, foi aprovado crédito orçamentário global no valor de R\$2.329.204,00 e prevista a concessão do benefício a 550 criança/mês. Durante o exercício a Ação recebeu suplementação orçamentária de R\$214.243,00, totalizando R\$2.543.447,00, tendo sido executados 99,45% da dotação orçamentária final e 86,91% da meta física (média mensal de 478 atendimentos).

Especificamente para a Sureg-CE, a meta física previa a concessão do benefício a 45 crianças, com um desembolso total de R\$235.000,00. Até o fim do exercício a média mensal de atendimento foi de 39 crianças, representando 86,67% da meta física, com dispêndio total de R\$234.925,00.

São beneficiários desta Ação:

- Auxílio-Creche: dependentes típicos com idade entre quatro meses até o fim do ano letivo em que completar sete anos, e
- Auxílio-deficiente: dependentes típicos portadores de necessidades especiais, sejam físicas ou mentais (deficiência motora, cognitiva e/ou comportamental), cujas lesões comprometam sobremaneira o desenvolvimento das atividades de vida diária, tornando-os dependentes de terceiros, ou empregados e dependentes portadores de diabetes crônica Tipo I, sem limite de idade.

(2011) Auxílio-Transporte aos Servidores e Empregados

➤ **Tipo:** Atividade

➤ **Finalidade:** Objetiva efetivar o pagamento de auxílio-transporte em pecúnia, pela União, de natureza jurídica indenizatória, destinado ao custeio parcial das despesas realizadas com transporte coletivo municipal, intermunicipal ou interestadual pelos militares, servidores e empregados públicos da Administração Federal direta, autárquica e fundacional da União, bem como a aquisição de vale-transporte para os empregados das empresas públicas e sociedades de economia mista integrantes dos orçamentos fiscal e da segurança social, nos deslocamentos de suas residências para os locais de trabalho e vice-versa, de acordo com a Lei n.º 7.418/85 e alterações, e Medida Provisória n.º 2.165-36, de 23 de agosto de 2001.

➤ **Descrição:** Pagamento de auxílio-transporte em pecúnia, pela União, de natureza jurídica indenizatória, destinado ao custeio parcial das despesas realizadas com transporte coletivo municipal, intermunicipal ou interestadual pelos militares, servidores e empregados públicos da Administração Federal direta, autárquica e fundacional da União, bem como a aquisição de vale-transporte para os empregados das empresas públicas e sociedades de economia mista integrantes dos orçamentos fiscal e da segurança social, nos deslocamentos de suas residências para os locais de trabalho e vice-versa.

➤ **Unidade responsável pelas decisões estratégicas:** Dirhu

➤ **Unidades responsáveis por gerenciamento ou execução:** Sureh/Gebem

➤ **Coordenador Regional:** Ana Vitória Facundo Severo

➤ **Competências Institucionais requeridas para a execução da Ação:**

Ao Setor de Recursos Humanos – Sereh, subordinado à Gerência de Finanças e Administração, compete:

I - preparar os dados necessários à elaboração da folha de pagamento, guias de recolhimento de encargos legais, extinção e rescisão contratual e outros de natureza similar;

II - analisar e emitir parecer sobre pedidos de transferência de empregados, observando os normativos vigentes;

III - executar e controlar as atividades de recrutamento, seleção, admissão, demissão e avaliação de pessoal;

IV - controlar e manter atualizados os dados cadastrais e os registros funcionais dos empregados das áreas vinculadas, zelando pela sua guarda;

V - manter o controle do registro de freqüência, escala de férias e licenças de qualquer natureza, e cessão dos empregados;

VI - executar o controle das atividades de estágios supervisionados; VII - executar e controlar as atividades relativas aos benefícios concedidos pela Companhia;

VIII - promover o acompanhamento e a fiscalização dos convênios relacionados à assistência à saúde;

IX - acompanhar a realização de exames admissionais, periódicos e demissionais;

X - executar e controlar as atividades referentes à Segurança e Medicina do Trabalho;

XI - subsidiar a área Jurídica nas ações trabalhistas e atuar como preposto, quando necessário;

XII - executar as ações de capacitação, desenvolvimento de pessoas e modernização administrativa, em consonância com as diretrizes emanadas da Matriz.

FONTE: Regimento Interno – Normas da Organização 10.404

Resultados

(2011) Auxílio-Transporte aos Servidores e Empregados			
Controle: SIAFI – PTRES 1685 – Programa de Trabalho 20.331.0352.2011.0001			
Discriminação	Metas		Participação
	Conab	Sureg-CE	
Dotação Orçamentária	R\$ 5.656.353,00	R\$ 270.000,00	4,77
Execução Orçamentária	R\$ 5.589.901,76	R\$ 268.526,64	4,80
Índice	98,83%	99,45	-
Meta Física (Servidores Beneficiados)	3.161	193	6,11
Execução Física	3.535	172	4,87
Índice	111,83	89,12	-

A dotação aprovada na LOA/2008 foi de R\$ 5.173.753,00, tendo sido suplementada em R\$482.600,00, totalizando R\$5.656.353,00, sendo gastos R\$5.589.901,76, perfazendo 98,83% do programado e a meta física estabelecida de beneficiar 3.161 empregados/mês foi superada em 11,86%, atendendo uma média mensal de 3535 servidores.

A Sureg-CE teve como meta física atender uma média de 193 beneficiários/mês durante o ano de 2008 tendo assistido 172 e atingido 89,12% do programado. As despesas lançadas pela Superintendência nesta ação foram de R\$268.526,64, representando 99,45% da meta financeira de R\$270.000,00.

(2012) Auxílio-Alimentação aos Servidores e Empregados

➤ **Tipo:** Atividade

➤ **Finalidade:** Visa conceder o auxílio-alimentação, sob a forma de pecúnia, pago na proporção dos dias trabalhados e custeado com recursos do órgão ou entidade de lotação ou exercício do servidor ou empregado, aquisição de vale ou ticket-alimentação ou refeição ou manutenção de refeitório.

➤ **Descrição:** Concessão, em caráter indenizatório e sob forma de pecúnia, do auxílio-alimentação aos servidores e empregados ativos, de acordo com a Lei 9527/97, ou mediante aquisição de vale ou ticket-alimentação ou refeição, ou, ainda, por meio da manutenção de refeitório.

➤ **Unidade responsável pelas decisões estratégicas:** Dirhu

➤ **Unidades responsáveis por gerenciamento ou execução:** Sureh/Gebem

➤ **Coordenador nacional da Ação:** Giovana Iannicelli Crema Rodrigues

➤ **Coordenador Regional:** Ana Vitória Facundo Severo

➤ **Competências Institucionais requeridas para a execução da Ação:**

Ao **Setor de Recursos Humanos – Sereh**, subordinado à Gerência de Finanças e Administração, compete:

I - preparar os dados necessários à elaboração da folha de pagamento, guias de recolhimento de encargos legais, extinção e rescisão contratual e outros de natureza similar;

II - analisar e emitir parecer sobre pedidos de transferência de empregados, observando os normativos vigentes;

III - executar e controlar as atividades de recrutamento, seleção, admissão, demissão e avaliação de pessoal;

IV - controlar e manter atualizados os dados cadastrais e os registros funcionais dos empregados das áreas vinculadas, zelando pela sua guarda;

V - manter o controle do registro de freqüência, escala de férias e licenças de qualquer natureza, e cessão dos empregados;

VI - executar o controle das atividades de estágios supervisionados; VII - executar e controlar as atividades relativas aos benefícios concedidos pela Companhia;

VIII - promover o acompanhamento e a fiscalização dos convênios relacionados à assistência à saúde;

IX - acompanhar a realização de exames admissionais, periódicos e demissionais;

X - executar e controlar as atividades referentes à Segurança e Medicina do Trabalho;

XI - subsidiar a área Jurídica nas ações trabalhistas e atuar como preposto, quando necessário;

XII - executar as ações de capacitação, desenvolvimento de pessoas e modernização administrativa, em consonância com as diretrizes emanadas da Matriz.

FONTE: Regimento Interno – Normas da Organização 10.404

Resultados

(2012) Auxílio-Alimentação aos Servidores e Empregados			
Controle: SIAFI – PTRES 1684 – Programa de Trabalho 20.306.0352.2012.0001			
Discriminação	Metas		Participação
	Conab	Sureg-CE	
Dotação Orçamentária	R\$ 16.744.022,00	R\$ 1.040.000,00	6,21%
Execução Orçamentária	R\$ 16.470.695,37	R\$ 1.025.951,28	6,23%
Índice	98,37%	98,65%	
Meta Física (Servidores Beneficiados)	3.425	209	6,10%
Execução Física	3.763	229	6,09%
Índice	109,87%	109,57%	

No exercício de 2008, o crédito orçamentário foi de R\$ 16.744.022,00 dos quais foram gastos R\$ 16.470.695,37, perfazendo 98,37% do previsto.

A meta física nacional de beneficiar 3.425 servidores/mês foi superada em 9,87%, perfazendo uma média mensal de 3.763 empregados. A Sureg CE previa o atendimento a 209 empregados e beneficiou a 229, superando a meta em 9,57%. Com relação à meta financeira, a Regional executou R\$1.025.951,28 (98,65%), o que equivale a 6,23% da execução orçamentária nacional.

(2272) Gestão e Administração do Programa

•**Tipo:** Atividade

•**Finalidade:** Visa constituir um centro de custos administrativos dos programas, agregando as despesas que não são passíveis de apropriação em ações finalísticas do próprio programa.

•**Descrição:** Essas despesas compreendem: pessoal ativo; manutenção e uso de frota veicular, própria ou de terceiros por órgãos da União; manutenção e conservação de imóveis próprios da União, cedidos ou alugados, utilizados pelos órgãos da União; tecnologia da informação, sob a ótica meio, incluindo o apoio ao desenvolvimento de serviços técnicos e administrativos; despesas com viagens e locomoção (aquisição de passagens, pagamento de diárias e afins); sistemas de informações gerencias internos; estudos que têm por objetivo elaborar, aprimorar ou dar subsídios à formulação de políticas públicas; promoção de eventos para discussão, formulação e divulgação de políticas, etc; produção e edição de publicações para divulgação e disseminação de informações sobre políticas públicas e demais atividades-meio necessárias à gestão e administração do programa.

•**Unidade responsável pelas decisões estratégicas:** Diafi

•**Unidades responsáveis por gerenciamento ou execução:** Sureh/Sufin

•**Coordenador nacional da Ação:** Paulo Sérgio Silveira

•**Coordenador Regional:** Ana Vitória Facundo Severo

•**Competências Institucionais requeridas para a execução da Ação:**

Ao Setor de Recursos Humanos – Sereh, subordinado à Gerência de Finanças e Administração, compete:

- I - preparar os dados necessários à elaboração da folha de pagamento, guias de recolhimento de encargos legais, extinção e rescisão contratual e outros de natureza similar;
- II - analisar e emitir parecer sobre pedidos de transferência de empregados, observando os normativos vigentes;
- III - executar e controlar as atividades de recrutamento, seleção, admissão, demissão e avaliação de pessoal;
- IV - controlar e manter atualizados os dados cadastrais e os registros funcionais dos empregados das áreas vinculadas, zelando pela sua guarda;
- V - manter o controle do registro de freqüência, escala de férias e licenças de qualquer natureza, e cessão dos empregados;
- VI - executar o controle das atividades de estágios supervisionados;
- VII - executar e controlar as atividades relativas aos benefícios concedidos pela Companhia;
- VIII - promover o acompanhamento e a fiscalização dos convênios relacionados à assistência à saúde;
- IX - acompanhar a realização de exames admissionais, periódicos e demissionais;
- X - executar e controlar as atividades referentes à Segurança e Medicina do Trabalho;
- XI - subsidiar a área Jurídica nas ações trabalhistas e atuar como preposto, quando necessário;
- XII - executar as ações de capacitação, desenvolvimento de pessoas e modernização administrativa, em consonância com as diretrizes emanadas da Matriz.

FONTE: Regimento Interno – Normas da Organização 10.404

Resultados

(2272) Gestão e Administração do Programa

Controle: SIAFI – PTRES 001682/001688 – Programa de Trabalho 20.122.0352.2272.0001

Discriminação	Metas		Participação (%)
	Conab	Sureg-CE	
Dotação Orçamentária	334.100.950,00	14.915.000,00	4,46
Pessoal	259.415.765,00	12.980.000,00	5,00
Custeio	67.690.185,00	1.770.000,00	2,61
Investimento	6.995.000,00	165.000,00	2,36
Execução Orçamentária	332.544.626,54	14.897.618,53	4,48
Pessoal	258.233.553,22	12.969.326,90	5,02
Custeio	67.402.723,07	1.766.008,82	-
Investimentos	6.908.350,25	162.282,81	2,35
Índice	99,53	89,88	-

A dotação orçamentária inicial aprovada na LOA/2008 para a Conab foi de R\$215.351.386,00 para despesas de pessoal e encargos sociais, R\$59.690.185,00 para custeio e R\$3.780.000,00 para investimentos na Matriz e nas Suregs. No decorrer do exercício, o orçamento de pessoal e encargos foi suplementado em R\$44.064.379,00, que somados à dotação inicial atingiu R\$259.415.765,00. A dotação par custeio e informática também foi suplementada com R\$11415.765,00 totalizando R\$74.685.185,00. A dotação final da Ação foi de R\$334.100.950,00.

A meta prevista para a Sureg-CE foi de R\$14.915.000,00, sendo liquidado no período R\$14.897.618,53, representando 89,88% da dotação e 4,48% do gasto total. Dos pagamentos realizados pela Sureg, as despesas de pessoal representaram 87,06%, custeio 11,85% e os investimentos 1,09%, conforme detalhado a seguir.

Quadro 2.09

Demonstrativo da Execução de Despesas

Discriminação	Valor (R\$)	Part. (%)
Pessoal	12.969.326,90	87,06
Outros benefícios assistenciais	43.550,00	0,29
Vencimentos e Vantagens Fixas	9.734.503,07	65,34
Obrigação patronal	3.144.478,37	21,11
Outras despesas variáveis	38.932,67	0,26
Depósitos compulsórios	0,00	0,00
Sentenças judiciais	0,00	0,00
Despesas de exercícios anteriores	0,00	0,00
Indenizações e restituições trabalhistas	7.862,79	0,05
Ressarcimento de despesas de pessoal terceirizado	0,00	0,00
Custeio	1.766.008,82	11,85
Outros benefícios assistenciais	10.115,00	0,07
Diárias	226.042,50	1,52
Material de consumo	164.870,61	1,11
Passagens e Despesas com locomoção	63.713,90	0,43
Serviços de Consultoria	0,00	0,00
Outros serviços de terceiros – pessoa física	16.850,04	0,11
Locação de mão-de-obra	478.927,73	3,21
Outros serviços de terceiros – pessoa jurídica	676.540,63	4,54
Obrigações tributárias e contributivas	95.935,28	0,64
Depósitos compulsórios	0,00	0,00
Sentenças judiciais	0,00	0,00
Indenizações e restituições	33.013,13	0,22
Investimentos	162.282,81	1,09
Obras e instalações	0,00	0,00
Equipamento e material permanente	162.282,81	1,09
Total	14.897.618,53	100,00

Fonte: Siafi

Por ser uma área de vital importância no desenvolvimento das atividades, a Conab dedica especial atenção à administração de recursos humanos, cujos principais resultados destacamos a seguir.

Gestão de Pessoas

Para alcançar uma equipe continuadamente capacitada e compatível com suas necessidades em ambiente interno participativo, integrado e motivado, conforme preconizado no Mapa Estratégico Corporativo, a Conab continuou investindo em capacitação e renovação do quadro de pessoal, recompondo o quadro com a convocação dos candidatos aprovados em concurso público para o preenchimento de vagas disponíveis na Matriz, em Brasília, e nas Superintendências Regionais, para cargos de Técnico de Nível Superior, e com o retorno dos empregados anistiados pela Lei n.º 8.878/94, Decreto n.º 6.077/07 e Portarias do MPOG.

a) Quadro de Pessoal

O quadro de pessoal da Sureg/CE encerrou o exercício com 249 empregados. Comparativamente ao mesmo período do exercício anterior houve um acréscimo de 10,67%, o equivalente a 24 empregados. A relação da quantidade de empregados da Sureg comparada com o total de empregados da Companhia representa 5,87% do total de 4.242 empregados, conforme demonstrativo seguinte.

Quadro 2.10

Demonstrativo da Situação Funcional dos Empregados da Sureg-CE

Discriminação	Quantidade de Empregados		Variação (b)-(a)
	31/12/2007 (a)	31/12/2008 (b)	
Em efetivo exercício na Sureg	147	183	36
Cedidos a outros órgãos	69	58	
Com ônus p/Conab	67	57	-10
Sem ônus p/Conab	2	1	-1
Licenciados(*)	9	8	-1
Contratos Suspensos(**)	-	-	0
Total da Sureg-CE	225	249	24
Total Conab	3.339	4.242	903
Participação da Sureg x Conab	6,74%	5,87%	

Fonte: Conab/Diafi/Sureh/Gefop

Obs.: (*) INSS/acidente de trabalho/maternidade, p/cargo eletivo com ou sem vencimentos etc.
(**) licença por motivos particulares etc.

Na Sureg-CE, 182 empregados apresentam situação contratual oriunda de readmissão por reintegração ou por anistia, o que equivale a 73,09% do total. Os empregados com contrato padrão e os novos concursados representam apenas 26,91% o equivalente a (67 empregados).

Quadro 2.11

Efetivo, por Situação Contratual por Sureg e Total Conab

Discriminação	Quantidade de Empregados						Participação (%) (d)/(b)	
	Conab		Variação (b)- (a)	CE		Variação (d)- (c)		
	31/12/2007(a)	31/12/2008(b)		31/12/2007(c)	31/12/2008(d)			
Contrato Padrão	1.694	1.706	12	65	67	2	3,93	
Contrato Padrão – Concursado	241	343	102	3	7	4	2,04	
Reintegrado (Transitado)	358	356	(2)	74	74	-	20,79	
Reintegrado Liminar	75	77	2	10	9	(1)	11,69	
Anistiado (Transitado)	245	255	10	27	32	5	12,55	
Anistiado (Liminar)	113	108	(5)	38	33	(5)	30,56	
Anistiado (Lei 8878/94)	613	1.397	784	8	27	19	1,93	
Total	3.339	4.242	903	225	249	24	5,87	

Fonte: Conab/Diafi/Sureh/Gefop

O perfil da estrutura de pessoal na Sureg apresenta as seguintes características: 21 técnicos de nível superior (8,43% do total da regional) e 228 (91,57%) empregados de nível médio e auxiliar.

b) Serviço de Apoio à Educação

Ao término do exercício, a Sureg contava com 12 estagiários, 9,1% a mais em relação ao exercício anterior.

Quadro 2.12
Distribuição dos Estagiários

Unidades	Posição em 31/12/2008						Variação 2006/2007	
	2007			2008				
	Nível Superior	Nível Médio	Total	Nível Superior	Nível Médio	Total		
Conab	225	63	288	291	46	337	17,0%	
Sureg CE	10	1	11	12	0	12	9,1%	
Participação	4,4%	1,6%	3,8%	4,1%	0,0%	3,6%		

Fonte:Conab/Diafi/Sureh/Gepes

c) Gastos com Remuneração e Manutenção

Tomando como base os números do Demonstrativo de Resultados – DRE, acumulado até 31/12/2008, o valor global dispendido diretamente com Pessoal na Sureg-CE (despesa bruta de pessoal) correspondeu a R\$12.925.776,90, mais R\$ 804.401,56(sentenças judiciais, adiantamentos, provisões e outras), o que gerou um total de R\$ 13.730.178,45, representando um aumento de 15,62% em relação ao gasto do mesmo período de 2007.

Quadro 2.13
Comparativo das Despesas Acumuladas com Pessoal

Detalhamento Sureg-CE	Exercício (Em R\$)		Variação %
	2007	2008	
Outros Benefícios Assistenciais	25.486,60	43.550,00	70,87
Vencimentos e Vantagens Fixas	8.325.977,20	9.734.503,07	16,92
Obrigações Patronais	2.774.421,54	3.144.478,37	13,34
Outras Despesas Variáveis	30.375,56	38.932,67	28,17
Depósitos Compulsórios	-	-	-
Sentenças Judiciais	-	-	-
Despesas de Exercícios Anteriores	-	-	-
Indenizações e Restituições Trabalhistas	3.705,10	7.862,79	112,22
Ressarc. de Despesas de Pessoal Terceirizado	-	-	-
Total - GAP	11.159.966,00	12.969.326,90	16,21
Provisões Créditos e Adiantamentos	(26.757,38)	(120.167,53)	349,10
Encargos Sociais sobre Provisões	23.299,81	9.688,41	-
Outras Despesas Variáveis	430.629,24	459.560,24	6,72
Outras Sentenças Judiciais	288.463,13	455.320,43	57,84
Total – Outras Ações	715.634,80	804.401,55	12,40
Total Geral	11.875.600,80	13.773.728,45	15,98

Fonte: Conab/Diafi/Sucon/Gecon/DRE-Demonstrativo de Resultado do Exercício

(4572) Capacitação de Servidores Públicos Federais, em Processo de Qualificação e Requalificação

➤ **Tipo:** Finalístico

➤ **Finalidade:** Tem por objetivo promover a qualificação e a requalificação de pessoal, com vistas à melhoria continuada dos processos de trabalho, dos índices de satisfação pelos serviços prestados à sociedade e do crescimento profissional.

➤ **Descrição:** Esta ação é implementada com a realização de diversas ações voltadas ao treinamento de servidores, tais como: custeio dos eventos, pagamento de passagens e diárias aos servidores quando em viagem para capacitação, taxa de inscrição em cursos, seminários, congressos e outras despesas relacionadas à capacitação de pessoal.

➤ **Unidade responsável pelas decisões estratégicas:** Dirhu

➤ **Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução:** Sumoc/Gecap

➤ **Coordenador nacional da Ação:** Maria Isabel Braga Coelho

➤ **Responsável regional da Ação:** GEFAD/SEREH

➤ **Competências Institucionais requeridas para a execução da Ação:**

Ao Setor de Recursos Humanos – Sereh, subordinado à Gerência de Finanças e Administração, compete:

I - preparar os dados necessários à elaboração da folha de pagamento, guias de recolhimento de encargos legais, extinção e rescisão contratual e outros de natureza similar;

II - analisar e emitir parecer sobre pedidos de transferência de empregados, observando os normativos vigentes;

III - executar e controlar as atividades de recrutamento, seleção, admissão, demissão e avaliação de pessoal;

IV - controlar e manter atualizados os dados cadastrais e os registros funcionais dos empregados das áreas vinculadas, zelando pela sua guarda;

V - manter o controle do registro de freqüência, escala de férias e licenças de qualquer natureza, e cessão dos empregados;

VI - executar o controle das atividades de estágios supervisionados; VII - executar e controlar as atividades relativas aos benefícios concedidos pela Companhia;

VIII - promover o acompanhamento e a fiscalização dos convênios relacionados à assistência à saúde;

IX - acompanhar a realização de exames admissionais, periódicos e demissionais;

X - executar e controlar as atividades referentes à Segurança e Medicina do Trabalho;

XI - subsidiar a área Jurídica nas ações trabalhistas e atuar como preposto, quando necessário;

XII - executar as ações de capacitação, desenvolvimento de pessoas e modernização administrativa, em consonância com as diretrizes emanadas da Matriz.

FONTE: Regimento Interno – Normas da Organização 10.404

2.3.2.18.1 – Resultados

(4572)Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação			
Controle: SIAFI – PTRES 001.694 – Programa de Trabalho 20.128.0360.4572.00001			
Discriminação	Metas		Participação (%)
	Conab	Sureg-CE	
Dotação Orçamentária	1.680.000,00	20.000,00	1,19
Execução Orçamentária	1.620.336,57	17.778,92	1,10
Índice	96,45	88,89	-
Meta Física	5.129	40	0,78
Execução Física – pessoas treinadas	6.012	41	0,68
Índice	117,22	102,50	-

A cada ano a Conab realiza o Levantamento de Necessidades de Treinamento (LTN), com o objetivo de reavaliar as ações de treinamento e desenvolvimento constantes do Plano de Educação corporativa, em nível de Matriz e Regionais, bem como identificar outros treinamentos não previstos, correlatos às competências (conhecimento,

habilidades e atitudes) de cada área e atividades precípuas desenvolvidas pelos empregados lotados nessas Unidades, propondo, também, cursos de desenvolvimento futuro, focados nos temas e perspectivas do Planejamento Estratégico. Além das necessidades de treinamento, busca identificar empregados para atuarem como instrutores/multiplicadores na disseminação do conhecimento e no compartilhamento de práticas de sucesso e inovações, valorizando a aprendizagem e a cultura da Companhia.

Para promover a qualificação e requalificação de pessoal, com vista à melhoria dos processos de trabalho, dos índices de satisfação pelos serviços prestados à sociedade e do crescimento profissional, foi aprovado em 2008 crédito orçamentário no valor de R\$1.400.000,00, tendo sido suplementado em R\$280.000,00, conforme Decreto de 10 de novembro de 2008, atingindo o valor total de R\$1.680.000,00, para treinamento de 5.129 empregados. Durante o exercício foi executado o montante de R\$1.620.336,57, correspondendo a 96,4% da meta, com a participação de 6.012 treinados em diversos cursos realizados, superando a meta física em 17,22%.

Para a Sureg-CE, a meta previa o treinamento de 40 empregados com dotação orçamentária de R\$20.000,00, tendo sido capacitados 41 empregados, representando 0,68% do total de participantes da Conab e 102,50% da meta estabelecida para a Sureg.

Em 2008, foi dada ênfase a eventos nas áreas Operacional e Administrativa, contando cada qual com 14 participantes.

Quadro 2.15
Demonstrativo dos Treinamentos Realizados por Área de Conhecimento, Número de Treinados e Carga Horária na Sureg-CE

Área de Conhecimento	Nº de Treinados		Homens/hora Treinados		Média de carga/horária por participante	
	2007	2008	2007	2008	2007	2008
Planejamento	144	5	2.351	124	16,33	24,80
Operacional	23	14	738	268	32,09	19,14
Administrativa	83	14	768	336	9,25	24,00
Financeira	0	0	0	0	0,00	0,00
Gerencial	0	0	0	0	0,00	0,00
Informática	0	1	0	40	0,00	40,00
Qualidade	0	0	0	0	0,00	0,00
Jurídica	1	2	36	418	36,00	209,00
Auditória	8	0	64	0	8,00	0,00
Comunicação Social	1	0	12	0	12,00	0,00
Educ/Desenvolvimento	2	5	8	64	4,00	12,80
Total	262	41	3.977	1.250	15,18	30,49

Fonte: Conab/Dirhu/Sumoc

Comparativamente ao exercício de 2007, o número de horas de treinamento apresentou redução de 68,57%, passando de 3.977 horas para 1.250 enquanto a média de horas por treinando aumentou em 100,86%, passando de 15,18 horas/treinando para 30,49.

As maiores despesas foram contabilizadas com Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica – referentes à participação de empregados em treinamentos ministrados por outras empresas e com diárias, conforme detalhado no quadro a seguir.

Quadro 2.16
Demonstrativo das Despesas Realizadas
Exercícios 2007 e 2008

Elemento de Despesa	Despesa Realizada (R\$)		Variação (%)
	2007	2008	
Diárias	6.597,50	4.815,00	-27,02
Passagens e Desp. com Locomoção	2.805,60	1.194,00	-57,44
Outros Serv. de Terceiros e Encargos–Pes. Jurídica	3.911,00	11.769,92	200,94
Indenizações e Restituições	189,00	-	-100,00
Total CE	13.503,10	17.778,92	31,67
Total Conab	1.373.729,00	1.620.336,57	17,95
Participação %	0,98	1,10	0,00

Fonte: Siafi

(4711) Pesquisa, Acompanhamento e Avaliação de Safras

➤ **Tipo:** Finalístico.

➤ **Finalidade:** Esta Ação tem como objetivo subsidiar a formulação da política agrícola, avaliando o desempenho das culturas do plantio até a colheita e o balanço de oferta e demanda dos produtos amparados pela PGPM, permitindo a tomada de decisões do setor público e privado, de forma ágil, transparente imparcial e segura.

➤ **Descrição:** Durante o ano-safra a Conab realiza doze pesquisas, sendo seis de campo intercaladas por outras seis realizadas à distância (por telefone, internet, geoprocessamento etc). No caso de ocorrências de situações climáticas anormais devem ser realizadas pesquisas de campo nas áreas afetadas.

➤ **Unidade responsável pelas decisões estratégicas:** Digem

➤ **Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução:** Suinf/Geasa

➤ **Coordenador nacional da Ação:** Eledon Pereira de Oliveira

➤ **Responsável Regional da Ação:** Gilson Antônio de Sousa Lima

➤ **Competências Institucionais requeridas para a execução da Ação:**

GEDES\SEGEO - proceder levantamentos de safras agrícolas e de informações acerca de estoques privados, conforme orientação da Matriz

Resultados

(4711) Pesquisa, Acompanhamento e Avaliação de Safras			
Controle: SIAFI – PTRES 1699 – Programa de Trabalho 20.605.0360.4711.0001			
Discriminação	Metas		Participação
	Conab	Sureg-CE	
Dotação Orçamentária	1.000.000,00	13.575,47	1,36
Execução Orçamentária	596.496,81	9.171,42	1,54
Índice	59,65	67,56	-
Meta Física – pesquisa realizada (unid)	12	3	25,00
Execução Física	12	3	25,00
Índice	100,00	100,00	-

Os levantamentos são realizados em estreita colaboração com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística-IBGE, em um processo de harmonização das estimativas oficiais de safra para as principais lavouras brasileiras.

Nesse processo as duas instituições têm somado recursos e esforços, objetivando assegurar as mais acuradas e fidedignas informações de acompanhamento de sagra ao alcance do Estado Brasileiro, coordenando progressivamente métodos, fontes, período de apuração, datas e horários de divulgação. Para tanto, conta-se com a permanente contribuição dos órgãos públicos federais, estaduais e municipais e demais instituições geradoras de informações agrícolas.

A unificação das estimativas de produção era uma reivindicação antiga dos agentes atuantes no agronegócio. Até então, as pesquisas divulgadas pela Conab objetivavam orientar a cadeia produtiva, e os dados do IBGE atendiam a fins estatísticos. Enquanto a primeira tomava como base o ano-safra, a segunda, o ano civil, o que causava pequenas diferenças entre os resultados. Com a unificação dos trabalhos, o calendário dos levantamentos e da divulgação das pesquisas não mudou, ou seja, as culturas de grãos continuaram com a periodicidade mensal e o café e a cana-de-açúcar, de quatro em quatro meses.

O modelo de coleta vem se utilizando de dados adicionais disponibilizados pela área de Geotecnologia (mapeamento de áreas cultivadas, obtido por meio de imagens de satélite, e estimativa de produtividade por meio de modelos agrometeorológicos). Após a coleta e consolidação dos dados, o resultado é divulgado pelo MAPA e disponibilizado em meio eletrônico (Internet – com versões em português, inglês e espanhol) e publicações técnicas.

A meta física global aprovada na LOA/2008 previa a realização de seis pesquisas de campo, realizadas de acordo com o período de safra nas diversas regiões produtoras, e as outras seis mediante levantamentos complementares para a atualização dos dados, utilizando-se de outros meios de busca de informações, como telefone, e-mail etc.

O último levantamento do ano-safra 2007/08 (12.º da safra 2007/08 e 9.º do exercício de 2008-fechamento da safra 2007/08), foi realizado durante o mês de setembro, quando empregados da Conab visitaram municípios produtores do País, e entrevistaram produtores rurais, agrônomos e técnicos de cooperativas, Secretarias de Agricultura,

Órgãos de Assistência Técnica e Extensão Rural (oficiais e privados) e Agentes Financeiros.

Especificamente no Estado do Ceará, foram realizados nove levantamentos de safra, sendo três (3) de campo e 6 (seis) utilizando-se de outros meios de busca de informações.

No comparativo entre as safras 2006/07 e 2007/08, verificou-se aumento de 5,14% na área cultivada, passando de 1.293,1 mil hectares cultivados para 1.359,6 mil hectares, destacando-se em termos absolutos o feijão 2.ª safra com inclusão de 30 mil hectares. A quantidade produzida apresentou incremento de 106,43%, aumentando de 548,9 mil toneladas na safra 2006/07 para 1.133,10 na de 2007/08, com destaque para o milho com aumento de 417 mil toneladas. Tal incremento deveu-se principalmente às melhores condições climáticas.

Quadro 2.17

Demonstrativo da Área Plantada e da Produção Agrícola – Safra 2006/07 e 2007/08

Produto	Área (Em mil ha)				Produção (Em mil t)			
	Safra		Variação		Safra		Variação	
	2006/07 (a)	2007/08 (b)	% (b/a)	Absoluta (b-a)	2006/07 (a)	2007/08 (b)	% (b/a)	Absoluta (b-a)
Algodão	7,3	4,5	-38,36	-3,00	2,4	2,2	-8,33	0,00
Amendoim total	0,7	0,8	14,29	0,00	0,5	1,1	120,00	1,00
Amendoim 2ª safra	0,7	0,8	14,29	0,00	0,5	1,1	120,00	1,00
Arroz	32,5	33,5	3,08	1,00	71	99,7	40,42	29,00
Feijão total	563,2	592,6	5,22	29,00	124,6	253	103,05	128,00
Feijão 2ª safra	548,8	578,6	5,43	30,00	109,8	238,4	117,12	129,00
Feijão 3ª safra	14,4	14	-2,78	0,00	14,8	14,6	-1,35	0,00
Girassol	0	2,3	0,00	2,00	0	1,6	0,00	2,00
Mamona	9,6	26,4	175,00	17,00	5,9	11,4	93,22	6,00
Milho total	673,9	694,2	3,01	20,00	335,6	752,5	124,23	417,00
Milho 1ª safra	673,9	694,2	3,01	20,00	335,6	752,5	124,23	417,00
Sorgo	5,9	5,3	-10,17	-1,00	8,9	11,6	30,34	3,00
Total CE	1.293,10	1.359,60	5,14	67,00	548,90	1.133,10	106,43	584,00

Fonte: Conab/Digem/Suinf/Geasa

Considerando o período de plantio no Estado do Ceará acontece durante o primeiro semestre, na previsão da safra 2008/09 foi mantida a área e utilizada a produtividade média dos cinco anos anteriores. Por meio deste modelo a produção prevista é de 891 toneladas, com redução de 21,4% em relação à anterior, podendo ser modificado dependendo das condições climáticas, caso, a quadra chuvosa se concretize no mês de março, época em que normalmente é feito o plantio pelos agricultores cearenses, conforme detalhado no quadro abaixo.

Quadro 2.18

Demonstrativo da Área Plantada e da Produção Agrícola – Safra 2007/08 e 2008/09

Produto	Área		(Em mil ha)		Produção		(Em mil t)	
	Safra		Variação		Safra		Variação	
	2007/08 (a)	2008/09 (b)	% (b/a)	Absoluta (b-a)	2007/08 (a)	2008/09 (b)	% (b/a)	Absoluta (b-a)
Algodão	4,5	4,5	0,0	0,0	2,2	2,2	0,0	0,0
Amendoim total	0,8	0,8	0,0	0,0	1,1	1,1	0,0	0,0
Amendoim 2ª safra	0,8	0,8	0,0	0,0	1,1	1,1	0,0	0,0
Arroz	33,5	33,5	0,0	0,0	99,7	91,5	-8,2	-8,2
Feijão total	592,6	592,6	0,0	0,0	253,0	252,0	-0,4	-1,0
Feijão 2ª safra	578,6	578,6	0,0	0,0	238,4	238,4	0,0	0,0
Feijão 3ª safra	14,0	14,0	0,0	0,0	14,6	13,6	-6,8	-1,0
Girassol	2,3	2,3	0,0	0,0	1,6	1,6	0,0	0,0
Mamona	26,4	26,4	0,0	0,0	11,4	16,4	43,9	5,0
Milho total	694,2	694,2	0,0	0,0	752,5	515,1	-31,5	-237,4
Milho 1ª safra	694,2	694,2	0,0	0,0	752,5	515,1	-31,5	-237,4
Sorgo	5,3	5,3	0,0	0,0	11,6	11,1	-4,3	-0,5
Total CE	1.359,6	1.359,6	0,0	0,0	1.133,1	891,0	-21,4	-242,1

Fonte: Conab/Digem/Suinf/Geasa

Em 2008, a dotação orçamentária global aprovada na LOA para a Ação foi de R\$1.000.000,00, porém durante o exercício foi realizada revisão e reduzida a dotação em R\$140.000,00, ficando ao final uma dotação de R\$860.000,00. Na Sureg-CE foram liquidados R\$9.171,42, representando cerca de 67,56% da meta de R\$13.575,47.

(0022) Cumprimento de Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado, Devidas por Empresas Públicas e Sociedade de Economia Mista

➤ **Tipo:** Operações Especiais

➤ **Finalidade:** Objetiva cumprir as decisões judiciais relativas às Sentenças de Ações Trabalhistas Transitadas em Julgado, devidas pelas Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista, mediante pagamento de passivos judiciais.

➤ **Unidade responsável pelas decisões estratégicas:** Proge

➤ **Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução:** Sumaj

➤ **Coordenador nacional da Ação:** Carlos Eduardo Caparelli

➤ **Responsável regional da Ação:** Roberto Silveira Moura

➤ **Competências Institucionais requeridas para a execução da Ação:**

À Procuradoria Regional – Prore, subordinada hierarquicamente à Superintendência Regional e tecnicamente à Procuradoria-Geral, compete:

I - prestar assistência jurídica nos assuntos de interesse da Companhia;

II- elaborar procurações e escrituras; examinar, aprovar e chancelar as minutas de contratos, distratos, convênios, ajustes, acordos e editais, em que a Companhia seja parte ou interveniente, e promover a permanente atualização dos respectivos registros;

III - representar a Companhia, em juízo ou fora dele, nos assuntos de sua competência;

IV - propor e ajuizar as ações de cobrança e outras de interesse da Companhia;

V - zelar pela uniformidade de entendimentos e observância aos critérios e normas adotados pela Companhia, e à legislação pertinente;

VI - analisar e emitir pareceres sobre os processos administrativos, operacionais e licitatórios de aquisição e alienação de bens patrimoniais, e contratação de serviços;

- VII - manter arquivo atualizado com informações sobre as ações em que a Companhia seja autora, ré, assistente ou oponente;
- VIII - manter atualizadas as pautas de audiências e julgamentos, com vistas ao seu estrito cumprimento;
- IX - acompanhar, no âmbito de atuação da Sureg, as ações em que a Companhia seja parte, e outras cujo deslinde seja de seu interesse, em todos os graus de jurisdição, perante as Justiças comum e especializada, instruindo quanto ao cumprimento dos julgados;
- X - propor à Procuradoria-Geral acordos judiciais e extrajudiciais, de qualquer natureza, com vistas à aprovação da Diretoria Colegiada;
- XI - praticar os demais atos inerentes à defesa e conservação dos direitos da Companhia, no âmbito da Sureg.

FONTE: Regimento Interno – Normas da Organização 10.40

Resultados

(0022) Cumprimento de Sentença Judicial Transitada em Julgado Devida por Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista			
Controle: SIAFI – PTRES 001.687 – Programa de Trabalho 28.846.0901.0022.0001			
Discriminação	Metas		Participação (%)
	Conab	Sureg-CE	
Dotação Orçamentária	30.603.660,00	4.350.000,00	14,21
Pessoal e Encargos	16.596.500,00	850.000,00	5,12
Despesas Correntes	14.007.160,00	3.500.000,00	24,99
Execução Orçamentária	25.732.117,62	3.954.544,09	15,37
Pessoal e Encargos	15.731.115,00	824.888,50	5,24
Despesas Correntes	10.001.002,62	3.129.655,59	31,29
Índice	84,08	90,91	-

A dotação orçamentária aprovada na LOA/2008 foi de R\$39.007.160,00 com suplementação no valor de R\$11.596.500,00 para sentenças trabalhistas e cancelamento de R\$20.000.000,00 para outras sentenças (despesas correntes), totalizando R\$30.603.660,00. Durante o exercício foram cumpridas sentenças no valor total de R\$25.732.117,62.

A previsão de pagamentos no âmbito da Sureg-CE era de R\$4.350.000,00, sendo liquidado no exercício R\$3.954.544,09 (90,91%).

2.3.2 – Outras Ações

2.3.2.1 - Comercialização de Produtos Agrícolas dos Estoques Públicos

No que tange à política de abastecimento, a intervenção do governo na comercialização dos produtos se dá mediante operações como a Venda, os Contratos Públicos de Opção de Venda e o VEP, realizadas por meio do Sistema Eletrônico de Comercialização da Conab-SEC, com a participação de Bolsas de Cereais, de Mercadorias e/ou Futuros, e visa a suplementar a oferta e corrigir desequilíbrios de preços. Também são comercializados estoque públicos por meio do Programa Vendas em Balcão voltadas ao atendimento de pequenos criadores rurais, agroindústrias de menor porte, entidades de classe, instituições de ensino e pesquisas aos produtos ofertados pela Conab.

No âmbito da Sureg-CE foi comercializado apenas milho em grãos pelo Programa Vendas em Balcão, e o recebimento de 46.976 t de milho vendidas no Estado do Mato Grosso, por meio do VEP.

a) Programa Vendas em Balcão

No início da década de 1990, com a promulgação da Lei Agrícola Nacional (Lei 8.171, de 17/01/91) o Governo Federal apresentou de forma clara sua preocupação quanto ao desenvolvimento do setor agrícola, notadamente, ao abastecimento alimentar, visando garantir a tranquilidade social, a ordem pública e o processo de desenvolvimento econômico.

Como objetivos principais para alcançar tais pressupostos, o Art. 3.º daquela Lei, destaca, dentre outros, os seguintes: “III – eliminar as distorções que afetam o desempenho das funções econômica e social da agricultura”; e, “X – prestar apoio institucional ao produtor rural, com prioridade de atendimento ao pequeno produtor e sua família”.

Uma das principais ações que foram adotadas para possibilitar o alcance de tais objetivos e que estão ligadas diretamente ao Programa Vendas em Balcão, foi a “especial, exclusiva e excepcional” permissão para a comercialização de forma direta dos estoques públicos e que estão sob a gestão administrativa do Governo Federal a um público específico e com um perfil pré-definido. Tal permissão pode-se vislumbrar no Art. 19 do instrumento regulador da mencionada Lei Agrícola, que é a Portaria Interministerial n.º 182, de 25/08/1994, que assim descreve: “Excepcionalmente, quando as condições de mercado estiverem inviabilizando o acesso do comprador de pequeno porte a produto que esteja disponível nos estoques públicos, poderão ser feitas vendas diretas “de balcão (...), respeitados os princípios desta portaria”.

É reconhecida a dificuldade dos pequenos criadores em suprir suas demandas de produtos para a composição da ração necessária à alimentação dos seus rebanhos, atenuada pela falta de acesso, em vista da sua escala operacional e/ou localização, aos estoques governamentais ofertados por meio dos tradicionais leilões públicos, realizados em Bolsas de Mercadorias.

Para contrapor a essa situação, foram formuladas as operações de vendas em balcão, com o propósito de permitir o escoamento pulverizado de parcela dos estoques públicos, favorecendo o acesso direto dos pequenos criadores rurais, agroindústrias de menor porte, entidades de classe, instituições de ensino e pesquisas aos produtos ofertados pela Conab.

Com essas operações, configuradas no Programa de Vendas em Balcão, o Governo vem assegurando aos segmentos de menor porte acesso a insumos necessários ao desenvolvimento de suas atividades produtivas, propiciando a geração de emprego e renda, sobretudo em áreas de maior demanda social.

Para que os produtos ofertados sejam acessados por um número maior de clientes, as quantidades máximas para compra mensal estão limitadas por produto em comprador, sendo:

- milho em grãos – 14 t para as Regiões Norte e Nordeste e 27 t para as Regiões Centro-Oeste, Sudeste e Sul;

- arroz em casca – 100 t;
 - castanha de caju – 10 t
 - trigo – 50 t, e
 - sacaria – 1.000 unidades

As vendas em balcão de produtos dos estoques públicos (incluindo os originários de aquisições da Agricultura Familiar), cujo desempenho está vinculado à disponibilidade do produto e a atratividade do seu preço de venda, foram realizadas em 20 estados, totalizando 75.721 mil toneladas de produtos, sendo: 75.547 toneladas de milho em grãos e 174 toneladas de castanha de caju, com benefício direto que compreendeu 29.547 atendimentos.

O volume total, se comparado ao de 2007, que atingiu 220.314 toneladas, representou apenas 34% do total comercializado. Valor revertido aos cofres públicos no total de R\$35.966.240,1, conforme demonstrado no quadro a seguir.

Nas unidades jurisdicionadas pela Sureg-CE foram comercializadas 10.954 toneladas de milho em grãos, representando 14,5% da venda total deste cereal, vendidos a 3.775 clientes. Comparativamente aos exercícios de 2006 e 2007 verificou-se redução de 14,99% e 53,48% respectivamente, motivadas pela menor disponibilidade do produto nos estoques públicos.

Considerando que os atendimentos são efetuados em unidades armazenadoras próprias ou credenciadas pela Conab próximas aos logradouros dos beneficiários cadastrados, para dar andamento à disponibilização de milho para o Programa houve necessidade de reordenamento dos estoques públicos, especialmente daqueles armazenados no Estado do Mato Grosso, para diversas Unidades da Federação, conforme descrito na Ação: Formação de Estoques Públicos.

Os valores arrecadados com a venda dos estoques vinculados à PGPM foram transferidos para o Tesouro Nacional, e aqueles decorrentes dos estoques do PAA foram direcionados ao MDA ou MDS, conforme a origem dos recursos utilizados na aquisição dos produtos.

b) Subvenção à Comercialização - Valor de Escoamento do Produto-VEP

O VEP é um valor pago a um segmento consumidor definido (avicultores, bovinocultores, caprinocultores, indústrias de ração e suinocultores), que adquire estoque governamental e se dispõe a escoá-lo para a região de consumo estabelecida no edital de venda. O adquirente arremata o produto em leilão público, efetua o pagamento integral de seu valor (valor do produto mais o valor da subvenção) e, posteriormente, após a comprovação obrigatória do escoamento para a região de consumo, é resarcido do valor da subvenção definida no leilão.

No período entre os meses de janeiro a maio, quando os preços de mercado estavam aquecidos, a Conab ofertou 545.964 toneladas de milho em grãos armazenados no Estado do Mato Grosso, sendo negociadas 342.455 toneladas. O valor da operação incluindo o ICMS e excluindo o valor do prêmio foi de R\$73.521.364,99 e o valor total previsto do prêmio de R\$37.738.309,35. Até o fim do exercício foi comprovado o escoamento de 326.700 toneladas.

Especificamente no âmbito da Sureg-CE foram negociadas 48.325 toneladas, sendo comprovada no exercício, a remoção de 46.796 toneladas, conforme detalhado no quadro a seguir.

Quadro 2.19
Demonstrativo das Vendas de Valor de Escoamento de Produto-VEP

Quantidade (t)		Valor da Operação (R\$)		Valor Financeiro (R\$)	Comprovado			
Ofertada	Negociada	S/ ICMS	C/ ICMS s/ Prêmio	UF	Quantidade (t)		Prêmio (R\$)	
					Negociada	Comprovada	Previsto	Pago
545.964	342.455	105.333.584,40	73.521.364,99	75.136.661,29	AC	40	40	2.840,00
					AL	19.929	19.771	2.477.765,01
					AM	4.215	4.215	323.540,40
					BA	9.072	8.232	1.380.519,00
					CE	48.325	46.796	6.360.275,48
					ES	36.832	35.380	3.546.249,50
					MA	620	620	91.140,00
					MG	43.173	37.676	3.456.874,00
					PA	5.800	5.760	518.080,00
					PB	23.488	23.374	2.902.460,00
					PE	88.022	85.878	10.868.411,72
					PI	1.065	1.065	170.860,00
					RJ	4.391	4.391	313.927,50
					RN	6.714	6.474	812.436,54
					RO	8.381	8.381	675.009,00
					RS	1.600	1.200	177.600,00
					SE	12.188	11.763	1.565.879,70
					SP	28.600	25.684	2.094.441,50
545.964	342.455	105.333.584,40	73.521.364,99	75.136.661,29	-	342.455	326.700	37.738.309,35
								36.123.013,05

Fonte: Conab/Diges/Suope/Gecom

2.3.2.2. – Serviços de Armazenagem

A receita total de armazenagem de produtos de terceiros apresentou elevação de 26,1% em relação aos resultados apresentados no mesmo período do exercício de 2006, tendo como motivo principal o aumento do estoque médio de terceiros, com incremento de 3,53%. Por outro lado os estoques públicos tiveram redução de 26,43%, totalizando queda total de 17,8%. A Sureg-CE obteve Receita com Produtos de Terceiros de R\$371.961,25, apresentando um aumento de 36,03% com relação ao mesmo período do exercício anterior.

Quadro 2.20
Demonstrativo Estoque Médio e Receita com Produtos de Terceiros

Unidade	Estoque (em t)						Variação % (b/a)	Receita com Produtos de Terceiros (em R\$1,00)			
	2.006			2.007				2006	2007	Var. (%)	
	Governo	Terceiros	Total (a)	Governo	Terceiros	Total(b)					
Sede: CE	0	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	913,31	0,00	
Crateús	885	122,00	1.007,00	2.947,00	8,00	2.955,00	193,45	15,00	1.840,15	12.167,67	
Iguatu	2.356	1.326,00	3.682,00	1.815,00	1.435,00	3.250,00	-11,73	94.504,74	98.031,85	3,73	
Juazeiro do Norte	2.993	55,00	3.048,00	2.676,00	81,00	2.757,00	-9,55	6.856,54	10.007,76	45,96	
Russas	1.798	0,00	1.798,00	1.429,00	49,00	1.478,00	-17,80	5.092,17	10.531,56	106,82	
Senador Pompeu	1.357	14,00	1.371,00	2.651,00	0,00	2.651,00	93,36	1.827,50	0,00	-100,00	
Sobral	1.474	9,00	1.483,00	3.247,00	0,00	3.247,00	118,95	2.873,14	540,00	-81,21	
Maracanaú	4.308	676,00	4.984,00	2.893,00	776,00	3.669,00	-26,38	162.272,39	250.096,62	54,12	
Total	15.171	2.202,00	17.373,00	17.658,00	2.349,00	20.007,00	15,16	273.441,48	371.961,25	36,03	
Total Nacional	544.177,00	221.929,00	766.106,00	400.332,00	229.773,00	630.105,00	-17,75	20.069.960,50	25.300.184,89	26,06	
Participação Sureg	2,79	0,99	2,27	4,41	1,02	3,18	-85,41	1,36	1,47	-	

Fonte: Conab/DRE

2.3.2.3. – Remoção de Produto

2.3.2.4 – Remoção de Produtos para Distribuição Gratuita

Durante o exercício foram contratadas, via leilão eletrônico, realizados na Matriz, a remoção de 25 toneladas de cestas de alimentos, adquiridas com recursos repassados pelo MDS, para distribuição no Estado do Rio Grande do Norte, e 161 toneladas de produtos alimentícios (70 t de arroz, 21 t de feijão, 14 t de farinha de mandioca, 14 t de óleo de soja, 14 t de açúcar cristal, 14 t de macarrão e 14 t de leite em pó) para formação de cestas para distribuição no Estado da Bahia.

2.3.2.5 - Participação na Execução do Fome Zero

O Fome Zero é uma estratégia articulada nas três esferas de governo, envolvendo o Estado e a sociedade, contemplando um conjunto de ações que contribuem para que todos os brasileiros tenham acesso a uma alimentação adequada, quantidade e qualidade suficientes, de forma digna, regular e sustentável.

A Conab, por orientação consignada na Portaria Interministerial n.º 183/2003, substituída pela de n.º 1.128/2008, participa do Fome Zero, no que concerne ao abastecimento alimentar, na função de executora operacional, observada as suas competência regimentais.

Para isso, a direção da Companhia orientou seus gestores a participar, de forma direta e com a prioridade requerida, dos processos de formulação e execução das ações demandadas pelo Fome Zero, disponibilizando para o MDS toda a sua estrutura e capilaridade operacional.

Essa contribuição institucional contempla:

- Recebimento, guarda, movimentação e distribuição de produtos doados ao Fome Zero, incluindo máquinas, equipamentos eletrônicos, peças de vestuário, utensílios, veículos e brinquedos;
- Aquisição de bens e prestação de serviços para instalação de unidades de apoio a ações de suplementação alimentar;
- Serviços de guarda, transporte e distribuição de material informativo e pedagógico do Fome Zero; e
- Doação de produtos originários de aquisições da Agricultura Familiar, promovendo ações de suplementação alimentar e geração de renda, em articulações de interesse público.

Em resumo, esse apoio em 2008 pode ser identificado em três linhas de ação:

a) Produtos recebidos em doação

Neste caso, compete à Conab o recebimento, transporte e guarda de mercadorias doadas ao Fome Zero, efetuando na seqüência o repasse às entidades indicadas pelo MDS. Em 2008 foram distribuídas mercadorias no valor de R\$765.629,45, totalizando 58 atendimentos em 10 municípios, nos estados do Amazonas, da Bahia, de Goiás, da Paraíba e do Rio de Janeiro.

b) Materiais Informativos e Pedagógicos Distribuídos

Atendendo demanda do MDS, a Conab promoveu o recebimento, guarda, transporte e distribuição de 171.570 impressos e materiais alusivos ao Fome Zero, que foram utilizados em campanhas e atividades de capacitação nas áreas de segurança alimentar e cidadania, realizadas no Estado de Goiás e no Distrito Federal.

c) Apoio Institucional ao Fome Zero

A título de apoio institucional, a Conab promoveu o recebimento, guarda e entrega de material de assistência humanitária, que se destinavam aos atendimentos emergenciais a vítimas de calamidades públicas, abrangendo os Estados da Bahia, Ceará, Maranhão, Pará, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte e Rio Grande do Sul.

d) Doação de Produtos da Agricultura Familiar

Atendendo demandas apresentadas por entidades governamentais, bancos de alimentos e outras instituições de interesse público, a Conab, em 2008 e fazendo uso de estoques originários de aquisições da Agricultura Familiar, doou 14.666 toneladas de produtos, utilizados em ações de suplementação alimentar, totalizando 1.874 atendimentos, beneficiando 655 municípios, em 19 unidades da federação.

No Estado do Ceará foram beneficiadas 8 instituições pela doação de 884.473 quilos de produtos alimentícios, conforme demonstrativo a seguir.

2.3.2.6 - Levantamento da Produção Brasileira de Cana-de-Açúcar

A Conab em um programa de cooperação com o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento-MAPA, realizou durante o exercício de 2008 três pesquisas de campo para levantamento de informações sobre a safra de cana-de-açúcar de 2008.

Os resultados apurados representam um importante instrumento de gestão das políticas públicas do governo federal, particularmente no que se refere ao álcool etílico combustível (etanol), cujo crescimento do consumo doméstico e das exportações exigem constante acompanhamento para facilitar o funcionamento regular dos mercados e prevenir eventualidades de crises de oferta ou demanda.

Adotou-se como metodologia, a pesquisa de campo, com aplicação de questionários diretamente aos detentores das informações sobre o sistema agroindustrial sucroalcooleiro e outros usos. Os questionários aplicados nas usinas, destilarias e demais entidades permitiram a tabulação dos dados referentes a esses setores, com a finalidade de possibilitar a mensuração dos resultados aqui apresentados.

No Estado do Ceará - Sureg-CE, a produção teve um aumento de 0,87%, passando de 2.251,2 mil toneladas para 2.270,8 mil t. A produtividade teve um decréscimo de 4,06% e a área plantada aumentou em 4,99%. Uma peculiaridade do Ceará é o fato que a maior parte da produção de cana-de-açúcar 2.159,3 mil t (95,09%) ser consumida na fabricação de cachaça e pequena parte destinam-se a rapadura, à sementes e alimentação animal. Para a produção de álcool são destinadas apenas 111,5 mil toneladas, corresponde a 4,91%.

Quadro 2.21
Estimativa de Produção e Destinação – Safra 2008/09

Regiões/UF	INDÚSTRIA SUCROALCOOLEIRA			OUTROS
	TOTAL	AÇÚCAR	ÁLCOOL	
CE	111,5	-	111,5	2.159,3
BRASIL	571.370,7	246.037,1	325.333,5	
Participação da Sureg	0,02%	0,00%	0,03%	

Fonte: Conab/Digem/Suinf/Geasa

A produção nacional de açúcar está estimada em 32,08 milhões de toneladas, 2,58% superior à da safra 2006/07, e a de álcool, em 26,60 bilhões de litros, superior em 15,64% à da safra anterior. A produção na área da regional do Ceará, está estimada em 7.803,7 milhões de litros de álcool, superior em 14,43 % em relação a safra passada.

Quadro 2.22
Cana-de-Açúcar – Produção de Açúcar e Álcool

REGIÃO/UF	AÇÚCAR (Em 1000t)				ÁLCOOL (Em 1000 litros)					
	Safra 07/08	Safra 08/09	Variação		Total Safra 07/08	Total Safra 08/09	Variação		Por tipo de álcool safra 2007/08	
			Absoluta	%			Absoluta	%	Anidro	Hidratado
CE	-	-	-	-	6.819,6	7.803,7	984,1	14,43	377,2	6.670,9
BRASIL	31.279,8	32.085,3	805,5	2,58	23.007.167,9	26.606.297,3	3.599.129,5	15,64	10.125.910,3	16.480.387,0
Participação da Sureg	-	-	-	-	0,03%	0,03%	-	-	0,00	0,04%

Fonte: Conab/Digem/Suinf/Geasa

2.4 – Desempenho Operacional

Em 2008, a Conab em parceria com a Coordenação Geral de Planejamento e Modernização-CGPLAN/MAPA deu início à criação de indicadores de desempenho para as principais ações orçamentárias-desenvolvidas pela Companhia, consignadas no Plano Plurianual 2008/11, incluindo as atividades que visam o atendimento à legislação, assim como o pagamento dos benefícios estabelecidos nos acordos coletivos de trabalho.

O principal objetivo foi a criação de um painel de indicadores que possibilitasse o acompanhamento das atividades, a avaliação dos resultados e a antecipação de medidas para a correção de rumos e, adicionalmente, o atendimento às demandas de órgãos de controle, como a Controladoria Geral da União-CGU e o Tribunal de Contas da União-TCU.

Considerando que a maioria das atividades desenvolvidas pela Companhia, tanto as atividades meio quanto as finalísticas, estão delineadas no PPA 2008/11, - exceto as que são desenvolvidas em decorrência de repasses orçamentários-financeiros de outros órgãos públicos, - os trabalhos foram realizados com a participação dos respectivos Coordenadores de Ação Nacional no âmbito do PAA e equipes responsáveis pela execução.

Um dos obstáculos abordados no desenvolvimento dos trabalhos foi a necessidade de mudança nos padrões de entendimento e respostas aos controles exigidos para a gestão das ações, incluindo a disseminação e assimilação de conceitos como: eficiência, eficácia e efetividade. A experiência demonstra que a internalização de novos padrões exige contínuo trabalho de convencimento e de divulgação do que está sendo feito e da forma como esta sendo feito, a ainda do que e como deveria ser feito, tornando-se fundamental, portanto, uma mudança de paradigma no que se refere ao acompanhamento da ação pelo responsável pela sua execução.

Outro ponto que mereceu destaque foi a identificação da necessidade de melhoria na descrição e nos atributos de diversas ações, inclusive nos respectivos produtos, tendo sido objeto de solicitação de ajustes ao Ministério da Fazenda, Gestão e Orçamento.

Os indicadores definidos para o monitoramento de citadas ações estão em fase de teste e análise de sua aplicabilidade e consistência. Nesse período inicial observou-se que alguns necessitam ainda de adequações, tanto no que se refere ao objetivo, à facilidade de cálculo, à facilidade de obtenção das informações, até mesmo quanto a uma definição mais detalhada. Em decorrência, precedendo a divulgação do painel de indicadores, deverá ocorrer em 2009 a revisão destes, mediante a proposição de supressões e acréscimos de novos.

Neste primeiro momento, o cálculo e a apuração estão sob a responsabilidade da Gerência de Avaliação de Resultados-GEARE e, após a validação pelos CANs (Coordenadores de Ação Nacional do PPA) passará a ser de responsabilidade da área executora que procederá, desta forma, um acompanhamento mais sistemático da ação..

Indicadores no Âmbito do PPA 2008/2009

Os indicadores de eficácia são utilizados na aferição do andamento de cada ação orçamentária, buscando identificar entraves que estejam dificultando sua plena execução, ou a necessidade de suplementação orçamentária ou ainda a possibilidade de cancelamentos de dotação.

A periodicidade de apuração é mensal e o resultado bem como justificativas, são inseridos no Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento-SIGPLAN, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

Para nivelamento do desempenho apurado, mediante esses indicadores, várias reuniões foram realizadas em 2008, envolvendo o Secretário Executivo do Programa Abastecimento Agroalimentar com os respectivos CANs, buscando soluções para entraves que dificultavam o bom desenvolvimento da Ação.

A seguir as fórmulas de cálculo estabelecidas, cuja ênfase recaiu, nessa fase inicial, sobre a dimensão eficácia, entre aquelas recomendadas pelos órgãos de controle.

Ação: Aquisição de Produtos para Comercialização			
Eficácia	Quantidade Adquirida (t) X 100	0	0,00%
	Quantidade Planejada (t)	3.868	
	Valor liquidado (R\$) X 100	0,00	
	Valor planejado (R\$)	3.688.814,00	0,00%

Quantidade adquirida = quantidade efetivamente adquirida durante o período

Quantidade planejada = meta aprovada na LOA anual e para as Suregs meta estabelecida

Valor liquidado = valor comprometido

Valor planejado = meta aprovada na LOA anual e para as Suregs meta estabelecida

Fonte = quantidade adquirida – fornecida pela área responsável (Geope)

quantidade planejada – publicada na LOA anual

valor liquidado – extraído do Siafi

valor planejado – publicado na LOA anual

Em decorrência da baixa execução física e financeira neste e nos exercícios anteriores a Conab solicitou a exclusão desta ação no Programa Abastecimento Agroalimentar. Segundo orientação recebida, em 2009 esta Ação continuaria existindo mas com dotação orçamentária e meta física igual a zero.

Ação: Assistência Médica e Odontológica aos Servidores, Empregados e seus Dependentes			
Eficácia	Quantidade de atendimentos realizados (unid) X 100	522	66,50%
	Quantidade Planejada (unid)	785	
	Valor liquidado (R\$) X 100	605.918,61	
	Valor Planejado (R\$)	610.000,00	99,33%

Quantidade de atendimentos realizados = quantidade de empregados e dependentes atendidos durante o período

Quantidade planejada = meta aprovada na LOA anual e para as Suregs meta estabelecida

Valor liquidado = valor comprometido

Valor planejado = meta aprovada na LOA anual e para as Suregs meta estabelecida

Fonte = quantidade de atendimentos realizados – fornecida pela área responsável (GEBEN)

quantidade planejada – publicada na LOA anual

valor liquidado – extraído do Siafi

valor planejado – publicado na LOA anual

A diferença entre a execução física (66,50%) e a financeira (99,33%) é decorrência direta da alta idade média dos empregados acarretando maiores custos com assistência médica. Buscando redução nos custos, a Conab continua investindo nos exames periódicos anuais e no maior controle de emissão de guias de exames e para a maioria dos tratamentos solicitados é realizado perícia médica e odontológica.

Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores e Empregados

Eficácia	Quantidade de beneficiários assistidos (unid) X 100	39	86,67%
	Quantidade de beneficiários planejada (unid)	45	
	Valor liquidado (R\$) X 100	234.925,00	
	Valor Planejado (R\$)	235.000,00	99,97%

Quantidade de beneficiários assistidos = quantidade média de beneficiários entre 0 e 7 anos que recebeu o auxílio no período

Quantidade de beneficiários planejada = meta aprovada na LOA anual e para as Suregs meta estabelecida

Valor liquidado = valor comprometido

Valor planejado = meta aprovada na LOA anual e para as Suregs meta estabelecida

Fonte = quantidade média de empregados beneficiados - fornecida pela área responsável (GEBEN)

quantidade planejada – publicada na LOA anual

valor liquidado – extraído do Siafi

valor planejado – publicado na LOA anual

Auxílio Alimentação aos Servidores e Empregados

Eficácia	Quantidade de empregados beneficiados (unid) X 100	229	109,57%
	Quantidade de empregados planejada (unid)	209	
	Valor liquidado (R\$) X 100	1.025.951,28	
	Valor Planejado (R\$)	1.040.000,00	98,65%

Quantidade de empregados beneficiados = quantidade média de empregados que recebeu o auxílio no período

Quantidade planejada = meta aprovada na LOA anual e para as Suregs meta estabelecida

Valor liquidado = valor comprometido

Valor planejado = meta aprovada na LOA anual e para as Suregs meta estabelecida

Fonte = quantidade média de empregados beneficiados – fornecida pela área responsável (GEBEN)

quantidade planejada – publicada na LOA anual

valor liquidado – extraído do Siafi

valor planejado – publicado na LOA anual

A execução física acima da meta prevista é decorrência do aumento do número de empregados, principalmente pelo retorno dos anistiados.

Auxílio-Transporte aos Servidores e Empregados

Eficácia	Quantidade de empregados beneficiados (unid) X 100	172	89,12%
	Quantidade de empregados planejada (unid)	193	
	Valor liquidado (R\$) X 100	268.526,64	
	Valor Planejado (R\$)	270.000,00	99,45%

Quantidade de empregados beneficiados = quantidade média de empregados que recebeu o auxílio no período

Quantidade de empregados planejada = meta aprovada na LOA anual e para as Suregs meta estabelecida

Valor liquidado = valor comprometido

Valor planejado = meta aprovada na LOA anual e para as Suregs meta estabelecida

Fonte = quantidade média de empregados beneficiados – fornecida pela área responsável (GEBEN)

quantidade planejada – publicada na LOA anual

valor liquidado – extraído do Siafi

valor planejado – publicado na LOA anual

A execução física acima da meta prevista é decorrência do aumento do número de empregados, principalmente pelo retorno dos anistiados.

Cadastro Nacional de Unidades Armazenadoras

Eficácia	Operações realizadas (unid) X 100	0	0,00%
	Operações programadas (unid)	0	
	Total de unidades cadastradas (unid) X 100	0	
	Total de unidades planejada (unid)	0	0,00%
	Valor liquidado (R\$) X 100	7.750,00	96,88%
	Valor Planejado (R\$)	8.000,00	
Eficiência	Valor Planejado (R\$)	8.000,00	0,00%
	Total de Unidades planejadas	0	
	Valor liquidado (R\$)	7.750,00	
	Unidade Cadastrada	0	

Quantidade de operações realizadas no período

Quantidade de operações programadas = meta operacional

Quantidade de unidades cadastradas

Quantidade de unidades planejada = meta aprovada na LOA anual e para as Suregs meta estabelecida

Valor liquidado = valor comprometido

Valor planejado = meta aprovada na LOA anual e para as Suregs meta estabelecida

Fonte = quantidade de operações e de unidades cadastradas – fornecidas pela área responsável (GECAD)

quantidade planejada – publicada na LOA anual

valor liquidado – extraído do Siafi

valor planejado – publicado na LOA anual

Tradicionalmente, a Sureg-CE cede empregados para a execução de atividades em outras regionais, tais como: fiscalização dos estoques, cadastro de unidades armazenadoras, remoção de produtos etc, motivo pelo qual foi feita previsão de despesas financeiras, sem haver previsão de execução física.

Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação

Eficácia	Quantidade de servidor capacitado (unid) X 100	41	102,50%
	Quantidade planejada (unid)	40	
	Valor liquidado (R\$) X 100	17.778,92	88,89%
	Valor Planejado (R\$)	20.000,00	
Eficiência	Valor Planejado (R\$)	20.000,00	R\$ 500,00
	Quantidade de empregados planejada (unid)	40	
	Valor liquidado (R\$)	17.778,92	R\$ 433,63
	Quantidade de servidor capacitado (unid)	41	
	Valor Planejado (R\$)	20.000,00	R\$ 5.000,00
	Quantidade de eventos programados	4	
	Valor liquidado (R\$)	17.778,92	R\$ 935,73
Quantidade de eventos realizados		19	

Quantidade de servidor capacitado = quantidade de servidor capacitado

Quantidade planejada = meta aprovada na LOA anual e para as Suregs meta estabelecida

Valor liquidado = valor comprometido

Valor planejado = meta aprovada na LOA anual e para as Suregs meta estabelecida

Quantidade de eventos programados = meta estabelecida pela área responsável

Quantidade de eventos realizados = quantidade de eventos realizados

Fonte = quantidade de servidor capacitado – fornecida pela área responsável (GECAP)

quantidade planejada – publicada na LOA anual

valor liquidado – extraído do Siafi

valor planejado – publicado na LOA anual

A atividade foi executada dentro dos padrões esperados, cabendo às áreas de treinamento, tanto na Matriz quanto nas Regionais, o levantamento de custos possibilitando o planejamento de maior número de eventos, reduzindo, assim, a distância entre os valores previstos e realizados.

Contribuição à Previdência Privada

Contribuição à Previdência Privada			
Eficácia	Valor liquidado (R\$) X 100	514.252,95	100,00%
	Valor Planejado (R\$)	514.248,45	
Eficiência	Valor Planejado (R\$)	514.248,45	3.925,56
	Participante Ativo	131	
Efetividade	Valor liquidado (R\$)	514.252,95	3.925,60
	Participante Ativo	131	
Efetividade	Participante Ativo X 100	131	48,88%
	Quantidade de Empregados Conab	268	

Valor liquidado = valor comprometido

Valor planejado = meta aprovada na LOA anual e para as Suregs meta estabelecida

Participante ativo = empregado participante da Previdência Complementar

Quantidade de empregados Conab = Total de empregados na Conab

Fonte = valor liquidado – extraído do Siafi
valor planejado – publicado na LOA anual

O baixo índice de efetividade é decorrência da admissão de novos empregados que não aderiram ao plano de previdência e do retorno de anistiados que também não aderiram em função da obrigação de pagamento do serviço passado.

Cumprimento de Sentenças

Cumprimento de Sentenças			
Eficácia	Valor liquidado (R\$) X 100	3.954.544,09	90,91%
	Valor Planejado (R\$)	4.350.000,00	

Valor liquidado = valor comprometido

Valor planejado = meta aprovada na LOA anual

Fonte = valor liquidado – extraído do Siafi
valor planejado – publicado na LOA anual

O contínuo acompanhamento do índice foi fundamental para as negociações de suplementação orçamentária/financeira, dado que o pagamento de sentenças relativas a pessoal superaram as previsões iniciais.

Fiscalização dos Estoques e das Operações de Garantia e Sustentação de Preços Na Comercialização de Produtos Agropecuários

Eficácia	Estoque fiscalizado (t) X 100	26.908	102,31%
	Quantidade planejada	26.300	
	Fiscalização realizadas (unid) X 100	22	
	Fiscalização planejada (unid)	14	
	Valor liquidado (R\$) X 100	8.954,19	
	Valor Planejado (R\$)	12.000,00	
Efetividade	Quantidade perdas em armazenagem X 100	0,00	0,00%
	Quantidade estoque fiscalizado	26.908,00	
	Quantidade desvios em armazenagem X 100	0,00	
	Quantidade estoque fiscalizado	26.908,00	
	Quantidade produtos abaixo do padrão X 100	0,00	
	Quantidade estoque fiscalizado	26.908,00	
	Quantidade produtos desclassificados X 100	0,00	
Economicidade	Quantidade estoque fiscalizado	26.908,00	0,00%
	Valor liquidado (2008) (R\$)	8.954,19	
	Fiscalização realizada (2008)	22,00	
	Valor liquidado (2007) (R\$)	11.066,71	
	Fiscalização realizada (2007)	19	

Quantidade de estoque fiscalizado = quantidade de produtos fiscalizados no período

Quantidade de estoques planejada = meta operacional prevista pela GEFIS para as Suregs meta estabelecida

Fiscalização realizada – quantidade de fiscalizações realizadas no período

Fiscalização planejada = meta aprovada na LOA anual e para as Suregs meta estabelecida

Valor liquidado (despesas correntes) = valor comprometido extraído do SIAFI

Valor planejado (despesas correntes) = meta aprovada na LOA anual e para as Suregs meta estabelecida

Quantidade perdas em armazenagem = quantidade de de perdas ocorridas durante o período,

Quantidade desvios em armazenagem = quantidade de de desvios praticados durante o período

Quantidade produtos abaixo do padrão =quantidade de de produtos AP apurada durante o período

Quantidade produtos desclassificados =quantidade de de produtos desclas. verificadas durante o período

Valor liquidado 2008 (despesas correntes) = extraído do Siafi

Fiscalização realizada 2008 = quantidade de fiscalizações realizadas no período, informada pela GEFIS

Valor liquidado 2007 (despesas correntes) = extraído do Siafi

Fiscalização realizada 2007 = quantidade de fiscalizações realizadas no período, informada pela GEFIS

Fonte = quantidade de produtos fiscalizados – fornecida pela área responsável (GEFIS)

quantidade planejada – publicada na LOA anual

valor liquidado – extraído do Siafi

valor planejado – publicado na LOA anual

perdas em armazenagem – fornecida pela área responsável (GEFIS)

desvios em armazenagem – fornecida pela área responsável (GEFIS)

produtos abaixo do padrão – fornecida pela área responsável (GEFIS)

produtos desclassificados – fornecida pela área responsável (GEFIS)

valor liquidado 2008 – fornecida pela área responsável (GEFIS)

fiscalização realizada 2008 – fornecida pela área responsável (GEFIS)

valor liquidado 2007 – fornecida pela área responsável (GEFIS)

fiscalização realizada 2007 – fornecida pela área responsável (GEFIS)

A execução da atividade esteve dentro dos padrões de normalidade. A execução a maior (157,14%) ocorreu, principalmente, em função da fiscalização dos instrumentos de garantia e sustentação de preços não incluídos na previsão de execução pela aprovação tardia dos PPA 2008/2011.

Formação de Estoques Públicos

Eficácia	Quantidade de produto adquirido (t) X 100	0	0,00%
	Quantidade planejada (t)	0	
	Valor liquidado (R\$) X 100	8.614.741,06	34,46%
	Valor Planejado (R\$)	25.000.000,00	

Quantidade de produtos adquiridos = quantidade de produtos adquiridos por AGF e Contrato Público de Opção de Venda

Quantidade planejada = meta aprovada na LOA anual e para as Suregs meta estabelecida

Valor liquidado = valor comprometido

Valor planejado = meta aprovada na LOA anual e para as Suregs meta estabelecida

Fonte = quantidade de produtos adquiridos por AGF e Contrato Público de Opção de Venda - fornecida pela área responsável (SUOPE)

quantidade planejada – publicada na LOA anual

valor liquidado – extraído do Siafi

valor planejado – publicado na LOA anual

Em função da pequena produção agrícola no Estado do Ceará, não foi prevista aquisição de produtos para formação de estoques públicos. A execução financeira a menor, foi causada pelo baixo estoque de milho dificultando a remoção do produto para atendimento ao Programa Vendas em Balcão.

Geração e Difusão de Informações da Agropecuária e do Abastecimento Agroalimentar

Eficácia	Quantidade de informações divulgadas (unid) X 100	0	0,00%
	Quantidade planejada (unid)	0	
	Valor liquidado (R\$) X 100	2.432,00	37,42%
	Valor Planejado (R\$)	6.500,00	

Quantidade de informações divulgadas = quantidade de informações geradas e/ou divulgadas pela Conab

Quantidade planejada = meta aprovada na LOA anual e para as Suregs meta estabelecida

Valor liquidado = valor comprometido

Valor planejado = meta aprovada na LOA anual e para as Suregs meta estabelecida

Fonte = quantidade de informações geradas e/ou divulgadas – fornecida pela área responsável (SUINF)

quantidade planejada – publicada na LOA anual

valor liquidado – extraído do Siafi

valor planejado – publicado na LOA anual

A divulgação de informações está centralizada na Matriz, motivo pelo qual não houve previsão de execução física para esta Regional. Quanto a execução financeira de apenas 37,42% da previsão foi decorrente da atividade ter sido iniciada apenas no fim do primeiro semestre.

Gestão e Administração do Programa

Eficácia	Valor liquidado (R\$) X 100	14.897.618,53	99,88%
	Valor Planejado (R\$)	14.915.000,00	

Valor liquidado = valor comprometido

Valor planejado = meta aprovada na LOA anual e para as Suregs meta estabelecida

Fonte = valor liquidado – extraído do Siafi

valor planejado – publicado na LOA anual

O contínuo acompanhamento do índice foi fundamental para as negociações de suplementação orçamentária/financeira, dado que a dotação orçamentária aprovada para o período foi em patamares inferiores aos solicitados pela Conab.

Operacionalização da Comercialização de Produtos

Eficácia	Quantidade de serviço prestado (unid) X 100	0	0,00%
	Quantidade planejada (unid)	1	
	Valor liquidado (R\$) X 100	0	
	Valor Planejado (R\$)	0	0,00%

Quantidade de serviço prestado = quantidade de serviço prestado

Quantidade planejada = meta aprovada na LOA anual e para as Suregs meta estabelecida

Valor liquidado = valor comprometido

Valor planejado = meta aprovada na LOA anual e para as Suregs meta estabelecida

Fonte = quantidade de serviço prestado – fornecida pela área responsável (SUPAB)

quantidade planejada – publicada na LOA anual

valor liquidado – extraído do Siafi

valor planejado – publicado na LOA anual

Devido à baixa execução física e financeira desta Ação, a Conab solicitou sua exclusão do Programa Abastecimento Agroalimentar.

Organização dos Micro e Pequenos Varejistas

Eficácia	Quantidade de unidades organizadas (unid) X 100	56	294,74%
	Quantidade planejada (unid)	19	
	Valor liquidado (R\$) X 100	0,00	
	Valor Planejado (R\$)	0,00	0

Em 2008 foram realizadas visitas e cadastramento na região metropolitana de Fortaleza com excelente receptividade por parte dos micro e pequenos varejistas, resultando na formação de 56 unidades de varejo, ultrapassando a meta de 19 unidades em 194,74%.

Pesquisa, Acompanhamento e Avaliação de Safras

Eficácia	Quantidade de pesquisa realizada (unid) X 100	3	100,00%
	Quantidade planejada (unid)	3	
	Valor liquidado (R\$) X 100	9.171,42	
	Valor Planejado (R\$)	13.375,47	68,57%

Quantidade de pesquisas realizadas = quantidade de pesquisa realizada

Quantidade planejada = meta aprovada na LOA anual e para as Suregs meta estabelecida

Valor liquidado = valor comprometido

Valor planejado = meta aprovada na LOA anual e para as Suregs meta estabelecida

Fonte = quantidade de pesquisa realizada – fornecida pela área responsável (GEASA)

quantidade planejada – publicada na LOA anual

valor liquidado – extraído do Siafi

valor planejado – publicado na LOA anual

Ação desenvolvida dentro dos padrões esperados

Recuperação e Modernização da Rede Própria de Armazéns			
Eficácia	Quantidade de unidade modernizada (unid) X 100	4	100,00%
	Quantidade planejada (unid)	4	
	Valor liquidado (R\$) X 100	32.146,96	91,85%
Eficiência	Valor Planejado (R\$)	35.000,00	
	Valor orçado (R\$)	35.000,00	R\$ 8.750,00
	Quantidade de Unidades planejadas	4	
Fonte	Despesa liquidada	32.146,96	R\$ 8.036,74
	Quantidade de unidades modernizadas	4	

Quantidade de unidade modernizada = quantidade de unidade modernizada

Quantidade planejada = meta aprovada na LOA anual e para as Suregs meta estabelecida

Valor liquidado = valor comprometido

Valor planejado = meta aprovada na LOA anual e para as Suregs meta estabelecida

Fonte = quantidade de unidade modernizada – fornecida pela área responsável (GERAP)

quantidade planejada – publicada na LOA anual

valor liquidado – extraído do Siafi

valor planejado – publicado na LOA anual

Apesar do bom desempenho alcançado foram identificados problemas estruturais que estão dificultando seu desenvolvimento, tais como: falta de engenheiros para acompanhamento das obras, excessivo controle sobre o processo de licitações causando atraso nos serviços ou aquisições, falta de normas sobre a manutenção e conservação das unidades armazenadoras e necessidade de execução de serviços emergenciais para continuidade do fluxo operacional.

Quadro 2.22 **Evolução de Gastos Gerais**

DESCRÍÇÃO	ANO		
	2006	2007	2008
1. PASSAGENS	19.682,47	7.015,06	14.048,60
2. DIÁRIAS E RESSARCIMENTO DE DESPESAS DE VIAGENS	185.271,65	239.484,15	320.470,00
3. SERVIÇOS TERCEIRIZADOS			
3.1. Publicidade	0,00	0,00	0,00
3.2. Vigilância, Limpeza e Conservação	494.899,57	465.604,78	478.927,73
3.3. Tecnologia da Informação	0,00	0,00	
3.4. Outras Terceirizações	127.825,93	127.149,73	123.967,77
3.5. Suprimento de Fundos	70.794,49	114.650,67	56.323,76
4. CARTÕES DE CRÉDITO CORPORATIVO	0,00	0,00	0,00
TOTAIS	898.474,11	953.904,39	993.737,86

Fonte:Siafi

3 – Reconhecimentos de Passivo

Não houve ocorrência

4 – Restos a Pagar de Exercícios Anteriores

ANO DE INSCRIÇÃO	RP PROCESSADOS				RP NÃO PROCESSADOS			
	Inscritos	Cancelados	Pagos	A pagar	Inscritos	Cancelados	Pagos	A pagar
2008			88.196,86	222.489,22				
Total			88.196,86	222.489,22				

5 – Demonstrativo de Transferência

Os recursos provenientes de repasses se outros órgãos públicos são recebidos pela Matriz (UG 135100) e executados pelas Suregs mediante descentralizações orçamentárias/financeira

5.1 – Operacionalização do Programa de Aquisição de Alimentos- PAA

O PAA é um instrumento de política pública instituído pelo artigo 19 da Lei n.º 10.969, de 2 de julho de 2003, e regulamentado pelo Decreto n.º 6.447, de 7 de maio de 2008, constituindo-se em uma das ações do Fome Zero, cujo objetivo é garantir o acesso aos alimentos em quantidade, qualidade e regularidade necessárias às populações em situação de insegurança alimentar e nutricional e promover a inclusão social no campo por meio do fortalecimento da agricultura familiar.

O Grupo Gestor do PAA, coordenado pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome-MDS e composto ainda pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, Ministério do Desenvolvimento Agrário, Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Ministério da Fazenda e Ministério da Educação é responsável pela implementação do Programa, cujas diretrizes são estabelecidas e publicadas em Resoluções.

Por meio deste Programa são adquiridos alimentos, com isenção de licitação, por preços de referência que não podem ser superiores nem inferiores aos praticados nos mercados regionais, até o limite de R\$3.500,00 ao ano por agricultor familiar que se enquadre no Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF, exceto na modalidade Incentivo à Produção e Consumo do Leite, cujo limite é semestral.

Os alimentos adquiridos pelo Programa são destinados às pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional, atendidas por programas sociais locais e demais cidadãos em situação de risco alimentar, como indígenas, quilombolas, acampados da reforma agrária e atingidos por barragens.

O artigo 6.º do Decreto n.º 4.772, de 2 de julho de 2003, estabelece que o MAPA, por intermédio da Conab, fornecerá os subsídios e o suporte técnico para a operacionalização das decisões do Grupo Gestor.

Objetivando a aquisição de produtos, a operacionalização do Programa, a supervisão, acompanhamento e avaliação dos projeto em execução e a realização do 2.º Seminário Nacional do PAA, a Conab celebrou Termos de Cooperação com o MDS e o MDA, recebendo transferência de recursos orçamentários/financeiros no valor total de R\$336.953.966,00, conforme descrito a seguir.

a) Ministério do Desenvolvimento Agrário-MDA

1) Supervisão, Acompanhamento e Avaliação dos Projetos em Execução e dos Estoques do PAA, vinculados ao MDA

Objetivando dar continuidade às ações de supervisão e acompanhamento dos projetos de Compra com Formação de Estoques da Agricultura Familiar-CPR Estoque e dos estoques oriundos da Compra Direta da Agricultura Familiar-CDAF, e mediante a apresentação de Plano de Operações elaborado pela Conab. o MDA providenciou o repasse de recursos orçamentários/financeiros no valor de R\$100.000,00, para cobertura das despesas com diárias, combustíveis e lubrificantes e despesas com passagens e locação de transporte, de acordo com a Portaria Conjunta MDA/Conab n.º 50, de 11 de março de 2008.

Durante o exercício foram realizadas supervisões nos estados do AC, do AM, do ES, de MG, do PA, do PR, do RJ, do RN, de RO e do RS.

2) Seminário Nacional do PAA

Repasso da Secretaria de Planejamento, Orçamento e Administração do MDA, no valor de R\$210.900,00 para a realização do 2.º Seminário Nacional do PAA – Balanços e Perspectivas, em parceria com o Consea, MDA, MDS e FNDE.

O evento teve como objetivo a avaliação e o balanço do PAA, do ponto de vista do governo e dos parceiros da sociedade civil, buscando elementos para o fortalecimento do Programa enquanto política pública promotora da soberania e da segurança alimentar; o aperfeiçoamento dos mecanismos operacionais; melhoria dos controles e da eficiência na aplicação dos recursos públicos, na geração de renda aos agricultores familiares, na sustentação dos preços dos produtos provenientes da agricultura familiar e no fornecimento de alimentos para populações em estado de insegurança alimentar e nutricional.

Os principais temas abordados foram: a) o fortalecimento do PAA enquanto política pública de articulação entre produção/comercialização/consumo, b) o PAA como instrumento de fomento ao desenvolvimento territorial e promoção da agrobiodiversidade, e c) o arranjo institucional do PAA, debatendo-se as diferentes formas de gestão, os mecanismos de operacionalização, seus limites e possibilidades.

O Seminário foi realizado no período de 16 a 19 de junho, em Brasília-DF e para sua realização foi contratada por meio de licitação pública, a empresa Premier Alimentos e Eventos Ltda (CNPJ n.º 0311819191/0001-89).

3) Aquisição de Alimentos

Termo de Cooperação no valor de R\$142.534.800,00, objetivando o desenvolvimento de ações integradas na operacionalização do PAA, por meio da utilização das modalidades de Compra Direta da Agricultura Familiar e de Formação de Estoques da Agricultura Familiar.

No plano de trabalho elaborado pela Conab foi previsto o atendimento a 39.200 famílias de produtores rurais e a implantação de 10 pólos de aquisição de alimentos.

Durante o exercício foram atendidos 26.698 produtores familiares, representando cerca de 68,11% da meta prevista, com aquisição de **57.067** toneladas, conforme descrito a seguir.

b) Compra Direta da Agricultura Familiar-CDAF

Este instrumento tem como finalidade garantir, com base nos preços de referência, a compra de produtos agropecuários, em conformidade com o art. 19 da Lei n.º 10.696, de 2 de julho de 2003, e com o Decreto n.º 6.447, de 7 de maio de 2008. Podem ser adquiridos produtos de agricultores enquadrados no Pronaf, inclusive Povos e Comunidades Tradicionais qualificados de acordo com o Decreto n.º 6.040, de 7 de fevereiro de 2007 – extrativistas, quilombolas, famílias atingidas por barragens, trabalhadores rurais sem terra, acampados (definidos de acordo com a Portaria MDA n.º 111, de 20 de novembro de 2003), comunidades indígenas e agricultores familiares em condições especiais (autorizados pela Conab). Os participantes deverão estar organizados preferencialmente em grupos formais (cooperativas e associações) ou informais.

Os produtos amparados são: arroz, castanha de caju, castanha do brasil, farinha de mandioca, feijão, milho, sorgo, trigo, leite em pó integral e farinha de trigo. A Conab, a seu critério, poderá adquirir outros produtos processados/beneficiados, próprios para o consumo humano.

Os preços de referência são elaborados pela Conab de acordo com os critérios propostos pelo Grupo Gestor do PAA constantes Resolução n.º 29, de 23 de maio de 2008, e após a aprovação pelo Grupo são divulgados no DOU e incluídos no Manual de Operações da Conab.

Por este instrumento foram adquiridas, em 2008, 7.042 toneladas de diversos produtos agrícolas, ao custo total de R\$42.713.811,96, beneficiando 12.258 famílias. Especificamente no Estado do Ceará foram atendidos 20 produtores familiares, em 3 municípios, com aquisição de 50 toneladas de produtos, conforme detalhado no quadro a seguir.

Quadro 2.23

Demonstrativo de Aquisições pela CDAF/MDA

Sureg	UF	Nº De Agricultores Familiares	Nº de Municípios	Quantidade (t)	Recursos Gastos com a Aquisição (R\$)
CE	CE	20	3	50	60.000,00
MG	MG	1.875	1	875	6.560.550,00
PE	PE	83	1	319	286.684,53
	AL	111	12	429	382.899,22
PI	PI	26	2	26	26.403,84
RN	RN	187	6	522	635.903,61
PR	PR	664	75	417	2.317.603,57
SP	SP	14	1	85	48.995,94
RS	RS	9.278	24	4.319	32.394.771,25
Total		12.258	125	7.042	42.713.811,96

Fonte: Conab/Digem/Supaf/Gecaf

c) Formação de Estoque pela Agricultura Familiar – CPR-Estoque

Tem por finalidade a formação de estoques pelas organizações de agricultores familiares, por meio da aquisição de produtos alimentícios oriundos de agricultores enquadrados nos grupos A ao E do Pronaf, visando a sustentação de preços e agregação de valor, conforme o art. 19 da Lei n.º 10.696, de 2 de julho de 2003 e Decreto n.º 6.447, de 7 de maio de 2008.

Podem ser adquiridos em todo o território nacional produtos de agricultores familiares enquadrados no Pronaf, inclusive povos e comunidades tradicionais qualificados de acordo com o Decreto n.º 6.040, de 7 de fevereiro de 2007 – extrativistas, quilombolas, famílias atingidas por barragens, trabalhadores rurais sem terra acampados (definidos de acordo com a Portaria MDA n.º 111, de 20 de novembro de 2003), comunidades indígenas e agricultores familiares em condições especiais (autorizados pela Conab) organizados em cooperativas, associações, agroindústrias familiares, condomínios e consórcios.

São amparados os produtos alimentícios da safra vigente, próprios para o consumo humano, oriundos da agricultura familiar, cujo prazo de entrega é de 12 meses, a contar da data de assinatura da Cédula do Produtor Rural, podendo ser prorrogado a critério da Conab, após análise de pedido formal da organização dos participantes, justificando o pleito.

Por meio desse instrumento foram adquiridas em todo o País 50.025 toneladas de diversos produtos agrícolas, ao custo de R\$46.517.339,01, beneficiando 14.440 produtores familiares. No Ceará foram adquiridas 463 toneladas de produtos, de 159 agricultores familiares em 2 municípios, conforme detalhado no quadro a seguir.

Quadro 2.27

Demonstrativo de Aquisições pela CPR-Estoque/ MDA

Sureg	UF	Nº de Agricultores Familiares	Nº de Municípios	Quantidad e (t)	Recursos Gastos com a Aquisição (R\$)
AM	AM	305	6	857	622.256,59
BA	BA	1.703	14	1.207	5.667.183,08
	SE	110	2	902	384.620,00
CE	CE	159	2	463	555.124,80
ES	ES	112	3	133	379.918,00
GO	GO	103	1	224	358.070,00
MG	MG	878	8	1.226	3.068.394,78
MT	MT	145	9	495	465.185,50
PA	PA	67	2	260	234.199,18
PB	PB	9	1	8	31.500,00
PI	PI	249	2	89	249.550,00
PE	AL	372	5	1.630	1.288.375,22
PR	PR	2.020	13	5.688	6.907.494,14
RJ	RJ	93	1	72	324.440,00
RN	RN	466	10	859	1.209.873,60
RO	RO	192	4	474	533.390,02
	AC	429	1	1.579	1.499.999,65
RS	RS	4.083	23	25.957	12.618.620,50
SP	SP	1.606	16	6.058	5.619.144,88
SC	SC	1.339	8	1.844	4.499.999,10
TOTAL		14.440	131	50.025	46.517.339,04

Fonte: Conab/Digem/Supaf/Gecaf

O número total de agricultores atendidos com os recursos repassados para a operacionalização do PAA foi de 26.698 equivalendo a 68,2% da meta prevista. A execução a menor deve-se ao cronograma de desembolso dos recursos e à menor demanda pela CPR Estoque e pela aquisição direta.

No fim do exercício havia em estoque 50 toneladas de castanha de caju vinculadas às aquisições com recursos do MDA.

A despesa total paga na execução dessas atividades foi de R\$94.352.869,50, representando cerca de 66,05% dos recursos recebidos. Com a aquisição de produtos foram gastos R\$89.239.799,67 equivalente a 94,58% do total pago, conforme detalhado no quadro a seguir. No Estado do Ceará as despesas totais somaram R\$633.740,96, sendo R\$624.926,67 (98,61%) com as aquisições, R\$7.395,00 (1,17%) com diárias e R\$1.419,29% (0,22%) com material de consumo.

Quadro 2.28

Demonstrativo da Execução da Despesa

Sureg	UF	Elemento de Despesa (Em R\$)							Total
		Diárias	Material de Consumo	Passagens e Despesas com Locomoção	Outros Serviços de Terceiros Pes. Física	Outros Serviços de Terceiros Pes. Jurídica	Obrigações Tributárias e Contributivas	Aquisição de Bens para Revenda	
AM	AM	5.190,00	755,00	8.332,77	-	23.861,22	-	622.256,43	660.395,42
	RR	-	-	-	-	12.610,00	-	-	12.610,00
BA	BA	10.275,00	3.225,21	2.103,27	-	104.600,61	-	5.667.183,08	5.787.387,17
	SE	165,00	50,00	-	-	4.824,95	-	384.620,00	389.659,95
CE	CE	7.395,00	1.419,29	-	-	-	-	624.926,67	633.740,96
ES	ES	5.775,00	1.256,52	1.665,50	-	14.598,39	-	379.918,00	403.213,41
GO	GO	-	-	296,03	-	559,05	-	358.070,00	358.925,08
MA	MA	5.400,00	2.487,16	2.864,18	-	-	-	-	10.751,34
MG	MG	4.920,00	2.324,84	1.668,46	-	22.435,00	1.549.767,91	9.628.944,78	11.210.060,99
MS	MS	-	165,20	-	-	-	-	-	165,20
MT	MT	3.645,00	870,30	360,00	-	19.891,78	-	465.185,50	489.952,58
PA	PA	450,00	426,19	2.648,34	-	16.274,23	-	234.199,18	253.997,94
PB	PB	3.225,00	711,45	1.060,47	-	19.693,29	-	31.500,00	56.190,21
PE	PE	-	-	-	380,00	239.178,15	118,80	286.684,53	526.361,48
AL		-	-	-	18,97	49.213,12	4.105,90	1.669.113,90	1.722.451,89
PI	PI	-	-	-	-	28.461,12	4.488,65	276.561,12	309.510,89
PR	PR	5.040,00	1.515,52	817,83	-	49.129,21	-	9.225.098,82	9.281.601,38
RJ	RJ	1.125,00	257,66	760,00	-	15.043,75	-	324.440,00	341.626,41
RN	RN	15.300,00	5.434,03	3.906,78	793,15	29.429,42	13.375,00	1.846.175,14	1.914.413,52
RO	RO	4.770,00	1.893,03	1.905,00	-	-	-	533.390,02	541.958,05
RO	AC	1.125,00	250,00	581,88	-	14.793,00	-	1.499.999,65	1.516.749,53
RS	RS	2.475,00	-	2.796,91	-	1.031.951,90	1.259.235,90	45.013.392,43	47.309.852,14
SC	SC	6.900,00	2.527,14	4.219,76	-	82.745,95	45.661,47	4.499.999,60	4.642.053,92
SP	SP	-	-	-	-	6.047,05	-	5.668.140,82	5.674.187,87
Matriz		15.830,00	-	24.918,18	-	264.303,99	-	-	305.052,17
Total		99.005,00	25.568,54	60.905,36	1.192,12	2.049.645,18	2.876.753,63	89.239.799,67	94.352.869,50

Fonte: Conab/Digem/Supaf/Gecaf

d) Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome-MDS

1) Supervisão, Acompanhamento e Avaliação dos Projetos em Execução e dos Estoques do PAA, vinculados ao MDS

Objetivando dar continuidade às ações de supervisão, e acompanhamento e avaliação dos projetos em execução e mediante a apresentação de Plano de Trabalho elaborado pela Conab, o MDS providenciou o repasse de recursos de R\$180.000,00, para cobertura das despesas com diárias, combustíveis e lubrificantes e despesas com passagens e locação de transporte.

Durante o exercício foram realizadas supervisões nos estados do AL, do AM, da BA, do CE, do ES, de GO, de MG, do MS, do MT, do PA, da PB de PE, do PI, do PR, do RN, de RO, do AC, do RS, de SC, de SP, de SE e de TO.

2) Aquisição de Alimentos

Termo de Cooperação n.º 004/2008-SESAN, no valor de R\$189.937.976,00, estabelecendo parceria entre o MDS e a Conab, visando dar continuidade à operacionalização do PAA, destinado à aquisição de produtos agropecuários produzidos por agricultores familiares, envolvendo instrumentos como a Compra Direta da Agricultura Familiar-CDAF, a Formação de Estoques pela Agricultura Familiar-CPR Estoque e Compra da Agricultura Familiar com Doação Simultânea-CPR Doação, visando a formação de estoques estratégicos/segurança, à distribuição gratuita dos alimentos às

pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional e, eventualmente, a sua comercialização, para evitar o comprometimento da qualidade dos alimentos.

Para tanto, a Conab recebeu recursos no valor de R\$189.937.976,00, objetivando o atendimento a 50.411 famílias de agricultores familiares para compra de 100.000 toneladas de diversos produtos agropecuários. No rol de famílias atendidas foram priorizadas: a) aquelas dos municípios pertencentes ao 60 Territórios da Cidadania; b) foi estimulada a participação de grupos de mulheres, atendendo o compromisso com o Programa de Apoio às Organizações Produtivas de Mulheres Rurais; c) a aquisição de produtos alimentícios da agrobiodiversidade, e d) aquisição de alimentos de origem extrativistas oriundos dos povos e comunidades tradicionais, conforme compromisso firmado com a Agenda Socioambiental.

Durante o mês de dezembro foi celebrado Termo Aditivo pelo qual a Conab recebeu mais R\$3.990.290,03 para aquisição de produtos agropecuários de 535 agricultores familiares, alterando o valor total para R\$193.928.266,00 e a meta física para 50.946 agricultores.

Durante o exercício foram atendidos 65.460 agricultores familiares, representando cerca de 128,49% da meta prevista, com aquisição de 117.650 toneladas, conforme descrito a seguir.

a) Compra da Agricultura Familiar Com Doação Simultânea (CPR – Doação)/ MDS

Objetiva o atendimento às populações em situação de insegurança alimentar e nutricional por meio de doação de alimentos adquiridos de agricultores familiares, em todo o território nacional, conforme o art. 19 da Lei n.º 10.696, de 2 de julho de 2003, e o Decreto n.º 6.447, de 7 de maio de 2008.

Os fornecedores são agricultores familiares enquadrados no Pronaf, inclusive os povos e comunidades tradicionais, qualificados de acordo com o Decreto n.º 6.040, de 7 de fevereiro de 2007 – extrativistas, quilombolas, famílias atingidas por barragens, trabalhadores rurais sem terra acampados (definidos de acordo com a Portaria MDA n.º 111, de 20 de novembro de 2003), comunidades indígenas e agricultores familiares em condições especiais (autorizados pela Conab). Os participantes deverão estar organizados em grupos formais (cooperativas e associações).

Os consumidores são instituições governamentais, ou não governamentais, que atendam às populações em situação de insegurança alimentar e nutricional.

São amparados produtos alimentícios próprios para consumo humano, observando-se: a) produtos *in natura*: da safra vigente; b) produtos industrializados/processados/beneficiados: o prazo de validade não deverá ser inferior ao a execução do projeto; c) produtos orgânicos: devem seguir a regulamentação contida no Decreto n.º 6.323, de 27 de dezembro de 2007; e d) substituição do produto *in natura* por industrializados/processados/beneficiados: poderá ser aceita, devendo ser próprio para o consumo humano, de acordo com a conversão estabelecida pela Conab.

Os preços de aquisição são estabelecidos de acordo com a Resolução n.º 12, de 12 de maio de 2004.

Por meio desse instrumento foram adquiridas em todo o território nacional 114.106 toneladas de diversos produtos alimentícios de 64.109 produtores familiares e distribuídas

a 10.466.480 beneficiários consumidores. No Ceará, foram atendidos 3.667 produtores familiares com aquisição de 4.220 toneladas de produtos que foram distribuídas a 1.671 entidades sociais, conforme demonstrado no quadro a seguir.

Quadro 2.29
Demonstrativo de Aquisição e Distribuição de Produtos Alimentícios/ MDS

Sureg	UF	N.º Agricultore s Familiares	N.º Municípios	Quantidade Adquirida (t)	Volume de Recursos (R\$1,00)	N.º de Entidades Beneficiadas	Nº de Pessoas Beneficiadas
CE	CE	3.667	61	4.220	11.628.738,87	1.671	636.803
Total da Sureg		3.667	61	4.220	11.628.738,87	1.671	636.803
Total Nacional		63.971	811	101.154	182.675.954,17	17.935	10.559.452
Participação da Sureg		5,73%	7,52%	4,17%	6,37%	9,32%	6,03%

Fonte: Conab/Digem/Supaf/Gecaf

Durante o exercício as despesas liquidadas na Regional do Ceará totalizou recebeu recurso de R\$ 11.949.847,42, com destaque para destacando-se as despesas com a aquisição de produtos para doação, que representaram cerca de 97,31% dos recursos liquidados liquidado, conforme detalhado no quadro a seguir.

Quadro 2.30
Demonstrativo da Execução da Despesa

Sureg	UF	Elemento de Despesa							Total
		Diárias	Material de Consumo	Material de Distribuição Gratuita	Passagens e Despesas com Locomoção	Outros Serviços de Terceiros- Pesi Jurídica	Outros Serviços de Terceiro s-Pesi Física	Obrigações Tributárias e Contributiv as	
CE	CE	43.784,20	10.845,09	11.889.255,83	5.325,28	637,02	0,00	0,00	11.949.847,42
Total da Sureg		43.784,20	10.845,09	11.889.255,83	5.325,28	637,02	0,00	0,00	11.949.847,42
Total Nacional		610.081,31	185.537,29	187.823.556,22	198.351,28	4.245.601,51	4.610,85	1.031.506,65	194.099.245,11
Part. da Sureg		7,18%	5,85%	6,33%	2,68%	-	0,00%		6,16%

Fonte: Siafi

4- Distribuição de Alimentos - Ministério da Integração Nacional-MI

O Programa 1029 - Resposta aos Desastres, sob a coordenação do Ministério da Integração Nacional, objetiva promover o socorro e a assistência às pessoas afetadas por eventos adversos, o restabelecimento das atividades essenciais e a recuperação dos danos causados por desastres, supletivamente ao atendimento dos Estados e Municípios. O público-alvo são as pessoas afetadas, especialmente as pessoas de menor renda.

As bases legais deste Programa estão na Constituição Federal que, no artigo 21, prevê como competência da União o planejamento e a promoção da defesa permanente contra calamidades públicas, especialmente as secas e inundações. Portanto, principalmente nos desastres de grande e muito grande porte, quando as necessidades ultrapassam a capacidade de resposta dos municípios, o atendimento supletivo do Governo Federal deve ser feito com a urgência necessária.

Compõe citado Programa a Ação orçamentária 4564 - Socorro e Assistência às Pessoas Atingidas por Desastres, em todo território Nacional, que objetiva prestar socorro e assistência às pessoas atingidas por desastres, de grande e muito grandes porte, quando comprometida a capacidade local para pronta resposta, especialmente quando reconhecidos como situação de emergência ou estado de calamidade pública pelo Governo Federal.

A Conab, por solicitação da Secretaria Nacional de Defesa Civil-SEDEC, elaborou e apresentou planos de trabalho objetivando a aquisição de gêneros alimentícios para confecção de cestas de alimentos para distribuição gratuita às famílias atingidas por situações emergenciais e comunidades afetadas por desastres, em todo o Território Nacional, classificadas na Codificação de Desastres, Ameaças e Riscos – CODAR, e, também, para envio a título de ajuda humanitária internacional, aos países da América Latina, Caribe e África, que se encontrarem em situação de desastre de qualquer natureza, ou sob ameaças e riscos resultantes de carência ou insegurança alimentar que possam comprometer/reverter a ordem pública e/ou social.

Durante o exercício a Conab recebeu recursos orçamentários/financeiros da citada Ação orçamentária no valor total de R\$50.623.955,22, sendo:

- R\$46.823.955,22 para a aquisição de aproximadamente 16.037 toneladas de gêneros alimentícios objetivando a formação e manutenção de um estoque estratégico de cerca de 697.250 cestas de alimentos, compostas por 10 kg de arroz, 3 kg de feijão, 2 kg de açúcar cristal, 2 kg de farinha de mandioca, 2 kg de leite em pó e 2 latas de óleo de soja, para atendimento às famílias em situação de carência alimentar e nutricional, tem s todo o território nacional (Processos n.º 59050.001030/2008-56; 59050.000649/2008-43, 59050.002928/2007-61 e 59050.001692/2008-26);
- R\$1.500.000,00 para a aquisição e armazenagem de 168 toneladas gêneros alimentícios para montagem de 7.008 cestas e alimentos, compostas por: 5 latas de sardinha (650 g), 5 latas de fiambre (1,6 kg), 2 kg de leite em pó, 20 pacotes de biscoito água e sal (4 kg), 10 pacotes de biscoito maisena (2 kg), 20 pacotes de macarrão instantâneo (1,7 kg), 20 pacotes de farinha de milho em flocos (10 kg) e 2 kg de açúcar cristal, totalizando 23,950 kg. para o envio aos países afetados por desastres, visando a distribuição gratuita às comunidades dos países da América Latina, Caribe e África que se encontram em situação de insegurança alimentar devido a ocorrência de desastres de qualquer natureza (Processo n.º 59050.001705/2008-67); e
- R\$2.300.000,00 para a aquisição de 961,4 toneladas de produtos alimentícios para confecção de aproximadamente 41.800 cestas de alimentos, compostas por: 10 kg de arroz, 3 kg de feijão, 2 latas de óleo de soja, 2 kg de açúcar cristal, 2 kg de farinha de mandioca, 2 kg de macarrão e 2 kg de leite em pó, para distribuição gratuita a famílias atingidas por situações emergenciais e comunidades afetadas por desastres, no Estado do Piauí (Processo n.º 59050.000181/2008-97).

Além das aquisições realizadas por meio do Sistema Eletrônico de Comercialização da Conab-SEC, com a participação das Bolsas de Cereais, de Mercadorias e/ou Futuros, a Conab, após solicitação da Secretaria de Defesa Civil e com a devida anuência do MDS, foi utilizada parte dos estoques oriundos das aquisições realizadas no âmbito do Programa de Aquisição de Alimentos-PAA na composição das cestas.

Os locais de armazenagem dos produtos e o público beneficiário é de responsabilidade da Secretaria Nacional de Defesa Civil-SESAN, cabendo à Conab, na forma de contrapartida, a disponibilização de sua estrutura física e operacional, materializadas pelas unidades armazenadoras distribuídas em diversas Unidades da Federação, pelas Superintendências Regionais localizadas nas capitais do País e pelo quadro de empregados.

Por meio de leilão eletrônico foram adquiridas 22.414 toneladas de diversos gêneros alimentícios, superando a meta prevista de 17.166 toneladas em 30,57%. Além dessas foram utilizadas 2.111 toneladas de produtos adquiridos no âmbito do PAA, conforme detalhado no quadro a seguir.

Quadro 2.31
Demonstrativo da Aquisição de Gêneros Alimentícios

Produto	Estoque/2007	Aquisições		Saídas		Saldo/2008	Em t
		Leilão	PAA	Transf. MDS	Distribuição		
Açúcar cristal	28	909	543	-	594	886	
Arroz	140	12.072		-	3.137	9.075	
Biscoito água e sal	-	260	-	-	-	260	
Biscoito maisena	-	130	-	-	-	130	
Feijão	42	2.277	522	-	874	1.967	
Fubá	10	-		1	9	-	
Farinha de mandioca	19	895	503	-	590	827	
Farinha de trigo	-	-	306		10	296	
Fiambre	-	65	-	-	-	65	
Flocos de milho	-	130	-	-	-	130	
Leite em pó	28	715	190	-	552	381	
Leite UHT	-	-	47		47	-	
Macarrão	28	2.318	-	-	592	1.754	
Macarrão instantâneo	-	260	-	-	-	260	
Óleo de soja	28	2.318	-	-	594	1.752	
Sardinha em lata	-	65	-	-	-	65	
Total	323	22.414	2.111	1	6.999	17.848	

Fonte: Suope/Gecom

Além do atendimento à população brasileira, o governo tem despendido esforços para ampliar sua assistência humanitária a países em situação de vulnerabilidade social e econômica - na linha da política vigente, observados seus objetivos socioeconômicos, onde se insere a necessidade de elevar a condição de vida dos povos. Nesse sentido foi instituído grupo de trabalho interministerial para tratar da questão, com a incumbência de definir as ações brasileiras de ajuda humanitária a partir das demandas apresentadas por suas representações diplomáticas.

Para as ações de ajuda humanitária internacional foram repassados à Conab, por meio da SEDEC, R\$1,5 milhão para aquisição de alimentos, a qual somou aproximadamente 296,4 toneladas de produtos alimentícios.

Esses alimentos, embalados em caixas, ficarão à disposição do Itamaraty em um armazém da Infraero, no aeroporto do Galeão no Estado do Rio de Janeiro, para fazer frente às ações humanitárias internacionais do Brasil no exterior.

No que se refere à doação de alimentos, a Conab tem atuado sistematicamente na liberação e apoio logístico para o embarque das mercadorias doadas, consideradas as orientações e comandos da Coordenação Geral de Ações Internacionais de Combate à Fome, sob a gestão do Ministério das Relações Exteriores-MRE.

Para essas doações foram utilizados alimentos dos estoques públicos e produtos originários de aquisições da agricultura familiar, mediante prévia autorização do órgão detentor dos estoques. Neste caso, o MDS e a SECEC.

Em 2008, A Conab comandou a expedição de 1,6 mil toneladas de produtos básicos para sete países, para atendimento emergencial às populações vitimadas por calamidades públicas, conforme quadro a seguir.

Quadro 2.32
Demonstrativo de Ajuda Humanitária

Produto	País (Em t)							Total
	Bolívia	Cuba	Haiti	Jamaica	Moçambique	Paraguai	Zâmbia	
Açúcar	0,6	2,6	5,2	-	-	2,5	-	10,9
Arroz	2,5	212,2	206,7	200,0	-	12,2	-	633,6
Feijão	0,9	3,6	9,0	-	3,5	3,7	3,5	24,2
Farinha de mandioca	-	2,6	1,2	-	2,5	2,4	-	8,7
Flocos de milho	0,3	-	-	-	-	-	-	0,3
Leite em pó	0,3	302,5	301,2	300,0	-	2,4	-	906,4
Macarrão	0,3	2,6	-	-	-	2,4	-	5,3
Milhão em grãos	-	-	-	-	-	-	3,0	3,0
Óleo de soja	0,6	2,5	4,2	-	-	2,4	-	9,7
Total	5,5	528,6	527,5	500,0	6,0	28,0	6,5	1.602,1

Fonte: Supab/Gepab

Por força da Lei n.º 11.881, de 23 de dezembro de 2008, foi autorizada a doação de 45.000 toneladas de arroz, 2.000 toneladas de leite em pó e 500 kg de sementes de hortaliças, para as populações de Honduras, Haiti, Jamaica e Cuba, em virtude de catástrofes climáticas. Foram encaminhadas, inicialmente, 900 toneladas de leite em pó e 600 toneladas de arroz.

Durante o exercício foram atendidas em todo o território nacional 294.312 famílias, com a distribuição de 296.317 cestas de alimentos, totalizando 6.999 toneladas de gêneros alimentícios, e no Estado do Ceará foram atendidas 16.500 famílias, com distribuição de 357 toneladas de produtos alimentícios (**se for possível colocar informações sobre o motivo e locais de atendimento e o período**), conforme detalhado no quadro seguinte.

Na aquisição de produtos e na operacionalização da distribuição das cestas de alimentos foram gastos R\$46.517.882,63, representado 91,89% do repasse total. Destacaram-se as despesas com a aquisição dos produtos, no valor de R\$43.868.833,64, com participação de 94,31% na despesa total. As despesas liquidadas no Estado do Ceará somaram

R\$1.287.310,32, sendo R\$1.257.494,76 com a aquisição de produtos, R\$23.866,10 com material de consumo, R\$5.949,46 com serviços de terceiros, conforme detalhado no quadro a seguir.

Quadro 2.33
Demonstrativo da Execução da Despesa – Distribuição Alimentos MI

Sureg	UF	Elemento de Despesa							Total
		Diárias	Material de Consumo	Material de Distribuição Gratuita	Passagens e Despesas com Locomoção	Outros Serviços de Terceiros-Pes. Física	Outros Serviços de Terceiros-Pes. Jurídica	Obrigações Tributárias e Contributivas	
MA	AM	-	18.025,50	1.169.715,54	-	-	62.352,86	1.295,67	1.251.389,57
BA	BA	60,00	644.109,99	4.685.425,08	131,76	-	111.103,70	2.028,92	5.442.859,45
SE	SE	-	4.625,76	143.884,02	-	-	4.829,50	156,14	153.495,42
CE	CE	-	23.866,10	1.257.494,76	-	928,20	5.021,26	-	1.287.310,32
ES	ES	-	25.401,18	1.532.486,04	-	-	47.501,93	4.047,97	1.609.437,12
GO	GO	-		-	-	-	11.660,23	-	11.660,23
MA	MA	-	11.413,50	944.033,60	-	-	27.033,69	-	982.480,79
MG	MG	-	54.540,79	3.163.120,31	-	-	68.032,93	3.162,24	3.288.856,27
MS	MS	-	273,00	-	-	-	48.605,55	49.804,41	98.682,96
MT	MT	-	18.413,91	979.879,60	-	-	43.030,38	-	1.041.323,89
PA	PA	1.200,00	23.543,36	2.351.557,92	2.475,64	-	14.689,11	-	2.393.466,03
PB	PB	-	23.971,75	975.459,04	-	-	31.489,95	1.607,47	1.032.528,21
PE	PE	-	175.526,81	8.289.451,47	-	-	36.408,68	-	8.501.386,96
AL	AL	-	18.505,08	600.970,02	-	-	2.601,96	-	622.077,06
PI	PI	360,00	49.985,04	3.279.880,28	-	-	77.841,19	28.742,60	3.436.809,11
PR	PR	-	12.335,36	444.948,58	-	-	61.273,48	-	518.557,42
RJ	RJ	-	85.340,03	2.489.077,77	-	12.567,00	3.139,09	-	2.590.123,89
RN	RN	-	23.898,70	1.377.907,62	-	-	4.167,46	-	1.405.973,78
RO	RO	300,00	18.340,08	912.671,08	-	-	13.306,62	669,55	945.287,33
RS	RS	-	41.434,82	1.105.936,62	-	-	121.147,43	-	1.268.518,87
SC	SC	3.420,00	49.810,86	1.593.877,08	-	-	67.277,00	-	1.714.384,94
SP	SP	-	12.125,60	499.311,64	-	-	43.941,36	-	555.378,60
TO	TO	-	4.340,10	259.260,90	-	-	-	-	263.601,00
Matriz		-	132.980,53	5.812.484,67	-	-	156.828,21	-	6.102.293,41
Total		5.340,00	1.472.807,85	43.868.833,64	2.607,40	13.495,20	1.063.283,57	91.514,97	46.517.882,63

Fonte: Siafi

4.1- Distribuição de Alimentos - MDS

O Programa 1049 – Acesso à Alimentação, sob a coordenação do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, objetiva promover o socorro e a assistência às pessoas afetadas por eventos adversos, o restabelecimento das atividades essenciais e a recuperação dos danos causados por desastres, supletivamente ao atendimento dos Estados e Municípios. O público-alvo são as pessoas afetadas, especialmente as de menor renda.

Compõem citado Programa as Ações orçamentárias: 2792 – Distribuição de Alimentos a Grupos Populacionais Específicos e 2802 – Operacionalização de Estoques Estratégicos de Segurança Alimentar, que objetivam a distribuição de cestas de alimentos como atendimento emergencial voltado à redução da insegurança alimentar em grupos vulneráveis, como famílias acampadas que aguardam o programa de reforma agrária, remanescentes de quilombos, indígenas e atingidos por barragens em estado de risco e situação de insegurança alimentar e nutricional.

Também podem ser beneficiadas populações de grandes centros e da zona rural atingidas por calamidades (enchentes, secas, deslizamentos etc) e que precisam ser imediatamente socorridas. A distribuição das cestas de alimentos – parcialmente compostas por produtos adquiridos pelo PAA, conta com a colaboração da Conab, do INCRA, da Funai e da Fundação Cultural Palmares.

A experiência iniciada em 2003, com a distribuição gratuita de gêneros alimentícios, tem demonstrado a necessidade da continuidade da ação de atendimento a esses segmentos populacionais que continuam em situação de insegurança alimentar em todo o território nacional.

A coordenação dos trabalhos encontra-se sob a gestão da Secretaria Nacional de Segurança Alimentar do MDS-SESAN, que, em articulação com a FUNAI, FUNASA, INCRA, OAN/MDA, SEPPIR, SEAPE, Fundação Cultural Palmares e movimentos sociais, define os beneficiários, a composição da cesta de alimentos, os quantitativos e a periodicidade das entregas.

Por meio dos ofícios de n.ºs 016, de 09/02/2008 e 062, de 04/4/2008, a SESAN solicitou à Conab a aquisição de gêneros alimentícios para a continuidade do atendimento a essas famílias ou grupos populacionais. Para atendimento a Companhia elaborou planos de trabalho prevendo a aquisição de 17.292 toneladas de gêneros alimentícios para confecção de aproximadamente 786.000 cestas de alimentos para distribuição a 355.796 famílias.

Para tanto, a Conab recebeu repasses de recursos orçamentários/financeiros no valor total de R\$41.400.000,00, conforme processo n.º 71000.500934/2008-51.

- Repasse no valor de R\$7.660.00,00 para a aquisição de 3.256 toneladas de gêneros alimentícios, para montagem de 148.000 cestas de alimentos, compostas por: 10 kg de arroz, 3 kg de feijão, 2 kg de açúcar cristal, 2 latas de óleo de soja, 1 kg de leite em pó, 2 kg de farinha de mandioca, 1 kg de flocos de milho, (para as famílias do Centro-Sul 1 kg de fubá) e 1 kg de macarrão, totalizando 22 kg.
- Repasse de R\$33.740.000,00 objetivando a compra de 14.036 toneladas de gêneros alimentícios, para composição de 638.000 cestas de alimentos, para distribuição a 34.647 famílias indígenas, 24.139 famílias quilombolas, 15.919 famílias atingidas por barragens (MAB), 8.400 famílias em comunidades de terreiro, 222.691 famílias em acampamentos da reforma agrária e formação de reserva estratégica para atendimento a 50.000 famílias.
- Repasse de R\$500.000,00 referente a emenda parlamentar e destinado à aquisição de 176 toneladas de produtos alimentícios para formação de 8.000 cestas de alimentos para distribuição às famílias de terreiro no Rio de Janeiro

Além das aquisições realizadas por meio do Sistema Eletrônico de Comercialização da Conab-SEC, com a participação das Bolsas de Cereais, de Mercadorias e/ou Futuros, a Conab pode, de comum acordo com o MDS, utilizar os estoques oriundos do Programa de Aquisição de Alimentos-PAA (MDS ou MDA), dentre outras modalidades de estoques, a exemplo de doações recebidas em nome do Fome Zero.

Nesse caso, os alimentos adquiridos foram recebidos e depositados nas unidades operacionais da Conab, preferencialmente, nos estados onde deveria ocorrer a distribuição. A retirada dos alimentos nas unidades operacionais, bem como a distribuição

às famílias beneficiadas, ficou a cargo dos representantes do INCRA/OAN, FUNAI/FUNASA, Fundação Cultural Palmares, SEPPIR e MAB.

Por meio de leilão eletrônico foram adquiridas 18.760 toneladas de diversos gêneros alimentícios, superando a meta em 8,49%. Além dessas foram recebidas transferências de 7.166 toneladas de produtos da agricultura familiar (PAA) e 1 tonelada de fubá de milho dos estoques da Defesa Civil, conforme detalhado no quadro a seguir.

Quadro 2.34
Demonstrativo da Aquisição de Gêneros Alimentícios

Produto	Estoque 2007	Aquisições (Em t)			Distribuição	Saldo/2008
		Leilão	PAA	Def. Civil		
Açúcar cristal	113	247	1.898	-	1.947	311
Arroz	-	11.110	-	-	9.547	1.563
Feijão	135	1.632	2.237	-	3.552	452
Fubá	-	682	-	1	597	85
Farinha de mandioca	14	-	2.472	-	2.313	173
Farinha de trigo	-	166	293	-	365	94
Flocos de milho	-	582	-	-	488	94
Leite em pó	-	847	266	-	957	156
Macarrão	-	1.127	-	-	967	160
Óleo de soja	67	2.153	-	-	1.908	312
Total	329	18.546	7.166		22.641	3.400

Fonte: Suope/Gecom

Durante o exercício foram atendidas em todo o território nacional 354.218 famílias, com a distribuição de 1.439.256 cestas de alimentos, totalizando 32.552 toneladas de alimentos. Tal volume é 34,36% inferior ao realizado em 2007, que registrou a distribuição de 49.590 toneladas de alimentos, em razão dos recursos terem sido disponibilizados pelo MDS/SESAN apenas no mês de junho/2008. Há de se considerar, também, a alta nos custos dos alimentos e a escassez de produtos do PAA na composição das cestas, que mesmo assim, representou cerca de 24% da formação dos estoques totais.

No Estado do Ceará foram distribuídas 36.790 cestas de alimentos a 8.944 famílias, totalizando 808 toneladas de alimentos. O quadro a seguir detalha os atendimentos realizados durante o exercício de 2008.

Quadro 2.35

Demonstrativo da Distribuição de Alimentos – Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

UF	Atendimentos Realizados																		Total Geral					
	Acampados			Quilombolas			Comunidades de Terreiro			Atend. Especiais			MAB			Indigenas			Marisq/Caranguejeira					
	Nº Fam.	Nº Atend	Alim. Ent(kg)	Nº Fam.	Nº Atend	Alim. Ent(kg)	Nº Fam.	Nº Atend	Alim. Ent(kg)	Nº Fam.	Nº Atend	Alim. Ent(kg)	Nº Fam.	Nº Atend	Alim. Ent(kg)	Nº Fam.	Nº Atend	Alim. Ent(kg)						
AC	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	323	1.292	27.778	-	-	323	1.292	27.778	
AL	13.021	65.281	1.467.824	555	2.660	58.975	240	1.115	24.530	-	-	-	-	-	-	1.300	6.500	146.104	-	-	15.116	75.556	1.697.433	
AM	-	-	-	-	-	-	-	-	-	10.000	-	-	-	-	-	5.360	10.722	243.894	-	-	5.360	10.722	253.894	
AP	2.200	2.200	50.200	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2.200	2.200	50.200		
BA	22.144	92.984	2.084.802	4.288	20.791	503.762	1.000	5.000	121.465	2.000	2.000	44.000	440	1.760	40.314	2.117	12.383	268.284	-	-	31.989	134.918	3.062.627	
CE	3.014	15.156	334.943	557	3.127	68.794	100	700	15.400	1.500	1.500	34.500	1.595	8.273	178.274	1.500	6.000	132.000	678	2.034	44.748	8.944	36.790	808.659
DF	7.057	39.519	873.710	-	-	-	-	-	50	50	15.050	-	-	-	-	200	200	4.400	-	-	7.307	39.769	893.160	
ES	2.765	8.194	191.722	530	2.721	71.528	300	1.500	35.321	-	-	-	-	-	-	340	2.040	46.240	-	-	3.935	14.455	344.811	
GO	6.356	29.323	637.696	2.095	14.844	323.396	300	1.200	27.600	-	-	10.723	2.500	7.800	168.480	111	555	11.544	-	-	11.362	53.722	1.179.439	
MA	8.491	25.406	545.043	3.645	14.580	320.950	1.000	3.088	67.496	1.000	1.000	23.000	-	-	-	2.795	9.582	198.371	-	-	16.931	53.656	1.154.860	
MG	13.533	71.819	1.515.103	2.289	14.734	326.924	800	4.800	105.800	-	-	-	532	3.192	70.294	2.500	17.126	418.175	-	-	19.654	111.671	2.436.296	
MS	17.850	96.375	2.629.996	180	720	18.360	100	400	10.200	-	-	-	-	-	-	22.000	135.682	2.909.898	-	-	40.130	233.177	5.568.454	
MT	20.129	54.312	1.205.540	654	1.962	43.164	-	-	-	-	-	965	965	21.230	4.198	6.594	148.068	-	-	-	25.946	63.833	1.418.002	
PA	22.413	44.611	983.234	2.210	2.435	53.570	800	1.600	35.200	5.000	5.000	111.500	2.210	4.420	97.240	767	1.597	35.163	250	250	5.500	33.650	59.913	1.321.407
PB	3.481	17.405	394.261	770	3.850	87.380	100	500	12.296	1.500	1.500	36.000	1.050	5.249	119.700	2.000	10.000	228.000	200	600	15.165	9.101	39.104	892.802
PE	29.052	126.704	2.786.059	2.651	9.576	222.626	800	2.620	57.190	605	605	12.705	-	-	-	2.751	14.334	320.343	500	500	29.040	36.359	154.339	3.427.963
PI	3.881	12.827	384.485	603	4.264	137.493	100	800	23.000	6.362	6.362	118.490	-	-	-	-	-	-	360	360	10.800	11.306	24.613	674.268
PR	11.861	48.605	1.066.655	99	445	9.751	-	-	-	-	-	610	1.830	38.430	1.500	4.595	104.550	-	-	-	14.070	55.475	1.219.386	
RJ	2.494	12.517	250.749	482	2.641	51.419	800	4.010	76.071	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3.776	19.168	378.239	
RN	3.488	13.023	285.817	495	1.980	43.396	100	400	8.400	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	4.083	15.403	337.613	
RO	2.882	11.645	254.028	-	-	-	-	-	-	300	300	5.500	1.010	4.288	94.380	873	1.255	27.196	-	-	5.065	17.488	381.104	
RR	284	818	17.946	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	284	818	17.946	
RS	2.831	31.326	663.228	341	2.387	52.514	800	5.600	123.200	-	-	6.352	1.605	11.840	256.509	3.530	27.795	633.824	-	-	9.107	78.948	1.735.627	
SC	1.066	5.905	120.354	-	-	-	-	-	-	-	-	2.401	5.210	113.154	1.500	5.290	129.854	-	-	-	4.967	16.405	363.362	
SE	12.572	49.693	1.096.123	262	786	17.292	200	800	17.600	-	-	307	1.228	27.016	82	268	5.896	-	-	13.423	52.775	1.163.927		
SP	10.473	41.892	1.044.766	1.395	8.370	192.290	800	4.800	110.400	2.000	2.000	45.304	-	-	-	326	1.304	27.384	-	-	14.994	58.366	1.420.144	
TO	2.659	7.977	171.301	-	-	-	-	-	-	-	-	1.094	3.283	70.055	1.083	3.420	81.700	-	-	-	4.836	14.680	323.056	
Total	225.997	925.517	21.055.585	24.101	112.873	2.603.584	8.340	38.933	871.169	20.317	20.317	473.124	16.319	59.338	1.295.076	57.156	278.534	6.148.666	1.988	3.744	105.253	354.218	1.439.256	32.552.457

Fonte: Conab/Diges/Supab/Gepab

Em âmbito nacional, na aquisição de produtos e na operacionalização da distribuição das cestas de alimentos foram gastos R\$40.325.075,78, representado 97,17% do repasse total. Destacaram-se as despesas com a aquisição dos produtos, no valor de R\$38.316.876,79, com participação de 95,02% na despesa total.

No Estado do Ceará foram liquidadas despesas no valor de R\$1.551.294,36. As despesas com as aquisições somaram R\$1.507.892,37 (97,20% da despesa no Estado), conforme detalhado no quadro a seguir.

Quadro 2.36
Demonstrativo da Execução da Despesa

Sureg	UF	Elemento de Despesa						Total	
		Diárias	Material de Consumo	Material de Distribuição Gratuita	Passagens e Despesas com Locomoção	Outros Servidos de Terceiros			
						Pessoa Física	Pessoa Jurídica		
AM	AM	-	-	572.972,93	-	-	17.706,07	1.096,00 591.775,00	
BA	BA	3.900,00	32.060,00	3.933.532,44	294,00	-	139.753,15	2.019,68 4.111.559,27	
	SE	2.325,00	1.225,04	1.189.942,27	589,34	-	38.439,62	1.600,15 1.234.121,42	
CE	CE	11.087,50	4.364,82	1.507.892,37	1.925,91	219,06	23.984,70	1.820,00 1.551.294,36	
DF	DF	33.942,50	16.522,36	1.031.185,27	3.376,10	-	303.480,05	1.412,84 1.389.919,12	
ES	ES	-	-	338.000,95	-	-	6.537,61	- 344.538,56	
GO	GO	15.515,00	29.867,59	699.125,94	1.342,58	-	46.141,63	13.675,32 805.668,06	
MA	MA	-	1.475,00	1.365.791,46	-	-	8.392,33	2.951,44 1.378.610,23	
MG	MG	19.615,00	25.444,66	2.920.847,42	1.414,14	-	70.639,55	1.736,77 3.039.697,54	
MS	MS	540,00	636,59	7.355.658,19	-	-	211.750,85	40.719,57 7.609.305,20	
MT	MT	-	-	1.471.561,13	-	-	12.445,98	24.831,15 1.508.838,26	
PA	PA	-	4.375,00	2.693.475,05	-	-	32.414,27	- 2.730.264,32	
PB	PB	5.025,00	1.697,75	706.582,45	-	-	51.921,83	8,00 765.235,03	
PE	PE	-	-	3.506.532,98	1.484,58	5.756,82	93.634,79	22.553,99 3.629.963,16	
	AL	-	-	1.999.545,57	-	18.879,95	16.043,47	36.862,18 2.071.331,17	
PI	PI	6.780,00	13.555,53	667.912,11	130,00	275,00	42.331,35	9.033,12 740.017,11	
PR	PR	-	18.000,00	1.163.158,73	-	-	101.294,68	5.504,13 1.287.957,54	
RJ	RJ	1.800,00	1.023,05	310.680,81	-	1.952,00	11.712,96	2.369,76 329.538,58	
RN	RN	10.800,00	4.766,61	276.918,51	-	7.638,54	4.232,71	687,54 305.043,91	
RO	RO	-	6.194,56	526.681,15	-	1.416,00	26.344,08	3.354,10 563.989,89	
	AC	-	-	-	-	-	3.300,00	- 3.300,00	
RS	RS	5.175,00	6.929,42	1.597.947,96	934,76	-	100.541,01	13.726,50 1.725.254,65	
SC	SC	-	-	250.231,94	-	-	11.207,11	1.344,86 262.783,91	
SP	SP	-	-	1.900.451,35	-	-	101.871,83	6.848,96 2.009.172,14	
TO	TO	-	-	330.247,81	-	-	4.347,14	1.302,40 335.897,35	
Total		116.505,00	168.137,98	38.316.876,79	11.491,41	36.137,37	1.480.468,77	195.458,46 40.325.075,78	

Fonte: SIAFI

6 - Previdência Complementar Patrocinada

a) - Identificação da Entidade:

Nome	CIBRIUS
Razão Social	<u>Instituto CONAB de Seguridade Social –CIBRIUS</u>
	Entidade Fechada de Previdência Privada, sem fins lucrativos, constituída pela Conab (Patrocinadora-Principal) em 08 de março de 1979, sob a forma de sociedade civil. O regime especial de intervenção federal que afetava a entidade desde 14/12/2000 , por força da Portaria MPAS/nº 9093, de 13/12/2000, foi levantado em 30/11/2007 e reconstituídos os órgãos estatutários, nos termos do Ofício SPC/DEFIS/CGRE/nº 1749, de 08 de junho de 2007.
CNPJ:	00.531.590/0001-89
Plano de Benefícios:	Plano de Benefício Definido – Registrado no CNPB sob o n.º 19.790.007-19

b) - Demonstrativo Anual:

i. Valor total da folha de pagamento dos empregados participantes:

- **R\$7.495.394,02**

Fonte: Conab/Dirhu/Sureh

ii. Valor total das contribuições pagas pelos empregados participantes:

- **Participante – R\$514.248,45**

Fonte:Conab/Diafi/Sucon/Gecon/DRE-Demonstrativo de Resultado do Exercício/Siafi (mesmo valor da patrocinadora)

iii. Valor total das contribuições pagas pela patrocinadora CONAB

- **Patronal/Paritária – R\$514.248,45**

Fonte:Conab/Diafi/Sucon/Gecon/DRE-Demonstrativo de Resultado do Exercício/Siafi

- **Complemento de Previdência (Serviço Passado) - R\$ 12.786.273,98**

Valor referente ao pagamento da **dotação** do serviço passado da massa de empregados da CONAB, patrocinadora principal do plano de benefícios do CIBRIUS, na forma do termo de convênio e aditivos firmados entre as partes, concernente à entrada para plano em 1.995 dos empregados oriundos da fusão COBAL/CFP/CIBRAZEM.

Fonte:Conab/Diafi/Sucon/Gecon/DRE-Demonstrativo de Resultado do Exercício/Siafi

- **Total Contribuições - R\$22.931.919,11**

Fonte:Conab/Diafi/Sucon/Gecon/DRE-Demonstrativo de Resultado do Exercício/Siafi

Cabe observar que as contribuições são paritárias conforme determina a legislação. Entretanto, eventual divergência entre a contribuição paritária Patronal e a contribuição dos Participantes informada pelo Cibrius, decorre de diferenças relacionadas ao pagamento de jóia de responsabilidade exclusiva do participante e acertos outros.

iv. Valor total de outros recursos repassados pela patrocinadora CONAB

Não houve outros repasses de recursos que não contribuições.

v. Discriminação da razão ou motivo de repasse de recursos que não sejam contribuições:

Não houve outros repasses de recursos que não contribuições

vi. - Valor total por tipo de aplicação e respectiva fundamentação legal:
Posição Custodiante – HSBC/CCF em 31/12/2008

Descrição	Valor	Percentual Atual	% Enquadramento Fundamento Legal	
			Política Investimento	Resolução CMN nº 3456
1) Renda Fixa	284.242.690,08	79,01	70,00	100,00
1.1 – NTN-B – Título Público Federal (IPCA)	226.644.200,30	63,00		
1.2 - NTN-C – Título P. Federal (IGP-M)	14.219.868,47	3,95		
1.3 - LFT – Título P. Federal (selic)	37.910.591,30	10,54		
1.4 - LFT-B – Título P. Federal (selic)	867.118,56	0,24		
1.5 - Fundo BB Institucional	4.387.867,78	1,22		
1.6 – Fundo UBS Pactual Select Bolsa Plus	213.043,67	0,06		
2) Renda Variável	43.203.733,92	12,01	20,00	50,00
2.1 - Mercado de Ações à Vista	23.072.899,97	6,41		
2.2 – Bradesco Dividendos	1.918.863,34	0,53		
2.3 – Bradesco ibx ativo	1.714.707,74	0,48		
2.4 – Bradesco infra-estrutura	1.655.843,98	0,46		
2.5 – Fator Institucional	4.992.797,92	1,39		
2.6 – Mercatto Geração Futura	4.665.160,28	1,3		
2.7 – FIA Schroder Performance	2.731.172,00	0,76		
2.8 – UBS Pactual Dividendos	2.452.288,69	0,68		
3) Imóveis	21.904.806,74	6,09	6,00	11,00
3.1 – Imóveis	15.647.593,79	4,35		
3.2 – Fundo de investimento imobiliário	6.257.212,95	1,74		
4) Empréstimos	10.388.054,78	2,89	4,00	15,00
Total Geral	359.739.285,52	100		

Fonte:Instituto Conab de Seguridade Social - CIBRIUS

Os Recursos Patrimoniais da Entidade são aplicados no estrito cumprimento de Políticas de Investimentos elaboradas e executadas na forma preconizada pela Resolução CMN Nº 3.456/07 (Estabelece as diretrizes de aplicação dos recursos garantidores dos planos de benefícios das EFPC), além das demais instruções e resoluções dos órgãos regulador e fiscalizador das Entidades Fechadas de Previdência Privada.

vii. Manifestação da Secretaria de Previdência Complementar

Conforme a CARTA/CIBRIUS/SUP/Nº 007, de 21/01/2009, a SPC/MPS só deverá se manifestar após recebimento do balanço 2008 da entidade, cujo calendário de obrigações para envio do referido balanço é 31 de março de 2009. Entretanto, tal posicionamento vem se repetindo ao longo dos anos, sem que efetivamente qualquer manifestação tenha sido apresentada pela SPC. Por outro lado, a SPC encontra-se obrigada a prestar as informações objeto do item 19 do B-CONTEUDO ESPECÍFICO da DN/TCU n.º 93, de 03/12/2008.

viii. Parecer da Auditoria Independente

Conforme a CARTA/CIBRIUS/SUP/Nº 007, de 21/01/2009, obedecendo ao calendário, o Parecer da Auditoria Independente ficará pronto até 31 de março de 2009.

Tão logo obtida a manifestação da SPC/MPS, como também o Parecer da Auditoria Independente, os documentos respectivos poderão ser encaminhados aos órgãos de Controle.

c) Em caso de descumprimento dos limites fixados em lei para o repasse de recursos pela patrocinadora, informar quais providências estão sendo adotadas para a adequação.

Todos os repasses de recursos foram realizados dentro dos limites fixados em lei.

d) Discriminar listagem dos recursos humanos e patrimoniais cedidos pela patrocinadora à patrocinada, destacando como foi formalizada esta cessão.

Na forma do Art. 50, inciso VI do Estatuto da Entidade, foram empossados em 30/11/2007, para o cumprimento de mandato de 04 (quatro) anos, os empregados da CONAB e Participantes do CIBRIUS, abaixo relacionados, com o devido ressarcimento, nos termos termos da Carta/CONAB/PRESI/nº 026, de 21/01/2009, como segue:

FABRÍCIO PEREIRA GARCIA – Diretor Superintendente

JOSÉ CARLOS ALVES GRANGEIRO – Diretor Financeiro

RACHID MAMED FILHO – Diretor de Segurança

Não há recursos patrimoniais disponibilizados à Entidade.

e) Discriminar as dívidas existentes entre a patrocinadora e a patrocinada e a situação destas operações quanto à regularidade formal e a adimplênciа.

Em 31/12/2007, ficou consignado no balanço da Conab o valor de R\$60.311.921,08, já contabilizadas as amortizações de R\$1.007.298,02 e R\$1.133.258,30, concernentes às parcelas de competência de dezembro/2008 e amortização extra, também de competência de dezembro/2008.

O referido compromisso, decorrente de Termo de Adesão celebrado em 07/10/1994 e aditivo nº 1, de 12/12/2002, entre a Conab e o Cibrius, vem tendo suas parcelas cumpridas regularmente dentro das condições pactuadas.

f) Destacar as ações executadas no exercício com vistas à supervisão sistemática das atividades da entidade fechada, de conformidade com o disposto no § 2º do art. 41 da Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001.

A Patrocinadora CONAB, por meio da Auditoria Interna-AUDIN, órgão interno de auditoria, em cumprimento ao disposto no art. 25 da Lei Complementar nº 108/2001 e no §2º do art. 41 da Lei Complementar nº 109/2001 e conforme ajustado com a Secretaria Federal de Controle Interno-SFC (em atenção ao Acordão TCU nº 2.887/2008, 1.ª Câmara), realizou Auditoria Especial no INSTITUTO CONAB DE SEGURIDADE SOCIAL-CIBRIUS, relativa aos exercícios de 2006 e 2007, que deu origem ao Relatório de Auditoria Especial de 31/12/2008, encaminhado à SFC em 27/01/2009 (Ofício/CONAB/PRESI/n.º 032/2009).

7. Fluxo Financeiro de Projetos ou Programas Financiados com Recursos Externos

Não houve ocorrência.

8. Renúncia Tributária

Não houve ocorrência.

9. Declaração Sobre a Regularidade dos Beneficiários Diretos de Renúncia

Não houve ocorrência.

10. Operação de Fundos.

Não se aplica à natureza jurídica da Conab (Anexo II item 10 da Instrução Normativa TCU n.º 93 e 94).

11. Despesa com Cartão de Crédito

Não houve ocorrência.

12. RECOMENDAÇÕES do Órgão ou Unidade de Controle Interno – CGU.

Número do Relatório	Descrição da Recomendação	Setor Responsável pela Implementação	Providências adotadas (ou justificativas para o caso de não cumprimento)
208212	Identificar os responsáveis pelas reincidências apontadas, a fim de notificá-los pessoalmente quanto às circunstâncias das impropriedades em que incorreram para evitar novas ocorrências (item do Relatório de Auditoria 1.1.2.1 - Constatação 001).	Gerencia de Finanças e Administração - GEFAD	Os responsáveis pelas impropriedades foram notificados, inclusive pela necessidade de encerramento das contas bancárias, em face do advento dos Cartões de Pagamento do Governo Federal. Os supridos foram notificados, também para devolverem via GRU os saldos remanescentes que não puderam ser contabilizados por falta de dotação orçamentária correspondentes às despesas realizadas.
208212	Proceder a correta identificação nos prestações de contas dos Boletins de Pagamentos de Fundos de Caixa, dos empregados envolvidos com sua concessão e análise, segregando a responsabilidade pela conformidade de seus atos. (item do Relatório de Auditoria 1.1.2.1 - Constatação 001).	Gerencia de Finanças e Administração - GEFAD	Consoante recomendação, foram efetuadas as devidas correções e autuados processos administrativos a fim de facilitar a identificação individualizando-os por suprido.
208212	Abster-se, doravante, de realizar despesas com a aquisição de serviços de água e esgoto, por meio de suprimento	Gerencia de Finanças e Administração - GEFAD	Como os demais serviços dessa natureza são pagos em fatura consolidada na conta da sede da Regional, orientamos o gerente da unidade onde foi detectada a ocorrência,

	de fundos, utilizando para tal o procedimento referente à inexigibilidade de licitação. (item do Relatório de Auditoria 1.1.2.2 - Constatatação 002).		e o mesmo esteve na Empresa SAEE, e ficou acertado que doravante as faturas serão encaminhadas para pagamento pelo setor financeiro da Sureg/CE.
208212	Acompanhar por intermédio da Procuradoria Jurídica, a ação que envolve o imóvel da UA TIANGUÁ, adotando as medidas processuais cabíveis que o caso requeira, com vistas as cumprimento das determinações judiciais e finalização da contenda (item do Relatório de Auditoria 1.1.3.1 – Constatatação 004).	Gerencia de Finanças e Administração - GEFAD	A justiça expediu mandado ordenando a Construtora Padre Ibiapina a desocupar o imóvel de Tianguá, e concedeu um prazo de 30 dias, a contar da intimação desta decisão para efetiva desocupação voluntária do imóvel, sob pena de haver a desocupação compulsória. Estamos aguardando notificação da justiça para nossa imissão de posse.
208212	Agilizar o processo de recebimento dos imóveis alienados às Prefeituras de Aracoiaba e Icó, visando a regularização das situações dos imóveis e, consequentemente, do saldo da conta contábil 1.1.2.1.9.09.00 – Créditos por Alienação, sanando assim a impropriedade que se afigura. (item do Relatório de Auditoria 1.1.3.1 – Constatatação 004).	Gerencia de Finanças e Administração - GEFAD	Consoante recomendação da Auditoria, esta Superintendência Regional emitiu o ATO nº 043, de 17/04/2008 constituindo uma comissão para proceder a regularização dos imóveis. Os trabalhos de campo foram realizados e a referida comissão elaborou o relatório final o qual se encontra aguardando deliberação desta Superintendência.
208212	Compatibilizar o saldo devedor existente no SIAFI, relativamente ao imóvel de Icó com os controles extra-contábeis mantidos por essa Entidade. (item do Relatório de Auditoria 1.1.3.1 – Constatatação 004).	Gerencia de Finanças e Administração - GEFAD	O saldo da conta 112190900 no SIAFI foi compatibilizado com o demonstrativo apresentado no relatório. Ressalte-se, todavia, que a diferença detectada, tratava-se dos valores registrados na conta 112490900 relativo às parcelas registradas no longo prazo e que agora foram transferidas para o curto prazo.
208212	Proceder aos registros, quanto aos afastamentos legais dos titulares de cargos comissionados e seus respectivos substitutos, de forma a demonstrar a efetiva responsabilidade pelos atos realizados no decorrer da gestão.(item do Relatório de Auditoria 2.1.1.1 – Constatatação 005).	Gerencia de Finanças e Administração - GEFAD	Consoante recomendação, os registros foram atualizados antes do encerramento do exercício 2008.

13. Determinações e Recomendações do TCU.

14 – Atos de admissão, desligamento, concessão de aposentadoria e

Acordão	Descrição da Recomendação	Setor Responsável pela Implementação	Providências adotadas (ou justificativas para o caso de não cumprimento)
3518/08 1ª Câmara	<i>Determinou que a Conab/CE preenchesse o Rol de Responsáveis de acordo com o previsto no art. 11 da IN/TCU n.º 57, de 27/08/2008.</i>	SUREG/CE	<i>Atendido conforme determinação.</i>

pensão praticados no exercício

Quadro 2.38

Suregs	Atos/Quantidades													
	Admissões						Demissões							
	Contrato Padrão	Anistiados	Contrato Especial	Diretor	Conselho	Total	Registro no SISAC	Contrato Padrão	Anistiados	Contrato Especial	Conselho	Aposentados	Total	Registro no SISAC
AM	1	48	-	-	-	49	1	1	1	-	-	-	2	1
BA	3	33	-	-	-	36	3	-	-	-	-	-	1	1
CE	4	19	-	-	-	23	4	-	-	-	-	-	1	0
ES	4	22	-	-	-	26	4	1	-	-	-	-	2	3
GO	8	60	-	-	-	68	8	-	-	-	-	-	1	1
MA	1	1	-	-	-	2	1	-	-	-	-	-	0	0
MG	4	74	-	-	-	78	4	1	-	-	-	-	6	7
MS	3	20	-	-	-	23	3	1	-	-	-	-	1	1
MT	3	31	-	-	-	34	3	3	-	-	-	-	1	4
PA	6	2	-	-	-	8	6	-	-	-	-	-	2	2
PB	0	72	-	-	-	72	0	1	-	-	-	-	1	1
PE	5	109	-	-	-	114	5	1	-	-	-	-	5	6
PI	4	22	-	-	-	26	4	-	-	-	-	-	1	1
PR	3	4	-	-	-	7	3	-	-	-	-	-	5	5
RJ	3	58	-	-	-	61	3	-	1	-	-	-	2	3
RN	1	22	-	-	-	23	1	-	-	-	-	-	0	0
RO	5	21	-	-	-	26	5	1	-	-	-	-	1	2
RS	3	12	-	-	-	15	3	-	-	-	-	-	1	1
SC	4	1	-	-	-	5	4	3	-	-	-	-	3	6
SP	1	11	-	-	-	12	1	2	-	-	-	-	2	2
TO	1	5	-	-	-	6	1	-	-	-	-	-	0	0
Matriz	56	139	10	1	3	209	56	31	1	4	4	37	77	31
Total	123	786	10	1	3	923	123	46	3	4	4	69	126	46

Fonte: Conab/Sureh

A divergência com o SISAC na quantidade de admissões e demissões se deve ao fato deste não considerar os empregados anistiados e de Contratos Especiais, 800 e 11 respectivamente, para fins de registros.

Com referências ás aposentadorias, no caso da Conab, estas informações não são prestadas pois tal benefício se dá no âmbito do INSS por solicitação do empregado, inclusive, podendo permanecer com vínculo com a Companhia.

Com relação a pensão a Companhia não concede este benefício em função de sua natureza jurídica.

15. Dispensas de Instauração de TCE e TCE cujo envio ao TCU foi dispensado

Não houve ocorrência.

16 – Informações sobre a composição de Recursos Humanos

1) Servidores ativos do quadro próprio em exercício na unidade

Sureg	2006		2007		2008	
	Quantidade	Despesa(R\$)	Quantidade	Despesa(R\$)	Quantidade	Despesa(R\$)
AM	70	2.171.719,44	67	2.459.881,74	116	3.081.783,83
BA	105	2.742.788,76	111	3.178.849,37	146	4.057.801,97
CE	217	6.133.876,45	217	6.827.480,67	241	7.731.946,61
ES	107	3.318.876,63	105	3.766.891,45	130	4.301.022,97
GO	272	8.672.410,07	274	9.562.666,64	344	11.145.561,21
MA	118	2.885.416,94	119	3.352.995,76	121	3.711.240,37
MG	143	5.616.904,96	144	6.313.805,60	219	7.515.102,39
MS	79	2.987.733,29	75	3.232.586,89	99	3.790.430,55
MT	96	2.766.926,81	95	3.131.801,74	125	3.912.615,43
PA	63	2.087.210,77	65	2.404.872,20	74	2.868.816,30
PE	233	6.698.276,04	225	7.427.493,28	339	8.668.360,05
PI	146	3.523.824,19	149	3.812.676,86	178	4.470.722,83
PR	108	4.158.766,50	110	4.720.791,30	117	5.314.660,99
RJ	159	4.378.010,48	134	4.522.286,19	194	5.502.800,09
RN	88	2.641.150,53	88	2.985.808,65	111	3.455.244,54
RO	51	1.609.237,58	51	1.848.130,90	75	2.365.825,19
RS	106	3.359.028,31	106	3.785.038,73	121	4.272.505,75
SC	53	2.050.279,71	54	2.304.592,56	57	2.631.628,97
SP	67	2.912.057,68	67	3.246.203,44	77	3.665.273,10
TO	46	1.835.712,98	45	2.090.845,88	51	2.418.756,08
Matriz	562	32.048.494,37	588	36.128.454,25	708	43.064.408,14
Total	2.889	104.598.702,49	2.889	117.104.154,10	3.643	137.946.507,36

Fonte: Conab/Sureh

Obs. Todos os empregados da Conab são contratados pelo regime da CLT

2) Ocupantes de funções de confiança, sem vínculo

Sureg	2006		2007		2008	
	Quantidade	Despesa(R\$)	Quantidade	Despesa(R\$)	Quantidade	Despesa(R\$)
AM	0	0,00	0	0,00	0	0,00
BA	0	0,00	0	0,00	0	0,00
CE	0	0,00	0	0,00	0	0,00
ES	0	0,00	0	0,00	0	0,00
GO	0	0,00	0	0,00	0	0,00
MA	0	0,00	0	0,00	0	0,00
MG	0	0,00	0	0,00	0	0,00
MS	0	0,00	0	0,00	0	0,00
MT	0	0,00	0	0,00	0	0,00
PA	0	0,00	0	0,00	0	0,00
PE	0	0,00	0	0,00	0	0,00
PI	0	0,00	0	0,00	0	0,00
PR	0	0,00	0	0,00	0	0,00
RJ	0	0,00	0	0,00	0	0,00
RN	0	0,00	0	0,00	0	0,00
RO	0	0,00	0	0,00	0	0,00
RS	0	0,00	0	0,00	0	0,00
SC	0	0,00	0	0,00	0	0,00
SP	0	0,00	0	0,00	0	0,00
TO	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Matriz	11	845.283,48	20	1.046.035,20	29	2.411.721,94
Total	11	845.283,48	20	1.046.035,20	29	2.411.721,94

Fonte: Conab/Sureh

3) A Conab não tem empregados contratados em regime de contratação temporária, ao abrigo da Lei n.º 8.745/93.

4) Serviços Terceirizados

SUREG	Descrição:	2006		2007		2008	
		Qtde	Despesa	Qtde	Despesa	Qtde	Despesa
AM	Pessoal Terceirizado Vigilância/Limpeza	14,5	369.246,49	14,5	645.533,05	18	589.357,39
	Pessoal Terceirizado Apoio Administrativo	2	35.231,17	2	37.152,15	2	38.858,04
	Pessoal Terceirizado Outras atividades	1	36.000,00	1	36.000,00	1	36.000,00
	Estagiários	4	20.254,21	5,0	25.049,55	16	68.233,25
	Total Pessoal Terc. + Estag	21,5	460.731,87	22,5	743.734,75	37	732.448,68
BA/SE	Pessoal Terceirizado Vigilância/Limpeza	30	505.618,81	32	514.817,23	32	567.717,16
	Pessoal Terceirizado Apoio Administrativo	-	-	-	-	-	-
	Pessoal Terceirizado Outras atividades	34	10.715,36	31	107.923,29	29	151.306,32
	Estagiários	17	83.873,05	6	73.562,89	22	95.510,34
	Total Pessoal Terc. + Estag	81	600.207,22	69	696.303,41	83	814.533,82
CE	Pessoal Terceirizado Vigilância/Limpeza	27	394.068,67	29	417.577,93	27	540.447,41
	Pessoal Terceirizado Apoio Administrativo	-	-	-	-	-	-
	Pessoal Terceirizado Outras atividades	-	-	-	-	-	-
	Estagiários	8		11	50.915,16	13	71.389,77
	Total Pessoal Terc. + Estag	35	394.068,67	40	468.493,09	40	611.837,18
ES	Pessoal Terceirizado Vigilância/Limpeza	24	423.722,02	20	418.249,92	20	457.975,18
	Pessoal Terceirizado Apoio Administrativo	1	61.643,00	1	64.720,00	1	54.220,00
	Pessoal Terceirizado Outras atividades	30	108.435,42	30	79.753,28	30	138.163,52
	Estagiários	3	14.086,96	3	17.301,14	6	37.741,06
	Total Pessoal Terc. + Estag	58	607.887,40	54	580.024,34	57	688.099,76
GO	Pessoal Terceirizado Vigilância/Limpeza	53	682.747,76	53	1.099.391,98	53	835.294,22
	Pessoal Terceirizado Apoio Administrativo	-	-	-	-	-	-
	Pessoal Terceirizado Outras atividades	-	-	-	-	-	-
	Estagiários	21	127.827,11	22	124.235,29	24	147.337,18
	Total Pessoal Terc. + Estag	74	810.574,87	75	1.223.627,27	77	982.631,40
MA	Pessoal Terceirizado Vigilância/Limpeza	19	462.146,77	19	597.388,32	20	657.521,98
	Pessoal Terceirizado Apoio Administrativo	2	84.574,80	2	84.574,80	3	96.103,29
	Pessoal Terceirizado Outras atividades	-	-	-	-	-	-
	Estagiários	10	39.428,01	11	43.325,20	15	94.988,86
	Total Pessoal Terc. + Estag	31	586.149,58	32	725.288,32	38	848.614,13
MT	Pessoal Terceirizado Vigilância/Limpeza	27	482.476,80	31	556.277,88	31	529.752,72
	Pessoal Terceirizado Apoio Administrativo	-	-	-	-	-	-
	Pessoal Terceirizado Outras atividades	-	-	-	-	-	-
	Estagiários	14	122.418,09	25	167.756,37	29	181.589,16
	Total Pessoal Terc. + Estag	41	604.894,89	56	724.034,25	60	711.341,88

MS	Pessoal Terceirizado Vigilância/Limpeza	15	886.610,35	16	880.143,57	16	967.754,72
	Pessoal Terceirizado Apoio Administrativo	-	-	-	-	-	-
	Pessoal Terceirizado Outras atividades	37	471.437,89	48	669.135,75	36	628.505,64
	Estagiários	21	79.423,83	14	80.339,34	17	93.734,92
	Total Pessoal Terc. + Estag	73	1.437.472,07	78	1.629.618,66	69	1.689.995,28
MG	Pessoal Terceirizado Vigilância/Limpeza	24	591.046,34	29	709.394,68	37	718.938,03
	Pessoal Terceirizado Apoio Administrativo	-	-	-	-	-	-
	Pessoal Terceirizado Outras atividades	1	34.005,88	1	40.167,91	1	48.793,92
	Estagiários	26	145.173,91	21	122.041,93	30	157.635,91
	Total Pessoal Terc. + Estag	51	770.226,13	51	871.604,52	68	925.367,86
PA	Pessoal Terceirizado Vigilância/Limpeza	26	490.268,40	26	492.174,88	25	503.199,86
	Pessoal Terceirizado Apoio Administrativo	1	25.018,56	2	47.958,72	2	47.958,72
	Pessoal Terceirizado Outras atividades	-	-	-	-	-	-
	Estagiários	7	47.234,11	9	54.914,48	13	74.725,39
	Total Pessoal Terc. + Estag	34	562.521,07	37	595.048,08	40	625.883,97
PB	Pessoal Terceirizado Vigilância/Limpeza	15	238.005,54	15	257.280,91	17	318.644,39
	Pessoal Terceirizado Apoio Administrativo	-	-	-	-	-	-
	Pessoal Terceirizado Outras atividades		42.099,96		42.099,96		42.099,96
	Estagiários	3	13.445,14	3	22.031,47	7	30.596,08
	Total Pessoal Terc. + Estag	18	293.550,64	18	321.412,34	24	391.340,43
PR	Pessoal Terceirizado Vigilância/Limpeza	18	419.733,28	33	621.372,37	38	845.040,57
	Pessoal Terceirizado Apoio Administrativo	8	77.316,90	8	55.550,32	8	41.706,58
	Pessoal Terceirizado Outras atividades	2	22.454,00			8	117.017,99
	Estagiários	18	45.482,90	15	51.085,72	24	95.792,40
	Total Pessoal Terc. + Estag	46	564.987,08	56	728.008,41	78	1.099.557,54
PE	Pessoal Terceirizado Vigilância/Limpeza	25	392.232,24	25	369.148,91	25	375.346,90
	Pessoal Terceirizado Apoio Administrativo	-	-	-	-	-	-
	Pessoal Terceirizado Outras atividades	-	-	-	-	-	-
	Estagiários	5	17.055,27	3	19.298,98	7	27.440,85
	Total Pessoal Terc. + Estag	30	409.287,51	28	388.447,89	32	402.787,75
PI	Pessoal Terceirizado Vigilância/Limpeza	12	346.199,11	12	364.056,51	12	353.411,09
	Pessoal Terceirizado Apoio Administrativo	-	-	-	-	-	-
	Pessoal Terceirizado Outras atividades	5	68.757,68	30	213.630,03	24	201.325,31
	Estagiários	7	35.593,76	8	48.902,14	10	63.600,19
	Total Pessoal Terc. + Estag	24	450.550,55	50	626.588,68	46	618.336,59
RJ	Pessoal Terceirizado Vigilância/Limpeza	54	1.058.280,47	52	1.086.909,32	52	1.114.357,83
	Pessoal Terceirizado Apoio Administrativo		63.856,23		63.530,64		65.530,64
	Pessoal Terceirizado Outras atividades		12.956,00		5.075,00		14.298,00
	Estagiários	7	40.798,39	4	23.426,18	8	38.426,85
	Total Pessoal Terc. + Estag	61	1.175.891,09	56	1.178.941,14	60	1.232.613,32
RN	Pessoal Terceirizado Vigilância/Limpeza	-	-	-	-	-	-
	Pessoal Terceirizado Apoio Administrativo	-	-	-	-	-	-
	Pessoal Terceirizado Outras atividades	18	536.069,37	22	711.212,89	24	809.499,56
	Estagiários	5	29.169,85	3	23.800,65	12	53.920,35
	Total Pessoal Terc. + Estag	23	565.239,22	25	735.013,54	36	863.419,91

SUREG	Descrição:	2006		2007		2008	
		Qtde	Despesa	Qtde	Despesa	Qtde	Despesa
RS	Pessoal Terceirizado Vigilância/Limpeza	23	444.923,98	25	534.939,55	25	541.403,19
	Pessoal Terceirizado Apoio Administrativo	4	42.417,36	4	44.976,99	4	46.723,56
	Pessoal Terceirizado Outras atividades	100	2.052.524,99	110	3.141.947,30	123	3.829.922,26
	Estagiários	7	49.077,50	11	62.098,52	14	58.118,23
	Total Pessoal Terc. + Estag	134	2.588.943,83	150	3.783.962,36	166	4.476.167,24
RO/AC	Pessoal Terceirizado Vigilância/Limpeza	16	265.842,16	16	285.613,24	16	295.361,93
	Pessoal Terceirizado Apoio Administrativo	2	30.486,66	2	23.918,08	2	37.899,96
	Pessoal Terceirizado Outras atividades	24	33.787,83	24	110.761,31	24	53.414,88
	Estagiários	11	61.584,25	10	71.227,59	19	90.860,95
	Total Pessoal Terc. + Estag	53	391.700,90	52	491.520,22	61	477.537,72
SC	Pessoal Terceirizado Vigilância/Limpeza	11	191.786,28	11	215.647,36	11	241.399,36
	Pessoal Terceirizado Apoio Administrativo	-	-	-	-	-	-
	Pessoal Terceirizado Outras atividades	-	-	-	-	-	-
	Estagiários	9	38.703,04	9	39.435,21	15	70.484,86
	Total Pessoal Terc. + Estag	20	230.489,32	20	255.082,57	26	311.884,22
SP	Pessoal Terceirizado Vigilância/Limpeza	14	655.091,95	14	813.380,71	14	832.377,55
	Pessoal Terceirizado Apoio Administrativo	2	50.915,71	2	50.113,72	2	28.487,87
	Pessoal Terceirizado Outras atividades		88.405,68		81.774,03		112.042,10
	Estagiários	10	52.597,21	12	60.536,90	13	75.273,54
	Total Pessoal Terc. + Estag	26	847.010,55	28	1.005.805,36	29	1.048.181,06
TO	Pessoal Terceirizado Vigilância/Limpeza	18	373.239,14	18	368.054,31	18	405.541,77
	Pessoal Terceirizado Apoio Administrativo	-	-	-	-	-	-
	Pessoal Terceirizado Outras atividades	12	292.477,04	12	368.387,10	16	206.430,28
	Estagiários	10	61.868,29	10	65.272,73	14	78.219,62
	Total Pessoal Terc. + Estag	40	727.584,47	40	801.714,14	48	690.191,67
MATRIZ	Pessoal Terceirizado Vigilância/Limpeza	77	1.399.067,26	59	1.363.872,25	70	1.345.015,45
	Pessoal Terceirizado Apoio Administrativo	-	-	-	-	-	-
	Pessoal Terceirizado Outras atividades	2	64.423,68	2	28.646,64	2	28.646,64
	Estagiários	62	364.611,21	64	391.739,01	77	422.214,97
	Total Pessoal Terc. + Estag	141	1.828.102,15	125	1.784.257,90	149	1.795.877,06
GERAL	Pessoal Terceirizado Vigilância/Limpeza	543	11.072.353,82	549,50	12.611.224,88	577	13.035.858,70
	Pessoal Terceirizado Apoio Administrativo	22	471.460,39	23,00	472.495,42	24	457.488,66
	Pessoal Terceirizado Outras atividades	266	3.874.550,78	311,00	5.636.514,49	318	6.417.466,38
	Estagiários	285	1.489.706,09	279	1.638.296,45	405	2.127.834,73
	Total Pessoal Terc. + Estag	1115,50	16.908.071,08	1162,5	20.358.531,24	1324	22.038.648,47

5) Pessoal requisitado de outros órgãos, com ônus para a Conab

Sureg	2006		2007		2008	
	Quantidade	Despesa(R\$)	Quantidade	Despesa(R\$)	Quantidade	Despesa(R\$)
AM	0	0,00	0	0,00	0	0,00
BA	0	0,00	0	0,00	0	0,00
CE	0	0,00	0	0,00	0	0,00
ES	0	0,00	0	0,00	0	0,00
GO	0	0,00	0	0,00	0	0,00
MA	0	0,00	0	0,00	0	0,00
MG	0	0,00	0	0,00	0	0,00
MS	0	0,00	0	0,00	0	0,00
MT	0	0,00	0	0,00	0	0,00
PA	0	0,00	0	0,00	0	0,00
PE	0	0,00	0	0,00	0	0,00
PI	0	0,00	0	0,00	0	0,00
PR	0	0,00	0	0,00	0	0,00
RJ	0	0,00	0	0,00	0	0,00
RN	0	0,00	0	0,00	0	0,00
RO	0	0,00	0	0,00	0	0,00
RS	0	0,00	0	0,00	0	0,00
SC	0	0,00	0	0,00	0	0,00
SP	0	0,00	0	0,00	0	0,00
TO	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Matriz	3	144.413,04	3	154.565,92	3	177.868,80
Total	3	144.413,04	3	154.565,92	3	177.868,80

Fonte: Conab/Sureh

Pessoal cedido pela Conab, com ônus

Sureg	2006		2007		2008	
	Quantidade	Despesa(R\$)	Quantidade	Despesa(R\$)	Quantidade	Despesa(R\$)
AM	13	232.606,04	14	258.271,03	39	456.065,48
BA	28	419.991,95	27	472.812,60	33	603.029,70
CE	68	1.004.655,59	67	1.117.213,60	57	1.230.521,16
ES	31	756.356,73	33	843.375,53	38	987.274,31
GO	67	1.271.241,53	76	1.454.781,24	106	1.907.449,36
MA	30	360.694,58	28	397.451,56	26	429.469,11
MG	0	0,00	0	0,00	53	420.205,89
MS	0	0,00	0	0,00	0	0,00
MT	10	148.703,37	8	166.051,08	14	222.700,43
PA	3	49.794,70	3	55.063,57	3	59.437,02
PB	33	457.981,79	30	511.116,93	81	987.620,15
PE	61	1.172.919,75	70	1.289.147,60	173	2.122.419,35
PI	22	486.120,76	22	473.451,87	34	624.816,73
PR	1	46.110,33	1	50.877,37	1	54.712,54
RJ	61	1.201.904,67	43	1.057.957,34	61	1.300.160,52
RN	12	148.454,29	12	165.468,03	20	252.614,69
RO	4	66.967,53	5	75.704,88	13	148.056,66
RS	12	224.095,07	12	245.708,52	15	300.292,13
SC	2	42.563,72	2	46.624,41	2	50.778,25
SP	4	114.113,12	4	127.855,24	6	143.383,12
TO	2	50.471,90	2	55.127,69	5	74.851,78
Matriz	230	9.798.748,22	264	11.033.032,40	295	12.510.523,08
Total	694	18.054.495,64	723	19.897.092,49	1.075	24.886.381,46

Fonte: Conab/Sureh

7) Pessoal envolvido em ações finalísticas e pessoal envolvido em ações de suporte

Sureg	Área Meio		Área Fim	
	Quantidade	Despesa(R\$)	Quantidade	Despesa(R\$)
AM	57	2.122.580,78	20	443.192,83
BA	84	2.541.922,80	28	912.849,47
CE	118	4.492.181,91	69	2.009.234,54
ES	48	2.224.198,80	39	944.567,00
GO	113	5.146.602,05	119	4.027.029,67
MA	65	2.517.916,94	31	741.822,12
MG	98	4.455.244,88	67	2.583.024,54
MS	50	2.093.342,07	49	1.697.088,48
MT	62	2.170.156,35	50	1.519.758,65
PA	48	2.185.591,86	23	623.787,42
PE	123	4.587.563,17	57	2.227.162,59
PI	92	2.674.839,65	53	1.159.839,04
PR	51	3.062.734,24	65	2.197.214,11
RJ	104	3.481.667,31	31	720.972,26
RN	56	2.382.050,80	35	767.704,09
RO	49	1.624.798,82	26	741.026,37
RS	66	2.640.550,55	40	1.331.663,07
SC	39	1.927.126,11	16	653.724,61
SP	52	2.517.811,63	19	995.677,87
TO	33	1.922.875,35	13	421.028,95
Matriz	431	23.903.612,76	276	19.201.209,73
Total	1.839	80.675.368,83	1.126	45.919.577,41

Fonte: Conab/Sureh

17. Outras Informações Consideradas pelos Responsáveis como Relevantes para a Avaliação da Conformidade e do Desempenho da Gestão

Nenhuma informação relevante a acrescentar.

18. Conteúdos específicos por UJ ou grupo de unidades afins

Item 11

- a) Demonstrativo da remuneração paga aos membros do conselho de administração e do conselho fiscal;
- b) Atas das reuniões do conselho de administração e do conselho fiscal.

Item 18

Órgãos e Entidades Patrocinadores de Entidade Fechada de Previdência Complementar (independente da natureza Jurídica).

Informações sobre o exercício e os resultados da fiscalização e do controle das entidades de previdência complementar patrocinadas, conforme disposto no art. 25 da Lei Complementar nº 108/2001.

A Patrocinadora CONAB, por meio da Auditoria Interna-AUDIN, órgão interno de auditoria, em cumprimento ao disposto no art. 25 da Lei Complementar n.º 108/2001 c/c e no §2º do art. 41 da Lei Complementar n.º 109/2001 e conforme ajustado com a Secretaria Federal de Controle Interno-SFC (em atenção ao Acordão TCU n.º 2.887/2008, 1.ª Câmara), realizou Auditoria Especial no INSTITUTO CONAB DE SEGURIDADE SOCIAL-CIBRIUS, relativa aos exercícios de 2006 e 2007, que deu origem ao Relatório de Auditoria Especial de 31/12/2008, encaminhado à SFC em 27/01/2009 (Ofício/CONAB/PRESI/n.º 032/2009).

A referida Auditoria Especial consignou as seguintes conclusões e recomendações:

Das Conclusões

1. As demonstrações contábeis foram elaboradas consoante os princípios fundamentais de contabilidade geralmente aceitos, e obedecidas as diretrizes estabelecidas pela Secretaria de Previdência Complementar do Ministério da Previdência Social, voltadas às entidades fechadas de previdência complementar.
2. Segundo a avaliação da empresa atuária, o Plano de Custeio encontrava-se, no exercício, ajustado ao disposto nos diplomas legais vigentes, com a aplicação adequada da paridade de contribuições dos participantes e patrocinadoras, na cobertura dos custos normais do Plano, e, inclusive, com a extensão de cobertura do custeio das despesas administrativas por parte dos assistidos, na forma preceituada no art. 7.º da Lei Complementar n.º 108/2001.

3. De conformidade com o parecer da empresa de auditoria independente, a HLB Audilink & Cia Auditores, as demonstrações contábeis do exercício de 2007 “representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Instituto”, após o exame que compreendeu: a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume de transações e o sistema contábil e de controles internos da entidade; b) a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgados; c) a avaliação das práticas e das estimativas contábeis mais representativas adotadas pela administração da entidade, bem como da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto; d) revisão do plano de gestão dos recursos, através de indagação e discussão com os administradores responsáveis pelas áreas contábil, financeira e operacional da entidade, bem como, de verificação e inspeção de documentação comprobatória, quando aplicável, ou outras evidências obtidas no curso dos trabalhos”.
4. Relativamente à aderência regulatória, as diligências levadas a efeito indicam que a entidade cumpriu, à espécie, os normativos e legislação prevalecentes, notadamente os emanados do Conselho Monetário Nacional – CMN, Comissão de Valores Mobiliários – CVM e Secretaria de Previdência Complementar. Entretanto, cabe destacar que o Interventor representante da Secretaria de Previdência Complementar- SPC, não assinou a Carta de Responsabilidade da Administração de que trata a Resolução CFC n.º 1.054/2005, sob alegação de o art. 15 da Instrução SPC n.º 14/2007 estabelece que “ não será considerada atendida a exigência normativa de apresentação dos relatórios anuais de auditoria independente, se neles houver cláusula que exclua a responsabilidade do auditor por seus trabalhos técnicos.”
5. A patrocinadora promoveu, no transcorrer do exercício, o pagamento das contribuições patronais, assim como dos serviços contratados, dentro dos prazos regulamentares.
6. A carteira dos investimentos garantidores apresenta-se com perfil que pode ser considerado como conservador, já que 83% dos recursos estão alocados em renda fixa (73% em Letras do Tesouro Nacional LTN e Notas do Tesouro Nacional- NTN).
7. Os rendimentos obtidos na carteira de aplicações globalmente considerada situaram-se no patamar de 16,12%, bem superior, portanto, às metas atuariais (TR + 6% a.a.) e de referência (INPC + 6% a.a.).
8. No exercício sob análise, não houve terceirização da gestão dos ativos financeiros do Instituto.
9. Encontram-se registradas no balanço do exercício provisões constituídas para perdas de ativos aplicados em investimentos realizados em exercícios pretéritos, no montante de R\$17.477.612,28. Na tentativa de recuperar tais ativos, o Cibrius ajuizou diversas ações, que ainda estão em curso.
10. Cumprindo o disposto nas Resoluções CMN 3.121/2003 e 3.456/2007, a entidade procedeu a reavaliação do seu imóvel localizado em Goiânia, cujo valor elevou-se de R\$747.075,83 para R\$926.000,00, gerando um adicional nos rendimentos de investimentos imobiliários da ordem de R\$178.924,17. O resultado da avaliação foi devidamente registrado no exercício, conforme Resolução CGPC 05/2002.

11. A exemplo do exercício anterior, o problema principal da entidade, e que permeou as avaliações atuariais e inúmeras tratativas entre as partes interessadas, reside na questão das insuficiências atuariais (reservas matemáticas a constituir), cujo montante posicionado em 31.12.2007 situou-se no patamar de R\$ 432.706.122,22 (R\$327.516.084,89 em 31.12.2006). A propósito, a SPC determinou o levantamento da intervenção sem o equacionamento das insuficiências atuariais, que se constituiu em um dos motivos que fundamentou o ato.

Das Recomendações

De conformidade com a análise documental e ainda aquilo que nos foi dado a observar, permitimo-nos fazer as seguintes recomendações:

Programa de Investimentos

Na comparação 2007 versus 2008 (até setembro), enquanto o saldo das aplicações expandiu na proporção de 7,57%, os rendimentos médios mensais experimentaram uma queda de 47,85%, evidenciando os efeitos da crise econômica sobre o capital circulante da entidade. Isto se deu com maior gravidade no mercado de ações (renda variável) que, além de neutralizar todos os ganhos obtidos anteriormente no exercício de 2008, apresentou um saldo negativo de R\$15.861.343,00 em setembro de 2008.

Ao longo dos últimos exercícios os rendimentos imobiliários não alcançaram as expectativas esperadas (exclusive os rendimentos advindo de reavaliações), notadamente os aplicados em fundos de investimentos imobiliários, que atualmente representam 27,50% do total aplicado.

Diante do exposto, recomendamos:

- a) que o Cibrius proceda uma avaliação prospectiva e de tendência de sua carteira de renda variável, verificando a viabilidade de manter posição ou estabelecer horizonte temporal para realização de lucros;
- b) que o Cibrius proceda uma avaliação do seu portfólio de investimentos imobiliários, especialmente os fundos, verificando a viabilidade de manutenção da posição atual ou perspectiva de migração para outras modalidades no âmbito do programa de investimentos;
- c) que as reavaliações de imóveis sejam realizadas, preferencialmente, pela Caixa Econômica Federal, Banco do Brasil ou Câmara de Valores Imobiliários.

Estrutura de Custos e Despesas

Caso seja viabilizado o saldamento do atual e constituição de um outro Plano – de Contribuição Variável - haverá, naturalmente, reflexos na estrutura de custos e despesas da entidade, em decorrência da necessidade de administrações distintas dos dois planos.

Nesse sentido, recomendamos que a entidade promova, desde já, estudos relativos às previsões de aumento nos dispêndios previdenciais e de investimentos, assim como do impacto sobre as contribuições patronais e dos participantes.

Governança Corporativa

Com o levantamento da intervenção e, por consequência, a posse dos membros dos órgãos estatutários, as questões relativas à governança corporativa vem tendo maior ênfase no processo de gestão, culminando com a recente iniciativa da entidade na elaboração do Manual de Governança Corporativa, o qual já está em fase final de revisão.

Entretanto, recomendamos que o processo de governança, contemple, entre outros, os seguintes aspectos:

- a) os participantes do plano de benefícios, da mesma forma dos sócios das corporações, devem ser cientificados tempestivamente sobre os aspectos relevantes relacionados à gestão do Instituto, por meio de informes claros, objetivos e em linguagem de fácil compreensão para qualquer parte interessada;
- b) interagir com a empresa atuária responsável pelo Plano de Benefícios, no sentido de que as Avaliações Atuariais e outros estudos relacionados à espécie, sejam elaborados em linguagem didática mais acessível – inclusive com glossário -, de forma a facilitar a compreensão das partes interessadas (stakeholders) que, via de regra, não possuem o domínio dos aspectos técnicos que envolvem as questões atuariais;
- c) estabelecer regras de procedimentos entre as representações da patrocinada e patrocinadora, nas tratativas sobre as questões do Cibrius, especialmente no que se refere aos aspectos relacionados ao saldamento do atual Plano de Benefícios e criação de um outro de Contribuição Variável – CV.

Todas as tratativas e eventuais questionamentos entre as partes devem ser devidamente formalizados, em vista do momento sensível vivenciado pela entidade em relação às insuficiências atuariais em discussão, ficando a massa de participantes suscetível as mais diversas e incongruentes interpretações.

No contexto da governança corporativa, é natural e, acima de tudo, um direito do participante em açãoar o Instituto, no sentido de questionar e/ou obter informações e esclarecimentos a respeito das questões que envolvam o Instituto.

Nesse sentido, recomendamos que o Instituto divulgue procedimentos a serem observados por ocasião das solicitações de informações e esclarecimentos relativos à espécie, sejam devidamente formalizadas de maneira objetiva, identificando claramente o objeto da solicitação. Recebida a solicitação, o Cibrius adotará as seguintes iniciativas:

- a) elaborará e encaminhará ao consultante os esclarecimentos devidos;
- b) quando se tratar de matéria institucional de interesse coletivo, procederá a divulgação do pedido de informações e/ou esclarecimentos e a resposta oferecida pelo Instituto, de forma a evitar interpretações distorcidas.

O Instituto vem estruturando, ainda que em caráter informal, uma área de compliance, com o objetivo de acompanhar as atividades da gestão, verificando o cumprimento das políticas corporativas e a aderência regulatória, a consistência e padronização dos controles internos e de processos.

Dentro desse contexto, recomendamos que a entidade mantenha atualizada a sua Matriz de Riscos, procedendo avaliações periódicas e formais, objetivando prevenir, minimizar ou eliminar riscos no âmbito dos processos corporativos. As análises conclusivas dessas avaliações deverão ser feitas em reunião conjunta do Conselho Deliberativo, Diretoria Executiva e Conselho Fiscal.

Relativamente à atuação dos órgãos estatutários, cabe observar e recomendar o que se segue.

a) ao analisar as Atas relativas às reuniões, verifica-se que, vez por outra, surgem algumas questões que indicam a falta de clareza quanto à delimitação de cada órgão no processo de gestão da entidade, dentro das competências estatutárias prevalecentes. A se manter o status quo, a governança corporativa poderá, eventualmente, ser afetada por eventuais conflitos de competência, gerando reflexos negativos na gestão da entidade.

Nesse sentido, a recomendação é que seja viabilizada reunião conjunta de todos os membros dos órgãos estatutários, de forma a discutir e interpretar as competências estatutárias da cada um no contexto da gestão, dissipando as dúvidas prevalecentes.

b) objetivando uma maior transparência no processo de gestão, os posicionamentos de qualquer membro dos órgãos estatutários (críticas, sugestões, dúvidas, posicionamentos contrários às decisões de qualquer um dos órgãos), quando de suas reuniões ordinárias e extraordinárias, mesmo que não sejam assuntos de pauta, deverão ser devidamente tomados a termo e consignados em ata.

Ajuizamento de ações relacionadas ao Plano de Benefícios

Constata-se o ajuizamento de um número expressivo de ações judiciais impetradas por empregados em desfavor do Cibrius e/ou Patrocinadora, pleiteando o ingresso no Plano de Benefícios, sob diversas formas, entre estas, o pagamento da jóia pela Patrocinadora, dispensa de pagamento de jóia, entre outras, além da revisão dos benefícios por meio da alteração do indexador de TR para INPC/IBGE. A propósito, torna-se preocupante o aumento de ações judiciais e pleitos administrativos (que deverão, por certo, desembocar em ações judiciais) originárias de empregados anistiados, pleiteando a entrada no Plano de Benefícios sem o pagamento de jóia, ou o pagamento por parte da Patrocinadora.

Dentro desse contexto, recomendamos :

a) que seja ajustado formalmente entre as respectivas áreas jurídicas (patrocinada e patrocinadora) uma espécie de ajuste de procedimentos, no sentido de que, quando do ajuizamento de ações contra a Patrocinadora envolvendo o Plano de Benefícios, o Cibrius seja formal e tempestivamente cientificado, o qual prestará, dentro dos prazos requeridos, as informações à espécie, necessárias à fundamentação da peça contestatória. Mesmo no caso de patrocínio de advogados terceirizados, as tratativas e encaminhamentos deverão ser feitos entre as instituições;

b) que a patrocinada e patrocinadora mantenham entendimentos, no sentido de buscar alternativas para os problemas relacionados ao ajuizamento de ações para inserção de empregados no plano de benefícios sem o pagamento de jóia e o reajuste de benefícios por meio INPC/IBGE (enquanto o Cibrius, por força contratual, tem os ingressos corrigidos pela TR). Trata-se de uma questão séria e que envolve a

responsabilidade, não só do Cibrius, como também da Patrocinadora principal. Dentro desse contexto, uma das alternativas é a agilização da modelagem do plano de saldamento e uma ação conjunta junto aos órgãos competentes, no sentido de aprová-lo o quanto antes, concomitantemente com a criação do Plano de Contribuição Variável – CV.

Elaboração do Plano de Saldamento

Relativamente aos trabalhos de Saldamento do atual Plano BD e constituição do Plano de Contribuição Variável – CV, que estão sendo conduzidos pela empresa GAMA – Consultores Associados, contratada para tal fim, recomendamos o que se segue:

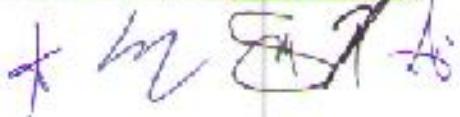
- a) que seja elaborado um cronograma detalhado sobre a execução dos trabalhos, referendado pela direção da Patrocinadora principal e do Cibrius;
- b) que o grupo de trabalho especialmente constituído para o acompanhamento da matéria, elabore e proceda a divulgação de relatórios parciais, dando conta do estágio dos trabalhos e dos eventuais fatores restritivos ao cumprimento do cronograma de execução estabelecido.

19. Demonstrações Contábeis

BALANÇO PATRIMONIAL

Exercício findo em 31 de dezembro de 2008

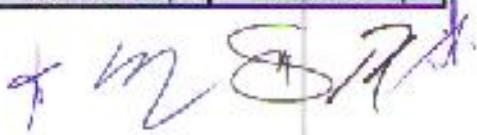
ATIVO	2008	2007
CIRCULANTE	2.005.718.354,75	2.303.024.823,05
DISPONÍVEL	64.025.791,55	65.594.023,13
Bancos Conta Movimento	10.113,12	10.113,12
Aplicações Financeiras	64.015.678,43	65.563.910,01
CRÉDITOS EM CIRCULAÇÃO	591.485.373,15	761.419.689,28
CRÉDITOS A RECEBER	516.629.992,97	423.960.870,82
Devedores por Fornecimento	27.361.450,09	18.247.372,00
Créditos Tributários	182.101.980,49	178.109.297,35
Recursos a Receber	141.356.424,60	217.057.251,88
Créditos Diversos a Receber	165.820.127,90	10.646.849,59
DEVEDORES - ENTIDADES E AGENTES	71.389.417,50	334.400.324,57
Entidades Devedoras	30.360.315,61	14.117.667,42
Créditos Parcelados	117.428,68	119.421,09
Recursos da Uniac	9.828.836,07	27.361.701,24
Diversos Responsáveis - Apurados	31.062.839,14	292.601.534,52
ADIANTAMENTOS CONCEDIDOS	3.465.962,68	3.034.442,47
Adiantamentos a Pescas	3.447.356,00	3.034.442,47
Adiantamentos Concedidos - Suprimento de Fundos	18.606,68	0,00
DEPÓSITOS REALIZÁVEIS A CURTO PRAZO	0,00	23.961,42
BENS E VALORES EM CIRCULAÇÃO	1.360.174.865,96	1.475.974.636,10
Estoques para Alienação	996.309.945,63	1.184.901.094,01
Estoques Internos - Almoxardado	1.193.902,81	952.052,52
Títulos e Valores em Circulação	194.880,40	508.999,51
Materiais em Trânsito	51.941,04	86.600,10
Compra Antecipada - Entrega Futura	352.404.296,08	289.527.885,96
VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO	32.324,09	36.572,54
Valores Pendentes	32.324,09	36.572,54
ATIVO NÃO CIRCULANTE	422.652.793,42	278.210.418,28
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	193.617.596,82	54.473.996,39
DEPÓSITOS REALIZÁVEIS A LONGO PRAZO	34.296.602,70	32.711.376,57
Depósito Compulsório	838.265,17	838.265,17
Recursos Vinculados	33.458.037,53	31.873.111,40
CRÉDITOS REALIZÁVEIS A LONGO PRAZO	159.320.994,12	21.762.619,82
Devedores - Entidades e Agentes	6.862.001,20	6.888.534,37
Créditos Diversos a Receber	162.836.992,92	15.076.085,45
INVESTIMENTOS	90.110.568,78	90.403.518,82
Participações Sociais	35.026.030,10	36.026.030,10
Outros Investimentos	55.084.538,68	55.377.488,72
IMOBILIZADO	138.924.627,82	134.332.903,08
Bens Imóveis	226.535.144,82	221.567.421,94
Bens Móveis	55.184.206,15	47.600.729,02
Depreciações	(144.784.723,15)	(134.835.247,88)
TOTAL	2.428.371.148,17	2.562.235.241,34



BALANÇO PATRIMONIAL

Exercício findo em 31 de dezembro de 2008

PASSIVO	2008	2007
CIRCULANTE	1.977.015.414,84	2.157.479.033,72
DEPÓSITOS	19.665.896,93	73.033.754,56
CONSIGNAÇÕES	2.197.623,35	1.862.091,26
Pensão Alimentícia	13.024,55	329,14
Planos de Seguros	63.721,97	108.116,19
Empréstimos	146.847,60	63.513,10
Outros Tributos e Consignações	1.873.429,23	1.688.822,83
RECURSOS DA UNIÃO	11.273.127,92	11.308.994,54
Recursos Fiscais	3.839.400,48	4.188.798,34
Recursos Previdenciários	7.433.727,46	7.120.196,20
DEPÓSITOS DE DIVERSAS ORIGENS	6.194.844,66	59.062.578,05
OBRIGAÇÕES EM CIRCULAÇÃO	1.957.349.818,91	2.084.448.279,07
OBRIGAÇÕES A PAGAR	94.532.826,15	27.770.031,44
Fornecedores	79.015.502,50	19.623.083,45
Pessoal a Pagar	25.474,80	17.101,01
Encargos Sociais a Recolher	812.621,90	1.001.073,97
Carregações Tributárias	1.630.277,06	38.153,75
Débitos Diversos a Pagar	6.447.060,74	3.453.243,58
Dividendos a Pagar - Tesouro Nacional	6.381.798,96	3.637.375,00
PROVISÕES	84.091.252,89	82.229.990,85
Provisão para Férias	19.686.415,75	17.576.796,37
Provisão para o INSS	9.250.889,13	9.250.889,13
ICMS e Mercadorias para Revenda	1.631.292,47	41,15
Provisão para ICMS	46.466.782,86	46.466.782,86
Provisão p/IRPJ e CSLL	0,00	2.606.733,77
Encargos Sociais sobre Provisões	6.850.872,68	6.128.747,57
CREDORES - ENTIDADES E AGENTES	457.926.343,99	411.184.743,98
Entidades Credoras	457.926.343,99	411.184.743,98
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	1.320.149.310,38	1.551.219.916,63
Operações Especiais	1.320.149.310,38	1.551.219.916,63
ADIANTEMENTOS RECEBIDOS	558.848,51	11.800.665,08
Adiantamentos de Clientes	558.848,51	11.800.665,08
VALORES EM TRÂNSITO EXIGÍVEIS	7.807,35	0,00
OUTRAS OBRIGAÇÕES	10.714,51	239.941,09
VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO	72.915,15	0,00
PASSIVO NÃO - CIRCULANTE	69.420,00	69.420,00
OBRIGAÇÕES EXIGÍVEIS A LONGO PRAZO	69.420,00	69.420,00
Depósitos e Caupédes	69.420,00	69.420,00
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	451.286.313,33	424.686.707,62
Capital	223.180.488,85	223.180.488,85
RESERVAS	49.470.911,88	37.312.826,52
Reservas de Capital	28.651.281,97	26.544.719,04
Reservas de Lucros	22.819.620,89	10.768.107,48
LUCROS A DESTINAR	178.634.902,82	184.193.482,25
TOTAL	2.428.371.148,17	2.582.236.241,34



BALANÇO PATRIMONIAL

Exercício findo em 31 de dezembro de 2008



WAGNER GONÇALVES ROSSI
PRESIDENTE



ROGÉRIO COLOMBINI MOURA DUARTE
DIRETOR DE GESTÃO DE ESTOQUES



LUIS HENRIQUE TEIXEIRA BAHLÉZ
DIRETOR DE GESTÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA



SÍLVIO ISOPÓ PORTO
DIRETOR DE LOGÍSTICA E GESTÃO EMPRESARIAL



ALEXANDRE MAGNO FRANCO DE AGUIAR
DIRETOR DE RECURSOS HUMANOS E
INFORMAÇÃO



RUBINALDO LAMEIRA DOS SANTOS
SUPERINTENDENTE DE CONTABILIDADE
CONTADOR CRC DF 000252/0-4 CPF 037.152.23-83

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

Extrato Printo em 21 de dezembro de 2008

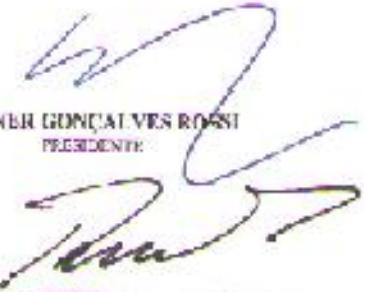
DETALHAMENTO	2008	2007
RECEITA DE VENDAS E SERVIÇOS	782.881.178,19	885.254.495,91
RECEITA DE VENDAS DE MERCADORIAS	727.138.979,78	859.954.301,02
Vendas Estoques Estratégicos	314.229.316,34	207.614.274,29
Vendas Estoques Reguladores-PCPM	417.140.985,37	322.324.472,08
Vendas Abastecimento Social	43.292,70	391.266,07
Vendas Atacado e Outras	51.490,24	34.085,56
Adição à Revenha de Vendas	14.326.584,67	(409.786,98)
RECEITA DE SERVIÇOS	36.712.198,41	26.300.184,89
Serviços de Armazenagem	35.712.198,41	26.300.184,89
(+) DEPÓSITOS DAS RECEITAS DE VENDAS E SERVIÇOS	28.844.591,32	52.929.769,98
RECEITA LÍQUIDA DE VENDAS E SERVIÇOS	734.006.526,87	832.204.716,90
GUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS	737.706.195,31	983.318.249,67
CMV - Estoques Estratégicos	332.426.887,00	350.055.800,44
CMV - Estoques Reguladores - PGPM	405.224.801,76	624.233.004,14
CMV - Atacado e Outros	40.029,00	27.445,09
ARREDONDAMENTOS	[128.308,62)	191.547,97
EQUALIZAÇÃO DE PREÇOS	(48.590.567,69)	(194.666.866,60)
LUÍCRO BRUTO OPERACIONAL	45.020.308,21	43.323.774,89
(-) DESPESAS OPERACIONAIS	445.774.018,10	400.641.069,22
(-) DESPESAS DE PESO-AL	277.573.755,22	208.811.064,60
Vencimentos e Variações Fixas	100.303.052,45	151.754.169,30
Obrigações Patronais	65.850.853,38	55.858.226,62
Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil	10.744.157,37	8.827.387,27
Sentenças Judiciais e Depósitos Compulsórios	14.584.792,02	11.711.231,91
(-) DESPESAS COMERCIAIS E ADMINISTRATIVAS	168.200.262,88	161.830.014,72
Despesas/Receitas Financeiras	(7.203.525,81)	(8.015.582,33)
Contribuição a Entidades Fechadas de Previdência	22.931.918,11	21.815.882,70
Transfer. Inst. Privada Sam Fins Lucrativos	0,00	162.942,00
Transferências ao Exterior	12.420.211,26	13.529.834,64
Material de Consumo	6.597.860,88	5.473.500,18
Diárias - Pessoal Civil	5.438.157,83	4.847.807,97
Passagens e Despesas com Economização	3.373.217,12	2.940.325,06
Serviços de Consultoria	126.840,00	0,00
Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	2.023.355,95	1.362.315,50
Locação de Mão-de-Obra	11.632.615,80	12.318.603,77
Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	68.291.864,06	69.850.250,18
Obrigações Tributárias e Contributivas	16.904.460,34	27.796.109,47
Aquisições de Bens para Revenda	53.886,72	57.167,46
Outras Despesas Operacionais	24.271.498,58	10.570.258,13
(+) RECEITAS OPERACIONAIS DIVERSAS	421.988.224,43	389.988.577,80
Transferências Financeiras	362.841.990,93	326.458.002,75
Multas e Encargos de Outras Origens	5.267.190,37	3.723.849,23
Indenizações e Restituições	37.442.091,70	48.701.158,48
Receitas Imobiliárias	4.618.766,37	4.917.515,07
Receitas de Valores Mobiliários	20.310,32	35.474,76
Receitas Diversas	21.802.853,14	6.130.948,19
RESULTADO OPERACIONAL	21.232.514,54	32.649.283,17
RESULTADO NÃO OPERACIONAL	7.548.091,05	(44.056,64)
RECEITA NÃO OPERACIONAL	3.456.038,81	458.088,17
alienação de Bens Móveis	(590.884,01)	(698.632,80)
alienação de Bens Imóveis	2.655.346,79	172.438,47
Depreciação - Reversão	1.460.577,03	988.262,80

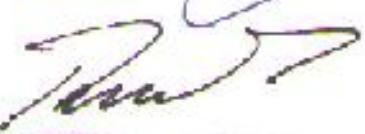


DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

Anexo 03 - Ponto 31 de dezembro de 2008

DETALHAMENTO	2008	2007
DEINCORPORAÇÃO DE ATIVOS	(4.091.062,24)	902.924,81
RESULTADO ANTES DO IMP. RENDA E CONTR. SOCIAL	28.778.605,59	32.284.426,53
Provisão para Imposto de Renda	0,00	2.018.511,50
Provisão para Contribuição Social Sobre o Lucro	0,00	757.922,27
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	28.778.605,59	29.397.892,76
LUCRO POR AÇÃO	15,47	16,81


 WAGNER GONÇALVES ROSSI
 PRESIDENTE


 RÔGERIO COLOMBO MOTTAS D'ARTE
 DIRETOR DE GESTÃO DE ESTOQUES


 ALEXANDRE MAGNO FRANCO DE AGUIAR
 DIRETOR DE POLÍTICAS INSTITUCIONAL E
 MODERNIZAÇÃO


 LUIS HENRIQUE TEIXEIRA BALDEZ
 DIRETOR DE GESTÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA


 SILVINO SOOPO PORTO
 DIRETOR DE LOGÍSTICA E GESTÃO EMPRESARIAL


 RUBINALDO LAMEIRA DOS SANTOS
 SUPERINTENDENTE DE CONTABILIDADE
 CONTADOR CRUZ 00242/04 EPILOCA 17005-73

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO

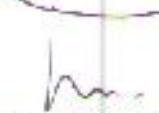
Período Referido até 31 de dezembro de 2008

DESCRIÇÃO	2008	%	2007	%
1.RECEITAS				
1.1 - Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	770.397.269,24	195,71	584.937.447,15	228,95
1.2 - Não Operacionais	7.546.091,05	1,92	885.254.482,39	229,03
2.INSUMOS ADQURIDOS DE TERCEIROS	794.602.415,58	201,86	874.067.450,53	326,13
2.1 - Custo das Mercadorias e Serviços Vendidos	695.034.006,19	175,55	798.480.946,31	208,56
2.2 - Materiais, Energia, Serviços de Terceiros e Outros	99.568.408,39	25,29	75.576.504,22	19,55
3.VALOR ADICIONADO BRUTO (1-2)	(24.206.146,34)	-6,15	10.879.996,63	2,81
4.RETENÇÕES				
4.1 - Desmatado	11.810.969,88	3,00	10.770.399,48	2,78
	11.810.969,88	3,00	10.770.399,48	2,78
5.VALOR ADICIONADO LÍQUIDO (3-4)	(36.016.118,22)	-9,15	109.597,15	0,03
6.VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA				
6.1 - Recursos/Despesas Financeiras	429.629.106,81	109,16	386.415.269,95	99,97
7.VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR(6+e)	383.642.990,59	100,00	386.524.867,10	100,00
8.DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO				
8.1 - Pessoal e Encargos	316.356.099,49	80,37	273.515.045,51	70,75
8.2 - Impostos, Taxas e Contribuições	48.832.488,09	11,90	78.431.679,37	20,55
8.3 - Juros & Alugueis	1.675.807,48	0,43	1.373.717,59	0,36
8.4 - Resultado Análise do IR e CSLL	28.778.605,59	7,31	32.204.426,53	8,33
8.5 - Provisão pelo Imposto de Renda e Contribuição Social	0,00	0,00	2.048.611,50	0,53
8.6 - Provisão pelo Contribuição Social sobre o Lucro	0,00	0,00	757.922,27	0,02
8.7 - Resultado Líquido do Exercício	28.778.605,59	7,31	29.397.892,76	7,61
8.8 - Dividendos	2.065.621,76	0,52	3.637.375,69	0,91
8.9 - Destinação para Reserva Legal	434.867,74	0,11	785.783,30	0,20
8.10 - Lucros Retidos	26.278.118,09	6,88	24.994.563,78	6,47


WAGNER GONÇALVES ROSSI
PRESIDENTE


LUIZ HENRIQUE TEIXEIRA ROÁREZ
DIRETOR DE GESTÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA


ROGÉRIO COLOMINI MOURA DUARTE
DIRETOR DE GESTÃO DE RECURSOS


SILVIO ISOPÓ PORTO
DIRETOR DE LOGÍSTICA E GESTÃO EMPRESARIAL


ALEXANDRE MAGNO FRANCO DE AGUIAR
DIRETOR DE RECURSOS HUMANOS E
DESENVOLVIMENTO


RAIMUNDO LAMEIRA DOS SANTOS
EX-PRESIDENTE DE CONTABILIDADE
CONTADOR DEU DE 1965/2008 CPF 067474832-33

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

Exercício findo em 31 de dezembro de 2008

DESCRÇÃO	VALORES EM R\$ MIL	
	2008	2007
ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Lucro Líquido do Exercício	28.779	29.398
Disponibilidades líquidas aplicadas nas atividades operacionais	(13.810)	10.547
Depreciações	9.989	9.563
Revisão (Aumento) nas Vendas à Vista e Fadcup e Renovar	(301.936)	3.328
Aumento (Redução) nos Créditos Tributários	(2.227)	53.189
Aumento nos Recursos e Recursos do Tesouro Nacional	75.701	(77.803)
Aumento (Redução) nos Valores a Recibir de Entidades e Agentes Deve	263.011	9.620
Revisão (Aumento) em Pessoal e Encargos	(904)	(19.026)
Aumento (Redução) nos Devedores Realizáveis a Curto Prazo	24	(13)
Revisão (Aumento) nos Valores Pendentes a Curto Prazo	77	19.158
Revisão (Aumento) nos Empréstimos - Estoques Públicos	(100.271)	(58.335)
Aumento (Redução) nas Consignações e Fornecedores	62.494	(7.785)
Aumento (Redução) nos Depósitos e Caixas	(53.888)	33.614
Aumento nos Dividendos a Pagar	2.754	3.627
Aumento nas Provisões	1.881	2.014
Aumento nas Entidades Credoras	16.742	30.682
Aumento (Redução) nos Adiantamento de Clientes	(11.242)	1.837
Aumento nos Recursos Vinculados	(1.585)	(1.084)
Redução nas Operações de Crédito Externo	0	(450)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	14.889	39.945
ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS		
Desincorporação de Participações Sociais	0	9
Desincorporação de Outros Investimentos	293	1.526
Aktuações no Imobilizado	(14.561)	(10.039)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS	(14.258)	(8.522)
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS		
Transferência p/ Aumento de Capital	0	443
Reserva Legal	48	0
Dividendos a Pagar	(2.966)	(3.637)
Doações e Subvenções p/ investimento	107	23
Resultado de Exercício Anterior	(286)	(26)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS	(2.178)	(3.197)
FLUXO DE CAIXA DO EXERCÍCIO	(1.588)	28.226
VARIAÇÃO NAS DISPONIBILIDADES		
No Início do Exercício	(1.588)	28.226
No Final do Exercício	64.026	55.594

WAGNE GONÇALVES ROSSET
PRESIDENTE

ROGERIO COLONIBIN MOURA DE ARTE
LIAU. FEDERAT. DE CUSTAS PÚBLICAS

ALEXANDRE MAGNO FRANCO DE AGUIAR
DIRETOR DE HUMANOS E
MODERNIZAÇÃO

ETEL RENILQUE FERREIRA RIBEIRO
DIRETOR DE TECNOLOGIA E INOVAÇÃO

SÍLVIO ISOPÓ PORCIO
DIRETOR DE LOGÍSTICA E DISTRIBUIÇÃO

RUBINALDO LAMOURA BOS SANTOS
SUPERINTENDENTE DE CONTABILIDADE

**DEMONSTRAÇÃO DAS MUDANÇAS
DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO**
 Exercício Financeiro 2008

TRANSFORMAÇÃO	CAPITAL REALIZADO	CONVERSÃO DE OUTRO TIPO DE CAPITAL	INVESTIMENTO DE CAPITAL TRABALHO DE CAPITAL	OUTRAS RESERVA DE CAPITAL	ACORDOS DE CAPITAL ESTABELECIMENTO	INVESTIMENTO LÍQUIDO	RESERVA DE NETO DE LUCRO	LUCRO DE NETO DE LUCRO	RESERVA DE LUCRO	PATRIMÔNIO LÍQUIDO
VALOR DE REFERÊNCIA	450.180.499,85	30.212.000,12	0,00	0,00	705.616,72	10.382.146,19	3,22	129.226.892,00	0,00	388.498.296,18
VALOR LÍQUIDO ANTERIOR								(76.076,89)		388.422,18
RESERVA DO LUCRO								30.207.662,76		388.422,18
TRANSFORMAÇÃO CAPITAL		460.000,00								440.436,71
DEPÓSITOS				22.000,00						22.000,00
VALORES DA RESERVA					170.716,72		(196.832,89)			
DEPÓSITOS PROPRIOS							(1.857.575,89)		(1.857.575,89)	
VALOR DE REFERÊNCIA	450.180.499,85	30.212.000,12	444.496,71	0,00	728.136,20	10.264.747,48	1,00	114.125.462,25	0,00	424.062.797,48
VALOR DE REFERÊNCIA							(368.291,67)			388.422,18
LUCROS OU PERDAS ACUMULADAS							(153.587.548,89)		(153.587.548,89)	
LUCRO A DEST. DE REFER. ANTERIOR							152.050.780,19		152.050.780,19	
RESULTADO DO EXERCÍCIO							26.776.802,59		26.776.802,59	1,00
PERDAS DO EXERCÍCIO ANTERIOR							(26.216.118,09)		0,00	
LUCRO A DEST. DO EXERCÍCIO							55.759,70		55.759,70	
RESERVA DE REFERÊNCIA ANTERIOR							11.476.136,89		11.476.136,89	
DETRAÇÃO DE REFERÊNCIA DE CAPITAL		170.716,72								150.905,12
DEPÓSITOS				100.000,00						100.000,00
DEPÓSITOS DA RESERVA DE CAPITAL				800.701,18						800.701,18
DETERMINAÇÃO RESERVA					10.000,00		(10.000,00)		(10.000,00)	
DEPÓSITOS PROPRIOS							(10.000,00)		0,00	
VALOR DE REFERÊNCIA	227.180.499,85	30.212.000,12	443.496,71	0,00	8,00	11.246.173,74	11.178.435,89	(75.634.862,87)	0,00	411.346,713,18


 WAGNER CONCHA SANTOS
 DEPUTADO FEDERATIVO


 HENRIQUE ALVES
 DEPUTADO FEDERATIVO


 SILVIO GÓES
 DEPUTADO FEDERATIVO


 SILVIANO SANTIAGO
 DEPUTADO FEDERATIVO

Composição do Capital Social

O Capital Social da CONAB, apresentado no Balanço Patrimonial encerrado em 31 de dezembro de 2008, é de R\$ 223.180.498,85 (duzentos e vinte e três milhões, cento e oitenta mil, quatrocentos e noventa e oito reais e oitenta e cinco centavos) divididos em 1.859.907 (um milhão, oitocentos e cinqüenta e nove mil, novecentos e sete) ações ordinárias escriturais, sem valor nominal, totalmente integralizadas pela União Federal.



Rubinaldo Lameira dos Santos
Superintendência de Contabilidade
Superintendente
Contador CRC DF 009252/0-8

20. Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2008 (em R\$ mil)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Companhia Nacional de Abastecimento – Conab, constituída nos termos da Lei nº 8.029/90, é uma empresa pública dotada de personalidade jurídica de direito privado, vinculada ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA, com capital social totalmente subscrito e integralizado pela União, integrante do Orçamento Geral da União (Orçamento Fiscal e da Seguridade Social).

A Companhia tem como missão institucional contribuir para a regularidade do abastecimento e garantia de renda ao produtor rural, participando da formulação e execução das políticas agrícola e de abastecimento, com papel de destaque na implementação de padrões de acessibilidade e inclusão agrícola de parte da população voltada a essa atividade. Para tanto, atua com uma estrutura composta de unidades administrativas na Matriz e 21 Superintendências Regionais e, ainda, por 96 unidades armazenadoras, constituídas de 179 armazéns, destinadas à prestação de serviços de armazenamento de estoques públicos e privados.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as normas adotadas no Brasil, de conformidade com a Lei das Sociedades por Ações - Lei nº 6.404/76, com as alterações introduzidas pela Lei nº 11.638/07, e Lei nº 4.320/64, que define as normas de direito financeiro e orçamentário da União e a Medida Provisória nº 449, de 03 de dezembro de 2008.

A Conab, como entidade de Administração Pública Federal, integra o Balanço Geral da União e utiliza o Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – SIAFI, elabora as demonstrações contábeis, utilizando critérios que atendam aos requisitos de orçamento público.

Em observância à Decisão Normativa – DN/TCU nº 94/08, a Conab apresentará Presuposição de Contas consolidando a Matriz e as Superintendências Regionais dos seguintes estados: AM, BA, CE, ES, MA, MT, MS, PA, PE, PI, RJ, RN, RS, SC, SP e TO. As demais Superintendências (GO, MG, PR e RO) apresentarão Prestação de Contas individuais.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2008 (em R\$ mil)

3. ALTERAÇÕES NA LEGISLAÇÃO SOCIETÁRIA – LEI N° 11.638/07

Em 28 de dezembro de 2007 foi publicada a Lei nº 11.638/07 que altera e revoga dispositivos da Lei nº 6404/76 (Lei das Sociedades por Ações), que tratam da elaboração das demonstrações contábeis, com o objetivo de permitir a convergência futura das práticas contábeis brasileiras às normas internacionais de contabilidade (IFRS). Destaque-se que grande parte dos dispositivos alterados pela nova lei dependem de regulamentação.

Em função das necessidades de convergência internacional das normas contábeis, da centralização na emissão de normas dessa natureza, representação e processos democráticos na produção dessas informações, pela Resolução CFC nº 1.055/05, foi criado o Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, cujo objetivo é “o estudo, o preparo e a emissão de Pronunciamentos Técnicos sobre procedimentos de Contabilidade e a divulgação de informações dessa natureza, para permitir a emissão de normas pela entidade reguladora brasileira, visando à centralização e uniformização do seu processo de produção, levando sempre em conta a convergência da Contabilidade Brasileira aos padrões internacionais”.

As modificações introduzidas na Lei das Sociedades por Ações, pela Lei nº 11.638, de 28/12/2007 e pela Medida Provisória nº 449, de 03/12/2008, geraram muitas dúvidas, levando o Comitê de Pronunciamentos Contábeis a avaliar, analisar, pronunciar-se a respeito e propor a normatização dos assuntos em discussão.

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) foi idealizado a partir da União de esforços e comunhão de objetivos das seguintes entidades: ABRASCA, APIMEC NACIONAL, BOVESPA, CFC, FIPECAFI e IBRACON, além de sempre convidar, para participar da análise e avaliação das matérias em debate, representantes do Banco Central do Brasil (BACEN), Comissão de Valores Mobiliários (CVM), Secretaria da Receita Federal (SRF) e Superintendência de Seguros Privados (SUSPE).



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2008 (em R\$ mil)

Em face da necessidade de regulação das alterações produzidas pela Lei nº 11.638/07 na legislação societária, a CVM, em conjunto com o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), divulgou, no inicio de 2008, o Programa de Trabalho – 2008 a 2010, relativo à edição de normativos objetivando a convergência às normas internacionais de contabilidade.

O Programa de Trabalho – 2009 foi desenvolvido para direcionar a ação regulatória da CVM, em conjunto com o CPC, visando à integral convergência, em 2010, das normas contábeis das companhias abertas com os padrões internacionais de contabilidade emitidos pelo IASB (*International Accounting Standards Board*). Os pronunciamentos constantes do Programa de Trabalho serão emitidos ao longo do ano de 2009, devendo estar totalmente concluídos até o final do 3º trimestre.

Quanto à vigência dos pronunciamentos emitidos em 2009, o Colegiado da CVM, em reunião realizada em 09/12/2008, decidiu que as Deliberações aprovando os referidos Pronunciamentos do CPC terão aplicação apenas para o exercício de 2010, devendo, no entanto, as demonstrações financeiras de 2009 serem ajustadas para fins de comparabilidade. Decidiu, ainda, que as companhias abertas poderão antecipar para 2009 a adoção completa das Deliberações referendando os Pronunciamentos do CPC, desde que ajustem as suas demonstrações de 2008 para fins de comparabilidade.

Em 02 de maio de 2008, a CVM emitiu a Instrução nº 469/08 que dispõe sobre a aplicação da Lei nº 11.638/07. Nesta instrução, é facultada às empresas a aplicação imediata nas Informações Trimestrais (ITRs) do exercício de 2008 de todas as disposições contábeis contidas na nova lei ou a divulgação em nota explicativa às ITRs, com as alterações que podem ter impactos sobre as demonstrações contábeis de encerramento do exercício de 2008, estimando os possíveis efeitos no patrimônio líquido e no resultado do período (aplicável as Sociedades de Grande Porte).

A Conab optou por divulgar os efeitos da nova lei em notas explicativas às demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2008. Em face do exposto, a Administração da Companhia continuará monitorando os efeitos decorrentes das futuras regulamentações e promoverá as adequações necessárias.



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2008 (em R\$ mil)

As principais alterações introduzidas pela Lei nº 11.638/07, com aplicação a partir do exercício de 2008 (as demais carecem de regulamentação), referem-se a:

I. Substituição da Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos - DOAR pelo Fluxo de Caixa, segregando-se essas alterações em no mínimo 05 fluxos:

- a. das operações;
- b. dos financiamentos; e
- c. dos investimentos.

II. Obrigatoriedade de elaboração da Demonstração do Valor Adicionado - DVA;

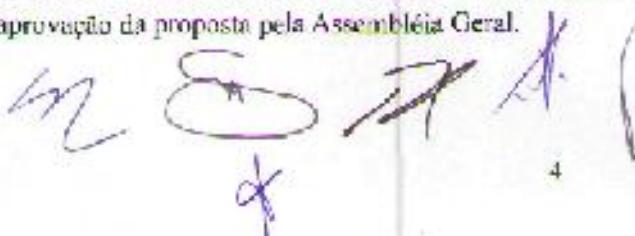
III. Desmembramento dos subgrupos de contas do Ativo Permanente em: investimentos, imobilizado, intangível e deterioro;

IV. Possibilidade de criação da reserva de incentivos fiscais, prevendo que a assembleia geral poderá propor, por proposta dos órgãos da administração, destinar para a reserva de incentivos fiscais a parcela do lucro líquido decorrente de doações ou subvenções governamentais, que poderá ser excluída da base de cálculo do dividendo obrigatório;

V. Obrigatoriedade de auditoria independente por auditor registrado na Comissão de Valores Mobiliários - CVM;

VI. Obrigações, encargos e riscos classificados no passivo exigível a longo prazo serão ajustados ao seu valor presente, sendo os demais ajustados quando houver efeito relevante;

VII. A Conta "Lucros/Prejuízos Acumulados" foi excluída, surgindo a Conta "Prejuízos Acumulados". Nesta fase de transição, a Secretaria do Tesouro Nacional – STN criou as Contas "Lucros a Destinar do Exercício" e "Lucros a Destinar de Exercícios Anteriores", para registro dos lucros pendentes de destinação, até a aprovação da proposta pela Assembleia Geral.



4

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2008 (em R\$ mil)

As principais alterações introduzidas pela Lei nº 11.638/07, com aplicação a partir do exercício de 2008 (as demais carecem de regulamentação), referem-se a:

I. Substituição da Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos - DOAR pelo Fluxo de Caixa, segregando-se essas alterações em no mínimo 03 fluxos:

- a. das operações;
- b. dos financiamentos; e
- c. dos investimentos.

II. Obrigatoriedade de elaboração da Demonstração do Valor Adicionado - DVA;

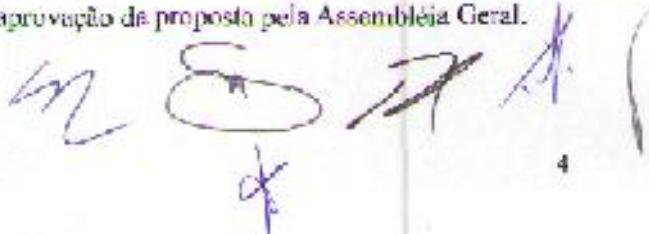
III. Desmembramento dos subgrupos de contas do Ativo Permanente em: investimentos, imobilizado, intangível e diferido;

IV. Possibilidade de criação da reserva de incentivos fiscais, prevendo que a assembleia geral poderá propor, por proposta dos órgãos da administração, destinar para a reserva de incentivos fiscais a parcela do lucro líquido decorrente de doações ou subvenções governamentais, que poderá ser excluída da base de cálculo do dividendo obrigatório;

V. Obrigatoriedade de auditoria independente por auditor registrado na Comissão de Valores Mobiliários - CVM;

VI. Obrigações, encargos e riscos classificados no passivo exigível a longo prazo serão ajustados ao seu valor presente, sendo, as demais ajustadas quando houver efeito relevante;

VII. A Conta "Lucros/Prejuízos Acumulados" foi excluída, surgindo a Conta "Prejuízos Acumulados". Nesta fase de transição, a Secretaria do Tesouro Nacional - STN criou as Contas "Lucros a Destinar do Exercício" e "Lucros a Destinar de Exercícios Anteriores", para registro dos Lucros pendentes de destinação, até a aprovação da proposta pela Assembleia Geral.



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2008 (em R\$ mil)

VIII. O saldo das reservas de lucros, exceto as para contingências, de incentivos fiscais e de lucros a realizar, não poderá ultrapassar o capital social.

a. Demonstração do Fluxo de Caixa - DFC

Foi elaborada de acordo com a Lei nº 11.638/07, NBC T 3.8, aprovada pela Resolução do Conselho Federal de Contabilidade nº 1.125/08.

b. Demonstração do Valor adicionado - DVA

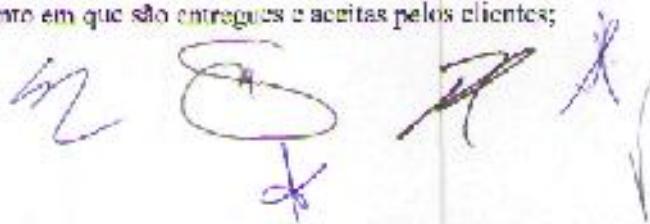
Foi elaborada de acordo com a Lei nº 11.638/07 e Norma de Contabilidade – NBC T 3.7, aprovada pela Resolução do Conselho Federal de Contabilidade nº 1.010/05.

4. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

Os critérios mencionados a seguir referem-se a práticas e aplicação apropriadas dos Princípios Fundamentais de Contabilidade que estão refletidas nas Demonstrações Contábeis Consolidadas:

a. **Aplicações Financeiras:** registradas pelo valor original, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do encerramento do exercício. Os recursos são aplicados em Títulos Públicos Federais, por meio do "BB EXTRAMERCADO FAE FUNDO DE INVESTIMENTO EM RENDA FIXA";

b. **Créditos a Receber:** as contas a receber decorrentes da comercialização de serviços e mercadorias são registradas, no momento em que são entregues e aceitas pelos clientes;



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2008 (em R\$ mil)

c. Estoques Reguladores e Estratégicos: a formação e manutenção de Estoques Reguladores e Estratégicos são executadas com orçamento próprio, mediante a transferência direta dos recursos do Tesouro Nacional. A avaliação dos estoques públicos é feita com base no custo efetivo do produto, excluído o ICMS recuperável, conforme disposto na Portaria Interministerial MCT/MAPA nº 38, de 09/03/04;

c.1. Demais estoques: os demais estoques foram avaliados pelo custo médio de aquisição, excluído o ICMS recuperável;

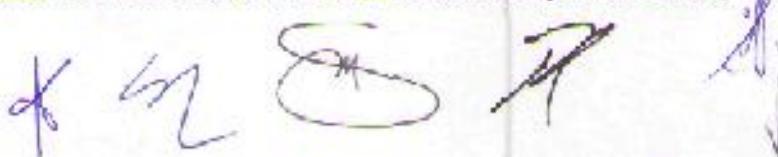
c.2. Valor presente dos estoques: em face das mudanças introduzidas pela Lei nº 11.638/07, os Estoques de Mercadorias p/Alienação, no total de R\$ 996.370, foram convertidos pela tabela de Cálculo da Sobretaxa da CONAB, da 2^a quinzena de dezembro de 2008, constatando-se que o valor contábil é compatível com o valor presente desses estoques. Portanto, não foram identificados efeitos relevantes sobre estes itens;

d. Débitos de Prestadores de Serviços de Armazenagem: foram registrados pelo valor da sobretaxa na data da ocorrência, nos termos da Portaria Interministerial MCT/MAPA nº 38, de 09/03/2004, representando as dívidas dos armazeneadores em seus valores originais, decorrentes de perdas, desvios e alteração de qualidade de produtos pertencentes aos estoques públicos.

e. Almoxarifado: os estoques estão avaliados ao custo médio de aquisição, sem que estes excedam os valores de realização ou reposição;

f. Investimentos: os investimentos estão registrados pelo custo de aquisição, acrescidos, até 31/12/1995, das atualizações monetárias correspondentes, ressaltando que a Conab não possui investimentos relevantes em outras sociedades;

g. Seguros: a Companhia tem como política manter cobertura de seguros em montante julgado suficiente pela área técnica para cobrir eventuais riscos sobre seus ativos e/ou responsabilidades;



6

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2008 (em R\$ mil)

h. Imobilizado: demonstrado pelo custo de aquisição e/ou constituição, deduzido da depreciação acumulada. Os gastos incorridos com manutenção e reparo, que representam aumento da vida útil, são capitalizados em consonância com o regime de competência. A depreciação é calculada pelo método linear. As taxas de depreciação utilizadas estão de acordo com a expectativa de vida útil dos bens e em conformidade com os limites estabelecidos no Decreto nº 3.000/99 e Instrução Normativa nº 162/98;

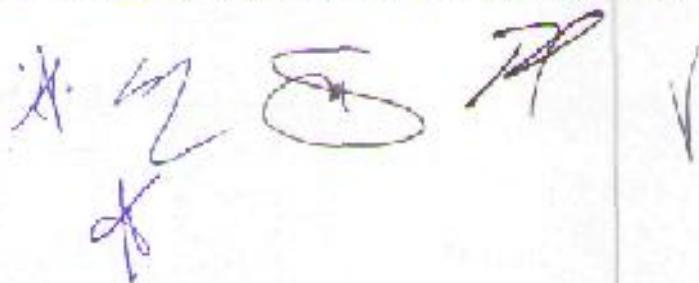
h.1 Redução no Valor Recuperável de Ativos: no exercício de 2008, não houve avaliação dos elementos do Ativo Permanente, que resultasse em aumento ou diminuição do mesmo, decorrente de ajuste de avaliação patrimonial;

i. Benefícios a empregados: o plano de previdência privada está estruturado na modalidade de Benefício Definido – BD. Seus regimes financeiros são o de capitalização para aposentadorias, pensões e pecúlios e de repartição para auxílio ou doença;

j. Ajustes de Exercícios Anteriores: os ajustes de exercícios anteriores, conforme definidos na Lei nº 6.464/76, das Sociedades Anônimas, representam retificações de resultados passados e são registrados contra a conta de lucros ou prejuízos acumulados. Os ajustes efetuados no exercício de 2008 totalizaram a cifra de R\$ 266;

l. Reconhecimento da Receita:

l.1. Serviços de armazenagem: as receitas de serviços de armazenagem são reconhecidas quando estes são prestados. O complexo armazeador está representado por 179 armazéns, com capacidade estatística para 2,2 milhões de toneladas, que atendem a diversos clientes vinculados ao setor de abastecimento; e



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2008 (em R\$ mil)

l.2. Receita de venda dos estoques públicos: as receitas são reconhecidas por ocasião da venda dos produtos. Os estoques públicos vinculados à Política de Garantia de Preços Mínimos, em função da política de abastecimento de cada região do País, são vendidos por meio de pregão eletrônico ou pelo programa vendas em balcão, garantindo assim preços justos aos consumidores finais, minimizando os movimentos especulativos. Essas operações estão regulamentadas no art. 31, da Lei nº 8.171/91 e Portaria Interministerial MF/MAPA nº 38/04;

m. Reconhecimento da despesa: as despesas são contabilizadas pelo regime de competência, obedecendo a sua vinculação com a realização da receita. As despesas que competem a exercícios futuros são deferidas.

n. Regime de tributação: para fins de cálculo do IR e CSLL a Companhia adota o Regime de Tributação Trimestral, com base na apuração do Lucro Real. Os ajustes que implicam em adições ou exclusões da receita, são escriturados no Livro de Apuração do Lucro Real, na parte "B" do LALUR;

o. Eventos Subsequentes (NBC T19.12, de 27/02/2007, subitem 19.12.2.1 e NBC T6, de 11/12/1992, subitem 6.2.2.3) – são aqueles subsequentes à data do balanço, sejam eles favoráveis ou desfavoráveis, que ocorrem entre a data do balanço e a data na qual é autorizada a conclusão da elaboração das demonstrações contábeis:

o.1. constatando nas orientações contidas no manual do SIIFI, MACROFUNÇÃO 02.11.38 e Mensagem da Setorial Contábil do Mapa nº 2008/0906534, que determinam a atualização monetária das contas contábeis do Grupo 11229.XX.YY foi efetuada a correção do débito oriundo do Processo nº 004.582/2004-4, Tomada de Contas Especial da CONAB, relativa aos prejuízos no montante de R\$ 3.107 (valor original), causados por ex-empregados, inscrito em "diversos responsáveis", gerando uma receita nas atividades próprias de R\$ 13.229. Entretanto, após o encerramento do exercício, o assunto foi analisado pelo setor competente sobre a possibilidade de recuperação do débito, em face do julgamento do processo, conforme ATA/TCU nº 37, publicada no D.O.U. do dia 17/10/2008, cujos termos do Acórdão nº 3364/2008-TCU-1ª Câmara, que em resumo diz: "... em julgar as contas regulares com ressalva e dar quitação aos responsáveis, promovendo-se, em seguida, o arquivamento do processo, sem prejuízo de



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2008 (em R\$ mil)

encaminhar cópia desta deliberação à entidade e aos interessados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos". Em consequência, a Procuradoria Geral da Companhia sugeriu, em 12/01/2009, pelos procedimentos de baixa contábil do débito;

a.2. ainda com base nas orientações contidas no manual do SIAFI, MACROFUNÇÃO 02.11.38 e Mensagem da Setorial Contábil de Mapa nº 2008/0906534 foi efetuada a correção do débito oriundo do Processo 018.177/2004-4, Tomada de Contas Especial da CONAB, relativa aos prejuízos no montante de R\$ 5.599 (valor original), causado por ex-dirigentes, inscrito em "diversos responsáveis", gerando uma receita nas Atividades Governamentais de R\$ 9.127. Também, após já encerrado o exercício, foi feita a análise dos termos do Acórdão 673/2006, ATA/TCU nº 09, publicada no D.O.U. do dia 05/04/2006, em face do arquivamento do processo sem julgamento do mérito, ante a caracterização de fato impeditivo e da impossibilidade de interposição por parte do Ministério Público de recurso de revisão, em razão de o julgamento das contas ordinárias da CONAB, do exercício no qual ocorreu o dano, ter ocorrido há mais de cinco anos, determinando à CONAB que: "adote as medidas judiciais cabíveis com vistas à recuperação do dano de que trata a presente Tomada de Contas Especial – TCE". Portanto, deixando de ser TCE em andamento e carecendo de reclassificação;

a.3 os efeitos dos referidos Acórdãos estão evidenciados no subitem "c.4", a seguir e item 18, subitem "b.1", "b.2" e "c" desta Nota Explicativa.

o.4 Demonstraçāo do resultado ajustada, após a baixa do débito e exclusão da receita de atualização monetária, pertinente aos Processos nº 004.582/2004-4 e 018.177/2004-4, o resultado superavitário de R\$ 26.278, apurado em 31/12/2008, passa para R\$ 6.422, conforme demonstrado a seguir:



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
 Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2008 (em R\$ mil)

Resultado em 31/12/2008

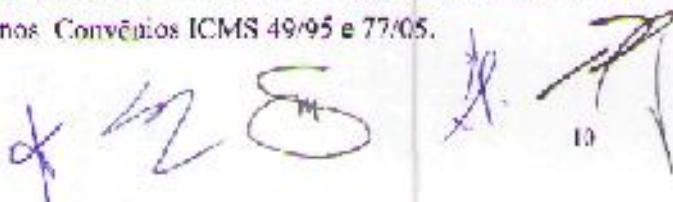
Contábil	Ajustado
Atividades Governamentais R\$ 20.004	Atividades Governamentais R\$ 20.004
(-) Atividades Próprias R\$ 3.774	(-) Atualização Monetária R\$ 9.127
Consolidado R\$ 28.778	R\$ 10.877
(-) Reserva Legal R\$ 435	Atividades Próprias R\$ 8.774
(-) Provisão p/ Dividendos R\$ 2.066	(-) Atualização Monetária R\$ 13.229
	(R\$ 4.455)
	Consolidado R\$ 6.422
	(-) Reserva Legal R\$ 0,00
	(-) Provisão p/Dividendos R\$ 0,00
Lucro Líquido - 2008 R\$ 26.278	Lucro Líquido Ajustado - 2008 R\$ 6.422

5. CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS

Representam os créditos de impostos e tributos a serem compensados, a subir:

Descrição	EXERCÍCIO	
	2008	2007
ICMS a Compensar 181.160		177.371
IRRF a Compensar 872		688
Contribuições Outros Impostos 70		49
Total - Circulante 182.102		178.109

Os valores registrados nas contas de ICMS a Compensar representam os créditos de ICMS decorrentes do pagamento do imposto nas aquisições de produtos, predominantemente de produtores rurais para os Estoques Reguladores, Estratégicos e Agricultura Familiar, por substituição tributária, conforme disposto nos Convênios ICMS 49/95 e 77/05.



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2008 (em R\$ mil)

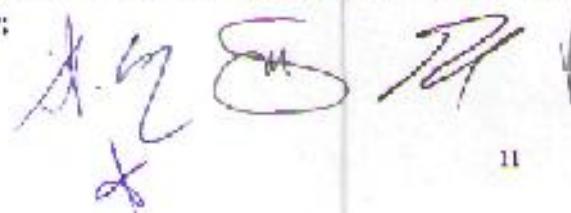
6. LIMITE DE SAQUE COM VINCULAÇÃO DE PAGAMENTO

O montante de R\$ 141.356 refere-se ao limite de recursos para pagamentos em 2009, de despesas processadas e liquidadas, relativos a gastos com custeio e convênios.

7. RECURSOS A RECEBER DO TESOURO NACIONAL

Por meio do processo automático efetuado pela Secretaria do Tesouro Nacional, conforme procedimentos definidos no Manual de Contabilidade, macrofunção 02.03.18 – item 2 – Encerramento do Exercício, subitem 2.2.2, do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – Siafi, foi registrado o total de R\$ 130.266, que contempla o saldo de recursos a receber do Tesouro Nacional por meio do Ministério Supervisor, relativo aos valores inscritos em restos a pagar processados e não processados, cujos recursos ainda não foram liberados, e valores inscritos em restos a pagar processados em exercícios anteriores, com a seguinte composição:

- R\$ 28.351 referem-se às aquisições contratadas em 1999 para atendimento ao Programa de Distribuição Emergencial de Alimentos, cujos pagamentos foram realizados com recursos próprios da Conab;
- R\$ 5.230 referem-se aos valores inscritos em restos a pagar processados em 2008, decorrentes de despesas com a folha de pagamento e custeio, a pagar no exercício seguinte;
- R\$ 96.353 referem-se aos recursos a receber decorrentes de operações com estoques públicos, provenientes de valores processados e não processados, inscritos em restos a pagar, com obrigações a vencer em 2009;



11

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2008 (em R\$ mil)

- R\$ 168 referem-se aos recursos a receber decorrentes de operações com o convênio da Agricultura Familiar, provenientes de valores processados e não processados, inscritos em restos a pagar, com obrigações a vencer em 2009;
- R\$ 1.164 referem-se aos recursos a receber decorrentes de operações com o convênio Fome Zero, provenientes de valores processados e não processados, inscritos em restos a pagar, com obrigações a vencer em 2009.

Os valores acima estão registrados, por processamento automático efetuado pela Secretaria do Tesouro Nacional - STN, nas contas "11216.22.00 - Recursos a Receber para Pagamento de RP - INSCRIÇÃO" e "11216.24.00 - Recursos a Receber para Pagamento de RP - RETIFICADORA", criadas para registro automático desses valores e cujos efeitos se anulam. O valor de R\$ 28.351 encontra-se registrado na "11221.01.00 - ENTIDADES FEDERAIS, em face da natureza das Contas que compõem o Grupo de "11216.XX YY".

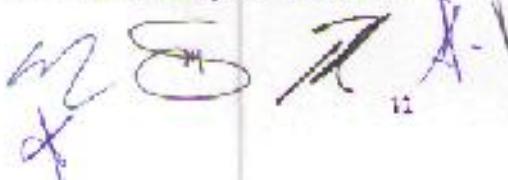
8. DEVEDORES POR FORNECIMENTO

O saldo da conta está representado pelo montante de R\$ 27.351, correspondente aos direitos a receber, decorrentes de vendas de mercadorias e prestação de serviços de armazenagem.

9. CONTAS A RECEBER

São oriundos das alienações de bens patrimoniais, da folha de pagamento e de outros créditos relacionados às operações da Companhia, de curto e longo prazo.

No exercício de 2008 foram efetuados os registros dos valores a receber de servidores, referentes ao Serviço de Assistência à Saúde - SAS, cujo saldo em 31/12/2008 corresponde a R\$ 5.883.



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
 Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2008 (em R\$ mil)

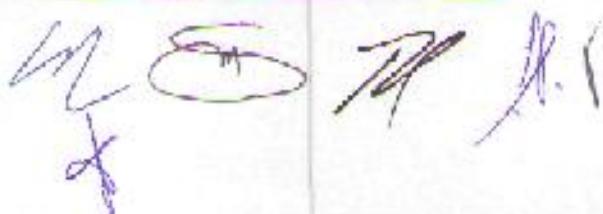
a. Créditos Diversos a Receber de Curto Prazo

Descrição	EXERCÍCIO	
	2008	2007
Créditos por Alienação de Bens	5.501	5.594
Créditos por Cessão de Pessoal	1.287	781
Créditos com Servidores – SAS e outros	6.682	4.172
Créditos por Infrações Legal/Contratual ⁽¹⁾	152.350	0
Subtotal – Circulante	165.820	10.547

Em consonância com as orientações contidas no manual do SIAFI, MACROFUNÇÃO 02.11.38 e Mensagem da Setorial Contábil do Mapa nº 2008/0906534, os débitos dos armazéns, pertinentes aos desvios e perdas de produtos dos Estoques Governamentais, foram transferidos da conta "11229.05.00 – Diversos Responsáveis – Apurados, para a rubrica "11219.19.00 – Créditos por Infrações Legal/Contratual ⁽¹⁾.

b. Créditos Diversos a Receber de Longo Prazo

Descrição	EXERCÍCIO	
	2008	2007
Créditos por Alienação de Bens	9.717	9.138
Títulos a Receber	31.176	5.679
Outros Créditos	369	241
Créditos a Receber em Poder da Justiça	111.359	0
Subtotal – Não Circulante	152.621	15.058
Total = (Circulante + Não Circulante)	318.441	25.605



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2008 (em R\$ mil)

10. CRÉDITOS EM COBRANÇA

Os Créditos a receber surgidos no curso normal dos negócios da Companhia, possuem expectativa de perda possível, mas nenhuma provisão foi constituída. Estes créditos estão atualizados monetariamente (valor presente) até 31/12/2008, representam a cifra de R\$ 1.849.310, registrados em controles extracontábeis, com a seguinte composição:

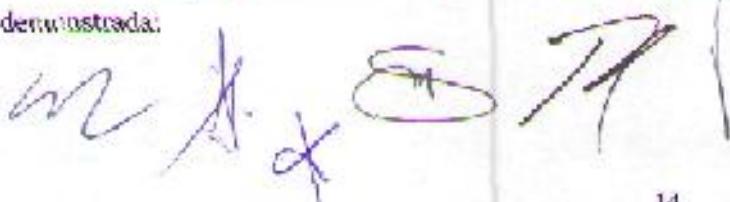
Descrição	Posição em 31/12/2008
Ajuizados	1.680.419
Encaminhado para Ajuizamento	16.583
Cobrança em Andamento (administrativa)	4.764
Outros (*)	147.544
Total	1.849.310

(*) Remetido para instância judicial, Composição de dívida, pagamento em justa, Cobrança suspensa por determinação judicial.

11. DEVEDORES – ENTIDADES E AGENTES

Correspondem aos direitos a receber de Entidades Federais e da União, relativos às equalizações de preços de produtos e indenização de despesas de armazenagem dos Estoques Reguladores e Estratégicos, créditos parcelados originados de perdas de estoques governamentais depositados em armazéns de terceiros, objeto de acordos firmados entre as partes.

A conta Recursos da União registra os valores de equalização de preços dos Estoques Reguladores e Estratégicos dos meses de novembro e dezembro de 2008 e o valor de indenização de armazenagem de produtos dos estoques públicos de dezembro de 2008, a receber do Tesouro Nacional, estando assim demonstrada:



14

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
 Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2008 (em R\$ mil)

a. Devedores – Entidades e Agentes – Circulante

Descrição	EXERCÍCIO	
	2008	2007
Entidades Federais	30.380	14.096
Entidades Estaduais, Distritais e Municipais	0	22
Créditos Parecidos	117	119
Recursos da União	9.829	27.362
Diversos Responsáveis – Apurados¹²⁾	31.063	292.801
Total – Circulante	71.389	334.400

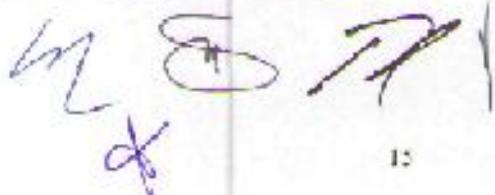
Os registros na conta “Diversos Responsáveis – Apurados¹²⁾”, são oriundos de débitos apurados por meio de Tornada de Contas Especial – TCE, nos termos do Manual do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – SIAFI.

b. Devedores – Entidades e Agentes – Não Circulante

Descrição	EXERCÍCIO	
	2008	2007
Créditos Parcelados	6.579	6.579
Créditos a Recuperar	103	107
Total – Não Circulante	6.682	6.686

12. RECURSOS VINCULADOS

Referem-se a depósitos judiciais e depósitos para recursos, efetuados por decisão judicial, com predominância de causas trabalhistas em andamento, registrados no não circulante, totalizando R\$32.458.

12

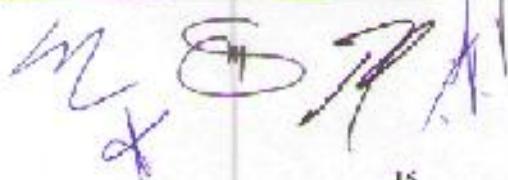
13. BENS DE ESTOQUES

Correspondem aos estoques sob a responsabilidade da Companhia, oriundos das operações com Estoques Reguladores e Estratégicos, produtos para doação – Home Zero, Compra Direta da Agricultura Familiar, e ainda adiantamento para Compra Antecipada da Agricultura Familiar (Compra Antecipada e Compra Antecipada Especial com Doação Simultânea e com Formação de Estoque).

O valor de R\$ 352.404 representa o saldo a receber dos adiantamentos concedidos nos exercícios de 2003, 2004, 2005, 2006, 2007 e 2008, para Compra Antecipada – CPR Alimento e Compra Antecipada Especial da Agricultura Familiar que será quitado mediante a entrega de produtos ou em espécie, de acordo com o vencimento de cada cédula.

Relativamente às Cédulas de Prêmio Rural – CPRs Alimento vencidas, foi editada a Lei nº 11.420/06, que em seu art. 3º acrescenta o art. 15-b à Lei nº 11.322/06, por meio do qual autoriza a União a aditar as Cédulas de Prêmio Rural – CPR, realizadas em 2003 e 2004, no âmbito do Programa de Aquisição de Alimentos, sendo permitida a individualização das referidas cédulas efetuadas com aval solidário, e a ampliação do prazo em até 4 (quatro) anos para a sua quitação, contados a partir da data de publicação da Lei. Esses Estoques resultam nos seguintes saldos:

Descrição	EXERCÍCIO	
	2008	2007
Estoques de Mercadorias	996.370	1.184.903
Estoques de Almoxarifado	1.349	1.459
Estoques em Trânsito	52	86
Compra Antecipada - CPR	352.404	289.528
TOTAL	1.350.175	1.475.974



15

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2008 (em R\$ mil)

14. ENDIVIDAMENTO

A Companhia, periodicamente, informa ao Departamento de Coordenação e Controle das Empresas Estatais, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, a posição do endividamento da empresa. Até o mês de dezembro de 2008, as obrigações circulantes, totalizavam a cifra de R\$ 1.977.015 e não havia obrigações vencidas de curto prazo. Portanto, já expressas em valor presente.

No passivo não circulante, as obrigações totalizavam a cifra de R\$ 69, pertinentes a depósitos e cauções, cujas operações apresentam pendências de natureza operacional, tratando-se, portanto, de obrigação não exigível de imediato.

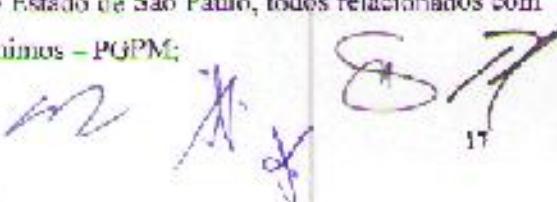
15. DEPÓSITOS DE DIVERSAS ORIGENS

Estão representados pelo montante de R\$ 6.195, correspondentes aos valores recebidos a título de cauções relacionadas à subvenção econômica à comercialização denominada de Valor de Escritório do Produto – VEP e outros.

16. CONTIGÊNCIAS E OUTROS COMPROMISSOS

16.1 Contingências tributárias e contributivas

Provisão para ICMS - Em função das situações fiscais ocorridas no Estado do Mato Grosso, foi constituida provisão para o ICMS no exercício de 2003, no valor de R\$ 43.253, referente aos Autos de Infração nºs 42.185, 42.186, 42.200 e 25.539 da Secretaria de Fazenda daquele Estado que estão em discussão na esfera judicial, além do valor de R\$ 3.216, objeto do processo nº 96.0454318 e outros, da Secretaria de Fazenda do Estado de São Paulo, todos relacionados com as operações da Política de Garantia de Preços Mínimos – PGPM;



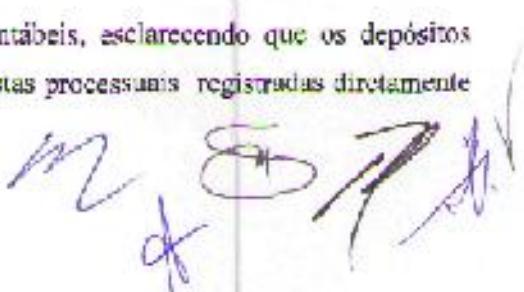
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
 Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2008 (em R\$ mil)

Provisão para o INSS - refere-se à parte correspondente ao abono do acordo coletivo de trabalho concedido nos anos de 1995 a 2000, no valor de R\$ R\$ 6.326, além de valor de R\$ 226, referente aos Autos de Infração nºs 31984528-9, 31984613-0, 31984610-5, 31984616-4, 31984609-1, 31984607-5, 31984611-3, 31984615-6, 31984612-1, 31984614-8, 31984539-7, 31984608-3 e 31984618-0, oriundos de glosas realizadas pelo INSS nas compensações feitas nos créditos de FINSOCIAL, apurados na Superintendência Regional do Rio Grande do Sul e, a provisão para o INSS no valor de R\$ 2.699, referente ao abono proveniente do acordo coletivo de trabalho, objeto da Notificação Fiscal de Lançamento de Débito - NFLD nº 35722571-6 e parte do Auto de Infração nº 35722573-2, contestado judicialmente pela Conab, correspondente ao período de 2000 a 2003, garantidos mediante depósitos judiciais e penhoras.

16.2 Contingências Civis e Trabalhistas – As ações civis estão relacionadas aos desvios e perdas em armazém, praticados pelas Empresas contratadas, e as trabalhistas estão vinculadas principalmente ao plano de cargos e salários. De acordo com a área jurídica da Companhia, não há necessidade da constituição de provisão, pois estão em andamento na esfera judicial, e, quando aplicável, são amparadas por depósitos judiciais, apresentando a seguinte posição:

Descrição	Valor (R\$)
Depósitos judiciais	16.471
Custas processuais e outras	2.315
Liquidação de sentença	16.987
Total	35.773

Os dados acima correspondem à informações extracontábeis, esclarecendo que os depósitos judiciais são registrados no ativo não circulante e as custas processuais registradas diretamente na despesa.



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
 Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2008 (em R\$ mil)

17. CRÉDITOS DO TESOURO NACIONAL – ESTOQUES PÚBLICOS

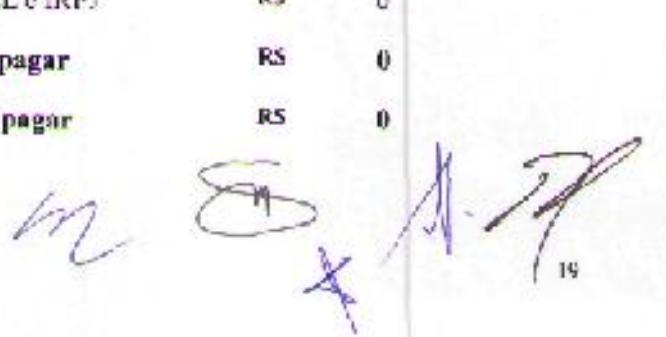
Referem-se ao registro das transferências, efetuadas pelo Tesouro Nacional à Conab, dos recursos destinados à formação e manutenção dos estoques vinculados à Política de Garantia de Preços Mínimos e dos Estoques Estratégicos, na forma estabelecida pela Portaria Interministerial MP/MAPA nº 38/04. O saldo da conta, em 31/12/2008, corresponde a R\$1.320.149.

18. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a. **Capital Social:** o capital social é composto de 1.859.907 Ações Ordinárias escriturais e sem valor nominal, integralmente subscritas pela União.

b. **Provisão para CSLL e IRPJ:** com base no resultado das atividades próprias, apurado no 4º trimestre, conforme Livro de Apuração do Lucro Real – LALUR (Prejuízo Fiscal), não houve provisão para o IRPJ e CSLL, conforme demonstrado:

Resultado Econômico do 4º Trimestre	-R\$	2.161
(+) Adições	R\$	876
(-) Exclusões	R\$	13.229
= Lucro (Prejuízo) Real	-R\$	14.514
(-) Compensação da base de cálculo negativa	-R\$	4.354
Base de cálculo da CSLL e IRPJ	R\$	0
x 9% = CSLL a pagar	R\$	0
x 15% = IRPJ a pagar	R\$	0



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
 Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2008 (em R\$ mil)

b.1. Reserva legal e dividendos: Tomando por base o Resultado Econômico das Atividades Próprias, foram provisionadas a Reserva Legal, no valor de R\$ 435 e a Distribuição de Dividendos, no valor de R\$ 2.066, nos termos dos incisos I e II do art. 28 das disposições estatutárias da Conab, conforme demonstrado a seguir:

I – Reserva Legal - 5%

II – Dividendos - 25%

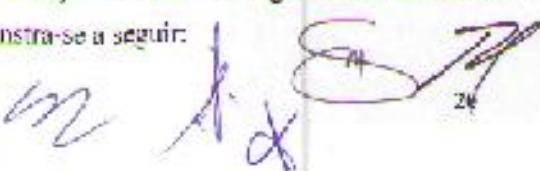
O Resultado Econômico gerado no exercício de 2008 foi o seguinte:

Atividades Próprias	R\$ 8.774
Atividades Governamentais	R\$ 20.004
TOTAL	R\$ 28.778

b.1. Ajuste do cálculo da reserva legal e dos dividendos: O resultado da Atividade Própria, ajustado pela exclusão da receita de atualização monetária de diversos responsáveis, no valor de R\$ 13.229, em consequência da baixa do débito, ocorrida em 30/01/2009, pertinente ao processo nº 004.582/2004-4, Acórdão/TCU nº 37/08, passa de um lucro de R\$ 8.774, para um prejuízo de -R\$ 4.455, conforme demonstrado:

Resultado Consolidado, em 31/12/2008	R\$ 28.778
(-) Resultado Operações Governamentais	R\$ 10.877
(-) Atualização Monetária – Proc. 018.177/2004-4	R\$ 9.127
= Resultado das Atividades Próprias	R\$ 8.774
(-) Atualização Monetária – Proc. 004.582/2004-4	R\$ 13.229
- Resultado Atividade Própria (Ajustado) 31/12/2008	R\$ -4.455

Com base no resultado ajustado, não haverá constituição de Reserva Legal e nem da Provisão para Pagamento de Dividendo, cujo cálculo demonstra-se a seguir:



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
 Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2008 (em R\$ mil)

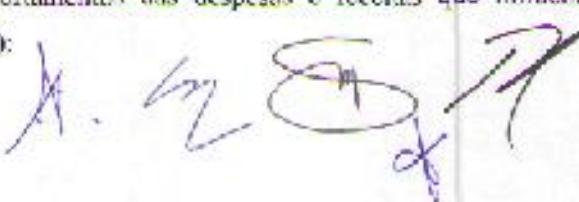
1. Cálculo da Reserva Legal

Capital Social	R\$ 223.180
Limite p/constituição da Reserva	20%
Resultado Limitado a	R\$ 44.636
Reserva de Lucros – exercício 2007	R\$ 10.814
Lucro antes da CSII,	R\$ 0,00
(-) CSLL	R\$ 0,00
(-) IRPJ	R\$ 0,00
= Lucro (Prejuízo) Líquido do Exercício	R\$ -4.455
Limite p/constituição da Reserva Legal	R\$ 0,00
Reserva Legal	R\$ 0,00

2. Cálculo dos Dividendos

Lucro (Prejuízo) Líquido do Exercício	R\$ -4.455
Dividendos	25%
Dividendos a distribuir	R\$ 0,00

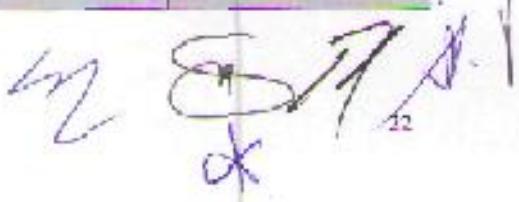
c. Resultado do Exercício: o resultado da Companhia é o conjunto da movimentação econômica das operações realizadas com estoques públicos envolvendo a execução da Política de Garantia de Preços Mínimos, operações oriundas de Contratos Públicos de Opção de Venda, Agricultura Familiar e aquisição de alimentos para doação. As demais operações são representadas pelas atividades de armazenagem e de administração. No exercício de 2008, a Companhia apurou lucro na ordem de R\$ 28.778, cujo resultado ajustado é de R\$ 6.422. A seguir, são demonstrados os comportamentos das despesas e receitas que influenciaram o resultado (composição do superávit):



21

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
 Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2008 (em R\$ mil)

DESCRIÇÃO	Real (R\$)
Receita Líquida de Atividades	30.884
Receita Líquida de Serviços (máquinas e utensílios)	14.136
Juros e Aplicações Financeiras	7.204
Recursos a Receber	3.400
Doações Recebidas (Fundo Estratégico/MOTA)	3.174
Receitas de Aluguel	4.619
Resultado Interiz (Ressarc. Desp. Munic. Est. Públ. e outros)	34.605
Resultado de Perdas de Mercadorias	(14.923)
Resultado Diversos Responsáveis	31.128
Resultado Negativo de Créditos Tributários	(2.072)
Depreciações - Administração	(11.494)
Resultado de Créditos por Cessão de Pessoal	530
Resultado de Alienação de Bens Imóveis	9.759
Resultado Aquisição/Baixas de Bens	7.163
Ressarcimentos de Serviços Administrativos	1.310
Obrigações por Encerramento Controle Escritural	(1.861)
Recuperação de Despesas de Exercícios Anteriores	5.512
Outras Receitas	150
Despesas Correntes e Administrativas	(64.015)
Resultado Econômico	28.778
Provisão para Impostos de Renda	0
Provisão para Contribuição Social sobre o Lucro Líquido	0
Resultado Líquido do Exercício	28.778
(-) Atualização Monetária - Processo nº 014.582/2004-4	9.127
(-) Atualização Monetária - Processo nº 018.177/2004-1	13.229
Resultado Ajustado do Exercício	6.422



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2008 (em R\$ mil)

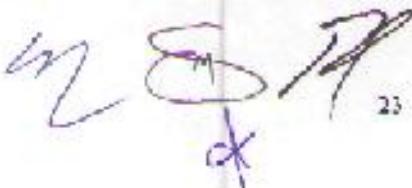
19. DIVERSOS RESPONSÁVEIS EM APURAÇÃO

Encontram-se registrados no ativo compensado, para fins de controle, os débitos em apuração, no valor total de R\$ 30.660, com destaque para a conta Responsáveis por Danos e Perdas – onde são registrados os débitos ainda em apuração, relativos à perdas/desvios em armazenagem de produtos dos estoques públicos, ocorridos em armazéns de terceiros, antes da vigência do contrato de quebra zero (sobretaxa), as perdas de produtos ocorridas em unidades próprias, aquelas relativas à alteração de qualidade de estoques e os valores em apuração decorrentes da certificação irregular de qualidade dos estoques de algodão em pluma, da safra 1997/1998, objeto de Aquisições do Governo Federal – AGE, efetuadas em sua maioria no estado de Goiás.

20. ACÓRDÃO TCU N° 2.016/06

Consoante determinação constante no Ofício nº 428 TCU/SEMAC-IDT, de 9/11/2006, em face de decisão da Sessão Plenária de 17/11/06 que aprovou o Acórdão nº 2016/2006, proferido nos autos do Processo nº 011.810/2006-8, que se transcreve: “9.4 determinar às empresas estatais dependentes e ao Banco Central que, em cumprimento ao art. 18 da Lei 10.180/01, incluam, nas notas explicativas publicadas em conjunto com as demonstrações contábeis emitidas segundo a Lei nº 6.404/76, conciliação dos valores destas com aqueles relativos aos demonstrativos levantados pela critica da Lei nº 4.320/64 e obtidos via Siafi.”

A Conab, via decisão administrativa e objetivando dar segurança, agilidade e transparência às suas ações, ingressou no sistema Siafi em 1992, sendo a empresa estatal pioneira em adotar tal procedimento. Naquela ocasião, o sistema sofreu inúmeros ajustes, de modo a permitir a contabilização de atividades de compra, estocagem e venda de produtos, além das peculiaridades próprias de empresas obrigadas a seguir os ditames da Lei nº 6.404/76. Desde então, a Conab utiliza o Siafi para registrar todos os seus atos e fatos relacionados com a administração orçamentária, financeira e patrimonial na modalidade total. Assim sendo, a Companhia não utiliza sistemas paralelos e as demonstrações contábeis publicadas, segundo a Lei nº 6.404/76, não apresentam divergências com os demonstrativos elaborados em conformidade com a Lei nº 4.320/64.



23

21. BENEFÍCIOS CONCEDIDOS AOS EMPREGADOS

INSTITUTO CONAB DE SEGURIDADE SOCIAL - CIBRIUS

a. Plano de Previdência Complementar

O CIBRIUS é uma Entidade Fechada de Previdência Complementar, com natureza jurídica própria, que tem como objetivo administrar plano de benefício de caráter previdenciário propiciando ao participante uma aposentadoria mais digna no futuro, assegurar a sua família proteção em caso de falecimento, além de oferecer benefícios de caráter temporário em caso de doença.

O Plano de Benefícios Conab, inscrito no Código Nacional de Plano de Benefícios - CNPB sob o nº 19.790.007-19, está estruturado na modalidade de Benefício Definido. Seus regimes financeiros são o de Capitalização para aposentadorias, pensões e pecúlios e de Repartição para auxílio-doença.

São patrocinadores do Plano de Benefícios a Conab - Companhia Nacional de Abastecimento, qualificada como Patrocinador - Principal e o próprio CIBRIUS - Instituto Conab de Seguridade Social.

Para o alcance dos objetivos, o Plano de Benefícios recebe contribuições normais mensais das Patrocinadoras, dos Participantes e dos Assistidos, definidas anualmente pelo Plano de Custeio. A taxa de contribuição normal mensal da Conab, vigente para o exercício de 2008 é paritária com a dos Participantes, seguindo percentuais escalonados aplicados sobre o Salário de Participação e idade de entrada no Plano, de acordo com a Tabela de Contribuições Normais, constante do Plano de Custeio proposto pelo Amárin.

A Conab, mensalmente, também repassa valores a título de amortização de dívida, contratada do Termo de Adesão firmado em 07/10/1994, bem como de Termo Aditivo firmado em 12/12/2002. Até o mês de dezembro de 2008, foram amortizadas 179 parcelas, restando 61. O saldo da conta

 24

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2008 (em R\$ mil)

Contrato de Serviço nos exercícios de 2008 e 2007, respectivamente, foi de R\$ 60.312 e R\$ 68.145.

As demonstrações contábeis do CIBRIUS são examinadas por auditores independentes e a Avaliação Atuarial e o Plano de Custeio anuais são elaborados por empresa de Consultoria Atuarial. Ambos são contratados pela própria entidade, nos termos da legislação previdenciária. A última Avaliação Atuarial teve como base 31 de março de 2008.

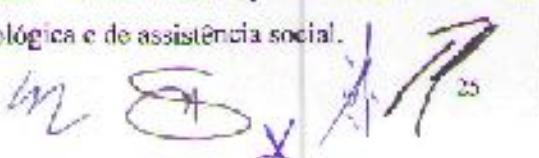
Em razão da NOTA TÉCNICA N° 30 CGPR/CGAT, o CIBRIUS, em face da apuração de insuficiência de cobertura do Plano de Benefícios, esteve, no período de 13/12/2000 a 30/11/2007, em processo de intervenção federal da Secretaria de Previdência Complementar do Ministério da Previdência Social. Após o término da intervenção, a gestão da Entidade foi devolvida aos participantes e assistidos, com a recomposição dos seus órgãos estatutários.

Em consonância com a legislação, a cobrança das insuficiências atuariais do Plano vem sendo discutida na justiça, na 3ª Vara Federal – Seção Judiciária do Distrito Federal – sob o Processo n° 2000.3400.04.4722-0.

Em 2007, praticamente após oito anos de intervenção federal no CIBRIUS/SPC, iniciaram-se, entre representantes do Departamento de Controle das Empresas Estatais – DEST, da Diretoria Colegiada da Conab e do representante da Secretaria de Previdência Complementar/Ministério da Previdência Social, discussões para o equacionamento administrativo das insuficiências de cobertura, propondo-se o Saldamento do Plano de Benefícios Conab e a modelagem de um novo plano a ser oferecido aos empregados das patrocinadoras, cujos trabalhos encontram-se em fase de modelagem técnica devendo, em ocasião oportuna, ser levado ao conhecimento da Diretoria Colegiada e dos empregados da Conab.

b. Serviço de Assistência à Saúde – SAS

Em suplementação à assistência oferecida pela rede pública de saúde, a Conab oferece aos seus empregados e dependentes o serviço de Assistência à Saúde voltado para o atendimento das necessidades de natureza médica, hospitalar, odontológica e de assistência social.



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2008 (em R\$ mil)

A implementação do SAS é efetuada pelo atendimento médico/hospitalar, por meio da rede credenciada de médicos, dentistas, clínicas, laboratórios e hospitais, cujas regras e critérios estão definidos nas Normas da Organização, código 60.105.

As despesas com o SAS são cobertas pela Conab e eventualmente pelo Tesouro Nacional, com a participação financeira do empregado, que pode ser de 20%, 30% ou 40%, de acordo com a faixa salarial, nos termos do Acordo Coletivo 2007/2008/2009, mediante desconto em folha de pagamento.

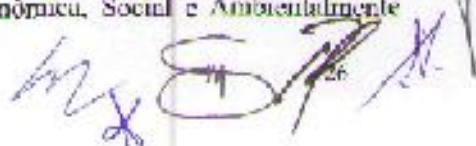
No exercício de 2008, a Conab efetivamente gastou com o SAS, já descontada a participação dos empregados, o montante de R\$ 13.516, beneficiando 4.242 empregados e seus dependentes. O saldo a receber, em 31/12/2008, referente à participação financeira dos empregados é de R\$ 5.883.

22. CONVÉNIOS

a. Programa de Revitalização – PNUD

Desde 2003, a partir do acordo firmado com a Agência Brasileira de Cooperação - ABC/MRE e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD (Projeto BRA/03/34), vêm sendo implementado o Programa de Revitalização da Conab objetivando, sobretudo, a capacitação da Companhia para os novos desafios, no sentido de atender às demandas do Governo Federal e, consequentemente, contribuir para a diminuição das desigualdades sociais, de forma a auxiliar na promoção do bem-estar social e do desenvolvimento do País.

Os projetos em desenvolvimento são os seguintes: 1. Implementação de Sistema de Avaliação Permanente do Desempenho da Companhia; 2. Modernização da Tecnologia da Informação da Conab (PMTI); 3. Aperfeiçoamento da Tecnologia de Previsão de Safras da Conab (GeoSafras); 4. Estruturação de Redes de Produção e Comercialização de Produtos Regionais criados da Agricultura Familiar e do Agroextrativismo, em Bases Econômica, Social e Ambientalmente.



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2008 (em R\$ mil)

Sustentáveis; e 5. Promoção da Eficiência das Cadeias de Produção de Pescados provenientes da Pesca Artesanal e da Aquicultura Familiar.

As ações do projeto estão sendo executadas com recursos próprios da Conab e de outros Órgãos do MAPA e MDA e, ainda, da Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca (SEAP).

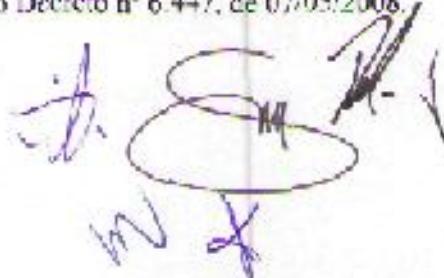
O montante dos recursos repassados foi:

Descrição	Exercícios	
	2008	2007
Repasso – Recursos Próprios	168	1.794
Repasso – Recursos Outros Órgãos	9.507	9.649
Repasso – Recursos Extraordinários do Orçamento – União	0	200
Total de Repasses	9.675	11.643

b. Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar - PAA

A Comarhia, por força dos convênios mantidos com os Ministérios do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS e do Desenvolvimento Agrário – MDA, atendeu a 1.083 municípios e 92.071 produtores/famílias, sendo adquiridas 178 mil toneladas de produtos.

Os recursos transferidos foram aplicados na aquisição de produtos agropecuários produzidos por agricultores familiares, que se enquadram no Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF, na distribuição de alimentos para pessoas em situação de insegurança alimentar e formação de estoques estratégicos. Esse programa foi instituído no art. 19 da Lei nº 10.696, de 02/07/2003, e regulamentado pelo Decreto nº 6.447, de 07/05/2008.



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2008 (em R\$ mil)

O programa envolveu recursos na ordem de R\$ 293.613, em 2007 e R\$ 288.452 no ano de 2008.

Brasília - DF, 31 de dezembro de 2008.


WAGNER GONÇALVES ROSSI
PRESIDENTE


LUÍS HENRIQUE TEIXEIRA BALDEZ
DIRETOR DE GESTÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA


ROGÉRIO COLOMBINI MOURA DUARTE
DIRETOR DE GESTÃO DE ESTRUTURAS


SILVIO ISOPÓ PORTO
DIRETOR DE LOGÍSTICA E GESTÃO EMPRESARIAL


ALEXANDRE MACNO FRANCO DE AGUIAR
DIRETOR DE RECURSOS HUMANOS E
MOTIVAÇÃO


RUBINALDO LAMEIRA DOS SANTOS
SUPERINTENDENTE DE CONTABILIDADE
CONTADOR CRC/DF 006252/0-8 CFP/067175242-53

21. Relatório da Administração

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

**Companhia Nacional de
Abastecimento - Conab**

Exercício 2008

Introdução

Cumprindo disposições legais e estatutárias, a administração da Companhia Nacional de Abastecimento – Conab submete à apreciação dos Senhores Conselheiros, as Demonstrações Financeiras, concernentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2008, acompanhadas das respectivas notas explicativas.



Mensagem da Diretoria

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva, quando participou do Fórum Econômico Mundial de 2007, na cidade suíça de Davos, chamou a atenção, àquela época, sobre a grave crise da fome no mundo, citando, em especial, os países mais pobres.

Na oportunidade, o presidente Lula pediu aos 24 chefes de Estados presentes ao Fórum, maior sensibilidade para com o tema e, solicitou que as nações mais ricas repassassem um percentual aplicado na produção de armas para atender às necessidades dessas nações.

A reação foi positiva, visto a repercussão junto à opinião pública mundial, com destaque nos principais jornais internacionais. Embora elogiado pela iniciativa do governante brasileiro, o grupo dos países mais ricos, posteriormente, deu pouca importância ao assunto, pois adotam, com freqüência, políticas protecionistas no sistema produtivo agrícola, com fortes aplicações em subsídios.

Apesar das dificuldades em superar as barreiras existentes entre ricos e pobres, o Brasil tem avançado de forma eficaz no combate a esta constrangedora situação social. O governo federal investiu em programas específicos, no intuito de minimizar a miséria e a fome. Podemos citar como exemplo, o lançamento do então programa e atual estratégia Fome Zero. No primeiro governo do presidente Lula da Silva, se priorizou, também, melhor atendimento aos pequenos e médios produtores rurais, por meio do estímulo a produção da agricultura familiar, aonde consolida as ações do governo em atender nossas demandas internas aos que vivem em situação de carência alimentar.

ML

Hoje, produzimos em torno de 134,7 milhões de toneladas de grãos, com exportação dos excedentes. Poderíamos atingir uma capacidade bem maior, em face da grandiosa extensão de terras agricultáveis do País, com a garantia da eliminação definitiva da fome nacional.

A Conferência Mundial sobre Alimentação, em 1974, projetou sua erradicação no período de 10 anos, ou seja, 1984. Esta previsão não se concretizou. Agora, 34 anos depois, segundo a FAO, até 2020, a carência alimentar será reduzida pela metade, mas 1,3 bilhões ainda passarão fome, sendo 10% só de crianças.

Desde a data de realização do Fórum observa-se que se intensificou a crise dos alimentos no mundo, que não tardou a eclodir. Soma-se, ainda, a recente crise financeira que abalou o planeta, com a falência das entidades financeiras, iniciada nos Estados Unidos e estendida à Europa e à Ásia.

Neste ponto, agrava-se de forma ainda mais acentuada a questão da fome, que passa a ocupar um plano secundário, com consequências devastadoras ao atingir os países mais pobres e suas populações. Desacelera neste aspecto a ajuda humanitária, quando se retira o foco das atenções. É patente, em contrapartida, que, para se estabelecer um patamar de investimentos para a erradicação desse flagelo, a atual crise econômica abala indubitavelmente qualquer redirecionamento de recursos financeiros em ressalva.

O relatório do Instituto Americano de Pesquisas (2007), aponta resultados nada animadores sobre a economia dos países pobres ligado a FAO. Apenas a África, para revertêr o número de fumintos, deverá ter disponível em torno de 76 a 186 bilhões de dólares,

12

previstos em investimentos de infra-estrutura básica. Iste compreende estradas, irrigação e saúde entre outros.

Conforme a manifestação do presidente Lula, em Davos (2007), se as aplicações em armamentos fossem reduzidas, restariam recursos disponíveis ao atendimento dessa demanda alimentar. Hoje, apenas 10 bilhões de dólares seriam suficientes a reduzir significativamente a tragédia de crianças subnutridas no mundo. Este valor representa uma cifra ínfima e é bem menor do quanto se gasta na produção de armas.

O que é importante, neste contexto, é a política de governo implementada por meio da Companhia Nacional de Abastecimento - CONAB nestes últimos anos, pois colocou o Brasil em posição privilegiada no cenário internacional, com destaque em sua larga experiência no atendimento às populações menos favorecidas, no combate a fome, a miséria e aquelas atingidas por calamidades.

Sem se distanciar da realidade, a Companhia chegou de imediato em apoio às vítimas dos temporais do Vale do Itajaí em Santa Catarina, disponibilizando àquelas populações, o alimento e o apoio logístico necessário a recomposição da dignidade social. O mesmo fenômeno se abateu, também, sobre o estado de Minas Gerais. Mais uma vez, a Empresa amparou as comunidades necessitadas com o apoio alimentar.

A CONAB tem sido uma das principais ferramentas do governo no resgate da cidadania e da dignidade, quando disponibiliza de forma tempestiva seu apoio aos pequenos e médios agricultores familiares, as populações atingidas por barreiros, aos quilombolas, às populações indígenas, aos açoitados pelas intempéries. A Conab atua, também, resguardando

a regulação de preços no mercado, intervindo com seus estoques estratégicos quando necessário, praticando a política de preços mínimos. Exemplo de ação regulatória bem sucedida neste ano foi a intervenção no mercado do arroz, garantindo, de um lado, a renda aos produtores e, de outro, preços razoáveis à população.

O fato é que a Companhia possui um amplo “know-how” no setor de abastecimento, na atuação e garantia de forma eficiente para a neutralização dos impactos desfavoráveis às questões afetas do setor produtivo agrícola e social.

A formulação da política agrícola nacional municiou a CONAB, com tecnologias avançadas, protegendo o País de sobressaltos insurgentes de caráter político-social. Quais os principais fatores de desajustes diagnosticados que coloca em risco a estabilidade de uma região? Escassez de alimentos causada naturalmente por fortes variações climáticas, provocadas por razões naturais ou pela ação do homem, como desertificação por desmatamento, assoreamento dos rios, terremotos, pragas de insetos e enfermidades das plantas causadas por descontrole ambiental da cadeia biológica alimentar.

Com o esforço de seus técnicos e especialistas a Conab se coloca diante das tarefas árdas de planejar, administrar e executar a política agrícola nacional, de colocar em prática a garantia do abastecimento, de levar o alimento à mesa dos mais necessitados, de assegurar a continuidade das atividades dos pequenos, médios e grandes produtores.

Aqui, se estabelece uma prioridade em investimentos no campo humano por meio de treinamento e capacitação, da valorização pessoal com aplicação em recursos administrativos e humanos. Enfim, para o aprimoramento de nosso corpo funcional, embora de alta qualidade

42

técnica, se faz necessário uma constante atualização, de acordo com as atuais demandas, a medida em que o País avança em direção ao desenvolvimento.

Do terceiro ao primeiro mundo, existem obstáculos quase que intransponíveis, mas que foram e serão superados exatamente pela determinação de nossos colaboradores, estes que se dedicaram diuturnamente a esta CONAB. Assim, obtivemos também o reconhecimento internacional com constantes visitas de delegações estrangeiras em busca de informações, com a finalidade de usar nossa experiência em seus países.

A experiência nos qualificou a atuar em qualquer cenário internacional. A CONAB prestou assistência alimentar aos governos da Indonésia, afetado pelo recente tsunami ocorrido naquele país, ao Haiti, que passou por uma grave crise social, ao Panamá, à Cuba, a Honduras vitimados por furacões, sempre dentro dos programas humanitários do Governo Federal.

A magnitude da CONAB nos deixa orgulhosos em trabalhar em uma Empresa, que cumpre eficazmente suas obrigações e desempenha com maestria sua capacidade quer o apoio a agricultura empresarial ou familiar, quer no atendimento social no Brasil e no exterior.



A Diretoria

DESEMPENHO CORPORATIVO

A agricultura brasileira, por décadas, apresentou um quadro de produção inexpressivo na atividade rural, com uma gama de questionamentos quanto à forma de melhor desenvolver o setor com maior produtividade. Plantio direto, uso de defensivos, monocultura, negócios, preços e mercado internacional.

A atividade rural necessitava de um apoio formal do estado. Por esta razão o governo uniu em um único ambiente a tecnologia, o "know how" e a capacidade de técnicos qualificados e experientes empresas, com os pressupostos em financiamento, em armazenagem e comercialização, além das informações precisas sobre política agrícola.

Neste sentido, entra no cenário a Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), vinculada ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, criada em 1990, com a fusão da Companhia Brasileira de Alimentos, da Companhia Brasileira de Armazenamento e da Companhia de Financiamento da Produção.

A Conab, em 2008, fechou o exercício com um saldo positivo em suas atividades, superando as expectativas almejadas, inclusive, com alteração de sua estrutura orgânica, com a criação de uma Diretoria de Recursos Humanos e Modernização, que terá, entre outras ações, a especial tarefa de reorganizar o quadro de pessoal da Companhia, com um novo foco na gestão de pessoas.

Reconhecida como uma Empresa com forte influência na definição do agronegócio brasileiro, tem sido parâmetro nas principais Bolsas de Mercadorias brasileiras e internacionais como a de Chicago, Nova York e Londres, que desempenham importante papel no mercado de "commodities", com a regulação de praticamente quase todo o comércio

internacional, mas com fortes interferências, também no mercado asiático nas bolsas de Tóquio, Hong Kong, Coreia do Sul e Twain, entre outras.

Ainda com o perfil humanitário, a Companhia atendeu, tempestivamente, as recentes catástrofes ocorridas nos estados de Santa Catarina e Minas Gerais, colocando a serviço da população local, os gêneros alimentícios tão necessários a garantia de sobrevivência e apoio logístico na recuperação das perdas aos produtores da região. Em pequeno espaço de tempo, atendeu demandas internacionais, também com auxílio de caráter humanitário na Ásia, na América Latina e África.

A Conab está presente no desenvolvimento social, com o apoio material e conhecimento de causa, com informações precisas na cidade e no campo, em atendimento às suas principais carências, nutridas com a atuação eficaz da Companhia Nacional de Abastecimento, uma empresa pública a serviço do governo, da sociedade Brasileira.

DESEMPENHO OPERACIONAL

Da Distribuição de Cestas de Alimentos

A distribuição de cestas e alimentos é uma ação social do governo federal que visa garantir, de forma regular, um composto alimentar a grupos populacionais específicos em situação de insegurança alimentar. São contempladas as famílias de trabalhadores rurais, que se encontram acampadas para sua inclusão no Programa Nacional de Reforma Agrária, comunidades indígenas, de terreiros, de remanescentes de quilombos, famílias desalojadas de áreas ocupadas por barragens, marisqueiros e carangueiros.

162

A coordenação das demandas encontra-se sob gestão da Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SESAN) do MDS que, em articulação com a FUNAI, FUNASA, INCRA, OAN/MDA, SEPPIR, SEAPE, Fundação Cultural Palmares e movimentos sociais, definem os beneficiários, a composição da cesta, os quantitativos e a periodicidade das entregas.

O suprimento das cestas é realizado por meio de compras no mercado regular, fazendo uso do sistema de leilão eletrônico da Conab, e de alimentos originários de aquisições da Agricultura Familiar, via Programa de Aquisição de Alimentos – PAA.

Os estoques repassados em 31 de dezembro de 2007, para distribuição em 2008, foram de 10,748 toneladas, correspondendo a 482.411 atendimentos.

A Conab, em 2008, recebeu para atendimento, demandas do MDS/SESAN com transferências de crédito no valor de 41,4 milhões reais, adquirindo 18,7 mil toneladas de produtos e transferidas do PAA 6,2 mil toneladas de alimentos.

Nesse período, foram distribuídas 1.439.256 cestas de alimentos, totalizando 32.552 mil toneladas, suplementando as necessidades alimentares e nutricionais de 354.218 famílias carentes.

Tal volume é 48% inferior ao realizado em 2007, que registrou a distribuição de 49.589 mil toneladas de alimentos, em face de liberação dos recursos apenas no mês de junho de 2008 pelo MDS/SESAN. Há de se considerar, também, a alta nos custos dos alimentos e o reduzido estoque de produtos do PAA na composição das cestas.

122

Distribuição de Cestas de Alimentos

Beneficiários	Nº de Cestas
Famílias Acampadas	925.517
Comunidades Quilombolas	112.873
Comunidades de Terreiros	38.933
Comunidades Indígenas	278.534
Atingidos por Barragens	59.38
Marisqueiros/ Catangueiros	3.744
Atendimentos Emergenciais	20.317
Total	1.439.256

Destaca-se, ainda, a participação da Conab na Operação de Combate aos Efeitos da BERIBÉRI, com repasse de 97 mil reais, com previsão de disponibilizar ao Governo do Estado do Maranhão 200 toneladas arroz beneficiado do governo do Maranhão, visando a troca do produto contaminado por fungos de micro toxinas causadoras da doença, detectadas no sudeste da cidade de Imperatriz. O montante de 364 toneladas de arroz em casca utilizadas no beneficiamento, fazia parte dos estoques do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) armazenados em Balsas.

Distribuição de Cestas de Alimentos – Emergenciais

Por solicitação da Secretaria Nacional de Defesa Civil do Ministério da Integração Nacional, a Conab adquiriu, em caráter emergencial, cestas de alimentos destinadas as comunidades atingidas pelas adversidades climáticas ou catástrofes de outra natureza, submetidas à situação de insegurança alimentar e nutricional, em virtude de sua espalhade e agilidade operacional.



Em 2008, foram repassados aproximadamente 49,1 milhões de reais, na compra de 21,5 mil toneladas de produtos, com a utilização de 2,1 mil toneladas de produtos oriundos do PAA, totalizando 740 mil cestas de alimentos. Desse total, foram distribuídas 7 mil toneladas, equivalente a 296 mil cestas, em diversos estados. Ao final do período, o saldo remanescente somou 16,9 mil toneladas.

Em comparação ao volume doado em 2007, em torno de 4,1 mil toneladas, o quantitativo fornecido em 2008 foi superior em 70,7%, influenciado pelos atendimentos realizados, principalmente nos estados de Santa Catarina, Rio de Janeiro, Minas Gerais e Piauí.

Distribuição de Cestas de Alimentos (Emergenciais) por Região

Região	Quantidade de Cestas (t)
Norte	734.212
Nordeste	3.233.540
Centro Oeste	240.500
Sudeste	1.535.499
Sul	1.255.595
Total	6.999.446

Da Ajuda Humanitária Internacional

O governo brasileiro tem despendido esforços para ampliar sua assistência humanitária nos países em situação de vulnerabilidade social e econômica. Para tanto, instituiu um grupo de trabalho interministerial para tratar do assunto, com a incumbência de definir as ações de ajuda humanitária a partir das demandas apresentadas por representações diplomáticas.

12

Para essas doações são utilizados alimentos dos estoques públicos e produtos de aquisições da Agricultura Familiar, mediante prévia autorização dos órgãos detentores dos estoques o MDS e o MI.

Em 2008, a Conab comandou emergencialmente a expedição de 1,6 mil toneladas de produtos básicos a sete países, destinados às populações atingidas por calamidades, a saber:

Ajuda Humanitária Internacional – Distribuição de Produtos

País	Moçambique	Zimbab	Bolívia	Haiti	Cuba	Paraguai	Jamaica	TOTAL
Qtde(t)	6.000	6.500	5.500	527.530	528.530	28.014	500.000	1.602.114

Por força da Medida Provisória 444/2008, foram autorizadas as doações de 45 mil toneladas de arroz, 2 mil toneladas de leite em pó e 500 kg de sementes de hortaliças, para as populações de Honduras, Haiti, Jamaica e Cuba, que se encontram acometidas por catástrofes climáticas. Inicialmente, foram embarcadas 900 toneladas de leite em pó e 600 toneladas de arroz.

O apoio técnico do governo brasileiro em ações de segurança alimentar e nutricional e a troca de experiências fizeram a Conab presente em ações no Timor Leste, com apoio na elaboração de projetos de abastecimento e de Segurança Alimentar e Nutricional, a exemplo do PAA e do Programa de Distribuição Gratuita de Alimentos (Projeto em fase final de implementação).

Realizou visitas técnicas em prospecção de novas tecnologias para operacionalização de mercados atacadistas de hortigranjeiros europeus, com a finalidade de aplicação no Brasil.

16

onde foram acertados acordos de cooperação técnica em Portugal, com a Mercasa, na Espanha, com a Mercamadri, na França, com a Rugs. Nesses países, o acordo prevê reciprocidades em treinamentos entre os técnicos de cada país. Alemanha e Dinamarca, apenas a cooperação técnica. Os acordos estão em fase de formatação por meio do Itamaraty.

Do Apoio Institucional ao Fome Zero

A Conab recebeu material de assistência humanitária destinado às vítimas de calamidades nos estados da Bahia, Ceará, Maranhão, Pará, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte e Rio Grande do Sul, perfazendo um estoque total de 1.193.155.

Foi ampla a atuação da Conab em auxílio às vítimas do Vale do Itajaí, em face dos fortes temporais ocorridos na região, com desmoronamentos de encostas e soterramentos de cidades. Na linha de frente, distribuiu cestas de alimentos e material de apoio, colocando armazéns e equipe técnica nas operações em parceria com o Exército, Secretaria Nacional de Defesa Civil e governo do Estado, na coleta, na guarda, na seleção e na distribuição dos produtos doados pelos demais estados, população e empresas, recebendo recursos na ordem de 1,156 milhão de reais.

Do Apoio Logístico ao Fome Zero

O Fome Zero é uma estratégia de governo que envolve o estado e a sociedade, com um conjunto de ações voltadas aos brasileiros com carência alimentar, de maneira que tenham acesso a uma alimentação balanceada, na quantidade e qualidade suficientes, de forma digna, regular e sustentável.

427

Por orientação das Portarias Interministeriais nº 183/2003 e nº 1.128/2008 a Conab participa do Fome Zero, com o abastecimento alimentar, como executora operacional, dentro de suas atribuições institucionais. A direção da empresa orientou que sua participação fosse direta, com prioridade ao atendimento aos processos do Fome Zero, de forma a disponibilizar ao Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) toda sua estrutura e capilaridade operacional, para o recebimento, guarda, movimentação e distribuição de produtos doados ao Fome Zero, incluindo, máquinas, eletroeletrônicos, peças de vestuário, utensílios, veículos e brinquedos.

Ao cresceram-se, ainda, a aquisição de bens e prestação de serviços para instalação de unidades de apoio as ações de suplementação alimentar, serviços de guarda, transporte e distribuição de material informativo e pedagógico, doação de produtos originários de aquisições da Agricultura Familiar, promovendo ações de suplementação alimentar e geração de renda, em articulação com instituições de interesse público. Em síntese, esse apoio em 2008 alcançou sete Unidades da Federação e pode ser definido em três linhas de ações:

a) Produtos Recebidos em Doação

Em 2008, foram distribuídas mercadorias no valor de 765,6 mil reais, num total de 58 atendimentos em 10 municípios.

Distribuição de Mercadorias por Estados - Valor

Estado	Valor (R\$)
Amazonas	72.294
Bahia	6.879
Goiás	12.696
Paraíba	13.137
Rio de Janeiro	560.622
Total	765.629

b) Materiais Informativos e Pedagógicos Distribuídos

A Conab recebeu, guardou, transportou e distribuiu 171,5 mil impressos de divulgação do Fome Zero, utilizados em campanhas e atividades de capacitação nas áreas de segurança alimentar e cidadania.

Distribuição de Materiais Informativos e Pedagógicos

UF	TOTAL
Distrito Federal	169.970
Goiás	1.600
Total	171.570

c) Doação de Produtos da Agricultura Familiar

Atendendo às solicitações de entidades governamentais, bancos de alimentos e outras instituições de interesse público, a Conab, em 2008, usou os estoques originários de aquisições da Agricultura Familiar e doou 14,66 mil toneladas de produtos, utilizados em ações de suplementação alimentar.

Dados sobre Doação de Produtos da Agricultura Familiar

Número de Municípios Atendidos	655
Número de Pessoas atendidas	1.89 mil
Quantidades de Produtos Dados	14.666 mil

BR

Do Apoio aos Criadores de Pequeno Porte

Programa de Vendas em Balcão

Para contrapor as dificuldades dos pequenos criadores em suprir suas demandas de ração necessária dos rebanhos, em face da falta de acesso aos estoques governamentais ofertados em leilões públicos, realizados em Bolsas de Mercadorias, foram realizadas as Operações de Vendas em Balcão, que permitem o escoamento pulverizado dos estoques públicos, favorecendo os pequenos criadores, as agroindústrias de menor porte, as entidades de classe, as instituições de ensino e as pesquisas aos produtos ofertados pela Conab.

Com essas operações de Vendas em Balcão, o governo assegura aos segmentos produtivos de menor porte, o acesso aos insumos para o desenvolvimento de suas atividades, favorecendo a geração de emprego e renda, sobretudo em áreas de maior demanda social.

Para que um maior número de clientes tenha acesso aos produtos ofertados, as quantidades máximas para compra mensal estão limitadas por produto e comprador, sendo 14 toneladas de milho em grão para as regiões Norte e Nordeste e 27 toneladas para as regiões Centro Oeste, Sudeste e Sul. Estabelecido o limite para 100 toneladas de arroz em casca, 10 de castanha de caju, 50 de trigo e 1 mil unidades de saceraria para todas as regiões.

As Vendas em Balcão dos produtos dos estoques públicos (incluindo os originários de aquisições da Agricultura Familiar), cujo desempenho está vinculado à disponibilidade do produto e a atratividade do seu preço de venda, foram realizadas em 20 estados, totalizando 75,7 mil toneladas de produtos, sendo 75,4 mil toneladas de milho em grãos e 175 toneladas de castanha de caju, com benefício direto de 29,5 mil atendimentos.

M.

Vendas em Balcão - Produtos dos Estoques Públicos

Produto	Quantidade	Atendimento
	Tonelada	Quantidade
Milho em Grãos	75.525	29.516
Castanha de Caju	175	31
Total	75.700	29.547

Do Apoio ao Comércio Varejista de Pequeno Porte

A necessidade de se preservar a diversidade do micro comércio de produtos básicos das periferias das pequenas e grandes cidades, de forma a satisfazer as demandas de suas comunidades circunvizinhas com mercadorias de qualidade e preços condizentes com o mercado, levou a Conab a desenvolver ações para modernizar e fortalecer esse sistema de comércio.

Assim, criou a Rede de Fortalecimento do Comércio Familiar de Produtos Básicos – REFAP, com a função indutora de promover, mediante prévia seleção e capacitação de unidades varejistas, a formação de Centrais de Negócios, com a perspectiva de associativismo, com vistas a fortalecer o comércio de pequeno porte e incorporar melhorias de suprimento a clientela.

A rede encerrou o ano de 2008 com aproximadamente 1,4 mil unidades varejistas cadastradas, algumas já agrupadas em uma das quatro Centrais de Negócios construídas, nos estados do Ceará, de Pernambuco, de Alagoas e da Paraíba e três, em processo de formação, nos estados da Bahia, do Piauí e Maranhão.



Do Apoio a Modernização do Setor Hortigranjeiro

O mercado de produtos hortigranjeiros tem significativa relevância em termos físico e financeiro junto ao setor econômico, sendo considerado um dos segmentos da agricultura com maior potencial de crescimento.

Apesar da pujança e da expressiva dimensão geográfica e econômica, envolvendo inúmeros agentes públicos e privados, é um mercado desprovido de capacidade de articulação – em face da quebra da sua unidade sistêmica – alguns mercados, ainda encontram-se filiados à Associação Brasileira das Centrais de Abastecimento – Abracen.

O problema enfrentado por este setor trouxe de parte de seus consignatários, proposta à Conab, para participação e diagnóstico da questão, em busca de uma solução. Com este cenário, a Companhia iniciou um amplo debate sobre o tema, visando estruturar ações que contribuíssem na melhoria dos processos produtivos, de guarda e conservação, de transporte e de comercialização dos produtos hortigranjeiros. Em decorrência, surgiu o Programa Brasileiro de Modernização do Mercado Hortigranjeiro – PROHORT, criado pela Portaria nº 171, de 24 de março de 2005, do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA.

A coordenação do programa é exercida pela Conab, em conjunto com os Mercados Atacadistas e demais entidades diretamente envolvidas, a partir de um modelo sistêmico que contempla o conjunto dos interesses do setor, de produção e comercialização.



Da Formação dos Estoques Públicos

Em 2008, a Conab adquiriu por meio de AGF (Aquisição do Governo Federal) 393 mil toneladas de produtos, sendo 7 mil de sisal, 149,4 mil de milho e 236,1 mil de trigo, totalizando um gasto de R\$ 160,1 milhões.

Por intermédio do mecanismo de Contrato Público de Opção de Venda, adquiriu 821 mil toneladas de milho pelo montante de R\$ 215,4 milhões. Também foram negociados 40.859 contratos equivalentes a 1,1 milhão de toneladas de trigo, com previsão de exercício em março de 2009, ou seja o comprador irá optar pela entrega ou não do produto à Conab, cujo custo está estimado em R\$ 591,3 milhões.

Da Garantia de Sustentação de Preços ao Produtor

O apoio à comercialização dos produtos amparados pela Política de Garantia de Preços Mínimos, também se dá pela utilização dos instrumentos de garantia e sustentação de preços, os quais exoneram o Governo Federal da obrigação de adquirir os produtos.

Para tal finalidade a Conab opera os seguintes instrumentos de equalização de preços (subvenção econômica) : PEP – Prêmio de Escoamento do Produto; PEPRO – Prêmio Equalizador Pago ao Produtor Rural e/ou sua Cooperativa e PROP- Prêmio de Risco para Aquisição de Produto Agrícola oriundo do Contrato Privado de Opção de Venda.

As operações de PEP realizadas em 2008 foram destinadas ao escoamento de 591 mil toneladas de milho, 309 mil toneladas de trigo (R\$ 53,7 milhões) e 28,6 milhões de litros de vinho vinífera (R\$ 19,3 milhões) representando um desembolso de R\$ 93,4 milhões.

João
[Signature]

Por intermédio do PEPRO foram negociadas 1 milhão de toneladas de algodão em pluma, com previsão de pagamento da subvenção no total de R\$ 549 milhões.

Para o escoamento da produção de milho do Mato Grosso, foram negociados, no primeiro leilão, 24.086 contratos de Prêmio de Risco de Opção Privada-PROP representando 850 mil toneladas, com subvenção prevista no valor de R\$ 43,4 milhões.

No segundo leilão, foram ofertados os 24.086 contratos do leilão anterior sendo negociados 17.093 contratos, correspondendo a 477 mil toneladas de milho e desembolso pelo titular do contrato (ente privado) de R\$ 300 milhões.

Da Comercialização dos Estoques Públicos

A venda dos estoques públicos visa regular o abastecimento ou corrigir as distorções de preços. Em 2008, foram comercializadas 1,51 mil toneladas de feijão com uma receita de 2.759 milhões de reais. De arroz em casca foram 8,9 mil toneladas, com um aporte de R\$ 5,66 milhões. De milho foram 6,08 mil toneladas, com receita de R\$ 18,8 milhões e, finalmente apurou-se a quantia de R\$ 2,15 milhões na comercialização de 4,9 mil toneladas de café.

Foram comercializados o quantitativo de 3,42 mil toneladas de milho aos segmentos da avicultura, da suinocultura e de bovinocultura leiteira das regiões norte/nordeste, norte de Minas Gerais Gerais e os estados de Santa Catarina, Rio Grande do Sul, São Paulo e Espírito Santo com a modalidade de Valor do Escoamento do Produto (VEP), com a estimativa de R\$ 37,6 milhões.

62

Da Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar

O Programa de Aquisição de Alimentos – PAA foi criado por meio da Lei nº 10.696/2003 (art.19), como uma política inscrita no âmbito do então Programa e atual Estratégia FOME ZERO com a finalidade de incentivar a agricultura familiar com ações vinculadas à aquisição de produtos agropecuários para a formação de estoques públicos e/ou sua distribuição para pessoas em situação de insegurança alimentar.

O PAA representa uma estratégia de fortalecimento da agricultura familiar. Trata-se de efetiva inclusão social, uma vez que, por meio de um mercado institucional, é assegurada renda a essas famílias provedoras de alimentos no limite de até 3.500 reais por família por ano.

Favorece também a integração entre programas, ações e projetos, públicos e/ou privados, estabelecendo a alimentação como mote ou veículo para articulação de processos sociais mais amplos que conjuguem aspectos de educação alimentar, saúde, saneamento, etc., atuando como um vetor para a dinamização das economias locais.

O PAA opera por meio de 5 instrumentos. Dois destes (Compra Direta Local e PAA-Leite) são executados por Prefeituras Municipais e governos estaduais a partir de convênios com o MDS. Outros 3 instrumentos (Compra Direta, CPR-Estoque e CPR-Doação) são operados pela Conab, mediante os repasses de recursos efetuados pelo MDS e MDA. A CPR-Doação é operada exclusivamente com recursos do MDS, enquanto os demais instrumentos operam com as duas fontes.

Os alimentos adquiridos por meio da CPR-Doação são destinados integralmente para as famílias em insegurança alimentar, ou para os programas sociais governamentais ou não. Já aqueles adquiridos por meio da Compra Direta e da CPR-Estoque compõem estoques públicos para doação posterior. Quando a aquisição se faz por meio da CPR-Estoque e com recursos do MDA, a doação só pode se dar parcialmente, mediante aprovação prévia deste Ministério.

IN

Em 2008, a Conab executou R\$ 276,4 milhões, envolvendo a aquisição de 178,5 mil toneladas de alimentos e 92.158 agricultores familiares, por intermédio dos instrumentos de comercialização: CDAF – Compra Direta da Agricultura Familiar, CPR-Doação – Compra da Agricultura Familiar com Doação Simultânea e CPR-Estoque – Formação de Estoque pela Agricultura Familiar.

Origem dos Recursos/Instrumentos	Valor das Operações (R\$)	Nº de Agricultores Familiares	QUANTIDADE (kg)
MDS	187.187.347,72	65.460	117.649.085
✓ CDAF	3.593.827,22	1.076	3.042.676
✓ DPR-DOAÇÃO (*)	182.677.003,46	64.109	114.105.575
✓ CPR ESTOQUE	915.617,04	275	500.734
MDA	89.231.151,00	26.698	60.854.666
✓ CDAF	42.713.811,96	12.258	10.829.924
✓ CPR-FSTOQUE	46.517.339,04	14.440	50.024.842
Total	276.418.498,72	92.158	178.603.651

(*) - 10.466.480 pessoas atendidas e 17.761 entidades beneficiadas

REGIÃO	Nº DE AGRICULTORES FAMILIARES	Nº DE MUNICÍPIOS	QUANTIDAD E (KG)	RECURSOS GASTOS COM AQUISIÇÃO (R\$)
NORTE	5.217	68	13.322.580	15.679.112
NORDESTE	27.190	381	44.055.134	80.840.103
SUDESTE	26.687	244	48.604.295	73.621.789
SUL	31.010	304	68.810.468	96.383.980
CENTRO OESTE	3.154	76	5.611.204	9.893.516
TOTAL BRASIL	92.158	1.093	178.503.651	276.418.499

132

DAS INFORMAÇÕES AGRÍCOLAS

A Conab consolidou, junto ao Governo, sociedade e usuários do exterior, a imagem de ser a principal referência oficial brasileira de informações agrícolas (safras, custos de produção e preços), como resultado dos investimentos na qualificação técnica de seu trabalho.

Para tanto, a Conab tem mobilizado o apoio de institutos de pesquisa, universidades e outros agentes, o que tem proporcionado uma constante melhoria dos nossos métodos e permitido, pela constante cooperação técnica, a qualificação de sua equipe.

Foram aprimorados os levantamentos dos prognósticos de safras agrícolas e os anúncios de safra passaram a ser mensais, o que se fez pela combinação de alterações metodológicas com a modernização do instrumental tecnológico utilizado.

No que concerne às tecnologias utilizadas, seguindo as orientações estratégicas de governo (de utilização de **plataforma Linux** e sistemas de **códigos-fonte abertos/softwares livres**), foram incorporados instrumentos de tecnologia da informação que permitem o desenvolvimento de softwares adequados às necessidades da Conab, o que, combinado com o uso de **ferramenta auxiliar (geotecnologias/imagens de satélites)** proporcionou maior precisão na definição das áreas de cultivo para produtos como soja, arroz, café, trigo e cana.

Faz uso também de metodologias que compartilham dados agrometeorológicos (pluviosidade, temperatura e radiação solar) para estimar o rendimento das culturas, e outras que, na produção de mapas, utilizando escala de cores, permitem visualizar o índice de vegetação e estimar rendimento normal ou acima da média para uma dada cultura - método auxiliar para avaliar o comportamento esperado das safras e/ou o ritmo de expansão/ retração das áreas cultivadas.

42

04

Na área de **informações** registre-se a sequência na implementação do projeto **GenSafras** que se vale do uso de **tecnologias modernas** (georreferenciamento, GPS, etc) para os levantamentos e avaliações de safras; o aprimoramento dos sistemas de **informação** (SIGAGRO e SIGABrasil) com vistas a manutenção do banco de dados que dispõe de 6.335 séries de preços, 87 indicadores econômicos, quadro de suprimentos, balança comercial etc. No que se refere a apuração de custos de produção a ampliação dos produtos trabalhados para atender o PGPAF (Programa de Garantia dos Preços da Agricultura Familiar) e a PGPM/Produtos da Sociobiodiversidade etc.

No que tange a elaboração de análises do mercado agropecuário, **estudos e propostas** de apoio à comercialização e garantia de renda ao produtor rural, destacamos os trabalhos relacionados à inclusão dos produtos da sociobiodiversidade (açaí, babosa, pequi e berracha natural-extrativa) na pauta da PGPM, resultado da parceria entre a Conab e o MMA, que envolveu desde a alteração na legislação (lei de subvenção e Decreto-lei 79/66) até o estudo das cadeias destes produtos, com visitas aos locais de produção e articulações com os Ministérios da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e da Fazenda e também com a Casa Civil.



A competência de quem conhece

Nota-se, que a Conab tem cumprido fielmente o relevante papel frente aos grandes desafios do País, quais sejam o de garantir o equilíbrio dos estoques públicos e de mercado, o de manter os preços estáveis, ao mesmo tempo, a integridade da classe produtora brasileira, sem distinção entre pequenos, médios ou grandes.

Assegurar o alimento à mesa dos desassistidos, levando a certeza de um amanhã melhor às crianças das mais longínquas cidades, a adultos e velhos saídos de regiões inóspitas em busca de melhores condições de vida, as margens dos grandes aglomerados urbanos.

E, finalmente, o de desempenhar a primordial função social de assistir, integrar, incluir, garantir alimentos a centenas de milhares de brasileiros desabrigados da cidadania, até de outros países, dos pequenos e grandes negócios do campo e da cidade, da tecnologia de ponta em guardar e abastecer, de levar e trazer o desenvolvimento ao mundo do agronegócio, planejando e executando uma única política, a política da segurança para a vida.

Esta é a Companhia Nacional de Abastecimento - Conab, uma empresa genuinamente brasileira.

Brasília (DF), 02 de março de 2009



Wagner Gonçalves Rossi

Presidente

22. Parecer da Auditoria Independente



WUO 2000

PARÉCCER DOS SUPERVISORES INVESTIGADORES

Res. Admin. credenciada da
Companhia Nacional de Abastecimento - Conab
- Brasil 16 - DF.

1. Examinante o balanço patrimonial da Companhia Nacional de Abastecimento - Conab, avénaco em 31 de dezembro de 2008, e as respectivas contas struturas do resultado, desse balanço só patrimônio líquido, desse fluxo de caixa e do valor adicionado correspondentes ao exercício findo naquela data, elaborado sob a responsabilidade de sua Administração. Nesse, responsabilidade a se demonstrar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis.
 2. Exigem-se que: a) esse balanço, incluindo os parágrafos 3 a 6, esteja exento de condizência de acordo com as normas de auditoria aplicáveis no Brasil e compreendendo: a) o demonstrativo dos resultados, considerando a relevância das balanças, o volume de transações e as situações igualitáis à de controles internos da Companhia; b) a constatação, com base em bases de auditoria e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis; c) a avaliação das práticas e das estruturas contábeis mais representativas adotadas pela Administração da Companhia, bem como da apresentação das demonstrações contábeis formadas em conjuncão;
 3. Conforme mencionado na nota explicativa nº 16.2, em 31 de dezembro de 2008, a Companhia responde a processos judiciais de naturezas civis e tributárias; em função disso, possui registrado no ativo, não circulante o montante de R\$ 3.456 mil referente a depósitos judiciais e recursos. Todavia, os demonstrativos contábeis não contemplam tais valores, assim, é exigível que seja feita a posição e ponderação desse direito no exame da auditoria. Assim, a Administração da Conab encopliza-se em p. questo de (re)avaliamento, justificação e adequação desse controle. Interpreta, desse critério de recalcular o valor das bases de mensuração aplicáveis à constituição das provisões para contingências, visando à conformidade ao estabelecido pelo NPG 22 do IBRACON - Instituto das Administrações Financeiras do Brasil. Dessa forma, em função do atual estágio em que se encontra esse processo, não é possível concluir sobre a adequação do anteriorizado, bem como sobre a necessidade de ajustes nas demonstrações contábeis relacionadas a contingências, naquela data.

BDO

BDO Trevisan

PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Aos Administradores da
Companhia Nacional de Abastecimento - Conab
Brasília - DF

4. A Companhia não realizou estudo para avaliar a existência de eventual perda por redução no valor da recuperabilidade do ativo immobilizado (Impairment), cujo saldo, em 31 de dezembro de 2008, é de R\$138.925 mil. Além disso, a Conab possui, registrado no ativo permanente Investimento o montante de R\$55.085 mil, previdenciariamente referente a bens imóveis cedidos, por meio de contratos de comodato, a outros órgãos da administração pública que atualmente não estão gerando receitas à Companhia. Nesse contexto, à Administração da Companhia não dispõe de elementos que nos possibilitem avaliar se os referidos ativos serão recuperados em sua totalidade pela geração de resultados futuros.
5. A Companhia dispõe de sistema de custos dos estoques que demonstra as movimentações de todas as Superintendências Regionais - Súp'res, entretanto o sistema não gera relatórios consolidados com as movimentações diárias dos postos das regionais. A Administração da Conab está com "pacote de implementação do sistema de controle dos estoques denominado XFAO" que será responsável pela integração de todas as movimentações ocorridas nos estoques das Súp'res. Como consequência, em função do atual estágio em que se encontra esse processo, encontramo-nos impossibilitados de fornecer opinião sobre a adequação do saldo das custas das mercadorias vendidas na demonstração do resultado do exercício fino naquela data, bem como avaliar os possíveis impactos tributários decorrentes.
6. Conforme mencionado na nota explicativa nº 5, em 31 de dezembro de 2008, a Companhia possui registrado o montante de R\$181.160 mil referente à ICMS a compensar, decorrente, principalmente, das aquisições de mercadorias destinadas à doação ao Programa Federal - Fome Zero. Todavia, a Companhia, amparada por isenção (Convenção ICMS nº 18 de 2002), não vê-se promovendo um volume expressivo de saídas tributáveis, desse forma, encontramo-nos impossibilitados de atestar quanto é realização do aproveitamento do referido crédito tributário, naquela data.

PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Aos Administradores da
Companhia Nacional de Abastecimento - Conab
Brasília - DF

7. A Conab é patrocinadora de uma Entidade Fazenda de Previdência Privada, denominada Instituto Conab e Seguridade Social - CIBRIUS. Conforme mencionado na nota explicativa nº 21, a Conab possui dívida contretada com o CIBRIUS, por meio da formação de adesão firmada em 7 de outubro de 1994 e formo ativo firmado em 12 de dezembro de 2002, referente ao aequacionamento da parte na insuficiência de cobertura das provisões matemáticas e constitutivas relativas ao serviço prestando. O saldo devedor dessa contabilidade em 31 de dezembro de 2008 é de R\$80.312 mil (R\$68.146 mil em 2007). Entretanto, as demais regras contábeis referidas no parágrafo 4 não contemplam qualquer obrigação referentes ao recente aequacionamento do referido montante. Por consequência, em 31 de dezembro de 2008, o passivo está diminuído e o resultado do exercício aumentado naquela montante.
8. Conforme mencionado nas notas explicativas nº 9 e nº 11, a Conab possui registrado em 31 de dezembro de 2008, no ativo circulante os montantes de R\$152.350 mil e R\$1.063 mil e no ativo não circulante os montantes de R\$111.359 mil e R\$22.426 mil referentes a créditos por infrações contratuais, prazo plamente reabandonados e perdas dos estoques em poder de terceiros. Contudo, considerando as incertezas quanto à realização desses créditos, os ativos em questão não deveriam estar registrados em sua totalidade, em conformidade com o NPC-22 do IBRACON - Instituto dos Auditores Independentes do Brasil, que determina o registro de ativos contingentes somente quando forem considerados praticamente certos de realização. Consequentemente, em 31 de dezembro de 2008, o ativo, o resultado do exercício e o patrimônio líquido estão aumentados naquela montante.
9. Conforme mencionado na nota explicativa nº 11, a Conab possui registrado, em 31 de dezembro de 2008, o montante de R\$30.320 mil na rubrica Entidades Federais, dos quais R\$28.352 mil referem-se a valores a receber do Programa de Distribuição de Alimentos - PRODEA destinados ao recebimento. Entretanto, no exercício de 2008, o referido programa foi extinto. Por consequência, considerando as incertezas quanto à realização desses créditos, o ativo em questão deveria estar integralmente aprovisionado, em conformidade com o NPC-22 do IBRACON - Instituto dos Auditores Independentes do Brasil. Consequentemente, em 31 de dezembro de 2008, o ativo, o resultado do exercício e o patrimônio líquido estão aumentados naquela montante.

BDO

BDO Treviso

PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Aos Administradores da
Companhia Nacional de Abastecimento - Conab
Brasília - DF

10. Em nossa opinião, exceto quanto aos possíveis efeitos que possam advir dos seguros mencionados nos parágrafos de 3 a 6 e, exceto quanto aos efeitos dos seguros, mencionados nos parágrafos de 7 e 9, as cemissões contábeis referidas no parágrafo 1 repreendem adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira em 31 de dezembro de 2008, o resultado de suas operações, as mutações do seu patrimônio líquido, dos fluxos de caixa e do valor adicionado das operações referentes ao exercício-fundo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil;
11. Conforme mencionado na nota explicativa nº 21, o plano de benefícios administrado pelo CIBRIUS está estruturado na modalidade de benefício definido e em 31 de dezembro de 2008 possui tópico de ação que demonstrações contábeis corrigem matemática e constituir. Entretanto, a cobrança desse insuficiência atuarial encontra-se, em discussão judicial e o plano não tem processo de modelagem para o seu aprimoramento. Adicionalmente, a Companhia não efetuou os cálculos a fim de determinar o passivo atuarial em consonância aos critérios previstos pela NPG 26 do IFRADON - Instituto dos Auditores Independentes do Brasil. Dessa forma, em função do atual estágio em que se encontram os referidos processos, não é possível determinar os eventuais efeitos desses temas nas demonstrações contábeis naquela data.

BDO

BDO Trivisan

PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Aos Administradores da
Companhia Nacional de Abastecimento - Conab
Brasília - DF

12. Anteriormente, as demonstrações contábeis relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2007, compreendendo o balanço patrimonial, as demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e das origens e aplicações de recursos desse exercício, além das informações complementares compreendendo as demonstrações do fluxo de caixa e do valor adicionado, foram examinadas por outros auditores independentes e o parecer, datado de 25 de março de 2008, foi emitido sem ressalva. Conforme mencionado na nota explicativa 6, as práticas contábeis adotadas no Brasil foram alteradas a partir do 1º de janeiro de 2008. As demonstrações contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2007, apresentadas à MME ex-juridical com as demonstrações contábeis de 2008, foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil vigentes até 31 de dezembro de 2007 e, como permitido pelo Pronunciamento Técnico CPC 13 - Adição Inicial da Lei nº 11.638/07 e da Medida Provisória nº 443/08, não estão sendo reapresentadas com os ajustes para fins de comparação entre os exercícios.
13. As demonstrações dos fluxos de caixa e do valor adicionado correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2007, preparadas em conexão com as demonstrações contábeis do exercício de 2008, foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos no parágrafo 2º e, em nossa opinião, essas demonstrações estão adequadamente apresentadas em todos os seus aspectos relevantes em relação às demonstrações contábeis mencionadas no parágrafo 12, tomadas em conjunto.

Brasília, 17 de abril de 2009

Marcelo Faria Pereira
Sócio-contador
CRC 1RJ077911/D-2 "S" DF
BDO Trivisan Auditores Independentes
CRC 2SP0134530-6 "6" DF

II. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO BALANÇO ENCERRADO EM 31/12/2008

Aas Demonstrações Financeiras do Balanço encerrado em 31/12/2008 foram elaboradas em conformidade com a NRCT 3 (Conceito, Conteúdo, Estrutura e Nomenclatura das Demonstrações Contábeis), aprovada pela Resolução/CFC n.º 686/1990, com as alterações dadas pelas Resoluções/CFC n.º 847/1999, 887/2000 e 1.049/2005, e com o artigo 176, da Lei n.º 6.404, de 16/12/1976, e ainda com a nova redação dada pela Lei n.º 11.638 de 28/12/2007 e Medida Provisória n.º 449, de 3/12/2008, aplicáveis às empresas públicas. As Demonstrações, lidas em conjunto com as Notas Explicativas, refletem a situação financeira, econômica e patrimonial da Companhia, exceto:

- 1) Pelos efeitos modificativos causados ao resultado do exercício e patrimônio líquido, em razão dos fatos consignados nas Notas Explicativas n.º 4 subitens "b", "b.1", "b.2", "b.3", "b.4" e n.º 18, subitens "b", "b.1" e "c", em face do contido no Relatório de Auditoria n.º 01/2009 e na Nota Técnica Audit n.º 03/2009, itens II.1 e III.
- 2) Pelas divergências entre os saldos contábeis da conta 'Estoques para Alionação' e os saldos financeiros dos Inventários de memória das Superintendências Regionais do MT, MG, PB e SC, objeto do Relatório de Auditoria n.º 01/2009. Observamos que a Companhia procedeu aos ajustes necessários no sistema de controle de estoque e os registros contábeis pertinentes no exercício de 2008.

III. CONTROLES INTERNOS ADMINISTRATIVOS

As ações da Auditoria Interna no exercício de 2008, conforme previsão no PAINI/2008, foram executadas nas áreas Finalísticas (PAA, Convênios e PGPM), Administrativa (Patrimônio e Licitações e Contratos), Recursos Humanos (Benefícios Concedidos e Folha de Pagamento) e Contábil-Financeira (Balanço e Contábil-Financeiro).

Atendendo ao Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna - PAINI, aprovado pelo Conselho de Administração, conforme Ata da Centésima Septuagésima Sexta Reunião Ordinária, de 12 de dezembro de 2007, que concretizou a programação das ações a serem executadas no exercício de 2008, a Audin desenvolveu as atividades elencadas no Relatório Anual de Atividades da Auditoria Interna-PAINI.

Mediante aplicação do testes de observância, seguindo roteiros técnicos denominados Questionário de Avaliação dos Controles Internos Administrativos - QACI, de que tratam os itens 2.3 a 3.3 do Manual de Auditoria Interna - MAI, concluímos que os controles da entidade estão adequados e adequados às normas internas da Conab e que pequenas definições pontuais estão sendo sanadas diante, inclusive, das orientações emanadas da Audin, mediante seus relatórios.

A Conab, em linhas gerais, preocupou-se com a documentação e a organização dos sistemas de controles internos, cujas normas internas organizativas

Parecer da Unidade de Auditoria Interna - Lizardas 2008

(estatuto, regimento e organograma), manuais de rotinas e procedimentos estão disponibilizados na *Intranet*, a todo o corpo profissional, em atendimento aos requisitos de gestão participativa, transparente e Ética, o que faz referência a inciso V, artigo 2.º do Decreto n.º 5.378, de 23/2/2005.

Constatou-se, ainda, a atenção da Conab no desenvolvimento de uma cultura de estratégia, controle e de gestão orientada a resultados, utilizando-se de canais de comunicação constante entre os seus vários níveis hierárquico-organizacionais, merecendo destaque a disponibilização física e em meio magnético (*Intranet*) de: clipping diário, "Notícias do Dia", "Hojelha da Conab", etc; em consonância com a metodologia COSO (Comitê das Organizações Patrocinadoras) de controles internos, a qual propugna pela criação de um ambiente de controle sobre as transações.

IV. A REGULARIDADE DE PROCESSOS LICITATÓRIOS

O exercício da 2008 foi marcado por grandes transformações nos procedimentos de auditoria. Sobretudo na área de regularidade dos procedimentos licitatórios, a equipe de auditores foi reforçada por procuradores aptos a contribuir com uma visão tecnicamente mais aprimorada aliada à evolução dos planejamentos de estudo de campo e de aplicabilidade de técnicas de auditoria modernas, frutos de cursos de reciclagem e treinamentos específicos ao longo do exercício.

Tais modificações conduziram os trabalhos de auditoria a buscar não apenas a aplicação dos princípios genéricos pertinentes aos procedimentos licitatórios, como a manutenção da sigilo, da imparcialidade e a garantia da igualdade entre os licitantes, mas também a aplicabilidade imediata dos princípios que regem a atuação da Administração Pública enquanto tomadora e gerenciadora de serviços e/ou prestados, ampliando-se de forma significativa a possibilidade de análise de gestão.

Para a consecução deste fim, a Audin reviu a elaboração de contratos, estabeleceu novos parâmetros de contratações e permaneceu efetuando o acompanhamento diário das contratações diretas realizadas pela empresa, por meio das publicações no Diário Oficial da União – DOU com vistas a garantir que tais contratações diretas encaixem-se no padrão de esporádicas, eventuais e excepcionais.

Esta prática realizada pela Audin foi reforçada pelo reabertura de comunicações internas expedidas pelos órgãos contratantes, motivadas por um cuidadoso trabalho de organização e orientação expedidos por este órgão.

Tendo em vista, portanto, a realização do trabalho de acompanhamento minucioso das contratações diretas efetivadas durante todo o ano de 2007, a Audin, no exercício de 2008, procedeu às ações de campo no intuito de analisar, avaliar e orientar as contratações diretas realizadas pela Matriz e as Superintendências Regionais de: Santa Catarina, Rondônia, Ceará, Goiás e Pernambuco.

Parceria da Unidade de Auditoria Interna - Exercício 2008

Dentro do resultado positivo destas atuações, destaca-se a manutenção do índice de contratações diretas realizadas pela Companhia em patamar inferior à porcentagem de contratações diretas realizada pela Administração Direta e Indireta da União.

Ainda sobre estas ações de auditoria, no que tange às impropriedades eventualmente encontradas, informa-se que foram incluídas nos relatórios de auditoria, os quais contiveram sugestões e recomendações a serem implementadas de imediato. As implementações são acompanhadas por meio do programa SIAUDI, por follow-up, até que a unidade auditada resolva as pendências.

V. O GERENCIAMENTO DA EXECUÇÃO DOS CONVÊNIOS, ACORDOS E AJUSTES, ESPECIALMENTE QUANTO À OPORTUNIDADE, FORMALIZAÇÃO E ACOMPANHAMENTO

Em 2008 a Conab não firmou convênios, acordos ou ajustes na condição de concedente.

Contudo, estava em vigência o convênio firmado com a Fundação Artur Bernardes em 2008 (Siafi n.º 572144) com termo final de execução previsto para 6/12/2010. Esse convênio possui como objeto o treinamento, aperfeiçoamento e capacitação de pessoas ligadas ao setor de produção e armazenamento agrícola, empregados da Conab ou de pessoas por ela indicadas, bem como a realização de seminários, aprimoramento de material didático, dois cursos e produção de boletins da divulgação de técnicas na área de armazenagem, desenvolvimento de projeto de pesquisa para quantificação de perdas no pós-colheita, implementação de programa de transferência e difusão de tecnologia na área de armazenamento, integração com as escolas técnicas, desenvolvimento de software para apurar os custos da atividade de armazenamento e processamento.

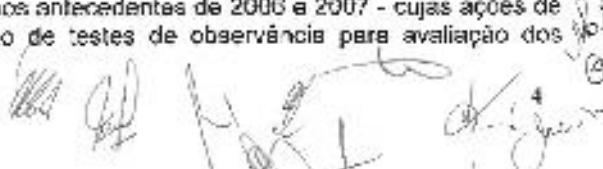
No exercício em referência – 2008 – por meio do Ofício Presid/Diges n.º 0478, de 16 de setembro de 2008, a Conab solicitou a rescisão do atuado Convênio, com base na cláusula décima quinta que estabelecia as condições para rescisão de comum acordo entre as partes.

O convêniente apresentou a prestação de contas do montante recebido que foi submetida à análise da área técnica e do ordenador de despesa em conformidade com a Instrução Normativa da Secretaria do Tesouro Nacional n.º 01/1997. A prestação de contas foi aprovada e os registros contábeis atualizados no sistema Siafi.

VI. O CUMPRIMENTO DE RECOMENDAÇÕES DA AUDITORIA INTERNA

A estratégia utilizada nos anos antecedentes de 2006 e 2007 - cujas ações de auditoria foram marcadas pela aplicação de testes de observância para avaliação dos

Fase(s) de Cumprimento Auditoria Interna - Exercício 2008



controles internos administrativos da Companhia, além de uma avaliação extensiva sob o aspecto do cumprimento normativo - criou as bases indispensáveis para o aprofundamento das análises nas ações de auditoria executadas em 2008.

Assim, as ações de auditoria realizadas no exercício de 2008 foram caracterizadas pela continuidade do projeto de mudanças contextuais no seio das atividades típicas de auditagem, com o objetivo de promover o aprofundamento das análises quanto às dimensões de desempenho: economicidade, eficácia e eficiência nos atos de gestão. Para tanto, conforme consignado no PAINT/2008, as ações foram delineadas com um número limitado de auditorias ordinárias, cujos objetos foram criteriosamente especificados em programas de auditoria próprios, levando-se em conta, prioritariamente, além do cumprimento normativo, os aspectos relacionados à relevância estratégica, materialidade, fragilidade de controles, criticidades e, sempre que possível, o risco inherent.

As auditorias ordinárias executadas em 2008, que mereceram ações sistemáticas e maior concentração de esforços, foram focadas em áreas consideradas "essenciais" por representarem, na avaliação da Audit, elementos de risco tendentes a produzir maiores impactos sobre os objetivos corporativos.

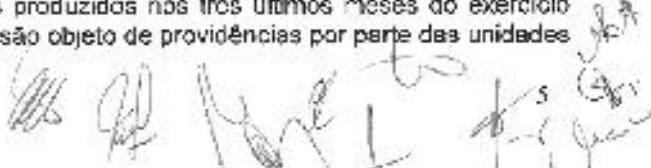
Foram realizadas auditorias nas áreas de licitações e contratos; patrimônio, especificamente os bens imóveis não destinados ao uso e classificados como investimentos; recursos humanos, envolvendo a folha de pagamentos e benefícios concedidos aos empregados; o Convênio firmado com o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome - MDS para a execução do Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar - PAA, no qual a Conab figurou como convenente e a Política de Garantia de Preços Mínimos – PGPM, relativamente ao processo de Aquisição do Governo Federal – AGI.

Destaque-se as auditorias inéditas realizadas em 2008 nas áreas finalísticas envolvendo o Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar – PAA – Convênio Conab/MDS - e o processo de aquisição de produtos no âmbito da Política de Garantia de Preços Mínimos – PGPM.

Complementando as auditorias ordinárias, por força das competências regimentais da Audit, foram executadas ações de auditoria de avaliação de balanço com vistas à emissão do parecer de auditoria interna para compor o Processo de Prestação de Contas da Conab e ainda as auditorias contábeis-financeiras preparatórias para o encerramento do exercício.

Não obstante a razoável segurança verificada na aplicação normativa, de modo geral, a quantidade de recomendações emanadas das análises procedidas demonstram maior fragilidade de controles internos nas áreas de Patrimônio, Contábil e Procedimentos de Licitações e Contratos. Essas áreas representaram, juntas, 79% do total de duzentas e setenta e sete recomendações exaradas, no exercício, em relatórios de auditoria, das quais restam pendentes de solução cerca de 49% sendo estas, na maior parte, pendências referentes a relatórios produzidos nos três últimos meses do exercício sob análise e cujas medidas sancionadoras são objeto de providências por parte das unidades.

Parecer da Unidade de Auditoria Interna – Exercício 2008



auditadas. O fato identificado, relevante por si, será elemento da subsistência para o planejamento das ações de auditorias do exercício de 2009.

VII. CUMPRIMENTO DAS DETERMINAÇÕES E RECOMENDAÇÕES EXARADAS PELO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO E PELO ÓRGÃO DE CONTROLE INTERNO

Em face dos acompanhamentos levados a efeito no decorrer do exercício de 2008, tem-se que as recomendações/determinações, emanadas dos órgãos de controle externo e interno, foram objeto de ações para se ter o saneamento e cumprimento delas, as quais foram monitoradas, consoante as correspondências recebidas da Egrégia Corte de Contas e, na forma do Plano de Providências, no que diz respeito à Controladoria Geral da União, não só sobre os assuntos inerentes à Matriz, como também os das Superintendências Regionais.

VIII. CONSELHO FISCAL E CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Ao longo do exercício de 2008, o Conselho Fiscal da Conab, composto por três membros efetivos e respectivos suplentes, realizou 12 (doze) reuniões ordinárias, correspondentes a cada mês do ano em referência, e 1 (uma) reunião extraordinária, ocorrida em março de 2008, nas quais exerceu as suas competências estatutárias de fiscalização dos atos de gestão dos administradores da Conab, análise dos balancetes mensais, exame das demonstrações contábeis anuais e tratou de outros assuntos de relevância.

O Conselho de Administração da Conab, por sua vez, composto pelo Presidente da empresa e cinco Conselheiros, realizou, no decorrer do exercício de 2008, 12 (doze) reuniões ordinárias, referentes a cada mês do ano, e 1 (uma) reunião extraordinária, ocorrida em março de 2008, nas quais, dentro outros assuntos de relevância, exerceu as suas competências estatutárias de orientação geral quanto aos negócios e prioridades da Conab, fiscalização de gestão da Diretoria Colegiada, aprovação de alterações no Regimento Interno e criação de unidades organizacionais na Companhia.

A Auditacompanhou as decisões dos conselhos por meio de monitoramento das implementações de recomendações e correção de eventuais impropriedades apontadas, de forma amostral. Para a seleção da amostra de acompanhamento, definiu-se o critério do conteúdo temático. Assim, verificou-se a implementação das decisões das colegiados que, no entender da Audit, eram pertinentes de acompanhamento por representarem oportunidades de melhorias nos processos de gestão ou impropriedades que demandariam ações reparadoras.

Cumpre ressaltar que algumas das deliberações do Conad, voltadas ao aperfeiçoamento organizacional da empresa e ao gerenciamento administrativo da área

da Companhia, foram, inclusive, objeto de regulamentação normativa interna, por meio de portarias e resoluções.

IX. DEMANDAS APRESENTADAS À AUDITORIA INTERNA PELOS CONSELHOS DE ADMINISTRAÇÃO E FISCAL.

a) Demandas relativas ao cumprimento das atividades consignadas no PAINT.

Ao longo do exercício de 2008 os Conselhos Fiscal e de Administração não apresentaram demandas sobre a execução do Plano Anual de Atividades da Auditoria Interna - PAINT.

Contudo, o Conselho Fiscal procedeu ao acompanhamento dos trabalhos de auditoria realizados pela Auditn por meio dos relatórios de auditoria que foram disponibilizados para conhecimento daquele Colegiado.

b) Demandas relativas à solicitação de trabalhos especiais efetuados à auditoria interna.

O Conselho Fiscal solicitou à Auditn os trabalhos especiais a seguir relacionados:

Demandas apresentadas	Providências adotadas pela Auditn	Resultados Alcançados
O Conselho solicitou a análise e manifestação da Auditoria Interna sobre dois tempestades sobre o déficit financeiro da Companhia nos valores de R\$ 65.842 mil e R\$ 214.798 mil, respectivamente, nas fases "B" e "C", apresentado na Portaria/CE n.º 208, em 12/04/2008, publicada no DOU de 23/04/2008, e que divulga o superávit financeiro apurado no exercício de 2007. A Auditn n.º 200 do 7/8/08 informa que o documento foi encaminhado no UEN/UNI/UNI (n.º 198) em 08/08.	A Auditn procedeu à análise, cujo resultado foi consignado na Nota Técnica n.º 19/2008, remetida ao Conselho por meio da CI-Auditn n.º 410, de 17/10/2008.	Fiscal considerado que as providências adotadas pela Auditn respondem adequadamente à questão da "disponibilidade por fonte de recursos".
CI-Belli n.º 210 de 25/8/08 em resposta à CI-Comitê n.º 012 de 18/8/08. Após realização das auditorias realizadas pela Superintendência de Contabilidade, Conselho deliberou que a Nota Técnica Auditn n.º 52/2008 que traz as adequações efetuadas pela Conab para cumprimento da Lei 11.882/2007 que alterou a Lei das Sociedades Anônimas n.º 6.965/1981, fosse remetida à Auditn para manifestação e manifestação.	A Auditn procedeu à análise, cujo resultado foi consignado na Nota Técnica Auditn n.º 100/2008, de 25/11/08, remetida ao Conselho pela CI-Auditn n.º 484, em 12/12/2008.	O Conselho realizou suas observações nas Demonstrações Contábeis relativas ao resultado obtido em 2007/2008.
Demanda encerrada à Auditoria Interna pelo Conselho Fiscal para averiguar denúncia sobre a transferência de valores à Companhia Tâxi e Nacional para resarcimento de despesas da armazenagem em armazéns da Companhia de prejuízos suscitados aos catóquicos públicos.	Conforme teor da Nota Técnica Consel. n.º 25/08, conclui-se pela regularidade na aplicação das reais operações pelo Secretário de Transporte Nacional à Conab, referentes à Política de Garantia de Preços Mínimos.	Improvável

Parecer da Unidade de Auditoria Interna - Exercício 2008

c) Acompanhamento do cumprimento das recomendações dos órgãos de controle, inclusive da própria Auditoria Interna

O Conselho Fiscal solicitou à Audin os esclarecimentos abaixo elencados:

Recomendação/Determinação	Informações prestadas pela Audit	Encaminhamento dos conselhos sobre o assunto
<p>Determinações dos Órgãos de Controle Interno (SFC) e Externo (TCU). 11.1 – <i>Julgamento das Contas da União. Determinações do TCU nos Acordos 145/2008 (Impressum Sustent) e 1598/2008 (Prestação de Contas do Superávit).</i> O Conselho solicita a Presidência da Companhia informações sobre a execução das determinações do TCU nos Acordos sobre mencionados.</p>	<p>A Audit prestou informações sobre as determinações do TCU nos Acordos 145/2008 (Impressum Sustent) e 1598/2008 (Prestação de Contas do Superávit). O Conselho solicita a Presidência da Companhia informações sobre a execução das determinações do TCU nos Acordos sobre mencionados.</p>	
<p>Determinações dos Órgãos de Controle Interno (SFC) e Externo (TCU). Mídia no acompanhamento, contendo as determinações e recomendações com respectos ao controle interno e externo e as respectivas previsões establecidas pelo Conselho. O Conselho solicita que a Comitê apresente notícias de acompanhamento, imediatamente, quanto às determinações e recomendações das Unidades de Controle Interno e externo e as respectivas previsões establecidas para o Conselho.</p>	<p>A Audit encaminhou a recomendação numero de 12- Audit nº 473, de 28/11/2008.</p>	
<p>Determinações dos Órgãos de Controle Interno (SFC) e Externo (TCU). Acordo n.º 2897/2008 – TCU – 1º Ofício. O relatório Auditivo versa sobre o julgamento das contas da União, referente ao exercício de 2006, quando julgado para os Conselhos, com exceção dos quais mencionados no relatório da Presidência com respectivas respectivas determinações. Determina ainda que seja informado ao Conselho, que exerce competência e fiscalização sistemática das unidades de Ofícios.</p>	<p>A Audit informou a supervisão na Unidade e estiveram conforme referente aos exercícios de 2006 e 2007. O relatório final foi encaminhado ao Conselho por meio da CI Audit nº 506, de 31/12/2008.</p>	
<p>Relatórios da Coordenadora de Auditoria Interna. 7.1 – <i>Quadros de Acompanhamento das Pendências dos Relatórios de Auditoria – exercícios de 2006 e 2007 – GIMonitor nº 134</i> adicionado o Controle relativo a acompanhamento para o não fechamento da Coordenadoria, até o momento, quanto as respectivas diferenças da Rui Sampaio, portaria das CCR/CGO nº 2026, de 07/11/2007, e nº 7140, de 13/11/2007, relativos às auditorias nº. 31/2007 e nº 34/2007, respectivamente.</p>	<p>Após preenchimento da SUKIRE e SUCCON, concluída a análise da Auditoria 1-Hor, e Processo nº 2301/2007 foi encaminhado a Progex/CGO, em 21/12/2008 para solução das pendências com vista à solução das pendências.</p>	<p>O Conselho Faz seu inquérito acompanhamento mensal da evolução das pendências, caso seja o caso, ou encaminha correspondência específica à Progex/CGO sobre questões de maior relevância ou que permanecem pendente por longo período de tempo.</p>
<p>Auditória Interna – Audit. 7.1 <i>Quadros de Acompanhamento das Pendências dos Relatórios de Auditoria – Exercícios de 2006 e 2007 – Impressum de 2007/2008 – Comissão de Auditoria Audit nº 270, de 20/7/2008, e o Conselho 2009.</i> O Conselho solicita com relação ao Relatório de Auditoria – 145 nº 05 que é o Superávit, por meio da CI Audit nº 21/2008, informar que o devedor apresentou prejuízo (que é o que baseia o débito em dívida passada), tendo sido o devedor remanejado e assim de Procuradoria Geral Progex. Dado o apos temporais, o Conselho solicita a solução de pendências, com maior e antecipada priorização.</p>	<p>Comitê CI Sustent/PM nº 208, de 28/12/2009, inserido no Processo Audit nº 1598/2008, a divisa do Instituto do Desenvolvimento do Amazonas (IDAM) foi integralmente cumprida.</p>	<p>O Conselho Faz seu inquérito acompanhamento mensal da evolução das pendências, caso seja o caso, ou encaminha correspondência específica à Progex/CGO sobre questões de maior relevância ou que permanecem pendente por longo período de tempo.</p>

Revista da Unesp - Rio Branco, Rio de Janeiro, 2006, 32(6)



Companhia Nacional de Abastecimento

AU
AC
DE
CR
EN
JU
RE
SI
SU
TE
TI
TR
VE
VO
ZIRE
PA
ZI
DE
TR
JO
Co
Al
ZI

COR

Par

Pec

Pec

Pec

Pec

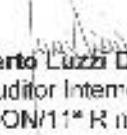
Pec

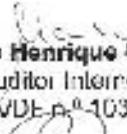
Pec

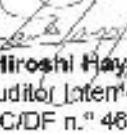
do Poder Executivo Federal e do Tribunal de Contas da União - TCU, para fins de apreciação.

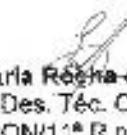
Brasília-DF, 20 de março de 2009.

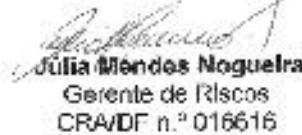

Antonio Martíne da Lima
Auditor Interno
CRC/DF n.º 5285/O-0


Gilberto Luzzi Diniz
Auditor Interno
CORECON/11º R n.º 1982

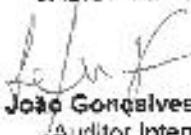

Marcelo Henrique Coelho
Auditor Interno
CREA/DE n.º 1039/1/D

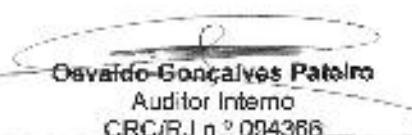

Paulo Hiroshi Hayakawa
Auditor Interno
CRC/DF n.º 4659


Eugenia Maria Rócha-de-Oliveira
Gerente de Des. Téc. Operacional
CORECON/11º R n.º 2683

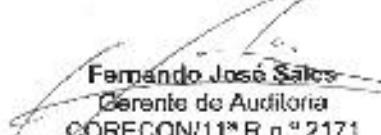

Júlia Mendes Nogueira
Gerente de Riscos
CRA/DF n.º 016616

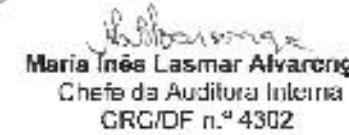

Daniela Ráthor Sette
Auditor Interna/Procuradora
OAB/DF n.º 19696


João Gonçalves Filho
Auditor Interno
CRC/DF n.º 01850410-7


Osvaldo Gonçalves Patoiro
Auditor Interno
CRC/RJ n.º 094366


Zilda Eulina Reis Pacheco da Silva
Auditor Interna
CRC/DF n.º 7417


Fernando José Sales
Gerente de Auditoria
CORECON/11º R n.º 2171


Maria Inês Lasmar Alvarenga
Chefe da Auditoria Interna
CRC/DF n.º 4302

24. Parecer do Conselho de Administração

**Conab**

Companhia Nacional de Abastecimento

PARECER DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA CONAB

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO - CONAB, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o disposto nos incisos IV e V, do artigo 16 do Estatuto Social da Companhia, tendo examinado o Balanço Patrimonial da CONAB, as respectivas Demonstrações do Resultado do Exercício, as Mutações do Patrimônio Líquido, a Demonstração dos Fluxos de Caixa, a Demonstração do Valor Adicionado, as Notas Explicativas e o Relatório de Atividades do Gestor, relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2008, considerando, ainda, o contido no Parecer da Auditoria Interna, resolve APROVÁ-LOS e submetê-los ao Ministro de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

Brasília-DF, 24 de março de 2009.

SILAS BRASILEIRO
PresidenteGUILHERME COSTA DELGADO
ConselheiroEDILSON GUIMARÃES
ConselheiroWAGNER GONÇALVES ROSSI
ConselheiroJOSÉ MENEZES NETO
ConselheiroMARIA DAS GRAÇAS FONTES
Conselheira

25. Parecer do Conselho Fiscal



Conab

Companhia Nacional de Abastecimento

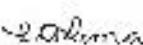
PARECER DO CONSELHO FISCAL DA CONAB

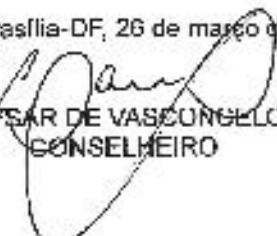
O Conselho Fiscal da Companhia Nacional de Abastecimento – Conab, consoante o art. 25 do Estatuto Social da Companhia, combinado com o art. 163, incisos II, III e VII, da Lei nº 6.404/76, no exercício de suas atribuições legais, em Reunião Extraordinária realizada nesta data, examinou o Balanço Patrimonial e as respectivas Demonstrações do Resultado, das Mutações do Patrimônio Líquido, do Fluxo de Caixa e do Valor Adicionado, as Notas Explicativas e o Relatório da Administração, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2008, com exceção do Parecer da Auditoria Independente, previsto no art. 3º da Lei nº 11.638/07, o qual não foi apresentado ao Colegiado.

Os membros do Conselho, à vista dos documentos apresentados pela Companhia, da análise procedida em reuniões ocorridas mensalmente, e respaldados no Relatório de Auditoria nº 01/2009 e no Parecer da Unidade de Auditoria Interna, datado de 20/03/2009, opinam que as Demonstrações acompanhadas das Notas Explicativas refletem a situação financeira, econômica e patrimonial da Companhia, exceto: 1) pelos efeitos modificativos causados ao resultado do exercício e patrimônio líquido, em razão dos fatos consignados nas Notas Explicativas, item "4. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS", subitens "a", "a.1" a "a.4" e item "18. PATRIMÔNIO LÍQUIDO", subitens "b", "b.1" e "c", em face do conteúdo no Relatório de Auditoria nº 01/2008 e na Nota Técnica Audit nº 03/2009, Itens II.1 e III; 2) pelas divergências entre os saldos contábeis da conta "Estoques para Alienação" e os saldos financeiros dos inventários de mercadorias das Superintendências Regionais do MT, MG, PB, e SC, objeto do Relatório de Auditoria nº 01/2009; e 3) no que respeita à constituição de reserva legal e dos dividendos a distribuir, constantes da Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido - DMPL.

O Colegiado examinou também a "PROPOSTA DE DESTINAÇÃO DO RESULTADO, APURADO EM 31/12/2008 E EM EXERCÍCIOS ANTERIORES", datada de 18 de março de 2009. No que concerne à proposta de constituição de "Reserva de Retenção de Lucros", dos saldos de "Lucros a Destinar do Exercício" no valor de R\$ 6.422.018,12 e "Lucros a Destinar de Exercícios Anteriores" no valor de R\$ 149.250.115,74, opina que para constituição da "Reserva de Retenção de Lucros" é imprescindível a apresentação do Orçamento de Capital, conforme previsto no artigo 196 da Lei nº 6.404/76.

Brasília-DF, 26 de março de 2009.


LÚCIA AIDA ASSIS DE LIMA
PRESIDENTE


LAURO CÉSAR DE VASCONCELOS
CONSELHEIRO


MARCUS VINÍCIUS SÔCIO MAGALHÃES
CONSELHEIRO

26. Nota Técnica nº 308



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
Corregedoria-Geral da União
Secretaria Federal de Controle Interno
SAS Quadra 1, Bloco "A"- Edifício Darcy Ribeiro, 4º Andar
CEP: 70070-505 - Brasília, DF
Telefone: (61) 3412.7001 - Fax: (61) 3412-7050
E-mail: correio@correio.gov.br - Tel. (61) 3412.7251 - Telefone: (61) 3412.7251

Brasília, 17 de fevereiro de 2007.

A Sua Senhoria o Senhor
JACINTO FERREIRA
Presidente da Companhia Nacional de Abastecimento - Conab
SGS QUADRA 501 - Lote 49 - Conjunto A, Edifício Conab
CEP: 70290-010 - Brasília/DF

⁴ *Brasília, Ex-campanha Nota Técnica sobre o processo de prestação de contas da Cesab*

Section Presidents

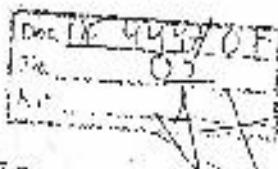
Refiro-me ao Ofício FRESI nº 038/2007, dessa procedência, para encaminhar a Vossa Secretaria cópia da Nota Técnica que trata sobre a Formalização dos Processos de Prestação de Contas dessa Companhia, exercício de 2006, tendo sido agregado o resultado da reunião realizada nesta Comissariatura, dia 09/02/2007, entre representantes dessa CONAR, da CGU e do Tribunal de Contas da União.

Attendance

CLÁUDIO TORQUATO DA SILVA
Dícesis da Audição da Área de Produção e Emprego

Figure 13

REF. NO. 21 HEV 2010
RECEIVED ON 11-1-2010



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO
SECRETARIA FEDERAL DE CONTROLE INTERNO

Nova Técnica nº 208/12397 DRAGR/DR/STC/CGU-PR

Brasília-DF, 27 de fevereiro de 2007.

Assunto: Composição e Forma de apresentação dos Processos de Prestação de Contas Anuais da Conab.

Sr. Diretor,

A presente Nota visa a retificação da resposta ao Ofício PRUSI nº 028, de 30/01/2007, acendente o qual o Presidente da Companhia Nacional de Abastecimento - Conab encaminhou a esta CGU-PR, questões práticas apresentadas pelas áreas envolvidas na elaboração das peças que irão compor os processos de prestação de contas da Matriz e respectivas Superintendências Regionais daquela Companhia, conforme alterações introduzidas pela Decisão Normativa TCU nº 81/2006 e pela Norma de Execução CGU nº 23/2006, apresentando, ainda, sugestões de adequações para este exercício.

2. É mister ressaltar que a análise preliminar do ofício supra foi realizada pela Coordenação-Geral de Auditoria da Área de Agricultura, Pecuária e Abastecimento - DRAGR, responsável pela avaliação da gestão da Conab, e consubstanciada na Informação nº 17/2007-DRAGR/DR/STC/CGU-PR, de 09/02/2007, com sugestão de discussão interna com a GSCUN - Coordenação-Geral de Contas do Governo e DCTEQ - Coordenação-Geral de Técnicas, Procedimentos e Qualidade, visando a emissão de entendimento institucional para orientação as CGU-Regionais nos Estados do CE, PI, AM, RO, MG, GO, MT, PR e RS, assim como o encaminhamento ao Tribunal de Contas da União para ciência e à Conab para aplicação.

3. Assim, em reunião realizada em 09/02/2007, foi construído o entendimento institucional da SPC/CGU-PR, a partir da análise conjunta da DRAGR, GSCUN e DCTEQ sobre os pontos apresentados pela Conab, em estrita observância à Decisão Normativa TCU nº 81/2006, e na Norma de Execução nº 23, anexa à Portaria CGU nº 2355/2006, o qual, após discussão com os representantes da Conab e do TCU, em reunião realizada nessa CGU, em 09/02/2007, passou a descrever:

II - RESULTADOS DA ANÁLISE

4. Quanto à Organização dos Processos e Prazo para entrega:

• *Notas de ST/ONCGU-PR: Zona rural e regular aplicação dos recursos públicos*
LASS/DRAGR/DR/STC/CGU-PR Técnica/Na Técnica - 2007/NT Prestação de Contas da Conab-exercício 2006 doc

Proposição da Conab: Considerando as peculiaridades relacionadas à elaboração dos vários fomentos administrativos e documentos que integram as peças que compõem a prestação de contas, que estão exigindo adequações diversas tanto no STAFI como em sistemas auxiliares mantidos pela Conab, encaminhamos Ofício ao Secretário-Executivo da CGU (Ofício Diafi nº 20, de 24 de janeiro de 2007) requerendo prorrogação do prazo de apresentação, de 28/02/2007 para 15/03/2007, imprescindível para fins de consolidação.

Análise da SPC/CGU-PR: As Suseg AM, CE, PB e RO deverão compor processos simplificados devido ao valor total do Ativo ser inferior ao limite de R\$ 100.000.000,00, conforme previsto na DN TCU nº 81/2006. As Suseg GO, MG, MT, PR e RN, assim como a Matriz consolidando as demais Suseg, deverão organizar o processo de forma não simplificada. Entretanto, considerando os argumentos aduzidos pela Conab, entendemos que, excepcionalmente neste exercício, não há óbice quanto a prorrogar para o dia 15/03/2017 o prazo final para entrega dos processos simplificados relativos às Suseg's AM, CE, PB e RO, sendo, no entanto, necessária prorrogação de 15 dias no prazo previsto para as respectivas CGU-Regionais envolvidas concluirem os seus trabalhos, e que não impactará o prazo para entrega dos processos no Tribunal de Contas da União.

5. Quanto às peças dos Processos:

a) Relatório do Gestor:

Proposição da Comib: Processos Individualizados (Superintendências Regionais AM, CE, GO, MG, MT, PI, PR, RO e RS) - às informações serão apresentadas individualizadas, no que couber e, sempre que possível, fazendo referência à Comib como um todo.

Processo da Conab consolidando as demais Superintendências – para minimizar o prejuízo na análise de conteúdo do mencionado relatório, sugerimos que seja apresentado um relatório consolidado da Conab como um todo e encaminhado às instâncias pertinentes pelas vias competentes.

Análise da SPC/CGU-PR: Consideramos parcialmente cora as adequações sugeridas, acrescentando, porém, que o Relatório do Gestor emitido pelas Sureg que não apresentar PC individualizada deverá conter, entre outras, informação do percentual dos programas governamentais por elas executados com os respectivos resultados, assim: como: dos indicadores de gestão aplicados, no que for possível, observando os itens previstos no Anexo II da DN-TCU nº 81/2006. Quanto ao processo da Comitê consolidando as demais Sureg's, entendemos que o Relatório do Gestor deverá conter as execuções da unidade consolidadora e consolidadas, conforme itens previstos no Anexo II da DN-TCU nº 81/2006.

b) Demonstratives: Contábeis:

Proposição: Os demonstrativos contábeis elaborados de forma desconsolidada não são refletir a real situação organizária, patrimonial, financeira e de resultado das Unidades em análise. Além disso, o processo consolidado da Matrix e demais Superintendências não conterá as peças contábeis globais da Conab que serão publicadas consuete-disposto na Lei 6.494/76, nem as que são elaboradas em conformidade com o disposto na Lei 4.320/64.

Doc. # 4447/07
Ex. 04
Int. 52 LA

Processos Individualizados (Superintendências Regionais AM, CE, GO, MG, MT, PE, PR, RO e RS) – sugerimos que sejam anexados os demonstrativos contábeis globais da Conab, com apresentação individualizada dos recursos geridos e notas explicativas quando couber. Processo de Conab consolidando as demais Superintendências anexar os demonstrativos contábeis globais da Conab.

Análise da SPC/CGU-PR: A questão deve ser analisada sob 2 aspectos, o primeiro quanto aos demonstrativos que devem integrar os processos, conforme a Lei nº 5.404/76 e 4.320/64. O segundo sob a ótica da demonstração da real situação para demonstrativos que compõem o processo.

Quanto aos demonstrativos previstos na Lei nº 4.320/64, a STN instituirá grupo de trabalho com vistas a desenvolver as alterações no Sistema SIAFI de forma a permitir a extração dos demonstrativos contábeis agregando-se os dados por UG vinculadas. Assim, para os processos individualizados das Superintendências da Corab, a extração deverá agrupar as UG's da Superintendência e das Unidades Operacionais e cla vinculadas, mediante demonstrativos extráridos do SIAFI e previstos na Lei nº 4.320/64, de forma a refletir a real situação dos lançamentos contábeis realizados pela Companhia, com as respectivas notas explicativas que se fizerem necessárias e no processo formalizado para a Corab consolidando as demais SIAFRGs, a extração deverá agrupar as UG da Sede e das Superintendências, com suas respectivas Unidades Operacionais.

Quanto aos demonstrativos previstos na Lei nº 6.404/76, há uma impossibilidade real, talvez insuperável no futuro, para o desmembramento das Unidades ou Companhias na parte delas. Assim, neste quesito entendemos que apenas o processo da Corab consolidando as demais SUREG deverá conter anexos os demonstrativos contábeis globais da Companhia, com as respectivas notas explicativas.

Por fim, no que tange a real situação acreditamos que a indústria está mais vinculada aos lançamentos efetivados nos registros contábeis do que com o tipo de balanço que devia ser apresentado pela Companhia.

c) Relações e Parcerias dos Conselhos e da Auditoria Interna

Proposição da Conab: Sugerimos que os pareceres dos Conselhos de Administração e Fiscal e da Auditoria Interna sejam elaborados de forma global e anexados em cada processo de prestação de contas.

Análise da SFC/CGU-PR: Não há óbice quanto à apresentação dos Pareceres dos Conselhos de Fazenda consolidada, em face às disposições da Lei 6.404/76 e o Regimento Interno da Comissão. No caso da Auditoria Interna, entendemos que para este primeiro ano de vigência, não haveria impedimento na apresentação de um Parecer global, desde que sejam ressaltados os trabalhos desenvolvidos e recomendações emitidas às Superintendências desconsolidadas.

III - CONCLUSÃO

6. Considerando o entendimento emitido pelos Conselhos Gerais da GSCON, DRAGR e DCTEQ quanto às questões/adequações suscitadas pela Companhia Nacional de Abastecimento, consignado nesta Nota Técnica, sugerimos submeter o presente expediente à apreciação do Senhor Secretário Federal de Controle Interno, e posterior encaminhamento, mediante ofício, ao Tribunal de Contas da União para ciência e à Comarca, para aplicação.

LISPOURNADRAG3000a Técnica-Nota Técnica - 2007/NT Projeto de Construção Parab-excedendo 2006.doc

7. Sugere-se, ainda, envio da presente Note, por e-mail, às CGU-Regionais responsáveis em avaliar a gestão das Surer/Conab do AM, CE, GO, MG, MT, PE, PR, RO e RS para ciência.

Brasília (DF), 13 de fevereiro de 2007.

UF 1342/07
1342/07


Célio de Vasconcelos
DCTREG/DO/SEC


Varejão e Souza Dias
DRM/DO/SEC

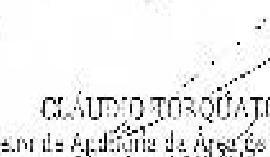

Renilda de Almeida Moura
DSECON/DO/SEC

De acordo.

Submeto a presente Note à consideração e aprovação do Senhor Secretário Federal de Controle Interno, com vistas ao Ofício à Conab e ao TCU.

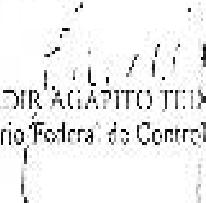
Brasília (DF), 13 de fevereiro de 2007.

RECORTE
RECORTE


Cláudio Torquato da Silva
Diretor de Aplicação de Recursos Produção e Emprego

Aprova.
Encaminhe-se conforme proposto.

Brasília (DF), 13 de fevereiro de 2007.


Valdir Agapito Teixeira
Secretário Federal de Controle Interno



OFÍCIO D(AFI) N° 20

Brasília - DF, 24 de janeiro de 2007

Senhor Secretário,

De acordo com a Decisão Normativa TCU nº 81, de 06 de dezembro de 2006

- Anexo I, as Superintendências Regionais da Conab nos Estados do Amazonas, Ceará, Cílios, Minas Gerais, Mato Grosso, Pernambuco, Pará, Rondônia e Rio Grande do Sul deverão apresentar processos de prestação de contas individualizadas, além do consolidado das demais Unidades.

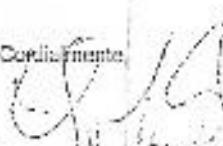
Consoante o art. 3º, § 2º, inciso II da DN TCU 81/06, a Unidade Judiciada, cujo valor total do ativo, obido no Balanço Patrimonial do final do exercicio, seja inferior a R\$ 100 milhões, organizará os processos de contas na forma simplificada, conforme previsão do art. 7º da IN TCU 47/2004.

Assim sendo, nas novas (3) Superintendências Regionais indicadas, cuja (4) se enquadrar nessa situação (AM, RO, CE e PE), cujo prazo limite para encaminhamento a CGU, conforme Portaria CGU nº 555, de 23 de dezembro de 2006 (Anexo I - Norma de Execução CGU - item 5.2), é 28/02/2007.

Considerando as peculiaridades relacionadas à elaboração dos vários demonstrativos e documentos que integram as papéis que comitam a prestação de contas, decorrentes das novas regras e parâmetros definidos pela DN TCU 81/06 é Portaria CGU 555/06, que estão seguindo adequações diversas tanto no SIAFI como em sistemas auxiliares criados pela Conab, solicitamos prazo até o dia 15 de março de 2007 para encaminhamento das prestações organizadas na forma simplificada.

Cartas de center com a compreensão dessa Controladoria-Geral da União, aguardamos um prazo razoável ao tempo em que colocarmos à disposição para informações complementares que se fizerem necessárias.

Cordialmente,


José Carlos de Andrade

Diretora da Gestão Administrativa e Financeira

Diretora

À Sua Senhoria o Senhor
Eduardo Augusto Praga Navarro da Britto Filho
Secretário-Executivo da Controladoria Geral da União - CGU
Brasília - DF

SUCRE/ENB/CE

25-1-07

PROTÓCOLO CGU/PR 22/12/2007 14:25



Oficio PRESI n° 038-

Brasília/DF, 30 JAN 2007

HET

Senhor Coordenador,

A Companhia Nacional de Abastecimento – Conab é uma empresa pública federal com capital 100% do União, regida pela Lei 6434/76 e Lei 4320/64. A empresa está estruturada de forma a contar com representação em todas as Unidades da Federação, que se constituem em Superintendências Regionais e Unidades Operacionais com autonomia, ou seja, são "dependências" vinculadas à Matriz.

Consoante o disposto na Decisão Normativa TCU nº 81, de 05 de dezembro de 2006, Anexo I a Conab deverá apresentar processos individuais zarcos para as Superintendências Regionais da Conab nos Estados do Amazonas, Ceará, Goiás, Minas Gerais, Mato Grosso, Pernambuco, Paraná, Rondônia e Rio Grande do Sul, além do consolidado das demais Superintendências.

Após análise do conteúdo das peças que integram o processo de prestação de contas, conforme requerido pelo Tribunal de Contas da União (DN 81/06) e Controle Interno Geral da União (Norma de Execução 3/08), constatamos que a desconsolidação na forma requerida, considerando a estrutura orgânica da Companhia, gerou como consequência a geração de informações parciais que irão prejudicar a análise individualizada.

Assim sendo, questões práticas foram suscitadas pelas áreas envolvidas na elaboração das peças que irão compor os processos de prestação de contas. Em razão disso, foi agendada reunião com os órgãos acima citados, as quais ocorreram nos dias 11/01/07 (CCU) e 25/01/07 (TCU).

Ào Senhor
VARCIOOLINO DE SOUSA DIAS
Coordenador-Geral de Auditoria das Áreas de Agricultura, Pecuária e Abastecimento
Controladoria-Geral da União da Presidência da República
GAS Ed. Darcy Ribeiro
70070-905 - Brasília/DF

biose ao Senhor Walter Rômulo Rodella – Secretário Adjunto de Saúde – ANTONIO C. LIMA

Journal of Health Politics, Policy and Law, Vol. 35, No. 3, June 2010
DOI 10.1215/03616878-35-2-503 © 2010 by the Southern Political Science Association



Cent. Oficio PRES n° 038-1/2007

[2]

Conforme entendimentos mantidos, formalizarmos os pontos discutidos e as sugestões de adequações necessárias, fixando-nos em duas premissas:

- a) adiamento, no mínimo para 2008 das alterações efetuadas, no sentido de se conseguir consensualmente um amadurecimento técnico de todas as Entidades envolvidas no processo, podendo inclusive resultar no seu cancelamento ou em modificações;
 - b) não acatada a premissa acima, sugerimos análise dos pontos a seguir:
 - b.1. Organização do processo de copias

Consoante o art. 3º, § 2º inciso II da DN TCU 610/06, a Unidade Jurisdicional, cujo valor total do ativo, obtido no Balanço Patrimonial do final do exercício seja inferior a R\$ 100 milhões, organizará os processos de contas na forma simplificada, conforme previsão do art. 7º da IN TCU 47/2001. Assim sendo, das nove (9) Superintendências Regionais indicadas, quatro (4) se encarregam nessa situação (AM, RO, CE e PE), cujo prazo limite para encaminhamento à CGU, conforme Portaria CGU nº 065, de 28/12/2006 (Anexo I – Norma de Execução 03/06 – item 5.2), é de 28/02/2007.

Considerando as peculiaridades relacionadas à elaboração dos vários demonstrativos e documentos que integram as peças que compõem a prestação de contas, que estão exigindo adequações diversas tanto no SIAFI quanto em sistemas auxiliares mantidos pela Cneb, encaminhamento Ofício ao Secretário-Executivo da CGU (Ofício Diafi nº 20, de 24 de janeiro de 2007) sugerindo prorrogação do prazo de apresentação de 28/02/2007 para 15/03/2007, imprescindível para fins de consolidação.

2. Pecas do processo

2.1 Relatório da Gestão

Além dos relatórios individualizados (de forma precária) das Unidades anteriormente encartadas, a Conab deve apresentar um consolidação das demais Superintendências Regionais, cujo conteúdo está discriminado nos Anexos II e IX da Decisão Normativa do TCU nº 81/08, mesmo que prejudicado em alguns itens, na medida em que a Companhia atua de forma centralizada principalmente nas questões relativas às programações orçamentárias (previsão do receito e fixação das despesas) e financeira metas e indicações.

É óbvio que com esta formatação nenhum dos relatórios apresentará informações consolidadas da Corab como um todo, dificultando sobremaneira as profícias anályses a serem levadas a termo pelos Analistas.



Cont. Ofício PRESI nº 03 832007

03

Adequações:

- Processos Individualizados (Superintendências Regionais AM, CE, GO, MG, MT, PE, PR, RO e RS): As informações serão apresentadas individualizadas, no que couber e, sempre que possível, fazendo referência a Conab como um todo.
- Processo da Conab consolidando as demais Superintendências: para minimizar o prejuízo na análise de conteúdo do mencionado relatório sugerimos que seja apresentado um relatório consolidado da Conab como um todo e encaminhado às instituições pertinentes pelas vias competentes.

b 2.2 Demonstrativos Contábeis

Os demonstrativos contábeis elaborados de forma desconsolidada não irão refletir a real situação orçamentária, patrimonial, financeira e de resultado das Unidades em análise. Além disso, o processo consolidado da Matriz e de suas Superintendências não conterá as peças contábeis globais da Conab que serão publicadas conforme disposto na Lei 6.404/76, nem aqueles eletrônicos em conformidade com o disposto na Lei 4.320/94.

Adequações:

Processos Individualizados (Superintendências Regionais AM, CE, GO, MG, MT, PE, PR, RO e RS): sugerimos que sejam anexados os demonstrativos contábeis globais da Conab, com apresentação individualizada dos recursos geridos e notas explicativas quando o for.

Processo da Conab consolidando as demais Superintendências: anexar os demonstrativos contábeis globais da Conab.

b 2.3 Relatórios e pareceres de Órgãos e Unidades que devem se pronunciar sobre as contas ou sobre a gestão.

Em face às disposições da Lei 6.404/76 e o Regimento Interno da Conab, os Conselhos Fiscal e de Administração devem se pronunciar sobre a gestão de forma consolidada.

No que se refere ao parecer da Auditoria Interna, da mesma forma que o Relatório de Gestão e Demonstrativos Contábeis, não prejudicado no seu conteúdo.



Alec Jagoes

- Sugermos que os pareceres dos Conselhos de Administração e Fiscal e da Auditoria Interna sejam elaborados de forma global e anexados em cada processo de prestação de contas.

5.2.4. Dennis' peças – serão apresentadas de forma descontinuada

Diante do exposto e certos de contar com a compreensão dessa Controledoria-Geral da União, agradecemos manifestação favorável ao tempo em que colocarmos-nos à disposição para informações complementares que se fizerem necessárias.

Contingent:

JACINTO FERREIRA
Presidente

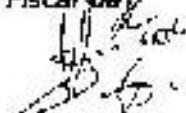
ANEXOS

ATA DA QUADRAGÉSIMA PRIMEIRA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO FISCAL DA COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO – CONAB

Aos vinte e oito dias do mês de março de dois mil e oito, às 14 horas, no Edifício Sede da Companhia Nacional de Abastecimento – Conab, conforme disposto nos incisos II e VI do artigo 3º do Capítulo III do Regimento Interno da Conab, realizou-se a 41ª (Quadragésima Primeira) Reunião Extraordinária do Conselho Fiscal da Conab, Empresa Pública Federal constituída nos termos da Lei nº 8.029, de 12 de abril de 1990, situada no SGAS, Quadra 901, Conjunto "A", nesta cidade de Brasília – Distrito Federal, para analisar e opinar, conforme disposto nos incisos II, III e VII do art. 163 da Lei nº 6.404/76, a seguinte documentação: a) Proposta de Orçamento de Capital para o exercício de 2008, elaborada pela Administração da Conab; b) Relatório da Administração e os Demonstrativos Contábeis relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2007, compostos de Balanço Patrimonial, Demonstração de Resultado do Exercício, Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido e Notas Explicativas das Demonstrações Contábeis; e c) Proposta de Destinação do Lucro Líquido do Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de 2007. Presentes à reunião os seguintes Conselheiros: o Senhor MAURÍCIO ANDRADE COURA, na qualidade de Presidente do Conselho Fiscal e representante do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA, as Senhoras LÚCIA ÁIDA ASSIS DE LIMA, também, representante do MAPA, e EVANIR VALENTIM DE MELÔ DA MOITA, representante da Secretaria do Tesouro Nacional – STN, membros do Conselho Fiscal. Foram, também, entregues ao Conselho Fiscal, Relatórios de Gestão do exercício de 2007 individualizados das Superintendências Regionais do Amazonas, do Ceará, da Goiás, de Mato Grosso, de Minas Gerais, do Paraná, de Pernambuco, do Rio Grande do Sul, de Rondônia e da Matriz, contemplando as demais Superintendências Regionais, o qual tornou conhecimento, bem como Relatório e Parecer emitidos pela Soma Auditoria, Módulos Organizacionais e Sistemas S/C, datados de 25/3/2008, a respeito das demonstrações contábeis dos exercícios de 2007 e 2006, juntamente com correspondência desta aos Diretores da Conab e Conselheiros, de 27/3/2008, além do Parecer da Unidade de Auditoria Interna – Coaud, de 20/3/2008, e Relatório de Auditoria de Avaliação de Gestão da Matriz, de 24/3/2008. O Conselho Fiscal iniciou os trabalhos analisando a Proposta de Orçamento de Capital para 2008, aprovada pelo Conselho de Administração em 26/3/2008, no valor de R\$12,35 milhões, dotação consignada nas despesas de investimento da Companhia, constante da Lei Orçamentária nº 11.647/2008. O Conselho destacou que o objetivo do Orçamento de Capital é, segundo a Proposta, a recuperação e a modernização do sistema de armazenagem da Companhia, bem como a renovação e atualização do setor de informática, tendo como uma das fontes de recurso a constituição de uma Reserva de Retenção de Lucros no valor de R\$11,57 milhões. Prosseguindo o exame da documentação, o Conselho Fiscal registrou que o Relatório da Administração apresenta a composição das Receitas Operacionais, as quais, no total de cerca de R\$1,27 bilhão, experimentaram um incremento da ordem de 12% em relação ao



exercício de 2006 (R\$1,12 bilhão). Merece destaque o aumento de 26% das Receitas de Serviços derivadas de armazenagem, que variaram de R\$20,07 milhões, em 2006, para R\$25,30 milhões em 2007. Segundo o item 4.4.2 do Relatório de Gestão/Matriz, essa elevação decorreu do aumento do estoque médio de terceiros, com incremento de 3,53%. As Despesas Operacionais em 2007 (R\$391,19 milhões) apresentaram um crescimento em torno de 7% em relação a 2006 (R\$364,25 milhões), inferior, portanto, ao crescimento das Receitas, o que propiciou o Resultado Líquido do Exercício de R\$29,40 milhões, composto de R\$15,24 milhões, oriundos da atividade própria, e de R\$13,16 milhões, derivados da atividade governamental. Sobre o lucro obtido com a atividade governamental, o Conselho Fiscal não obteve esclarecimentos quanto a sua origem, recomendando, portanto, que as Notas Explicativas relativas ao encerramento dos próximos exercícios contemplem essa informação. Ao analisar a composição do Patrimônio Líquido, o Conselho verificou que foi contabilizada uma Transferência para Aumento de Capital, no valor de R\$443 mil, embora, conforme esclarecido na Nota Explicativa nº 17, esse valor corresponda à baixa de dívida repassada à Secretaria do Tesouro Nacional, de acordo com o Decreto nº 5.994/2006. O Conselho recomenda à administração da Conab que efetue consulta à STN quanto à necessidade de atualização daquele crédito para aumento de capital pela taxa Selic, em consonância com o que determina o art. 2º do Decreto nº 2.673/98, ou que se proceda a sua capitalização o quanto antes. Ainda sobre o Patrimônio Líquido, o Conselho julgou oportuno recomendar a capitalização de R\$25,37 milhões, registrados na rubrica Correção Monetária do Capital, dentro da Reserva de Capital, o que acarretará uma elevação do Capital de cerca de 11%. Sobre a Proposta de Destinação do Lucro Líquido do Exercício de 2007, o Conselho verificou que, consoante a Nota Explicativa nº 18, item b, a base de cálculo utilizada foi o resultado de R\$15,24 milhões apurados com a atividade própria da Conab. O Conselho deliberou por reiterar a recomendação feita à Companhia em sua 39ª Reunião Extraordinária, realizada em 7/3/2007, para que formalize, em conjunto com a Secretaria do Tesouro Nacional, esse procedimento quanto à utilização somente do resultado decorrente da atividade própria para efeito de cálculo da reserva legal e dos dividendos a distribuir. Analisando a constituição de R\$812 mil a título de Reserva Legal, a proposta de distribuição de Dividendos de 25%, no valor de R\$3.857 mil, e a constituição da Reserva de Retenção de Lucros de R\$11.570 mil, com base no Orçamento de Capital para 2008, o Colegiado verificou que esses valores divergem dos registros contabilizados no Balanço Patrimonial e na Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido apresentados. Sobre esse fato, a administração, por meio da Nota Explicativa, informou que os registros de R\$766 mil, como Reserva Legal, e R\$3.637 mil, a título de Dividendos a Distribuir, foram apropriados a menor no SIATI, mas que em 2008 sofrerão os ajustes necessários. O Conselho argumenta que esse ajuste poderia ter sido feito nas Demonstrações apresentadas que têm com base a Lei nº 6.404/76. Ainda sobre a Proposta de Destinação do Resultado do Exercício de 2007, o Conselho Fiscal recomenda à Administração da Conab observar o disposto no artigo 4º do Decreto nº 2.673/98, quanto ao prazo de 30 dias da aprovação da Proposta para remessa da mesma ao Ministério de Estado da Fazenda para sua apreciação e aprovação. Por fim, o Conselho Fiscal, após obter os esclarecimentos necessários, emitiu o seguinte parecer: "PARECER DO CONSELHO FISCAL - Na qualidade de membros do Conselho Fiscal da



ATA DA CENTÉSIMA QUINQUAGÉSIMA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO FISCAL DA COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO - CONAB

Ans este dia do mês de abril de dois mil e oito, às nove horas, no Edifício Sede da Companhia Nacional de Abastecimento - Conab, realizou-se a 150^a (Centésima Quinquagésima) Reunião Ordinária, correspondente ao mês de março/2008, do Conselho Fiscal da Companhia Nacional de Abastecimento - Conab. Em pauta: Política Federal constituída nos termos da Lei nº 8.029, de 12 de abril de 1990, situada no SGAS, Quadra 901, Conjunto 'A', nessa cidade de Brasília - Distrito Federal. Estiveram presentes, na seguintes Conselheiros: o Senhor **MAURÍCIO ANDRADE COURA**, na qualidade de Presidente do Conselho Fiscal e representante do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA, as Senhoras **LÚCIA ALPA ALBUQUERQUE DE LIMA**, representante do MAPA, e **EVANIR VALENTIM DE MÉLO DA MOTA**, representante da Secretaria do Tesouro Nacional - STN. Foram convidados para prestar esclarecimentos ao Conselho, a Sra. Maria Inês Lealmar de Alvaranga, Coordenadora da Auditoria Interna, a Sra. Eugênia Maria Rocha de Oliveira, Gerente de Suprimento Técnico-Administrativo e o Sr. Fernando José Seixas, Gerente de Auditoria, Aberta a reunião, como item 1 da pauta, foi dado início à leitura da minuta da ata da 149^a Reunião Ordinária do Confi, realizada em 25/02/2008, que, depois de promovidos os ajustes necessários, foi aprovada. 2 - **Demonstrações Contábeis - Fevereiro/2008 - C/Coaud nº 220, de 31/3/2008; Nota Técnica Coaud nº 07/2008 - Análise das Demonstrações Contábeis de fevereiro/2008 - C/Coaud nº 134, de 4/4/2008.** O Conselho Fiscal, após examinar as Demonstrações Contábeis de fevereiro/2008, verificou que as Receitas Liquidadas de Vendas e Serviços apresentaram um aumento de 178%, alcançando R\$104,88 milhões, valor superior aos R\$37,96 milhões obtidos no mês anterior. O Custo de Produtos Vendidos apurado no mês foi de R\$126,94 milhões, compensado por uma Equalização de R\$17,22 milhões, obtendo-se um Prejuízo Bruto de R\$4,98 milhões, que foi determinante para o resultado líquido do exercício, um prejuízo de R\$477 mil, resultante, também, de Despesas Operacionais de R\$20,56 milhões, compreendidas por Receitas Operacionais Diversas de R\$23,86 milhões. Sobre esse prejuízo, o Conselho Fiscal, ao examinar a "Análise das Demonstrações Contábeis - fevereiro de 2008", elaborada pela Coaud, verificou que a Análise apresenta, no item 1.6.1, a composição do resultado líquido de fevereiro, um prejuízo de R\$477 mil devido às operações governamentais e um lucro de R\$187 mil resultante das atividades próprias, além de apontar os fatores que influenciaram esse resultado. Entre elas, o complemento da Equalização de Janeiro, no valor de R\$4,98 milhões, contabilizado somente em fevereiro. Segundo o item 1.1.4 (Equalização), a Conab está implantando nas Sua nova sistema de controle de estoque, o que prejudicou o cálculo da Equalização desses dois meses, além do valor da Equalização de fevereiro ter sido apropriado com base em números estimados. O valor registrado como Receita na Vendas de Mercadorias (item 1.1.1) foi superior ao apurado em fevereiro, pois só nesse mês é que as receitas das vendas realizadas e recebidas em janeiro/2008 foram contabilizadas, o que, também, influenciou no resultado do período. Dentre dessas informações, podemos concluir que o Resultado Bruto Operacional de fevereiro, um prejuízo de R\$4,98 milhões, seria ampliado não fossem os valores de Equalização e Receita de Vendas de Mercadorias terem sido contabilizados a maior. 3 - **Demonstrativo da Execução Orçamentária e Financeira - Pôs/ptc: fevereiro/2008 - C/Sbir nº 633, de 14/3/2008.** Após exame do referido demonstrativo, o Conselho não destacou de relevante, considerando que, à época, a Lei Orçamentária Anual (LOA) 2008 não estava aprovada, sancionada, promulgada e publicada, estando, apenas, disponibilizada para execução orçamentária, dotação constante no Projeto de LOA, correspondente à duodécimos do Grupo da Natura da Despesa 3 - Outras Despesas Correntes, conforme disposto na Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2008 - LOO, Lei nº 11.514, de 13 de agosto de 2007, publicada no DOU de 14 de agosto de 2007. 4 - **Atas de Reuniões do Conselho de Administração e da Diretoria Colegiada.** 4.1 - **Atas das 177^a a 179^a Reuniões Ordinárias do Conselho de Administração.** Após análise das referidas atas, o Colegiado verificou não haver feitos que merecessem comentários, com exceção do item 4 da Ata da 177^a Reunião, onde está registrado o recebimento da ofício pelo Presidente do Conad, versando sobre denúncia no âmbito da Conab (em caráter sigiloso/confidencial), o qual foi encaminhado à Corregedoria-Geral da Conab e à Coordenadoria de Assuntos Jurídicos para as providências.

invocadas. O Conselho solicita ser informado sobre as conclusões apresentadas 4.2 - Atas das 840^a e 841^a Reuniões Ordinárias e da 179^a Reunião Extraordinária da Diretoria Colegiada. Após análise das referidas atas, o Colegiado solicita à Presidência da Conab a adoção de providências, como segue: (i) apuração de responsabilidade em relação aos itens 3 e 4 das Atas das 840^a e 841^a Reuniões Ordinárias, respectivamente, vez que, no entendimento do Conselho, a Companhia não deve simplesmente abater o prejuízo evidenciado; (ii) submeter à aprovação do Coned, como medida adequada, visando maior consistência, o Voto Diges nº 011/2008, o Voto Diges nº 012/2008 e o Voto Diges nº 013/2008, todos da Ata da 840^a Reunião, em razão da argumentação oferecida na mencionada Ata, qual seja: "Safexfarma que a U4 não se enquadra nos requisitos exigidos no Voto Diges nº 008/2008, de 17/01/2008..."; em todos os votos; (iii) manter o Colegiado informado dos resultados obtidos acerca da apuração de denúncias de irregularidade nos estornos da café da U4 da Concelha do Rio Verde/MG (Ata da 841^a Reunião); (iv) promover estudos com vistas a verificar se, com o processo do anúncio, a Conab poderia ser atendida quanto à necessidade de vagas para concursos, evitando a possível ampliação do 100 para 317 vagas, conforme consta no item 1 da Ata da 841^a Reunião; e (v) submeter, à aprovação do Coned, o Plano de Desimobilização do Patrimônio Imobiliário da Companhia (item 1 da Ata da 842^a Reunião), vez que, no entendimento do Colegiado, as alienações em apreço são de real importância, tendo em vista o equilíbrio econômico da Companhia. 5 - Relação das Licitações e Contratações realizadas em fevereiro/2008 - CI/GP1, nº 023/2008, de 3/3/2008. 5.1 - Licitações Processadas. Após análise, o Conselho verificou que, no âmbito da Matriz, as licitações processadas, no mês em referência, foram realizadas por meio de pregão eletrônico, com exceção do Processo nº 0178/2007, cuja modalidade foi Tomada de Preços, tipo Menor Preço, com valor estimado de R\$493.848,70, destinado à contratação de empresa para execução de obras de reforma, adequação e manutenção de equipamentos e instalações electromecânicas da usina de beneficiamento de arroz e de britagem da Unidade Armazenadora de Ribeirão Preto/TO. 5.2 - Contratações. O Conselho verificou que todos os contratos firmados foram precedidos de licitação por meio de pregão eletrônico. 6 - Relatórios Demonstrativos de Créditos a Receber, em atraso. 6.1 - Relatório de Empregados Cédulos - Posição de 31/3/2008 - CI/Sufin/Gecob nº 728, de 31/3/2008. Após exame do Relatório, o Conselho verificou: (i) Quanto aos débitos da Câmara Legislativa do DF, decorrentes da cessão de Francisco Sébastião de Moraes, nova cobrança foi encaminhada àquele Câmara, após perda da Proge; (ii) Débitos da Secretaria da Est. do Governo do DF, relativos à renúcia da Nilva Clara Costa, no período de set/07 (19 dias) a out/07 e fev/08; a Gerência de Cedendos e Cobrança - Gecob informa que, ansiante no mês de março, recebeu da Superintendência de Recursos Humanos - Surch para cobrança. O Conselho reitera à Companhia observar o disposto no Decreto nº 4.050/2001 e recomenda à Surch encaminhar imediatamente as informações à Gecob; (iii) Com relação às renúncias de Marly Terrel de Macêdo Soares à ANA e de Aadrúbel Silva de Oliveira à Rede Ferroviária Federal, o Colegiado aguarda pronunciamento da Companhia acerca dos apontamentos efetuados em ata anterior e reiterados por CI à Presidência; 6.2 - Relatório Gerencial de Cobrança - período: 1/7/1994 a 31/3/2008 - CI/Sufin/Gecob nº 727, de 31/3/2008. O Colegiado verificou que do montante de R\$ 1,7 bilhão de créditos a renegociar, houve recebimentos da ordem de R\$ 104,3 milhões, representando uma modesta recuperação da ordem de 6,0%. O Conselho reitera a necessidade de adoção de medidas que agilizem a recuperação dos créditos. 7 - Relatórios da Coordenadoria de Auditoria Interna. 7.1 - Quadros do Acompanhamento das Pendências dos Relatórios de Auditoria - Exercícios de 2005 e 2007 - CI/Coaud nº 134, de 4/4/2008. Analisando os mencionados Quadros e suas observações, o Conselho solicita esclarecimentos para o não posicionamento da Coaud, até o momento, acerca das respostas oferecidas pela Sufin/GO, por meio das CI/Sufin/Gecob nº 7006, de 27/1/2007, e nº 7140, de 13/1/2007, relativos às auditorias nº 31/2007 e nº 34/2007, respectivamente. 7.2 - Relatórios das Auditorias realizadas conforme Programação do PAINT. 7.2.1 - Relatório de Avaliação da Gestão nº 001/2008 - Balanço - Exercício 2007 - Matriz - CI/Conaud/Gecaud nº 130, de 25/3/2008. Após análise, o Conselho solicita a Presidência adotar as providências com a finalidade de serem atendidas as recomendações constantes do referido relatório. 7.2 - Notas Técnicas Coaud nºs 06/2008 e 07/2008, relativas à análise das Demonstrações Contábeis de Janeiro e fevereiro/2008, respectivamente - CI/Conaud nº 134, de 4/4/2008. O Conselho Fiscal deliberou não examinar a Nota Técnica Coaud nº 06/2008, referente à análise das demonstrações contábeis do mês de janeiro, devido à

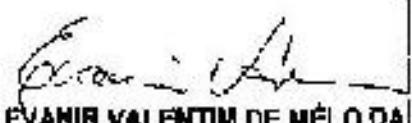
defasagem temporal. Com relação à Nota Técnica Coaud nº 07/2006, o Conab procedeu em seu exame juntamente com a apreciação das demonstrações contábeis de fowereiro, conforme dente do item 2 deste art. 7.4 – Relatório Trimestral das Constatações relativas a Contratos celebrados por meio de Dispensa e Inexigibilidade de Licitação – 1º trimestre/2008 - C/Coaud nº 134, de 4/4/2008. Conforme consta do referido Relatório, os contratos que mencionam aportamentos da Conab, ou não especificaram o artigo empregado da Lei nº 8.689/93 ou apresentaram como amparo legal o inc. II do art.25 da Lei, em inobservância ao Parecer Cojur/Gerad ML nº 747/2006, que orienta seu uso para aqueles objetos cuja usada como fundamentação legal o caput do art. 25. Importante destacar que a Coaud solicitou à Procuradoria-Geral da Conab que efetuasse orientação geral Suresg, a fim de instruir-las quanto ao correto emprego de fundamentação jurídica nos casos de contratação direta. 7.5 – Plano Anual de Auditoria Interna – PAINT/2008 – nova versão – C/Coaud nº 123/2008, de 20/3/2008. O Conselho Fiscal recebeu cópia do PAINT/2008, aprovado pelo Conselho de Administração na 176ª Reunião Ordinária, realizada em 12/12/2007 e, após examiná-lo, verificou não existir registros que merecessem comentários. 7.6 – Nota Técnica Coaud nº 004/2008 - Relatório da Análise Econômico-Financeira relativo ao exercício de 2007 – C/Coaud nº 127, de 24/3/2008. Em razão das informações constantes do referido Relatório foram relativas ao exercício de 2007. o Colegiado deliberou por não proceder a análise do mesmo, vez que na Prestação de Contas da Companhia, relativa ao mesmo exercício, esta matéria já foi abordada. 8 – Extratos do Cadin, Certidões e Certificados – Posição de 19/2 e 26/2/2008. O Conselho recebeu os referidos extratos, verificando que não há registros no Cadin contra a Companhia e que as certidões encontram-se dentro do prazo de validade. 9 – Demonstrativo dos Processos Internos de Apuração – PIA - Fevereiro/2008. Após análise o Conselho verificou não haver fatos que merecessem comentários. 10 – Difigâncias do Conselho Fiscal 10.1 – Resposta ao item 4.2 da 148ª Reunião do Conab, no qual o Conselho solicita que seja mantido informado sobre a restituição do imóvel, situado na Travessa do Icô, nº 160, Belmo Estação Experimental, Rio Branco/AC, cedido ao Município de Rio Branco/AC. Por intermédio da Folha de Despacho 06, datada em 2/3/2008, o Diretor de Gestão Administrativa e Financeira, em atendimento ao questionamento do Colegiado, encaminha cópia do VOTO DIAPI Nº C26/08, aprovado na 842ª Reunião Ordinária da Diretoria Colegiada. O mencionado voto propõe a reificação do prazo de cessão do imóvel para até 31/12/2008, mediante a celebração de contrato, no qual ficará covençado que, ao término do prazo, a Cessataria deverá restituir o imóvel, impreterivelmente. Foi proposto, também, que, em não havendo a restituição do imóvel no prazo estipulado, seja autorizada a interposição de ação judicial para tal fim. 10.2 – Resposta à C/Conab nº 004/2008, a qual solicita informações sobre o resultado da implantação do controle informatizado dos processos ajudados pela Conab com acompanhamento da Proge. Por intermédio da Folha de Despacho, datada em 26/3/2008, o Chefe de Gabinete da Presidência da Companhia enciou ao Conselho a Informação Proge/Suoc CL nº 028/2008. Após análise, o Colegiado deliberou por encaminhar à Presidência a adoção de providências necessárias ao atendimento do conteúdo no item 8 da Informação em apreço considerando as informações prestadas pela Proge, quais sejam: 1.1. Cabe esclarecer que no âmbito nacional do âmbito de Companhia, foi implementado o Sistema CPJ 3G, que consiste, basicamente, no cadastro e controle dos processos judiciais que envolvem a Conab...” (item 2), e ainda, o fato de apesar da sua existência, referido Sistema não atender plenamente a necessidade de ter um controle eficiente e seguro (item 3). 10.3 – Resposta à C/Conab nº 001, de 20/2/2008, que solicita providências para apuração de denúncia sobre provável irregularidade na apuração de despesas de armazenagem de produtos agrícolas no âmbito da PGPM - C/Coaud nº 124, de 24/3/2008, que encaminha a Nota Técnica Coaud nº 5/2008. Foi encaminhado ao Colegiado cópia da C/Coaud nº 124, de 24/3/2008, que encaminha o resultado dos trabalhos da auditoria Interna em atendimento à solicitação do Conselho Fiscal. Representantes da Coaud, as Sras. Maria Inês e Eugénia Maria, e o Sr. Fernando, utilizando os anexos à Nota Técnica nº 5/2008 compósitos de centenas de páginas, prestaram diversas declarações; no Colegiado e responderam a diversos questionamentos originados da análise da documentação. A Nota tece várias considerações e informa com clareza e transparência os procedimentos adotados pela Conab no processo de contabilização das despesas de armazenagem, registrando, inclusive, no título V – ANÁLISE DOS FATOS, que “...pensou-se que foram utilizados critérios diferentes pelos órgãos de

contabilidade e de planejamento da Companhia, o que prejudicou a clareza dos fatos." Sobre o critério utilizado pela Coordenadoria de Planejamento e Avaliação - Copav (Estimação dos Valores de Repasse), a Nota constata que "Não existe, portanto, uma fórmula definida para a composição do valor programado. Verifica-se, ainda, uma complexidade formal e relevante grau de subjetividade nos critérios de estimação. Há que se ressaltar, nesse ponto, que não se verificou qualquer irregularidade que tenha provocado danos ao erário." Ainda no título V, a Nota informa que "... evidenciou a regularidade nas repasses efetuados à Conab pela Secretaria do Tesouro Nacional. Comentou-se, também, o cumprimento pela Companhia dos procedimentos exigidos pela Portaria Interministerial nº 38/2004." Sobre o cumprimento dessa Portaria, o Conflito destaca a informação do subitem 5 do título III - EXECUÇÃO DA POLÍTICA DA GARANTIA DE PREÇOS MÍNIMOS PELA CONAB, a respeito do art. 5º: "... a Conab apresente regularmente à Secretaria do Tesouro Nacional documentação de boa e regular aplicação dos valores liberados para equalização (...). Confuso, não apresenta relatório específico detalhando as despesas executadas no período, cuja exigência, embora prevista neste mesmo artigo da citada Portaria, não é critério da Secretaria do Tesouro Nacional, conforme consignado nas memórias de reuniões da Comissão Interministerial para aprovação da programação financeira." Esta Comissão Interministerial foi criada pela Portaria nº 243, de 20/3/92, e conta com a participação de representantes da Conab, do Ministério da Fazenda, do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, entre outros. Após debate, o Conselho Fiscal deliberou por não considerar cumprido o art. 5º da Portaria Interministerial nº 38/2004, sem a remessa daquele relatório de execução detalhando as despesas, apesar da decisão tomada pelos membros da Comissão Interministerial em suas reuniões, e de a STN, por meio da COPEC, não exigir tal relatório. Ainda sobre o cumprimento da Portaria Interministerial, o título V da Nota Informa que foi verificado na programação orçamentária e financeira, elaborada pela Copav, que as despesas relativas à armazenagem de produtos oriundos da PGPM em unidades próprias da Conab, são classificadas genericamente no rubro de "Armazenagem Conab". Na utilização de recursos relativos àquelas despesas de armazenagem, então envolvidos alguns gastos não especificados na Portaria, mas, por estarem relacionados com a manutenção da atividade de armazenagem, podem ser classificados como "outras despesas", prevista no inc. II do art. 1º da mesma Portaria. O Conselho avaliou essa informação. Mas entende que, pelo menos as despesas especificadas na Portaria, como, por exemplo, classificação, conservação, beneficiamento, braçagem, ensaque, etc, poderiam ter sido comprovadas separadamente, ao invés de serem todas agrupadas. E sobre esse aspecto, o Conflito concorda com uma das sugestões do título VI - CONCLUSÕES FINAIS da Nota nº 5/2008, a respeito da necessidade de se implantar, em curto prazo, uma metodologia de gestão de custos, com a finalidade de propiciar uma melhor estimativa de recursos necessários à manutenção da armazenagem dos estoques, sem o que a Conab permanecerá refém de especulações quanto à apuração daquelas despesas. Portanto, o Conselho Fiscal deliberou por registrar parte do título VI, que sintetiza o entendimento do Colegiado diante da análise do material recebido e dos esclarecimentos remetidos: "Por todo o exposto, a luz dos documentos analisados, reafirma-se o entendimento pelo regularidade na aplicação dos recursos repassados pela Secretaria do Tesouro Nacional à Conab, referentes à Política de Garantia do Preço Mínimo som prejuízo, no entanto, à crítica quanto à pouca clareza e baixa transparência dos resultados inerentes à operacionalização da citada política pública, em especial às atividades de armazenamento de estoques públicos." O Colegiado deliberou considerar atendida a sua solicitação que versa sobre apuração dos fatos apontados pela denúncia. 11 - Assunto Geral. 11.1 - Of/Pres nº 107, de 4/3/2008, a qual, em face à determinação ministerial constante no item "2º do despacho exarado nos autos do Processo nº 21000.012383/2005-45 pelo Ministro Supervisor, encaminha cópia do Relatório Final da Comissão de Processo Interno de Apuração, constituída por meio da Portaria Ministerial nº 455, de 14/11/2005, publicada no DOU de 17/11/2005, com o objetivo de apurar os atos elencados demonstrados pelos autos do Processo nº 21000.002565/2005-14 e seu apenso nº 000009.000524/2001-18; cópia da manifestação da Consultoria Jurídica do MAPA e do referido despacho ministerial. O Conselho, após análise da documentação, verificou que os autos do Processo nº 21000.002565/2005-14 dizem respeito à Sindicância instaurada na Conab pelo Ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, por requisição do Ministério Públco Federal, para apuração de fatos inseridos no Processo nº 000009.000524/2001-18, com suposto envolvimento de ex-dirigentes da

Companhia. O Colegiado deliberou por solicitar à Presidência da Conab que informe, oportunamente, na reunião ordinária acerca das irregularidades aduzidas pela Companhia. Nada mais havendo a tratar, o Presidente do Conselho Fiscal agradeceu a presença de todos, dando por encerrada a reunião, da qual, para constar, eu, José Augusto Vicarone, Técnico de Nível Superior, lavrei a presente Ata que, após lida e aprovada, val assimada por mim e pelos Conselheiros presentes. A próxima reunião – 151º, ficou marcada para o dia 28 de abril de 2000.



MAURÍCIO ANDRADE SOUZA
PRESIDENTE



EVANIR VALENTIM DE MELO DA MOTTA
CONSELHEIRA



LÚCIA AIDA ASSIS DE LIMA
CONSELHEIRA



JOSÉ AUGUSTO VICARONE
SECRETÁRIO

ATA DA CENTÉSIMA QUINQUAGÉSIMA PRIMEIRA - REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO FISCAL DA COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO - CONAB

Ano vinte e nito dias do mês de abril de dois mil e oito, às nove horas, no Edifício Sede da Companhia Nacional de Abastecimento - Conab, realizou-se a 151ª (Centésima Quinquagésima Primeira) Reunião Ordinária, correspondente ao mês de abril/2008, do Conselho Fiscal da Companhia Nacional de Abastecimento - Conab, Empresa Pública Federal constituída nos termos da Lei nº 8.028, de 12 de abril de 1990, situada no SGAS, Quadra 901, Conjunto "A", nessa cidade de Brasília - Distrito Federal. Estiveram presentes os seguintes Conselheiros: o Senhor **MAURÍCIO ANDRADE COURA**, na qualidade de Presidente do Conselho Fiscal e representante do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA, as Senhoras **LÚCIA AIDA ASSIS DE LIMA**, representante do MAPA, e **EVANIR VALENTIM DE MELLO DA MOTA**, representante da Secretaria do Tesouro Nacional - STN. Aberta a reunião, como item 1 da pauta, foi dado início à leitura da minuta da Ata da 150ª Reunião Ordinária do Consel, realizada em 7/4/2008, que, depois de promovidos os ajustes necessários, foi aprovada. 2 - **Demonstrações Contábeis** - Março/2008 - C/Secun nº 308, de 18/4/2008; Nota Técnica Coaud nº 002/2008 - Análise das Demonstrações Contábeis de março/2008 - C/Coaud nº 187, de 28/4/2008. O Conselho Fiscal, após examinar as Demonstrações Contábeis de março/2008, verificou que as Receitas Líquidas de Vendas e Serviços apresentaram uma redução de cerca de 80%, alcançando R\$ 20,61 milhões, valor inferior aos R\$ 104,99 milhões obtidos no mês anterior. Essa comparação não prejudicada, pois no mês de fevereiro foram registradas as vendas de janeiro, conforme constante do Item 1.1.1 da Nota Técnica Coaud nº 018, a qual apresenta o resultado da análise das Demonstrações Contábeis do mês de março, elaborada pela Coaud. O Custo de Produtos Vendidos apurado no mês foi de R\$ 20,92 milhões, compensando por uma equalização negativa de R\$ 1,07 milhões, obtendo-se um Prejuízo Bruto de R\$ 1,40 milhão. Sobre a equalização do mês de março/2008, o item 1.1.4 da referida Nota Informa sua composição: um estorno de R\$ 4,39 milhões, referente ao mês de fevereiro/2008, e uma estimativa de R\$ 3,20 milhões para o mês de março/2008, resultando no saldo negativo de R\$ 1,07 milhão. É oportuno destacar que tais ajustes nos valores de equalização, segundo a Nota, decorrem da implantação do novo sistema de controle de estoques, que ainda se encontra em fase de ajustes. As Despesas Operacionais apresentaram um crescimento da ordem de 27%, de R\$ 29,28 milhões, em fevereiro/2008, para R\$ 37,63 milhões em março/2008, propiciado, tanto pelo aumento das Despesas do Pessoal, que passaram de R\$ 20,07 milhões para R\$ 24,77 milhões, como também pelo incremento das Despesas Comunicação e Administrativas, que variaram de R\$ 8,52 milhões para R\$ 12,88 milhões, no período. As Receitas Operacionais Diversas decresceram de R\$ 33,65 milhões (fevereiro/2008) para R\$ 22,70 milhões (março/2008), o que contribuiu para o Prejuízo Líquido do R\$ 13,19 milhões em março/2008, e um resultado negativo acumulado de R\$ 4,08 milhões. A Nota apresenta, no item 1.5.1, a composição do resultado líquido de março, prejuízo de R\$ 12,35 milhões, decorrente das operações governamentais e resultado negativo de R\$ 3,64 milhões nas atividades próprias, além de apontar os fatores que influenciaram esse resultado. Entre eles: (i) o deferimento no valor de R\$ 2,95 milhões, das provisões de férias, 13º salário e encargos sociais sobre provisões, contabilizados como despesa e, ainda, sofrer mudança de critério contábil; (ii) regularização da equalização de fevereiro/2008 no valor de R\$ 4,39 milhões; e (iii) estornos efetuados na Conta Contábil "62301.00.00 - Ajustes Financeiros" relativos a fevereiro/2008, no montante de R\$ 7,30 milhões, contabilizados como despesa, referentes às baixas de Restos a Pagar Não Processados. 3 - **Demonstrativo da Execução Orçamentária e Financeira - Posição**: março/2008 - C/Sufin nº 0074/08, de 28/4/2008. Após exame do referido demonstrativo, o Conselho não destacou de relevante, considerando que, apesar da Lei Orçamentária Anual - LOA 2008 (Lei nº 11.647, de 24/3/2008, publicada na Edição Extra do DOU de 24/3/2008) e o Decreto de Programação Orçamentária e Financeira para o corrente exercício (Decreto nº 6.408, de 22/4/2008, publicado no DOU de 23/4/2008) terem sido publicados, a Portaria Interministerial/Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão e Ministério da Fazenda, que detalha os limites de movimentação e empenho e de pagamento estabelecidos no mencionado Decreto, ainda, não foi publicada. 4 - **Atas de Reuniões do Conselho de Administração e da Diretoria Colegiada**: 4.1 - Ata da 179ª Reunião Ordinária e Ata da 27ª Reunião Extraordinária do Conselho de Administração. Após análise o Conselho verificou

que os registros constantes da Ata da 179ª Reunião Extraordinária, o item 1, já foi abordado na Ata da 150ª Reunião do Colegiado. No tocante à Ata da 27ª Reunião Extraordinária, realizada em 26 de março de 2008, o Conselho observou que houve equívoco quanto ao registro "... quando o Senhor MÁURICIO ANDRADE COURA, Presidente do Conselho Fiscal, informou que aprovaram, aprovaram e emitiram parecer favorável sem ressalvas relativo às contas do exercício findo em 31/12/2007.", vez que o Conselho, durante a reunião conjunta, prestou, sim, esses aclaramentos a respeito do exame realizado na documentação apresentada, adiantando que as Demonstrações Contábeis asseveravam a posição patrimonial da Companhia, mas que sua opinião final, expressa por meio de parecer, ainda estava no aguardo do ajustes a serem efetuados pelo Sucon e apresentados ao Conselho, o que veio ocorrer somente em 28/3/2008, data de emissão do parecer do Conselho Fiscal. 4.2 - Atas das 847ª e 849ª Reuniões Ordinárias da Diretoria Colegiada. Após análise, o Conselho deliberou por solicitar à Presidência da Conab, o que segue: (i) adoção de providências com vistas ao acorçoamento pela Coaud, com posterior conhecimento a este Colegiado, acerca dos resultados obtidos quanto às medidas a serem adotadas conforme constante do Voto Draft nº 045/2008 (Ata da 847ª Reunião) - Processo Sureg/MT nº 0169/2003 - Promotoração, em caráter excepcional, do contrato de prestação de serviços advocatícios firmado com o escritório que atende à Sureg/MT, pelo prazo de 12 (doze) meses, com cláusula de rescisão antecipada; e Voto Draft nº 046/2008 (Ata da 848ª Reunião) - Processo Sureg/CE nº 04 0105/2008 - Contratação de serviços especializados de advocacia para atuação junto à Sureg/CE, perante as Justiças Estadual, Federal e do Trabalho; e (ii) submeter à apreciação do Coned, o Voto Draft nº 053/2008 (Ata da 848ª Reunião) - Processo Sureg/MT/A nº 11.0010/2000 e 11.0397/2005 - Pedido de parcelamento da dívida da Prefeitura Municipal de Itabira do Vale (MA), referente à compra e venda de imóvel realizado pelas partes, considerando a relevância da matéria. 5 - Relação das Licitações e Contratações realizadas em março/2008 - CM/Supad nº 131, de 3/4/2008. 5.1 - Licitações. O Conselho verificou que não houve abertura de licitação na Matriz, no período. 5.2 - Contratações. 5.2.1 - No Âmbito da Matriz. O Colegiado verificou que as contratações foram preenchidas de licitação, na modalidade Pregão Eletrônico. 5.2.2 - No Âmbito das Burags. Após análise do DEMONSTRATIVO CONTRATOS/TERMOS ADMITIVOS REALIZADOS EM MARÇO/2008, o Conselho verificou que houve várias aditivas aos contratos existentes. Quanto às novas contratações, constam informações de terem sido procedidas do licitado nas modalidades Convite, Dispensa e Inexigibilidade. Tendo em vista o objeto e empresa contratadas, o Conselho deliberou por recomendar, mais uma vez, que se observe a determinação constante do Decreto que regulamenta a aplicação da modalidade Pregão Eletrônico. 6 - Relatórios Demonstrativos de Créditos a Receber, em atraso. 6.1 - Relatório de Empregados Cedidos - Período de 25/4/2008 - CM/Suflin/Gecob nº 973, de 25/4/2008. Após exame do Relatório, o Conselho solicita à Presidência da Companhia informar se as cobranças dos débitos, relacionados a seguir, foram ajuizadas: (i) Débito em nome de Evandro Fernandes de Oliveira; (ii) Débito da Câmara Legislativa do DF, decorrente da cessão de Francisco Sebastião da Motta; e (iii) Débito da Assembleia Legislativa do Estado de Goiás, decorrente da cessão de Daniel Messac de Moraes. Quanto ao débito da Secretaria de Estado do Governo do DF, relativo à cessão de Nívia Clara Costa, no período de set/07 (19 dias) a out/07 a mar/08, em que pese a Gerência de Cadeastro e Cobrança - Gecob somente no mês de março ter recebido da Superintendência de Recursos Humanos - Sureh informações necessárias à cobrança, conforme já registrado na Ata da 150ª Reunião Ordinária do Conselho, o Conselho solicita à Presidência da Conab informar quais as providências que foram tomadas, visando ao recebimento dos referidos débitos e notificar a Companhia e recomendação no sentido de observar o disposto no Decreto nº 4.060/2001. Com relação às cessões de Manoel Telles de Macedo Soares à ANA e de Adrinalval Silva de Oliveira à Rede Ferroviária Federal, o Colegiado aguarda pronunciamento da Companhia acerca das apontamentos efetuados em atas anteriores e reiterados por C3 à Presidência. 6.2 - Relatório Gerencial de Cobrança - Período: 1/7/1884 a 25/4/2008 - CM/Suflin/Gecob nº 972, de 25/4/2008. O Colegiado verificou que, do montante de R\$ 1,73 bilhão de créditos a receber, houve recebimentos da ordem de R\$ 106,79 milhões, representando uma minísta remuneração da ordem de 6,0%. O Conselho solicita à Companhia informar quais as medidas que estão sendo adotadas, visando à recuperação dos créditos. 7 - Relatórios da Coordenadoria de Auditoria Interna. 7.1 - Quadros de Acompanhamento das Pendências dos Relatórios de Auditoria - Exercícios de 2006 e 2007 - Posições de 24/4/2008 -

Assinatura

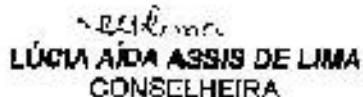
CI/Coaud nº 167, de 28/4/2008. Agradecendo os comentários do Conselheiro e suas observações o Conselho a solicitação de esclarecimentos para o seu posicionamento da Coaud, até o momento, acerca das respostas oferecidas pela Sureg/GO, por meio da CI/Sureg/GO nº 7006, de 7/11/2007, relativa à auditoria nº 31/2007. 7.2 - Relatórios das Auditorias realizadas conforme Programação do PAINT/2008. Não houve entrega de Relatórios contemplados na Programação do PAINT/2008. 7.3 - Nota Técnica Coaud nº 08/2008, relativa à análise das Demonstrações Contábeis de março/2008 - CI/Coaud nº 167, de 28/4/2008. O Conselho Fiscal procurou ao exame do referido Relatório juntamente com a apreciação das demonstrações contábeis de março/2008, conforme consta do item 2 desta Ata. 8 - Extratos do Cadin, Certidões e Certificados - Posição de 28/4/2008. O Conselho recebeu os referidos extratos verificando que as certidões relativas à Secretaria de Receita Federal e ao INSS encontram-se vencidas. O representante da Gerência de Cadastro e Cobrança - Gecob esclareceu que, apesar daqueles Órgãos estarem em greve, a Administração da Companhia está adotando as providências necessárias para intenção de novas certidões. 9 - Demonstrativo dos Processos Internos de Apuração (PIA) em andamento ou concluídos - Posição de abril/2008. Após análise, o Conselho verificou não haver fatos que merecessem comentários. 10 - Assuntos Gerais. 10.1 - DESPACHO, em 8/2/2008, do Ministro de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, publicado no Boletim de Pessoal nº 05, de 20/2/2008. O Colegiado, por intermédio da Conselheira Lúcia Alida, tomou conhecimento do teor do referido Despacho e deliberou por solicitar à Presidência da Comab a adoção de providências, com vistas à remessa a este Conselho, oportunamente, dos resultados obtidos acerca das medidas adotadas, visando o esclarecimento da determinação do Senhor Ministro. Nada mais havendo a tratar, o Presidente do Conselho Fiscal agradeceu a presença de todos, dando por encerrada a reunião, da qual, para constar, eu, José Augusto Vicarone, Técnico de Nível Superior, lavrei a presente Ata que, após lida e aprovada, vai assinada por mim e pelos Conselheiros presentes. A próxima reunião - 152ª, ficou marcada para o dia 19 de maio de 2008.



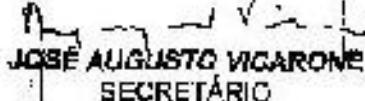
MAURÍCIO ANDRADE COURA
PRESIDENTE



EVANIR VALENTIM DE MELO DA MOTTA
CONSELHEIRA



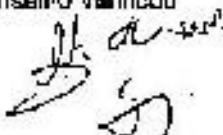
LÚCIA ALIDA ASSIS DE LIMA
CONSELHEIRA



JOSE AUGUSTO VICARONE
SECRETÁRIO

ATA DA CENTÉSIMA QUINTA-ESIMA PRIMEIRA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO FISCAL DA COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO - CONAB

Aos vinte e oito dias do mês de abril de dois mil e oito, às nove horas, no Edifício Sede da Companhia Nacional de Abastecimento - Conab, reificou-se a 161ª (Centésima Quinta-ésima Primeira) Reunião Ordinária, correspondente ao mês de abril/2008, do Conselho Fiscal da Companhia Nacional de Abastecimento - Conab, Empresa Pública Federal constituída nos termos da Lei nº 8.028, de 12 de abril de 1990, situada no SGAS, Quadra 901, Conjunto "A", nesta cidade de Brasília - Distrito Federal. Estiveram presentes os seguintes Conselheiros: o Senhor **Maurício Andrade Coura**, na qualidade de Presidente do Conselho Fiscal e representante do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA, as Senhoras **Lúcia Alba Assis de Lima**, representante do MAPA, e **Evânir Valentim de Melo da Motta**, representante da Secretaria do Tesouro Nacional - STN. Aberta a reunião, como item 1 da pauta, foi dado inicio à leitura da minuta da Ata da 150ª Reunião Ordinária do Confi, realizada em 7/4/2008, que, depois de provovidos os ajustes necessários, foi aprovada. 2 - **Demonstrações Contábeis - Março/2008** - C/BUCON nº 309, de 18/4/2008; Nota Técnica Coaud nº 08/2008 - Análise das Demonstrações Contábeis de março/2008 - C/COAUD nº 167, de 28/4/2008. O Conselho Fiscal, após examinar as Demonstrações Contábeis de março/2008, verificou que as Receitas Liquidadas de Vendas e Serviços apresentaram uma redução de cerca de 80%, alcançando R\$ 20,81 milhões, valor inferior aos R\$ 104,69 milhões obtidos no mês anterior. Essa comparação é ca prejudicada, pois no mês de fevereiro foram registradas as vendas de janeiro, conforme constante do item 1.1.1 da Nota Técnica Coaud nº 08, a qual apresenta o resultado da análise das Demonstrações Contábeis do mês de março, elaborada pela Coaud. O Custo de Produtos Vendidos apurado no mês foi de R\$ 20,92 milhões, compensado por uma equalização negativa de R\$ 1,07 milhão, obtendo-se um Prejuízo Bruto de R\$ 1,40 milhão. Sobre a equalização do mês de março/2008, o item 1.1.4 da referida Nota informa sua composição: um estoque de R\$ 4,39 milhões, referente ao mês de fevereiro/2008, e uma estatativa de R\$ 3,20 milhões para o mês de março/2008, resultando no saldo negativo de R\$ 1,07 milhão. É aportuno destacar que tais ajustes nos valores de equalização, segundo a Nota, decorrem da implantação do novo sistema de controle de estoque, que ainda se encontra em fase de ajustes. As Despesas Operacionais apresentaram um crescimento da ordem de 27%, de R\$ 29,29 milhões, em fevereiro/2008, para R\$ 37,63 milhões em março/2008, propiciado, tanto pelo aumento das Despesas de Pessoal, que passaram de R\$ 20,07 milhões para R\$ 24,77 milhões, como também pelo incremento das Despesas Comerciais e Administrativas, que variaram de R\$ 8,52 milhões para R\$ 12,88 milhões, no período. As Receitas Operacionais Diversas descreceram de R\$ 33,85 milhões (fevereiro/2008) para R\$ 22,70 milhões (março/2008), o que contribuiu para o Prejuízo Liquidado de R\$ 16,19 milhões em março/2008, e um resultado negativo acumulado de R\$ 4,09 milhões. A Nota apresenta, no item 1.5.1, a composição do resultado líquido de março, prejuízo de R\$ 12,35 milhões, decorrente das operações governamentais e resultado negativo de R\$ 3,84 milhões nas atividades próprias, além de apontar os fatores que influenciaram esse resultado. Entre eles: (i) o diferimento no valor de R\$ 2,85 milhões, das provisões de férias, 13º salário e encargos sociais sobre provisões, contabilizados como despesa e, ainda, sofrer mudança de critério contábil; (ii) regularização da equalização de fevereiro/2008 no valor de R\$ 4,39 milhões; e (iii) ajustes efetuados na Conta Contábil "6230100.00 - Ajustes Financeiros" relativos a fevereiro/2008, no montante de R\$ 7,30 milhões contabilizados como despesa, referentes às becas de Restos a Pagar Não Processados. 3 - **Demonstrativo da Execução Orçamentária e Financeira - Ponto 3: Março/2008** - C/BSURM nº 0974/08, de 28/4/2008. Após exame do referido demonstrativo, o Conselho nada destacou de relevante, considerando que apesar da Lei Orçamentária Anual - LOA 2008 (Lei nº 11.847, de 24/3/2008, publicada no Edição Extra do DOU de 24/3/2008) e o Decreto de Programação Orçamentária e Financeira para o corrente exercício (Decreto nº 6.438, de 22/4/2008, publicado no DOU de 23/4/2008), tiveram sido publicados, a Portaria Interministerial/Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão e Ministério da Fazenda, que detalha os limites de movimentação e empenho e de pagamento estabelecidos no mencionado Decreto, ainda, não foi publicada. 4 - **Atas de Reuniões do Conselho de Administração e da Diretoria Colegiada**: 4.1 - Ata da 179ª Reunião Ordinária e Ata da 27ª Reunião Extraordinária do Conselho de Administração. Após análise, o Conselho verificou

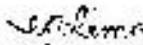


que os registros constantes da Ata da 179ª Reunião, em especial o item 1, já foi aprovado na Ata da 150ª Reunião do Colegiado. No tocante à Ata da 27ª Reunião Extra-ordinária, realizada em 28 de março de 2008, o Conselho observou que houve equívoco quanto ao registro "... quando o Senhor MÁRIO CICLO ANDRADE COURA, Presidente do Conselho Fiscal, informou que apreciaram, aprovaram e emitiram parecer favorável com ressalvas relativo às contas do exercício findo em 31/12/2007", vez que o Conselho, durante a reunião conjunta, prestou, sim, esses pareceres a respeito do exame realizado da documentação apresentada, adiantando que as Demonstrações Contábeis espelhavam a posição patrimonial da Companhia, mas que sua opinião final, expressa por meio de parecer, ainda estava no aguardo de ajustes a serem efetuados pela Sucat e apresentados ao Conifa, o que veio ocorrer somente em 28/3/2008, data de emissão do parecer do Conselho Fiscal. 4.2 - Atas das 847ª a 849ª Reuniões Ordinárias da Diretoria Colegiada. Após análise, o Conselho deliberou por solicitar à Presidência da Conab, o que segue: (I) adiçoção de providências com vistas ao acoplamento pela Conab, com posterior conhecimento a este Colegiado, acerca dos resultados obtidos quanto às medidas a serem adotadas conforme constante no Voto Diáli nº 045/2008 (Ata da 847ª Reunião) - Processo Sureg/MT nº 0169/2003 - Prontogeração, em caráter excepcional, do contrato de prestação de serviços advocatícios firmado com o escritório que atende à Sureg/MT, pelo prazo de 12 (doze) meses, com cláusula de rescisão antecipada; e Voto Diáli nº 048/2008 (Ata da 848ª Reunião) - Processo Sureg/CE nº 04.0105/2008 - Contratação de serviços especializados de advogado para atuação junto à Sureg/CE, perante as Justiças Estadual, Federal e do Trabalho; e (II) submeter à apreciação do Coned, o Voto Diáli nº 053/2008 (Ata da 849ª Reunião) - Processo Sureg/MA nº 11.0010/2000 e 11.0387/2006 - Pedido de pagamento de dívidas da Prefeitura Municipal de Trizidela do Vale (MA), referente à compra e venda do imóvel realizado pelas partes, considerando a relevância do malício. 5 - Relação das Licitações e Contratações realizadas em março/2008 - C1/Supad nº 131, de 3/4/2008. 5.1 - Licitações. O Conselho verificou que não houve abertura de licitação na Matriz, no período. 5.2 - Contratações. 5.2.1 - No âmbito da Matriz. O Colegiado verificou que as contratações foram precedidas de licitação, na modalidade Pregão Eletrônico. 5.2.2 - No âmbito das Suregs. Após análise do DEMONSTRATIVO CONTRATOS/TERMOS ADITIVOS REALIZADOS EM MARÇO/2008, o Conselho verificou que houve várias adições aos contratos existentes. Quanto às novas contratações, constam informações de terem sido precedidas de licitação nas modalidades Convite, Dispensa e Inexigibilidade. Tendo em vista o objeto e empresa contratados, o Conselho deliberou por recomendar, mais uma vez, que se observe a determinação constante do Decreto que regulamenta a aplicação da modalidade Pregão Eletrônico. 6 - Relatórios Demonstrativos de Créditos a Receber, em atraso. 6.1 - Relatório de Empregados Cedidos - Prolongo de 26/4/2008 - C1/Suflin/Gecob nº 973, de 25/4/2008. Após exame do Relatório, o Conselho encita à Presidência da Companhia informar se as cobranças dos débitos, relacionados a seguir, foram ajuizadas: (i) Débito em nome de Evaldo Fernandes de Oliveira; (ii) Débito da Câmara Legislativa do DF, decorrente da cessão de Francisco Sebastião da Motta; e (iii) Débito da Assembleia Legislativa do Estado de Goiás, decorrente da cessão de Daniel Messias de Moraes. Quanto ao débito da Secretaria de Faz. do Governo do DF, relativo à cessão de Nilva Clara Coela, no período de set/07 (19 dias) a out/07 a mar/08, em que pese a Gerência de Cadastro e Cobrança - Gecob somente no mês de março ter recebido da Superintendência de Recursos Humanos - Sureh informações necessárias à cobrança, conforme já registrado na Ata da 150ª Reunião Ordinária do Conifa, o Conselho solicita à Presidência da Conab informar quais as providências que foram tomadas, visando ao recebimento dos referidos débitos e reitera à Companhia a recomendação no sentido de observar o disposto no Decreto nº 4.050/2001. Com relação às cessões de Marty Teitel de Macaco Soares à ANA e de Antônio Silveira Oliveira à Rede Ferroviária Federal, o Colegiado aguarda pronunciamento da Companhia acerca dos aportamentos efetuados em suas entidades e reiterados por C1 à Presidência. 6.2 - Relatório Gerencial de Cobrança - Período: 17/1994 a 25/4/2008 - C1/Suflin/Gecob nº 972, de 25/4/2008. O Colegiado verificou que, do montante de R\$ 1,73 bilhão de créditos a receber, houve recebimentos da ordem de R\$ 106,39 milhões, representando uma modesta recuperação da ordem de 6,0%. O Conselho solicita à Companhia informar quais as medidas que estão sendo adotadas, visando à recuperação dos créditos. 7 - Relatórios da Coordenadoria de Auditoria Interna. 7.1 - Quadros de Acompanhamento das Pendências dos Relatórios de Auditoria - Exercícios de 2006 e 2007 - Prolongo de 24/4/2008 -

CI/Coaud nº 187, de 20/4/2008. Através da referida Memória dos Quadros e suas observações, o Conab retomou a solicitação de esclarecimentos para o não posicionamento da Coaud, até o momento, acerca das respostas oferecidas pela Sureg/GO, por meio da CI/Sureg/GO nº 7006, de 7/11/2007, relativa à auditoria nº 31/2007. 7.2 - Relatórios das Auditorias realizadas conforme Programação do PAINT/2008. Não houve entrega de Relatórios contemplados na Programação do PAINT/2008. 7.3 - Nota Técnica Coaud nº 08/2008, relativa à análise das Demonstrações Contábeis de março/2008 - CI/Coaud nº 187, de 28/4/2008. O Conselho Fiscal procedeu ao exame do referido Relatório juntamente com a apreciação das demonstrações contábeis de março/2008, conforme consta do item 2 deste Ata. 8 - Extratos do CadÚnc, Certidões e Certificados - Posição de 28/4/2008. O Conselho recebeu os referidos extratos, verificando que as certidões relativas à Secretaria de Receita Federal e ao INSS encontram-se vencidas. O representante da Gerência de Cadastro e Cobrança - Gccob esclareceu que, apesar daqueles Órgãos estarem em greve, a Administração da Companhia está adotando as providências necessárias para obtenção de novas certidões. 9 - Demonstrativo dos Processos Internos de Apuração (PIA) em andamento ou concluídos - Posição: abril/2008. Após análise, o Conselho verificou não haver fatos que merecessem comentários. 10 - Assuntos Gerais. 10.1 - DESPACHO, em 8/2/2008, do Ministro de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, publicado no Boletim de Pessoal nº 05, de 20/2/2008. O Colegiado, por Intermédio da Conselheira Lúcia Aida, tomou conhecimento do teor do referido Despacho e deliberou por solicitar à Presidência da Conab a adoção de providências, com vistas à remessa a este Conselho, oportunamente, dos resultados obtidos acerca das medidas adotadas, visando o atendimento da determinação do Senhor Ministro. Nada mais havendo a tratar, o Presidente do Conselho Fiscal agradeceu a presença de todos, dando por encerrada a reunião, de quei, para constar em, José Augusto Vicarone, Técnico de Nível Superior, lavrada a presente Ata que, após lida e aprovada, vai assinada por mim e pelos Conselheiros presentes. A próxima reunião - 162ª, ficou marcada para o dia 19 de maio de 2008.



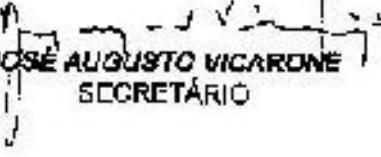
MAURÍCIO ANDRADE COURA
PRESIDENTE



LÚCIA AIDA ASSIS DE LIMA
CONSELHEIRA



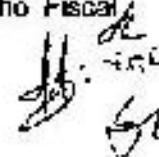
EVANIR VALENTIM DE MELO DA MOTTA
CONSELHEIRA



JOSÉ AUGUSTO VICARONE
SECRETÁRIO

ATA DA CENTÉSIMA QUINTUAGÉSIMA SEGUNDA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO FISCAL DA COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO - CONAB

Ans dezenove dias do mês de maio de dois mil e oito, às nove horas, no Edifício Sede da Companhia Nacional de Abastecimento - Conab, realizou-se a 162ª (Centésima Quintuagésima Segunda) Reunião Ordinária, correspondente ao mês de maio/2008, do Conselho Fiscal da Companhia Nacional de Abastecimento - Conab, Empresa Pública Federal constituída nos termos da Lei nº 8.029, de 12 de abril de 1990, situada na SGAS, Quadra 901, Conjunto 'A', nesta cidade de Brasília - Distrito Federal. Estiveram presentes os seguintes Conselheiros: o Senhor MAURÍCIO ANDRADE COURA, na qualidade de Presidente do Conselho Fiscal e representante do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA, as Senhoras LÚCIA AÍDA ASSIS DE LIMA, representante do MAPA, e EVANIR VALENTIM DE MÉLO DA MEDITA, representante da Secretaria do Tesouro Nacional - STN. Aberta a reunião, como Item 1 da pauta, foi dado inicio à leitura da minuta da Ata da 151ª Reunião Ordinária do Confl, realizada em 28/4/2008, que, depois de promovidos os ajustes necessários, foi aprovada. 2 - Demonstrativo da Execução Orçamentária e Financeira. Embora não tenha sido entregue o referido demonstrativo, a Conselheira Lúcia Alida solicitou ao Superintendente de Finanças, Paulo Sérgio Silveira, por telefone, que o "Demonstrativo da Execução Orçamentária e Financeira" seja elaborado no mesmo formato do apresentado no exercício de 2007, ou seja, contendo informações relativas a Dotação Ativa (LOA + Alterações); Limites de Movimentação e Empenho; Dotação Contingenciada; Crédito Empenhado; Percentual do Crédito Empenhado em relação ao Limite; Crédito Liquidado; Percentual de Crédito Liquidado em relação ao Crédito Empenhado; Crédito Disponível; e Valor Pago. 3 - Relação das Licitações e Contratações realizadas em abril/2008 - CIV/CPL nº 036/2008, de 5/5/2008. 3.1 - Licitações Processadas. As Licitações processadas, no mês de referência, foram realizadas por meio de Pregão Eletrônico, com exceção do Processo nº 0290/2008, cuja modalidade foi Corvile, tipo Menor Pregão, destinado à contratação de leiloeiro público para a realização de leilão de bens patrimoniais pertencentes à Conab. 3.2 - Contratações: Sobre as contratações, o Conselho verificou que todos os contratos firmados foram concedidos de licitação por meio de Pregão Eletrônico, exceto o Processo nº 2170/2007, para concessão de licença de uso e prestação de serviços de manutenção, suporte técnico (helpdesk) e atualização de versão do Sistema Adilicado à Administração Quantitativa de Armazenagem de Grãos - SAAGRA, e do sistema de informações gerenciais do SAAGRA que apresentou como base legal para inexigibilidade de licitação o Inciso I do artigo 25 da Lei nº 8.068/90. Devido ao elevado valor da contratação, R\$360 mil, o Confl solicitou para a próxima reunião votar o referido processo. 4 - Relatórios da Coordenadoria de Auditoria Interna. 4.1 - Quadros de Acompanhamento das Pendências dos Relatórios de Auditoria - Exercícios de 2008 e 2007 - Posições de 18/5/2008 - CIV/Audit nº 205, de 19/5/2008. O Conselho Fiscal analisou os referidos Quadros, bem como suas observações, nada acrescentando de relevante. 5 - Assuntos Gerais. 5.1 - Portaria nº 209, de 22/4/2008, publicada no DOU de 23/4/2008. A Conselheira Lúcia Alida deu ciência aos demais membros do Confl sobre a Portaria em apreço, a qual divulgava o superávit financeiro apurado no exercício de 2007. Após ciência, o Colegiado deliberou por solicitar à Presidência da Conab esclarecimentos sobre o déficit financeiro da Companhia nos valores de R\$43.843 mil e R\$214.796 mil, respectivamente, nas fontes '80' e '50'. Nada mais havendo a tratar, o Presidente do Conselho Fiscal



agradeceu a presença de todos, "de todos" por entender da reunião, da qual, para constar, eu, José Augusto Vicarone, Técnico de Nível Superior, lavrei a presente Ata que, após lida e aprovada, vai assinada por mim e pelos Conselheiros presentes. A próxima reunião – 153ª, ficou marcada para o dia 2 de junho de 2008.



MAURÍCIO ANDRADE COURA
PRESIDENTE



EVANIR VALENTIM DE MELO DA MOTTA
CONSELHEIRA



LÚCIA AIDA ASSIS DE LIMA
CONSELHEIRA



JOSE AUGUSTO VICARONE
SECRETARIO

ATA DA CENTÉSIMA QUINTA/QUINQUAGÉSIMA TERCEIRA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO FISCAL DA COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO - CONAB

Aos dois dias do mês de junho de dois mil e oito, às nove horas, no Edifício Sede da Companhia Nacional de Abastecimento - Conab, realizou-se a 153ª (Centésima Quinta/Quinquagésima Terceira) Reunião Ordinária, correspondente ao mês de junho/2008, do Conselho Fiscal da Companhia Nacional de Abastecimento - Conab, Empresa Pública Federal constituída nos termos da Lei nº 8.029, de 12 de abril de 1890, situada no SGAS, Quadra 901, Conjunto "A", nesta cidade de Brasília - Distrito Federal. Estiveram presentes os seguintes Conselheiros: o Senhor MAURÍCIO ANDRADE COURA, na qualidade de Presidente do Conselho Fiscal e representante do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA, as Senhoras LÚCIA AÍDA ASSIS DE LIMA, representante do MAPA, e EVANIR VALENTIM DE MÉLO DA MONTA, representante da Secretaria do Tesouro Nacional - STN. Aberta a reunião, como item 1 da pauta, foi dado inicio à leitura da minuta da Ata da 162ª Reunião Ordinária do Consel, realizada em 19/5/2008, que, depois de promovidos os ajustes necessários, foi aprovada. 2 - Demonstrações Contábeis - Abril/2008 - C/Slucon nº 395, da 23/5/2008; Nota Técnica Audin nº 10/2008 - Análise das Demonstrações Contábeis de abril/2008 - C/IAudin nº 228, de 2/6/2008. O Conselho Fiscal, após examinar as Demonstrações Contábeis de abril/2008, verificou que as Receitas de Vendas e Serviços experimentaram uma elevação de 15% em relação ao mês anterior alcançando R\$ 25,18 milhões. Entretanto, segundo a Nota Técnica Audin nº 10, R\$ 7,51 milhões são relativos a estoques efetuados na Conta "52312.02.07 - Diferencial de Transferência", oriundos da Sureg/PR, referentes à remoção de milho nos meses de janeiro a março/2008. Portanto, o valor da Receita de Venda de Mercadorias, no mês de abril/2008, é de R\$ 13,07 milhões, divergente dos R\$ 20,58 milhões registrados na DRE. O Custo de Produtos Vendidos apurado no mês foi de R\$ 14,03 milhões, compensado por uma equalização de R\$ 1,80 milhão, obtendo-se um Lucro Bruto de R\$ 10,17 milhões. Sobre a equalização do mês de abril/2008, o item 1.1.4 da referida Nota Informa que os valores contabilizados no mês de abril/2008 foram lançados por estimativas, a exemplo dos meses anteriores. Em relação a este fato, o Conselho deliberou por elaborar CI à Presidência, solicitando ser informado da data prevista para a implantação do novo sistema de controle de estoques. Diante disso, e com monitemento a contabilização da equalização tornado por meio de estimativas, o que resulta, frequentemente, em ajuste contábil no mês posterior. O Colegiado manifestou preocupação quanto aos valores contabilizados, por não espelharem a real situação contábil das operações da Companhia. As Despesas Operacionais sofreram um decréscimo de R\$ 37,63 milhões em março/2008, para R\$ 30 milhões em abril/2008, propiciado pela diminuição das Despesas do Pessoal, que variou de R\$ 24,77 milhões para R\$ 19,52 milhões, como também pela redução das Despesas Comerciais e Administrativas, que decresceram de R\$ 12,06 milhões para R\$ 10,49 milhões, no período. As Receitas Operacionais Diversas apresentaram um aumento de cerca de 14%, passando de R\$ 22,70 milhões (março/2008) para R\$ 25,84 milhões (abril/2008), decorrente, principalmente, do aumento das Indenizações e Restituições, que contemplam a indenização de despesas referentes à armazenagem e manutenção de estoques públicos em armazéns da Conab, passando de um resultado negativo de R\$ 153 mil, no mês anterior, para uma receita de R\$ 10,69 milhões em abril/2008, o que contribui para o Lucro Líquido de R\$ 5,06 milhões no período sob análise, e um resultado líquido acumulado de R\$ 1,01 milhão. Segundo o item 1.6.1 da Nota, o resultado líquido de abril/2008 é composto de um lucro de R\$ 5,77 milhões derivados das operações governamentais e de um prejuízo de R\$705 mil decorrente das atividades próprias. 3 - Demonstrativo da Execução Orçamentária e Financeira - Posição: abril/2008 - C/Slufin nº 1.231/08, de 30/5/2008. Após análise do

referido Demonstrativo, o Conselho verificou que o valor dos Empenhos Liquidados está superior ao montante dos Empenhos Emitidos, relativo às ações orçamentárias: "Operacionalização da Comercialização de Produtos" 54,88% e 6,67%, respectivamente, nas fontes de recursos 0250 e 0250; "Capacitação do Servidores Públicos Federais", em 8,39% na fonte 0100; "Assistência Médica e Odontológica aos Servidores", em 4,35% na fonte 0250; e "Auxílio-Alimentação", em 25,10% na fonte 0250. Referida inconsistência foi informada, pessoalmente, ao Superintendente de Finanças, Paulo Sérgio Silveira, o qual ficou de verificar os dados e prestar os esclarecimentos, o que não foi possível até o final da reunião, segundo o empregado Raimundo Nonato de Souza, daquela Superintendência. Pelo expediente, o Conifis registra que a análise da execução orçamentária e financeira da Companhia, no mês em referência ficou prejudicada. 4 - Relatórios Demonstrativos de Créditos a Receber, em atraso. 4.1 - Relatório de Empregados Credidos - Posição de 30/5/2008 - CI/Sufin/Gecob nº 1.230, de 30/5/2008. Após exame do Relatório, o Conselho verificou não haver evolução para os apontamentos efetuados em atas anteriores, em especial à Ata da 151ª Reunião Ordinária do Conifis, deliberando por registrar que está aguardando as seguintes informações: a) Se as cobranças dos débitos, relacionados a seguir, foram ajuizadas: a.i) Débito em nome de Evaldo Fernandes da Oliveira; a.ii) Débito da Câmara Legislativa do DF, decorrente da cessão de Francisco Sebastião de Moraes; e a.iii) Débito da Assembléia Legislativa do Estado de Goiás, decorrente da cessão de Daniel Messac de Moraes; b) Quais as providências que foram tomadas, visando ao recebimento do débito da Secretaria de Est. do Governo do DF, relativo à cessão de Nilva Clara Costa, e, mais uma vez, relata à Companhia a recomendação no sentido de observar o disposto no Decreto nº 4.050/2001, com ênfase ao art. 1º, parágrafo único; c) Pronunciamento da Companhia acerca dos apontamentos efetuados em atas anteriores e reiterados por CI à Presidência, com relação às cessões de Marly Tomel de Macodo Soares à ANA e de Asdrúbal Silva do Oliveira à Rede Ferroviária Federal. 4.2 - Relatório Gerencial de Cobrança - Período: 17/1994 a 30/5/2008 - CI/Sufin/Gecob nº 1.229, de 30/5/2008. O Colegiado verificou que, do montante de R\$ 1,81 bilhão de créditos a receber, houve recebimentos da ordem de R\$112,07 milhões, representando uma modesta recuperação da ordem de 6,2%. O Conselho solicita à Companhia informar quais as medidas que estão sendo adotadas, visando à recuperação dos créditos. 5 - Extratos do Cadin, Certidões e Certificados - Posições de 26/1/2008 e 26/5/2008. O Conselho recebeu os referidos extratos, verificando que as dívidas relativas à Secretaria da Receita Federal e ao INSS ainda encontram-se vencidas. O Gerente da Gerência Fiscal e Tributária - Gafit/Sucop, Senhor Paulo Ricardo Simões Coelho, por telegrama, informou que o obstáculo para cobrança da dívida emitida pela SRF refere-se à falta de recolhimento da Taxa de Aloramento devida à Secretaria de Patrimônio da União - SPURJ. Entretanto, segundo o Representante da Sucop, a Administração da Conab já está adotando as providências necessárias para atestar junto a SPURJ que aquela dívida é de imóvel não mais pertencente ao patrimônio da Empresa. Quanto ao certificado emitido pelo INSS, esclareceu que uma irregularidade cometida no preenchimento da guia de recolhimento no exercício de 2006 gerou um apontamento contra a Conab, o que vem obstando a emissão da Certidão Negativa de Débito - CND, porém, a Administração está providenciando as medidas cabíveis para regularizar a situação. 6 - Assuntos Gerais. 6.7 - Relatório de Gestão - 1º Trimestre/2008 - CI/Copav nº 091, de 26/5/2008. Após análise do referido Relatório o Colegiado verificou que a Receita de Armazenagem de Produtos de Terceiros apresentou um crescimento de 27,56% em relação ao mesmo período do ano anterior, motivado pelo aumento do estoque de terceiros da ordem de 49,49%, conforme demonstrado no Quadro 2.07 - Demonstrativo da Variação da Receita de Armazenagem de Produtos de Terceiros. No Quadro 2.08 - Demonstrativo da Variação dos Estoques Médios, foi verificada uma redução na quantidade total de estoque (Governo +

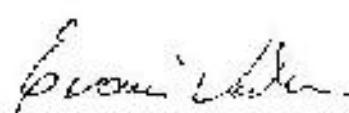
Tercelos), em relação ao 1º Trimestre/2007, valorizado de 698.453t para 430.864t. Sobre a fiscalização dos estoques públicos, até o fim do 1º trimestre, foram fiscalizadas, cumulativamente, 2.335.843t, o que corresponde a 99,40% do estoque contábil acumulado, qual seja, 2.349.635t. A meta física para o exercício é de fiscalização de 2.850 Unidades, sendo que até o fim do 1º Trimestre/2008, foram fiscalizadas 683 Unidades, correspondente a 23,95% da meta estabelecida. No tocante aos registros de perdas quantitativas, verificou-se um desvio de 10.206,2 t (Suresg MT, PA, PR e RS). Visando recuperação das perdas, foram adotadas pela Conab as medidas previstas na Resolução Conab nº 009/1992, no que pertine à "noite enigmática". Quanto aos Estoques Desclassificados e Abaixo Padrão - AP, Quadro 1.07 – Demonstrativo de Estoques Desclassificados e AP, foram registrados 1.628t "AP" e 2.563t Desclassificados, nas Suresgs AL, GO, MT e RS, relativos às safras de exercício anteriores. Com referência à vislória dos estoques privados, permanece a mesma situação apontada no exercício de 2007, ou seja, a não celebração de convênio com o MAPA, não ocorrendo, por conseguinte, inspeção das 200.000 toneladas previstas para o exercício, apesar da dotação orçamentária de R\$ 120.000,00 para a realização da correspondente despesa, conforme consta do Item 1.2.1.3 – Vislória dos Estoques Privados e das Condições de Armazenamento. Consta do Item 1.2.1.4 – Aquisição de Produtos para Comercialização, a execução no valor de R\$32.629,00, para Suresg RS, representando um percentual de 0,03% da Dotação Orçamentária consignada na LOA/2008, no valor de R\$100.000.941,00. O Conselho deliberou por recomendar à Companhia, medidas mais eficazes, de forma a melhorar o desempenho da ação relativa à finalidade das referidas aquisições, qual seja, apoiar programas institucionais de abastecimento social promovidos e coordenados pelo Governo. No que se refere ao item 1.2.3.2 – Cumprimento de Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado devidas por Empresas Públicas ou Sociedades de Economia Mista, consta a informação, "Objetiva o cumprimento das decisões judiciais relativas às Sentenças de Ações Trabalhistas Transitadas em Julgado, mediante pagamento de passivos judiciais.", porém, sem identificar o Grupo de Natureza da Despesa – GND. Em confronto com o Demonstrativo da Execução Orçamentária e Financeira - Exercício 2006 (item 2 desta Ata), foi verificado o seguinte detalhamento: Ação Orçamentária '0022 – Cumprimento de Sentença Judicial Transitada em Julgado', sendo R\$ 5.000.000,00 no GND '1 – Pessoal e Encargos Sociais' e R\$ 34.007.160,00 no GND '3 – Outras Despesas Correntes'. Considerando o elevado montante envolvido, o Conselho solicita à Companhia informar quais as despesas que são pagas no GND 3. Nada mais havendo a tratar, o Presidente do Conselho Fiscal agradeceu a presença de todos, dando por encerrada a reunião, da qual, para constar, eu, José Augusto Vicarone, Técnico de Nível Superior, lavrei a presente Ata que, após lida e aprovada, vai assinada por mim e pelos Conselheiros presentes. A próxima reunião – 154°, ficou marcada para o dia 30 de junho de 2008.



MAURICIO ANDRADE CAURA
PRESIDENTE



LÚCIA AÍDA ASSIS DE LIMA
CONSELHEIRA



EVANIR VALENTIM DE MELO DA MOTTA
CONSELHEIRA



JOSÉ AUGUSTO VICARONE
SECRETÁRIO

ATA DA CENTÉSIMA QUINTA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO FISCAL DA COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO - CONAB

As trinta dias do mês de junho de dois mil e oito às nove horas, no Edifício Sede da Companhia Nacional de Abastecimento - Conab, realizou-se a 154ª (Centésima Quinta Reunião Ordinária), correspondente ao mês de junho/2008, do Conselho Fiscal da Companhia Nacional de Abastecimento - Conab, Empresa Pública Federal constituída nos termos da Lei nº 8.029, de 12 de abril de 1990, situada no SGAS, Quadra 801, Conjunto 'A', nesta cidade de Brasília - Distrito Federal. Estiveram presentes os seguintes Conselheiros: o Senhor MAURÍCIO ANDRADE COURA, na qualidade de Presidente do Conselho Fiscal e representante do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA, a Senhora LÚCIA AIDA ASSIS DE LIMA, representante do MAPA, e o Senhor JOSÉ SEBASTIÃO CHAVES DOS SANTOS, suplente da Senhora EVANIR VALENTIM DE MELLO DA MOTA, representante da Secretaria do Tesouro Nacional - STN. Foi convidado para prestar esclarecimentos ao Conselho, o Senhor Rubinaldo Lameira dos Santos, Superintendente de Contabilidade. Aberta a reunião, o Presidente registrou que a Senhora Evanir estava impossibilitada de comparecer à reunião por motivo de saúde, conforme atestado médico apresentado, tendo sido convocado o suplente acima identificado. Em seguida, como item 1 da pauta, foi dado início à leitura da minuta da Ata da 153ª Reunião Ordinária do Consel, realizada em 2/8/2008, que, depois de promovidos os ajustes necessários, foi aprovada. 2 - **Demonstrações Contábeis - Maio/2008 - C/ISucn nº 466, de 16/6/2008;** Relatório de Desempenho Econômico e Financeiro - Maio de 2008; Nota Técnica Audit nº 013/2008 - Análise das Demonstrações Contábeis de maio de 2008. O Conselho Fiscal, após examinar as Demonstrações Contábeis de maio/2008, verificou que as Recolhas de Vendas e Serviços experimentaram uma elevação de 306% em relação ao mês anterior (R\$ 25,18 milhões), alcançando R\$ 76,98 milhões. Entretanto, segundo a Nota Técnica Audit nº 13/2008 (Item 1.2.1 Receita de Vendas), as vendas dos estoques públicos contabilizados em maio/2008, foram menores em R\$ 10,17 milhões em relação às efetivamente realizadas, o que corresponde a um total de R\$ 83,54 milhões, divergindo portanto da DRE, que registra o valor de vendas no total de R\$ 73,37 milhões. O Custo de Produtos Vendidos apurado no mês foi de R\$ 76,19 milhões. O item 1.1 letra "a", da referida Nota Informa que todas as operações foram superavitárias, não houve, portanto, equalização de preços. O valor de R\$ 2,04 milhões refere-se a ajustes e resíduos de meses anteriores. As Despesas Operacionais sofreram um acréscimo de R\$ 30 milhões, em abril/2008, para R\$ 31,56 milhões em maio/2008, em razão do acréscimo de R\$ 832 mil, nos pagamentos de sentenças judiciais. As Recaladas Operacionais Diversas apresentaram um aumento de cerca de 19,75%, passando de R\$ 25,84 milhões (abril/2008) para R\$ 30,95 milhões (maio/2008). Segundo o Item 1.1 da Nota, o resultado líquido de maio/2008 é composto de um lucro de R\$ 1,88 milhão derivado das atividades próprias e de um déficit de R\$ 5,71 milhões decorrente das operações governamentais. Entretanto, no que concerne às operações governamentais retratada nos registros contábeis de maio/2008, destaca que ocorreu uma distorção no resultado econômico líquido, ocasionada, principalmente, pela falta do lançamento do valor de R\$ 10,61 milhões de vendas efetivadas e pelo registro de R\$ 2,04, já mencionado anteriormente, a título de ajustes. Procedidos os ajustes supracitados, o resultado das operações governamentais sofre uma reversão bastante acentuada, passando de um déficit de R\$ 5,71 milhões para um superávit de R\$ 2,57 milhões. Da mesma forma, o resultado líquido do mês de maio/2008 atinge R\$ 3,5 milhões superavitários em contraposição ao déficit apurado nas demonstrativas contábeis de

R\$ 4,36 milhões. Já o resultado acumulado do período passa de um déficit de R\$ 3,38 milhões para um superávit de R\$ 8,95 milhões. O Colegiado, mais uma vez, manifestou preocupação quanto aos valores contabilizados, por não espelharem a real situação contábil das operações da Companhia. 3 – Demonstrativo de Execução Orçamentária e Financeira – Posição: maio/2008 – CI/Suffin nº 1.422, de 17/6/2008. Após análise do referido Demonstrativo, o Conselho verificou que, até o mês de maio, permanecem sem execução orçamentária as seguintes ações orçamentárias: (I) Na rubrica "Custeio": "10HG – Estudo das Perdas Quantitativas e Qualitativas na Pós-colheita do Grãos"; "2808 – Capacitação de Mão-de-Obra do Setor Armazeneador"; "4708 – Visitação de Estoques Privados e das Condições de Armazenamento"; e "18578 – Geração e Difusão de Informações de Agropecuária e do Abastecimento Agroalimentar"; e (II) Na rubrica "Investimento": "12HZ – Conclusão da Obra da Unidade Armazeneadora de Uberlândia - MG"; "2137 – Fiscalização dos Estoques e das Operações de Garantia e Sustentação de Preços na Commercialização de Produtos Agropecuários"; e "2272 – Gestão e Administração do Programa". Ainda, com relação à execução orçamentária, o Colegiado solicita que a Companhia observe os limites de movimentação e empenho estabelecidos pelo MAPA, mediante a Portaria SEMAPA nº 82, de 16/5/2008, publicada no DOU de 21/5/2008. Com relação à execução financeira, o Conselho constatou que os valores pagos das ações "2272 – Gestão e Administração do Programa" e "2010 – Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores e Empregados" estão superiores aos "Empenhos Liquidados", registrando, mais uma vez, que referida inconsistência prejudica a análise. 4 – Atas do Conselho de Administração e da Diretoria Colegiada da Conab. 4.1 – Ata da 181ª Reunião Ordinária do Conselho de Administração. Após análise, o Conselho verificou não haver registros que merecessem destaque. 4.2 – Atas das 851ª a 858ª Reuniões Ordinárias e da 180ª Reunião Extraordinária da Diretoria Colegiada da Conab. Após análise, o Colegiado deliberou por solicitar à Presidência da Companhia que seja mantido informado acerca dos resultados obtidos com a celebração do Convênio com o MDS, constante da Ata da 856ª Reunião. No tocante às demais verificou não haver registros que merecessem destaque. 5 - Relatório das Licitações e Contratações realizadas em maio/2008 - CNGecot nº 005, de 2/6/2008. 6.1 - Licitações Processadas. As Licitações processadas, no mês de referência, foram realizadas por meio de Pregão Eletrônico. 5.2 – Contratações. Sobre as contratações, o Conselho verificou que todos os contratos firmados foram precedidos da licitação por meio de Pregão Eletrônico, exceto o Processo nº 0178/2007, para contratação de empresa, no regime de empreitada por preço global, imajustável, para obras de manutenção e adequação de equipamentos e instalações electromecânicas da Usina de Beneficiamento de Arroz da UAR/Rio Formoso/TO, que apresentou como amparo legal o artigo 22, § 2º, da Lei nº 8.666/93. 6 - Relatórios Demonstrativos de Créditos a Receber, em atraso. 6.1 – Relatório de Empregados Ceditos – Posição de 27/6/2008 – CI/Suffin/Gecob nº 1.522, de 27/6/2008; FOLHA DE DESPACHO 31, em resposta à CI/Comis 006/2008. Após exame do Relatório, o Conselho verificou que o débito da Assembleia Legislativa do Estado de Goiás, decorrente da cessão de Daniel Messias de Moraes foi quitado em 12/6/2008. Quanto às obrangas dos débitos em nome de Evaldo Fernandes de Oliveira e da Câmara Legislativa do DF, decorrente da cessão de Francisco Sebastião de Moraes, registra que está aguardando informações sobre o ajuizamento das mesmas. No que diz respeito às providências, visando ao recebimento do débito da Secretaria de Estado do Governo do DF, relativo à cessão de Nilva Clara Costa, reitera à Companhia a recomendação no sentido de observar o disposto no Decreto nº 4.050/2001, com ênfase ao art. 10, parágrafo único, não sendo justificativa a informação constante do Relatório, a saber: "Não foi incluída no CADIN na data informar, uma vez que o

empregera não foi formalizada naquela Secretaria.” Após análise da Folha de Despacho 31, o Colegiado considera atendido o pronunciamento da Companhia com relação à cessão de Marly Temel de Macedo Soares à Agência Nacional de Águas - ANA. Com relação à cessão da Adrúbal Silva de Oliveira à Rede Ferroviária Federal, o Conselho mantém o posicionamento com relação às providências a serem adotadas pela Companhia, quais sejam: (i) retorno do servidor, nos termos do art. 10 do Decreto nº 4.050/2001; e (ii) cobrança do reembolso devidio. 6.2 – Relatório Gerencial de Cobrança – Período: 1/7/1994 a 27/6/2008 - CI/Sufin/Gecob nº 1.512, de 27/6/2008. O Colegiado verificou que, do montante de R\$ 1,86 bilhão de créditos a receber, houve recebimentos da ordem de R\$ 112,7 milhões, representando uma modesta recuperação da ordem de 6,1%. O Conselho reitera à Companhia informar quais as medidas que estão sendo adotadas, visando à recuperação dos créditos. 7 – Extratos do Cadm, Certidões e Certificados – Posição de 30/6/2008. O Conselho recebeu os referidos extratos, verificando que estão pendentes as certidões relativas à Secretaria da Receita Federal, ao INSS e à Fazenda Estadual/PA. O Superintendente da Contabilidade esclareceu que a pendência junto à SRF refere-se a recolhimentos de valores a menor, enquanto que os casos do INSS e da Fazenda Estadual do Pará decorrem do atraso no lançamento de Guias de Recolhimento junto à Caixa Econômica Federal - CEF, ainda não processadas. 8 – Relatórios da Auditoria Interna – Audin - CI/Audin nº 259, de 27/6/2008. 8.1 – Quadros de Acompanhamento das Pendências dos Relatórios da Auditoria – Exercícios de 2006 e 2007- Posições de 21/6/2008 e 13/6/2008, respectivamente. O Conselho Fiscal analisou os referidos Quadros, bem como suas observações, nada acrescentando de relevante. 8.2 – Nota Técnica Coaud nº 08/2008, relativa à análise das Demonstrações Contábeis de maio/2008. O Conselho Fiscal procedeu ao exame da referida Nota juntamente com a apreciação das demonstrações contábeis de maio/2008, conforme consta do Item 2 desta Ata. 8.3 – Resposta à CI/Confis nº 008/2008, a qual solicita à Auditoria especial atenção e acompanhamento acerca de processos licitatórios no âmbito das Suregs MT e CE. Após análise, o Conselho deliberou por solicitar à Presidência da Companhia que recomende à Auditoria Interna observância rigorosa com relação ao prazo de vigência dos contratos de prestação de serviços advocatícios, exigido pela Lei 8.908/93, firmados pela Conab. Adotaremos que, embora tenha enviado a este Colegiado a CI/Audin nº 259 em referência, não houve manifestação daquela Unidade do Auditoria sobre as informações prestadas pelas Suregs MT e CE, mediante as CIs 4492 e 1526, respectivamente. 9 – Demonstrativo dos Processos Internos de Apuração (PIA) em andamento ou concluídos – Posição: Junho/2008. Após análise, o Conselho verificou não haver falas que merecesssem comentários. 10 – Diligências do Conselho Fiscal - FOLHA DE DESPACHO 31, em resposta à CI/Confis 008/2008, e CI/Audin nº 259, de 27/6/2008, em resposta à CI/Confis nº 008/2008. O Conselho Fiscal procedeu ao exame das referidas Folha de Despacho e CI, conforme consta dos itens 8.1 e 8.3 desta Ata, respectivamente. 11 – Determinações dos Órgãos de Controle Interno (SFC) e Externo (TCU). 11.1 – Tribunal de Contas da União – TCU: A Conselheira Ircia Alde deu ciência ao Colegiado da publicação no Diário Oficial da União – DOU dos seguintes acordados: (i) Acordo nº 1459/2008 – TCU – 2ª Câmara (DOU de 6/6/2008); Natureza: Recassessação; Unidade: Superintendência Regional no Rio Grande do Sul – Sureg/RS; (ii) Acordo nº 1688/2008 – TCU – 2ª Câmara (DOU de 19/6/2008), mediante o qual o Tribunal acordou em encerrar e arquivar o processo nº TC 013.522/2006-3, relativo à Tomada de Contas do exercício de 2004, considerando que as unidades cumpriram as determinações expedidas por meio do Acordo 156/2007; e (iii) Acordo nº 1808/2008 – TCU – 1ª Câmara (DOU de 20/6/2008), que versa sobre a Protagonização da

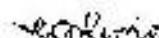
Superintendência Regional de Minas Gerais – Sureg/MG – Exercício 2006. Apesar do conhecimento, o Colegiado decidiu solicitar à Presidência da Conab informações sobre o atendimento às determinações do TCU nos Acórdãos 1459 e 1898. Nada mais havendo a tratar, o Presidente do Conselho Fiscal agradeceu a presença de todos, dando por encerrada a reunião, da qual, para constar, eu, José Augusto Vicarone, Técnico de Nível Superior, fui eu a presente Ata que, após lida e aprovada, vai assinada por mim e pelos Conselheiros presentes. A próxima reunião – 156ª, ficou marcada para o dia 31 de julho de 2006.



MAURÍCIO ANDRADE COURA
PRESIDENTE



JOSÉ SEBASTIÃO CHAVES DOS SANTOS
CONSELHEIRO SUPLENTE



LÚCIA ALIDA ASSIS DE LIMA
CONSELHEIRA



JOSÉ AUGUSTO VICARONE
SECRETÁRIO

TERMO DE POSSE

Aos trinta e um dias do mês de julho de dois mil e oito, no Edifício Sede da Companhia Nacional de Abastecimento - Conab, Empresa Pública Federal, constituída pela fusão autorizada pelo Inciso II do artigo 16 da Lei nº 8.029, de 32/04/1990; e instalada em 1º/01/1991, situada no SGAS, Quadra 901, Conjunto "A", lote 69, nesta cidade de Brasília/DF, o Senhor **Lauro César de Vasconcelos**, brasileiro, casado, contador, natural do Rio de Janeiro/RJ, portador da Carteira de Identidade nº 700.596 - SSP/DF e do CPF nº 287.312.041-04, residente na SQN - 104 - Bloco "D" - Apto. 506 - Brasília/DF, tomou posse como Membro Titular do Conselho Fiscal da Companhia Nacional de Abastecimento - Conab, em face de sua designação, conforme Portaria nº 718, de 24/07/2008, do Ministro de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento publicada no Diário Oficial da União de 25/07/2008. O empossado cumpriu a exigência do parágrafo 2º, do artigo 32 do Estatuto Social apresentado sua declaração de bens, bem como declara expressamente adesão às normas e condições estabelecidas no Código de Conduta Ética Federal.


LAURO CÉSAR DE VASCONCELOS

TERMO DE POSSE

Aos trinta e um dias do mês de julho de dois mil e oito, no Edifício Sede da Companhia Nacional de Abastecimento – Conab, Empresa Pública Federal, constituida pela fusão autorizada pelo inciso II do artigo 16 da Lei nº 8.029, de 12/04/1990, e instalada em 1º/01/1991, situada no SGAS, Quadra 901, Conjunto "A", lote 69, nesta cidade de Brasília/DF, o Senhor **Marcus Vinicius Sócio Magalhães**, brasileiro, casado, administrador, natural de Ribeirão do Pinhal/PR, portador da Carteira de Identidade nº 1.624.731 – SSP/PR e do CPF nº 397.197.669-72, residente na SQSW-103 – Bloco "G" – Apto. 504 – Brasília/DF, tomou posse como Membro Titular do Conselho Fiscal da Companhia Nacional de Abastecimento – Conab, em face de sua designação, conforme Portaria nº 719, de 25/07/2008, do Ministro de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento publicada no Diário Oficial da União de 28/07/2008. O empossado cumpriu a exigência do parágrafo 2º, do artigo 32 do Estatuto Social apresentando sua declaração de bens, bem como declara expressamente adesão às normas e condições estabelecidas no Código de Conduta Ética Federal.



MARCUS VINICIUS SÓCIO MAGALHÃES

TERMO DE POSSE

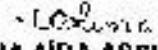
Aos trinta e um dias do mês de julho de dois mil e oito, no Edifício Sede da Companhia Nacional de Abastecimento – Conab, Empresa Pública Federal, constituída pela fusão autorizada pelo inciso II do artigo 16 da Lei nº 8.029, de 12/04/1990, e instalada em 1º/01/1991, situada no SGAS, Quadra 901, Conjunto "A", lote 69, nesta cidade de Brasília/DF, o Senhor **Márcio Alves Santiago**, brasileiro, casado, contador, natural do Rio de Janeiro/RJ, portador da Carteira de Identidade nº 072481617 – IPRRJ e do CPF nº 853.815.357-91, residente no Condomínio Vivendas Colorado 1, módulo "J", Casa 4A - Sobradinho/DF, tomou posse como Membro Suplente do Conselho Fiscal da Companhia Nacional de Abastecimento – Conab, em face de sua designação, conforme Portaria nº 719, de 25/07/2008, do Ministro de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento publicada no Diário Oficial da União de 28/07/2008. O empossado cumpriu a exigência do parágrafo 2º, do artigo 32 do Estatuto Social apresentando sua declaração de bens, bem como declara expressamente adesão às normas e condições estabelecidas no Código de Conduta Ética Federal.



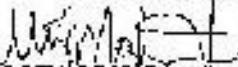
MÁRCIO ALVES SANTIAGO

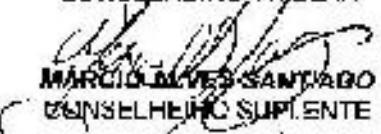
ATA DA QUADRAGÉSIMA SEGUNDA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO FISCAL DA COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO – CONAB

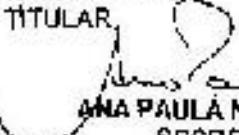
Aos trinta e um dias do mês de julho de dois mil e oito, às nove horas, no Edifício Sede da Companhia Nacional de Abastecimento – Conab, realizou-se a 42ª (Quadragésima Segunda) Reunião Extraordinária do Conselho Fiscal da Companhia Nacional de Abastecimento – Conab. Empresa Pública Federal constituída nos termos da Lei nº 8.029, de 12 de abril de 1990, situada no SGAS, Quadra 901, Conjunto "A", nesta cidade de Brasília – Distrito Federal. Aberta a reunião, a Conselheira Lúcia Alida informou que o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA designou, pelas Portarias nº. 718, de 24/07/2008, e nº 719, de 26/07/2008, publicadas nos D.O.U. de 26 e 28/07/2008, sucessivamente, os Senhores **Lauro César de Vasconcelos**, representante do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA e **Marcus Vinícius Sócio Magalhães e Mário Alves Santiago**, representantes, titular e suplente, respectivamente, da Secretaria do Tesouro Nacional – STN, bem como reconduziu os Conselheiros **Alberto da Silva Bellinello**, **Maria Cristina Chaves Silvério**, membros suplentes e **Lúcia Alida Assis de Lima** – titular, representantes do MAPA. Representando a Diretoria Colegiada da Conab, o Diretor de Gestão Administrativa e Financeira, Dr. Luis Henrique Teixeira Beldez, deu boas vindas aos recém designados, manifestando sua certeza quanto ao sucesso no cumprimento de suas atribuições, expondo que a Diretoria e o corpo técnico da Companhia estarão à disposição. Em cumprimento ao Estatuto Social da Companhia os novos Conselheiros assinaram os respectivos Termos de Posse. Em seguida, em observância ao § 2º do art. 24 do Estatuto Social da Companhia, foi eleita, por unanimidade, a Conselheira **Lúcia Alida Assis de Lima** para presidir o Conselho. No exercício da função, a Presidente fez uma explanação sobre o andamento das atividades do Conselho e da metodologia de trabalho adotada até o momento, ao tempo em que deixou aos novos Conselheiros a opção de mantê-la ou não, estando o Colegiado aberto a sugestões. Definiu-se que, na próxima reunião, os novos Conselheiros apresentarão suas sugestões quanto à metodologia a ser utilizada no desenvolvimento dos trabalhos do Colegiado. Por consenso, será, ainda, discutido o calendário das reuniões do presente exercício. Em seguida, foi convocada a participação da equipe da Auditoria Interna, representada pelo seu corpo gerencial. Após as apresentações ficou decidido que, doravante, um representante da Auditoria Interna participará das reuniões do Conselho Fiscal. E, nada mais havendo a tratar, a Presidente do Conselho Fiscal agendou a presença de todos, dando por encerrada a reunião, da qual, para constar, eu, Ana Paula Neves Rosa, Assessora da Presidência/Coordenação de Desenvolvimento e Apoio à Gestão, fizerei a presente Ata que, após lida e aprovada, vai ser assinada por mim e pelos Conselheiros presentes. A próxima reunião – 166ª, ficou marcada para o dia 08 de agosto de 2008.


LÚCIA ALIDA ASSIS DE LIMA
PRESIDENTE


LAURO CÉSAR DE VASCONCELOS
CONSELHEIRO TITULAR


MARCUS VINÍCIUS SÓCIO MAGALHÃES
CONSELHEIRO TITULAR

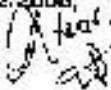

MÁRCIO ALVES SANTIAGO
CONSELHEIRO SUPLENTE


ANA PAULA NEVES ROSA
SECRETÁRIA

ATA DA CENTÉSIMA QUINTA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO FISCAL
DA COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO - CONAB

Aos oito dias do mês de agosto de doze mil e oito, às nove horas, no Edifício Sede da Companhia Nacional de Abastecimento - Conab, realizou-se a 188ª (Centésima Oitava e Quinagésima Quinta) Reunião Ordinária, correspondente ao mês de Julho/2008, do Conselho Fiscal da Companhia Nacional de Abastecimento - Conab, Empresa Pública Federal constituída nos termos da Lei nº 8.029, de 12 de abril de 1990, situada na CGAS, Quadra 901, Conjunto "A", nessa cidade de Brasília - Distrito Federal. Estiveram presentes os seguintes Conselheiros: a Senhora LÚCIA AÍDA ASSIS DE LIMA, na qualidade de Presidente do Conselho Fiscal e representante do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA, e os Senhores LAURO CÉSAR DE VASCONCELOS, representante do MAPA, e MARCUS VINÍCIUS SÓCIO MAGALHÃES, representante da Secretaria do Tesouro Nacional - STN. Como convidados, estiveram presentes a Sra. Eugênia Maria Rocha de Oliveira, Garante de Desenvolvimento Técnico-Operacional da Auditoria Interna - Auditin, e o Sr. Rubinaldo Lameira dos Santos, Superintendente de Contabilidade. Aberta a reunião, a Presidente expôs que, de acordo com entendimentos mantidos pelos Conselheiros, as reuniões do Conselho contariam sempre com: a presença de um representante da Auditin. Em seguida, apresentou aos demais conselheiros o Superintendente de Contabilidade, ocasião o Sr. Rubinaldo Lameira dos Santos, que dispôs para prestar os esclarecimentos julgados necessários. Prosseguindo, a Presidente deu início à análise dos itens da pauta: 1. Leitura e aprovação da ata anterior. Foi dado início à leitura da minuta da Ata de 42ª Reunião Extraordinária do Conselho, realizada em 31/07/2008 que, depois de promovidos os ajustes necessários, foi aprovada e assinada. 2. Demonstrações Contábeis: Junho/2008 - Comunicação Interna Sucon nº 553, de 17/07/2008; e Nota Técnica Auditin nº 14/2008, relativa à Análise das Demonstrações Contábeis - Junho de 2008. 2.1. O Conselho Fiscal, após examinar as Demonstrações Contábeis de junho/2008 e a Nota Técnica Auditin nº 14/2008, registrou os itens considerados relevantes, conforme se segue: a. Receita de Vendas de Mercadorias (R\$ 115,71 milhões): apresentou um crescimento de 57,80% em relação ao mês de maio (R\$ 73,28 milhões). O registro exibe variação das vendas dos estoques públicos do mês de maio, no valor de R\$10,01 milhões, teve influência direta no resultado do mês em referência; b. Equalização (R\$ 6,22 milhões): houve um aumento da 156,33% em comparação com o mês anterior, entretanto a análise fica prejudicada, uma vez que o valor de R\$ 2,01 milhões contabilizado em maio referia-se a ajustes de meses anteriores; c. Receita de Serviços (R\$ 3,26 milhões): oriunda da atividade de armazenagem de produtos de terceiros, justifica-se a tendência de baixa observada no mês anterior, em parte pelo ciclo da safra 2007/2008 atingido em abril/2008; d. Despesas Comerciais e Administrativas (R\$ 13,36 milhões): verificada uma variação positiva de 490,8% no SubGrupo "Obrigações Tributárias e Contributivas" no mês de junho em relação ao mês de maio, ocasionada por estornos efetuados pela Sunag/PR. O Conselho deliberou por solicitar à Presidência esclarecimentos quanto aos motivos que levaram à realização desses estornos. Outro aspecto relevante nesse Grupo diz respeito à variação positiva de 96,8% no Subgrupo "Outras Despesas Operacionais" que ocorreu em razão do registro de adiantamento, no mês de maio/2008, referente à aquisição do Imóvel da Sureg/SF, decidindo-se, por solicitar, também, esclarecimentos quanto ao procedimento; e. Resultado Contábil do mês: o resultado contábil apresentado do mês de junho não reflete o resultado efetivo das operações da Companhia no mesmo mês, em face do lançamento de valores de receitas de vendas referentes a maio/2008. Tal procedimento acarretou distorção na DRE que deveria ter sido negativa, no montante de R\$ 1,7 milhão. Em virtude dos lançamentos, o documento apresentou um resultado positivo na ordem de R\$ 8,8 milhões, nos termos apresentados pela Nota Técnica Auditin nº 014/2008; f. Forma de apresentação da Demonstração do Resultado do Exercício - DRE: O Conselho solicita que as próximas DREs, elaboradas pelo Sucon, contenham apresentação dos resultados do mês anterior, com o objetivo de propiciar um comparativo com o resultado atual, inclusive em termos percentuais; g. O Conselho registra que não foram encaminhadas ao Colegiado as Demonstrações Contábeis relativas ao 2º trimestre. 2.2. Relatório de Desempenho Econômico e Financeiro - Junho de 2008: Após registro da recebimento do relatório, os conselheiros deliberaram que esse será utilizado como fonte de consulta. 2.3. Comunicação Interna DIAFI nº 172, de 01/07/2008, que encaminhou a

Revista "Demonstrações Contábeis - Exercício 2007"; O Conselho registrou o recebimento da Revista, não havendo necessidade de maiores observações acerca do informativo, uma vez que as contas do exercício de 2007 já foram analisadas e aprovadas pelo Colegiado. 3. Demonstrativo da Execução Orçamentária e Financeira - Junho/2008 - Comunicação Interna Sufin nº 1058, de 18/07/2008: Após análise do referido Demonstrativo, o Conselho verificou o que se segue: a. Com relação à execução orçamentária: os limites de movimentação e empenho não conferem com os estabelecidos pelo MAPA, mediante a Portaria SE/MAPA nº 82, de 16/05/2008, publicada no DOU de 21/05/2008. O Conifs reitera à Companhia que observe os limites fixados; b. Com relação à execução financeira: os pagamentos efetuados estão dentro dos limites de pagamento estabelecidos, pela Portaria SE/MAPA nº 63, de 16/05/2008, publicada no DOU de 16/06/2008, no entanto existem valores pagos superiores aos "Empenhos Liquidados". O Conselho registra, mais uma vez, que referidas inconsistências prejudicam a análise. 4. Atas das Reuniões da Diretoria Colegiada e do Conselho de Administração. 4.1. Atas das 859ª a 860ª Reuniões Ordinárias da Diretoria Colegiada da Conab: Após análise, o Conselho verificou não haver registros que mereciam destaque, no entanto, coloca vietas à Resolução nº 22/2002 e Resolução nº 15/2007, para conhecimento de seus setores. 4.2. Ata da 182ª Reunião Ordinária do Conselho de Administração: Após análise, o Conselho solicita ser informado: a. Se haverá realização de despesas para a criação das Superintendências Regionais nos Estados do Acre, Alagoas, Amapá, Roraima e Sampaio e da função de Assistente na Sureg/PA (item 2 da referida ata). Em caso positivo, se existe a provisão orçamentária para a realização dessas despesas; e, b. Da que se trata o pedido do Ministério Público Federal – MPF, objeto do Ofício OF/NHMS/PR/R&Nº 4321/2008, bem como as providências adotadas pela Conab, visando ao cumprimento das determinações contidas no Despacho Ministerial, datado de 31/08/2008, conforme consta do item 3 de sua em questão. 5. Relação das Licitações e Contratações Realizadas, no Âmbito da Matriz, em Junho/2008 - Comunicação Interna CPL nº 040/2008, de 01/07/2008: 5.1. Licitações: As licitações processadas, no mês de referência, foram realizadas por meio de Pregão Eletrônico. 5.2. Contratações: Sobre as contratações, o Conselho verificou que todos os contratos firmados foram precedidos de licitação por meio de Pregão Eletrônico. 6. Relatórios de Créditos a Receber, em atraso. 6.1. Relatório de Empregados Cedidos - Posição de 07/08/2008 - Comunicação Interna Sufin/Gecob nº 1.984, de 07/08/2008; Folha de Despacho 03, em resposta aos itens (iii) e (iv) da Comunicação Interna COFINS nº 008, de 04/06/2008. Após exame do Relatório e da Folha de Despacho, o Conselho registra: a. A Folha de Despacho 31 não atendeu à solicitação do Colegiado, a exceção da informação relativa à quitação do débito da Assembleia Legislativa do Estado de Goiás, decorrente da cessão de Daniel Messac de Moraes, efetuada em 12/02/2008, a qual já havia sido verificada pelo Conifs, quando da realização da 154ª Reunião Ordinária, em 30/06/2008, conforme consta do item 8.1 da referida ata; b. Quanto às entradas dos débitos em nome de Evaldo Fernandes de Oliveira e do Comitê Legislativo do DF, decorrente da cessão de Francisco Sébastião da Moraes, reitera que continua aguardando as informações sobre o julgamento das mesmas; c. Com relação à cessão de Adelinal Silva do CI volta à Rede Ferroviária Federal, o Conselho mantém o posicionamento com relação às providências a serem adotadas pela Companhia, que sejam: (i) retorno do servidor, nos termos do art. 10 do Decreto nº 4.050/2001; e (ii) cobrança do resarcimento de débito; d. No que diz respeito ao débito da Secretaria de Estado do Governo do DF, relativo à cessão de Nilva Clara Costa, reitera à Companhia a recomendação no sentido de observar o disposto no Decreto nº 4.050/2001, com ênfase no art. 10, parágrafo único, e solicita que seja informado sobre as providências adotadas visando ao recebimento do referido débito; e. Débitos da Procuradoria Geral do Trabalho, relativo à cessão de Adelson M. dos Santos, no período de mar/08 (13 dias) e abr/08 a jun/08; O Conselho reitera à Companhia observar o disposto no Decreto nº 4.050/2001 e recomenda a adoção de providências temporizante, visando ao recebimento do referido débito. 6.2. Relatório Gerencial de Cobrança: O Colegiado registra que está aguardando as informações acerca das medidas que estão sendo adotadas pela Companhia, visando à recuperação dos créditos em atraso. 7. Auditoria Interna - Audit: 7.1. Quadros de Acompanhamento das Pendências dos Relatórios de Auditoria - Exercícios de 2006 e 2007 - Posições de 25/07/2008 - Comunicação Interna Audit nº 278, de 30/07/2008. a. Exercício de 2006: Após análise do referido quadro e suas observações, o Conifs verificou, com relação ao Relatório de Auditoria – RA nº 015, que a Sureg/AM, por meio da C/52, de 21/02/2008,



informou que o devedor apresentou proposta para quitação do débito em 3 (três) parcelas, tendo o seu assunto submetido à análise da Procuradoria-Geral - Proga. Dado o lapso temporal, o Conselho solicita a adequação das providências, com vistas à solução da pendência. b. Exercício de 2007: Analisando o mencionado quadro e suas observações, o Conselho verificou que foi concluída a avaliação da Auditoria Interna em sua das respostas oferecidas pela Sureg/GO, conforme da C/ Sureg/GO nº 7006, de 7/11/2007, relativa ao Relatório de Auditoria - RA nº 031, com o encaminhamento do Processo à Superintendência de Operações - Sucor, para avaliação. 7.2. Relatórios das Auditorias realizadas conforme Programação do PAINT/2008. Não houve entrega da Relatórios contemplados na Programação do PAINT/2008. A Auditin ficou de apresentar o Sistema de Auditoria Interna - Sistaud no Conselho Fiscal, na próxima reunião do Colegiado. 7.3. Nota Técnica Auditin nº 14/2008, relativa à análise das Demonstrações Contábeis de Junho/2008 - Comunicação Interna Auditin nº 276, de 30/07/2008. O Conselho fiscal procedeu ao exame da referida Nota Técnica juntamente com a apreciação das demonstrações contábeis de junho/2008, conforme consta do item 2 desta Ata. 7.4. Relatório das Convenções relativas aos Contratos celebrados por meio de Dispensa e Inexigibilidade de Licitação - 2º trimestre de 2008 - Comunicação Interna Auditin nº 276, de 30/07/2008. A Auditin apresentou um relatório contendo as contratações realizadas no período de abril a junho/2008, no âmbito das Suregs e Matriz. O Conselho Fiscal analisou o mencionado Relatório e verificou que a maioria dos contratos apresentou como amparo legal o inciso II do art. 25 cu o parágrafo único do art. 6º da Lei 8.666/93, não citando para os termos do Acórdão TCU nº 656, de 06/12/1995, que orienta a fundamentação pelo caput do art. 25 da mencionada Lei, embora tratar-se de contratações na modalidade inexigibilidade de licitação. Importante destacar as contratações, realizadas no mês de abril, que foram objeto de encaminhamento de comunicação Interna, pela Auditin, postulando informações detalhadas acerca da contratação direta, uma vez que os casos em questão não são inexigibilidade, devendo sofrer o regular processo licitatório, respectivamente, na modalidade proposta e tomada da ação. a. Contratação de serviços jurídicos pela Sureg/PA, fundamentada no art. 26, inciso II, da Lei 8.666/93; b. Contratação de serviços de montagem, inspeção técnica, estabilização de peças aos compradores Mycom - modelo F6B da UPA Pussa Quattro, pela Sureg/MG. Fundamentada no art. 25, inciso I, da Lei 8.666/93. O Colegiado solicitou ser informado sobre o encaminhamento do assunto. Cabe ressaltar que a Proga elaborou e Comunicação Interna Circular nº 2/2, de 11/06/2008, por solicitação da Auditin, destinada a todas as Suregs, contendo orientações jurídicas acerca da fundamentação legal aplicável às contratações diretas, usualmente, estabelecidas pela Companhia. 8. Certidões, Certificados e Extratos do Cadastro Informativo de Créditos Não Quitados do Setor Público Federal - Cadin e do Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - Sicaf (Certidão Negativa de Débitos da Receita Federal, Dívida Ativa da União e INSS; Certificado de Regularidade Júnio ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS; Tributos Estaduais e Municipais) – Posição de 30/06/2008. Foram apresentadas as seguintes certidões e certificados: a. Certidão Positiva de Débitos com Efeito de Negativa, emitida pela Secretaria do Estado da Fazenda, válida até 06/11/2008; b. Certificado de Regularidade do FGTS - CRF, emitido pela Caixa Econômica Federal, válida até 15/06/2008; c. Certidão Conjunta Positiva com Efeitos de Negativa – de Débitos relativos aos tributos federais e à dívida ativa da União, emitida pelo Secretaria da Receita Federal do Brasil, válida até 03/01/2009. Constatou-se a ausência da Certidão Negativa do INSS, tendo sido chamados para prestar esclarecimentos os titulares da Superintendência de Contabilidade e da Gerência Fazcial e Tributária, Senhores Rubinaldo dos Santos e Paulo Ricardo, respectivamente, os quais informaram que a regularização da referida Certidão está em andamento. A demora da emissão do documento se deve a problemas operacionais da Previdência Social, não havendo débito da Companhia em relação àquele órgão. Prissigindo, a Presidência expôs que, no tocante aos Extratos do Cadin e Sicaf, verificou-se que consta no extrato do Sicaf, certidões com prazo expirado. Fazendo uso da palavra, o Sr. Paulo Ricardo informou que a atualização do Sicaf depende de todas as certidões estarem regularizadas. Portanto, a pendência existente ocorre em razão da Certidão Negativa de Débito – CNJ do INSS. Os esclarecimentos foram considerados satisfatórios, entretanto os Conselheiros aguardam providências pela Companhia, no sentido de regularizar as pendências, sendo mantido o Conselho informado. A Presidência agradeceu a presença dos representantes da Sucor. 9. Processos Internos de Apuração (PIA) em andamento ou concluídos. 9.1. Comunicação Interna Presi nº 0383, de 31/07/2008, a

qual, em face à determinação ministerial contida no item "2º" do despacho exarado nos autos do Processo nº 21000.012053/2006-45 pelo Ministro Supervisor, encaminhar cópia do PARECER PROGEISUMAD Nº GP 225/2008, da Procuradoria-Geral da Conab; cópia do PARECER COGER Nº 27/2008, da Corregedoria-Geral da Conab; e cópia do Despacho PRESI, de 29/07/2008, relativo ao julgamento do processo interno de apuração. O Conselho, após análise da documentação, verificou que o assunto foi abordado pelo Colegiado na 150ª Reunião Ordinária, realizada em 07/04/2008. O Colegiado deliberou por solicitar à Presidência da Conab que informe, oportunamente, as providências adotadas pela Companhia, visando ao cumprimento das determinações contidas no Despacho PRESI, de 29/07/2008. 10. Obrigações do Conselho Fiscal. 10.1. Comunicação Interna Sufin/Geob nº 1.984, de 07/08/2008; Folha do Despacho 03, em resposta aos Itens (iii) e (iv) da Comunicação Interna Confls nº 008, de 04/08/2008. O Conselho Fiscal prosseguiu ao exame da referida Comunicação Interna juntamente com a apreciação do Relatório de Empregados Cédidos – Posição de 07/08/2008, conforme consta do Item 6.1. desta Ata. 10.2. Comunicação Interna Draft nº 200, de 07/08/2008, em resposta à solicitação de esclarecimentos, feita na 182ª Reunião Ordinária da Confls (Item 6.1), quanto ao déficit financeiro da Companhia nos valores de R\$ 43.843 mil e R\$ 214.796 mil, respectivamente, nas fontes de recursos "80" e "50", apresentado na Portaria/STN nº 209, de 22/04/2008, publicada no DOU de 23/04/2008, a qual divulga o superávit financeiro apurado no exercício de 2007. A Comunicação Interna nº 200 informa que o assunto foi esclarecido no OFÍCIO DMFI nº 199, de 5 de agosto de 2008, o qual está endereçado ao Coordenador de Contabilidade do MAPA. Consta do referido Ofício, que todos os lançamentos pertinentes às fontes "50" e "80" foram revisados e efetuadas regularizações no período de 01/01 a 30/06/2008. O Conselho solicita a análise e manifestação da Auditoria Interna acerca dos lançamentos efetuados informando, oportunamente, ao Confls, os resultados obtidos. 11. Assuntos Gerais. 11.1. Calendário de Reuniões do Conselho Fiscal para o 2º Semestre. Define-se, mediante consenso, que as reuniões ordinárias do Conselho serão realizadas às sextas-feiras de cada mês, agendando-se as seguintes datas: JULHO – 29/08/2008; AGOSTO – 26/09/2008; SETEMBRO – 31/10/2008; OUTUBRO – 29/11/2008; NOVEMBRO – 19/12/2008. O Cronograma deverá ser encaminhado à Presidência da Companhia para conhecimento, com vistas à divulgação às diretorias/áreas técnicas. 11.2. Acompanhamento do encerramento das solicitações do Conselho registradas em atas. Para possibilitar o acompanhamento das respostas às solicitações de esclarecimentos ao Conselho Fiscal, apontadas em ata e formalizadas à Presidência da Companhia, por intermédio de comunicações internas, definiu-se mediante consenso, pela elaboração do quadro de acompanhamento dos assuntos pendentes, a partir do mês de janeiro/2008. O mencionado quadro terá periodicidade mensal e entrará nos itens de pauta das reuniões. 11.3. Metodologia de trabalho do Conselho. De forma a otimizar os trabalhos do Conselho, a documentação de suporte à análise dos itens de pauta deverá ser encaminhada previamente aos Conselheiros, prevendo-se, preferencialmente, uma antecedência mínima de 5 dias úteis às reuniões ordinárias previstas em calendário. 11.4. Ofício-Circular STN/COREF/GEFIS nº 32, de 17 de julho de 2008, e Ofício Circular STN/GEFIS/COREF nº 33, de 22 de julho de 2008. Trata-se de documentos apresentados pelo Conselheiro Marcus Vinícius, na qual é dado de representante do Tesouro Nacional, nos quais a Coordenador-Geral de Responsabilidades Financeiras e Valores Mobiliários da Secretaria do Tesouro Nacional – COREF/STN requer ao conselheiro verificação junto à Administração da Conab, scerca da Lei nº 11.638, de 28 de dezembro de 2007, publicada no DOU da mesma data, que altera e revoga dispositivos da Lei nº 6.401, de 16 de dezembro de 1976, e da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, e estende às sociedades de grande porte disposições relativas à elaboração e divulgação do demonstrações financeiras, nos seguintes aspectos: a. Ofício-Circular STN/COREF/GEFIS nº 32: solicita posicionamento quanto ao enquadramento da Conab ao disposto no art. 3º da Lei nº 11.638/2007, relativamente à aplicação às sociedades de grande porte, ainda que não constituídas sob a forma de sociedades por ações, as disposições da Lei 6.404/76, sobre escrituração e elaboração de demonstrações financeiras e a obrigatoriedade de auditoria independente por auditor registrado na Comissão de Valores Mobiliários – CVM; b. Ofício Circular STN/COREF/GEFIS nº 33: solicita gestões, junto à Companhia, no sentido de que seja elaborado estudo sobre as diferenças existentes entre a escrituração contábil atual e as práticas contábeis inscritas pela Lei nº 11.638/2007, incluindo as

repercussões que essas mudanças podem provocar no resultado operacional da Companhia, bem como o impacto fiscal da adoção daquelas medidas legais. O referido ofício estipula o prazo de 30 de setembro de 2008 para envio à GEFIS/COREF das informações requeridas. Declaração: Após réplica das leituras dos documentos, decidiu-se por encaminhá-los à Presidência da Companhia, com vistas ao posicionamento e atendimento, em tempo hábil, das informações requeridas pela STN. E, nada mais havendo a tratar, a Presidência do Conselho Fiscal agradecou a presença de todos dando por encerrada a reunião, da qual, para constar, eu, Ana Paula Naves Rosa, Assessora da Presidência/Coordenadoria de Desenvolvimento e Apoio à Gestão - Codeg, fui a presente Ata que, após lida e aprovada, foi assinada por mim e pelos Conselheiros presentes. A próxima reunião – 1501, ficou marcada para o dia 29 de agosto de 2008.

Lúcia Aida Assis de Lima
LÚCIA AIDA ASSIS DE LIMA
PRESIDENTE
Marcus Vinícius Sócio Magalhães
MARCUS VINÍCIUS SÓCIO MAGALHÃES
CONSELHEIRO TITULAR

Lauro César de Vasconcelos
LAURO CÉSAR DE VASCONCELOS
CONSELHEIRO TITULAR
Ana Paula Nieves Rosa
ANA PAULA NEVES ROSA
SECRETÁRIA

ATA DA CENTÉSIMA QUINTA/SEXTA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO FISCAL DA COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO - CONAB

Aos vinte e nove dias do mês de agosto de dois mil e oito, às nove horas, no Edifício Sede da Companhia Nacional de Abastecimento - Conab, realizou-se a 156ª (Centésima Quinta/Sexta) Reunião Ordinária, correspondente ao mês de agosto/2008, do Conselho Fiscal da Companhia Nacional de Abastecimento - Conab, Empresa Pública Federal constituída nos termos da Lei nº 8.029, de 12 de abril de 1990, situada no SGAS, Queda 901, Conjunto 'A', neste, cidade de Brasília - Distrito Federal. Estiveram presentes os seguintes Conselheiros: a Senhora LÚCIA AIDA ASSIS DE LIMA, na qualidade de Presidente do Conselho Fiscal e representante do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA, e os Senhores LAURO GÉSAR DE VASCONCELOS, representante do MAPA, e MARCUS VINÍCIUS SÓCIO MAGALHÃES, representante da Secretaria do Tesouro Nacional - STN. Como convidados, estiveram presentes os Senhores: Fernando José Sales, Gerente de Auditoria da Auditoria Interna, Paulo Sérgio Silveira, Superintendente de Finanças e Jose Vismar da Silveira, Assistente da Superintendência de Contabilidade. Aberta a reunião, a Presidente deu início à análise dos itens da pauta: 1. **Leritura e aprovação da ata anterior.** Foi dado início à leitura da ata da 155ª Reunião Ordinária do Conselho, realizada em 08/08/2008 que, depois de promovidos os ajustes necessários, foi aprovada e assinada. 2. **Demonstrações Contábeis: Julho/2008** - **Comunicação Interna Sucon nº 697**, de 15/08/2008; **Relatório de Desempenho Econômico e Financeiro - Julho de 2008** - **Comunicação Interna Difri nº 206**, de 20/08/2008; e **Nota Técnica Audin nº 018/2008** - **Análise das Demonstrações Contábeis - Julho de 2008** - **Comunicação Interna Audin nº 311**, de 22/08/2008. O Conselho Fiscal, após examinar as Demonstrações Contábeis de julho/2008 e a Nota Técnica Audin nº 18/2008, registrou os itens considerados relevantes, conforme se segue: a. **Receita de Vendas dos Estoques Públicos** (R\$ 32.081 milhões): os registros demonstraram uma diminuição de 69,64% em relação ao mês de junho (R\$ 105.718 milhões), advinda da definição das políticas agrícolas de sustentação de preço e de abastecimento. b. **Roceta de Serviços**, oriunda da atividade de armazenagem de produtos de terceiros (R\$ 3.157 milhões), apresentou uma redução de 3,06% em relação a junho, mantendo-se a tendência de baixa, já observada desde o mês de maio, em razão da sazonalidade de safras. c. **Despesas Comerciais e Administrativas** (R\$ 16.667 milhões): apresentaram crescimento no cotejo com o mês de junho na ordem de 25,19%. d. **Resultado Contábil** do mês: foi deficitário em R\$ 1.788 milhões, 26,68% superior ao mês de Junho (R\$ 1.411 milhões), já depurados os ajustes referentes ao mês de maio/2008. Destaque para o superávit de R\$ 3.558 milhões nas atividades próprias da Companhia, verificado em junho/2008, que sofreu uma reversão acentuada em julho, quando apresentou um déficit de R\$ 773 mil. Já as operações dos estoques públicos apresentaram uma redução de prejuízo de R\$ 4.967 milhões em Junho (valor ajustado) para R\$ 1.015 milhão em Julho. e. **Dividendos a Pagar**: o pagamento dos dividendos no valor de R\$ 3.858.818,65, a que tem direito a União, por conta do superávit auferido no exercício encerrado em 31/12/2007, relativo às atividades próprias da Companhia, está na dependência de um posicionamento da Secretaria do Tesouro Nacional a respeito da proposta de destinação do lucro. 3. **Demonstrativo da Execução Orçamentária e Financeira - Julho/2008** - **Comunicação Interna Sufin nº 1852**, de 18/08/2008: Após análise do referido Demonstrativo, o Conselho verificou o que se segue: a. **Com relação à execução orçamentária**, o Conselho nada destacou de relevante. Os limites de movimentação e empenho estão de acordo com o estabelecido pelo MAPA, mediante a Portaria SEMAPA nº 82, de 18/06/2008, publicada no DOU de 21/06/2008. b. **Com relação à execução financeira:** (i) os pagamentos efetuados

estão acima dos limites de "pagamento establecidos" pela Portaria SEMAPA nº 63, de 16/05/2008, publicada no DOU de 18/06/2008 no montante de R\$ 675.169,58. O Conflis recomenda à Companhia que observe os limites fixados pelo MAPA: (i) constam valores pagos superiores aos 'Empenhos Liquidados'. O Conselho registra que referida inconsistência, dada a sua constante reincidência, foi comunicada ao Sr. Paulo Sérgio, uma vez que prejudica a análise. **4. Atas das Reuniões da Diretoria Colegiada e do Conselho de Administração.** **4.1. Atas das 861^a a 867^a Reuniões Ordinárias da Diretoria Colegiada da Conab:** Após análise, o Conselho considerou relevantes os itens abaixo: a. Ata da 861^a Reunião: Voto Difri nº 111/2008 – Planejamento de Investimentos 2008/2011, que propõe a expansão do orçamento de investimentos da Companhia no período mencionado, com indicação das áreas de aplicação dos recursos (operacional e administrativo). Os recursos necessários para implementação serão obtidos com a alienação de imóveis (60%) e o restante através do Tesouro Nacional. Nos termos do Capítulo VII, artigo 18, itens VI e IX do Estatuto Social, foi submetido à aprovação da Diretoria Colegiada e posterior encaminhamento ao Conselho de Administração. O Conflis não identificou, no teor da ata, se a matéria foi aprovada ou não. Desta forma e em razão da importância do assunto, dos valores e planejamentos estratégicos requeridos, solicita esclarecimentos e informações no decorrer do processo. b. Ata da 862^a Reunião: Voto Difri nº 016/2008 – Processo 21200.001303/2007 - Contratação de Pessoa Jurídica para prestação de serviço no desenvolvimento e manutenção evolutiva e corretiva do sistema de gestão de estoques – SIGEST. O Conflis solicita ser informado se foi prevista dotação orçamentária para a contratação do serviço. c. Ata da 863^a Reunião – Não ocorreram deliberações na reunião. d. Ata da 864^a Reunião: Voto Presi nº 009/2008 – Processo nº 1486/2008, referente à implantação de Gratificação por Atividade Jurídica – GAJ, e Voto Presi nº 010/2008 – Processo nº 1808/1997, referente à implantação de Gratificação por Atividade de Auditor Interno – GAI. O Conflis solicita esclarecimentos sobre a matéria: se foram analisados os impactos financeiros decorrentes da aprovação das gratificações e se houve previsão orçamentária necessária para cobertura das despesas decorrentes. Será necessária a elaboração de norma interna, que estabelecerá os critérios e condições para a percepção das gratificações. O Colegiado solicita o recebimento da referida norma, quando esta for concluída, bem como ser informado da sua implementação; Voto Difri nº 114/2008 – Processo nº 21212.0094/2008-87 - Revogação do procedimento licitatório destinado à contratação de serviços de vigilância para a sede e unidades da Sureg/MT, em razão da concordância da Empresa Fortesul – Serviços Especiais de Vigilância e Segurança Ltda, através do DDC. Nº 427/08/FSV, em reduzir os preços praticados até então, conforme previsto no contrato que vigora até 28/02/2009; e Voto Difri nº 117/2008 – Processo nº 21200.001173/2008-80 - Proposta para deflagração de licitação, destinada à contratação de empresa para realização de auditoria contábil nos 4 (quatro) trimestres de 2008, com emissão de parecer sobre o balanço patrimonial do exercício de 2008, em atendimento à Lei nº 11.638, de 26/12/2007, que altera e introduz novos dispositivos à Lei nº 8.404/78, e que estabelece como obrigatória auditoria independente por auditor registrado na Comissão de Valores Mobiliários nas sociedades de grande porte. O Conflis solicita que seja informado sobre o andamento do processo, bem como sobre a implantação da auditoria independente e recebimento dos pareceres emitidos. e. Ata da 865^a Reunião: Voto Difru nº 013/2008 - Processo nº 0681/2008 - Nota Técnica Difru 003/2008 – Jornada Especial de Trabalho – arts. 302 e seguintes da CLT c/c as disposições da Portaria MP 222, de 07/02/2008. O referido voto analisa requerimentos administrativos de empregados que exercem a função de jornalista, os quais pleiteiam jornada de trabalho especial de 5 (cinco) horas diárias. O assunto em questão já vem sendo discutido desde 2006, em decorrência do processo de Reclamação Trabalhista Imostrado pelo empregado Raimundo Eslevam Silva. Em razão da aprovação do voto que

estabelecer a adequação da Brilhante da Ilha nº 866 Técnicas em Comunicação Social I – Especialidade Jornalista, este Conflis solicita que seja informado e receba cópia da resolução que regula o tema sobre a sua elaboração. Solicita também maiores esclarecimentos quanto à abrangência de funcionários enquadrados na situação em questão, os impactos diretos da medida ora adotada; o andamento dos processos trabalhistas em tramitação pleiteando o enquadramento de jornada especial de trabalho, bem como os impactos financeiros e orçamentários destas ações. f. Ata da 866^a Reunião: Voto Direti nº 014/2008 - Políticas/Diretrizes de Recursos Humanos da Alta Direção da Conab – Plano de Educação Corporativa – PEC 2008/2009. O Conflis solicita maiores esclarecimentos quanto à implantação do PEC, como se dará a utilização dos recursos, tendo em vista que a maior parte do orçamento foi previsto para 2008, e que seja disponibilizada ao Conflis uma cópia do referido Plano. g. Ata da 867^a Reunião. Voto Direti nº 124/2008 – Processo Sureg/GO nº 08.0486/87 – Proposta de cessão de uso, com opção de compra e venda, do imóvel localizado na Av. Eurípedes Femeira de Assis, nº 60, Quadra 12, Lote 100, no Município de Itaúçu/GO. O Conflis recomenda o acompanhamento do processo no que se refere à manifestação do Município de Itaúçu quanto à formalização da opção de compra do imóvel, objeto do processo, observando o prazo de seis meses após a assinatura do novo contrato de cessão de uso. Caso não ocorra manifestação dentro do prazo estabelecido, que se tome as devidas providências para a reatualização do imóvel à Conab. 4.2. Ata da 183^a Reunião Ordinária do Conselho de Administração. Após análise, o Conselho considerou relevante o tema tratado no item 2 da referida ata sobre o Voto Direti nº 109/2008 – Processo Sureg/RJ nº 02.0090/2005, que trata da baixa patrimonial e contábil do imóvel situado na Rua Leopoldo Bulhões nº 529, Bairro Benfica na cidade do Rio de Janeiro/RJ, o qual foi aprovado pelo Conselho de Administração em razão do cancelamento da cessão que outorgou direitos sobre o imóvel à Conab pela Secretaria do Patrimônio da União, cessando qualquer relação da Companhia com o imóvel em questão, nos valores apurados pela Supad (Edificações R\$ 216.884,27 e terreno R\$ 314.398,46). 5. Relação das Licitações e Contratações Realizadas, no âmbito da Matriz, em Julho/2008 – Comunicação Interna CPL nº 044/2008, de 06/08/2008: 5.1. Licitações: Com exceção do Processo nº 0346/2008 (data da abertura 25/07/2008), que se deu através de Tornada de Preços de nº 03/2008 e que se encontra na situação “suspensa”, os demais processos de licitação do mês de julho foram realizados por meio de Pregão Eletrônico. 5.2. Contratações: O Conselho verificou que todos os contratos firmados no mês de julho foram precedidos de licitação por meio de Pregão Eletrônico. Com relação ao Processo nº 1941/2007, na modalidade Pregão Eletrônico de nº 49/2007, para prestação de serviço de telecomunicações para implantação de rede corporativa de serviços de dados, este Conflis detectou que o custo mensal e anual estimado era de R\$ 83.357,20 e R\$ 760.286,40, respectivamente, sendo que o valor mensal e anual apresentado na contratação foi de R\$ 222.060,62 e R\$ 2.864.807,44, respectivamente. Em razão dos valores contratuados terem sido superiores em aproximadamente 350,47% acima do valor estimado, o Colegiado solicitou esclarecimentos e justificativas para a contratação em questão. 6. Relatórios de Créditos a Receber, em atraso. 6.1. Relatório de Empregados Cedidos – Posição de 26/08/2008 – Comunicação Interna Sufin/Gecob nº 1.884, de 26/08/2008. Após exame do Relatório, o Conselho registra: a. O relatório encaminhado apresentou algumas inconsistências nas informações (erros ao transportar os dados do relatório anterior). O Sr. Paulo Sérgio, presente à reunião, onde pode constatar as divergências verificadas, informou que as mesmas serão corrigidas no próximo relatório, bem como prestou alguns esclarecimentos sobre os procedimentos e ações desenvolvidas sob a responsabilidade da Superintendência de Finanças, da forma a melhorar o entendimento ao Conflis dos processos e rotinas utilizados na área; b. Verificou-se o ajuizamento da cobrança do débito decorrente da cessão de Francisco Sébastião de Moraes da

Câmara Legislativa do DF, ficando pendente "Manda o AJUZAMENTO em nome de Evaldo Fornandes de Oliveira que já havia sido mencionado na Ata da 155ª Reunião Ordinária do Confis; c. Com relação à cessão de Adrúbal Silva de Oliveira à Rede Ferroviária Federal, o Conselho mantém o posicionamento com relação às providências a serem adotadas pela Companhia, quale sejam: (i) retorno do servidor, nos termos do art. 10º do Decreto nº 4.050/2001; e (ii) cobrança do resarcimento devido; d. Os valores referentes ao débito da Secretaria de Estado do Governo do DF, relativo à cessão de Nívia Clara Costa, não foram atualizados corretamente e este Conflito mantém o posicionamento anteriormente enviado à Companhia onde recomenda que seja observado o disposto no Decreto nº 4.050/2001, com ênfase ao art. 10º, parágrafo único, e solicita que seja informado sobre as providências adotadas visando ao recebimento do referido débito; e. Débitos da Procuradoria Geral do Trabalho, relativos à cessão de Adelson M. dos Santos, no período de mar/08 (12 dias) e abr/08 a jul/08: O Conselho reitera à Companhia observar o disposto no Decreto nº 4.050/2001 e recomenda a adoção de providências, imediatamente, visando ao recebimento do referido débito; f. O Conselho Fiscal, recomenda à Companhia que dedique maior atenção à questão, seja no fornecimento de dados, informações e ações adotadas ou no envolvimento de todas as áreas responsáveis pela cessão de funcionários, seja na troca de informações, ou para que se tomem as medidas necessárias, de forma que os valores devidos sejam resarcidos da imediata. As justificativas encaminhadas ao Conflito também devem ser respondidas pela Companhia de forma consolidada, levando-se em consideração todas as áreas envolvidas pela cessão de funcionários e não somente pela área de finanças. 6.2. Relatório Gerencial de Cobrança. Posição de 25/08/2008 – Comunicação Interna Sufin/Gacob nº 1791, da 29/08/2008. Mediante a referida Comunicação Interna, a Superintendência de Finanças – Sufin informa o que se segue: a. Do total de créditos a receber (R\$ 1.864.390.598,53), 90,36% referem-se a processos já ajuizados e 1,68% encaminhados para ajuizamento, ou seja, R\$ 1.684.398.262,58 e R\$ 31.398.616,96, respectivamente. Portanto, 92,04% das cobranças não cabem ações administrativas; b. 7,76% (R\$ 144.599.946,22) correspondem a processos remetidos para instrução judicial, composição de dívida, pagamento efetuado em juiz, cobrança suspensa por determinação judicial, que somados aos 92,04%, mencionados anteriormente, totalizam 99,80% dos processos de cobrança da Companhia, que dependem de ação judicial e alguma ação administrativa das Superintendências Regionais. c. Da Carteira de Cobrança da Conab, apenas 0,20%, que corresponde a R\$ 3.703.770,83, dependem de providências a serem implementadas pela Sufin. Após análise da documentação, o Conflito deliberou por solicitar à Companhia: (I) esclarecimentos sobre "... composição de dívida"; (II) se informar quais providências serão implementadas pela Sufin. 7. Auditoria Interna - Audit: 7.1. Quadros de Acompanhamento das Pendências dos Relatórios de Auditoria - Exercícios de 2006, 2007 e 2008 - Comunicação Interna Audit nº 311, de 22/08/2008.

Após análise do referido quadro e suas observações, o Conflito verificou: a. Exercício de 2006: (I) Com relação ao Relatório de Auditoria - RA nº 008, o mesmo encontra-se na Sureg/SP para ciência e providências com vistas à solução das pendências, desde 15/05/2008. Nesse sentido, o Conselho deliberou por solicitar informações acerca do motivo da não solução da pendência; (II) Com relação ao Relatório de Auditoria - RA nº 015, em que a Sureg/AM, por meio da CMA/2, da 21/02/2008, informou que o devedor apresentou proposta para quitação do débito em 8 (oito) parcelas, tendo sido o assunto submetido à análise da Procuradoria-Geral - Proge, conforme já registrado na Ata da 155ª Reunião, o Conselho reitera a ação de providências, com vistas à solução da pendência, bem como mantê-lo informado do andamento. b. Exercício de 2007: Com relação ao Relatório de Auditoria - RA nº 031, também objeto de registro na Ata da 155ª Reunião, o processo foi encaminhado à Superintendência de Operações - Suops, em 11/06/2008, para avaliação. O Conselho deliberou por solicitar à Companhia, esclarecimentos

acerca dos Relatórios nºs 031 e 049, tendo em vista o elevado número de recomendações e não haver evolução na solução das pendências. c. Exercício de 2008: o Conselho delibera por manifestar-se quanto da análise dos Relatórios de Auditoria de Avaliação da Gestão nºs 1 a 14.

7.2. Relatórios das Auditorias realizadas conforme Programação do PAINT/2008. O representante da Auditoria Interna, Sr. Fernando fez a apresentação do "Sistema de Auditoria Interna – Siaudi", implantado para registrar, acompanhar e analisar os resultados de auditorias realizadas no âmbito da Companhia. Após a apresentação, os Conselheiros aprovaram a iniciativa daquela Unidade, afirmando que o sistema dará nova dinâmica e agilidade aos trabalhos produzidos pelos Auditores. Foi sugerida a liberação de senha de acesso aos membros do Confe, entretanto a sugestão não foi aceitada pelos Conselheiros, os quais decidiram por continuar recebendo cópia dos relatórios, visando à análise tanto nesse Relatório de Pendências das Recomendações da Auditoria Interna. Nesse sentido, foi entregue ao Colegiado cópia dos Relatórios de Auditoria de Avaliação da Gestão nºs 1 a 14. O Confe deliberou por manifestar-se oportunamente.

7.3. Nota Técnica Audit nº 013/2008, relativa à análise das Demonstrações Contábeis de julho/2008 - Comunicação Interna Audit nº 311, de 22/08/2008. O Conselho Fiscal procedeu ao exame da referida Nota Técnica juntamente com a apreciação das demonstrações contábeis de julho/2008, conforme consta do item 2 dessa Ata.

8. Certidões, Certificados e Extratos do Cadastro Informativo de Créditos Não Quitados do Setor Público Federal - Cadin e do Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - Sicaf (Certidão Negativa de Débitos da Receita Federal, Dívida Ativa da União e INSS; Certificado de Regularidade junto ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS; Tributos Estaduais e Municipais) - Posição de 29/08/2008. a. Certidão Positiva de Débitos com Efeitos de Negativa, emitida pela Secretaria do Estado da Fazenda com validade até o dia 06/11/2008. b. Certidão Conjunta Positiva com Efeitos de Negativa – de Débitos relativos aos tributos federais e à dívida ativa da União, emitida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil válida até 03/01/2009. As certidões referente aos itens "a" e "b" foram apresentados na reunião de nº 155 do Confe em 08/08/2008; c. Foi apresentado na reunião de nº 156 de 29/08/2008 o Certificado de Regularidade do FGTS – CRF, emitido pela Caixa Econômica Federal com validade até o dia 13/09/2008; d. Verifica-se que até o presente momento a empresa não apresentou ao Confe, a Certidão Negativa do INSS. Segundo informações prestadas pelo Sr. Paulo Ricardo, todas as providências para regularização da situação junto aquele Órgão estão sendo tomadas; e. Permanecem os registros de certidões com prazo expirado no Sicaf. O Conselheiro Marcus Vinícius informa ter recebido o Ofício nº 8855 da STN/COREF/GEFIS de 12/08/2008 que solicita acompanhar e informar as providências adotadas por essa Companhia para solução da pendências relativas à sua inscrição no Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal – CADIN, conforme extrato em anexo de 28/07/2008.

9. Relatório Demonstrativo dos Processos Internos de Apuração – PIA – Julho/2008 - Comunicação Interna Coger nº 074, de 27/08/2008. Os Conselheiros, após tomarem ciência do Relatório, decidiram, em vista da metodologia de apresentação dos documentos, convocar para a próxima reunião o Chefe da Corregedoria-Geral, para explicar o funcionamento daquela área, bem como, definir a forma de apresentação do relatório, considerando que o atual não atende à necessidade de análise dos Conselheiros.

10. Dívidas do Conselho Fiscal.

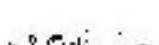
10.1. Comunicação Interna Sucon nº 703, de 20/08/2008, em resposta à Comunicação Interna Confe nº 013, de 08/08/2008, que solicita esclarecimentos pertinentes às Demonstrações Contábeis de Junho/2008.

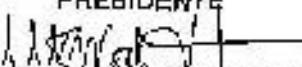
Após análise da resposta apresentada pela Sucon, o Confe registra:

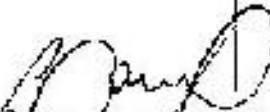
a. Quanto ao registro extemporâneo de vendas dos estoques públicos, no valor de R\$ 10,6 milhões; justifica, aquela Superintendência, que a contabilização dessas receitas, no mês de junho/2008, ocorreu.

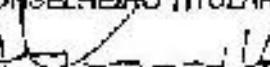
ocorridó ao grande volume de Vendas, cujos Recibos emitidos se concentraram nos últimos dias do mês de maio/2008. b. Quanto à forma de apresentação da Demonstração do Resultado do Exercício – DRE, o Confs solicitou que as próximas DREs contenham apresentação dos resultados do mês anterior, objetivando comparar com o resultado atual, inclusive em termos percentuais. Após análise da DRE do mês de junho/2008, o Confs verificou que a referida demonstração não foi elaborada nos moldes solicitados. Nesse sentido, apresentou ao Sr. José Vismar os devidos esclarecimentos sobre o pedido em comento, ficando acordado o atendimento na DRE do mês de agosto. c. Quanto à resposta à solicitação de esclarecimentos para a variação positiva de 493,6% no Subgrupo "Obrigatorias Tributárias e Contributivas", no mês de junho em relação a maio, a Succon informa que a principal ocorrência que efetivamente ocasionou a variação positiva do Subgrupo, no mês de junho/2008, se deu por conta das transferências de mercadorias e estoques de crédito de ICMS realizados pela Sureg/MS, por meio de Notas de Lançamentos nos valores de R\$ 812.408,97 e R\$ 1.023.420,10. A realização de estoques efetuados pela Sureg/PR para acerto contábil relativo às Unidades Gestoras 135267 e 136437 ocorreu em face na transferência de crédito do ICMS da inscrição do Mercado da Opção para a inscrição da PGPM, em razão de regime especial concedido pela Secretaria de Fazenda do Estado do Paraná e não contribuiram efetivamente para a variação positiva, verificada no subgrupo, pois ocorreram simultaneamente nas rubricas 52317.0104 e na 62317.0104, ambas do mesmo subgrupo de contas. d. Quanto à variação positiva de 88,8% no Subgrupo "Outras Despesas Operacionais" decorrente do registro de adiantamento, no mês de maio/08, referente à aquisição do Imóvel da Sureg/SP, a Succon informa que refere-se à escrituração incompleta do referido adiantamento, cujo registro foi regularizado em agosto/2008. 10.2. Comunicação Interna DrafI nº 210, de 25/08/2008, em resposta à Comunicação Interna Confs nº 012, de 08/08/2008. a. Em resposta à CI 012 do Confs que solicite manifestação da Conab no que tange à aquisição das demonstrações financeiras conforme disposto na Lei nº 11.638 de 28/12/2007 foi encaminhado a este conselho a Nota Técnica Succon nº 06 de 25/08/2008 apresentando as considerações da Superintendência de Contabilidade. Este conselho estará encaminhando a STN/COREF/GEFIS, cópia da referida Nota Técnica em atendimento aos Ofícios Circulares nºs 82 e 33 de 17 e 20/07/2008 endereçados ao representante do Tesouro Nacional no Conselho Fiscal da Conab, estabelecendo o prazo de resposta até o dia 30/09/2008. Após avaliação dos esclarecimentos prestados pela Succon, este Conselho deliberou que a Nota Técnica Succon nº 5/2008 seja submetida à Audit para avaliação e manifestação a este Confs. b. No que se refere à obrigatoriedade da contratação da auditoria independente por auditor registrado na Comissão de Valores Mobiliários – CVM, para as sociedades de grande porte, a empresa informa que foi deflagrado processo licitatório para contratação do respectivo servizo, aprovado na ata de nº 864 da Diretoria Colegiada da Companhia em 29/07/2008 através do Voto DrafI nº 117/2008 – Processo nº 21200.001172/08-00. 11. Determinações dos Órgãos de Controle Interno (SFC) e Externo (TCU). O Conselho deliberou por solicitar à Companhia que apresente quadro de acompanhamento contendo as determinações e recomendações dos órgãos de controle interno e externo e as respectivas providências adotadas pela Conab, visando ao seu atendimento. Foi sugerido que a Auditoria Interna providencie o referido quadro e o apresente trimestralmente, ao Conselho. 12. Assuntos Gerais. 12.1. Relatório de Gestão – 2º Trimestre/2008 – CIV/Copav nº 227, de 25/08/2008. Segundo consta na Apresentação do Relatório, o mesmo está dividido em 5 capítulos, a saber: 1º Capítulo: apresenta as atividades realizadas no desenvolvimento das ações orçamentárias; 2º Capítulo: discorre sobre outras atividades desenvolvidas, tais como os resultados obtidos na comercialização de estoques públicos, a participação da Companhia na execução do Fome Zero e a recompensação dos ativos pela cobrança de dívidas; 3º Capítulo: são descritas as atividades decorrentes da ações

sociais realizadas por meio de repasses de "outros" patrões"; 1º Capítulo: detalha a execução orçamentária e financeira do período; e 5º Capítulo: o balanço patrimonial da Companhia. Após análise do referido Relatório, o Colegiado verificou: a. Quanto ao Capítulo 1 - Gestão de Programas e Ações: Sobre a fiscalização dos estoques públicos, até o fim do 2º Trimestre, foram fiscalizadas, cumulativamente, 4.261.816t o que corresponde a 93,57% do estoque contábil acumulado, qual seja, 4.275.894t. A meta física para o exercício é de fiscalização de 2.850 Unidades, sendo que até o fim do 2º Trimestre/2008, foram fiscalizadas 1.318 Unidades, correspondente a 46,24% da meta estabelecida. No tocante aos registros de perdas quantitativas, verificou-se um desvio de 10.207t (Sureg MT, PA, PR e RS). Quanto aos Estoques Desclassificados e Abaixo do Padrão - AP, Quadro 1.07 – Demonstrativo de Perdas Quantitativas e Qualitativas, foram registrados 354t Desclassificados, nas Suregs M1 e RS, e nenhum produto AP. Com referência à vistoria dos estoques privados, permanece a mesma situação aponhada no exercício de 2007, ou seja, e não celebração de convênio com o MAPA, não ocorrendo, por conseguinte, inspeção das 200.000 toneladas previstas para o exercício, apesar da dotação orçamentária de R\$ 120.000,00 para a realização da correspondente despesa, conforme consta do item 1.2.1.8 – Vistoria dos Estoques Privados e das Condições de Armazenamento. b. Quanto ao Capítulo 2 – Outras Ações: a Receita de Armazenagem de Produtos de Tercelos apresentou um crescimento de 45,07% em relação ao mesmo período do ano anterior, motivado pelo aumento do estoque de terceiros da ordem de 52,88%, conforme demonstrado no Quadro 2.07 - Demonstrativo da Variação da Receita de Armazenagem de Produtos de Tercelos. No Quadro 2.09 – Demonstrativo de Variação dos Estoques Médios, foi verificada uma redução na quantidade total de estoque (Governo + Tercelos), em relação ao 2º Trimestre de 2007, variando de 701.868t para 468.130t. E, nada mais havendo a tratar, a Presidente do Conselho Fiscal agradeceu a presença de todos, dando por encerrada a reunião, da qual, para constar, eu, José Augusto Vicardone, Tonico de Nivel Superior, tive a presente Ata que, após lida e aprovada, vai assinada por mim e pelos Conselheiros presentes. A próxima reunião – 157º ficou marcada para o dia 26 de setembro de 2008.


LÚCIA AIDA ASSIS DE LIMA
PRESIDENTE


MARCUS VÍNCIO BÓLIO MAGALHÃES
CONSELHEIRO TITULAR


LAURO CÉSAR DE VASCONCELOS
CONSELHEIRO TITULAR


JOSÉ AUGUSTO VICARDONE
SECRETÁRIO

ATA DA CENTÉSIMA QUINTUAGÉSIMA "SÉTIMA" REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO FISCAL DA COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO – CONAB

Aos vinte e seis dias do mês de setembro de dois mil e oito, às nove horas, no Edifício Sede da Companhia Nacional de Abastecimento - Conab, realizou-se a 157ª (Centésima Quintuagésima Sétima) Reunião Ordinária, correspondente ao mês de setembro/2008, do Conselho Fiscal da Companhia Nacional de Abastecimento - Conab, Empresa Pública Federal constituída nos termos da Lei nº 8.029, de 12 de abril de 1990, situada no SGAS, Quadra 901, Conjunto 'A', neste cidade de Brasília - Distrito Federal. Estiveram presentes os seguintes Conselheiros: a Senhora LÚCIA AIDA ASSIS DE LIMA, na qualidade de Presidente do Conselho Fiscal e representante do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA, e os Senhores LAURO CÉSAR DE VASCONCELOS, representante do MAPA, e MARCUS VINTOLIS SÓDIO MAGALHÃES, representante da Secretaria do Tesouro Nacional - STN. Como convocados, estiveram presentes o Senhor Paulo Ricardo Simões Coelho, Gerente da Gerência Fiscal e Tributária e a Senhora Maria de Lourdes R. de Oliveira, Corregedora Geral. Aberta a reunião, a Presidente deu início à análise dos itens da pauta: 1. Leitura e aprovação da ata anterior. Foi dado início à leitura da Minuta da Ata da 156ª Reunião Ordinária do Conselho, realizada em 29/08/2008 que, depois de promovidos os ajustes necessários, foi aprovada e assinada. 2. Demonstrações Contábeis: Agosto/2008 – Comunicação Interna Sufin nº 770, de 11/09/2008; Relatório de Desempenho Econômico e Financeiro – Agosto de 2008; a Nota Técnica Audit nº 017/2008 – Análise das Demonstrações Contábeis – Agosto de 2008 – Comunicação Interna Audit nº 355, de 24/09/2008. O Conselho Fiscal, após examinar as Demonstrações Contábeis de agosto/2008 e a Nota Técnica Audit nº 017/2008, registrou os itens considerados relevantes, conforme se segue: a) O registro da Receita de Vendas do Mercadinho dos Estoques Públicos (R\$ 45,811 milhões) representou um aumento de 40,24% em relação ao mês de julho (R\$ 32,667 milhões). Entretanto, o resultado da Apuração do Custo dos Produtos Vendidos (R\$ 47,703 milhões) em relação à Receita Líquida de Vendas (R\$ 44,632 milhões) ficou negativo em R\$ 3.071 milhões. b) Receita de Serviços (R\$ 804 mil), resultante da eliminação de arrematagens de produtos de tecelão, representou uma redução de 71,68% em relação a julho (R\$ 3.157 milhões), mantendo-se a tendência de baixa, já observada desde o mês de maio, em razão da sazonalidade das safras. c) As Despesas Operacionais registradas no mês de agosto somaram R\$ 26,466 milhões, sendo que o Grupo das Despesas Comerciais e Administrativas (R\$ 7,294 milhões), no compara com o mês de julho, apresentou redução de 58,21%. d) O Resultado Contábil apurado no mês de agosto foi de R\$ 9,809 milhões, 648,63% superior ao resultado deficitário registrado no mês de julho (R\$ 1,708 milhão). Entretanto, se considerarmos descontos de lançamento ex tempore, o resultado ajustado seria um déficit de R\$ 233 mil. e) Pela identificação dos registros ex tempore, o Conselho deliberou por solicitar à Companhia, por intermédio da Comunicação Interna nº 014, esclarecimentos acerca dos seguintes assuntos: (i) Aquisição de imóvel para instalação da Sede da Sufin São Paulo, no valor de R\$ 3.485.000,00, sem a necessária cobertura orçamentária, cujos registros ocorreram nos meses de maio, junho e julho/2008; (ii) Cancelamento, no mês de agosto/2008, de empenhos no valor de, aproximadamente, R\$ 2.082.303,83, relativos às despesas com serviços de bragiagem, objetivando a recuperação de créditos orçamentários; (iii) A não contabilização de R\$ 979.302,00 relativos ao pagamento mensal feito ao Instituto Conab de Seguridade Social - Ciprus; e (iv) Os motivos que levaram a Companhia contabilizar, somente em agosto de 2008, as amortizações de débitos com perdas em arrematagens, competência de janeiro a junho/2008, no montante de R\$ 5.577.018,47. 3. Demonstrativo da Execução Orçamentária e Financeira – Agosto/2008 – Comunicação Interna Sufin nº 2008, de 16/09/2008: Após análise do referido Demonstrativo, o Conselho nada deslocou de relevante. 4. Atas das Reuniões da Diretoria Colegiada e do Conselho de Administração. 4.1. Atas das 868ª e 889ª Reuniões Ordinárias da Diretoria Colegiada da Conab: Após análise, o Conselho considerou relevantes os itens abaixo: a) Ata da 889ª Reunião: Processo nº 21208.000004/2008-17 – Licitação para contratação de serviços advocatícios nas áreas tributárias e cível da Sufeg/RS: A Diretoria Colegiada aprovou o não acatamento dos recursos administrativos.

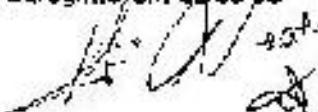
neca

interpostos no processo de licitação nº 004/2007, que tratava de Serviços Advocatícios nas áreas trabalhistas e civil da Sured/RS, com base no Parecer Jurídico Proje RS nº BM 05/2008, ratificado pela Proje; Processos nºs 0759/1987, 4867/1988, 8889/1988, 2880/1988 e 0963/1996. Em que pese o envio dos processos à Corregedoria-Geral - Coger, visando a apuração de responsabilidade no âmbito administrativo, o Conselho solicita informações sobre quais os objetos dos referidos processos e respectivos prejuízos causados à Companhia pelo não julgamento da ação, por prescrição de prazo; Voto Diges nº 084/2008 – Processo nº 11.215/2008 - Desativação e alienação da Unidade Armazenadora Balsas-MA. Conforme proposta, é questionado se os recursos provenientes da alienação do imóvel poderiam ser utilizados pela Companhia para investimento em outras unidades, e esta Conflis solicita ser informado do direcionamento e destinação dos recursos; b) Ata da 869ª Reunião: Voto Presl nº 011/2008 – Nota Técnica Copav nº 01/2008 – Revisão do PPA e Proposta Orçamentária Exercício 2008; Esta comissão verifica preocupação por parte da Diretoria no que se refere aos limites estabelecidos para o orçamento da Companhia para o exercício de 2008, que mesmo após as alterações promovidas junto ao MAPA, ficaram aquém das demandas previstas pela Conab, e que deverá haver a necessidade de suplementação no Orçamento previsto para 2008. O Conflis solicita ser informado quanto à aprovação do orçamento e eventuais suplementações que se fizerem necessárias; Voto Presl nº 012/2008 - Adequação dos termos da Resolução nº 004/07, de 25/05/2007, no Procedimento Administrativo Interno de Incorporação da Gratificação de Função; O Conflis solicita que se disponibilizasse aos membros deste Conselho uma cópia da Resolução nº 004/2007, bem como da nova Resolução da Diretoria Colegiada que revoga os efeitos da Resolução nº 004/2007, em razão da importância da questão levantada, e se foram feitos estudos para apurar o quantitativo de pessoas, cargos, valores que serão atingidos, bem como os impactos financeiros e orçamentários da implementação da incorporação na Gratificação de Função; Voto Diafi nº 135/2008 - Processo Supad nº 1813/2008 - Proposta para deflagração do processo licitatório destinado à contratação de Ata de Registro de Preços para aquisição de 75 veículos para suprir a demanda da Sede e Regionais da Conab; O Conflis solicita maiores esclarecimentos a respeito se dará o processo para a aquisição de 75 veículos; cópia da Ata de Registro de Preços da Conab; cópia do termo de referência do Pregão Conab 13/2008 cujo valor total estimado para contratação é de R\$ 10.688.466,00; Voto Diafi nº 136/2008, Processo Supad nº 1111/2008 – Proposta para contratação de bombeiros particulares para formação do Grupo de Incêndio no Ed. Matriz da Conab; Conforme relato do Diretor da Diafi, que manifesta preocupação quanto ao baixo índice de efetiva realização dos procedimentos licitatórios no âmbito da Companhia (em torno de 20%), e sugere que fosse baixado normativo para disciplinar as proposições para deflagração de processos licitatórios visando à contratação de bens e serviços e obras/serviços de engenharia, o Conflis solicita o encaminhamento de um exemplar da referida norma quando da sua emissão. 4.2. Atas das Reuniões do Conselho de Administração. Não foram entregues ao Colegiado, atas das reuniões do Conselho de Administração. 5. Relação das Licitações e Contratações Realizadas, no âmbito da Matriz, em agosto/2008 – Comunicação Interna CPL nº 049/2008, de 02/09/2008. 5.1. Licitações. As licitações processadas no mês em referência ocorreram através de pregão eletrônico, com exceção do Processo nº 0618/2008 que se deu na modalidade de Tornada de Preços nº 04/2008 a que se encontra na fase de julgamento das proposições técnicas. 6.2. Contratações. Quanto às contratações realizadas no mês de agosto/2008, foi verificado que todos os contratos firmados ocorreram por meio de pregão eletrônico. 6. Relatórios de Créditos a Receber, em atraso. 6.1. Relatório de Empregados Cedidos – Posição de 19/09/2008 – Comunicação Interna Sefin/Gecob nº 2.038, de 19/09/2008. Após exame do Relatório, o Conselho registra: a) Ao se confrontar o relatório apresentado na 167ª Reunião do Conflis com o da 150ª, observa-se que os valores devidos pela Câmara Legislativa do DF e Câmara Municipal de Fortaleza, cujos processos cunham como adjudicados, são inferiores e não apresentam alteração que justifiquem esta redução. É provável que as divergências estejam relacionadas a erro no transporte das informações do demonstrativo anterior para o atual. Fato este já informado ao responsável na reunião anterior; b) O Conflis reitera e mantém o posicionamento com relação às provisões a serem adotadas pela Companhia quanto ao disposto no Decreto nº 4.050/2001, em

especial o contido no Art. 4º, parágrafos 1º a 3º e art. 4º, parágrafo único; c) Conforme apontado no relatório em questão, verifica-se que os débitos não resarcidos pelos diversos Órgãos se encontram no quantum de R\$ 1.831.061,45, cada vez maiores e não havendo por parte da Companhia qualquer ação efetiva para o retorno dos empregados e o devido resarcimento dos valores; d) Quanto às observações relacionadas no relatório no que se refere às providências acotadas pela Companhia, este Conselho registra que não houve qualquer providência para o ajuizamento do débito em nome de Evaldo Fernandes de Oliveira (Obs 1), somente repete-se a Informação que, conforme Parecer COJUR/GEMAC 044/2007, será ajuizado e que o processo foi encaminhado ao escritório terceirizado, com qualquer retorno ou Informação sobre o estágio em que se encontra; (Obs 2) Asdrubal Silva de Oliveira cedido à Rede Ferroviária Federal; este Conflis reitera as recomendações anteriores do retorno do servidor e cobrança do resarcimento dos valores devidos; (Obs 3 e 4) A justificativa de que a Informação para cobrança foi recebida em março/2008 e já decorridos 5 meses não houve qualquer avanço no que se refere ao resarcimento dos valores devidos pelo Governo do DF e pela Procuradoria-Geral do Trabalho; (Obs 5) Na observação de nº 6 do relatório, verifica-se que a cassação do empregado Walter Carlos Alarcão Filho, cedido à Companhia do Metropolitano do DF – METRÔ, cujos valores devidos à Conab, no período de Setembro/05 a Agosto/08, totalizam R\$ 423.388,92 e, até o presente momento, não haviam sido resarcidos e que só foram informados à área responsável em agosto de 2008, retificam a recomendação do Item 6.1, letra f, do Ato de nº 158, de 20/09/2008, deste Conflis, transcrita a seguir: "f. O Conselho Fiscal, recomenda à Companhia que dê a maior atenção a questão, seja no fornecimento de dados, Informações e ações adotadas ou no envolvimento de falar as áreas responsáveis pela cessão de funcionários, seja na fixa de Informações sobre para que se tornam as medidas necessárias, de forma que os valores devidos sejam resarcidos de imediato. As justificativas encaminhadas ao Conflis também devem ser respondidas pela Companhia de forma consolidada, levando-se em consideração todas as áreas envolvidas pela cessão de funcionários e não somente pela área de finanças".

6.2. Relatório Gerencial de Cobrança - Posição de 19/09/2008 – Comunicação Interna Sufin/Gecob nº 2037, de 19/09/2008. Mediante a referida Comunicação Interna, a Superintendência de Finanças – Sufin informa o que se segue: a) Do total de créditos a receber (R\$ 1.858.523,950,02), 80,43% referem-se a processos já ajuizados e 1,65% encaminhados para ajuizamento, ou seja, R\$ 1.670.947.464,63 e R\$ 30.756.430,55, respectivamente. Portanto, 92,09% das cobranças não cabem ações administrativas; b) 7,60% (R\$ 142.036.343,35) correspondem a processos remanidados para Instrução Judicial, composição de dívida, cobrança suspensa por determinação judicial, que somados aos 92,09%, mencionados anteriormente, totalizam 99,74% dos processos de cobrança da Companhia, que dependem da Justiça e alguma ação administrativa das Superintendências Regionais; e c) Da Carteira de Cobrança da Conab, apenas 0,26%, que corresponde a R\$ 4.781.703,48, dependem de providências a serem implementadas pela Sufin. Após análise da documentação, o Conflis não destacou de relevante, ficando no acordo dos esclarecimentos entre "... composição de dívida" e das Informações acerca das providências a serem implementadas pela Sufin.

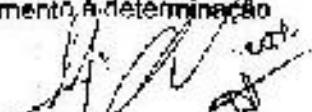
7. Auditoria Interna - Auditn: 7.1. Quadros do Acompanhamento das Pendências dos Relatórios de Auditoria - Exercícios de 2006 e 2007 – Posição em 22/09/2008 – Comunicação Interna Auditn nº 365, de 24/09/2008. a) Exercício de 2006: Após análise do referido quadro e suas observações, o Conflis verificou: Com relação ao Relatório de Auditoria – RA nº 008, que é mesmo encontrado na Sureg-SP para ciência e providências com vista à solução de pendências desde 16/05/08, cujas pendências serão recolhidas por ocasião de auditoria contábil e financeira programada para out/2008. Com relação ao Relatório de Auditoria – RA nº 015, o Processo nº 1388/2008 foi encaminhado à Sureg/AM, em 17/08/2008, para que se procedesse, com brevidade, sobre a ocorrência de fatos novos que pudessem levar ao saneamento da pendência; b) Exercício de 2007: Relatório de Auditoria nº 045º foi encaminhado à avaliação do Auditor Interno e o Processo foi encaminhado à Sureg/PR, em 00/08/2008 para ajuizamento de ação. Relatório de Auditoria nº 046º, após avaliação da resposta da Sureg/MS, o Auditor Interno manteve dois itens na condição de não solucionados, aguardando providências relativas e levantamento de alvará, baixa contábil, cobrança e resultado de sindicância. O processo foi encaminhado à Sureg/MS, em 22/08/08.



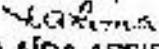
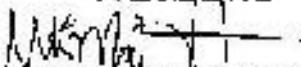
para adoção de providências; "é Relatório de Auditoria nº 048" após avaliação do Auditor Interno, os itens foram mantidos na condição de não solucionados. O processo foi encaminhado à Diges Supr, em 22/08/2008, para manifestação. 7.2. Relatórios das Auditorias realizadas conforme Programação do PAINT/2008 - Relatórios de Auditoria/2008 nºs 1 a 14, entregues na 165ª Reunião Ordinária da Conab; Quadro de Acompanhamento das Pendências dos Relatórios de Auditoria - Exercício 2008 - Posição de 26/09/2008. Após análise dos Relatórios nºs 1 a 7 e 12 a 14, confrontando-os com o Quadro de Acompanhamento das Pendências, o Colegiado verificou o que se segue: a) Relatório nº 1, de 28/04/2008 (Matriz); foram emitidas 17 recomendações, das quais 13 foram solucionadas, restando 4 pendências relativas aos seguintes itens: nº 5 – Conta 1.1.2.1.9.07.00 - Créd. a Rec. por Cessão de Pessoal – UG 135100 - Matriz; nº 13 - Conta 1.1.2.2.0.01.00 - Pagamentos irrevideis / UG 135317 - E. E. / Sede; nº 19 - Conta 1.1.3.2.2.03.00 - Valea, Tickets e Bilhetes; e nº 21 - Conta 1.0.0.1.3.10.00 - Multas e Juros; b) Relatório nº 2, de 28/04/2008 (Sureg/BA, abrangendo o Estado de Sergipe); c) Relatório nº 3, de 28/04/2008 (Sureg/MS); foram emitidas 2 recomendações, restando 1 recomendação a ser solucionada, relativa ao item nº 23 – Conta 1.0.0.1.3.05.00 - Responsáveis por Danos ou Perdas; d) Relatório nº 4, de 28/04/2008 (Sureg/PI); foram emitidas 9 recomendações, cujas pendências foram todas solucionadas; e) Relatório nº 5, de 28/04/2008 (Sureg/MA); foram emitidas 5 recomendações, restando 2 pendências: nº 33 – Conta 1.1.2.1.1.01.02 - Fes/Cuplic. a Receber – Prestação de Serviços e nº 35 – Conta 1.0.0.1.3.03.00 - Desfalcos ou Desvios; f) Relatório nº 6, de 02/05/2008 (Sureg/RJ); foram emitidas 8 recomendações, sendo que constam pendentes na lista nº 38 – Conta 1.1.1.1.2.99.02 – Banco do Brasil e nº 42 – Contas 1.1.2.1.9.12.00 – Créd. Acreto Fin. C/Serv. e 1.2.2.4.9.01.00 - Créd. Fin. Serv./Ex- Serv.; g) Relatório nº 12, de 25/07/2008 (Sureg/CE); foram emitidas 10 recomendações, das quais 7 pendências foram solucionadas, estando pendentes 3 relativas aos seguintes itens: "104 – Procedimentos Licitatórios – Regularidade Fiscal"; e "110 – Unidade Armazereadora de Brejo Santo"; h) Relatório nº 13, de 11/08/2008 (Sureg/GO); foram emitidas 3 recomendações, das quais 2 pendências foram solucionadas, restando apenas 1 relativa ao item "117 – Inúvel – Vilaçantinópolis-GO / Juara MT; i) Relatório nº 14, de 22/08/2008 (Sureg/PE); foram emitidas 15 recomendações, cujas pendências ainda não foram solucionadas, relativas aos seguintes assuntos e respectivos itens: "121 – Registro do Empanho"; "122 – Agente 67"; "123 – Regularidade Fiscal"; "124 – Contratos"; "128 - Processo nº 02.333/2007 – Sena Segurança Inteligente e Transporte de Valores Ltda"; "130 – Processo nº 03.074/2005 – Brapagam/AL"; "131 – Processo nº 03.090/2005 (Vols. I, II, e III)"; "132 – Processo nº 1216/96, de 10/04/1996"; "133 – Processo nº 1494/02, de 13/11/2003"; "134 – Processo nº 2955/75, de 25/06/1975"; "135 – Processo nº 0149/89, de 10/02/1989 – Autorização para Licitação de Aluguel do Entrepósto de Pesca de Recife/PE"; e "136 – Autorização e Instrução de Processos referentes com a Administração e Controle dos Imóveis que não estão em uso pela Conab". Os relatórios de auditoria foram elaborados com base nos dados do exercício de 2007 e, em alguns casos, as recomendações da Auditn não estão sendo observadas, bem como não são tomadas as devidas providências tempestivamente. Dos 14 relatórios emitidos pela Auditn, 2 não sofreram reavaliações e somente 1 foi encerrado em sua totalidade, restando, ainda, 11 relatórios pendentes, no período de 8 meses (fevereiro a setembro/08). O Conselho Fiscal procedeu ao exame da referida Nota Técnica juntamente com a apreciação das demonstrações contábeis de agosto/2008, conforme consta do item 2 desta Ata. 8. Certidões, Certificados e Extratos do Cadastro Informativo de Créditos Não Quitados do Setor Público Federal - Cadin e do Sistema de Cadastro Unificado de Fornecedores - Sisaf (Certidão Negativa de Débitos da Receita Federal, Dívida Ativa da União e INSS; Certificado de Regularidade junto ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS; Tributos Estaduais e Municipais) – Posição de 26/09/2008. a) Certidão Positiva de Débitos com Efeito de Negativa, emitida pela Secretaria do Estado da Fazenda com validade até o dia

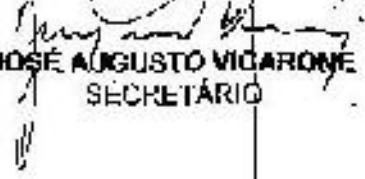


06/11/2008; b) Certidão Contínua Possível "Sobre Efeitos" de Negativa – da Díbitos relativos aos tributos federais e à dívida ativa da União, emitida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil válida até 03/01/2009; As certidões referentes os Itens "a" e "b" foram apresentados na reunião de nº 165 do Conflis em 08/08/2008; c) Foi apresentado o Certificado de Regularidade do FGTS – CRF, emitido pela Caixa Econômica Federal com validade de 26/09/2008 até o dia 26/10/2008; d) Tendo em vista que até o presente momento ainda constam pendentes quanto a situação da empresa junto ao INSS, foi solicitado a presença do Sr. Paulo Ricardo da Gerência Fiscal e tributária para que prestasse esclarecimentos sobre a questão. O Conflis deliberou e achou por bem informar ao Sr Paulo Ricardo que, quando do encaminhamento da documentação a este conselho seja observado o que segue: Caso se constate alguma pendente ou irregularidade nas certidões, a documentação deverá ser acompanhada por um relatório com as justificativas e as ações tomadas pela companhia para a resolução das pendências; e) Permanecem os registros de certidões com prazo expirado no Sicaf: SRFIPGPN 19/04/2008; INSS 08/04/2008; Faz. Est. 01/06/2008. O Conselho registra o recebimento de relatório datado de 26/09/2008 da Gerência Fiscal e Tributária com posicionamento dos débitos junto ao INSS, e reitera que a Companhia adote as medidas necessárias para a solução das pendências. 9. Relatório Demonstrativo dos Processos Internos de Apuração - PIA - Agosto/2008 - Comunicação Interna Coger nº 84, de 19/09/2008. Os Conselheiros convidaram a Corregedora-Geral para prestar informações sobre as atividades desenvolvidas naquela área, bem como definirem a metodologia de apresentação do Demonstrativo dos PIAs, visto que o modelo atual não permite ao Conselho visualizar a evolução das Sindicâncias em andamento. Após as discussões sobre o formato do relatório, a Corregedora-Geral ficou incumbida de dar um novo formato às informações e apresentar ao Conselho para deliberação. A Corregedora-Geral informou que os técnicos da Coger estão trabalhando em um novo formativo que vai disciplinar as ações daquela unidade. 10. Diligências do Conselho Fiscal. 10.1. Comunicação Interna Audit nº 351, de 19/09/2008, em resposta ao item 7.4 da Ata da 155ª Reunião Ordinária do Conflis. No referido item, o Conselho solicitou informações acerca das contratações diretas, realizadas no mês de abril, cujos cauces em questão não eram inexigíveis, devendo acirrar o regular processo licitatório, respectivamente, na modalidade pregão e tomada de preços. A Audit, por meio da CI 352, informou o que se segue: a) Contratação de serviços jurídicos pela Sureg/PA, fundamentada no art. 25, inciso II, da Lei 8.086/93; os autos foram examinados pela Audit e encaminhados à Procuradoria-Geral – Proge, a fim que a mesma se manifeste juridicamente quanto ao caso, cujo resultado da análise por aquela Procuradoria será informado, oportunamente ao Conflis; e b) Contratação de serviços de montagem, inspeção técnica, substituição de peças dos compressores Mycom – modelo F6B da JA Pesso Quatro, pela Sureg/MG, fundamentada no art. 25, inciso I, da Lei 8.086/93; examinando os autos processuais a Audit constatou que a contratação foi realizada regularmente, encontrando-se, portanto, de acordo com os ditames legais estabelecidos pela Lei nº 8.086/93. 11. Determinações dos Órgãos de Controle Interno (SFC) e Externo (TCU). a) Certificados de Auditoria emitidos pela Secretaria Federal de Controle Interno. O Conselheiro Lauro César apresentou os Certificados de Auditoria do exercício de 2007, emitidos pela Secretaria Federal de Controle Interno - SFC, das seguintes unidades da Conab: Matriz, Sureg Amazonas, Sureg Ceará, Sureg Goiás, Sureg Moto Grosso, Sureg Minas Gerais, Sureg Paraná, Sureg Pernambuco, Sureg Rio Grande do Sul e Sureg Rondônia. O Conselheiro comentou que a SFC, após avaliar as contas do exercício, considerou, Regulares com Ressalva, a gestão das Unidades, pelo cumprimento de faltas médias, a execução da Sureg AM, cuja gestão foi considerada Regular. b) Acórdão nº 2867/2008 – TCU – 1ª Câmara. A Presidente do Conselho, Ieda Alba, apresentou o referido Acórdão, publicado no DOU do 12/09/2008, que versa sobre o julgamento das contas da Conab, relativas ao exercício de 2003, dando quites em plena aos Gestores, com exceção daqueles mencionados no caput do Acórdão que tiveram suas contas regulares com ressalvas. Determina, ainda, aquele Tribunal, à Conab que exerce supervisão e fiscalização sistemática das atividades do Instituto Conab de Seguridade Social (Cibrus), ainda que o Instituto esteja sob a condição de Intervenção ou liquidação extrajudicial, a partir do último exercício em que houve ação de supervisão e fiscalização. O Conflis recomenda à Companhia a adoção de providências viáveis ao atendimento à determinação.



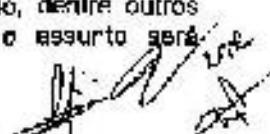
é solicitado ser informado das ~~medidas~~ ~~adotadas~~ e ~~qual~~ ~~foi~~ ~~o~~ ~~último~~ ~~exercício~~ em que ocorreram supervisão e fiscalização no Cibrus. c) Plano de Providências - Exercício 2007. A Presidente do Conselho deu conhecimento aos demais membros do Colegiado que recebeu do Assessor Especial de Controle Interno do Mapa, na qualidade de Coordenadora-Geral de Orçamento e Finanças, mediante o Memo nº 273/2008/AECI-GM, de 08/09/2008, o Plano de Providências Inerente às Contas da Conab-Matriz, referente ao Exercício de 2007. E, nela mais havendo a tratar, a Presidente do Conselho Fiscal agradeceu a presença de todos, dando por encerrada a reunião, da qual, para constar, eu, José Augusto Vicarone, Técnico de Nível Superior, levou a presente Ata que, após lida e aprovada, foi assinada por mim e pelos Conselheiros presentes. A próxima reunião - 158º, ficou marcada para o dia 31 de outubro de 2008.


LÚCIA AIDA ASSIS DE LIMA
PRESIDENTE

MARCUS VINÍCIUS SÔCIO MAGALHÃES
CONSELHEIRO TITULAR

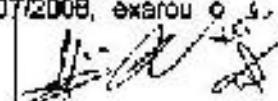

LAURO CESAR DE VASCONCELOS
CONSELHEIRO TITULAR

JOSE AUGUSTO VICARONE
SÉCRETARIO

ATA DA CENTÉSIMA QUINTUAGÉSIMA OITAVA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO FISCAL DA COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO - CONAB

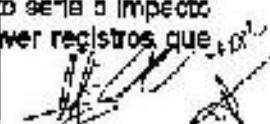
Aos trinta e um dias do mês de outubro de dois mil e oito, às nove horas, no Edifício Sede da Companhia Nacional de Abastecimento - Conab, realizou-se a 168ª (Centésima Quintuagésima Oitava) Reunião Ordinária, correspondente ao mês de outubro/2008, do Conselho Fiscal da Companhia Nacional de Abastecimento - Conab, Empresa Pública Federal constituída nos termos da Lei nº 8.025 de 12 de abril de 1990, situada no SGAS, Quadra 901, Conjunto 'A', nesta cidade de Brasília - Distrito Federal. Estiveram presentes os seguintes Conselheiros: a Senhora LÚCIA ALDA ASSIS DE LIMA, na qualidade de Presidente do Conselho Fiscal e representante do Ministério de Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA, e os Senhores LAURO CÉSAR DE VASCONCELOS, representante do MAPA, e MARCUS VINÍCIUS SÓCIO MAGALHÃES, representante da Secretaria do Tesouro Nacional - STN e, como convidados, a Sra. Eugenia Maria Rocha da Oliveira, Gerente de Desenvolvimento Técnico-Operacional da Auditoria Interna, o Senhor Gilberto Luzzi Diniz, Técnico do Nível Superior e o Senhor Luiz Henrique Teixeira Baldez, Diretor da Gestão Administrativa e Financeira, acompanhado do Senhor Rubinaldo Fameiro dos Santos, Superintendente de Contabilidade, e da Sra. Adineide Cardoso Rodrigues, Gerente de Execução Contábil. Aberta a reunião, a Presidente deu início à análise dos itens da pauta: 1. Leitura e aprovação da ata anterior. Foi dado início à leitura da minuta da Ata da 157ª Reunião Ordinária do Conselho Fiscal, realizada em 26/09/2008 que, depois de promovidos os ajustes necessários, foi aprovada e assinada. 2. Demonstrações Contábeis: Setembro/2008 (Comunicação Interna Sucon nº 894, de 14/10/2008); Relatório de Desempenho Econômico e Financeiro - Setembro de 2008; Demonstração de Resultado de Setembro/2008 (Comunicação Interna Sucon nº 834, de 28/10/2008); e Nota Técnica Audit nº 021/2008 – Análise das Demonstrações Contábeis – Setembro de 2008 (Comunicação Interna Audit nº 434, de 29/10/2008). O Conselho Fiscal, após examinar as Demonstrações Contábeis de setembro/2008, em conjunto com a Nota Técnica Audit nº 021/2008 e a Comunicação Interna Sucon nº 834, registrou os itens considerados relevantes, conforme se segue: a) O registro da Recada de Vendas de Mercadorias dos Estoques Públicos (R\$ 98,476 mil hões) representou um aumento de 93,14% em relação ao mês de agosto/2008 (R\$ 45.810 milhões). O Custo dos Produtos Vendidos apurado no mês foi de R\$ 94.858 milhões, compensado por uma equalização de R\$ 10.520 milhões; b) Considerando que a Conab utiliza como base do cálculo para apuração dos dividendos, o resultado da atividade própria e, em face dos questionamentos da Secretaria do Tesouro Nacional sobre a sistemática adotada pela Companhia e, considerando, ainda, a proximidade do encerramento do exercício, o Conselho solicita que se proceda à revisão do cálculo da equalização, de modo que os superávits apurados no mês sejam provisoriamente contabilmente para compensação de valores a equalizar em meses subsequentes. Esse procedimento poderia evitar que a Companhia apurasse resultado econômico passivo de operações de vendas superavitárias, cujos valores financeiros já foram repassados ao Tesouro, por força da Portaria Interministerial nº 38/2004. Embora a solicitação do Conselho seja formalizada através de Comunicação Interna, dada a relevância do tema, a Presidente sugeriu que fosse convidado a participar da reunião o Diretor da Diretoria de Gestão Administrativa e Financeira - Dgaf. Em atendimento ao convite, a reunião prosseguiu com as presenças dos Senhores Luiz Henrique Baldez, Diretor da Dgaf, Rubinaldo, Superintendente de Contabilidade e da Sra. Adineide, Gerente de Execução Contábil, observado em que a Presidente expôs a preocupação do Conselho no tocante ao fechamento do exercício de 2008, em especial quanto ao tema em questão, identificando ao titular da Dgaf que o Conselho pretende propor a mudança na forma de contabilização dos superávits das operações internas. Fazendo uso da palavra o Sr. Rubinaldo informou que esteve em reunião na STN, tratando, dentre outros assuntos, também das Operações Governamentais. Segundo informações, o assunto será



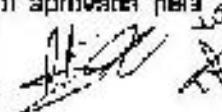
resolvido no âmbito daquele Órgão. Ressaltou que está sendo elaborada, pela Sucor, Nota Técnica propondo a mudança na atual forma de contabilização do resultado superavitário de Operações Governamentais, a qual deixaria de ser contabilizada nos Resultados Financeiros e passaria a ser registrada nos Resultados Econômicos. Segundo aquele Órgão, essa mudança vigoraria a partir de janeiro de 2009. A Presidente demonstrou preocupação quanto à ausência de formalização daquela Secretaria no tocante ao assunto, sendo favorável que a mudança na forma de contabilização seja feita ainda no seu exercício. Ressaltou que o Conselho formalizará o assunto à Presidência, através de comum círculo interno; c) Hasteira de Serviços (R\$ 2.874 milhões), oriunda da atividade de armazenagem de produtos de terceiros, representou um acréscimo de 221,39% em relação a agosto/2008 (R\$ 884 mil); d) As Despesas Operacionais sofreram um acréscimo de 118,76%, passando de R\$ 25.465 milhões em agosto para R\$ 55.018 milhões em setembro/2008. O maior impacto foi apurado no Grupo "Despesas Comerciais e Administrativas", no valor de R\$ 30.252 milhões contra R\$ 720 mil do mês de agosto/2008, com destaque para as variações ocorridas nos Subgrupos "Outros Serviços de Terceiros - Pequena Jurídica" e "Outras Despesas Operacionais", que sofreram um acréscimo de agosto/2008 para setembro/2008, passando de R\$ 3.075 milhões para R\$ 7.510 milhões, e de um déficit de R\$ 6.105 milhões para R\$ 17.236 milhões, respectivamente; e) O Resultado Contábil do mês de setembro foi de déficit na ordem de R\$ 938 mil, contra um superávit de agosto de R\$ 9.809 milhões. Entretanto, de acordo com o item 1 de referida Nota, procedidos os ajustes, com razão das lançamentos ex tempore, os resultados sofrerão alterações alcançando um superávit de R\$ 42 mil em setembro e um déficit de R\$ 232 mil em agosto; f) Comunicação Interna Sucor nº 934: esclarece que os valores lançados na rubrica "233.80.01.01 – Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado", na Demonstração de Resultados, foram agregados no grupo "Despesas de Pessoal", embora existam sentenças que não são referentes a reclamações trabalhistas, portanto, não pertinentes a essa rubrica. A Sucor informa que está sendo procedida análise dos registros, do empenho à liquidação das despesas, com vista à alocação dos respectivos valores em outro grupo de contas. Esclarece, ainda, que a alocação dos valores citados, em outro grupo de contas, não alterará os resultados econômicos e operacionais da Companhia. 3. Demonstrativo da Execução Orçamentária e Financeira - Setembro/2008 – Comunicação Interna Sulfin nº 2.225, de 18/10/2008. Após análise do referido Demonstrativo, o Conselho verificou o que se segue: a) Com relação à execução orçamentária: do total de ações orçamentárias, constam 4 (quatro) em execução a saber: "10HG – Estudo das Perdas Quantitativas e Qualitativas na Pós-Colheita de Grãos"; "12BZ – Conclusão da Obra da Unidade Armazenadora do Uberlândia"; "2133 – Operacionalização da Comercialização de Produtos"; e "4706 – Vistoria de Estoques Privados e das Condições de Armazenamento"; b) Com relação à execução financeira: os pagamentos efetuados estão dentro dos limites estabelecidos pelo VAPA. 4. Atas das Reuniões da Diretoria Colegiada e do Conselho de Administração. 4.1. Atas das 870^a, 871^a, 872^a, 873^a, 874^a e 876^a Reuniões Ordinárias e das 181^a e 182^a Reuniões Extraordinárias da Diretoria Colegiada da Conab. Após análise, o Conselho considerou relevantes os itens abaixo: a) Ata da 870^a Reunião: Voto Diari nº 141/2008. Processo nº 082/2008. Aprovação de proposta de alienação do imóvel localizado na Av. Coronel José Lobo, 939 – Paranaíba/PR. Aprovação de acordo com as Normas de Alienação de Bens Imóveis – código 80.208, o valor vinal de R\$ 3.480.000,00 do referido imóvel, cuja venda deverá ser realizada de acordo com as condições aprovadas nos Votos Diari nºs 024 e 034/08, de 21/02 e 05/03/2008, respectivamente; b) Ata da 871^a Reunião: Voto Presi nº 013/2008. Processo Administrativo nº 10.294/2002. Homologação da licitação constante do processo e atualização do valor do terreno anexo ao Armazém Frigorífico de Curitiba/PR. Homologação da licitação para alienação do terreno avaliado em 18/04/2007 pela Caixa Econômica Federal - CEF por R\$ 4.610.000,00, onde a empresa PERIMEC S/A Centro de Serviços em Aço ofertou o valor de R\$ 4.611.055,59. O Despacho Proga/Simad nº 761/2008, exarou o



entendimento de que o procedimento licitatório merece cominação, recomendando a atualização de valor do imóvel. O Presidente, então, propõe a cominação do termo, sua consequente homologação e a determinação de que o valor do bem seja atualizado pelo INPC, e contar do vencimento do laudo de avaliação até o efetivo pagamento pelo inscrito vencedor; c) Ata da 872ª Reunião: (i) Voto Presi nº 014. Nota Técnica Audit nº 016/2008. Adequação das competências regimentais da Auditoria Interna e estabelecimento do Código de Ética. Após o relato sobre as ações e alterações, bem como o desenvolvimento das atividades, reestruturação e adequação verificadas na área de auditoria da Conab, foi proposto e aprovado pelo Colegiado a adequação do "Regimento Interno" da Auditoria Interna e de suas respectivas Gerências, e a instituição do "Código de Ética da Auditoria Interna", cujos princípios deverão nortear a conduta e os trabalhos desenvolvidos pelos auditores internos; (ii) Voto Dirig nº 022/2008. Processo nº 21200.001863/2008. Cooperação Técnica Conab e FAO. Aprovação pela Diretoria Colegiada da Cooperação Técnica a ser firmada entre a Food and Agriculture Organization of the United Nations – FAO e a Conab, através do Memorando de Entendimentos aprovado pela Presidência-Geral, por meio do Parecer Proge/Supad nº PF 826/2008. O objetivo da cooperação é prover o assessoramento técnico, capacitação e intercâmbio de informações e conhecimento relacionados ao abastecimento agroalimentar para países da África e América Latina com colaboração nas atividades de "Política Agrícola e de Abastecimento", "Agrobiodiversidade" e "Sistemas de Informação Agrícola". Os custos decorrentes da cooperação proposta serão em razão de deslocamentos e material de consumo, quando necessários; (iii) Voto Dirhu nº 023/2008. Processo nº 21200.000618/2008-30 e Acordo Coletivo de Trabalho – Capítulo III, Cláusula Vigesima – Capacitação. Parágrafo 9º. Homologação e adjudicação de licitação. Aprovação do Voto e homologação da Tomada de Preços nº 04/2008, com a finalidade de implementação na Conab do Projeto Expandindo sua Mente, para atender a demanda identificada pela Matriz e Superintendências Regionais, quando do levantamento de necessidades de treinamento e classificados como prioridade "1"; d) Ata da 873ª Reunião: (i) Apresentação pelo Presidente da Conab aos demais membros da Diretoria, o Ofício nº 1201/2008/SE-MAPA do Secretário-Executivo do MAPA, que informa os procedimentos a serem observados, pelas unidades subordinadas ao MAPA, quanto aos prazos para atendimento das solicitações de informações dos órgãos de controle (TCU, MP, CGU, CN, PF e outros), pois, de acordo com aquela autoridade, as unidades sistematicamente não cumprem os prazos de encaminhamento das respostas. O Presidente orientou aos demais membros do Colegiado que sejam cumpridas as determinações no âmbito de suas diretorias, e que sejam encaminhados através do chefe do gabinete, cópia da correspondência às Surogs com o mesmo objetivo; (ii) Voto Dirfl nº 157/2008. Processo Supad nº 1907/2005. Proposta de aprovação do laudo de avaliação, para venda direta às Centrais de Abastecimento do Ceará S/A – CEASA/CE, do imóvel localizado no bairro Itamaraty, no Município de Uruburetama/CE. Imóvel de propriedade da Conab que estava sob o controle administrativo da Coasa/CE, e que foi cedido ao Município pelo prazo de 05 anos sem o conhecimento da Conab na forma do Termo de Comodato firmado em 01/06/2001. Aprovação pela Diretoria do laudo de avaliação emitido para fixação de preço mínimo de venda e autorização para venda direta do imóvel a Centrais de Abastecimento do Ceará/CE – CEASA/CE; (iii) Voto Dirhu nº 024/2008 – Alteração da Licença-maternidade. Prorrogação por 60 (sessenta) dias a duração da licença-maternidade prevista no art. 59 do Regulamento de Pessoal (baseada no art. 7º, XVIII da Constituição Federal), totalizando um período de 180 (cento e oitenta) dias. Aprovação pela Diretoria da Resolução proposta que amplia, de forma imediata, a licença à gestante de 120 para 180 dias. Para evitar malterramento à Lei de Responsabilidade Fiscal, propõe também que seja determinada a verificação orçamentária necessária à reabertura da despesa identificada. O Conselho solicita o recebimento de uma cópia da Resolução o quanto for possível na folha de pagamento; e) Ata da 874ª Reunião: o Conselho verificou não haver registros que



menções destaque: f) Ata da 875ª Reunião: (i) Aprovação, pela Diretoria Colegiada, do Plano de Custeio Anual do Plano de Benefícios Conab, encaminhado pelo Cdirhus referente ao exercício de 2008/2009, em que as áreas técnicas da empresa avaliaram previamente, constatando a regularidade e formalização do documento e destacando que não houve majoração da taxa de contribuição Patronal em relação ao exercício anterior; (ii) Voto Diafi nº 160/2008, Processo nº 21200.001943/2008-39, Proposta de aprovação do laudo de avaliação do imóvel localizado na Rodovia CE 292, Km 02, no Município de Icó/CE; e (iii) Voto Diafi nº 181/2008, Processo nº 21200.001942/2008-94, Proposta de aprovação do laudo de avaliação do imóvel localizado às margens da estrada Bela União – Fortaleza, Km 04, no Município de Aracoiaba/CE. Aprovação pela Diretoria dos laudos de avaliação dos imóveis com a finalidade de fixação de preço mínimo de venda em decorrência de desistência por parte do Município de Icó/CE e Município de Aracoiaba/CE, cujos imóveis haviam sido vencidos anteriormente e, após o pagamento de 10% de entrada, e 12 e 21 parcelas, respectivamente, foram devolvidos à Conab e que deverão ser motivo de novos processos de alienação; (iv) Voto Dirhu nº 026/2008, Pagamento do Auxílio-Transporte aos estagiários, conforme dispõe a Lei nº 11.788/2008. Aprovação pela Diretoria de criação do auxílio-transporte no valor de R\$ 5,00 (cinco reais), a ser pago aos estagiários da Conab a partir de 01/11/2008, para adquirição e atendimento à Lei nº 11.788/2008. O quadro de estagiários da Conab, distribuídos entre a Matriz e Regionais, soma 405 vagas e que deverá representar um custo mensal estimado de R\$ 44.550,00 (quarenta e quatro mil e quinhentos e cinquenta reais); g) Ata da 181ª Reunião: Aprovação pela Diretoria Colegiada, para fins de regularização do Cadastro Nacional de Pessoas Jurídica – CNPJ e Inscrição Estadual, da seguinte deliberação: Superintendência Regional Mato Grosso do Sul – Alteração de endereço da Unidade Armazém Caejalândia/MS; h) Ata da 182ª Reunião: Aprovação pela Diretoria Colegiada, para fins de regularização do Cadastro Nacional de Pessoas Jurídica – CNPJ e Inscrição Estadual, da seguinte deliberação: Superintendência Regional Paranaíba - Extinção da Unidade Armazém Paranaíba/PR. 4.2. Atas das 184ª e 185ª Reuniões Ordinárias do Conselho de Administração. a) Ata da 184ª Reunião: Voto Diafi nº 111/2008, Planejamento de Investimentos 2008/2011. Proposta para a expansão do orçamento de investimentos da Companhia no período de 2008/2011. A Diafi elaborou proposta de "Planejamento de Investimentos 2008/2011", com a indicação de aplicação dos recursos nas áreas: a) Operacional: reforma e modernização de 30 (trinta) unidades estratégicas, certificação de todo o complexo armazém e conclusão das obras da UA Uberlândia, implantação de novas Unidades Armazémadoras; e b) Administrativo: atualização do parque de informática e reestruturação das instalações das Sedes das Superintendências Regionais. Para gerar recursos financeiros próprios, serão alienados 168 imóveis disponíveis, sendo 42, de imediato, que podem gerar no mínimo R\$ 77 milhões e, com uma segunda etapa, outros 126 imóveis estimados em R\$ 33 milhões. Estes recursos podem financejar aproximadamente 60% do Programa de Investimento no período e os recursos complementares serão cobertos pelo Tesouro Nacional. O Consórcio solicita receber um exemplar do "Planejamento de Investimentos 2008/2011" que foi aprovado pelo Conselho de Administração; b) Ata da 185ª Reunião: Voto Presi nº 011/2008, Nota técnica Copav nº 01/2008 – Revisão do PPA e Proposta Orçamentária Exercício 2009. De acordo com a legislação pertinente, a Copav apresentou proposta de revisão do PPA e a programação orçamentária para o exercício 2009. O limite orçamentário da Conab, no valor de R\$ 82 milhões para 2009, inerente às despesas discricionárias, comunicado à Companhia através do Ofício nº 848/2008-SE/MAPA, do 11/07/2008, foi alterado para R\$ 141 milhões, em razão do plano de alienação de ativos, após gestões junto ao MAPA. O orçamento para o exercício de 2009 ficou aquém das demandas da Companhia, em razão dos limites estabelecidos pela SOF e MAPA, cuja proposta se aprovada, provavelmente necessitaria de suplementação, bem como medidas para contenção de gastos. A proposta submetida à apreciação do Conselho de Administração foi aprovada, e também aprovada pela



Diretoria Colegiada na 889ª Reunião Ordinária. 5. Relação das Licitações e Contratações Realizadas, no Âmbito da Matriz, em setembro/2008 – Comunicação Interna Gecot nº 068, de 03/10/2008 e CPL nº 062, de 07/10/2008. 5.1. Licitações. No mês sob referência, ocorreram três licitações na modalidade Pregão Eletrônico, tipo Menor Preço, sendo que até a data de apresentação das informações a esta Confls. duas ainda não haviam sido homologadas. 5.2. Contratações. Quanto às contratações realizadas no mês de setembro/2008, foi verificado que três contratos firmados decorreram de licitações na modalidade de Pregão Eletrônico, um por Inexigibilidade de Licitação e um por Registro de Preços da Anvisa. 6. Relatórios de Créditos a Receber, em atraso. 6.1. Relatório de Empregados Cedidos – Posição de 30/10/2008 – Comunicação Interna Sufin/Gecob nº 2298, de 30/10/2008. Após exame do Relatório, o Conselho registra: a) Não houve alteração nos processos ajuizados referentes à Câmara Legislativa do DF - Proc. 1577/02, à Câmara Municipal de Fortaleza/CE – Proc. 2122/98 e a José P. Rocha – Proc. 2127/02; Rede Ferroviária Federal e Procuradoria-Geral do Trabalho e que permanecem pendentes de resarcimento; b) Quanto aos débitos da Prefeitura Municipal de Rio Verde/GO, Instituto Conab de Seguridade Social – Cíbrus e Governo do Distrito Federal observa-se uma pequena redução nos valores devidos; c) Em relação ao débito da Companhia do Metropolitano de DF – Metrô, registra-se o recebimento dos valores correspondentes aos meses de janeiro a agosto de 2008, com solicitação de prazo para a regularização da questão, em razão de falta de dotação orçamentária e pedido para a relocação no Carijó, que foi submetido à Projeço para manifestação; d) Em relação aos débitos da Secretaria do Trab. do Est. de Goiás, Ceagesp – Cia de Entrep. e Arm. Gerais de São Paulo, Governo do Estado de Goiás/Sec. das Cidades, Governo do Est. do Espírito Santo/Gec. de Agricultura, foram todos devidamente resarcidos; e) O Confls. mantém o posicionamento com relação às providências adotadas pela Companhia e se está sendo cumprido o disposto no Decreto nº 4.060/2001, em especial o contido no art. 4º, parágrafos 1º a 3º, e art. 10, parágrafo único; f) Os débitos não resarcidos pelos diversos Órgãos encontram-se no patamar de R\$ 1.706.847,14, com redução dos valores devidos em relação ao mês anterior, em grande parte pelos resarcimentos ocorridos no período, que somaram R\$ 139.000,17. 6.2. Relatório Gerencial de Cobrança – Posição de 30/10/2008 – Comunicação Interna Sufin/Gecob nº 2297, de 30/10/2008. Após exame dos Relatórios, o Conselho registra: a) Do total de créditos a receber (R\$ 1.902.607.653,58), 89,18% (R\$ 1.687.041.075,89) referem-se a processos já ajuizados e 1,15% (R\$ 21.911.791,87) encaminhados para ajuizamento. Portanto, 90,34% das cobranças não cabem ações administrativas; b) 5,43% (R\$ 179.407.861,00) correspondem a processos remetidos para instrução judicial, composição de dívida, cobrança suspensa por determinação judicial, que somados aos 90,34%, mencionados anteriormente, totalizam 95,76% dos processos de cobrança da Companhia, que dependem de Justiça e alguma ação administrativa das Superintendências Regionais; c) Da Cartilha de Cobrança da Conab, apenas 0,21%, que corresponde a R\$ 4.477.129,07, dependem de providências a serem implementadas pela Sufin. O Confls. não verificou nenhum fato relevante no período que mereça destaque e ratifica as solicitações registradas nas atas anteriores de que aguarda os encaminhamentos por parte da Sufir sobre "... composição de dívida" e de informações acerca das providências a serem adotadas visando à recuperção dos créditos. 7. Auditoria Interna – Audit. 7.1. Quadros do Acompanhamento das Pendências dos Relatórios de Auditoria – Exercícios de 2006 e 2007 – Posição em 23/10/2008 – Comunicação Interna Audit nº 434, de 29/10/2008. a) Exercício de 2006: Aos efeitos do referido quadro e suas observações, o Confls. verificou que restam duas pendências: Com relação ao Relatório de Auditoria – RA nº 008, que o mesmo encontra-se na Sufeg-SP para providências com vistas à solução de pendências desde 15/05/08, que dependem da localização dos documentos acostadamente destruídos por ocasião da enchente ocorrida em 2005. As pendências serão resolvidas por ocasião de auditoria contábil e financeira prevista para ocorrer até novembro/2008. Com relação ao Relatório de Auditoria



– RA nº 315, a Sureg/AM informou as providências adotadas e a expectativa é de que, até o mês de novembro, a pendência seja sanada; b) Exercício de 2007: Relatório de Auditoria nº 045; foi concluída a avaliação do Auditor Interno e o Processo foi encaminhado a Sureg/PR, em 06/08/2008, para julgamento da ação, que deverá ser realizada pela Procuradoria, assim que haja autorização por parte da Proge, tendo em vista a impossibilidade de julgamento por parte do escritório fiscalizado, uma vez que esse representa a Conab e a empresa divulgadora. Relatório de Auditoria nº 046: após avaliação de resposta da Sureg/MS, o Auditor Interno manteve dois itens na condição de não-solucionados, aguardando providências relativas a levantamento de alvará, baixa contábil, cobrança e resultado da sindicância. O processo foi encaminhado a Sureg/MS, em 22/08/08, para adoção de providências; e Relatório de Auditoria nº 049: após avaliação do Auditor Interno, o Processo foi encaminhado a Digea/Suope, em 21/10/2008, para reavaliação dos itens que permanecem pendentes.

7.2 Relatórios das Auditorias realizadas conforme Programação do PAINT/2008 - Relatórios de Auditoria/2008 nºs 8 a 11, entregues na 166ª Reunião Ordinária do Confin;

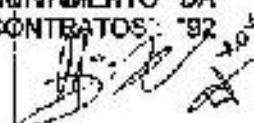
Relatórios de Auditoria/2008 nºs 15 a 21; Quadro de Acompanhamento das Pendências dos Relatórios de Auditoria - Exercício 2008 – Posição de 23/10/2008 – Comunicação Interna Audit nº 434, de 28/10/2008. Após análise dos referidos relatórios confrontando os com o Quadro de Acompanhamento das Pendências, o Colegiado verificou o que se segue:

a) Relatório nº 8, de 05/06/2008 (Sureg/TO): O relatório aborda diversos registros contábeis indicando impropriedades e inconsistências nas UCs 135337, 135339, 135340, 135417, 135444 e 135563. Restam pendentes as regularizações dos registros tratados nos itens: '49 – Contas 1.1.2.1.1.01.02 – FAT/01/PL. A. REC. E 1.9.9.1.2.18.00 – MERC. TERCE. EM DEPÓSITO'; '53 – CONTA 1.1.2.4.2.02.00 – FÉRIAS – ADIANTAMENTO'; e '59 – CONTA 3.3.3.9.0.39.05 – SERVIÇOS TÉCNICOS PROFISSIONAIS';

b) Relatório nº 9, de 23/06/2008 (Sureg/SC): O relatório trata de exames nos procedimentos de licitação, dispensa e inexigibilidade da licitação para as despesas e contratos no âmbito da Sureg/SC, da situação real e jurídica do imóvel de Chapecó/SC e dos contratos de Segurança Armada, Limpeza e Conservação da Superintendência. Restam pendentes os itens: '61 – CONSTATAÇÃO E COMENTÁRIOS – NOTAS DE EMPENHO/GUIAS DE PAGAMENTO'; e '64 – OUTRAS CONSTATAÇÕES'.

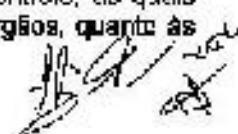
c) Relatório nº 10, de 01/07/2008 (Sureg/RO): O relatório aborda os exames realizados em diversos processos de licitação e contrato e dos controles dos bens patrimoniais da Sureg/RO, encontrando-se pendentes de implementação e regularização os itens: '67 – PROC. N° 10-26/2008, DE 7/3/2008 – FM/PRFSA BRAS. DE CORRÍOS E/TELEFRAFOS – ECT.'; '71 – PROC. N° 19.053/06, 19.040/05 21219.0023/06 – CONTRATAÇÃO DE SERV. DE BRAÇAGEM'; '75 – PROCESSO N° 19.051/2002 – CESSÃO DE USO DE ARMAZÉM A SUFRAMA'; '76 – PROCESSO N° 19.114/2003 – CESSÃO DE USO DE ARMAZÉM A FUND. ASSIST. SOCIAL'; '79 – CORRESPONDÊNCIAS ENCAMINHADAS PELA SUREG-RO A SEAPES'; '78 – PAGAMENTO DE IPTU EFETUADO PELA SEAPES NO ANO 2007'; e '80 – CONSTATAÇÕES NA DOC. QUE TRATA ESPECÍFIC. DA CESSÃO DOS IMÓVEIS A SEAPES'.

d) Relatório nº 11, de 23/07/2008 (CONAB/MATRIZ): O relatório aborda análises da gestão e dos procedimentos operacionais, compreendendo a adequação da estrutura organizacional aos objetivos da entidade; a existência de sistemas de controle adequados; o uso adequado dos recursos humanos, instalações e equipamentos voltados para a produção de bens e a prestação de serviços na proporção, qualidade e prazos requeridos; a extensão do cumprimento das metas previstas pela administração ou legislação pertinente; a existência de rotinas e procedimentos de trabalhos documentados e atualizados; o cumprimento das práticas recomendadas pela legislação para aquisição de bens e serviços; adequação das aquisições no que se refere aos prazos, à quantidade, ao tipo, à qualidade e aos preços; e a guarda e manutenção dos bens móveis e imóveis. Restam pendentes de regularização as constatações expressas nos itens: '89 – ATIVIDADE CRÍTICA Nº 2 – ELABORAÇÃO DO EDITAL'; '90 – OUTRAS CONSTATAÇÕES – ARQUITIVAMENTO DA DOCUMENTAÇÃO'; '91 – OUTRAS CONSTATAÇÕES – FISCALIZAÇÃO DOS CONTRATOS'; '92 –



- PROCESSO Nº 1862/2008-1"; "94 - PROCESSO Nº 2221/ 2008"; "96 - PROCEDIMENTOS SEMELHANTES"; e "100 - IMÓVEL - TERRENO"; e) Relatório nº 15, de 08/09/2008 (Sureg/BA/SE): O relatório trata da situação dos imóveis da Companhia, sob responsabilidade da Sureg/PA/SE, situados nas localidades de Serra Parte Salvador-BA, Ilhéus-BA, Itabuna-SE e Nossa Senhora da Glória-SE, sendo que para os três primeiros foram emitidas recomendações a Sureg com vistas à regularização das situações levantadas. Tais situações deverão ser monitoradas nela auditoria pelo prazo de cinco anos; f) Relatório nº 16, de 08/09/2008 (Sureg/BA/SE): O relatório indicou falhas e impropriedades na execução do Convênio nº 592025 MDS/Conab, nas ações "Compra Direta da Agricultura Familiar - CDAF", "Compra Especial da Agricultura Familiar - CAEAF (CPR-Doação) - BA" e "Compra Especial da Agricultura Familiar - CAEAF (CPR-Doação) - SE", resultando em recomendações a Sureg/BA/SE. Encontra-se ainda pendente o item "143 - COMPRA ESPECIAL DA AGRICULTURA FAMILIAR - CAEAF (CPR-Doação) - SE"; g) Relatório nº 17, de 30/09/2008 (Sureg/MG): O relatório indicou falhas e impropriedades na execução do Convênio nº 592025 MDS/Conab, na ação "Compra Especial da Agricultura Familiar com Doação Simultânea (CPR-Doação)", resultando em recomendações a Sureg/MG. Encontra-se ainda pendente o item "149 - VERIFICAÇÃO FÍSICA FM JANAÚRA - MG", comprovar a viabilidade da aplicação dos recursos financeiros, objeto do Processo nº 08.808/2008; h) Relatório nº 18, de 30/09/2008 (Sureg/MG): O relatório não apontou recomendações nos bens auditados e apenas sugere a adoção das providências cabíveis e que a Sureg/MG informe a Audin quanto à regularização e destinação do imóvel em questão. e) Relatório nº 19, de 03/10/2008 (Sureg/RS): Emitidas 17 recomendações ainda pendentes - "Item 151 - COOPERATIVA TRÍTICO A REGIONAL SANTO ANGELO LTDA. - COTRISA"; e "Nº 155 - ADMINISTRAÇÃO DE CONSÓRCIOS INTERMUNICIPAIS S/A - ADCINTER"; i) Relatório nº 20, de 06/10/2008 (Sureg/RS): Foram emitidas 3 recomendações, as quais estão pendentes, relativas aos seguintes itens: "156 - DECLARAÇÕES DE APTIDÃO AO PRONAF - DAP"; "157 - SAQUES INDEVIDOS EM CONTA-CORRENTE"; e "158 - AUSÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO, ORIENTAÇÃO E DIVULGAÇÃO"; j) Relatório nº 21, de 16/10/2008 (Sureg/RN): Foram emitidas 8 recomendações, todas pendentes, referentes aos itens: "169 - Registro de Patrimônio"; "180 - CONTAS 12.122.00,00 - DEPÓSITOS JUDICIAIS / 12.127.00,00 - RECURSOS APREENDIDOS, POR DECISÃO JUDICIAL"; "161 - CONTA 12.123.00,00 - DEPÓSITO PARA RECURSOS"; "162 - CONTA 19.913.00,00 - MULTAS E JUROS"; "183 - CONTA 19.913.04,00 - DÉBITOS DE TERCEIROS EM PRFSTACAO DE SERVIÇOS"; "184 - IMÓVEL DE JOÃO CÂMARA"; "165 - IMÓVEL DE CAICÓ"; e "166 - IMÓVEL DE UMARIZAL". O Conselho recomenda à Companhia a adoção de providências visando ao atendimento das recomendações constantes dos Relatórios. 7.3. Nota Técnica Audin nº 21/2008, relativa à análise das Demonstrações Contábeis de setembro/2008 (Comunicação Interna Audin nº 434, de 29/10/2008). O Conselho Fiscal procedeu ao exame da referida Nota Técnica juntamente com a apreciação das demonstrações contábeis de setembro/2008, conforme consta do item 2 desta Ata. 7.4. Relatório das Constatações relativas aos Contratos celebrados por meio da Dispensa e Inexigibilidade de Licitação - 3º trimestre de 2008 (Comunicação Interna Audin nº 434, de 29/10/2008). A Audin apresentou um relatório contendo as constatações realizadas no período de julho a setembro/2008, no âmbito das Suregs e Matriz, constatando a existência de impropriedades e disfunções, a seguir relacionadas: a) Falta de detalhamento do objeto do contrato e a justificativa para sua contratação direta (Sureg/RS); b) Ausência da completa especificação da modalidade do Bidding empregada (MATRIZ e Suregs CE, MS, PA, PR e RO); c) Não observação nos termos do Acórdão TCU nº 556, de 06/12/1995, que orienta a fundamentação pelo caput do art. 25 da Lei 8.686/93 e nos teores da CI Proge nº 272, de 11/03/2008 (Suregs PA e MG); d) Enquadramento de Inviabilidade de computação (Art. 25 da Lei nº 8686/93) sem a adequada fundamentação (Sureg/PA); e) Emprego da Contratação por Dispensa de Licitação quando deveria ser utilizada a modalidade Pregão (Sureg/RN); Em face dos apontamentos, o

Conselho solicita a Audit a apresentação dos resultados das diligências eletrônicas à Matriz e Suregs. O Conselho recomenda à Companhia elaborar circular as Suregs padronizando as informações necessárias a constarem nos extratos de licitações e contratos, publicados no Diário Oficial da União. 8. Certidões, Certificados e Extratos do Cadastro Informativo de Créditos Não Quitados do Setor Público Federal - Cadin e do Sistema de Cadastroamento Unificado de Fornecedores - Siscaf (Certidão Negativa de Débitos da Receita Federal, Dívida Ativa da União e INSS; Certificado de Regularidade junto ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS; Tributos Estaduais e Municipais) – Posição de 28/10/2008 (Comunicação Interna Sucon nº 931, de 28/10/2008). a. Certidão de Débitos relativos às Contribuições Previdenciárias – CND: Positiva com Efeito de Negativa, emitida pelo MPRF - Secretaria da Receita Federal do Brasil – validade até 25/04/2009; b. Certificado de Regularidade do FGTS – CRF: Emitido pela Caixa Econômica Federal com validade de 20/10/2008 a 18/11/2008; c. Certidão conjunta de Débitos dos Tributos Federais e Dívida Ativa da União: Emissão pelo MPRF/Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional/Secretaria da Receita Federal do Brasil - Positiva com efeitos de Negativa com validade até 21/01/2009; d. Certidão positiva de débitos com efeitos de negativa do GDF: Emissão pela Secretaria de Estado da Fazenda – Positiva com efeito de negativa com validade até 02/12/2008; e. Certidão de Dívida Ativa do GDF: Emissão pela Secretaria de Estado da Fazenda – Negativa com validade até 02/12/2008. O Conselho verificou que as pendências junto ao INSS foram regularizadas, conforme extrato Siscaf/Sisbacen, a registrar o atendimento por parte da Sucon quanto ao encaminhamento da documentação, certidões e relatórios ao Confindi de acordo com recomendação registrada na Ata de nº 157, de 26/09/2008. 9. Diligências do Conselho Fiscal. 9.1. Nota Técnica Audit nº 19/2008, relativa ao superávit financeiro apurado no Balanço Patrimonial da Companhia, elaborado em conformidade com a Lei nº 4.320/64, posição em 31/12/2007 (Comunicação Interna Audit nº 409, de 17/10/2008), em resposta ao Item 10.2 da Ata da 155ª Reunião Ordinária do Confindi. Após análise da referida Nota, o Confindi destaca que a Audit constatou "... que as provisões adotadas pela Superintendência da Contabilidade ressaltavam a regularidade da conta 1.9.3.2.9.02.00 - Disponibilidade por Forte de Recursos, cujo saldo passou a evidenciar superávit financeiro de R\$ 104.401 mil e R\$ 8.191 mil, nas fontes próprias '50' e '60', respectivamente, posição de 30/09/2008". 9.2. Comunicação Interna Audit nº 416, de 21/10/2008, em atendimento ao item 7.4 da Ata da 155ª Reunião Ordinária do Confindi, que solicita informações da Proge acerca da contratação direta. Na 155ª reunião, o Conselho solcitou informações acerca da contratação direta de serviços jurídicos pela Sureg/PA, fundamentada no art. 25, inciso II, da Lei 8.686/93. Conforme registrado na Ata 157º, os autos foram examinados pela Audit e encaminhados à Procuradoria-Geral – Proge a fim que a mesma se manifestasse juridicamente quanto ao caso, cujo resultado de enérgico por aquela Procuradoria-Geral seria informado oportunamente ao Confindi. Atendendo solicitação do Confindi, a Audit, através da CI nº 416, informa que, após análise, a Proge se manifestou no sentido de que não há ilegalidade na contratação direta, por inexistência de licitação, da empresa IOB – Informações Objetivas e Publicações Jurídicas Ltda, de acordo com o PARECER PROGE/SUMAD nº PDI – 821/2008. 10. Determinações dos Órgãos de Controle Interno (SFC) e Externo (TCU). No tocante à solicitação do Confindi quanto à elaboração do Relatório Trimestral de Acompanhamento das Pendências apontadas pela Secretaria Federal de Controle Interno – SFC e Tribunal de Contas da União – TCU, foi convidado o Sr. Gilberto Luzzi Diniz, auditor responsável pelo acompanhamento das diligências e recomendações dos órgãos de controle e respectivas respostas apresentadas pelas diversas unidades da Conab. Quanto ao assunto, o auditor expôs que é necessária a definição, por parte do Confindi, de forma de apresentação do relatório. Inicialmente discorreu que é realizado acompanhamento sistemático e criterioso das respostas apresentadas pela Companhia, no tocante às recomendações dos órgãos de controle, as quais são consolidadas no Plano de Provedimentos. Contudo, a manifestação desses órgãos, quanto às



Justificativas apresentadas, somente é feita na avaliação do exercício seguinte, quando, então, é apresentado o acatamento ou não às justificativas. Diante do exposto, dada a ausência de pronto posicionamento dos Órgãos de controle, a freqüência trimestral para elaboração do relatório a ser submetido ao Conselho pode não se mostrar eficiente, uma vez que não apresentará uma avaliação do andamento dos assuntos. Após discussão, e mediante consenso dos presentes, o Conselho definiu que a Auditoria Interna deverá, inicialmente, apresentar quadro de acompanhamento do atendimento aos acordados do TCU, referente ao exercício de 2007 e 2008, assim como o Plano de Providências das Superintendências Regionais, relativo às recomendações da SFC. 11. Assuntos Gerais. 11.1. Balanço Social 2007 (Comunicação Interna Copav nº 268, de 21/10/2008). Foi entregue ao Conselho exemplar do Balanço Social 2007, visando dar conhecimento das ações sociais implementadas pela Conab no exercício de 2007. 11.2. Foi convidado a participar da reunião o Titular da Diretoria de Recursos Humanos e Modernização Dirhu, tendo sido informado que o mesmo não se encontrava na Companhia, sendo o convite estendido para a próxima reunião do Conselho, prevista para o dia 01/12/2008. 11.3. O Conselho decidiu por solicitar, em sua próxima reunião, a presença do Procurador-Geral da Conab, com vistas a apresentar a sistematização de trabalho da Proge, prestar esclarecimentos sobre a contratação de escritórios terceirizados e prazos de prazo para ajuizamento de ações, assim como a apresentar relações das sentenças judiciais, separadamente, por Unidade da Federação e por grupos de natureza de despesa (passagem e encargos sociais, outras despesas correntes, investimentos e inversões financeiras), comendo as seguintes informações: reclamante (autor da sentença judicial); número do processo a que se refere a sentença judicial; vara (instância judicial na qual transita o processo); objeto da ação (descrição sucinta da finalidade da ação judicial); e valor (R\$ 1,00). E, nada mais havendo a tratar, a Presidente do Conselho Fiscal agradeceu a presença de todos, dando por encerrada a reunião, da qual, para constar, eu, José Augusto Vicarone, Técnico de Nível Superior, fuirei a presente Ata que, após lida e aprovada, foi assinada por mim e pelos Conselheiros presentes. A próxima reunião - 159º, ficou marcada para o dia 1º de dezembro de 2008.

LÚCIA AIDA ASSIS DE LIMA
PRESIDENTE

MARCUS VÍNÍCIOS SÓCIO MAGALHÃES
CONSELHEIRO TITULAR

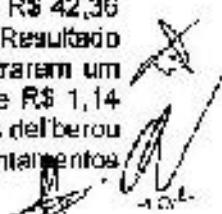
LAURO CESAR DE VASCONCELOS
CONSELHEIRO TITULAR

JOSE AUGUSTO VICARONE
SECRETÁRIO

ATA DA CENTÉSIMA QUINQUAGÉSIMA NONA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO FISCAL DA COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO – CONAB

Ao primeiro dia do mês de dezembro dois mil e oito, às nove horas, no Edifício Sede da Companhia Nacional de Abastecimento - Conab, realizou-se a 158ª (Centésima Quinquagésima Nona) Reunião Ordinária, correspondente ao mês de novembro/2008, do Conselho Fiscal da Companhia Nacional de Abastecimento - Conab, Empresa Pública Federal constituída nos termos da Lei nº 8.029, de 12 de abril de 1990, situada no SGAS, Quadra 901, Conjunto "A", nessa cidade de Brasília - Distrito Federal. Estiveram presentes os seguintes Conselheiros: a Senhora LÚCIA AIDA ASSIS DE LIMA, na qualidade de Presidente do Conselho Fiscal e representante do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA, e os Senhores LAURO CÉSAR DE VASCONCELOS, representante do MAPA, e MARCUS VINÍCIUS SÓCIO MAGALHÃES, representante da Secretaria do Tesouro Nacional - STN; e, como convidados, a Senhora Eugênia Maria Rocha de Oliveira, Gerente de Desenvolvimento Técnico-Operacional da Auditoria Interna, e o Senhor Ricardo Cardoso Alves Meireles, Procurador-Geral da Conab. Aberta a reunião, a Presidente deu início à análise dos itens da pauta: 1. Leitura e aprovação da ata anterior. Foi dado início à leitura da minuta da Ata da 158ª Reunião Ordinária do Conselho, realizada em 31/10/2008 que, depois de promovidos os ajustes necessários, foi aprovada e assinada. 2. Demonstrações Contábeis: Outubro/2008 (Comunicação Interna Sucon nº 1029, de 17/11/2008); Relatório de Desempenho Econômico e Financeiro – Outubro de 2008; e Nota Técnica Audit nº 023/2008 – Análise das Demonstrações Contábeis – Outubro de 2008. O Conselho Fiscal, após examinar as Demonstrações Contábeis de outubro/2008, em conjunto com a Nota Técnica Audit nº 023/2008 registrou os itens considerados relevantes, conforme se segue: a) A Receita de Vendas e Serviços apresentou um aumento de 66,94%, alcançando R\$ 152,49 milhões, valor superior aos R\$ 91,35 milhões obtidos no mês anterior. (I) A Receita de Vendas de Mercadorias dos Estoques Públicos durante o mês somou R\$ 149,83 milhões, o que representou um incremento de 69,35% em relação a setembro/2008 quando foi registrado um montante de R\$ 88,47 milhões; e (II) A Receita de Serviços (R\$ 2,66 milhões), oriunda da atividade de armazenagem de produtos de terceiros, apresentou uma queda 7,38% em relação a setembro/2008 (R\$ 2,87 milhões); b) A Receita Líquida de Vendas e Serviços apresentou um aumento de 88,01%, alcançando R\$ 148,01 milhões, valor superior aos R\$ 88,10 milhões obtidos no mês anterior; c) O Custo Líquido de Produtos Vendidos apurado no mês foi de R\$ 140,48 milhões, inferior à Receita Líquida de Vendas e Serviços, não sendo necessária a equalização de preços, obtendo-se um Lucro Bruto Operacional de R\$ 7,56 milhões; d) As Despesas Operacionais sofreram uma redução de 46,11%, passando de R\$ 55,02 milhões em setembro para R\$ 29,65 milhões em outubro/2008. O maior impacto foi apurado no Grupo "Despesas Comerciais e Administrativas", no valor de R\$ 12,33 milhões contra R\$ 30,52 milhões do mês de setembro/2008, com destaque para as variações ocorridas no Subgrupo "Outras Despesas Operacionais", que sofreram um decréscimo de 101,33%, passando de R\$ 17,23 milhões para um déficit de R\$ 229,94 mil; e) O Resultado Contábil do mês de outubro foi superavitário, na ordem de R\$ 1,77 milhão, em contraposição a R\$ 42,36 mil de setembro/2008 (resultado ajustado), decorrente, de acordo com o item "II – Resultado Econômico" da Nota Técnica de Audit, das operações governamentais, que registraram um superávit de R\$ 2,91 milhões, compensando o prejuízo das atividades próprias de R\$ 1,14 milhão, acumulando um Lucro Líquido de R\$ 14,39 milhões no exercício; f) O Conselho deliberou por solicitar à Companhia, mediante Comunicação Interna, observância aos apontamentos

e-mail:



constantes do Item "II – Principais destaques", subitens 1 a 13, da Nota Técnica Audit nº 023/2008, e informar ao Colegiado as providências adotadas, visando ao atendimento das recomendações, dada a relevância dos assuntos abordados; g) No tocante às contas do exercício de 2007, o Conselho decidiu por solicitar, através do Conselheiro Marcus Vinícius, representante da Secretaria do Tesouro Nacional, posicionamento daquele Órgão acerca da aprovação das contas da Companhia no mencionado exercício. 3. **Demonstrativo da Execução Orçamentária e Financeira - Outubro/2008 (Comunicação Interna Sufin nº 2402, de 12/11/2008).** Após análise de referido Demonstrativo, o Conselho nada destacou de relevante, considerando que a execução orçamentária e financeira estão dentro dos limites de movimentação e empenho e de pagamento estabelecidos pelo MAPA. 4. **Atas das Reuniões da Diretoria Colegiada e do Conselho de Administração.** 4.1. **Atas das 878^a a 879^a Reuniões Ordinárias e da 183^a Reunião Extraordinária da Diretoria Colegiada da Conab.** Após análise das referidas Atas, o Conselho considerou relevantes os itens abaixo: a) **Ata da 876^a Reunião:** Aprovação pelos membros do Colegiado de acordo judicial proposto pela Empresa Cedro Cereais Ltda, para pagamento à Conab do valor atualizado de R\$ 22.804,89, em 30 parcelas mensais e sucessivas com os acréscimos devidos; b) **Ata da 877^a Reunião:** Processo Conab nº 21200.002366/2007-86, que trata da contratação de menores aprendizes. Aprovada a suspensão temporária dos efeitos da licitação, objeto da contratação em referência, até que se estabeleça o Princípio do Contraditório (art. 5º, LV, da Constituição Federal) e posterior avaliação por parte da Proge e emissão de parecer conclusivo sobre a questão e encaminhamento para deliberação pela Diretoria acerca do cancelamento ou não do procedimento licitatório; Voto Digem nº 096/2008. **Medida Provisória nº 444, de 29/10/2008 – Autoriza o Poder Executivo a doar estoques públicos de alimentos à República de Cuba, à República do Haiti, à República de Honduras e à Jamaica.** Autorização da Diretoria Colegiada para Conab/Sureg/RS realizar a operação de repasse, depósito e expedição de até 600 t de arroz beneficiado, de até 900 t de leite em pó e de até 500 Kg de sementes de hortaliças para Cuba, Haiti e Jamaica, no Armazém A7, da Empresa Sampaio Nickhom S/A, mediante dispensa de licitação, após coleta de preços. Aprovação e autorização pela Diretoria Colegiada para a realização da operação em questão, em caráter excepcional e específico para esta única operação (primeira etapa) de ajuda humanitária (MP nº 444), com dispensa de licitação, embasada na caracterização de emergência transmitida à Conab pelo Senhor Ministro das Relações Exteriores do Brasil; Voto Dlru nº 029/2008. **Processo nº 21200.02138/2008-22. Promocão por antigüidade – 2008.** Aprovação pela Diretoria da concessão de 1 nível salarial, a título de promoção por antigüidade, para comando na folha salarial de Janeiro/2009, aos empregados citados no teor do voto, bem como concessão das promoções a partir de 01/01/1995 para os ansiados com reforço administrativo após a edição do Voto Dlaf nº 045/2005, e a criação da faixa/nível 11/16 na tabela salarial, com salário de R\$ 8.498,88. O Confe solicita, mediante Comunicação Interna, informações quanto ao impacto financeiro que representará a adoção da medida e se foram previstos os recursos orçamentários para o exercício de 2009; c) **Ata da 878^a Reunião: Reclamação Trabalhista nº 01402.1995.013.06.00-6.** Aprovação do Acordo para repasse de valores devidos pelo reclamante, conforme proposta de desconto em folha, e que recebeu parecer favorável da Proge; Voto Digem nº 023/2008. **Regimento Interno – NOC – Código 10.104.** Criação de uma função de assessor de Diretoria, GF XI, vinculado à Diretoria de Logística e Gestão Empresarial – Digem. A proposta apresentada implica na alteração do art. 137 do Regimento Interno que foi aprovado preliminarmente pela Diretoria Colegiada devendo a matéria ser submetida ao Conselho de Administração; Voto Conjunto Digem nº 024/2008 e Dlaf nº 024/2008.

174/2008. Processo nº 21200.002020/2008-02. Adesão à Ata de Registro de Preços para contratação de Cabeamento Estruturado de Voz, Sistema de Energia estabilizada e de Dados nas dependências da Matriz e no CDRH da Conab. Aprovação pela Diretoria da adesão à Ata de Registro de Preços, oriunda do Pregão Eletrônico nº 001/2008, do Centro Integrado de Telemática do Ministério do Exército, e de acordo de providências necessárias à efetivação da adesão proposta e determinação às áreas técnicas envolvidas que adotam providências para a contratação, de acordo com as reais necessidades da Conab a serem posteriormente contratadas com o fornecedor da Ata de Registro de Preço em comento; d) Ata da 879ª Reunião: O Conselho verificou não haver registros que merecam destaque; e) Ata da 183ª Reunião: Aprovação pela Diretoria Colegiada, para fins de regularização do Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ e Inscrição Estadual as seguintes deliberações: I - Criar a Superintendência Regional Acre; II - Criar a Superintendência Regional Alagoas; III - Criar a Superintendência Regional Amapá; IV - Criar a Superintendência Regional Roraima. 4.2. Ata da 186ª Reunião Ordinária do Conselho de Administração. a) Ata da 186ª Reunião: i) Demonstrações Contábeis e do Relatório Econômico e Financeiro – Setembro/2008. Aprovação pelo Conselho de Administração dos trabalhos elaborados pela Difin; ii) Proposta de aumento da participação econômica da Conab na Companhia Estadual de Silos e Armazéns – CESAVRS – Não aprovação da proposta pelo Conselho com base no estatuto Social da Conab, onde não há previsão legal para adquirir ações da sociedade de economia mista e consubstancial nos impedimentos estatutários registrados pela Proge; iii) Licença Maternidade, Lei nº 11.770/2006. Prorrogação por sessenta dias. Aprovação da Resolução nº 18, de 07/10/2008, recomendando que a Difin adote as providências para regulamentação da matéria no âmbito da Companhia, observando-se os normativos e a legislação pertinente.

5. Relação das Licitações e Contratações Realizadas, no âmbito da Matriz, em outubro/2008 (Comunicação Interna CPL nº 048/2008, de 06/11/2008). 5.1. Licitações. No mês sob referência, ocorreram na Matriz as licitações na modalidade Pregão Eletrônico, Ímpio Menor Preço, nº 35/2008 e 36/2008, sendo que a nº 35/2008 foi homologada e até a data de apresentação das informações a este Conflis, a nº 36/2008 ainda encontrava-se em fase de aceitação. 5.2. Contratações. Quanto às contratações realizadas no mês de outubro/2008, foi verificado que três contratos firmados decorreram de licitações na modalidade do Pregão Eletrônico, três por Registro de Preços da Funasa/MS e um por Dispensa de Licitação. O Conselho solicita posicionamento acerca do andamento do processo licitatório para contratação de Auditoria Independente para realização de auditoria contábil do exercício de 2008, em cumprimento ao disposto na Lei 11.630/2008, a qual será formalizado à Presidência através de Comunicação Interna. 6. Relatórios de Créditos a Receber, em atraso. 6.1. Relatório de Empregados Ceditos – Posição de 24/11/2008 (Comunicação Interna Sufin/Geob nº 2.470, de 24/11/2008). Após exame do Relatório, o Conselho registra: a) Os processos ajuizados referentes à Câmara Legislativa do DF – Proc. 1577/02 (José Angelino Barbosa; Raimundo Pessoa de A. Neto) e Francisco Gobertão de Moraes; Câmara Municipal de Fortaleza/CE – Proc. 2122/98 (Fernando Viana de Azevedo) e Proc. 2127/02 – (Evaldo F. de Oliveira e José P. Rocha), permanecem pendentes do ressarcimento. b) O Conflis tece os seguintes comentários sobre as observações do relatório em questão: Obs. 1) Proc. 2127/02 Evaldo F. de Oliveira – CI 08 do Conflis de 04/06/08 solicita providências por parte da Companhia e, até o momento, não foi atendida; Obs. 2) Rede Temovitória Federal – Andrubal Silva de Oliveira – CI 05 do Conflis de 10/03/08 solicita regularização da cessão, providências conforme Parecer Proge Surtac nº CE 294/2008-22 e retorno do funcionário à companhia, não atendidas até o momento; Obs. 3) Governo do Distrito Federal – Nilva Clara Costa – CI 08 do

re:com/01

174/2008. Processo nº 21200.002020/2008-02. Adesão à Ata de Registro de Preços para contratação do Cabeamento Estruturado de Voz, Sistema de Energia estabilizada e de Dados nas dependências da Matriz e no CDRH da Conab. Aprovação pela Diretoria da adesão à Ata de Registro de Preços, oriunda do Pregão Eletrônico nº 001/2008, do Centro Integrado de Telemática do Ministério do Exército, e de adoção de providências necessárias à efetivação da adesão proposta e determinação das áreas técnicas envolvidas que adotem providências para a contratação, de acordo com as reais necessidades da Conab a serem posteriormente contratadas com o fornecedor da Ata de Registro do Preço em comento; d) Ata da 879ª Reunião: O Conselho verificou não haver registros que mereçam destaque; e) Ata da 163ª Reunião: Aprovação pela Diretoria Colegiada, para fins de regularização do Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ e Inscrição Estadual as seguintes deliberações: I - Criar a Superintendência Regional Acre; II - Criar a Superintendência Regional Alagoas; III - Criar a Superintendência Regional Amapá; IV - Criar a Superintendência Regional Roraima. 4.2. Ata da 186ª Reunião Ordinária do Conselho de Administração. a) Ata da 186ª Reunião: I) Demonstrações Contábeis e do Relatório Econômico e Financeiro – Setembro/2008. Aprovação pelo Conselho da Administração dos trabalhos elaborados pela Difin; II) Proposta de aumento da participação acionária da Conab na Companhia Estadual de Silos e Armazéns – CESAS/RS – Não aprovação da proposta pelo Conselho com base no estatuto Social da Conab, onde não há previsão legal para adquirir ações de sociedade de economia mista e consubstancial nos impedimentos estatutários registrados pela Proge; III) Licença Maternidade, Lei nº 11.770/2008. Prorrogação por sessenta dias. Aprovado da Resolução nº 16, de 07/10/2008, recomendando que a Difin adote as providências para regulamentação da matéria no âmbito da Companhia, observando-se os normativos e a legislação pertinente.

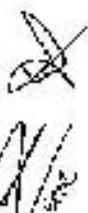
5. Relação das Licitações e Contratações Realizadas, no âmbito da Matriz, em outubro/2008 (Comunicação Interna CPL nº 068/2008, de 05/11/2008). 5.1. Licitações. No mês sob referência, ocorreram na Matriz as licitações na modalidade Pregão Eletrônico, tipo Menor Preço, nº 35/2008 e 36/2008, sendo que a nº 35/2008 foi homologada e até a data de apresentação das informações a este Confls, a nº 36/2008 ainda encontrava-se em fase de aceitação. 5.2. Contratações. Quanto às contratações realizadas no mês de outubro/2008, foi verificado que três contratos firmados decorreram de licitações na modalidade de Pregão Eletrônico, três por Registro de Preços da Funasa/MS e um por Dispensa de Licitação. O Conselho solicita posicionamento acerca do andamento do processo licitatório para contratação de Auditoria Independente para realização de auditoria contábil do exercício de 2008, em cumprimento ao disposto na Lei 11.638/2008, a qual será formalizado à Presidência através de Comunicação Interna. 6. Relatórios de Créditos a Receber. *em anexo*. 6.1. Relatório de Empregados Cedidos – Posição de 24/11/2008 (Comunicação Interna Sufin Gecob nº 2.470, de 24/11/2008). Após exame do Relatório o Conselho registra: a) Os processos ajuizados referentes à Câmara Legislativa do DF – Proc. 1577/02 (José Angelino Barbosa; Raimundo Pessoa de A. Neto) e Francisco Sebastião de Moraes; Câmara Municipal de Fortaleza/CE – Proc. 2122/08 (Fernando Viana de Assis) e Proc. 2127/02 – (Evaldo F. de Oliveira e José P. Rocha), permanecem pendentes de resarcimento. b) O Confls tece os seguintes comentários sobre as observações do relatório em questão: Obs. 1) Proc. 2127/02 – Evaldo F. de Oliveira – CI 08 do Confls de 04/06/08 solicita providências por parte da Companhia e, até o momento, não foi atendida; Obs. 2) Rede Ferroviária Federal – Adrúbal Silva de Oliveira – CI 05 do Confls de 10/03/08 solicita regularização da cessão, providências conforme Parecer Proge Sumac nº CF 264/2008-22 e retorno do funcionário à companhia, não atendidas até o momento; Obs. 3) Governo do Distrito Federal - Nilva Clara Costa – CI 08 do

cc: DIFIN

Conflis de 04/06/08 solicita informar as providências que foram tomadas para o ressarcimento dos débitos e que não foram atendidas até o momento; Obs. 4) Procuradora-Geral do Trabalho – Adelson M dos Santos – O Conflis solicita informações sobre a C. Surah nº 659, de 03/10/08, que suspende a cobrança dos débitos; Obs 5) Companhia do Metropolitano do DF Metrô – Water Carlos Alarcão Filho – O Conflis solicita, mediante Comunicação Interna, esclarecimentos e informações do processo encaminhado à Proge para manifestação em razão do Metrô ter solicitado prazo para o resarcimento dos valores devidos e não inclusão no Cadin; c) Quanto aos demais débitos verifica-se redução de valores em alguns casos e aumento em outros e que da mesma forma permanecem pendentes de resarcimento; d) O Conflis mantém o posicionamento com relação ao não atendimento por parte da Companhia e descumprimento do disposto no Decreto nº 4.050/2001, em especial o contido no art. 4º, parágrafos 1º a 3º, e art. 10, parágrafo único; e) Os débitos não resarcidos pelos diversos Órgãos encontram-se no patamar de R\$ 1.739.591,99 (24/11/08), com aumento dos valores devidos em relação ao mês anterior. 6.2. Relatório Gerencial de Cobrança - Posição em 24/11/2008 (Comunicação Interna Sufin/Gecob nº 2454, de 24/11/2008). Após exame dos Relatórios e reportando-se à Comunicação Interna Sufin/Gecob nº 1791, de 28/08/2008, apresentada na 158ª Reunião Ordinária do Conflis, o Conselho registre: a) Do total de créditos a receber (R\$ 1.872.252.605,80), 90,81% (R\$ 1.700.170.299,30) referem-se a processos já julgados e 9,18% (R\$ 18.295.129,63) encaminhados para julgamento. Portanto, 91,79% das cobranças não cabem ações administrativas. b) 7,91% (R\$ 148.037.284,31) correspondem a processos remetidos para instrução judicial, composição de dívida, pagamento efetuado em julgo e cobrança suspenso por determinação judicial, que somados aos 91,79%, mencionados anteriormente, totalizam 99,69% dos processos de cobrança da Companhia, que dependem de ação judicial e alguma ação administrativa das Superintendências Regionais. c) Da Carteira de Cobrança da Conab, apenas 0,31%, que corresponde a R\$ 5.744.882,56, dependem de providências a serem implementadas pela Sufin. O Conflis não verificou nenhum fato relevante no período que mereça destaque, entretanto deliberou por solicitar à Companhia, mediante Comunicação Interna – CI, ratificando pedidos registrados em atas anteriores: (i) esclarecimentos por parte da Sufin sobre a composição de dívidas e (ii) informações acerca das providências a serem implementadas pela Sufin, visando à recuperação dos créditos, conforme explicitado por aquela Superintendência na Comunicação Interna Sufin/Gecob nº 1791, de 28/08/2008. 7. Auditoria Interna – Audin. 7.1. Quadros de Acompanhamento das Pendências dos Relatórios de Auditoria – Exercícios de 2006 e 2007 – Posição em 27/11/2008 (Comunicação Interna Audin nº 473, de 28/11/2008). a) Exercício de 2006: Após análise do referido quadro e suas observações, o Conflis verificou que restam ainda pendentes de regularização dois relatórios: Com relação ao Relatório de Auditoria – RA nº 008, o mesmo encaminha-se na Sureg/SP para providências com vistas à solução de pendências desde 15/05/08, que dependem da localização dos documentos, supostamente destruídos por ocasião da enchente ocorrida em 2005. As pendências estão sendo reavaliadas pela equipe de auditoria que está executando trabalhos de auditoria contábil financeira naquela Superintendência. As pendências serão baixadas do RA nº 008 e passarão a ser tratadas no Relatório dos trabalhos em curso. Com relação ao Relatório de Auditoria – RA nº 015, a Sureg/AM informou as providências adotadas e a expectativa é de que, até o final do mês de novembro, a pendência seja sanada. Caso não ocorra, a pendência será baixada do RA nº 015 e constará no Relatório dos trabalhos em curso naquela Superintendência. b) Exercício de 2007: Relatório de Auditoria nº 031: Foi concluída análise do Auditor Interno e o Processo foi encaminhado a SUOPÉ, em 11/06/2008 para avaliação. Relatório de Auditoria nº 046: após avaliação de resposta da Sureg/AM.

MS, o Auditor Interno manteve dois itens na condição de não solucionados, aguardando providências relativas a levantamento de alvará, baixa contábil, irregularidade e resultado de sindicância. O processo foi encaminhado a Sureg/MS, em 22/08/08, para adição de providências; e Relatório de Auditoria nº 048; após avaliação do Auditor Interno, o Processo foi encaminhado a Diges/Subpe, em 21/10/2008, para reavaliação dos itens que permaneceram pendentes. 7.2 Relatórios das Auditorias realizadas conforme Programação do PAINT/2008 - Relatórios da Auditoria/2008 nºs 22 a 25; Quadro de Acompanhamento das Pendências dos Relatórios de Auditoria - Exercício 2008 - Posição de 28/11/2008 (Comunicação Interna Audit nº 473, de 28/11/2008). Após análise dos referidos relatórios, confrontando-os com o Quadro de Acompanhamento das Pendências, o Colegiado verificou o que se segue: a) Relatório nº 22, de 11/11/2008 (Sureg/RS) e Relatório nº 23, de 14/11/2008 (Sureg): Em decorrência da grande quantidade de itens e recomendações a serem analisados, os membros do Confa informam que se pronunciariam sobre os referidos relatórios oportunamente; b) Relatório nº 24, de 17/11/2008 (Sureg/ES): O relatório de Auditoria realizado na Sureg/ES se concentrou nos aspectos contábeis e de bens patrimoniais, baseados em dados extraídos do SIAFI, referentes ao mês de agosto/08, e que mereceram 09 sugestões e 07 recomendações e ainda pendentes, conforme itens abaixo: 217 - Contas 1.1.2.1.1.01.02 - Faltas/Duplicatas a Receber / 1.9.9.1.2.18.00 - Mercadorias de Terceiros em Depósito - Recomendação 217.1; 218 - Contas 1.1.2.1.9.12.00 - Créditos por Acerto Financeiro com Ex-Servidores / 1.2.2.4.9.01.00 - Créditos Financeiros com Servidores/Ex-Servidores - Sugestão; 219 - Conta 1.1.2.4.2.01.00 - 13º Salário - Adiantamento - Recomendação 219.1; 220 - Conta 1.1.2.4.2.01.00 - Férias - Adiantamentos - Recomendação 220.1; 221 - Contas 1.2.1.2.2.00.00 - Depósitos Judiciais / 1.2.1.2.3.00.00 - Depósitos para Recursos / 1.2.1.2.7.00.00 - Recursos Aprendidos Desílio Judicial - Recomendação 221.1; 222 - Conta 1.1.3.1.9.01.00 - Adiantamento a Fornecedores - Recomendação 222.1; 223 - Contas 1.9.9.7.2.02.00 / 1.9.9.7.2.03.00 - Contratos de Serviços e Aluguel - Recomendação 223.1; 224 - Conta 2.1.2.1.1.02.00 - Fornecedores de Exercícios Anteriores - Sugestão; 225 - Conta 2.1.2.1.1.02.00 - Fornecedores de Exercícios Anteriores - PAA - Sugestão; 226 - Patrimônio - Recomendação 226.1; c) Relatório nº 25, de 17/11/2008 (Sucon/Subpe): O relatório aborda a análise da Prestação de Contas dos Recursos destinados ao Convênio nº 582025/2007, entre o Ministério do Desenvolvimento Social - MDS e a Conab, bem como a Análise Contábil e Financeira desses recursos; Item 227 - Análise da Prestação de Contas: os requisitos legais foram todos atendidos e somente é sugerido à Sucon e Subpe, aular processo único visando otimização dos controles; Item 228 - Análise Contábil e Financeira: foi constatado registros contábeis inconsistentes nas contas 1.9.9.01.04.00 - A Receber e 1.9.9.8.1.04.00 - a Comprovar; Item 228.1; foi recomendado interação entre Conab e MDS para regularizar os registros contábeis no SIAFI. 8. Certidões, Certificados e Extratos do Cadastro Informativo de Créditos Não Quitados do Setor Público Federal - CadIn e do Sistema de Cadastroamento Unificado de Fornecedores - Siaf (Certidão Negativa de Débitos da Receita Federal, Dívida Ativa da União e INSS; Certificado de Regularidade junto ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS; Tributos Estaduais e Municipais) - Posição de 01/12/2008. a. Certidão de Débitos relativos às Contribuições Previdenciárias - CND: Positiva com Efeito de Negativa, emitida pelo MF - Secretaria da Receita Federal do Brasil - validade até 26/04/2009; b. Certificado de Regularidade do FGTS - CRF: Emissão pela Caixa Econômica Federal com validade de 11/11/2008 a 10/12/2008; c. Certidão conjunta de Débitos dos Tributos Federais e Dívida Ativa da União: Emissão pelo MF/ Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional/Secretaria da Receita Federal do Brasil - Positiva

REVISADA



com efeitos de Negativa com validade até 21/01/2008; d. Certidão negativa de débitos de Tributos e de Dívida Ativa do GDF: Emissão pela Secretaria de Estado da Fazenda com validade até 02/02/2008; e. Extrato SIASG, SIGAF, FORNPJ e CONFORNPJ, de 01/12/2008, com resumo das certidões dentro da validade e sem ocorrências; Extrato SISBACEN DL 01/12/2008 sem ocorrências. 9. Relatório Demonstrativo dos Processos Internos de Apuração – PIA – outubro/2008 (Comunicação Interna Coger nº 131, de 28/11/2008). O Relatório Demonstrativo dos Processos Internos de Apuração – PIA apresenta as principais informações dos diversos processos e procedimentos de apuração instaurados e em curso na Matriz e nas Superintendências. Representa, para a unidade, Informe de Corregedoria, importante instrumento de acompanhamento e de controle do andamento dos processos pelas comissões constituintes. Este Conflis louva o importante relatório e os controles gerados pela zelosa Coger. 9.1. A Conselheira Lúcia Alde apresentou, aos demais membros do Conselho, cópia do DESPACHO, do Ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, datado de 08/11/2008, publicado no BOLETIM DE PE660AL – CGRH/SP/PA/SEMAPA NÚMERO 31, de 10/11/2008, mediante o qual o Ministro reforça sua decisão constante do termo de julgamento no Processo nº 1233/2006, consignado pela Conab, e determina a adoção de medidas à defesa do arôo, sendo certo que, a omissão ou o retardamento injustificado poderão resultar a responsabilidade de quem lhes der causa. O Colegiado deliberou por solicitar à Presidência, mediante Comunicação Interna – CI, ser informado sobre o que se trata o Processo nº 1233/2006 e quais as medidas adotadas pela Companhia visando à defesa do arôo, conforme determinado pelo ministro da Agricultura. 10. Diligências do Conselho Fiscal. 10.1. NOTA TÉCNICA AUDIN N° 22/2008, relativa à adequação das demonstrações financeiras da Conab às alterações promovidas na Lei nº 6.404/76 – Lei das Sociedades por Ações – pela Lei 11.638, de 28/12/2007 (Comunicação Interna Auditn nº 464, de 26/11/2008), em resposta ao Item 10.2 da Ata da 156ª Reunião Ordinária do Conflis. A Sucan elaborou a Nota Técnica nº 06/2008, de 25/08/2008, em entendimento aos Ofícios STN/COREF/COFIS nºs 32 e 33, de 17 e 20/07/2008, respectivamente, onde o Tesouro Nacional solicitava manifestação da Conab quanto à adequação das demonstrações financeiras introduzidas pela Lei 11.638/2007. A referida nota técnica foi encaminhada ao Tesouro Nacional observando o prazo de resposta fixado para o dia 30/08/2008. Os membros do Conflis deliberaram por encaminhar a Nota Técnica 05/2008 para avaliação e manifestação da Auditn. Através da Nota Técnica nº 022/2008, de 26/11/2008, a Auditn registra as considerações e avaliações a respeito das mudanças introduzidas pela Lei 11.638/2007, bem como a análise da Nota Técnica elaborada pelo Sucan. Na avaliação da Auditn, verifica-se que as demonstrações contábeis da Companhia serão afetadas em diversos itens e procedimentos necessários para o entendimento da legislação em vigor, e que dependerão de estudos e análises por parte da Conab com a finalidade de adequação à referida Lei. Registrando, a seguir, os principais pontos verificados pelo Conflis e que foram apurados pela Auditn na Nota Técnica 022/2008: Ativo Permanente: A Nota Técnica 005/2008 não faz referência sobre a existência de ativos com características de bens incorpóreos e que deveriam ser transferidos contabilmente do ativo Imobilizado para o ativo Intangível, sendo necessário à análise dos ativos permanentes da companhia para efetuar os ajustes impostos pela lei; Lucros Acumulados: A questão também não foi abordada na Nota Técnica 005/2008, que na avaliação da Auditn, a Sucan deverá proceder à análise e adotar as providências necessárias para a deslimpeza do lucro que a Conab venha auferir no exercício. Em diversos itens analisados pela Auditn, é recomendado que a Companhia analise e providencie estudos detalhados para a melhor adequação à legislação em vigor. Da mesma forma, em outros casos os procedimentos dependem de normalização pelos órgãos.

22/01/2009

competentes. Nas considerações finais da Audit, é sugerido que se tome especial atenção aos pontos elencados nos itens 3.3.1 – Ativo Permanente; 3.3.2.1 – Reservas de Capital; 3.3.2.4 – Lucros Acumulados; 3.4.2 – Direitos Realizáveis a Longo Prazo; 3.4.3 – Recuperação dos Valores Registrados no Ativo Permanente e 3.6 – Escrituração Contábil Versus Escrituração Fiscal; Reitera a necessidade de análise criteriosa do lucro auferido pela Companhia, em especial o resultado positivo registrado no sub-órgão Operações Governamentais e, por fim, a sugestão de leitura da Instrução CVM nº 489, de 02/05/2008, que instrui sobre a aplicação da Lei nº 11.648/2000, observando os procedimentos que poderiam ser aplicados à Conab. Em razão da importância e relevância das alterações contábeis e as observações registradas pela Audit, os representantes do Conselho Fiscal da Conab consideraram extremamente importante que a Presidência da Companhia tome conhecimento das questões e que tome todas as medidas necessárias para atender às recomendações e sugestões registradas na Nota Técnica Audit 022/2008, o que será formalizado mediante Comunicação Interna. 11. Determinações dos Órgãos de Controle Interno (Secretaria Federal de Controle - SFC) e Externo (Tribunal de Contas da União - TCU). 11.1. Planos de Providências (Comunicação Interna Audit nº 473, de 28/11/2008). Em entendimento ao item 10 da Ata da 152ª Reunião Ordinária do Confin, a Auditoria Interna - Audit encaminhou ao Conselho Fiscal, para conhecimento, cópia dos Planos de Providências das Superintendências Regionais do Amazonas/Roraima, Ceará, Goiás, Mato Grosso, Minas Gerais, Paraná, Rio Grande do Sul e Rondônia, relativos ao exercício de 2007, remetidos às Controladorias Regionais da União nos Estados. Quanto ao Plano de Providências da Superintendência Regional de Pernambuco – Sureg/PE, informa aquela Unidade que o mesmo não foi elaborado, pois a única recomendação da auditoria da Controladoria-Geral da União foi devidamente regularizada em junho de 2008. 11.2. Quadros de Acompanhamento das Determinações/Recomendações do TCU – Exercícios 2007 e 2008 (Comunicação Interna Audit nº 473, de 28/11/2008). A Audit apresentou a esta Conta Relatório Gerencial sobre as Determinações e Recomendações do Tribunal de Contas da União, consubstanciadas nas deliberações expedidas pela Corte de Contas, no qual é demonstrado suavizamento as providências adotadas ou em curso pelas diversas áreas da Empresa. O documento reflete o controle eficiente e efetivo da unidade de auditoria Interna sobre as providências implementadas e as respostas frente às demandas do Controle Externo. O Confin manifesta a satisfação ao apreciar os controles da unidade Audit. 11.3. ACÓRDÃOS do TCU. A Conselheira Lúcia Alba apresentou aos demais Conselheiros, cópia dos seguintes Acórdãos: a) ACÓRDÃO Nº 8864/2008 – TCU – 1ª Câmara (DCU de 17/10/2008, Seção 1, Pág. 91); Processo TC – 004.582/2004-4 – Tomada de Contas Especial – referente ao julgamento das multas constantes do mencionado processo como regulares com ressalva, dando quitação aos responsáveis e promovendo-se, em seguida, seu arquivamento; b) ACÓRDÃO Nº 3802/2008 – TCU – 1ª Câmara (DCU de 11/11/2008, Seção 1, Pág. 132); Processo TC – 018.574/2007-9 – Prestação de Contas – versar sobre julgamento das contas da Conab – Sede Sureg (Mato Grosso), exercício 2006, como regulares com ressalva. Determina à Sureg/MT que: a) controle a utilização das máquinas fotocopiadoras e da franquia de cópias contratada; b) mantenha rigoroso controle quanto ao consumo de combustíveis da Unidade, compatibilizando a relação de autorizações de abastecimento com as respectivas notas fiscais e faça anexar uma via de cada autorização de abastecimento nos respectivos processos de pagamento; c) realize estudo sobre o consumo anual de combustíveis para subsidiar a futura contratação de fornecedor; d) regularize a situação dos empregados cedidos ao DNIT, quer pelo retorno à Conab ou cessão a outro órgão público; c) ACÓRDÃO Nº 3805/2008 – TCU – 1ª Câmara.

(DOU de 11/11/2008, Seção 1, Pág. 133): Processo TC - 020.828/2007-2 - Prestação de Contas - trata-se do julgamento das contas da Conab - Sede Sureg Rio Grande do Sul, exercício 2006, como tenuitares com ressalva. Determina à Secretaria Federal de Controle Interno que informe, nas próximas contas, o atendimento pela Superintendência Regional do Rio Grande do Sul da Conab, das recomendações do relatório de Auditoria de Gestão nº 190681; d) ACÓRDÃO Nº 3815/2008 - TCU - 1ª Câmara (DOU de 11/11/2008, Seção 1, Pág. 135): Processo TC - 018.317/2007-1 - Prestação de Contas - refere-se ao julgamento das contas da Conab - Sede Sureg Ceará, exercício 2006. Determina à Sureg/CE que preencha o Rol de Responsáveis de acordo com o previsto no art. 11 do IN/TCU nº 57, de 27/08/2008; e) ACÓRDÃO Nº 3842/2008 - TCU - 1ª Câmara (DOU de 11/11/2008, Seção 1, Pág. 139): Processo TC - 007.138/2007-2 - Representação - trata-se de autorização para a prorrogação solicitada pela Conab, de acordo com os pareceres emitidos nos autos do processo; f) ACÓRDÃO Nº 4402/2008 - TCU - 1ª Câmara (DOU de 21/11/2008, Seção 1, Pág. 185): Processo TC - 012.318/2008-0 - Representação - Apresentada pela Conab Sede Sureg Goiás - O citado órgão acorda em conhecê-la de representação, arquivando-a sem julgamento do mérito, em face de reconhecimento de cuja julgaria (Acórdão nº 1.410/2006 1ª Câmara) e, dando-se ciência ao(s) representante(s), com envio de cópia da respectiva instrução, conforme os pareceres emitidos nos autos; g) ACÓRDÃO Nº 5137/2008 - TCU - 2ª Câmara (DOU de 21/11/2008, Seção 1, Pág. 236): Processo TC - 014368/2008-4 - Representação - versa sobre o arquivamento do mencionado processo.

12. Assuntos Gerais.

12.1. Relatório de Gestão - 3º Trimestre 2008. Segundo consta da Apresentação do Relatório, o mesmo está dividido em 5 capítulos, a saber: 1º Capítulo: apresenta as atividades realizadas no desenvolvimento das ações orçamentárias; 2º Capítulo: discorre sobre outras atividades desenvolvidas, tais como os resultados obtidos na comercialização de estoques públicos, a participação da Companhia na execução do Fome Zero e a recomposição dos ativos pela cobrança de dívidas; 3º Capítulo: são descritas as atividades decorrentes de ações sociais realizadas por meio de repasses de outros parceiros; 4º Capítulo: detalha a execução orçamentária e financeira do período; e 5º Capítulo: o balanço patrimonial da Companhia. Após análise do referido Relatório o Colegiado verifica:

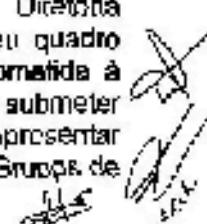
a) Quanto ao Capítulo 1 - Gestão de Programas e Ações:

- (i) Sobre a fiscalização dos estoques públicos, até o fim do 3º Trimestre, foram fiscalizadas, cumulativamente, 6.918.543 toneladas, o que corresponde a 99,77% do estoque contábil acumulado, ou seja, 6.934.633t. A meta física para o exercício e de fiscalização de 2.860 Unidades, sendo que até o fim do 3º Trimestre/2008, foram fiscalizadas 2.141 Unidades, correspondente a 75,12% da meta estabelecida. No tocante aos registros de perdas quantitativas, verificou-se um desvio de 10.241t (Suregs MT, PA, PR e RS). Quanto aos Estoques Desclassificados e Abaixo do Padrão (AP) Quadro 1.07 - Demonstrativo de Perdas Quantitativas e Qualitativas, foram registrados 354t Desclassificados, nas Suregs MT e RS, e 34t Abaixo do Padrão na Sureg RS;
- (ii) Com referência à vistoria dos estoques privados, permanece a mesma situação apontada no exercício de 2007, ou seja, a não celebração de convênio com o MAPA, não ocorrendo, por conseguinte, inspeção das 200.000 toneladas previstas para o exercício, apesar da dotação orçamentária de R\$ 120.000,00 para a realização da correspondente despesa, conforme consta do Item '1.2.1.8 - Vistoria dos Estoques Privados e das Condições de Armazenamento', tendo sido solicitado o cancelamento total da dotação orçamentária.

b) Quanto ao Capítulo 2 - Outras Ações: a Receita de Armazenagem de Produtos de Terceiros apresentou um crescimento de 33,38% em relação ao mesmo período do ano anterior, motivado pelo aumento do estoque de terceiros da ordem de 46,89%, conforme demonstrado

no 'Quadro 2.08 - Demonstrativo da Variação da Receita de Armazenagem de Produtos de Tercelagem'. No 'Quadro 2.09 - Demonstrativo da Variação dos Estoques Médios', foi verificada uma redução na quantidade total de estoque (Governo + Tercelinas), em relação ao 3º trimestre de 2007, variando de 699.163t para 472.951t. **12.2. Conforme assentado na 158º Reunião**, os trabalhos prosseguiram com a presença do Procurador-Geral da Conab, Dr. Ricardo Cardoso Alves Meireles, tendo a Senhora Presidente solicitado a explanação do titular da Proge sobre os pontos que se seguem: a) Apresentação da sistemática de trabalho da Proge; Fazendo uso da palavra, o Dr. Ricardo expôs que a Procuradoria-Geral, na atual gestão, é considerada um órgão de muita importância, uma vez que as decisões da Diretoria Colegiada, acerca dos assuntos de sua competência, são precedidas de análise da Proge, aumentando consideravelmente o fluxo de trabalho daquela Unidade. O Órgão orienta, ainda, os trabalhos desenvolvidos pelas Procuradorias Regionais – Prores, sendo subdividido em 3 (três) áreas, quais sejam: a) Subprocuradoria de Matéria Administrativa - Sumad; b) Subprocuradoria de Matéria Judiciária - Sumaj; e c) Subprocuradoria de Organização e Controle Jurídico - Suorc. O ajuizamento e acompanhamento das ações são realizados através do Sistema informatizado 'CPJ', que, inclusive, o posicionamento das ações que são executadas em conjunto com as Prores. Ressaltou que devido à precariedade do Sistema, esse está sendo substituído. A Proge sofre, ainda, com a ausência de corpo técnico e estrutura logística que assegure melhores condições de trabalho; b) Esclarecimentos sobre a contratação de escritórios terceirizados e perdas de prazo para ajuizamento de ações: A Presidente indagou como é feita a contratação e o acompanhamento das ações movidas pelos escritórios terceirizados, assim como a relação entre osses, as Prores e a Proge. O Procurador-Geral expôs que, dada a natureza intelectual dos serviços, os escritórios são contratados através de processo licitatório, na modalidade de 'Técnica e Preço', com atribuição de pontuação, levando em consideração a "expertise" necessária para o desenvolvimento dos trabalhos. Quanto a relação com as Prores e os terceirizados, existem formulários onde são definidas e acompanhadas todas as ações necessárias à condução da ação judicial, sendo realizadas, ainda, reuniões para tratar dos pontos necessários. As peças judiciais são submetidas previamente à apreciação da Proge, a quem compete sua aprovação antes do protocolo na Justiça. No caso de perdas de prazo de processos judiciais, existe um trâmite a ser seguido para verificar os problemas existentes, inclusive com a apuração de responsabilidades. Em relação ao Contencioso, o acompanhamento é feito em conjunto com a área administrativa e financeira, através de sistema informatizado. Inicialmente, é instaurado processo administrativo visando ao recebimento do valor. Verificada a impossibilidade de receber os valores administrativamente, cujos prazos são fixados através de normas internas da Empresa, a Proge submete o processo à Presidência, com vistas a obter autorização para o ajuizamento das ações. Na oportunidade, a Presidente indagou como funciona o ajuizamento das ações, na ausência da documentação necessária. Foi esclarecido pelo Procurador-Geral que a Proge, na ausência de documentação que fundamente a ação judicial, expõe o fato à área responsável. Constatada a ausência da documentação, compete à diretoria correspondente autorizar a baixa contábil do valor, dada à impossibilidade de ajuizamento de ação. No caso de necessidade de apuração de responsabilidade, compete à Diretoria Colegiada submeter a questão à Corregedoria-Geral - Coger, que possui em seu quadro procuradores com condições de analisá-la, a qual, na maioria das vezes, é submetida à apreciação da Proge. Contudo, ressaltou que todas as diretorias têm autonomia para submeter os assuntos à Coger, a quem compete a condução dos processos disciplinares; c) Apresentar relações das sentenças judiciais, separadamente, por Unidade da Federação e por Grupos de

00.00001



Natureza de Despesa – GNDs (pessoal e encargos sociais, outras despesas correntes, investimentos e inversões financeiras), contendo as seguintes informações: reclamante (autor da sentença judicial); número do processo a que se refere a sentença judicial; vara (instância judicial na qual transita o processo); objeto da ação (descrição sucinta da finalidade da ação judicial); e valor (R\$ 1,00). No tocante às relações, o Procurador-Geral expôs que, formalizado o pedido pelo Conselho, essas seriam providenciadas, destacando que, dado o volume de ações, sua elaboração demandaria certo tempo. Considerados satisfatórios os esclarecimentos feitos pelo Procurador-Geral, a Presidente agradeceu sua presença, tendo os Conselheiros deliberado que o assunto será submetido à Presidência da Companhia, através de Comunicação Interna, 123. O convite ao titular da Diretoria de Recursos Humanos e Modernização - Drhu para participar da reunião, conforme consta da Ata da 158ª Reunião, não foi formalizado, dado a extensão da pauta da reunião e a exiguidade do tempo, o que será feito oportunamente. E, nada mais havendo a tratar, a Presidente do Conselho Fiscal agradeceu a presença de todos, dando por encerrada a reunião, da qual, para constar, eu, José Augusto Vicarone, Titular de Nível Superior, lavrei a presente Ata que, após lida e aprovada, foi assinada por mim e pelos Conselheiros presentes. A próxima reunião – 160ª, ficou marcada para o dia 19 de dezembro de 2008.

Lúcia Aída Assis de Lima
LÚCIA AÍDA ASSIS DE LIMA
PRESIDENTE

Marcus Vinícius Sócio Magalhães
MARCUS VINÍCIUS SÓCIO MAGALHÃES
CONSELHEIRO TITULAR

Lauro César de Vasconcelos
LAURO CÉSAR DE VASCONCELOS
CONSELHEIRO TITULAR

João Augusto Vicarone
JOSE AUGUSTO VICARONE
SECRETÁRIO

ATA DA CENTÉSIMA SEXAGÉSIMA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO FISCAL DA COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO – CONAB

-aos vinte e nove dias do mês de dezembro de mil e oito, às nove horas, no Edifício Sede da Companhia Nacional de Abastecimento – Conab, realizou-se a 160^a (Centésima Sexagésima) Reunião Ordinária correspondente ao mês de dezembro/2008, do Conselho Fiscal da Companhia Nacional de Abastecimento – Conab, Empresa Pública Federal constituída nos termos da Lei nº 8.029, de 12 de abril de 1990, situada no SGAS, Quadra 901, Conjunto AT, nesta cidade de Brasília – Distrito Federal. Estiveram presentes os seguintes Conselheiros: a Senhora LÚCIA ALBA ASSIS DE LIMA, na qualidade de Presidente do Conselho Fiscal e representante do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA, e os Senhores LAURO CÉSAR DE VASCONCELOS, representante do MAPA, e MARCUS VINÍCIUS SÓCIO MAGALHÃES, representante da Secretaria do Tesouro Nacional – STN; e, como convocada, a Senhora Eugênia Maria Rocha de Oliveira, Gerente de Desenvolvimento Técnico-Operacional da Auditoria Interna. Aberta a reunião, a Presidente deu início à análise dos itens da pauta: 1. Leitura e aprovação da ata anterior. Foi dado início à leitura do minuto de Ata da 152^a Reunião Ordinária do Confl, realizada em 01/12/2008 que, depois de promovidos os ajustes necessários, foi aprovada e assinada. 2. Demonstrações Contábeis: Novembro/2008 (Comunicação Interna Sufin nº 1159, de 17/12/2008). A Sra. Eugênia, representante da Alfin, informou da impossibilidade de apresentar ao Conselho a análise das demonstrações contábeis do mês de novembro, tendo em vista que as mesmas somente foram entregues àquela Unidade no dia anterior à realização da Reunião do Confl, ou seja, 18 de dezembro. Diante disso, o Conselho Fiscal não pode efetuar uma análise detalhada das referidas demonstrações, registrando, apesar, os itens que se seguem, sem demonstrar o resultado das atividades próprias e das operações governamentais: a) A Receita de Vendas e Serviços apresentou uma considerável redução de 78,48%, alcançando R\$ 82,82 milhões, valor inferior aos R\$ 152,60 milhões obtidos no mês anterior; b) A Receita de Vendas de Mercadorias dos Estabelecimentos Públicos durante o mês anhou R\$ 26,97 milhões, o que representa um decréscimo de 80% em relação a outubro/2008 quando foi registrado um montante de R\$ 149,93 milhões; c) ii) A Receita de Serviços (R\$ 2,84 milhões), oriunda da atividade do armazenagem de produtos de torcijos, apresentou um aumento 8,99% em relação a outubro/2008 (R\$ 2,62 milhões); b) A Receita Líquida de Vendas e Serviços apresentou uma redução de 78,52%, alcançando R\$ 31,79 milhões, valor inferior aos R\$ 148,01 milhões obtidos no mês anterior; c) O Lucro Líquido de Produtos Vendidos anurado no mês foi de R\$ 29,93 milhões, inferior à Receita Líquida de Vendas e Serviços, sendo necessária a equalização de preços, no valor de R\$ 3,08 milhões, obtendo-se um Lucro Bruto Operacional de R\$ 1,65 milhão; d) As Despesas Operacionais sofreram um aumento de 89,06%, passando de R\$ 29,36 milhões em outubro para R\$ 50,12 milhões em novembro/2008; e) As Receitas Operacionais diversas passaram de R\$ 29,80 milhões no mês anterior para R\$ 47,71 milhões no mês de novembro, registrando-se um acréscimo de ordem de 102,12%; f) O Resultado Contábil do mês de outubro foi superavitário, no monte de R\$ 3,73 milhões, apresentando um decréscimo de 100,79% em relação a outubro, cujo resultado positivo foi de R\$ 1,77 milhão. No acumulado do ano, o resultado líquido foi positivo, no valor de R\$ 18,12 milhões. 3. Demonstrativo de Execução Orçamentária e Financeira: Novembro/2008 (Comunicação Interna Sufin nº 2600, de 12/12/2008). Após análise de referido Demonstrativo, o Conselho nada destacou de relevante, considerando que a execução orçamentária e financeira estão dentro dos limites de movimentação e empenho e de pagamento estabelecidos pelo MAPA. 4. Atas das Reuniões da Diretoria Colegiada e do Conselho de Administração. 4.1. Atas das 880^a e 881^a Reuniões Ordinárias da Diretoria Colegiada da Conab. Após análise das referidas Atas, o Conselho considerou relevantes os itens abaixo: a) Ata da 880^a Reunião: (i) Portaria nº 292, de 21/11/2008, que baixou os procedimentos orientando o processo de encerramento do Balanço, referente ao exercício financeiro de 2008 e determinando que as áreas envolvidas observem rigorosamente os prazos máximos fixados para atendimento às ações relacionadas ao encerramento do exercício; (ii) Edicção de Portaria do Conselho de Administração, informar que foi aprovada pelo Conab a proposta da alteração da Resolução Conab nº 008/2008, de

00.000024

29/07/2008, no sentido de conjugar aos Procuradores da Comarca que estiveram à disposição da Consultoria Jurídica do Mapa, a Qualificação por Atividade Jurídica – GAJ; b) Ata da 861ª Reunião: Informado pelo Diretor da Difin que, na elaboração da folha de pagamento do mês de novembro/2008, ocorreram lançamentos equivocados e alguns contracheques com valores distorcidos. A falha foi detectada e corrigida na próxima folha. A diretoria manifestou preocupação com a situação e recomendou ao Diretor que adotasse todas as medidas necessárias para a solução dos problemas, ainda dentro do contexto exposito; Aprovação da proposta de alteração no texto do Voto Diari nº 024/2008, na 26/02/2008, aprovado na 842ª Reunião, definindo que o prazo de pagamento, para comissões de trabalho da Conab e das Órgãos e Entidades Públicas, casse a ser de até 48 meses, em substituição aos atuais 36 meses, devendo que dentro de um mesmo mandato eletrivo. 4.2. Ata da 187ª Reunião Ordinária do Conselho de Administração. Após análise da referida Ata, o Conselho considerou relevantes os seguintes itens: (i) Relatório de Gestão – 3º trimestre/2008: Aprovação pelo Conselho de Administração do Relatório de Gestão do 3º trimestre/2008, cujo objetivo é demonstrar a atuação da Conab no âmbito dos 3 primeiros trimestres de 2008, destacando os resultados alcançados nas atividades executadas no período e que foi elaborado a partir dos dados e informações gerenciais das diversas unidades orgânicas da Companhia; (ii) Relatório de Desempenho Econômico e Financeiro – Relatório/2008; Aprovação pelo Conselho de Administração do referido relatório; (iii) Voto Presi nº 014/2008. Nota Técnica Audit nº 016/2008. Adequação das competências regimentais da Auditoria Interna e estabelecimento do Código de Ética; Aprovação pelo Conad da proposta de promover, de acordo com o explicitado na Nota Técnica Audit nº 016/2008, a adequação do "Regimento Interno" da Auditoria Interna e suas respectivas Garantias e a instituição do "Código de Ética da Auditoria Interna", cujos princípios passarão a nortear a conduta dos auditores internos no desenvolvimento dos trabalhos que lhe são afetos. O Conad recomenda que a Companhia adote as providências necessárias para inclusão nos normativos da Conab; (iv) Processo nº 70010.001004/2008-37 – Ofício Presi nº 0522/2008, referente ao Processo nº 1233/2005-42 – Argepal: O Conad, através do conselheiro Elias Brásileiro, solicitou à Procuradoria-Geral - Proge que apresentasse relatório sobre o assunto em questão, cujo despacho do Ministro havia sido apresentado pela Presidente do Conad na 159ª Reunião, de 01/12/2008, no sentido de que a empresa acabe, de forma célere, a determinação do Senhor Ministro de Estado; (v) Processo nº 21200.000864/2008-19. Proposta de aprovação do preço mínimo de venda do imóvel focalizado no Setor de Clubes Norte, trecho Enseada Norte, lote 10 – Brasília/DF. Aprovação pelo Conad do preço mínimo de venda do imóvel em questão, avaliado em R\$ 7.850.000,00; (vi) Proposta de alteração da Resolução Conab nº 008, de 29/07/2008: Aprovação da proposta de alteração da referida resolução, que estende o pagamento da Qualificação por Atividade Jurídica – GAJ aos Procuradores Estaduais na Proge e cedidos à Consultoria Jurídica do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA. 5. Relação das Licitações e Contratações Realizadas, no âmbito da Matriz, em novembro/2008 (Comunicação Interna CPL nº 080/2008, de 05/12/2008). 5.1. Licitações. No mês de novembro/2008, ocorreram na Matriz 5 licitações na modalidade Pregão Eletrônico, tipo Menor Preço, nºs 37 a 41; 1 na modalidade Tomada de Preços – 05/2008 – tipo Técnica e Preço, ainda, em fase de habilitação para contratação de instituição especializada na prestação de serviços técnicos de auditoria contábil para os 4 trimestres do exercício de 2008; e 1 na modalidade Convite nº 03/2008 – tipo Menor Preço, em licitação/judging. 5.2. Contratações. Quanto às contratações realizadas no mês de novembro/2008, 1 contrato foi firmado na modalidade Tomada de Preços nº 04/2008 e 2 na modalidade Pregão Eletrônico nº 33/2008 e nº 35/2008, todos com valores abaixo dos estimados. 6. Relatórios de Créditos e Repasses, em atraso. 6.1. Relatório de Empregados Ceditos – Previsão de 12/12/2008 (Comunicação Interna Sufit/Gacob nº 2.619, de 15/12/2008). Após exame do Relatório, o Conselho registra: a) Não se verificam alterações nos processos ajuizados referentes à Câmara Legislativa do DF – Proc. 1577/02 (José Argelino Barbosa; Raimundo Pessina da A. Neto) e Francisco Sebastião de Moraes; Câmara Municipal de Fortaleza/CE – Proc. 2192/90 (Fernando Viana de Assis) e Proc. 2127/02 (Evaldo F. de Oliveira e José P. Rocha); b) O Conad repara os pedidos de informações e esclarecimentos solicitados à Companhia através das CI 05, de 10/03/08, e CI 08, de 04/08/08.

Assinatura

(observações 1, 2 e 3 do relatório) e pelos registros em atas – observação nº 4 (Procuradoria-Geral do Trabalho – Adelson M. dos Santos – O Conflis solicita informações sobre a CI Sustech nº 650, de 09/11/08, que suspende a cobrança dos débitos); e observação nº 5 (Companhia do Metropolitano do DF – Metrô – Walter Carlos Alarcão Filho – O Conflis solicita esclarecimentos e informações do processo encaminhado à Proge para manifestação, em razão do Metrô ter solicitado prazo para o ressarcimento dos valores devidos e não inclusão no Cadrim); c) O Conflis manterá o posicionamento com relação ao não atendimento por parte da Companhia e descumprimento do disposto no Decreto nº 4.050/2001, em especial o previsto no art. 4º, parágrafos 1º a 3º, e art. 10, parágrafo único; d) Os débitos não restituídos pelos diversos Órgãos encontram-se no patamar de R\$ 1.606.810,15 (12/12/08), com redução dos valores em relação ao relatório anterior, em razão dos ressarcimentos efetuados pela Prefeitura Municipal da Rio Verde/GO, Governo do Estado do Espírito Santo/Sec de Agricultura e Instituto Conab (do Seguridade Social - Cibris). 6.2. Relatório Gerencial de Cobrança - Posição de 12/12/2008 (Comunicação Interna Sufin/Cecob nº 2601, de 12/12/2008). Após exame dos Relatórios, o Conselho registra: a) Do total de créditos a receber (R\$ 1.852.461.355,28), 90,81% (R\$ 1.682.189.259,20) referem-se a processos já ajuizados a 9,97% (R\$ 17.902.058,21) encaminhados para ajuizamento. Portanto, 91,77% das cobranças não cabem ações administrativas; b) 7,65% (R\$ 145.477.877,09) correspondem a processos remetidos para instrução judicial, comissão de dívida, pagamento efetuado em juízo e cobrança suspensa por determinação judicial, que somados são 91,77%, encionados anteriormente, totalizam 99,43% dos processos de cobrança da Companhia, que dependem de ação judicial e/ou ação administrativa das Superintendências Regionais; c) Da Carteira de Cobrança da Conflis, apenas 0,37%, que corresponde a R\$ 6.893.000,78, dependem de provisões a serem imputadas pela Sufin. O Conflis não viabilizou neste momento relevante no seu juízo que mereça destaque, e aguarda as informações e esclarecimentos da Companhia que foi solicitada via CI nº 318. 7. Auditoria Interna – Auditin. 7.1. Quadros de Acompanhamento das Pendências dos Relatórios de Auditoria - Exercícios de 2006 e 2007 – Posição em 17/12/2008. a) Exercício de 2006: O Quadro de Acompanhamento das Pendências dos Relatórios de Auditoria demonstra que não restou mais nenhuma pendência em relação ao exercício de 2006, tendo sido os relatórios nºs 008 e 010 baixados. b) Exercício de 2007. (i) Relatório de Auditoria nº 081, após posicionamento da Superintendência de Operações - Suope e Superintendência de Contabilidade - Sureg, foi concluída análise do Auditor Interno e o Processo encaminhado à Sureg/GO, em 02/12/2008, para adoção de provisões. Entretanto, o Conflis registra que, de um total de 19 pendências, constam 17 não encerradas desde o mês de maio/2008. (ii) Relatório de Auditoria nº 048, o processo encontrava-se na Auditoria Interna para reanálise da respectiva da Sureg/MS, o (iii) Relatório de Auditoria nº 049, após avaliação do Auditor Interno, o Processo foi encaminhado, em 15/12/2008, à Diretoria de Gestão de Estoques - DiGe/Suope para reavaliação e posicionamento acerca dos oito itens ainda pendentes. 7.2. Relatórios das Auditorias realizadas conforme Programação do PAINTE/2008 - Relatórios de Auditoria/2008 nºs 26 e 29; Quadro de Acompanhamento das Pendências dos Relatórios de Auditoria - Exercício 2008 – Posição de 19/12/2008. Após análise dos referidos relatórios, confrontando-os com o Quadro de Acompanhamento das Pendências, o Colegiado verificou o que se segue: a) Relatório nº 26, de 15/12/2008 (Sureg/PR): Os trabalhos foram desenvolvidos na Sureg/PR com aplicação do Planejamento, objeto da Ação de Auditoria nº 23, abordando o assunto "Política de Carenagem de Preços Mínimos (PCPM)", sem recomendações para Auditin; b) Relatório nº 27, de 16/12/2008 (Sureg/PR): Os trabalhos foram desenvolvidos na Sureg/PR com aplicação do Planejamento, objeto de Ação de Auditoria nº 23, abordando o tema "Administração e Controle de Patrimônio", com as seguintes recomendações: 230.1 – Acompanhar as ações de alienação do imóvel, informando à Auditin sobre as providências adotadas; 231.1 – Informar à Auditin sobre doação do imóvel em Ibirama; 232.1 – Acompanhar o andamento da alienação do imóvel, informando à Auditin as providências adotadas para regularização da ocupação pela empresa Rundu e à alienação; c) Relatório nº 28, de 15/12/2008 (Sureg/PB): Os trabalhos foram desenvolvidos na Sureg/PB com aplicação do Planejamento elaborado com foco na Ação de Auditoria nº 29, a que sofreram 14 recomendações: itens nºs 234.1; 234.2; 234.3; 235.1; 235.2; 235.3; 235.4; 236.1; 236.2; 237.1; 240.1; 241.1; 242.1 e 243.1. Os trabalhos da Auditoria se

00.003483

concentraram nos aspectos contábeis e de bens patrimoniais, com objetivo de realizar o acompanhamento da gestão e as recomendações são em sua maioria para o atendimento das questões normativas, observação à legislação, falhas de documentação e comprovações de quitação e extratos, e registros contábeis. 8. Certidões, Certificados e Extratos do Cadastro Informativo de Créditos Não Quitados do Setor Público Federal - Cadin e do Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - Sicaf (Certidão Negativa de Débitos da Receita Federal, Dívida Ativa da União e INSS; Certificado de Regularidade Junto ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS; Tributos Estaduais e Municipais). a. Certidão de Débitos relativos às Contribuições Previdenciárias - CND: Positiva com Efeito de Negativa, emitida pelo MF - Secretaria da Receita Federal do Brasil - validade até 28/04/2009; b. Certificado de Regularidade do FGTS - CRF: Emitido pela Caixa Econômica Federal com validade de 08/12/2008 a 01/01/2009; c. Certidão conjunta de Débitos dos Tributos Federais e Dívida Ativa da União: Emissa pelo MF/Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional/Secretaria da Receita Federal do Brasil - Positiva com efeitos de Negativa com validade até 21/01/2009; d. Certidão negativa de débitos de Tributos e da Dívida Ativa do GDF: Emissão pela Secretaria de Estado da Fazenda com validade até 02/02/2009; e. Extrato SISBACEN - CONFORMPJ e Extrato SISBACEN - dezembro/2008 com resumo das certidões dentro da validade e suas ocorrências. 9. Relatório Demonstrativo dos Processos Internos de Apuração - PIA - Abril a novembro/2008 (Comunicação Interna Coger nº 137, de 17/12/2008). O Relatório Demonstrativo dos Processos Internos de Apuração - PIA, que foi apresentado ao Confe para apreciação, onde se verificam diversas alterações no seu formato, possibilita a visualização dos processos de apuração de uma forma gerencial. Os novos demonstrativos e gráficos abrangem os trabalhos e verificações a cargo desse Colegiado, permitindo uma análise qualitativa e quantitativa das apurações instauradas pela Coger, possibilitando o acompanhamento e evoluções no período ao fornecer dados mês a mês, por unidades da Federação e matriz. 10. Oligâncias do Conselho Fiscal. 10.1. Comunicação Interna Audit nº 494, de 15/12/2008: Em resposta à solicitação do Confe repletrada na 157ª ata, de 26/09/2008, item 11, letra "b", a Audit informa que realizou auditoria especial no Cibrus, conforme entendimentos com a Controladoria-Geral da União - CGU, cujos trabalhos abrangem o período de 2006/2007, e o relatório está em fase final de elaboração e posteriormente será encaminhado ao Confe para conhecimento. A Audit esclarece também que a última supervisão no Cibrus ocorreu em 1989 e planeja realizar auditorias dos períodos passados, de acordo com a capacidade operativa de forma escalonada, o que contemplado no Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna - PAAn para o exercício de 2009, auditoria especial no Cibrus que abrangará os anos de 2004, 2005 e 2008. 11. Delimitações dos Órgãos de Controle Interno (Secretaria Federal de Controle - SFC) e Externo (Tribunal de Contas da União - TCU). 11.1. Acordos do TCU. A Conselheira Lúcia Alida apresentou aos demais Conselheiros, cópia do seguinte Acordo: a) ACÓRDÃO Nº 2891/2008 - TCU - Plenário (DOU de 01/12/2008, Seção 1, Pág. 148): Processo nº TC-023.087/2008-5 - Trata-se de representação com pedido de medida cautelar, apresentada pela empresa Carvalho e Söhne Advocacia Empresarial, que relata possíveis irregularidades no Edital de Concorrência Conab-Sureg/GO nº 1/2008, cujo objetivo é a contratação de pessoa jurídica para prestação de serviços especializados de advocacia porante às Justiças Estadual, Federal e do Trabalho, no Estado de Goiás, e condam os Ministros do Tribunal de Contas da União, de acordo com a legislação vigente, dar prazo de 15 dias para a Conab - Sureg/GO dar cumprimento ao artigo 3º, caput e § 1º, inciso I, da Lei nº 8.688/93, promovendo a anulação da Concorrência Conab-Sureg/GO nº 1/2008 no estágio em que se encontra. 12. Assuntos Gerais. 12.1. Calendário de Reuniões do Conselho Fiscal para o exercício de 2009. Definiu-se mediante consenso que as reuniões ordinárias do Conselho para o exercício de 2009 estão agendadas para as seguintes datas: FEVEREIRO - 02/02/2009; MARÇO - 02/03/2009 e 09/03/2009; ABRIL - 24/04/2009; MAIO - 29/05/2009; JUNHO - 26/06/2009; JULHO - 31/07/2009; AGOSTO - 28/08/2009; SETEMBRO - 25/09/2009; OUTUBRO - 30/10/2009; NOVEMBRO - 27/11/2009; DEZEMBRO - 18/12/2009. O Cronograma deverá ser encaminhado à Presidência da Conab para conhecimento, com vias à divulgação às Diretorias. E, nada mais havendo a tratar, a Presidente do Conselho Fiscal agradeceu a presença de todos, dando por

0000001

encerrada a reunião da qual, para constar, hei, José Augusto Vicarone, 14cm 00 de Nível Superior, lavrei a presente Ata que, após lida e aprovada, vai assinada por mim e pelos Conselheiros presentes. A próxima reunião – 181º, ficou marcada para o dia 2 de fevereiro de 2009.

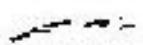
Lúcia Aida Assis de Lima
LÚCIA AIDA ASSIS DE LIMA
PRESIDENTE
Marcus Vinícius Sodré Magalhães
MARCUS VINÍCIUS SODRÉ MAGALHÃES
CONSELHEIRO TITULAR

Lauro César de Vasconcelos
LAURO CESAR DE VASCONCELOS
CONSELHEIRO TITULAR
José Augusto Vicarone
JOSE AUGUSTO VICARONE
SECRETÁRIO

ATA DA CENTÉSIMA SEPTUAGÉSIMA SÉTIMA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO - CONAB.

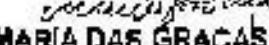
Aos vinte e nove dias do mês de janeiro de dois mil e oito, às 10 horas, no Edifício Sede da Companhia Nacional de Abastecimento - Conab, Empresa Pública Federal, constituída nos termos do art. 16, inciso II da Lei nº 8.029, de 12 de abril de 1990, e instalada em 1º de janeiro de 1991, situada no SGAS, Quadra 901, Conjunto "A", nesta cidade da Brasília - Distrito Federal, com as presenças dos Senhores **SILAS BRASILEIRO**, Presidente, **WAGNER GONÇALVES ROSSI** EDILSON BRUMARÃES e **MAÇAO TADANO**, Conselheiros, e **MARIA DAS GRAÇAS FONTES**, Conselheira, foi dado início à centésima septuagésima sétima - 177º - Reunião Ordinária do Conselho de Administração da Conab - Conab, referente ao mês de janeiro/2008. Presente, também, o Chefe de Gabinete da Presidência, o qual foi convidado para secretariar os trabalhos. Iniciada a reunião, o Presidente registrou que o Conselheiro **GUILHERME DELGADO** justificou sua ausência nesta reunião. Em seguida, passou para os itens da Pauta da reunião, a saber: 1) **Demonstrações Contábeis - Novembro/2007**. O Conselheiro Wagner Rossi apresentou as demonstrações contábeis do mês em alusão que, após análise e explicações do relator, foram aprovadas. 2) **Ofício 1008/2007/SE-MAPA, de 20/12/2007 - Processo Interno de Apuração de Responsabilidade - Decisão Ministerial/MAPA**. O Conselheiro Wagner Rossi deu conhecimento aos demais membros do Colegiado acerca do ofício recebido da Secretaria-Executiva do Mapa com a determinação para apresentação, nesta Reunião, das decisões do Senhor Ministro de Estado exaradas nos autos do processo interno de apuração nº 21200.000642/2007 que, dentre elas, determina ao Conselho de Administração revogar a Resolução nº 004, de 8/3/1999, e adotar as demais providências atinentes ao seu mister legal e estatutário, em especial aos tendentes a propiciar a recuperação dos prejuízos causados ao erário em face do incitamento ao acordo legal, objeto do processo de apuração. Após a apresentação do Relator, os demais membros aprovaram a revogação da Resolução e adoção das demais providências, em consonância com a orientação ministerial. 3) **Atendimento pela Diretoria de Gestão Administrativa e Financeira das orientações do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal**. O Diretor Luis Henrique Teixeira Reis deu apresentou demonstrativo das pendências relacionadas nas atas ordinárias dos Conselhos de Administração e Fiscal, cujas soluções estão sendo implementadas pelas áreas técnicas da Diretoria. Em seguida, fez um relato sobre alguns assuntos que estão sendo encaminhados pela Diretoria Colegiada da Empresa, quais sejam: a) assinatura do Acordo Coletivo de Trabalho 2007-2009; b) debate com o Dest sobre o novo PCCS; c) apresentação do cronograma da prestação de contas da Conab - Exercício/2007; d) comunica que está em fase de contratação a consultoria externa para atendimento ao Conselho Fiscal; e) elaboração de plano de investimento 2008 (fontes e usos) e programa de venda de ativos; f) retorno aos quadros da Empresa de 204 anistiados. Os Conselheiros agradeceram a exposição do Diretor da Dir. 4) **Ofício nº 063/2008-GM-MAPA, de 26/1/2008 - versando sobre denúncia no âmbito da Conab**. O Dr. Silas Brasileiro, na condição de Secretário-Executivo do Mapa e de Presidente do Conselho de Administração, deu conhecimento do recebimento do ofício em referência originado do Gabinete do Ministro do Mapa, em caráter sigiloso/confidencial, encaminhando cópia integral dos autos do Processo 70000.000118-89, versando sobre denúncia no âmbito da Conab. Após a distribuição do material e deliberações, o Conselho resolveu:

a) designar a Corregedora-Geral da Conab para, observado o caráter de documento sigiloso, ao grau confidencial, investigar os fatos constantes dos referidos autos e apresentar relatório conclusivo ao Conselho até o dia 21 de fevereiro de 2008;
b) encaminhar também, na condição de documento sigiloso/confidencial, à Coordenadoria de Assuntos Jurídicos, com vistas à sua manifestação formal até o dia 21 de fevereiro de 2008. Nada mais havendo a tratar, o Presidente do Conselho agradeceu a presença de todos e deu por encerrada a reunião da qual eu, Milton Elias Ortolan, Secretário do Conselho, lavrei a presente ata que, após lida e aprovada, vai assinada pelos Conselheiros e por mim.

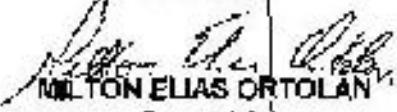

SILAS BRASILEIRO
Presidente


WAGNER GONÇALVES ROSSI
Conselheiro


MAÇAO TADANO
Conselheiro


MARIA DAS GRAÇAS FONTES
Conselheira


EDILSON GUIMARÃES
Conselheiro


MILTON ELIAS ORTOLAN
Secretário

ATA DA CENTÉSIMA SEPTUAGÉSIMA OITAVA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO - CONAB.

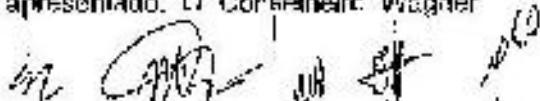
Aos vinte e sete dias do mês de fevereiro no ano de mil e oito, às 10 horas, no Edifício Sede da Companhia Nacional de Abastecimento - Conab, Empresa Pública Federal, constituída nos termos do art. 16, inciso II da Lei nº 8.029, de 12 de abril de 1990, e instalada em 1º de janeiro de 1991, situada no SGAS, Quadra 901, Conjunto "A", neste Município de Brasília - Distrito Federal, com as presenças dos Senhores SILAS BRASILEIRO, Presidente, WAGNER GONÇALVES ROSSI, EDILSON GUIMARÃES e MAÇAO TADANO, Conselheiros, e MARIA DAS GRAÇAS FONTES, Conselheira, foi dado início à sessenta e septuagésima oitava - 178ª Reunião Ordinária do Conselho de Administração da Conab - Conad, referente ao mês de fevereiro/2008. Presente, também, o Chefe de Gabinete da Presidência, o qual foi convidado para secretariar os trabalhos. Iniciada a reunião, o Presidente registrou que o Conselheiro Gullherme Delgado não compareceu nesta reunião. Em seguida, passou para os itens da pauta da reunião, a saber: 1) Demonstrações Contábeis - Dezembro/2007. O Conselheiro Wagner Rossi apresentou as demonstrações contábeis do mês em discussão que, após análise e explicações do relator, foram aprovadas. 2) Processo Sureg/MS nº 13.098/2003 – Doação ao Município de Mundo Novo/MS das Benfeitorias e Equipamentos localizados na Rua do Cascalho, 9/Nº, naquela Cidade. Voto Diari nº 020/2008 – Aprovado na 84ª reunião da Diretoria Colegiada. O imóvel é composto de armazém metálico granelero e outro convencional, além de instalações administrativas num área total construída de 3.827,80 m², em terreno de 36.094m². O terreno onde foi edificada a Unidade armazenadora havia sido cedido à fisionomia Citrásul, porém a transferência de titularidade de domínio nunca foi regularizada e com o encerramento das atividades da U.A, em 1999, deixou de subsistir, por parte do Município, qualquer interesse em tal imóvel. A Conab celebrou com o Município contrato de cessão de uso, pelo prazo de 2 anos, que se iniciou em 8/5/2005. Por meio do Ofício nº 198/GAB/2007, de 5/5/2007, o Prefeito Municipal solicitou a continuidade do contrato de cessão de uso e manifestou interesse na aquisição do imóvel. Também havendo solicitado a realização de avaliação para que fossem estabelecidas as negociações. A Conab, por meio do Voto Diari nº 22/07, aprovado pela Diretoria Colegiada, em sua 806ª reunião ordinária, realizada em 8/6/2007, autorizou a cessão de uso, com opção de compra e venda, pelo período de um ano. A Sureg/MS, em 13/7/2007, providenciou junto a CEF a avaliação do citado imóvel, cujo laudo apontou o valor de R\$42.774,05 (quarenta e dois mil, setecentos e setenta e quatro reais e oitenta centavos) para o terreno e R\$864.917,27 (oitocentos e sessenta e quatro mil, novecentos e oitenta e sete reais e vinte e sete centavos) para as benfeitorias e equipamentos, os quais se encontravam anteriormente avaliados em R\$236.214,00 (duzentos e trinta e cinco mil, duzentos e quatorze reais), conforme laudo de 20/11/2003. Diante do novo valor de avaliação apresentado ao Município, o Prefeito encaminhou à Sureg/MS o Ofício nº 490/2007 postulando a reação, por não reunir recursos financeiros para a aquisição. A Sureg, consultando-se em pareceres da área Jurídica da Regional, com a aprovação da Procuradoria-Geral, manifestou-se pelo acatamento do pleito da adição, pelos motivos a seguir: a) o Município é o legítimo proprietário do terreno; b) as benfeitorias (armazéns não interessam ao imóvel imobiliário total, pela falta de demanda por essas instalações, já que o Município de há muito deixou de ser produtor de grãos); c) os equipamentos encontram-se obsoletos e deteriorados; d) dificuldades na alienação (as benfeitorias edificadas em terreno de propriedade do Município); e) compromisso do Município em desmanchar e remover para a JA/Campo Grande, sem ônus para a Conab, o armazém metálico nº 2, com área de 1.260 m²; e, f) proximidade do encerramento do contrato de cessão de uso 5/5/2008. O Conselheiro Wagner Gonçalves Rossi propôs a aprovação da doação ao Município de Mundo Novo/MS das benfeitorias e equipamentos da extinta Unidade armazenadora em referência. Após as justificativas do Relator, os demais Conselheiros aprovaram a doação,

7. www.x

22 (P.T.) 2000 of 100

observadas a legislação e os regulamentos internos vigentes. 3) Proposta de acordo amigável do Governo do Estado de Mato Grosso para devolução de parte do terreno inaproveitável da UA/Cuiabá/MT. Exfúcio de Ação Revocatória de Escritura Pública de Doação de Terreno à Conab com 38.880m² de área. Voto Diari nº 021/2008 - Aprovado na 841^a reunião da Diretoria Colegiada. A Secretaria de Indústria e Comércio do Governo do Estado de Mato Grosso solicita a devolução, de forma amigável, da parte do terreno com 20.300m² onde está instalada a UA/Distrito Industrial/Cuiabá. Devido ao longo período de paralisação de suas atividades em desacordo com o Termo de Doação, que não admite a manutenção da Área estéril (sem utilização), dissociada dos objetivos da criação do distrito industrial de Cuiabá. A devolução dessa área permitirá, segundo aquela Secretaria, a extinção de processos de Ação Revocatória de Escritura Pública de Doação que prevê o cancelamento de registro imobiliário e reintegração de posse, impetrada pelo Estado de Mato Grosso, a que tramita na 5^a Vara da Justiça Federal. Trata-se de terreno com área total de 38.880m², doado à Conab em 1994, sendo atualmente utilizados apenas 10.580 m², onde estão situados dois armazéns da Companhia com capacidade de 2.400 toneladas cada. A Secretaria do Estado fez uma proposta à Conab, por meio do Ofício nº 236/IS/2007, se dispondo a fazer uma composição amigável que resultaria em providências pelo Governo do Estado de Mato Grosso em extinguir a Ação Revocatória Junt a Justiça Federal, desde que a Conab devolvesse a área não utilizada para aquele Estado instalar empresas relacionadas com a atividade-fim do Distrito Industrial de Cuiabá. A Procuradoria Regional/MT, com a aprovação da Procuradoria-Geral, não encontrou óbice legal quanto ao aceitamento do acordo amigável proposta, registrando que os termos da transação devem ser bem definidos, vez que envolve renúncia de direitos e não requer o pagamento de custas judiciais e honorários advocatícios. A Diretoria Colegiada prorrogou a aprovação da celebração do acordo amigável com o Governo do Estado de Mato Grosso, no bojo do processo nº 2006.36.00.010794-1, e na 5^a Vara da Justiça Federal (ação revocatória de escritura pública de doação por inexecução do encargo), visando a devolução parcial do terreno da UA/Distrito Industrial/Cuiabá/MT, equivalente a 20.300m² de área, mediante a adoção de procedimentos formais e legais por aquele Governo Estadual para extinção do citado processo, ficando às suas expensas as custas judiciais e honorários advocatícios correspondentes. Concomitantemente, o Governo Estadual deverá promover a legalização do registro, em cartório de imóveis, da doação definitiva do terreno de 18.580m² onde está instalada a UA/Distrito Industrial/Cuiabá, bem como a prorrogação da cessão à Conab de um terreno localizado no Centro Político-Administrativo de Cuiabá por mais dois anos, objetivando a construção da nova sede da Sured/MT, em acordo com trabalhos que vem sendo coordenados pela Diari, visando a reestruturação daquela regional mato-grossense. O Conselheiro Wagner Gonçalves Rossi propôs que o Colegiado aprove o acordo com o Governo do Estado de Mato Grosso. Após as justificativas do Reitor, os demais Conselheiros aprovaram o Acordo com o Estado de Mato Grosso, observadas a legislação e os regulamentos internos vigentes. 4) Ofício nº 049/2008-GAB da Prefeitura Municipal de Vilhena/RO – Doação de parte da área da UAM/Vilhena, Voto Diari nº 014/2008 - aprovado na 841^a reunião da Diretoria Colegiada. A Prefeitura Municipal de Vilhena/RO, por meio do Ofício nº 049/2008-GAB solicita a doação de parte do Lote 31, Quadra 01 do Bairro 32 (Conab), para desenvolvimento do projeto de abertura da Avenida Major Antônio (principal via do centro da cidade) e implementação do projeto de construção de unidades habitacionais de interesse social nas Quadras 02 e 03 conforme apresentado no anexo ao referido Ofício. No supracitado documento, a Prefeitura de Vilhena se compromete a construir o muro em todo o perímetro do lote retomado da Conab, na execução da pavimentação da área de acesso e no pátio interno da UA Vilhena, bem como levar à minuta de escritura da mesma. Ainda, no acordo com o supracitado ofício, constitui-se num clamor popular a abertura da principal via do centro comercial de Vilhena, motivo pelo qual solicita especial apoio da Conab no sentido de emitir parecer favorável ao projeto ora apresentado. O Conselheiro Wagner

REVISADA



Conselheiros Rossi propõe a aprovação da doação de parte da área da UA Vilhera à Prefeitura Municipal, conforme solicitado através do Ofício nº 049/2008/GAB. Contudo, ressaltou que a doação deverá ser efetivada somente após a Prefeitura Municipal construir o muro em todo o perímetro do lote remanescente, executar a pavimentação asfáltica da área de acesso e do pátio interno da UA, tudo de acordo com as Especificações Técnicas da Conab e parcerias da Prom/RO e Proga/Metriz quando será lavrada a minuta da Escritura correspondente. Após as justificativas do Relatório, os demais membros do Conselho aprovaram a doação, observados a legislação e os regramentos internos vigentes. 6) Ofício CNC nº 13/02/2008, de 18/02/2008, do Conselho Nacional do Café versando sobre Pefro - Café. O Presidente do Conselho faz relato sobre o expediente. Após o debate sobre o assunto os demais membros do Conselho decidiram recomendar que a Conab atenda os procedimentos adotados em vários casos do Programa em situações semelhantes naquele expediente, dando oportunidade de comprovação que as mercadorias foram efetivamente exportadas, cumprindo-se o objetivo do Programa Pefro, através de rastreamento da operação da origem até a exportação, obedecidos os preceitos legais. 8) Relatório Anual de Atividades da Auditoria Interna – RAIN. O Conselheiro Wagner Rossi apresentou o relatório das atividades desenvolvidas pela Coordenadoria de Auditoria Interna no exercício de 2007, consolidadas no Relatório Anual de Atividades da Auditoria Interna – RAIN que, após análise e explicações do relator, foi aprovado. 7) Ofício nº 354/08/SE-MAPA. O Ofício em referência foi encaminhado ao Presidente da Conab para adoção de providências com relação ao controle nequele expediente, em cumprimento à determinação do Sennor Ministro. 8) Relatório encaminhando ao Mapa. Foi apresentado pelo Conselheiro Wagner Rossi relatório solicitado na última reunião do Conab, em caráter sigiloso/confidencial, com pareceres a ser encaminhando em mãos ao Ministério. 9) Relatório de Fiscalização dos Estoques de Café. Foi apresentado e entregue para apreciação dos Conselheiros o relatório de fiscalização dos estoques de café, vinculados aos contratos de opção, elaborados pela Diges. Nada mais havendo a tratar, o Presidente do Conselho agradeceu a presença de todos e deu por encerrada a reunião da qual eu, Milton Elias Ortolan, Secretário do Conselho, fui a presente ata que, após lida e aprovada, vai assinada pelos Conselheiros e por mim.

SILAS BRASILEIRO
Presidente

MAÇAO TADANO
Conselheiro

EDILSON GUIMARÃES
Conselheiro

WAGNER GONCALVES ROSSI
Conselheiro

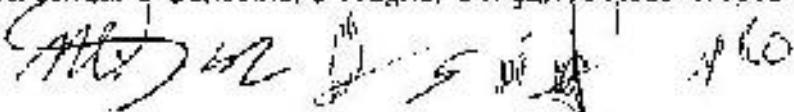
MARIA DAS GRAÇAS FONTES
Conselheira

MILTON ELIAS ORTOLAN
Secretário

ATA DA CENTÉSIMA SEPTUAGÉSIMA NONA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO - CONAB.

Aos vinte e seis dias do mês de março de dois mil e oito, às 9 horas, no Edifício Sede da Companhia Nacional de Abastecimento - Conab, Empresa Pública Federal, constituída nos termos do art. 16, inciso II da Lei nº 8.029, de 12 de abril de 1990, e instalada em 1º de janeiro de 1991, situada no SGAS, Quadra 901, Conjunto "A", nessa cidade de Brasília - Distrito Federal, com as presenças dos Senhores **SILAS BRASILEIRO**, Presidente, **WAGNER GONÇALVES ROSSI**, **GUILHERME COSTA DELGADO**, **EDILSON GUIMARÃES** e **MAÇAO TADANO**, Conselheiros, e **MARIA DAS GRACAS FONTES**, Conselheira, foi dado início à centésima septuagésima nona - 179º - Reunião Ordinária do Conselho de Administração da Conab - Conab, referente ao mês de março/2008. Presente, também, o Chefe de Gabinete da Presidência, e qual foi convidado para secretariar os trabalhos. Iniciada a reunião, passou para os itens da pauta da reunião, a saber: 1) CI/Presi nº 108/2008 - **Apresentação do Relatório Final da Comissão de Processo Interno de Apuração**, constituída pela Portaria nº 459/2005 com o objetivo de apurar os atos e/ou fatos demonstrados pelos autos do processo nº 21000.002565/2005-14. O Ministro do Mapa constituiu Comissão de Processo Interno de Apuração com vista a apurar possíveis irregularidades praticadas por ex-dirigentes da Conab, no âmbito da Superintendência Regional de Goiás. Após o término das investigações a Comissão encaminhou relatório final ao Senhor Ministro para ciência e julgamento. O Ministro, após ouvir a Consultoria Jurídica do Mapa, resolveu declarar da competência para julgar o feito e decidiu que fosse dado conhecimento pela Conab de sua decisão a este Conselho e outros órgãos relacionados no Despacho Ministerial. Após a apresentação pelo Relator, os demais Conselheiros tomaram ciúmcia da decisão ministerial e recomendaram à Conab adotar as cernais medidas determinadas pelo Ministro do Estado. 2) **Cessão ao Governo do Estado do Rio de Janeiro do imóvel localizado à Rua Leopoldo Bulhões, 629 - Benfica - Rio de Janeiro.** - Aprovado pela Diretoria Colegiada em sua 844º Reunião Ordinária. A Diretoria Colegiada da Conab aprovou em sua 844º reunião ordinária a doação do imóvel localizado na Rua Leopoldo Bulhões, 629 - Benfica/RJ ao Governo do Estado do Rio de Janeiro, entretanto, a Procuradoria-Geral através do Parecer Proga/Sumad nº 115, de 11/03/2008, reexaminando o processo de doação verificou que o instrumento legal - doação, não seria a forma adequada de repassar o imóvel ao Estado. Recomendou que o instrumento legal de transferência seja a cessão pelo prazo de 05 (cinco) anos, prorrogáveis. O Relator propôs que seja aprovada a cessão do imóvel em referência, na forma indicada pela Procuradoria-Geral da Conab. Os demais Conselheiros após as justificativas do Relator aprovaram a cessão do imóvel. 3) **Processo nº 01.121/2008 - Proposta de alienação e de aprovação do laudo de avaliação do imóvel localizado na Avenida Montferrat, 348 - Vila Leopoldina - São Paulo/SP** - aprovado pela Diretoria Colegiada na 843º Reunião Ordinária. Voto Diari nº 031/2008. Considerado que o imóvel onde está instalada a Sureg São Paulo não cumpre as condições necessárias para o funcionamento daquela Unidade foi proposto a venda do citado imóvel com vista a adquirir um com melhores condições para o funcionamento da Sureg. O Banco do Brasil avaliou o imóvel em R\$ 8.500.000,00. A Procuradoria Regional opinou favoravelmente pela elaboração de edital de licitação na modalidade de licitação para venda do imóvel (Parecer Sureg/SP nº 22/2207). A Procuradoria-Geral ratificou o posicionamento adotado pela Procuradoria Regional, no sentido de que seja viabilizada a licitação para venda do imóvel. A Diretoria Colegiada, na 843º reunião ordinária, aprovou a avaliação e cestinação do imóvel para venda. O Conselheiro Wagner Gonçalves Rossi agradece que

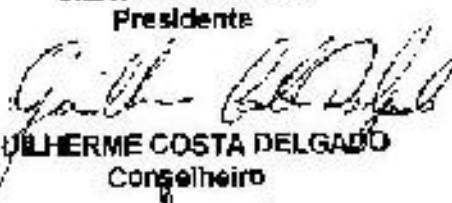
m.morais



seja aprovada a avaliação e que o imóvel seja destinado à venda. Após as justificativas apresentadas pelo Relator os demais membros do Conselho, consubstanciados nos pareceres da área técnica (i.e. da Procuradoria Regional da Sureg São Paulo e da Procuradoria Geral, aprovaram o laudo de avaliação e a venda do imóvel, desde que sejam observadas a legislação e os regulamentos internos vigentes. **4) Aquisição de imóvel para Instalação da Sede da Sureg São Paulo.** Processo nº 21201.000236/2007-84 – Aprovado na 846^a Reunião Ordinária da Diretoria Cologiada. Voto Diafi nº 043/2008. Em razão da necessidade de se criar um ambiente adequado para abrigar as instalações da Superintendência da Conab no Estado de São Paulo, foi realizada pesquisa em diversos imóveis, de forma a encontrar aquele que melhor atendesse às condições de preço, localização, dimensões e estado de conservação, entre outros, para aquisição e consequente transferência da atual Sede. Identificado esse imóvel pela Sureg SP, que se localiza na Alameda Campinas nº 433, Jardim Paulista, com área útil de 1.037 m², 36 vagas de garagem e cinco pavimentos, foi providenciado junto à Caixa Econômica Federal a sua avaliação, a qual emitiu o laudo nº 7141.7141.067594/2008, de 3/3/2008, estipulando o valor de mercado para venda em R\$3.486.000,00 (três milhões e quatrocentos e oitenta e cinco mil reais). O Conselheiro Wagner Rossi, em razão das justificativas apresentadas pela Sureg/SP propôs, observadas as disposições da legislação pertinente à matéria e normativos internos vigentes, seja autorizada a aquisição do imóvel em comitê, pelo valor da avaliação emitida pela CEF. Os demais membros do Conselho após as justificativas apresentadas aprovaram a aquisição do prédio para instalação da Sede da Sureg São Paulo. **5) Ofício nº 354/08/SE-MAPA.** O Conselheiro Wagner Rossi, na qualidade de Presidente da Conab, entregou ao Presidente do Conselho, Dr. Silas Brasileiro, resposta, em caráter confidencial, ao assunto tratado no Ofício em referência. **6) Plano Anual de Auditoria Interna – PAINT.** O Conselheiro Wagner Rossi apresentou o Paint/2008 alterado com os apontamentos citados na Nota Técnica SFC/CGU nº 2364/2007. Os Conselheiros após a apresentação do referido Plano decidiram aprová-lo. Nada mais havendo a tratar o Presidente do Conselho agradeceu a presença de todos e deu por encerrada a reunião da qual eu, Milton Elias Ortolan, Secretário do Conselho, lavrei a presente ato que, após lida e aprovada, vai assinada pelos Conselheiros e cor mim.

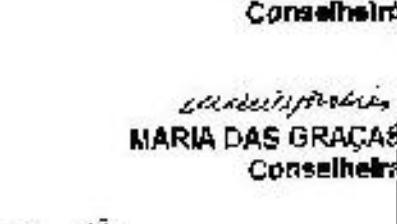

SILAS BRASILEIRO
 Presidente


WAGNER GONÇALVES ROSSI
 Conselheiro


GUILHERME COSTA DELGADO
 Conselheiro


MAÇAO TADANO
 Conselheiro


EDILSON GUIMARÃES
 Conselheiro


MARIA DAS GRAÇAS FONTES
 Conselheira


MILTON ELIAS ORTOLAN
 Secretário

ATA DA VIGÉSIMA SÉTIMA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO - CONAB.

Aos vinte e seis dias do mês de março de dois mil e oito, às 11h, no Edifício Sede da Companhia Nacional de Abastecimento - Conab, Empresa Pública Federal, constituída nos termos do art. 16, inciso II da Lei nº 8.029 de 12 de abril de 1990, e instalada em 1º de janeiro de 1991, situada no SGAS, Quadra 801, Conjunto "A", nesta cidade de Brasília - Distrito Federal, com as presenças dos Senhores SILAS BRASILEIRO, Presidente, WAGNER GONÇALVES ROSSI, GUILHERME COSTA DELGADO, MAÇAO TADANO, e EDILSON GUIMARÃES, Conselheiros, e MARIA DAS GRAÇAS FONTES, Conselheira, e como convidados, os membros do Conselho Fiscal da Conab, Senhor Maurício Andrade Coura e as Senhoras Evanir Valentin de Melo da Motta e Lúcia Aida Assis da Lima realizou-se a vigésima sétima reunião extraordinária do Conselho de Administração da Conab. O Presidente abriu a reunião, com o item apreciação e deliberação sobre a Prestação de Contas do Exercício de 2007. Foi convocado o Diretor de Gestão Administrativa e Financeira - Draf, LUIZ ENRIQUE TEIXEIRA BALDEZ, com o objetivo de esclarecer possíveis questionamentos dos Conselheiros sobre as contas do exercício. O Presidente da Conab, WAGNER GONÇALVES ROSSI, fez uma apresentação sobre os documentos que compõem a referida Prestação de Contas e esclareceu os questionamentos dos demais Conselheiros sobre o conjunto das peças apresentadas. Em seguida, o Presidente SILAS BRASILEIRO concedeu a palavra ao Conselho Fiscal, quando o Senhor MAURÍCIO ANDRADE COURA, Presidente do Conselho Fiscal, informou que apreciarão, aprovaram e emitiram parecer favorável sem ressalvas relativo às contas do exercício findo em 31/12/2007. Após a explanação do Conselheiro WAGNER GONÇALVES ROSSI, opinião do Conselho Fiscal, esclarecimentos aos questionamentos da demais Conselheiros, e depois do exame do Balanço Patrimonial e das respectivas Demonstrações do Resultado do Exercício, das Mutações do Patrimônio Líquido, das Origens e Aplicações de Recursos, das Notas Explanativas, do Relatório da Gestão e do Relatório da Administração, relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2007, e considerando o conteúdo no Parecer da Coordenadoria de Auditoria Interna, resolveu aprová-los sem ressalvas e submetê-los ao Ministro de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Em seguida, nada mais havendo a tratar, o Presidente do Conselho agradeceu a presença de todos e deu por encerrada a reunião da qual o MILTON ELIAS ORTOLAN, tendo secretariado a Reunião do Conselho, lavrou o presente ato que, após lida e aprovada, vai assinada pelos Conselheiros e por mim.

SILAS BRASILEIRO
Presidente

GUILHERME COSTA DELGADO
Conselheiro

EDILSON GUIMARÃES
Conselheiro

WAGNER GONÇALVES ROSSI
Conselheiro

MAÇAO TADANO
Conselheiro

MARIA DAS GRAÇAS FONTES
Conselheira

MILTON ELIAS ORTOLAN
Secretário

ATA DA CENTÉSIMA OCTOGÉSIMA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO - CONAB.

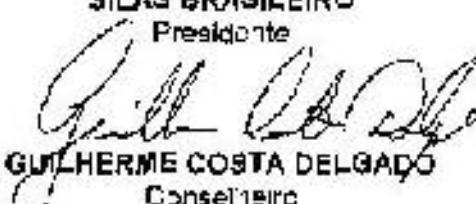
Aos vinte e três dias do mês de dois mil e oito, às 10 horas, no Edifício Sede da Companhia Nacional de Abastecimento - Conab, Empresa Pública Federal, constituído nos termos do art. 16, inciso II da Lei nº 8.029, de 12 de abril de 1990, e instalado em 1º de janeiro de 1991, situada no SGAS, Quadra 901, Conjunto "A", nesta cidade de Brasília - Distrito Federal, com as presenças dos Senhores **SILAS BRASILEIRO**, Presidente, **WAGNER GONÇALVES ROSSI**, **GUILHERME COSTA DELGADO** e **EDILSON GUIMARÃES**, Conselheiros e **MARIA DAS GRACAS FONTE**s. Conselheira, foi dado início à centésima octogésima - 180ª - Reunião Ordinária do Conselho de Administração da Conab - Conad, referente ao mês de abril/2008. Presente, também, o Chefe de Gabinete da Presidência, o qual foi convidado para secretariar os trabalhos. Iniciada a reunião, o Presidente registrou que o Conselheiro Maçao Tadano utilizou sua ausência nesta reunião. Em seguida, fez a apresentação do novo Diretor da Conab, Dr. Alexandre Megno Franco de Aguiar, e, em alusão ao disposto no art. 16, Item XX do Estatuto Social da Companhia, submeteu ao Colegiado a indicação do novo Diretor para assumir a recém criada Diretoria de Recursos Humanos e Modernização - Dirhu, o que foi aprovado pelos membros presentes. Na oportunidade, o novo integrante da Diretoria Colegiada da Companhia recebeu votos de uma votação gestão à frente da Dirhu. Prosseguindo, passou para os itens da pauta da reunião, a saber: 1) Demonstrações Contábeis referentes ao mês de fevereiro/2008 e Demonstrações dos Fluxos de Caixa dos meses de janeiro e fevereiro/2008 - Cis/Sucom nºs 220 e 232/2008. O Conselheiro Wagner Rossi apresentou com viés a aprovação pelo Colegiado, as demonstrações contábeis de fevereiro/2008 e os fluxos de caixa de janeiro e fevereiro/2008. Após a apresentação pelo Relator, os demais membros do Colegiado aprovaram a documentação, entretanto solicitaram que, doravante, o Diretor responsável pela elaboração das Demonstrações Contábeis prepare relatório com análise das contas mensais e saiba oferecer uma visão gerencial das atividades econômico-financeira da Companhia. 2) Voto Presi nº 003/2008 - Adequação da função de Assessor na Presidência e Diretorias. Aprovado pela Diretoria Colegiada em sua 848ª reunião ordinária realizada em 09/04/2008. O Conselheiro Wagner Rossi apresentou o Voto Presi nº 003/2008, aprovado pela Diretoria Colegiada, propondo ao Conselho sua aprovação na forma do inciso II, artigo 19 do Estatuto Social da Conab. O Conselheiro justificou que, com as novas atividades em desenvolvimento na Companhia, torna-se necessário readequare a função de Assessor à na Presidência e nas Diretorias da Companhia na estrutura organizacional. Após as justificativas apresentadas pelo Relator os demais membros do Colegiado aprovaram a adequação na forma proposta, cumpridas as disposições legais e normativos vigentes. 3) Voto Presi nº 004/2008 - Nota Técnica nº 1/2008, de 11/02/2008, e CffCoaud nº 81, de 13/02/2008. Criação de Gerência de Risco subordinada à Coordenadoria de Auditoria Interna. Aprovado pela Diretoria Colegiada em sua 840ª reunião ordinária realizada em 09/04/2008. Visando adequar a estrutura da Coordenadoria de Auditoria Interna para enfrentamento das novas missões daquela Unidade, foi elaborado o Voto Presi nº 004/2008, alicerçada na Nota Técnica Coaud nº 001/2008. O assunto foi submetido pela Presidência da Companhia à Diretoria Colegiada na 848ª Reunião Ordinária, que aprovou o Voto e orientou submeter o assunto ao Conad, na forma do inciso II, artigo 18 do Estatuto Social da Conab. Após o relato, o Conselheiro Wagner Rossi propôs ao Conselho a aprovação do Voto Presi nº 004/2008, considerando a necessidade de melhor estruturar a Coordenadoria de Auditoria Interna - Coaud. Considerando as justificativas apresentadas, os demais membros aprovaram a nova estrutura da Coaud, cumpridas as disposições legais e normativos vigentes. 4) Voto Presi nº 005/2008 - Nota Técnica Codag nº 001, de 08/04/2008 - Reestruturação da Coordenadoria de

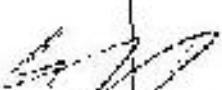
BR. XX/084

Desenvolvimento e Apoio à Gestão - Codag. Aprovado pela Diretoria Colegada em sua 848^a reunião ordinária realizada em 09/04/2008. Com vista a adequar a estrutura da Coordenadoria de Desenvolvimento e Apoio à Gestão - Codag, para enfrentamento das novas missões daquela Unidade, foi elaborado o Voto Presi nº 006/2008, alicençado na Nota Técnica Codag nº 001/2008. O assunto foi sujeitado pela Presidência da Companhia à Diretoria Colegada na 848^a Reunião Ordinária, que aprovou o Voto, com a criação de submetê-lo ao Conad, na forma do inciso III, artigo 19 do Estatuto Social da Conab. Após o relato, o Conselheiro Wagner Rossi propôs ao Conselho a aprovação do Voto Presi nº 006/2008, considerando a necessidade de melhor estruturar a Coordenadoria de Desenvolvimento e Apoio à Gestão - Codag. Após as justificativas apresentadas, os demais membros aprovaram a nova estrutura da Codag, cumpridas as disposições legais e normativas vigentes.

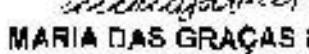
5) Voto Conjunto Dirhu nº 001/2008 e Diati nº 0677/2008. Alteração das Competências Regimentais da Gerência de Ações de Modernização da Gestão de Recursos Humanos - Gemor, da Sumoc/Dirhu, e da Gerência de Organização e Métodos - Georm, da Supad/Diati. Este Conad, em sua 175^a reunião ordinária, realizada em 21/11/2007, aprovou a criação da Diretoria de Recursos Humanos de Modernização - Dirhu, criada a partir do desmembramento da Superintendência de Recursos Humanos da Diretoria de Gestão Administrativa e Financeira - Diati. Verifica-se que no quadro de competências regimentais, aprovado para a criação da respectiva Diretoria, não foi contemplada a parte da modernização administrativa, realizada atualmente pela Gerência de Organização e Métodos - Georm, da Supad/Diati. Diante de tal situação e para que não seja criada uma superposição de atividades/tarefas, o Conselheiro Wagner Rossi propôs que as competências regimentais da Georm passem a compor o rol de competências regimentais da Gerência de Ações de Modernização da Gestão de Recursos Humanos - Gemor, conforme o anexo do Voto Conjunto acima referenciado. A Gerência de Organização e Métodos - Georm passará a denominar-se Gerência de Contratos - Gecot e receberá novas competências, conforme explicitado no Voto aprovado pela Diretoria Colegada da Companhia na 850^a reunião ordinária, realizada em 22/04/2008. Após as justificativas apresentadas pelo relator e em consonância com o inciso III, artigo 130 do Estatuto Social da Companhia, os demais Conselheiros aprovaram as competências regimentais da Gerência de Ações de Modernização da Gestão de Recursos Humanos - Gemor, e aprovação da alteração da nomenclatura da Gerência de Organização e Métodos - Georm que passa a denominar-se Gerência de Contratos - Gecot e a aprovação das novas competências da Gecot. Nada mais havendo a tratar, o Presidente do Conselho agradeceu a presença de todos e deu por encerrada a reunião de qual eu, Milton Elias Ortolan, Secretário do Conselho, lavrou a presente ata que após lida e aprovada, vai assinada pelos Conselheiros e por mim.

STÍAS BRASILEIRO
Presidente


GUILHERME COSTA DELGADO
Conselheiro


WAGNER GONÇALVES ROSSI
Conselheiro

EDILSON GUIMARÃES
Conselheiro


MARIA DAS GRAÇAS FONTES
Conselheira

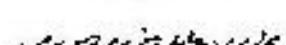

MILTON ELIAS ORTOLAN
Secretário

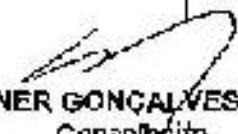
ATA DA CENTÉSIMA OCTOGÉSIMA PRIMEIRA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO - CONAB.

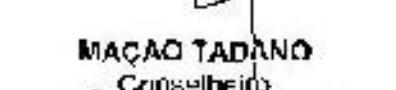
Aos vinte e oito dias do mês de maio de dois mil e oito, às 18h30, no Edifício Sede da Companhia Nacional de Abastecimento - Conab, Empresa Pública Federal, constituída nos termos do art. 15, inciso II da Lei nº 8.029, de 12 de abril de 1990, e instalada em 1º de janeiro de 1991, situada no SGAS, Quadra 601, Conjunto "A", nessa cidade de Brasília - Distrito Federal, com as presenças das Senhores **SILAS BRASILEIRO**, Presidente, **WAGNER GONÇALVES ROSSI**, **WILHERME COSTA DELGADO** e **MAÇAO TADANO**, Conselheiros, e **MARIA DAS GRAÇAS FONTES**, Conselheira, foi dado inicio à centésima octogésima primeira - 181ª - Reunião Ordinária do Conselho de Administração da Conab - Conab, referente ao mês de maio/2008. Presente, também, o Chefe de Gabinete da Presidência, o qual foi convidado para secretariar os trabalhos. Iniciada a reunião, o Presidente registrou que o Conselheiro **EDILSON GUIMARÃES** justificou sua ausência nessa reunião. Em seguida, passou para os itens da pauta da reunião, a saber: 1) Demonstrações Contábeis referentes ao mês de abril/2008 e respectivo Relatório das Principais Ocorrências Contábeis. CI/Sucon nº 385/2008. O Conselheiro Wagner Rossi apresentou as demonstrações contábeis e o relatório, com vistas à aprovação pelo Colegiado. Após a apresentação pelo Relator, os demais membros do Colegiado aprovaram os trabalhos elaborados pela Diretoria de Gestão Administrativa e Financeira - Dgaf. 2) Requerimento do Empregado **Wasny Nakle de Roure**. O empregado, por requerimento, pleiteia a correção de enquadramento no PCCS/Conab. A correspondência tem por objetivo reiterar o pleito de correção do enquadramento que foi elaborado e protocolado na Companhia horas do do retorno do empregado à Conab em abril de 2006. O ponto principal da sua solicitação se prende na exclusão das promoções por mérito que foram concedidas a todos os empregados efetivos ou cedidos da Companhia, no período em que o requerente era detentor de mandato parlamentar. O Conselheiro Wagner Rossi submeteu a solicitação aos demais membros do Colegiado. Após a apreciação, os Conselheiros decidiram encaminhar o assunto à Consultoria Jurídica do Mapa para análise e manifestação. 3) Relatório de Gestão - 1º Trimestre/2008. O Presidente do Conselho distribuiu cópia do Relatório em referência aos membros do Colegiado que, após tomarem conhecimento, aprovaram o Relatório Trimestral. 4) Análise de conjuntura agrícola. O Conselheiro **Guilherme Delgado** distribuiu "Nota para apresentação em Seminário" que trata da dinâmica recente da produção e consumo de alimentos feed-grains, carne-e-água no Brasil. Após a apresentação pelo Conselheiro o trabalho foi elogiado pelos demais membros. Em seguida, o Presidente do Conselho, Silas Brasileiro, sugeriu e foi aprovada pelos Conselheiros a realização de encontro com a presença de técnicos de diversos órgãos vinculados ao Mapa, para a discussão do assunto. Nada mais havendo a tratar, o Presidente do Conselho agradeceu a presença de todos e deu por encerrada a reunião da qual eu, Milton Elias Ortolan, Secretário do Conselho, levoi a presente ata que, após lida e aprovada, vai assinada pelos Conselheiros e por mim.

SILAS BRASILEIRO
Presidente


WILHERME COSTA DELGADO
Conselheiro


MARIA DAS GRAÇAS FONTES
Conselheira


WAGNER GONÇALVES ROSSI
Conselheiro


MAÇAO TADANO
Conselheiro


MILTON ELIAS ORTOLAN
Secretário

ATA DA CENTÉSIMA OCTOGÉSIMA SEGUNDA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO - CONAB.

Aos vinte e cinco diae do mês de junho de dois mil e oito às 9 horas, no Edifício Sede da Companhia Nacional de Abastecimento - Conab, Empresa Pública Federal, constituída nos termos do art. 16, inciso II da Lei nº 8.029, de 12 de abril de 1990, e instalada em 1º de janeiro de 1991, situada no SGAS, Quadra 901, Conjunto "A", nesta cidade de Brasília - Distrito Federal, com as presenças dos Senhores **SILAS BRASILEIRO**, Presidente, **WAGNER GONÇALVES ROSSI**, **GUILHERME COSTA DELGADO** e **EDILSON GUIMARÃES**, Conselheiros, e **MARIA DAS GRAÇAS FONTES**, Conselheira, foi iniciada a centésima octogésima segunda - 182ª - Reunião Ordinária do Conselho de Administração da Conab - Conab, referente ao mês de junho/2008. Presente, também, o Chefe de Gabinete da Presidência, o qual foi convidado para secretariar os trabalhos. Iniciada a reunião o Presidente registrou que o Conselheiro **MAÇAO TADANO** justificou sua ausência nesta reunião. Em seguida, passou para os itens da pauta da reunião, a saber: 1) **Demonstrações Contábeis referentes ao mês de maio/2008 e respectivo Relatório das Principais Ocorrências Contábeis**. CISucon nº 466/2008. O Conselheiro Wagner Rossi apresentou, com vistas à aprovação pelo Colegiado, as Demonstrações Contábeis e o respectivo relatório. Após a apresentação pelo Relator, os demais membros do Colegiado aprovaram os trabalhos elaborados pela Diretoria de Gestão Administrativa e Financeira - Difin. 2) **Criação das Superintendências Regionais nos Estados do Acre, Alagoas, Amapá, Roraima e Sergipe. Criação da função de Assistente na Superintendência Regional do Rio de Janeiro**. A missão da Conab é "Contribuir para a regularidade do abastecimento e garantia de renda ao produtor rural, participando de formulação e execução das políticas agrícola e de abastecimento", atuando em todo território nacional, por meio de suas Superintendências Regionais (Suregs) que atualmente estão localizadas em 21 estados (AM, BA, CE, ES, GO, MA, MT, MS, MG, PA, PI, PR, PE, RJ, RN, RO, RS, SC, SP e TO). Vinculadas a elas, existem 25 Unidades Armazenadoras (UA), onde está armazenado parte dos estoques públicos, estoques privados e os alimentos destinados aos programas sociais desenvolvidos pelo Governo Federal. As Superintendências Regionais são como canais executores das diversas políticas setoriais da Companhia para cumprir os objetivos básicos, que são: suprir carências alimentares em áreas necessitadas, fomentar o consumo dos produtos básicos e necessários à alimentação das populações mais carentes e formar estoques reguladores e estratégicos. A Sureg é ainda um dos instrumentos estratégicos de persecução e consecução dos objetivos institucionais da Conab, como a Política de Garantia de Preços Mínimos - PGPM, Programa de Aquisição de Alimentos - PAA e Política de Abastecimento. A distribuição das Suregs é definida em função das peculiaridades que o processo abastecedor apresenta em cada estado. A complexidade das operações de uma Superintendência Regional deve ter relação direta com a sua inter-relação com as ações institucionais da Conab na sua área de abrangência, visando a minimização, o afastamento ou a eliminação dos fatores alheios a essa clara e precisa competência. Em função das peculiaridades do processo abastecedor de cada estado o modelo proposto para a criação das referidas Suregs é de tipo IV, conforme consta no Regimento Interno. O Conselheiro Wagner Rossi, na forma do inciso III, art. 18 do Estatuto Social da Companhia, propõe a criação das Superintendências Regionais nos Estados de Acre, Alagoas, Amapá, Roraima e Sergipe e a criação da função de Assistente na Superintendência Regional do Rio de Janeiro/RJ. Informou que o assunto foi discutido

e aprovado na 853ª Reunião Ordinária da Diretoria Colegiada, realizada em 05/06/2008. Após as justificativas apresentadas pelo Relator, os demais membros do Colegiado aprovaram a criação das Superintendências Regionais na forma proposta, observados os aspectos legais e a legislação pertinente. 3) Ofício OF/NPPS/PR/RS/Nº 4321/2008, do Ministério Público Federal – Procuradoria da República no Rio Grande do Sul. Procedimento Administrativo nº 1.18.000.000355/2008-87. O Senhor Presidente do Conselho, Silas Brasileiro, solicitou a inclusão do pedido do Ministério Público Federal no sentido de esclarecer as medidas que o Mapa tem adotado quanto ao cumprimento das determinações contidas no Despacho Ministerial, datado de 31/08/2006. O Conselheiro Rossi, na qualidade de Presidente da Conab, informou que a Empresa estava enviando as informações solicitadas pelo MPF à Secretaria-Executiva do Mapa para subsidiar resposta daquela Pasta ao MPF. Informou, ainda, que foram atualizadas as informações com respeito aos demais processos internos de apuração, objetivando a recuperar o prejuízo ao erário. Os Conselheiros, após as informações oferecidas pelo Presidente do Conselho e pelo Conselheiro Rossi, decidiram encaminhar a solicitação ao Gabinete do Ministro do Mapa visando a constituição de Grupo Correicional Especial, composto por funcionários do Mapa e empregados da Conab, para o acompanhamento dos processos, objeto daquele Despacho Ministerial, haja vista que os órgãos de controle não apresentaram, à Anuca, indicação de servidores para constituir o referido Grupo Correicional. Nada mais havendo a tratar, o Presidente do Conselho agradeceu a presença de todos e deu por encerrada a reunião da qual eu, Milton Elias Ortolan, Secretário do Conselho, fui presente até que, após lida e aprovada, vai assinada pelos Conselheiros e por mim.

SILAS BRASILEIRO
Presidente

EDILSON GUIMARÃES
Conselheiro

WILHERME DA COSTA DELGADO
Conselheiro

WAGNER GONÇALVES ROSSI
Conselheiro

MARIA DAS GRACAS FONTES
Conselheira

MILTON ELIAS ORTOLAN
Secretário

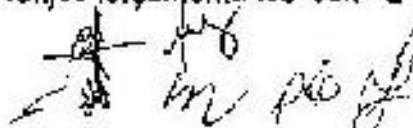
ATA DA CENTÉSIMA OCTOGÉSIMA TERCEIRA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO - CONAB.

Aos trinta dias do mês de julho de dois mil e oito, às 10 horas, no Edifício Sede da Companhia Nacional de Abastecimento - Conab, Empresa Pública Federal, constituída nos termos do art. 18, inciso II da Lei nº 8.026, de 12 de abril de 1990, e instalada em 1º de janeiro de 1991, situada no SGAS, Quadra 901, Conjunto "A", neste cidade da Brasília - Distrito Federal, com as presenças dos Senhores **SILAS BRASILEIRO**, Presidente, **WAGNER GONÇALVES ROSSI**, **GUILHERME COSTA DELGADO** e **EDILSON GUIMARÃES**, Conselheiros e **MARIA DAS GRAÇAS FONTES**, Conselheira, foi iniciada a centésima octogésima terceira - 163ª - Reunião Ordinária do Conselho de Administração da Conab - Conad, referente ao mês de junho/2008. Presente, também, o Chefe de Gabinete da Presidência, o qual foi convidado para secretariar os trabalhos. Aberta a reunião, o Presidente expôs que, nos termos do Decreto nº 23, de 24/07/2008, o Sr. José Menezes Neto foi designado como membro do Conselho em substituição ao Sr. Maçao Tadano. Na sequência, deu-se a posse ao novo Conselheiro. Na oportunidade, o Presidente agradeceu a inestimável colaboração do Conselheiro Maçao na condução dos assuntos pertinentes ao Conselho, desejando, ainda, as boas vindas ao Sr. José Menezes manifestando sua certeza quanto ao pleno sucesso do novo conselheiro no cumprimento de suas atribuições. O Conselheiro empossado agradeceu a manifestação dos demais membros, expondo sua disposição em colaborar com o colegiado em prol do alcance dos objetivos do Conselho e da Companhia. Dando continuidade à reunião, o Presidente para os itens da pauta referente às deliberações, a saber: 1) Demonstrações Contábeis e Relatório de Desempenho Econômico e Financeiro, referentes ao mês de junho/2008. CI/Sucon nº 563/2008. O Conselheiro Wagner Rossi apresentou, com vistas à aprovação pelo Colegiado, as Demonstrações Contábeis e o respectivo relatório. Após a apresentação pelo Relator, os demais membros do Colegiado aprovaram os trabalhos elaborados pela Diretoria de Gestão Administrativa e Financeira - Dgaf. 2) Voto Dgaf nº 109/2008. Processo Sureg/RJ nº 02.0080/2005. Baliza patrimonial do imóvel situado na Rua Leopoldo Bulhões nº 629, Bairro Benfica, no Município do Rio de Janeiro/RJ. Aprovado na 800ª Reunião da Diretoria Colegiada em 01/07/2008. A Gerência Regional do Patrimônio da União no Estado do Rio de Janeiro encaminhou a Sureg/RJ o Ofício nº 523/GRPU/RJ/COGFP de 3/8/2008, informando o cancelamento do contrato de cessão sob a forma de utilização gratuita, firmado entre a União Federal e o Serviço de Alimentação da Previdência Social - SAPS em 19/12/1958 em virtude de utilização do móvel referenciado em alívidade diversa da finalidade prevista na cláusula primeira do referido contrato, conforme despacho exarado nos autos do processo administrativo nº 10768.015436/53-21 daquela Gerência Regional. No citado imóvel funcionou uma unidade de comercialização dessa Companhia, cujo imóvel, com área de 4.500 m², foi invadido por famílias de baixa renda, após a desativação da unidade de comercialização. A Conab tentou a ciação do imóvel ao Governo do Estado do Rio de Janeiro (Voto Dgaf nº 081/07, aprovado na 827ª Redir, de 13/11/2007) aprovado pelo Conad em sua 175ª reunião ordinária, realizada em 21/11/2007, a qual não chegou a se concretizar, em razão da impossibilidade legal suscitada pela Procuradoria Geral visto haver esta Companhia receber o móvel por meio de cessão de uso gratuito, isto é, não houve a transferência de propriedade. Foi tentada também a cessão de uso ao Governo do Estado do Rio de Janeiro (Voto Dgaf nº 035/08, aprovado na 844ª Redir, de 12/3/2008), que não chegou a se concretizar em virtude do já mencionado fato que nunca houve transferência de domínio, isto é, o imóvel sempre pertenceu à União.

em.000.54

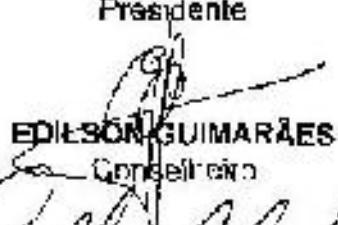
Cancelada pela Secretaria do Patrimônio da Unifac a cessão que outorgou direitos sobre o imóvel a Conab cessa automaticamente qualquer relação que esta Companhia possa ter com o terreno e sua estrutura, fato já comunicado ao Governo do Estado do Rio de Janeiro por intermédio do Ofício Presi nº 270, de 20/5/2008. Propõe, então, a Sureg/RJ a baixa patrimonial e contábil do imóvel em tela, tendo a Supad/Cerência de Patrimônio e Seguros informado o valor liquide/contábil registrado no patrimônio: Edificações R\$218.624,27; Terreno – R\$314.393,45. O Conselheiro Wagner Rossi, na forma do Inciso VIII do artigo 16 do Estatuto Social da Companhia, propôs ao Conselho de Administração a baixa patrimonial e contábil do imóvel em referência conforme deliberado pela Diretoria Colegiada da Conab, observada a legislação e os normativos vigentes. Após as justificativas apresentadas pelo Relator, os demais membros do Colegiado aprovaram a baixa patrimonial e contábil, de acordo com a proposta apresentada pelo presidente da empresa. 3) Voto Diyes nº 016/2008. Processo nº 10.188/2005. Desativação e alienação ou locação da UA/Paranaguá/PR. Aprovado na 842ª Reunião Ordinária da Diretoria Colegiada. A Sureg/PR propôs a desativação da Unidade Armazenadora de Paranaguá/PR e colocação do imóvel à venda ou para locação, pelos seguintes motivos: a) a Unidade está desacreditada da missão da Conab; b) não atende produtores rurais; c) não atende à Agricultura Familiar e outros Programas Sociais; d) presta serviço apenas a uma empresa do ramo de exportação da inadens, na modalidade reserva de estoque, que se assemelha à ocupação; e) os empregados daquela Unidade poderiam compor o quadro de pessoal da AF Curitiba, que está para ser aberto e não dispõe de pessoal suficiente, ou de outra Unidade. No caso de alienação, se os recursos da venda puderem ficar com a Conab, poderiam ser utilizados para investimento nas demais Unidades, hoje tão carentes de recursos para este fim. Se os recursos não puderem ficar com a Conab, o melhor seria locar a Unidade, pois se teria um resultado financeiro melhor do que o obtido atualmente pela Unidade obtendo-se, ainda, a disponibilidade de seus empregados. Al Suem corroborou com a proposta da Sureg/PR, por entender que aquela Unidade não vem cumprindo seu papel na missão da Conab e que poderia ter uma melhor destinação. A Diretoria de Gestão de Estoques - Diyes propôs a extinção da Unidade Armazenadora de Paranaguá/PR e a colocação do imóvel para locação, mediante licitação pública ou para alienação, caso os recursos provenientes da venda possam ser utilizados pela Conab, para investimento. O Conselheiro Wagner Rossi, na forma do inciso VIII do artigo 16 do Estatuto Social da Companhia, propôs ao Conselho de Administração que aprove a desativação, alienação ou locação da UA/Paranaguá, conforme proposto pela Diretoria Colegiada da Conab, observada a legislação pertinente e os normativos internos que regem a matéria. Após as justificativas apresentadas pelo Relator, os demais membros do Colegiado aprovaram a proposta apresentada. 4) O Conselheiro Guilherme Delgaro, fazendo uso da palavra, no quanto à Política Agrícola, enfatizou a necessidade da discussão de medidas corretivas à tendência das pressões inflacionárias oriundas dos produtos agropecuários. Destacou, ainda, que o Plano de Safra Agrícola (2008-2009) está na direção correta ao incentivar a elevação e recomposição da produção agrícola de "food-grains". Chamou a atenção por outro lado, para a premente necessidade da formação de estoques públicos de arroz, feijão, milho e trigo, em face da situação presente de virtual liquidação desses estoques. Neste sentido, o Conselheiro Edilson Cuimaraes – da Secretaria da Política Agrícola, ponderou que o Plano de Safra 2008-2009 já anunciou a recomposição dos estoques, embora reconheça que os recursos orçamentários alocados para a Política de Garantia de Preços Mínimos no Orçamento de 2009 sajam inadequados às necessidades da recomposição. Lembrou, ainda, da possibilidade de arranjos orçamentários com a

R.00073/



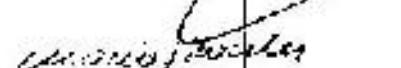
Secretaria do Tesouro a serem articulados no inicio do próximo ano, que puderiam melhorar a situação. Voltando ao assunto, o Conselheiro Guilherme Delgado enfatizou que a questão dos estoques mínimos não pode ficar circunstanciada a uma discussão estritamente burocrático-orçamentária, em razão da gravidade e significação deste tema na atual conjuntura de crise dos alimentos. Em sequência argumentou que o assunto precisaria ser colocado na sua verdadeira dimensão política, para que pudesse, a partir do segundo trimestre 2009, com a entrada da nova safra, ser objeto de imediata execução. O Conselheiro Wagner Rossi, Presidente da CONAB, concordou com a necessidade e urgência da abordagem do tema dos estoques públicos, ressaltando, ainda, que a situação atual reflete uma orientação hereditária de governos anteriores. Havia uma orientação anterior da prioridade aos instrumentos financeiros à equalização de preços (sem compra direta) em detrimento da formação física de estoques estratégicos. Do seu ponto de vista, essa política é parcialmente correta, porque os instrumentos comercial-financeiros são necessários, mas a ausência do Estado na formação do estoque de alimentos deixa-o inteiramente vulnerável a crises de abastecimento. O Presidente do Conselho e Secretário Executivo do MAPA, Silas Brasileiro, chamou a atenção para a relevância do assunto em debate, pedindo destaque em Ata das questões ali tratadas. Lembrou que o assunto já estava nas cogitações e voltaria a ser tratado pela alta direção do Ministério da Agricultura. Levantou, ainda, uma outra questão, conexa à formação de estoques, qual seja a proposta de associar a recuperação dos estoques públicos agrícolas com a possibilidade de importação de grãos transgênicos, ora vedada pela legislação ambiental. Após discussão por parte dos membros do Conselho, o Presidente recomendou que o assunto seja submetido ao conhecimento do Sr. Ministro do Meio Ambiente, com vistas à adoção de medidas julgadas pertinentes. Nada mais havendo a tratar, o Presidente do Conselho agradeceu a presença de todos e deu por encerrada a reunião da qual eu, Milton Elias Ortolan, Secretário do Conselho, lavrei a presente ata que, após lida e aprovada, val assinada pelos Conselheiros e por mim.

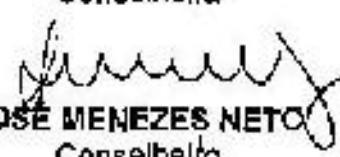

SILAS BRASILEIRO
 Presidente


EDILSON GUIMARÃES
 Conselheiro


GUILHERME DA COSTA DELGADO
 Conselheiro


WAGNER GONÇALVES ROSSI
 Conselheiro


MARIA DAS GRAÇAS FONTES
 Conselheira


JOSÉ MENEZES NETO
 Conselheiro


MILTON ELIAS ORTOLAN
 Secretário

TERMO DE POSSE

Aos trinta dias do mês de julho de dois mil e oito, no Edifício Sede da Companhia Nacional de Abastecimento – Conab, Empresa Pública Federal, constituída pela fusão autorizada pelo inciso II do artigo 16 da Lei nº 8.029, de 12/04/1990, e instalada em 1º/01/1991, situada no SGAS, Quadra 901, Conjunto "A", lote 69, nesta cidade de Brasília/DF, o Senhor **José Menezes Neto**, brasileiro, casado, economista, natural de Coroatá/MA, portador da Carteira de Identidade nº 432.443 - SSP/DF e do CPF nº 182.714.131-04, residente no Condomínio Bela Vista, Módulo Q, casa 16 - Grande Colorado - Brasília/DF, tomou posse como Membro do Conselho de Administração da Companhia Nacional de Abastecimento – Conab, conforme Decreto de 23/07/2008, publicado no Diário Oficial da União de 24/07/2008. O empossado cumpriu a exigência do parágrafo 2º, artigo 32 do Estatuto Social apresentando sua declaração de bens, bem como declara expressamente adesão às normas e condições estabelecidas no Código de Conduta Ética Federal.

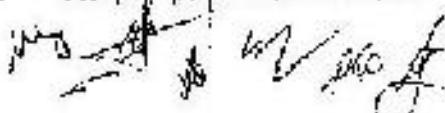


JOSÉ MENEZES NETO

ATA DA CENTÉSIMA OCTOGÉSIMA TERCEIRA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO - CONAB.

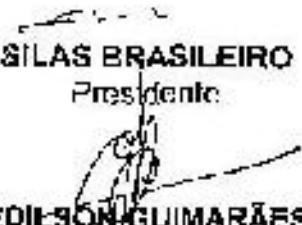
Aos trinta dias do mês de julho de dois mil e oito, às 10 horas, no Edifício Sede da Companhia Nacional de Abastecimento - Conab, Empresa Pública Federal, constituída nos termos do art. 16, inciso II da Lei nº 8.029 de 12 de abril de 1990 e instalada em 1º de janeiro de 1991, situada no SGAS, Quadra 901, Conjunto 701, nesta cidade de Brasília - Distrito Federal, com as presenças dos Sessores **SILAS BRASILEIRO**, Presidente, **WAGNER GONÇALVES ROSSI**, **GUILHERME COSTA DELGADO** e **EDILSON GUIMARÃES**, Conselheiros, e **MARIA DAS GRAÇAS FONTES**, Conselheira, foi iniciada a centésima octogésima terceira - 183ª - Reunião Ordinária do Conselho de Administração da Conab - Conad, referente ao mês de julho/2008. Presente, também, o Chefe de Gabinete da Presidência, o qual foi convidado para secretariar os trabalhos. Aberta a reunião, o Presidente expôs que, nos termos do Decreto nº 23, de 24/07/2008, o Sr. José Menezes Neto foi designado como membro do Conselho em substituição ao Sr. Maçan Tadano. Na sequência, deu-se a posse ao novo Conselheiro. Na oportunidade, o Presidente agradeceu a inestimável colaboração do Conselheiro Maçan na condução dos assuntos pertinentes ao Conselho, desejando, ainda, as boas vindas ao Sr. José Menezes manifestando sua certeza quanto ao pleno sucesso do novo conselheiro no cumprimento de suas atribuições. O Conselheiro empossado agradeceu a manifestação dos demais membros, expondo sua disposição em colaborar com o colegiado em prol do alcance dos objetivos do Conselho e da Companhia. Dando sequência à reunião, o Presidente para os itens da pauta referente às deliberações, a saber: 1) Demonstrações Contábeis e Relatório de Desempenho Econômico e Financeiro, referentes ao mês de junho/2008. CI/Sucon nº 553/2008. O Conselheiro Wagner Rossi apresentou, com vistas à aprovação pelo Colegiado, as Demonstrações Contábeis e o respectivo relatório. Após a apresentação pelo Relator, os demais membros do Colegiado aprovaram os trabalhos elaborados pela Diretoria de Gestão Administrativa e Financeira - Difafi. 2) Voto Diari nº 109/2008, Processo Sureg/RJ nº 02.0080/2005, Baixa patrimonial do imóvel situado na Rua Leopoldo Bulhões nº 529, Bairro Benfica, no Município do Rio de Janeiro/RJ. Aprovado na 680ª Reunião da Diretoria Colegiada em 01/07/2008. A Gerência Regional do Palmeirim da União no Estado do Rio de Janeiro encaminhou a Sureg/RJ o Ofício nº 523/GRPU/RJ/COGEP, de 3/3/2008, informando o cancelamento do contrato de cessão, sob a forma de utilização gratuita, firmado entre a União Federal e o Serviço de Alimentação da Previdência Social - SAPS em 19/12/1968, em virtude da utilização do imóvel referenciado em atividade diversa da finalidade prevista na cláusula primeiro do referido contrato, conforme despacho exarado nos autos do processo administrativo nº 10768.015436/93-21 daquela Gerência Regional. No citado imóvel funcionou uma unidade de comercialização deste Companhia, cujo imóvel, com área de 4.500 m², foi invadido por famílias de baixa renda, após a desativação da unidade de comercialização. A Conab tentou a cobrança do imóvel ao Governo do Estado do Rio de Janeiro (Voto Diari nº 061/07, aprovado na 827ª Redir, de 13/11/2007), aprovado pelo Conad em sua 175ª reunião ordinária, realizada em 21/11/2007, a qual não chegou a se concretizar em razão de impossibilidade legal suscitada pela Procuradoria Geral, visto haver esta Companhia recebido o imóvel por meio de cessão de uso gratuito, isto é, não houve a transferência de propriedade. Foi tentada também a cessão da uso ao Governo do Estado do Rio de Janeiro (Voto Diari nº 035/08, aprovado na 844ª Redir, de 12/3/2008), que não chegou a se concretizar em virtude do já mencionado fato que nunca houve transferência de domínio, isto é, o imóvel sempre pertenceu à União.

10.000,00

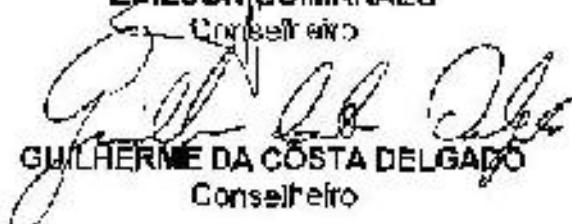


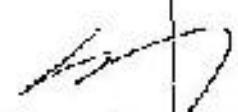
CANCELADA PELA SECRETARIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO A CESSIONE QUE AUTORIZA direitos sobre o imóvel a Conab cessa automaticamente qualquer relação que esta Companhia possa ter com o terreno sob sua posse, fato já comunicado ao Governo do Estado do Rio de Janeiro por intermédio do Ofício Presi nº 273, de 20/6/2008. Propõe, então, a Sureg/RJ a baixa patrimonial e contábil do imóvel em tela, tendo a Superintendência de Patrimônio e Seguros informado o valor liquidado contábil registrado no patrimônio: Edificações R\$218.664,27; Terreno - R\$314.393,45. O Conselheiro Wagner Rossi, na forma do inciso VIII do artigo 16 do Estatuto Social da Companhia, propõe ao Conselho de Administração a baixa patrimonial e contábil do imóvel em referência, conforme deliberado pela Diretoria Colegiada da Conab, observada a legislação e os normativos vigentes. Após as justificativas apresentadas pelo Relator, os demais membros do Colegiado aprovaram a baixa patrimonial e contábil, de acordo com a proposta apresentada pelo presidente da empresa. 3) Voto Diges nº 016/2008. Processo nº 10.186/2006. Desativação e alienação ou locação da UA/Paranaguá/PR. Aprovado na 843ª Reunião Ordinária da Diretoria Colegiada. A Sureg/PR propôs a desativação da Unidade Armazenadora de Paranaguá/PR e colocação do imóvel à venda ou para locação, pelos seguintes motivos: a) a unidade está dissociada da missão da Conab; b) não atende produtores rurais; c) não atende a Agricultura Familiar e outros Programas Sociais; d) presta serviço apenas a uma empresa do ramo de exportação de madeira, na modalidade reserva de espaço, que se assemelha à locação; e) os empregados daquela Unidade poderiam compor o quadro de pessoal do AF Curitiba, que está para ser aberto e não dispõe de pessoal suficiente, ou de outra Unidade. No caso de alienação, se os recursos da venda puderem ficar com a Conab, poderiam ser utilizados para investimento nas demais Unidades, hoje tão carentes de recursos para este fim. Se os recursos não puderem ficar com a Conab, o melhor seria locar a Unidade, pois se teria um resultado financeiro melhor do que o obtido atualmente pela Unidade obtendo-se, ainda, a disponibilidade de seus empregados. A Sureg corrobora com a proposta da Sureg/PR, por entender que aquela Unidade não vem cumprindo seu papel na missão da Conab e que poderia ter uma melhor destinação. A Diretoria de Gestão de Estoques - Diges propôs a extinção da Unidade Armazenadora de Paranaguá/PR e a colocação do imóvel para locação, mediante licitação pública ou para alienação, caso os recursos provenientes da venda possam ser utilizados pela Conab, para investimento. O Conselheiro Wagner Rossi, na forma do inciso VIII do artigo 16 do Estatuto Social da Companhia, propôs ao Conselho de Administração que autorize a desativação, alienação ou locação da UA/Paranaguá, conforme proposta pela Diretoria Colegiada da Conab, observada a legislação pertinente e os normativos internos que regem a matéria. Após as justificativas apresentadas pelo Relator, os demais membros do Colegiado aprovaram a proposta apresentada. 4) O Conselheiro Guilherme Delgado, fazendo uso da palavra, no lecanto à Política Agrícola, enfatizou a necessidade da discussão de medidas corretivas à tendência das pressões inflacionárias oriundas dos produtos agropecuários. Destacou, ainda, que o Plano de Safra Agrícola (2008-2009) está na direção correta ao incentivar a elevação e recomposição da produção agrícola de "food-grains". Chamou a atenção, por outro lado, para a premente necessidade de formação de estoques públicos de arroz, feijão, milho e trigo, em face da situação presente de virtual liquidação desses estoques. Neste sentido, o Conselheiro Edilson Guimarães - da Secretaria de Política Agrícola, ponderou que o Plano de Safra 2008-2009 já anunciou a recomposição dos estoques, embora reconheça que os recursos orçamentários alocados para a Política de Garantia de Preços Mínimos no Orçamento de 2009 sejam inadequados às necessidades da recomposição. Lembrou, ainda, da possibilidade de arranjos orçamentários com a

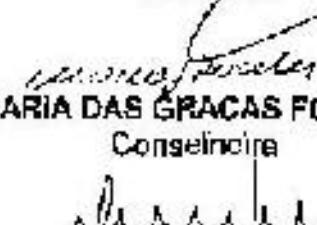
Secretaria do Tesouro a serem articulados no início do próximo ano, que poderiam melhorar a situação. Voltando ao assunto, o Conselheiro Guilherme Delgado enfatizou que a questão dos estoques mínimos não pode ficar circunstanciada a uma discussão estritamente burocrático-orçamentária, em razão da gravidade e significação deste tema na atual conjuntura da crise dos alimentos. Em seqüência argumentou que o assunto precisaria ser colocado na sua verdadeira dimensão política, para que pudesse, a partir do segundo trimestre 2009, com a entrada da nova safra, ser objeto de imediata execução. O Conselheiro Wagner Rossi, Presidente da CONAB, concordou com a necessidade e urgência da abordagem do tema dos estoques públicos, ressaltando, ainda, que a situação atual reflete uma orientação herdada de governos anteriores. Havia uma orientação anterior de prioridade aos instrumentos financeiros à equalização de preços (sem compra direta) em detrimento da formação fiscal de estoques estratégicos. Do seu ponto de vista, essa política é parcialmente correta, porque os instrumentos comercial-financeiros são necessários, mas a ausência do Estado na formação de estoque de alimentos deixa-o inteiramente vulnerável a crises de abastecimento. O Presidente do Conselho e Secretário Executivo do MAPA, Silas Brasileiro, chamou a atenção para a relevância do assunto em debate, pedindo destaque em Ata das questões ali tratadas. Lembrou que o assunto já estava nas cogitações e voltaria a ser tratado pela alta direção do Ministério da Agricultura. Levantou, ainda, uma outra questão, conexa à formação de estoques, qual seja a proposta de associar a recuperação dos estoques públicos agrícolas com a possibilidade da importação de grãos transgênicos, ora vedada pela legislação ambiental. Após discussão por parte dos membros do Conselho, o Presidente recomendou que o assunto seja submetido ao conhecimento do Sr. Ministro do Mapa, com vistas à adoção de medidas julgadas pertinentes. Nada mais havendo a tratar, o Presidente do Conselho agradeceu a presença de todos e deu por encerrada a reunião de qual eu, Milton Elias Ortolan, Secretário do Conselho, lavrei a presente ata que, após lida e aprovada, vai assinada pelos Conselheiros e por mim.


SILAS BRASILEIRO
Presidente


EDILSON GUIMARÃES
Conselheiro


GUILHERME DA COSTA DELGADO
Conselheiro


WAGNER GONÇALVES ROSSI
Conselheiro


MARIA DAS GRACAS FONTES
Conselheira


JOSE MENEZES NETO
Conselheiro


MILTON ELIAS ORTOLAN
Secretário

ATA DA CENTÉSIMA OCTOGÉSIMA QUARTA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO - CONAB.

Aos vinte e sete dias do mês de agosto de dois mil e oito, às 10 horas, no Edifício Sede da Companhia Nacional de Abastecimento - Conab, Empresa Pública Federal, constituída nos termos do art. 1º, inciso II da Lei nº 8.029, de 12 de abril de 1990, e instalada em 1º de janeiro de 1991, situada no SGAS, Quadra 901, Conjunto "A", nesta cidade de Brasília - Distrito Federal, com as presenças dos Senhores **SILAS BRASILEIRO**, Presidente, **WAGNER GONÇALVES ROSSI**, **GUILHERME COSTA DELGADO** e **JOSÉ MENEZES NETO**, Conselheiros e **MARIA DAS GRAÇAS FONTE**, Conselheira, foi iniciada a centésima octogésima quarta - 104ª - Reunião Ordinária do Conselho de Administração da Conab - Conad, referente ao mês de agosto/2008. Presente, também, o Chefe de Gabinete da Presidência, o qual foi convidado para secretariar os trabalhos. Aberta a reunião, o Presidente justificou a ausência do Conselheiro **EDILSON GUIMARÃES**, por motivo de viagem a serviço em companhia do Senhor Ministro do Mapa. Dando sequência à reunião, o Presidente relatou os itens da pauta referente às alegações, a saber: 1) **Demonstrações Contábeis e Relatório de Desempenho Econômico e Financeiro, referentes ao mês de Julho/2008**. CI/Sucor nº 697/2008 e nº 703/2008, respectivamente. O Conselheiro Wagner Rossi apresentou, com vistas à aprovação pelo Colegiado, as Demonstrações Contábeis e o respectivo relatório. Após a apresentação pelo Relator, os demais membros do Colegiado aprovaram os trabalhos elaborados pela Diretoria de Gestão Administrativa e Financeira - Diafi. 2) **Voto Diafi nº 1117/2008. Planejamento de Investimentos 2008/2011**. Proposta para a expansão do orçamento de investimentos da Companhia no período de 2008/2011. Tendo como objetivo recuperar e modernizar o sistema de armazenagem próprio da Conab, implantar novas Unidades Armazenadoras, atualizar o parque tecnológico de Informática e adequar as estruturas administrativas das Superintendências Regionais, visando atender a diretriz do Governo Federal em ampliar a produção agropecuária nas próximas safras, notadamente com forte apoio nos financiamentos para a agricultura empresarial e na agricultura familiar, inclusive com a implementação do Programa Mais Alimentos e a ampliação dos estoques públicos de 1,5 milhão de toneladas em 2008 para 6 milhões de toneladas em 2009. A Diafi, após inúmeras consultas às demais Diretorias, elaborou a anexa proposta **Planejamento de Investimentos 2008/2011**. Tendo em vista esta cenário, é imperiosa a necessidade da Conab se preparar e responder, em nível técnico, operacional e econômico e esse expressivo aumento da produção interna de alimentos e dos Programas Sociais do Governo. No Planejamento em pauta, são indicadas as áreas de aplicação dos recursos: a) Operacional: reforma e modernização de 30 (trinta) unidades estratégicas, certificação de todo o complexo armazeador, conclusão das obras da UA Uberlândia, implantação de novas Unidades Armazenadoras. b) Administrativo: atualização do parque de informática e reestruturação das instalações das Sedes das Superintendências Regionais. Para que a Conab possa gerar recursos financeiros próprios, serão alienados 138 imóveis disponíveis, sendo, de imediato, vencidos 42 (quarenta e dois) imóveis regularizados e avaliados em, no mínimo, R\$ 77 milhões. Os outros 126 (cento e vinte e seis) imóveis, englobando prédios, galpões, entrepostos de pesca, armazéns, casas, lojas, sobrelatas, terrados e fazendas, devido à necessidade de regularização jurídica e novas avaliações, serão programados para uma 2ª etapa do processo. Estima-se um valor total de R\$ 33 milhões e serem obtidos com estas alienações até 2011. Estes recursos são capazes de financiar, no mínimo, 60% do Programa de Investimentos no

M.200754

periodo 2008/2011 (4 anos), alcançando um nível de investimento de cerca de R\$ 205 milhões. Os recursos complementares vêm do Tesouro Nacional. O Conselheiro Wagner Rossi, na forma do Inciso V, artigo 15 do Estatuto Social da Companhia, submete à deliberação do Conselho de Administração o Planejamento de Investimentos 2008/2011. Após as justificativas apresentadas pelo Relator, os demais membros do Colegiado aprovaram o Planejamento de Investimentos 2008/2011. 3) Comunicação Interna Presi nº 393/2008. Parecer Coger nº 27/2008 referente ao Processo nº 21000.012353/2005-45/MAPA. Processo Interno de Apuração da Conab oriundo do MAPA. O Conselheiro Wagner Rossi submeteu ao conhecimento dos demais membros do Colegiado as providências tomadas no tocante ao Processo Interno de Apuração da Conab - Processo nº 21000.012353/2005-45/Mapa, ficando registrado a ciência dos Conselheiros quanto aos teores do documento. 4) Assuntos Gerais: O Senhor Presidente colocou em discussão o tema sobre a Política da Manutenção de Estoques Públicos por parte da Conab. Após várias considerações feitas pelos Senhores Conselheiros, o Sr. Wagner Rossi fez breve relato sobre o assunto, esclarecendo que a matéria já foi discutida com os setores técnicos e com o Senhor Ministro do MAPA. Expôs, ainda, que também já teve a oportunidade de externar sua posição ao Senhor Presidente da República, que manifestou sua concordância com o estabelecimento dos estoques públicos. O Senhor Presidente do Conselho sugeriu, e foi aprovado pelos demais Conselheiros, que fosse transcrita em ata a preocupação com o tema, assim como que o assunto seja levado ao conhecimento do Senhor Ministro do Meio. Nada mais havendo a tratar, o Presidente do Conselho agradeceu a presença de todos e deu por encerrada a reunião da qual eu, Milton Elias Ortolan, Secretário do Conselho, fui o presente atuante, após lida e aprovada, val assinada pelos Conselheiros e por mim.

SILAS BRASILEIRO
Presidente

MARIA DAS GRACAS FONTES
Conselheira

JOSÉ MENEZES NETO
Conselheiro

WAGNER BONÇALVES ROSSI
Conselheiro

GUILHERME DA COSTA DELGADO
Conselheiro

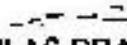
MILTON ELIAS ORTOLAN
Secretário

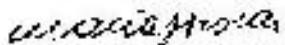
ATA DA CENTÉSIMA OCTOGÉSIMA QUINTA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO - CONAB.

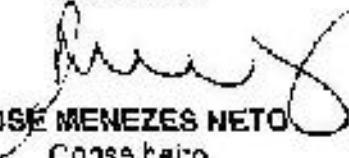
Asse vinte e nove dias do mês de setembro de dois mil e oito, às 10 horas, no Edifício Sede da Companhia Nacional de Abastecimento - Conab, Empresa Pública Federal, constituída nos termos do art. 16, inciso II da Lei nº 8.029, de 12 de abril de 1990, e instalada em 1º de janeiro de 1991, situada no SGAS, Quadra 901, Conjunto "A", nesta cidade de Brasília - Distrito Federal, com as presenças dos Senhores SILAS BRASILEIRO, Presidente, WAGNER GONCALVES ROSSI, GUILHERME COSTA DELGADO, EDILSON GUIMARÃES e JOSÉ MENEZES NETO, Conselheiros, e MARIA DAS GRAÇAS FONTES, Conselheira, foi iniciada a centésima oitogésima quinta - 186ª - Reunião Ordinária do Conselho de Administração da Conab - Conad, referente ao mês de setembro/2008. Presente, também, o Chefe de Gabinete da Presidência, o qual foi convocado para encerrar as trabalhos. Aberta a reunião, o Presidente relatou os itens da pauta referente às deliberações, a saber:
1) **Demonstrações Contábeis**. Referente a agosto/2008. CI/Sucom nº 778/2008 e Relatório de Desempenho Econômico e Financeiro – Agosto/2008. O Conselheiro Wagner Rossi apresentou, com vistas à aprovação pelo Colegiado as Demonstrações Contábeis e o respectivo relatório. Após a apresentação pelo Relator, os demais membros do Colegiado aprovaram os trabalhos elaborados pela Diretoria de Gestão Administrativa e Financeira – DGF. 2) Voto Presi nº 011/2008. Nota Técnica Copav nº 01/2008 – Revisão do PPA e Proposta Orçamentária Exercício 2009. Em conformidade com as Leis nº 1.653, de 07/04/2008 (PPA 2009-2011) e nº 11.768, de 14/06/2000, e demais orientações dos órgãos central (SOF) e setorial (MAPA/CGCF) de orçamento e com base nas demandas apresentadas pelas áreas desenvolvidas foi apresentadas pela Copav proposta de revisão do PPA e a programação orçamentária para o exercício de 2009. Por meio do Ofício nº 946/2008-SE/MAPA, de 11/07/2008, a Secretaria-Executiva do Mapa comunicou o limite orçamentário da Conab, no total de R\$ 82.000.000,00 (oitenta e dois milhões de reais) para o exercício de 2009, inherentes às despesas discricionárias. Estão excluídas deste limite as despesas com pessoal (Funra e Cibrins), benefícios, Remunerações trabalhistas e despesas financeiras (Formação de Estoques Públicos e conclusão da obra do Uberlândia/MG). Face ao plano de alienação de ativos e após gestões junto ao MAPA, o limite de R\$ 82.000.000,00 foi alterado para R\$ 141.000.000,00, com a distribuição expressa no corpo do Voto. A alocação do orçamento para as despesas sujeitas aos limites observou a seguinte priorização: atendimento ao pagamento dos benefícios, custeio, programa de revitalização da Companhia, rede própria de UAs, fiscalização de estoques, pesquisa de safras e demais ações. O orçamento para o exercício de 2009, em função dos limites estabelecidos pela SOF e Mapa, trouxe algumas demandas da Companhia especialmente no que se refere às despesas com Custo, Pessoal, Benefícios e Treinamento. Em se aprovando na Secretaria de Orçamento Federal - SOF e no Congresso Nacional - CN a proposta ora apresentada, provavelmente haverá necessidade de ampliação, principalmente no que tange as despesas de pessoal e benefícios face ao retorno de anistiados devendo por outro lado a Conab adotar ao longo de 2009 medidas de contenção de gastos, notadamente com viagens e serviço das mesmas de custeio. O Conselheiro Wagner Gonçalves Rossi, em conformidade com o Estatuto Social da Companhia (art. 18 – inciso VI), submete à apreciação do Conselho de Administração a Proposta Orçamentária para o exercício de 2009 (art. 16 – inciso

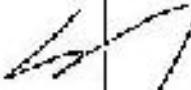
61 *Minya*

III. Informa que o assunto foi submetido e aprovado pela Diretoria Colegiada na 809ª Reunião Ordinária. Após as justificativas apresentadas pelo Relator os demais membros do Colegiado aprovaram a Proposta Orçamentária para o exercício de 2009. Nada mais havendo a tratar, o Presidente do Conselho agradeceu a presença de todos e deu por encerrada a reunião da qual eu, Milton Elias Ortolan, Secretário do Conselho, lavrei a presente ata que, após lida e aprovada, vai assinada pelos Conselheiros e por mim.

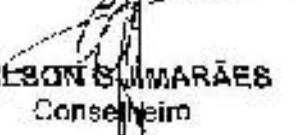

SILAS BRASILEIRO
Presidente


MARIA DAS GRAÇAS FONTES
Conselheira


JOSE MENEZES NETO
Conselheiro


WAGNER GONÇALVES ROSSI
Conselheiro


GUILHERME DA COSTA DELGADO
Conselheiro


EDILSON GUIMARÃES
Conselheiro


MILTON ELIAS ORTOLAN

Secretário

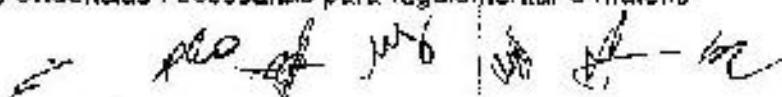
ATA DA CENTÉSIMA OCTOGÉSIMA SEXTA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO - CONAB.

Aos vinte e um dias do mês de outubro de dois mil e oito, às 16 horas, no Edifício Sede da Companhia Nacional de Abastecimento - Conab, Empresa Pública Federal, constituída nos termos do art. 1º, inciso II da Lei nº 6.029, de 12 de abril de 1990, e instalada em 1º de Janeiro de 1991, situada no SGAS, Quadra 901, Conjunto "A", nessa cidade de Brasília - Distrito Federal, com as presenças dos Senhores SILAS BRASILEIRO, Presidente, WAGNER GONÇALVES ROSSI, GUILHERME COSTA DELGADO, EDILSON GUIMARÃES e JOSÉ MENEZES NETO. Conselheiros. e MARIA DAS GRAÇAS FONTES, Conselheira. Foi iniciada a centésima octogésima sexta - 186º - Reunião Ordinária do Conselho de Administração da Conab - Corad, referente ao mês de outubro/2008. Presente, também, o Chefe do Gabinete da Presidência, o qual foi convidado para secretariar os trabalhos. Aberta a reunião, o Presidente relatou os itens da pauta referente às deliberações, a saber:

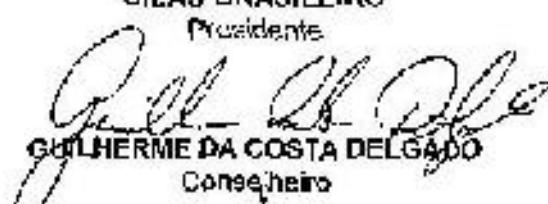
1) Demonstrações Contábeis. Referente a setembro/2008. CI/Sucd n°s 894/2008 e Relatório de Desempenho Econômico e Financeiro - Setembro/2008. O Conselheiro Wagner Rossi acrescentou, com vistas à aprovação pelo Colegiado, as Demonstrações Contábeis e o respectivo relatório. Após a apresentação pelo Relator, os demais membros do Colegiado aprovaram os trabalhos elaborados pela Diretoria de Gestão Administrativa e Financeira - Dgaf. **2) Voto Presi n° 014/2008.** Nota Técnica Audit nº 018/2008. Aprovado na 872º Reunião da Diretoria Colegiada em 30/09/2008. Colocado o assunto em discussão, foi solicitado maiores esclarecimentos do conteúdo da Nota Técnica Audit C15/2008 e, posteriormente, que a matéria fosse rerepresentada na próxima reunião da Conab. **3) Proposta de aumento da participação acionária da Conab na Companhia Estadual de Silos e Armazéns - CESARS.** por meio da correspondência PRES/Carta nº 220/2008. propôs à Conab que aumentasse sua participação acionária naquela Companhia, com um aporte de capital em torno de R\$42.000.000,00 (quarenta e dois milhões de reais). O assunto foi, inicialmente, analisado pela Área Jurídica da Conab, que se manifestou acerca da legalidade da proposta, explicitando que no Estatuto Social da Conab não há previsão legal para a Companhia adquirir diretamente ações da Sociedade de Economia Mista. A Presge afirmou que os aumentos de capital da Conab dar-se-ão na forma descrita no artigo 9º do Estatuto Social. Após seu relato, o Presidente colocou o assunto em discussão quando os Conselheiros deliberaram pela conveniência de não aceitar a proposta, consubstanciando-se, inclusive, nos impedimentos estatutários registrados pela Procuradoria-Geral. Recomendou, ainda, que fosse encaminhada cópia desta Ata ao Ministério supervisor para ciência da decisão.

4) Licença Maternidade. Lei nº 11.770/2008. Prorrogação por sessenta dias. O Diretor de Diretoria de Recursos Humanos e Modernização - Dirthu apresentou à Diretoria Colegiada da Conab, na 973º Reunião, proposta para extensão às empregadas da Companhia dos benefícios da licença-maternidade, nos moldes da Lei 11.770/2008. A Diretoria Colegiada, após as justificativas apresentadas pelo Diretor, aprovou a proposta e recomendou que o assunto fosse submetido ao Corad. Em seguida, à aprovação, foi emitida a Resolução nº 16, de 07/10/2008. O Conselheiro Wagner Rossi, na qualidade de Presidente da Conab, submeteu o assunto aos Conselheiros, conforme disposto no artigo 2º, inciso X do Regimento Interno, com vistas à ratificação da decisão adotada pelo corpo direutivo da Companhia. Após avaliarem a matéria, os Conselheiros de Administração ratificaram os termos da Resolução que disciplinou a matéria no âmbito da Conab, recomendando que a Diretoria de Recursos Humanos e Modernização - Dirthu adote as providências necessárias para regulamentar a matéria.

Ministra



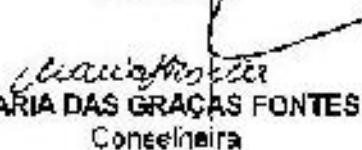
ro âmbito da Companhia, observando os normativos e a legislação pertinente. Nada mais havendo a tratar, o Presidente do Conselho agradecou a presença de todos e deu por encerrada a reunião da qual eu, Milton Elias Ortolan, Secretário do Conselho, lavrei a presente ata que, após lida e aprovada, va assinada pelos Conselheiros e por mim.

SILAS BRASILEIRO
Presidente

GUILHERME DA COSTA DELGADO
Conselheiro

EDILSON DAUIMARÃES
Conselheiro


MOLTON ELIAS ORTOLAN
Secretário


WAGNER GONÇALVES ROSSI
Conselheiro


MARIA DAS GRACAS FONTES
Conselheira


JOSE MENEZES NETO
Conselheiro


ATA DA CENTÉSIMA OCTOGÉSIMA SÉTIMA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO - CONAB.

Aos dezenove dias do mês de novembro de dois mil e oito, às 106 horas, no Edifício Sede da Companhia Nacional de Abastecimento - Conab, Empresa Pública Federal, constituída nos termos do art. 18, inciso II da Lei nº 8.029, de 12 de abril de 1990, e instalada em 1º de janeiro de 1991, situada no SGAS, Quadra 901, Conjunto "A", nela cidade de Brasília - Distrito Federal, com as presenças dos Senhores **SILAS BRASILEIRO**, Presidente, **GUILHERME COSTA DELGADO** e **JOSÉ MENEZES NETO**, Conselheiros, e **MARIA DAS GRAÇAS FONTES**, Conselheira, foi iniciada a centésima octogésima sétima - 187ª - Reunião Ordinária do Conselho de Administração da Conab - Conab referente ao mês de novembro/2008. Presente, também, o Chefe de Gabinete da Presidência, o qual foi convidado para secretariar os trabalhos. Aberta a reunião, o Presidente registrou a ausência do Conselheiro **WAGNER GONÇALVES ROSSI**, que está em gozo de férias regulamentares, e do Conselheiro **EDILSON GUIMARÃES**, que se encontra em viagem a serviço do Mapa. Em seguida passou-se para os itens da pauta referente às deliberações, a saber:

1) Relatório de Gestão - 3º Trimestre/2008. O Presidente apresentou aos demais membros o relatório que tem por objetivo demonstrar a atuação da Conab ao longo dos três primeiros trimestres de 2008, destacando os resultados alcançados nas várias atividades executadas nesse período. O relatório está dividido em cinco capítulos e foi elaborado a partir dos dados e informações gerenciais fornecidos pelas diversas unidades orgânicas da Companhia. Após a apresentação, o Presidente colocou o assunto em discussão, com vistas à sua aprovação. Após as considerações dos demais membros, o Conselho aprovou o Relatório de Gestão - 3º Trimestre/2008.

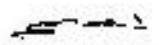
2) Relatório de Desempenho Econômico e Financeiro - Outubro/2008. O Presidente Silas Brasileiro apresentou, com vistas à aprovação pelo Colegiado, o Relatório em referência. Após as considerações apresentadas pelo Relator, os demais membros do Colegiado aprovaram os trabalhos elaborados pela Diretoria de Gestão Administrativa e Financeira - Dgaf. 3) Voto Presi nº 014/2008. Nota Técnica Audit nº 018/2008. Adequação das competências regimentais da Auditoria Interna e estabelecimento do Código de Ética. O Presidente informou que este assunto foi submetido ao Conselho na reunião anterior e, por solicitação do Conselheiro Guilherme Delgado, a Companhia fosse instada a fornecer maiores esclarecimentos sobre a necessidade das mudanças propostas, com posterior reaprovação do assunto nesta Reunião. O Conselheiro Guilherme Delgado informou que, por ocasião da reunião do Conselho realizada em outubro passado, o tópico sobre a mudança no Regimento Interno da Auditoria foi colocado em discussão visando adequá-lo à nova estratégia de prevenção de riscos. Faz uma ponderação no sentido de que se explicitasse os riscos estratégicos concorrentes às contas subvençionadas pelo Tesouro Nacional, materializadas nos chamados Prêmios de Equalização na venda de estoques ou na subvenção financeira à comercialização privadas (Pepro, Prop, P-soja, etc). Argumentou, na ocasião, que faltava esta explicitação no teor do Regimento Interno sob proposta de alteração. Em função dessa ponderação, o Presidente do Conselho optou por adiar o assunto em pauta, tendo em vista obter os esclarecimentos que estavam sendo requeridos. Posteriormente, o Conselheiro Guilherme Delgado, chamado à reunião com os coordenadores da Auditoria Interna, foi informado do detalhamento do Plano de Auditoria para 2009, no qual estão previstas, com prioridade, auditorias específicas nas contas subvençionadas pelo Tesouro Nacional. O referido Plano virá à apreciação deste Conselho na última reunião do presente exercício.

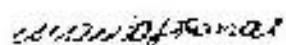
(dezembro/2008). Isto posto, quero manifestar meu ponto de vista de colaboração às chamadas auditorias à prevenção de riscos estratégicos que agora deverão comparecer como prioridade, pela primeira vez, no Plano de Auditoria de 2009. O Conselheiro Guilherme Delgado reservou-se ao direito de ultimiores sugestões, por ocasião da apreciação do próximo Plano de Auditoria. O Presidente agradeceu a intervenção do Conselheiro Delgado, agregando sua fala ao texto abaixo para que sejam apreciados em conjunto. Em seguida, orientou que fosse transcrita o texto apresentado pela Administração da Conab para fins de deliberação pelos demais membros do Conab. O cenário do ambiente das organizações vem demandando, cada vez mais, a implementação de medidas e técnicas de controle voltadas à minimização dos riscos potenciais a que estão sujeitos os processos, prevenindo falhas e evitando problemas que coloquem em risco a integridade da empresa perante os seus acionistas, clientes e o mundo em geral. Essa postura corporativa tem propiciado a materialização e a aplicação de diversos mecanismos, com o objetivo de, não apenas detectar e mensurar possíveis problemas, como também a adoção de alternativas de solução. E entre estas alternativas, destacam-se as políticas voltadas ao controle de riscos e relacionadas às atividades de auditoria interna. Nesse sentido, enquanto a auditoria externa tem a sua função circunscrita ao exame das demonstrações financeiras, a auditoria interna, por sua vez, avalia a gestão da empresa, no que concerne aos seus diversos aspectos, com destaque para a governança corporativa, gestão de riscos e procedimentos de aderência às normas regulatórias, apontando as vulnerabilidades dos processos. Esse novo cenário regulatório, que reproduz uma tendência mundial de fortalecimento das estruturas de controle, tem instado as organizações a aprimorar, cada vez mais, suas estruturas de controle de riscos e de auditoria interna. E pode-se afirmar que a auditoria interna vem assumindo uma maior responsabilidade na avaliação e prevenção de riscos, o que impõe, naturalmente, no aprimoramento dos enfoques, das metodologias e das ferramentas adotadas. O reconhecimento da importância dessa área no processo de gestão tem aumentado a exigência por um grau cada vez mais elevado de especialização nas estruturas de auditoria interna, assim como a exigência de uma equipe com visão multidisciplinar, atuando de forma coordenada, com a missão de assegurar a administração, por meio, principalmente, dos exames e avaliação dos seguintes pontos: 1. Adequação e eficácia dos controles. 2. Integridade e confiabilidade das informações e registros. 3. Integridade e confiabilidade dos sistemas estabelecidos para assegurar a observância das políticas, metas, planos, procedimentos, leis, normas e regulamentos, e de sua efetiva utilização. 4. Eficiência, eficácia e economicidade do desempenho e da utilização dos recursos, dos procedimentos e métodos para a salvaguarda dos ativos e a comprovação da sua existência, assim como a exatidão dos ativos e passivos. 5. Compatibilidade das operações e programas com os objetivos, planos e meios de execução estabelecidos. 6. Mensuração dos problemas e riscos e oferecimento das alternativas de solução. A gestão de riscos assume, cada vez mais, importância relevante no âmbito das corporações, que buscam qualidade e eficiência do seu negócio, já que permite identificar, entre outros aspectos, a) quais as ameaças à consecução dos objetivos da empresa; b) protege o capital investido; c) identifica a vulnerabilidade e evita perdas financeiras; d) possibilita a avaliação da probabilidade das ameaças se materializarem (os potenciais riscos tornarem-se perdas efetivas), com a consequente adoção de medidas de prevenção, minimização ou eliminação. O gerenciamento de riscos pode se tornar um mero exercício acadêmico, caso não seja relacionado a objetivos específicos de negócio, em perfeita sintonia com a missão da empresa. De acordo com as melhores práticas é parte integrante da cultura da organização e abrange todas as atividades corporativas, operacionais, técnicas,

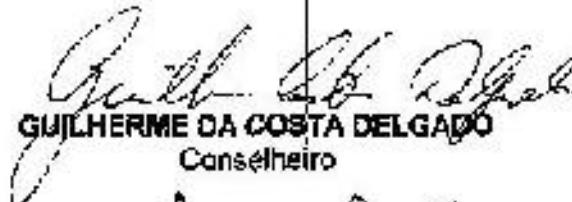
comerciais, financeiros, administrativos, entre outros. Em linhas gerais, os objetivos e os riscos associados são classificados de acordo com suas características. É cada vez mais expressivo o número de organizações que vêm incorporando em seus processos de gestão sistemas de gerenciamento de riscos, sob a coordenação inicial da área de Auditoria Interna, em vista de sua capacidade na avaliação in loco das atividades e processos. O objetivo básico da Auditoria Interna é, em última instância, auxiliar os gestores no desempenho de suas funções, por meio do fornecimento de análises, apreciações, recomendações e comentários pertinentes aos atos e fatos examinados. Nesse sentido, o trabalho do Auditor Interno permeia todas as fases das atividades do negócio, de forma a obter uma visão mais completa das operações e dos procedimentos administrativos, envolvendo: a) revisão e avaliação da correção, adequação e aplicação de controles de natureza financeira, administrativa e operacional, de forma a melhorar a eficiência e eficácia a um custo-benefício satisfatório, e mitigando os riscos; b) determinação do grau de atendimento às diretrizes, planos e procedimentos estabelecidos; c) determinação do grau de controle dos ativos da Companhia, no que se refere à proteção contra perdas e desvios; d) determinação de fiabilidade dos dados financeiros, administrativos e operacionais; e) avaliação qualitativa do desempenho na execução das atividades; f) recomendação de melhorias no processo de gestão. A Auditoria Interna da Companhia vem passando por profundas e importantes transformações em seu foco de atuação, de forma a adequá-la às modernas técnicas de controle interno hoje predominantes e, ao mesmo tempo, atender às necessidades da corporação. O primeiro passo foi a estruturação de uma equipe multidisciplinar, composta de profissionais de diferentes áreas de formação e focados na visão moderna do papel da auditoria interna no processo de assessoramento de gestão, com ênfase na prevenção e mitigação de riscos, e orientação para soluções. Esse processo dependeu da plena identificação das percepções sobre diferentes assuntos, no que se refere às pessoas, às logísticas, aos controles, ao processo de gestão, entre outros. A etapa subsequente foi a departamentalização das funções da Auditoria, segmentando-as em três grupos a saber: 1) funções relacionadas às atividades de auditoria, envolvendo avaliação da gestão sob os seus diversos aspectos; identificação de riscos; avaliações setoriais sobre a adoção dos procedimentos definidos na política de gerenciamento de riscos, conformidade regulatória, entre outros. 2) funções administrativas e de controle, envolvendo a avaliação das disfunções detectadas pelos trabalhos de auditoria; elaboração de planos de providências para atendimento aos órgãos de controle; análise e parecer sobre o cumprimento das normativas na condução de Tomadas de Contas Especiais; estudos e elaboração de relatórios especiais; Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna entre outros. 3) funções relacionadas ao gerenciamento de riscos, envolvendo a análise, identificação e mapeamento de eventos que possam se constituir em ameaça para o alcance dos objetivos; análise e sugestões de alternativas de planos objetivando a mitigação dos riscos; reavaliação da política de gerenciamento de riscos, entre outros. Dentre desse enfoque, a Auditoria Interna foi estruturada organicamente com 3 (três) guindais. Relativamente às competências regimentais da Auditoria Interna e de suas respectivas funções, em vista da própria dinamicidade da evolução dos instrumentos de controle interno no contexto da gestão das corporações, estas devem manter algumas adequações, de forma a compatibilizá-las à realidade atual no contexto da governança corporativa. O exercício das atividades de Auditoria Interna, considerando as próprias particularidades que lhe são intrínsecas, deve-se pautar por princípios de ética profissional que o auditor tem o dever de observar, cumprir e fazer cumprir fielmente em toda a sua extensão no seu relacionamento no âmbito da organização em que presta serviços, com o público em

geral, outras entidades públicas e privadas, intituladas de classe, e demais partes interessadas. Nesse sentido, o Código de Ética elaborado pelo Instituto dos Auditores Internos do Brasil atende plenamente aos postulados que nortearão as atividades de auditoria interna no âmbito da Companhia, com as adaptações julgadas pertinentes. O Presidente submeteu à deliberação do Colegiado proposta de promover, na forma explicitada na Nota Técnica Audit nº 016/2008, a adequação do "Regimento Interno" da Auditoria Interna e de suas respectivas Gerências e a instituição do "Código de Ética da Auditoria Interna", cujos princípios passarão a nortear a conduta dos auditores internos no desenvolvimento dos trabalhos que lhes são afetos. Após as justificativas apresentadas pelo Relator e a intervenção do Conselheiro Guilherme Delgado, os demais membros do Colegiado aprovaram as mudanças propostas, recomendando que a Companhia adote as providências necessárias para inclusão nos normativos da Conab. 4) Processo nº 70010.001004/2008-37 - Ofício Presi nº 0822/2008 - referente ao Processo nº 1233/2005-42 - Argepal. Trata-se de consulta realizada pe a Conab ao Conjur/Mapa referente aos recursos apresentados ao Presidente da República, relativos ao Processo Conab nº 1233/2005. A Conjur/Mapa destacou que o recurso administrativo não interessa à Conab, e sim ao recorrente, e que não interfere no trâmite do processo e adoção de medidas para a recuperação dos prejuízos causados ao erário. Sugereu ao Ministro de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento reforçar a sua decisão constante do termo de julgamento e determinar a adoção de medidas à defesa do erário, sendo certo que a omissão ou o retardamento injustificável poderá resultar na responsabilidade de quem lhes der causa, posições que mereceram aprovação da Consultoria Jurídica. No Despacho Ministerial, o Ministro de Estado reforçou sua decisão, constante do termo de julgamento no Processo nº 1233/2005, e determina a adoção das medidas à defesa do erário. O Presidente do Conselho informou que o Senhor Ministro de Estado mandou notificar este Conselho acerca de sua decisão, a fim de acompanhar as providências relacionadas com a persecução dos prejuízos por parte da Companhia e adoção de providências a seu mister. Visando atender à determinação Ministerial, o Conselheiro Silas Brasileiro solicitou à Procuradoria Geral que apresentasse relatório sobre o assunto no sentido de que a Empresa acalme, de forma célere, a determinação do Senhor Ministro de Estado. Após relato, os demais membros do Colegiado aprovaram as decisões adotadas pelo Presidente do Conselho. 5) Processo nº 21200.000864/2008-19. Proposta de aprovação do preço mínimo de venda do imóvel localizado no Setor do Clubes Norte, Trecho Enseada Norte, lote 10 - Brasília/DF. O Presidente do Conselho relatou que a Diretoria Colegiada da Conab aprovou, em sua 877ª Reunião Ordinária realizada em 05/11/2008, para efeito da fixação de preço mínimo de venda, o valor da avaliação elaborado pelo Engenheiro Civil Valdirzete Aragão da Almeida, o qual atribuiu ao imóvel o valor de R\$7.850.000,00 (sete milhões e oitocentos e cinqüenta mil reais), cuja venda deverá ser realizada nas seguintes condições: 40% de entrada sobre o valor da alienação e o restante parcelado em até 6 meses. Após o relato do Presidente, os demais membros do Conselho aprovaram o preço mínimo de venda do imóvel em referência. 6) Processo nº 21211.000245/2008-97. Proposta de aprovação do laudo de avaliação do imóvel localizado na Avenida Jerônimo de Albuquerque, nº - São Luís/MA. O Presidente do Conselho relatou que a Diretoria Colegiada da Conab aprovou, em sua 877ª Reunião Ordinária realizada em 05/11/2008, para efeito de fixação de preço mínimo de venda, o laudo de avaliação emitido pelo Caixa Econômica Federal, o qual atribuiu ao imóvel o valor de R\$476.000,00 (quatrocentos e setenta e seis mil reais), cuja venda deverá ser realizada nas condições aprovadas pelo Voto Diário nº 024/2008, qual seja: 10% de entrada sobre o valor da alienação e o restante parcelado em até 36 meses. Apesar das

relato do Presidente, os demais membros do Conselho aprovaram o laudo de avaliação emitido pela Caixa Econômica Federal e a venda do imóvel em referência. 7) Proposta de alteração da Resolução Conab nº 008, de 29/07/2008. O Presidente do Conselho apresentou proposta de alteração da Resolução nº 008/2008, justificando o pagamento da Gratificação por Atividade Jurídica - GAJ concedida aos Procuradores lotados na Proge e cedidos à Consultoria Jurídica do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – Mapa. Segundo o Relator, os referidos Procuradores não só prestam serviços à Consultoria Jurídica do Mapa como, também, na condição de Assessores do Senhor Ministro de Estado, prestam assessoramento jurídico à Conab, que se efetivam por meio de pareceres nos processos de interesse desta Empresa Pública, que tramitam perante o Mapa, portanto, no efetivo exercício de idênticas funções inerentes aos outros Procurados da Proge, das Protes e da Corregedoria. Após a apresentação, o Presidente submeteu o assunto aos demais membros que, após deliberação, decidiram aprovar a alteração da Resolução na forma proposta. Nada mais havendo a tratar, o Presidente do Conselho agradeceu a presença de todos e deu por encerrada a reunião da qual eu, Milton Elias Ortolan, Secretário do Conselho, fuirei a presente ata que, após lida e aprovada, val assinada pelos Conselheiros e por mim.


SILAS BRASILEIRO
Presidente


MARIA DAS GRAÇAS FONTES
Conselheira


GUILHERME DA COSTA DELGADO
Conselheiro


JOSE MENEZES NETO
Conselheiro


MILTON ELIAS ORTOLAN
Secretário

ATA DA CENTÉSIMA OCTOGÉSIMA OITAVA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO - CONAB.

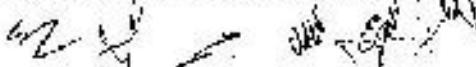
Aos dez dias do mês de dezembro de dois mil e oito, às 10 horas, no Edifício Sede da Companhia Nacional de Abastecimento - Conab, Empresa Pública Federal, constituída nos termos do art. 16, Inciso II da Lei nº 8.025, de 12 de abril de 1990, e instalada em 1º de janeiro de 1991, situada no SGAS, Quadra 901, Conjunto "A", nessa cidade de Brasília - Distrito Federal, com as presenças dos Senhores **SILAS BRASILEIRO**, Presidente, **WAGNER GONÇALVES ROSSI**, **EDILSON GUIMARÃES**, **GUILHERME COSTA DELGADO** e **JOSÉ MENEZES NETO**, Conselheiros, e **MARIA DAS GRAÇAS FONTES**, Conselheira, foi instalada a centésima octogésima oitava - 188ª - Reunião Ordinária do Conselho de Administração da Conab - Conad, referente ao mês de dezembro/2008. Presente, também, o Assessor João Batista da Silva Fagundes, o qual foi convidado para secretariar os trâmites, o Diretor de Gestão Administrativa e Finanças, Luis Henrique Teixeira da Cunha, e o Chefe de Gabinete da Presidência. Aberta a reunião, o Presidente registrou que o Dr. Milton Elias Ortolan, Chefe de Gabinete da Conab e Secretário deste Conselho, está se afastando da Empresa, a pedido, Destacou a colaboração recebida sempre de maneira eficiente e segura no atendimento de todas as solicitações da Mapa, desejando pleno êxito no desenvolvimento das novas funções na cidade de Americana/SP. Idênticas manifestações de apreço fizeram os demais Conselheiros. Em resposta o Chefe do Gabinete agradeceu e destacou a colaboração que sempre recebeu das autoridades da Mapa destacando o grande apoio recebido de parte do Presidente da Conab, Wagner Rossi, com quem convive no serviço público há vários anos, desde os tempos em que o mesmo foi Secretário de Governo no Estado de São Paulo. Em seguida, o Diretor da Ciafl, Luis Balooz, faz breve relato sobre as ações da Diretoria e apresentou dados e informações orçamentárias do presente exercício. Em seguida, o Presidente do Conselho desejou um Feliz Natal e Próspero Ano de 2009 aos demais membros do Conselho, extensivo aos familiares, bem como congratula-se com o corpo funcional da Conab nas festividades natalinas. Passou-se então para os itens da pauta referente às deliberações, a saber:

1) Delegação de competência ao Diretor de Recursos Humanos e Modernização para, observadas as normas internas e legislação pertinente, assinar contratos e convênios na área de saúde. Considerando que foi aprovada na 885ª Reunião Ordinária, realizada em 27/08/2008, a Resolução nº 11, de 03/09/2008, que delegou a competência ao Diretor de Recursos Humanos e Modernização, para assinar e residir contratos com profissionais e entidades da área de saúde, objetivando a prestação de serviços de assistência médica hospitalar e odontológica destinado aos empregados da Conab. Considerando, ainda, que a Resolução Conad nº 101, de 14/01/1997, aprovou a Norma de Assistência à Saúde nº 60.105, Capítulo XI – de Administração do SAS item 1, alínea 03, que estabelece caber ao Departamento de Recursos Humanos desse hor, juntamente com o Diretor de Administração, os normas de credenciamento de prestadores de serviços ao SAS, na Mariz. O Conselheiro Wagner Rossi solicitou, a fim de resguardar os interesses e a legalidade da aplicação da Resolução nº 11, datada/09/2008, que seu Conselho deliberasse por aprovar a alteração nos normativos internos da Empresa, da forma proposta. Apes as justificativas apresentadas pelo Relator os demais membros do Conselho aprovaram a delegação de competência.

2) Processo nº 21000.010714/2008-61. Acordão nº 3802/2008-TCU 1ª Câmara – relativo ao processo de prestação de contos exercícios 2006 – SUREG-Mato Grosso. A Sureg/Mato Grosso, pela Cetra Sureg/MT nº 7931, de 28/11/2008 encaminhou ao Tribunal de Contas da União em Mato Grosso respostas aos quesitos formulados no Acordão acima mencionado informando que foram adotadas todas as medidas necessárias para saneamento dos apartamentos elencados no Relatório de Auditoria da Contabilidade Geral da União nº 190879, relativo ao exercício de 2008. Na correspondência da Sureg estão detalhados os procedimentos adotados para atendimento à Auditoria Externa da CGU. O Conselheiro Wagner Rossi informou que, em atendimento ao Despacho nº 543/2008/SEMAPA, da Secretaria Executiva do Mapa apresentou as providências elencadas pela Regional.

da Conab em Maio/2008 em atendimento à demanda da FCL. Após as justificativas apresentadas pelo Relator os demais do Conselho aprovaram as medidas adotadas pela Sureg/MT e recomendaram encaminhar essa destatação ao Secretário-Executivo do Mapa para ciência das providências adotadas. 3) Voto Digem nº 027/2008. Regulamento Específico para Oferta de Prêmio para Escoamento de Produto Uva – PEP Uva nº 002/2008. Edição de novo Regulamento de PEP para uva retirando-se a exigência de pagamento do produto adquirido pelo beneficiário antes da emissão da nota fiscal por parte do produtor. O subitem 7.4 do Regulamento manteve a seguinte redação: "7.4. A emissão da nota fiscal de venda do produtor rural e/ou cooperativa de produção, somente será providenciada após o pagamento do valor de referência estar devidamente disponibilizado e/ou compensado quando feito em cheque". O espírito dessa exigência é a ideia de proteger o produtor de uva fazendo com que receba o pagamento de seu produto antes mesmo do beneficiário do PEP obter qualquer documento que lhe dê condições de pleitear o prêmio a ser pago pelo Governo Federal. Ocorre que tal prática não é a regra no mercado muito pelo contrário. Normalmente os produtores (fornecedores) enviam suas produções para depósito em unidades das compradoras acompanhados de notas fiscais com o preço fixado para pagamento em data futura e o chamado prazo de pagamento oferecido pelo fornecedor é o cliente (comprador). Especialmente no caso da uva, a regra não admite esperar por melhores dias e, depois de maturada, não ser imediatamente industrializada sob pena de irreversível deterioração. Assim, o produtor repassa o produto obtido em grande volume à indústria/cooperativa para processamento e oferece um prazo para o pagamento da prêmio. O prazo de pagamento possibilita a que o comerciante transforme o quantitativo de uva em cachaça e vinho e seus derivados para, posteriormente, pagar o fornecedor (produtor). Essa prática possibilita a redução do capital de giro do comerciante, reduz as despesas financeiras e administrativas e assegura um relacionamento próspero entre fornecedor e cliente. Habilmente, no mercado privado, se as coações são asseguradas por intermédio de uma promissória assinada pelo cliente ou por contrato de fornecimento ajustado por ambos. No caso da Conab, o pagamento do prêmio só se dá com os documentos comprobatórios da coação que incluem, entre outros, a prova do pagamento ao produtor (fornecedor) para que o beneficiário receba o prêmio, arquivando com o seu do produtor de uva em não receber os valores devidos pelo beneficiário do PEP. É importante notar que essa exigência não é cumprida nem pela própria Conab em suas aquisições por AGF ou Contrato de Obras. No caso da AGF, por exemplo, na MOC, artigo 30.105, aprovado em Redit de 13/11/2008, ciz no item v.2 que a Sureg deve emitir a Nota Fiscal conforme modelo e no item v.5 traz explícito a seguinte redação: "5 – A Sureg ou o coordenador do Pólo de Cotação deverá informar o beneficiário que o pagamento será realizado até 10 (dez) dias úteis após a emissão da "Nota Fiscal" do produto. Portanto, pelo acima exposto, fica claro que a Conab tem exigido dos beneficiários do programa de apoio à comercialização de vinho procedimentos que dificultam e até impedem a participação de novos concorrentes, além de não promover uma eficiente atuação dos participantes pelas elevadas despesas para execução do PEP. Tratamento propõe-se que a exigência do item 7.4, do Regulamento para Oferta de Prêmio para Escoamento de Produto – PEP nº 001/2002, que seja substituída no novo Regulamento de PEP de Uva, ficando com a seguinte redação: "A emissão da nota fiscal de venda do produtor rural e/ou cooperativa de produção, poderá ser emitida independente do pagamento do valor de referência, o qual deverá estar disponibilizado e/ou compensado, quando for o caso, obrigatoriamente, até a emissão e entrega à Conab da documentação de comprovação da coação". O Conselheiro Wagner Rossi informou que o assunto foi submetido e aprovado pelo Diretório Colegiado na 882ª Redit realizada em 01/2/2008. Após as justificativas apresentadas pelo Relator os demais membros desse Conselho aprovaram o Regulamento Específico para Oferta de Prêmio para Escoamento de Produto Uva – PEP Uva nº 002/2008. 4) Voto Digem nº 028/2008. Manual de Operações da Conab – MOC. Normas para operacionalização da subvenção aos produtores familiares pertencentes ao Programa de Aquisição de Produtos do Extradivísmo (PAE). A valorização de produtos edulcorados, obtidos mediante a


 00.000000



conservação e uso sustentável dos recursos naturais por povos e comunidades tradicionais e pelos agricultores familiares, é parte da estratégia do Governo Federal para promover o desenvolvimento sustentável. Para tanto, o art. 2º da Lei nº 8.427, de maio de 1992, com a redação dada pelo art. 48 da Lei nº 11.775, de 17/09/2008, prevê subvenção de preços equivalente, no máximo, à diferença entre o preço mínimo e o valor de venda para produtos extrativos produzidos por agricultores familiares, suas cooperativas e associações. Assim, o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, após entendimentos com os Ministérios do Meio Ambiente - MMA e do Desenvolvimento Agrário - MDA, propõe a inclusão na Política de Garantia de Preços Mínimos - PGPM, da açaí (fruto), babaçu (amêndoas), boraúna extrativa e pequi (fruto), para operações da EGF ou subvenção. Estes preços correspondem aos custos variáveis de produção, aborrados nas principais regiões produtoras pela Companhia Nacional de Abastecimento - Conab, exceto para a boraúna cuja proposta está baseada na paridade de importação. Portanto, busca-se garantir os benefícios dessa política para os produtores extrativistas visando a melhoria das condições de vida e a manutenção do papel das comunidades na conservação dos recursos naturais, consciente os princípios e objetivos do Decreto nº 6.040, de 7/02/2007, que institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. As Normas propostas passarão a integrar o Manual de Operações da Conab - MOC e servirão para o adequado apoio à comercialização dos produtos extrativistas vindo de modelo e parceriação do desenvolvimento de ações, principalmente voltadas ao extrativismo no bioma amazônico. O Título 35 define a finalidade e os beneficiários do Programa fazendo menção ao objeto da operação, documentação exigida e explica como se processará o trabalho, orientando tanto os empregados da Conab quanto aos participantes do Programa. Os Títulos 70, 71, 72 e 73 tratam das Normas específicas para a operacionalização dos respectivos produtos: açaí (fruto), babaçu (amêndoas), boraúna extrativa e pequi (fruto). Cada uma dessas Normas trata, entre outros aspectos, sobre os prazos de vigência, preços mínimos, limites de subvenção para operacionalização do Programa para cada produto. Informo, por oportuno, que as ações contempladas pelos Títulos supracitados, estão contempladas no orçamento e no financeiro da programação relativa ao Plano de Safra 2018/2019. O Conselheiro Wagner Rossi informou que o assunto foi submetido e aprovado pela Diretoria Colegiada na 682ª Reunião, realizada em 9/12/2008. Após as justificativas apresentadas pelo Reitor os demais membros da Conab aprovaram o Manual de Operações da Conab - MOC. Normas para operacionalização da subvenção aos produtores familiares pertencentes ao Programa de Aquisição de Produtos do Extrativismo (PAE). Nada mais havendo a tratar, o Presidente do Conselho agradeceu a presença de todos e deu por encerrada a reunião da qual eu, João Batista da Silva Fagundes, Assessor da Presidência da Conab, lavrei a presente ata que, após lida e aprovada, vai assinada pelos Conselheiros e por mim.

SILAS BRASILEIRO
Presidente

Assinatura de Silas Brasileiro
MARIA DAS GRACAS FONTES
Conselheira

Assinatura de Maria das Graças Fontes
JOSE MENEZES NETO
Conselheiro

Assinatura de José Menezes Neto
JOÃO BATISTA DA SILVA FAGUNDES
Secretário

Assinatura de Wagner Gonçalves Rossi
WAGNER GONÇALVES ROSSI
Conselheiro

Assinatura de Guilherme da Costa Delgado
GUILHERME DA COSTA DELGADO
Conselheiro

Assinatura de Edilson Guimarães
EDILSON GUIMARÃES
Conselheiro